

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WEMERSON FELIPE GOMES

**MACHADO DE ASSIS
E A CONSPIRAÇÃO DA POSTERIDADE**

funerais cívicos, necrologias, recepção crítica
(1908-1909)

Belo Horizonte

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WEMERSON FELIPE GOMES

MACHADO DE ASSIS
E A CONSPIRAÇÃO DA POSTERIDADE

funerais cívicos, necrologias, recepção crítica
(1908-1909)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na linha de pesquisa História e Culturas Políticas.

Orientador: Dr. Douglas Attila Marcelino.

Belo Horizonte

2022

907.2 Gomes, Wemerson Felipe.
G633m Machado de Assis e a conspiração da posteridade
2022 [manuscrito] : funerais cívicos, necrologias, recepção crítica
 (1908-1909) / Wemerson Felipe Gomes. - 2022.
 518 p.
 Orientador: Douglas Attila Marcelino.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia.

 1.História – Teses. 2. Ritos e cerimônias fúnebres -
 Teses. 3.Obituários - Teses. 4.Assis, Machado de, 1839-
 1908. I. Marcelino, Douglas Attila. II. Universidade Federal
 de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
 Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"Machado de Assis e a conspiração da posteridade: funerais cívicos, necrologias, recepção crítica (1908-1909)"

Wemerson Felipe Gomes

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Cláudia Rodrigues
UNIRIO

Profa. Dra. Luciana Pessanha Fagundes
UFRJ

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares
Universidade Federal de Pelotas

Belo Horizonte, 10 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Dillmann Tavares, Usuário Externo**, em 11/05/2022, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pessanha Fagundes, Usuário Externo**, em 12/05/2022, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Attila Marcelino, Professor do Magistério Superior**, em 12/05/2022, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Rodrigues, Usuário Externo**, em 30/05/2022, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1446812** e o código CRC **20474AAA**.

*para minha mãe
e em memória de minha avó
– meus exemplos de amor*

AGRADECIMENTOS

Friedrich Nietzsche, escrevendo a Franz Overbeck, comenta o encontro inesperado que tivera ao travar contato com a filosofia de Baruch Espinoza. Vendo-se só, na vida e no pensamento, o autor de *Genealogia da Moral* insiste que o outro, autor da *Ética*, o havia tirado da solidão em que se encontrava, transmutando o isolamento em algo mais próximo e afetivo, diz ele: “minha solidão, que, como sobre o cume de elevadas montanhas, tantas e tantas vezes tornou minha respiração difícil e me fez sangrar, é, ao menos agora, uma ‘dualidade’”.^{*} Em ampla medida, a trajetória de pesquisa consiste em uma caminhada solitária: as horas, os dias, os meses, em suma: os dois anos meditando livros e fontes, ou simplesmente esboçando mentalmente o ínvio caminho da dissertação, foi um exercício íntimo e intransferível. Felizmente, porque é um imperativo feliz, a pesquisa ganha sempre quando a solidão que a caracteriza é contornada por bons encontros. Assim, posso dizer que a minha solidão, que tantas e tantas vezes me fez sofrer e chorar, é, ao menos agora, uma gratificante comunhão. Nesse momento final, em que se consumam as alegrias e as tristezas da jornada, agradeço muito, e a muitos – que passo a citar nominalmente em seguida –, o privilégio da amizade, dos ensinamentos, dos conselhos, dos incentivos e da companhia. Como diria Carlos Drummond de Andrade: a todos vocês, gratidão – essa palavra-tudo.

^{*} Tradução de André Martins, com a colaboração de Franck Torrin, Marcos Sinésio e Laura Moosburguer. In. MARTINS, A. (org.). O mais potente dos afetos: Spinoza e Nietzsche. Revisão técnica Danilo Bilate. São Paulo : Editora WFM Martins Fontes, 2009, p. xvii.

Primeiro, e mais importante, dedico este trabalho a minha querida avó, Almezina, que me acompanhou e incentivou desde o começo. Minha avó passava sempre pelo quarto em que trabalho e, com a calma e a sabedoria que sempre foram dela, me vendo trabalhar, dizia: “filho, estuda mesmo, porque no fim do túnel tem uma luz”. Hoje, escrevendo chorando estas páginas de saudade, procuro pelos cantos da casa a sua presença alegre e reconfortante, e só a encontro nas muitas boas memórias em que a conservo, e a conservarei para todo o sempre. Dedico também este trabalho a minha mãe, Silvane, meu exemplo de amor, de afeto, de luta, de perseverança; minha mãe, encontrando sempre forças para ajudar, não mediu esforços para assegurar que eu chegasse até aqui: te amo e te admiro, mãe. Agradeço à minha família – meu pai, Ademir, meus irmãos, tios e primos, meus avós: devo muito a todos vocês, e devo especialmente pela acolhida carinhosa de sempre.

Um agradecimento muito especial à banca, composta por Luciana Fagundes, Cláudia Rodrigues e Mauro Dillmann, que iluminou este trabalho com competência e generosidade; agradeço pela leitura atenta, pelos comentários pertinentes e pelas instigantes provocações. Agradeço muito ao meu orientador, Douglas Attila Marcelino; agradeço pela acolhida, pelos ensinamentos, pela disponibilidade, pelas correções de rumo e, sobretudo, pela pessoa, pelo pesquisador e pelo professor que é: exemplo e inspiração para muitos de nós. Agradeço ainda aos colegas do grupo “Ritualizações do poder e do tempo: grupo de estudos em teoria e historiografia”, que discutiram e apontaram questões importantes para o desenvolvimento da minha pesquisa. Estendo esse agradecimento aos professores do PPGH, e ao Maurício, pelos auxílios nas questões administrativas.

Agradeço a FAPEMIG pelo financiamento de 10 meses da pesquisa, sem o qual faltariam condições para o bem desenvolver do trabalho. Agradeço a Biblioteca Nacional, instituição que saúdo pelo trabalho extraordinário, mantido mesmo em circunstâncias adversas; sem a Hemeroteca Digital, este trabalho, tal como o entrego, não seria possível.

Agradeço a professora Joelma Xavier pela ajuda com pré-projeto; espero que a professora reconheça, no meio das tantas mudanças operadas desde aquele primeiro esboço, a valia das generosas contribuições. Estendo esse agradecimento aos professores do

Bacharelado em Letras do CEFET-MG, onde curso graduação, cujos ensinamentos certamente influenciaram algumas das discussões desenvolvidas na pesquisa.

Aos meus amigos, que mesmo longe, em função da vida e da pandemia, sempre se fizeram presentes, minha gratidão. Agradeço a Isabela, Esther Lemos, Fernanda Monteiro, Alicia Teodoro, Tamires Celi, Yolanda Felinácia, Mayra Martins, Natalia Gomes, Mateus Teixeira e Lucas Romano. Agradeço especialmente, pela amizade e pelo suporte constante, a Malu Gomes, Bheatriz Rocha, Ingrid Oliveira, Camila Oliveira e Mitsue Nakamura.

A Luiza Guedes e a Sandra Cristina, Albert e Phoebe, meu muito obrigado, pela atenção e pelo cuidado de sempre. Por último, agradeço muito a Marina Guedes. Marina escutou os lamentos e as alegrias de cada etapa do percurso: estive comigo quando fui aprovado no mestrado, quando reformulei o projeto, quando qualifiquei, durante a escrita final, na defesa. Marina foi uma escuta atenta, uma incentivadora incansável e uma companhia sempre amável. Obrigado, Marina, por tudo e por tanto.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar – por meio de necrologias e da recepção crítico-biográfica – as construções de memória empreendidas na circunstancialidade de morte de Machado de Assis, ocorrida em setembro de 1908. Em outras palavras, nos interessa compreender como os contemporâneos (e conseqüentemente também os pósteros) “conspiraram” para atribuir ao autor de *Dom Casmurro* um lugar destacado no rol dos grandes homens pátrios. Em ampla medida, esse movimento consagratório responde a ímpetos políticos, afetivos e existenciais, uma vez que lembrar o morto em uma manifestação pública de pesar pode tanto apresentar-se como uma forma de sofrer o luto (e de lidar com as implicações que o definhamento irreversível do ente querido inevitavelmente ocasiona) quanto uma tentativa de apropriar-se do prestígio de que gozava o defunto. Nesse sentido, sem perder de vista a dimensão afetiva que perpassa várias manifestações póstumas, as necrologias (i.e., os necrológios, as crônicas, as colunas e as reportagens que narram o passamento do morto) serão analisadas no intuito de iluminar os artifícios discursivos mobilizados na construção e na cristalização de certas imagens sobre Machado de Assis (especialmente aquelas dotadas de uma conotação cívica); por outro lado, os funerais machadianos – um dos primeiros a consagrar civicamente uma figura em virtude das suas contribuições “literárias” ao desenvolvimento da nação – serão perscrutados com o objetivo de explicitar alguns dos mecanismos de consagração em voga no âmbito da cultura política republicana, assim como os percalços do processo de consagração.

Palavras-chave: Machado de Assis; funerais cívicos; memória; história da recepção; necrológio.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze – through the necrologies and the critical-biographical reception – the constructions of memory undertaken in the circumstance of Machado de Assis's death, which occurred in September 1908. In other words, we are interested in understanding how contemporaries (and post-contemporaries consequently) “conspired” to assign the author of *Dom Casmurro* a prominent place in the list of the great homeland men. To a large extent, this consecratory movement responds to political, affective, and existential impulses, since remembering the deceased in a public expression of grief can be both a way to mourn (and to deal with the implications that the irreversible passing away of the loved one inevitably brings about) and an attempt to appropriate the prestige enjoyed by the deceased. In this regard, without losing sight of the affective dimension that pervades several posthumous manifestations, the necrologies (i.e., obituaries, chronicles, columns and reports that narrate the passing of the dead) will be analyzed in order to illuminate the discursive artifices mobilized in the construction and crystallization of certain images about Machado de Assis (especially those endowed with a civic connotation). On the other hand, Machado's funerals – one of the first to civically consecrate a figure in virtue of his “literary” contributions to the development of the nation – will be scrutinized aiming to exhibit some of the consecration mechanisms in vogue in the scope of the republican political culture, as well as the mishaps of the consecration process.

Keywords: Machado de Assis; civic funerals; memory; reception history; obituary.

SUMÁRIO

Apresentação	12
Prólogo	
O desfecho, ou a saída para a eternidade.....	20
Parte I	
O fascínio da morte.....	40
Um olhar necrológico	54
Parte II	
A última flor do Lácio	81
Língua, estilo e nação.....	95
O cultor do vernáculo.....	136
Parte III	
Ritualizar o tempo, eternizar os mortos.....	172
Indícios e esboços de uma tradição cívica.....	181
O dobre de finados	200
Etos e retórica	250
Parte IV	
Um Prometeu nos trópicos	264
Preâmbulos da imortalidade	278
Um sonho de tristezas	299
Epílogo	
Contra o silêncio.....	309
Apêndice	
As faces de Calabar	323
Bibliografia	351
Anexo	
Machado de Assis, <i>In Memoriam</i>	362

APRESENTAÇÃO

*Está perto
E difícil de alcançar, o Deus.
Mas onde há perigo
Há também salvação.
É nas trevas que moram
As águias, e sem medo
Os filhos dos Alpes cruzam,
Sobre frágeis pontes, os abismos.
Por isso, já que se amontoam
À volta os cimos do Tempo,
E os que amamos estão perto, enlanguescendo
Nos montes mais díspares,
Dá-nos, água inocente, dá-nos asas
Para, de animo fidelíssimo,
Irmos até lá e de lá voltarmos*

Hölderlin, *Patmos**

* HOLDERLIN, F.. Poemas. Seleção, tradução, introdução e notas de José Paulo Paes. – São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

Entre as referências religiosas cifradas no poema “Patmos”, Friedrich Hölderlin comunica um saber precioso: lá, onde está o maior perigo, está também a salvação. Em ampla medida, como as águias, que moram nas trevas, mas que todavia cruzam as frágeis pontes do abismo em busca de alimento e proteção, esta experiência de pesquisa também implicou um tipo particular de travessia, um tipo particular de perigo. Assumir o perigo da pesquisa é arriscar-se à beira da falésia, saltando como quem salta para a morte, e, com ânimo fidelíssimo, de lá voltar são e salvo; quem sabe relativamente fortificado, pela experiência extraordinária, a despeito de definitivamente rasurado. O pesquisador, soterrado por fontes e bibliografias, por demandas e inseguranças, vê-se momentaneamente só – arrebatado do mundo, como Paulo, em Patmos, antevendo o apocalipse. Mas o risco, a dificuldade mesma que configura a necessidade do ato, traz consigo inevitavelmente o germe das possibilidades; e se o apocalipse se aproxima, é porque se aproxima também o paraíso.

Esta pesquisa se estrutura a partir de três eixos fundamentais: os estudos tanatológicos, a história da recepção crítico-biográfica e a história das ideias linguísticas. Isso não implica dizer, de modo algum, que todos esses eixos foram desenvolvidos plenamente, e nisto consiste o risco conscientemente assumido nesta pesquisa: cada um desses campos – autônomos, teórica e metodologicamente – daria plenos resultados, uma vez objeto de análises pormenorizadas, sobretudo em se tratando de um estudo feito no prazo conciso de uma dissertação. Mas a própria construção narrativa da pesquisa, que principia como um estudo tanatológico, especialmente interessado em funerais cívicos, acabou convocando esses outros campos, de modo que, dentro das possibilidades de trabalho, este primeiro aspecto fosse compreendido proficuamente por meio de um olhar que levasse em conta a complexidade de uma personagem como Machado de Assis.

Os funerais cívicos, enquanto prática ritual (aspecto que mereceu aqui um prolongado estudo), promovem uma retórica específica: na ocasião da morte, embora não apenas nela, surgem diversas necrologias que articulam a vida e a morte do ente desaparecido em uma narrativa dotada de sentido e ação. Desse modo, o estudo dos funerais de Machado de Assis não poderia prescindir de um olhar atento para a história da recepção crítica e biográfica machadiana. Primeiro porque há uma articulação entre o enquadramento da figura pranteada no âmbito dos parâmetros críticos

de recepção e a inserção dessa figura no panteão cívico republicano; assim, um estudo que levasse em conta apenas os funerais, ou apenas a recepção crítica, perderia de vista as especificidades da retórica produzida naquele contexto. Segundo porque, no caso distintivo de Machado de Assis, os textos produzidos nessa circunstância, muitos dos quais perdidos com o incêndio que destruiu o volume *Machado de Assis, In memoriam* (coletânea produzida pela ABL contendo os textos sobre a morte desse autor),¹ descolaram, em alguma medida, esses eventos (os funerais e retórica cívica e crítica posta em cena nesse momento) do conjunto maior da história da recepção machadiana. A análise das várias necrologias, reunidas metodologicamente a partir do conceito *função-necrológico*, permitiu, então, compreender melhor como as memórias produzidas postumamente se articulam, e se articularam, com movimentos memoriais mais amplos.

Foi, justamente, ao analisar as necrologias machadianas, i.e., os textos que, naquela conjuntura, cumpriram a *função-necrológico*, que se tornou necessário interessar-se pela história das ideias linguísticas, sobretudo pelas ideias linguísticas veiculadas, ou esboçadas, por Machado de Assis. Em ampla medida, nas necrologias, muito mais que um louvor à obra e à figura machadiana, marcadas por certo estranhamento, e distanciadas do que um comentador chamaria de “alma nacional”, é sobejamente evidenciado, e enquadrado civicamente, o estilo machadiano. Ou seja, foi deveras destacado, nesse momento, a mediania machadiana no uso da língua, coisa que, civicamente apresentada, justificou, ou pelo menos tornou menos problemática, a consagração de um homem que, demasiadamente reservado, havia se destacado por uma obra monumental, mas vista como uma súplica de negativas, e por um reconhecimento acadêmico que, glorificador, foi também rechaçado por muitos como faccioso. Em ampla medida, sugerimos que o viés de consagração cívica de Machado, i.e., a contribuição à “civilização” que tornou possível a sua incorporação aos grandes vultos nacionais, a partir dos eventos performados durante os funerais, encontra-se tanto na sua produção literária (materializada na obra monumental e no prestígio de que gozava) como também, e sobretudo, no culto sistemático do vernáculo.

Há, portanto, uma articulação entre os estudos tanatológicos (interessados nos funerais e nas implicações pragmáticas, existenciais e afetivas das práticas mortuárias), a história da recepção (donde evidenciam-se os gêneros articulados pela *função-necrológico* e o impacto desses textos no

¹ Cf. Anexo. Machado de Assis, *In memoriam*.

âmbito da fortuna crítica machadiana) e a história das ideias linguísticas (cuja demanda provém das necrologias, mas que justificou a inserção cívica promovida pelos funerais). Desse modo, esperamos que o risco anunciado no intuito de articular esses três campos, e as falhas e lacunas das quais não conseguimos nos desvencilhar (algumas evidenciadas oportunamente), encontre alguma salvação, ou justificativa, nos ângulos que uma abordagem nesses termos pode iluminar.

O trabalho está organizado em quatro partes, antecedidas por um prólogo e sucedidas por um epílogo, um apêndice e um anexo. De modo geral, as fontes da pesquisa são majoritariamente os jornais do período, especialmente aqueles de grande circulação, e que, além disso, acompanharam de perto a morte do primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), como a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, o *Jornal do Commercio* e o *Jornal do Brasil*, dentre outros. Essas fontes, quando não indicado o contrário, foram todas consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Exceção os casos indicados, cuja referência é apontada na nota de rodapé, os jornais analisados foram todos publicados no Rio de Janeiro.

O prólogo é composto pelo capítulo “O desfecho, ou a saída para a eternidade”. Nesse texto, há a apresentação de um primeiro conjunto de fontes, articuladas em virtude das figurações machadianas organizadas a partir do que Antônio Cândido nomeia como a luta do “gênio Vs. Destino”, e a centralização da abordagem teórica, que busca articular, a partir de uma discussão sobre memória, intencionalidade pragmática, aspectos rituais e formas afetivas de luto. Objetiva-se ainda, ao comentar alguns elementos da retórica fúnebre machadiana, localizar os funerais de Machado de Assis (e a discursividade em torno desse evento) tanto no âmbito da fortuna crítica do escritor quanto no contexto maior das reflexões sobre necrologias e funerais cívicos.

Na parte I, durante o capítulo 1, “O fascínio da morte”, busca-se apresentar o necrológio como um gênero jornalístico, i.e., são apresentadas as raízes históricas e as especificidades dessa modalidade de discurso; por fim, levando em conta os aspectos formais e funcionais do *corpus* documental da pesquisa, é proposto o conceito *função-necrológio*. No capítulo 2, “Um olhar necrológico”, após uma breve análise dos necrológios machadianos, são destacado alguns elementos que, juntos, conformam uma certa representação póstuma da trajetória de Machado de

Assis. Nessa parte, é evidenciada a luta dos cultores machadianos, engajados em uma *retórica da purificação*, para promover a inserção cívica no âmbito do panteão republicano, e, a um só tempo, proteger a figura machadiana de uma discursividade contrária que, àquele tempo, já se cristalizava.

Na parte II, durante o capítulo 1, “A última flor do Lácio”, é iniciado um breve mapeamento da recepção crítica no sentido de compreender como a figura e a obra de Machado de Assis eram apreciadas pelos coetâneos; ainda nesse capítulo, há um aprofundamento na investigação de uma das tendências identificadas nas necrologias, qual seja: a ênfase no estilo e no português puro e castiço empregado por Machado. No capítulo 2, “Língua, estilo e nação”, a discussão sobre o estilo machadiano é melhor desenvolvida por meio de um amplo mapeamento das opiniões sobre a língua e o estilo machadiano professadas por diversos comentadores ao longo do século XX; busca-se, desse modo, compreender qual era concepção machadiana de língua e, ainda, a relação dessa concepção com a polêmica acerca do “português brasileiro”. Em ampla medida, a pesquisa sugere que a “mediania machadiana” foi um dos elementos justificadores no processo de incorporação da figura de Machado de Assis ao panteão cívico republicano.

Na parte III, durante o capítulo 1, “Ritualizar o tempo, eternizar os mortos”, foram apresentados os aspectos teórico-metodológico centrais para a análise de funerais cívicos. Em seguida, no capítulo 2, “Indícios e esboços de uma tradição cívica”, o interesse foi compreender o argumento de João Filipe Gonçalves segundo o qual os eventos fúnebres, durante a Primeira República, faziam “parte de uma prática costumeira que tem um sentido comum em suas várias manifestações”.² Em um primeiro momento, foram analisados os funerais de figuras como Gonçalves Dias, José de Alencar e Carlos Gomes. No capítulo 3, “O dobre de finados”, interessado no mesmo objetivo, analisou-se alguns funerais cívicos (civis e militares) realizados entre 1880 a 1908. O objetivo, ao seguir uma pista do *Jornal do Brasil* (que sugere alguns nomes a partir de itens comuns a esses funerais), foi mapear como essa prática fúnebre se estruturou durante o período recortado, quais transformações formais se deram, quais as diferenças e semelhanças entre funerais civis e os militares e como os funerais dessas figuras dialogam com a conjuntura histórica, existencial, afetiva etc. Sem ser exaustivo, e equilibrando uma dose perigosa de arbitrariedade (uma vez que os nomes sugeridos poderiam ser outros), esta parte apresenta, de modo esboçado,

² GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 156.

alguns elementos que, especificamente para os redatores do *Jornal do Brasil*, poderiam apontar para uma certa tradição fúnebre brasileira. No capítulo 4, “Etos e retórica”, algumas conclusões das análises precedentes, assim como algumas hipóteses, foram condensadas e explicitadas.

Na parte IV, durante o capítulo 1, “Um Prometeu nos trópicos”, foi empreendido, por meio da análise de necrológios, colunas e artigos, uma breve narrativa sobre os últimos meses do escritor carioca. No capítulo 2, “Preâmbulos da imortalidade”, os funerais machadianos foram narrados e analisados com o intuito de identificar os procedimentos formais, afetivos e simbólicos que constituíram esse acontecimento. O objetivo desse capítulo foi identificar as especificidades dos funerais machadianos no âmbito de um movimento que, naquela altura, visava consagrar determinadas figuras em função das virtudes cívicas apresentadas em vida. No capítulo 3, “Um sonho de tristezas”, discutiu-se a possibilidade e as implicações da construção de um Panteão Cívico, vislumbrada por alguns contemporâneos; além disso, acompanhou-se a retórica cívica e as manifestações de lembrança em torno do nome de Machado de Assis em 1909. Por último, fez-se rápidos comentários sobre o arrefecimento das manifestações nos anos seguintes.

No epílogo, “Contra o silêncio”, analisou-se, brevemente, como a lógica das conspirações, i.e., como a “conspiração da amizade”, a “conspiração do despeito” e a “conspiração da posteridade”, aparecem nos debates literários do final do século XIX; esse estudo foi feito a partir de um mapeamento da relação travada entre José de Alencar, Machado de Assis, Mário de Alencar e Sílvio Romero. Além disso, foi destacado o sentido que a *perseverança* na “conspiração da posteridade” assume na pena de Machado de Assis. No apêndice, está o capítulo “O Calabar literato”, em que, além de apresentar uma discussão sobre história da recepção crítica, foram analisadas as opiniões contrárias ao processo de consagração em curso, dando voz aos “inimigos de Machado de Assis”; destacou-se, nesse sentido, a figura de Sílvio Romero como a “referência implícita” para os “inimigos da machadolatria”. Para dosar as críticas contra a figura machadiana, foram apresentados, ao final, os principais autores engajados em combater o suposto absentismo machadiano. Em anexo, está um conjunto de textos que pretendem retomar a ideia da publicação do *Machado de Assis, In Memoriam*, coletânea de textos editada pela ABL em parceria com a Imprensa Nacional (IN) que se perdeu em um incêndio nessa instituição. Em ampla medida, o anexo concentra uma parte considerável da base documental da pesquisa.

Examinar as memórias sobre Machado de Assis, e especialmente como elas foram construídas na conjuntura da sua morte, talvez seja um passo importante na percepção dos caminhos que a fortuna crítica do escritor tomou ao longo do século XX. Consensual sem ser unanimidade, louvado embora constantemente rejeitado, a assunção de Machado de Assis ao panteão cívico republicano (e também ao topo do cânone literário nacional) não se deu sem uma gama de mediações simbólicas perpetradas por sujeitos histórica e afetivamente engajados. Se, efetivamente, a consagração de Machado de Assis se consolida na década de 1930, sobretudo em torno da efeméride dos 100 anos do seu nascimento, identificar os antecedentes desse processo é um passo incontornável para a história da recepção crítica machadiana e talvez ajude a compreender como os heróis cívicos são, a um só tempo, politicamente construídos, antropologicamente imaginados e afetivamente reivindicados.

PRÓLOGO

O DESFECHO, OU A SAÍDA PARA A ETERNIDADE

Prometeu sacudiu os braços manietados
E súplice pediu a eterna compaixão,
Ao ver o desfilar dos séculos que vão
Pausadamente, como um dobre de finados.

Mais dez, mais cem, mais mil e mais um bilião,
Uns cingidos de luz, outros ensanguentados...
Súbito, sacudindo as asas de tufão,
Fita-lhe a águia em cima os olhos espantados.

Pela primeira vez a víscera do herói,
Que a imensa ave do céu perpetuamente rói,
Deixou de renascer às raivas que a consomem.

Uma invisível mão as cadeias dilui;
Frio, inerte, ao abismo um corpo morto rui;
Acabara o suplício e acabou o homem.

Machado de Assis, *O desfecho*

“Acabara o suplício e acabou o homem”, escreveu Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) a respeito daquela figura mitológica que, imersa na agonia contínua do seu próprio sofrimento, assistiu, quase ensandecida, “o desfilar dos séculos que vão, pausadamente, como um dobre de finados”. Prometeu, nesse sentido, é o herói cuja finitude implica liberdade: “a eterna compaixão”, suplicada pelo filho de Jápeto, efetiva-se no instante mesmo em que “frio, inerte, ao abismo um corpo morto rui”. Findo o corpo, marcado por um prolongado sofrimento, fica o herói e sua obra, imortalizados no canto do poeta.

O desfecho da heroica existência de Prometeu, coroada por uma morte, a um só tempo, brutal e libertadora, que serviu de mote a este belo soneto machadiano, serviria – como de fato serviu – como uma profícua alegoria para o passamento de Machado de Assis. Olavo Bilac (1865-1918), amigo íntimo do autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em crônica publicada na *Gazeta de Notícias* poucos dias depois de saído o “préstimo que levou ao cemitério o despojo do escritor exemplar”, assevera, compungido: “todo o homem de pensamento é filho e herdeiro do sofrimento de Prometeu”. Porém, continua o crítico e poeta, “raros terão sabido sofrer tanto e tão

nobrememente como Machado de Assis”.¹ E como teria sofrido esse homem. Acometido tanto pela dor física como pela moral, o sofrimento atingiu-lhe pelo transcurso da vida e na iminência da morte. Todavia, o martírio ao qual foi submetido o “grande mestre” – suplício de corpo e de alma – teria lhe rendido bons frutos; talvez mesmo, sugerem alguns dos seus companheiros e apreciadores, os melhores “que ainda sa[íram] da pena de um homem de letras brasileiro”.²

São vários os discursos coetâneos que enfatizam o sofrimento machadiano como um elemento essencial ao seu brilhantismo. Seu último livro, por exemplo, publicado poucos meses antes de falecer, sintetizaria, segundo alguns dos seus pares, além de um testemunho de saudade e bondade, o seu esforço último, a sua derradeira e sofrida contribuição às letras pátrias: “como se só vivesse para acabá-lo”, dizia sobre o livro Alcindo Guanabara (1865-1918) do alto da tribuna da Câmara dos Deputados, onde discursava em homenagem à memória do morto recente.³ Olavo Bilac, em coluna publicada em um jornal mineiro, insinua, acompanhando o raciocínio anterior, que “as letras brasileiras tiveram um grande lucro com essa tortura, que produziu [entre outras obras] o último livro do Mestre: o sereno e suave *Memorial de Aires*”.⁴ Já o ensaísta e historiador da diplomacia brasileira Hélio Lobo (1883-1960), em necrológio publicado no *O Pharol*, insiste que “não se vai impunemente de sacristão da Lampadosa [onde teria exercido Machado de Assis sua primeira atividade, como coroinha] ao mais alto cerro das letras nacionais sem se arrastar na alma lacerada alguns espinhos do caminho feito”.⁵

É sobretudo a partir dessa imagem sofrida e martirizada, embora cativante e genial, que Machado de Assis será lembrado e apresentado em vários contextos ao longo do século XX. Mesmo que Hélio de Seixas Guimarães destaque, contra a imagem “grave, distante e sisuda” frequentemente atribuída ao autor de *Helena*, vários depoimentos póstumos que “evocam um Machado francamente risonho”,⁶ como aquele que de tudo sorria, vislumbrado por Arthur Azevedo (1855-1908),⁷ não há como negar o caráter dissimulado desse sorriso “macio e um pouco misterioso”, tal qual o lembrado por Carmen Dolores (1852-1910).⁸

¹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

² Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

³ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁵ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁶ GUIMARÃES, H. S.; LEBENSZTAYN, I. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. [S.l.: s.n.], 2019, p. 12.

⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁸ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Seja como for, certo é que depois da morte de Carolina Xavier de Novais (1835-1904),⁹ em outubro de 1904, o “sorriso foi-se-lhe abrindo num rictus melancólico”.¹⁰ A figura triste e acabrunhada pela qual ficará conhecido a partir de então, talvez seja, como sugerem algumas leituras, apenas o prolongamento dessa circunstância,¹¹ cujo corolário (a tristeza, o sofrimento, a solidão – epítetos reconhecidamente machadianos) foi retrospectivamente projetado na trajetória de Machado, em um movimento que toma o efeito como causa presumida do seu êxito literário.¹² Nessa lógica, a dor torturante provocada pelos espinhos dispostos na sua carreira teria encontrado sentido e consumação, especialmente para os “discípulos da machadolatria”,¹³ na sua arte: fim último de uma adversa existência.¹⁴ É uma caminhada heroica, mas dolorosa, paradoxo que, como o do Prometeu machadiano, só se resolverá em uma morte terrível e piedosa.

Notável, aqui, o fato de que a contradição entre vida difícil e genialidade, entre corpo enfermo e sumidade espiritual, será sempre enfatizada em se tratando de Machado de Assis. Os paradoxos pululam quando são analisados os esboços biográficos produzidos por pósteros e contemporâneos sobre as vicissitudes e contingências da sua vida e obra. Em ampla medida, é como se da “sua tristeza [nascesse] a sua bondade”,¹⁵ como se do seu pessimismo e ceticismo se produzissem as mais belas páginas de humor e ironia da língua portuguesa, como se do seu

⁹ Carolina Augusta Xavier de Novaes Machado de Assis, irmã do poeta Faustino Xavier de Novaes (1820-1869), casou-se com Machado de Assis em 1869. O casal, segundo todas as biografias, viveu uma vida de amor e tranquilidade durante 35 anos, até que, em 1904, Carolina faleceu.

¹⁰ Sousa Bandeira. Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹¹ Para Luiz Viana Filho, por exemplo, “a posteridade guardará justamente essa figura do ancião abatido pela melancolia” (p. 261). Notável, nesse sentido, é o relato de Alceu Amoroso Lima, colhido por Viana Filho: “Nem sombra de sol, nesse vale sinuoso e úmido, à hora em que Machado, incuravelmente ferido pela morte da companheira, descia de sua casinha deserta, sozinho, sombrio, com a bengala às costas entre as mãos cruzadas, a barba inculta e rala, o olhar baixo, arrastando consigo uma longa tristeza. Passava pelo nosso jardim e íamos para a grade, a medo, ver passar esse homem soturno de quem tanto se falava em casa, e que não me lembra de ter nunca sorrido a nós, como Nabuco, embora soubesse que as crianças eram aquelas a quem mandara umas quadrinhas para sem recitadas num aniversário querido. Sabíamos também que esse homem era também ilustre e que havia em sua vida uma grande dor. Nada mais. Era o bastante para a nossa curiosidade por essa figura triste, que passava sempre à noitinha, fechado em si, olhando o chão” (p. 242). Cf. VIANA FILHO, L.. A vida de Machado de Assis. Livraria Martins Editora - São Paulo, 1965.

¹² A solidão machadiana foi, durante um tempo considerável, vista como uma característica elementar que se estenderia por toda a vida de Machado de Assis. Como sustenta Jean-Michel Massa, “fala-se em demasia sobre a solidão de Machado de Assis – acreditamos que ela tenha existido, mas mais tarde – para não assinalar este desejo de comunicação com o exterior. Em 1864, Machado de Assis não se encontrava isolado, nem intelectual nem socialmente” (430). Machado de Assis é, neste período, “o contrário do mito: corajoso, ativo, engajado, idealista” (309). MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

¹³ “O inimigo da Machadolatria” é um capítulo do livro *Os inimigos de Machado de Assis* dedicado a Agripino Grieco. A expressão, porém, serve também para designar todos aqueles que, de certa forma e em algum momento, se contrapuseram ao culto machadiano. Ver: MONTELLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998.

¹⁴ “(...) pobre rapaz, muito há de ter sofrido. Tinha, porém, para consolá-lo de tudo, a sua arte, essa arte a que esse arisco se deu todo, sem reservas, sem hesitações”. PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936, p. 71.

¹⁵ Olavo Bilac. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

supremo desengano se originassem as obras primas da literatura nacional.¹⁶ Para os biógrafos que estabeleceram os volumes publicados como parâmetro para conhecer-lhe a vida, Machado de Assis aparece em franca contradição. Segundo Lúcia Miguel Pereira, por exemplo, o autor de *Ressurreição* é, a um só tempo, “um forte – uma vontade muito ambiciosa e um raciocínio muito independente – e um fraco, enleado na sua timidez”.¹⁷ Alcides Maya, interessado no humor machadiano, percebe paradoxo semelhante: “é um forte bom, vencido, mas sobranceiro à derrota, e na atitude que assume, não de orgulho puro, e sim de altivez dolorosa, há, anulando o despeito pessoal, uma certeza superior das contingências terrenas”.¹⁸

Antônio Cândido, em um já clássico ensaio sobre a recepção de Machado de Assis na primeira metade do século XX, destaca a tendência da crítica machadiana (tanto a póstera quanto a que lhe foi contemporânea) de realçar, em suas apreciações, a dimensão do “gênio Vs. destino”. Cândido sugere, assim, a percepção de que, naquela conjuntura e para aqueles atores, fazia sentido a inserção da figura de Machado de Assis dentro de uma perspectiva que partia do pressuposto de que uma vida de percalços era a condição de uma presumida genialidade.¹⁹ Consequentemente, vários aspectos biográficos considerados problemáticos, como a “cor escura, origem humilde, carreira difícil, humilhações, doença nervosa” etc.,²⁰ foram realçados, sendo apresentados como particularidades significativas da sobressaltada vida machadiana. Essa perspectiva foi evidenciada ainda pelo jornalista Alfredo Pujol (1865-1930) nas disputadas conferências proferidas por ele entre novembro de 1915 e março de 1917 em São Paulo, e reunidas em volume no ano de 1917. Segundo Cândido, essas conferências fixaram “a singular história do menino pobre que atingiu, como compensação, os pináculos da expressão literária”.²¹

A biografia de Alfredo Pujol, interessada que estava em fazer o elogio do literato socialmente vitorioso, será então uma peça central no processo de sacralização, uma vez que “sintetiza a primeira etapa da produção da admiração pelo escritor Machado de Assis”.²² Essa etapa, constituída sobretudo pela ênfase na sofrida trajetória de ascensão, organiza-se a partir de uma

¹⁶ Olavo Bilac: “E fez do seu desengano uma série de obras primas, em que o ceticismo, pela graça de que se vestem chega a ser consolador como uma crença”. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁷ PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936, p. 14.

¹⁸ MAYA, A.. Machado de Assis: algumas notas sobre humor. 3ª ed. rev. – Porto Alegre: Movimento / Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2007, p. 15.

¹⁹ CÂNDIDO, A.. Esquema de Machado de Assis. In: Vários escritos, São Paulo: Duas Cidades, 1970, p. 15.

²⁰ *Idem*, p. 15.

²¹ *Idem*, p. 19.

²² WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008, p. 66.

estrutura narrativa de tipo dramática. Para Antônio Cândido, ainda marcada por um modo de ser ainda essencialmente romântico, a tendência quase invencível daquele tempo teria sido a de “atribuir aos grandes escritores uma quota pesada e ostensiva de sofrimento e de drama, pois a vida normal parec[ia] incompatível com o gênio”:

Dickens desgovernado por uma paixão de maturidade, após ter sofrido em menino as humilhações com a prisão do pai; Dostoiévski quase fuzilado, atirado na sordidez do presídio siberiano, sacudido pela moléstia nervosa, jogando na roleta o dinheiro das despesas da casa; Proust enjaulado no seu quarto e no seu remorso, sufocado de asma, atolado nas paixões proibidas (...).²³

Para Lindolfo Xavier, “esses vultos surgem assim, para a glória e para o esplendor, [mas] não [trilham] caminhos fáceis, nem [nadam] em lagos serenos”. “É próprio do gênio”, afirma o memorialista, lutar e rebelar-se “contra o meio, reagir sempre contra os costumes”.²⁴ Machado de Assis, fruto de um terreno modesto e acanhado, teria nascido para ser um iletrado, um anônimo, em suma: para ser ninguém, “mas o gênio protestou e fez dele um escritor notável”.²⁵ Do mesmo modo, para Moysés Vellinho, a vida de Machado era como uma “parábola caprichosa, quase absurda, entre a miséria de sua origem e a glória do seu destino”. “Sem outro auxílio que não o de seu gênio”, Machado teria conseguido erguer-se ao “mais legítimo patriciado do espírito”.²⁶ Ainda nesse sentido, para Graça Aranha, o autor de *Ressurreição*, vindo do nada, “venceu as suas origens modestas, tornou-se homem de cultura, de gosto e criou a sua própria personalidade. É um doloroso e belo poema o da elaboração do gênio neste obscuro heroísmo”.²⁷

Sob essa perspectiva, diversos “críticos que estudaram Machado de Assis [sobretudo nas primeiras décadas do século XX] nunca deixaram de inventariar e realçar as causas eventuais de tormento social e individual”.²⁸ Como lembraria Hélio de Seixas Guimarães, ao comentar a construção de um perfil cívico machadiano na década de 1930 (perspectiva que pode ser projetada também em 1908), “para o processo oficial de canonização, à semelhança do que ocorre no gênero hagiográfico, importa menos o que de fato ocorreu, o dado histórico, e mais o caráter exemplar

²³ CÂNDIDO, A.. Esquema de Machado de Assis. *op.cit.*, 1970, p. 15.

²⁴ XAVIER, L.. Machado de Assis no tempo e no espaço. Coeditora Brasília - cooperativa, Rio de Janeiro, 1940, p. 19.

²⁵ *Idem*, p. 21,

²⁶ VELLINHO, M.. Machado de Assis: aspectos de sua vida e de sua obra. Oficina Gráfica da Livraria do Globo - Porto Alegre, 1939, p. 8.

²⁷ ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. São Paulo : Monteiro Lobato & Editores, 1923, p. 12.

²⁸ CÂNDIDO, A.. Esquema de Machado de Assis. *op.cit.*, 1970, p. 15.

dos elementos escolhidos para a composição da figura”.²⁹ Desse modo, mesmo que esse discurso de tipo dramático se acentue definitivamente, embora carecendo de fundamento documental,³⁰ com a produção das biografias mais consistentes sobre Machado na década de 1930,³¹ é possível insistir que já nas cercanias da morte do “Bruxo do Cosme Velho”,³² em setembro de 1908, e nos meses imediatos a este evento, esses elementos receberam notável destaque nos textos publicados na imprensa, direcionando, em alguma medida, as abordagens posteriores.

Todavia, importa não perder de vista que a trajetória de Machado de Assis é, em ampla medida, a trajetória de um homem negro que venceu e sobreviveu em meio a uma sociedade racista, racialista e escravocrata; e, nesse sentido, os imaginários a seu respeito, assim como a sua obra e personalidade, estão inevitavelmente atravessados por essa dimensão. No entanto, se, no sentido do sofrimento como condição da genialidade,³³ e não como trajetória destituída de violências e empecilhos,³⁴ os sofrimentos machadianos não “excederam aos de toda gente”, “nem

²⁹ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. 1º ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 152.

³⁰ Modesto de Abreu, ao comentar a biografia de Lucia Miguel Pereira, comenta: “é bem verdade que nem todas as informações se podem reputar fidedignas, há muita invencione e muita deturpação, mesmo no que é fornecido por pessoas que poderiam parecer insuspeitas” (p. 72). Cf. ABREU, M.. Biógrafos e críticos de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939.

³¹ Para Hélio de Seixas Guimarães, a representação de Machado como um brasileiro pobre e mestiço ganharia “força em meados da década de 1930, tendo seu marco na publicação do Estudo crítico e biográfico de Lúcia Miguel Pereira, de 1936”. GUIMARÃES, H. S.. Uma longa vida póstuma. In: GUIMARÃES, H. S.; LEBENSZTAYN, I. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. [S.l.: s.n.], 2019, p. 16.

³² “Bruxo do Cosme Velho” é um epíteto machadiano que se popularizou sobretudo a partir da publicação do poema “A um bruxo, com amor”, de Carlos Drummond de Andrade,

³³ Para Cândido, depois de trabalhos como de Jean Michel-Massa (que mostrou uma juventude francamente alegre de Machado de Assis), ficou “difícil manter este ponto de vista” (p. 15). A segunda metade do século XX marca, portanto, o esgotamento de um modelo de explicação que toma a tragicidade da vida como elemento essencial para um suposto brilhantismo. A tese do livro *A juventude de Machado de Assis* é assim definida por Massa: “no curso do nosso estudo, assinalamos diversas vezes como a interpretação clássica de Machado de Assis pouco corresponde a estes fatos e a estes gestos e como ela fica sendo antes um reflexo de uma ideia preconcebida que é necessário outorgar à vida e aos textos do escritor. Fez deslizar pela juventude a timidez doentia, o debruçamento sobre si mesmo, o pessimismo radical que parece posterior, fruto de outros eventos, de outras experiências literárias ou vividas. Tal Machado de Assis é demasiadamente simplificado, senão até simplista, pelo menos até 1870, porque, salvo raros acessos, esta visão sombria não era essencial à sua concepção do mundo. Quanto à maturidade e à velhice do escritor, abstermo-nos de afirmar que ele era pessimista só porque muitos contos são histórias tristes. Machado de Assis nos parece, ao contrário, um autor sereno, olímpico, que, pela criação literária, atingiu a sua maneira a *catarsis*. Mas isto é outra história” (p. 589). Cf. CÂNDIDO, A.. Esquema de Machado de Assis. *op.cit.*, 1970, p. 15 e MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis. *op.cit.*, 1971.

³⁴ É o que sugere José Barreto Filho ao escrever: “esses estímulos do meio em que viveu, os costumes brandos da época, a vida mais fácil, o relativo sucesso do pai em suas tentativas no comércio, abriam à sua aspiração ascensional as primeiras perspectivas, que a imaginação alimentou e a vontade manteve abertas”. (p. 29-30). Embora de fato a trajetória de Machado seja menos violenta e problemática do que a de vários outros escritores e homens com a sua cor e condição social, falas como essa precisam ser melhores contextualizadas, sob pena de escamotear as especificidades da condição de existência de Machado de Assis em uma sociedade escravocrata. Eduardo de Assis Barbosa, por exemplo, comenta: “é nesse ambiente de flagrante rebaixamento da afro-descendência [o autor expõe, entre outras coisas, as opiniões do conde Arthur de Gobineau sobre os brasileiros, que ele considerava “um povo infame: todos mulatos, a ralé do gênero humano”] que o autor mulato, neto de escravos e nascido no morro do livramento [Machado de Assis], irá aos poucos se firmando como a grande voz da literatura de seu tempo. Não deixa de ser um caminho longo e acidentado, em que o cidadão e o homem de letras têm que se defrontar com a espinha dorsal da sociedade e do próprio Estado brasileiro daquele momento” (p. 252). Mesmo se tratando de contexto diverso (final do século XX), a leitura do livro de Neusa Souza Santos pode ser esclarecedora no sentido de compreender, conforme já evidente no subtítulo da obra, as vicissitudes do negro em ascensão social no Brasil. Cf. BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. 1º ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2014; DUARTE, E. A.. Estratégias de Caramujo. In: ASSIS, J. M. M.. Machado de Assis afro-descendente - escritos de caramujo [antologia]. Organização, ensaio e notas: Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Pallas / Crisálidas, 2009. 2ª edição/ 1ª reimpressão, revista e ampliada e SOUSA, N. S.. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. - Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

a sua vida foi particularmente árdua”,³⁵ como aponta Antônio Cândido,³⁶ não parece forçosa, então, a hipótese de que a ênfase na dimensão dramática se constitui como um artifício retórico, cujo objetivo seria o de consolidar determinado imaginário sobre o autor de *Dom Casmurro*.

Os ardis da memória

Sem descurar do que efetivamente existe de notável e sofrível na biografia de Machado de Assis (essa dimensão é, em certo sentido, condição das possibilidades de algumas figurações machadianas, como discutiremos em outro lugar),³⁷ trata-se aqui, porém, de compreender a biografia (e o necrológico como uma modalidade específica do biográfico em interlocução com outras práticas discursivas *post mortem*) como obra de memória.³⁸ Obra potente, pelo poder que tem de evocar fragmentos do passado; mas também, e por isso mesmo, obra aberta à permanente tensão entre lembrança e esquecimento;³⁹ obra disponível a usos, abusos e manipulações.

A memória sobre Machado de Assis é, por assim dizer, uma memória manipulada, conformada, i.e., feita com as mãos – com várias mãos.⁴⁰ Dizê-lo, note-se bem, não implica mobilizar de imediato as categorias da memória pragmática. Como insiste Paul Ricoeur, as “múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação”.⁴¹ Nesse sentido, se a manipulação em meio humano, especialmente em sua relação com a ideologia, merece

³⁵ CÂNDIDO, A. Esquema de Machado de Assis. *op.cit.*, 1970, p. 15.

³⁶ Compartilho com Antônio Cândido a percepção de que, em ampla medida, aspectos individuais não podem ser tomados como matriz de qualquer coisa que seja a genialidade. É nesse sentido que compreendo falas como “nem a sua vida foi particularmente árdua”, ou seja, a vida de Machado não teria sido árdua a ponto de justificar, de algum modo extraordinário, sua suposta “genialidade”. A ideia de “escritor genial”, como já se tem demonstrado, é uma construção. Mas a condição de Machado de Assis como homem negro, e as implicações dessa condição em uma sociedade estruturada no racismo, como a brasileira, certamente impactou sua constituição psíquica, sua atuação na cena pública e o modo como construiu sua obra. Como aponta Ana Flávia Magalhães Pinto, “numa sociedade escravista, por óbvio, não importava o caminho tomado, uma pessoa negra livre sempre seria interpelada pelos assuntos e os espaços do escravismo” (p. 184). Como insiste ainda a pesquisadora, ignorar a dimensão da raça e do racismo não parece ser o melhor modo de compreender literatos negros e a própria história do pensamento social e literário brasileiro. Assim, me afasto dos enunciados de Cândido na medida em que eles relativizam as especificidades da vivência de Machado de Assis. Cf. PINTO, A. F. M.. Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

³⁷ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

³⁸ Cf. Parte I, cap. 1. O fascínio da morte.

³⁹ NORA, P.. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993, p. 9.

⁴⁰ Etimologicamente, o termo “manipular” refere-se a tudo o que pode ser manuseado com as mãos. Esta é a primeira acepção da palavra em dicionários como o *Michaelis*, onde manipular é: a) “preparar, dar forma, tocar, segurar ou transportar com as mãos”. Além deste primeiro sentido, foram acoplados ao termo, no eixo do tempo, vários outros significados. No sentido figurado, por exemplo, que além de tudo é o mais reconhecido cotidianamente, “manipular” é “influenciar” ou “controlar” pessoas ou situações. É nesse sentido que Ricoeur mobiliza o termo, caracterizando-o como uma forma de abuso. Aqui, porém, nos afastamos deste sentido figurado para privilegiar o etimológico. Nada disso, no entanto, nos impedirá de convocar o termo no sentido ricoeuriano quando for pertinente.

⁴¹ RICOEUR, P.. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2007, p. 72.

ser “marcada com um estigma da infâmia”,⁴² visto que esta forma de manusear situações constitui, do ponto de vista coletivo ou público, um efetivo abuso por parte dos detentores do poder, nem por isso o filósofo francês deixa de reconhecer que lembrar-se, no sentido da *anamnese* grega, já é colocar em movimento um uso da memória, “a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa”.⁴³ É a partir da narrativa, então, que representa-se, no presente, o “ser sido” da coisa passada; é a partir da narrativa que organiza-se as instâncias portadoras da experiência de tempo, tornando-as inteligíveis à sensibilidade humana. No entanto, “assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo”, razão pela qual “a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva”.⁴⁴ Lembrar-se, em um movimento que incorpora a passividade da reminiscência, é também “se apropriar da memória para fazer algo com ela”.⁴⁵ Uso que, todavia, não necessariamente recai em abuso, antes evidencia a “vulnerabilidade fundamental” implicada na distância entre a anterioridade do passado e a presença da lembrança, que sem ser o passado, também não é sem ele: sombra do objeto ausente na fantasmagoria do presente.

Mantendo-nos na trilha de Paul Ricoeur e Fernando Catroga, não é, pois, pretensão deste trabalho negar “a função involuntária dos ‘ardis da memória’”,⁴⁶ olhando com suspeição um movimento (a lembrança e suas injunções) que é próprio dos homens no tempo, sobretudo daqueles que se encontram enlutados. Assim, por um lado, a fala positivada dos amigos de Machado de Assis – muitos dos quais acompanharam, sentidos, a dor da sua morte – tem muito que ver com o amor que sentiam para com aquele homem que desaparecia, e que tanto bem fizera por eles; lembrar-se da figura amada é, quase sempre, recuperá-la pelo amor. O louvor dos amigos, as palavras de carinho e consideração, o próprio esforço em consagrar Machado de Assis tem, nesse sentido, uma dimensão afetiva, vinculada à emotividade provocada pelo desaparecimento. Não há, portanto, que perder vista essa dimensão essencial: memória é também afeto.

Por outro lado, entretanto, seria ingenuidade ler os discursos produzidos sobre Machado de Assis (em particular aqueles sobre a sua morte) como se apenas memórias puras ou desinteressadas se tratassem. Como sugere Maria Helena Werneck, em ocasiões como funerais e

⁴² *Idem*, p. 74.

⁴³ *Idem*, p. 455.

⁴⁴ *Idem*, p. 455.

⁴⁵ REIS, J. C.. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 35.

⁴⁶ CATROGA, F.. Memória, história e historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015, p. 75.

outros eventos públicos, “o elogio do literato vitorioso socialmente [como Machado de Assis] era transformado numa performance que podia garantir também ao conferencista ou biógrafo um lugar no panteão da literatura nacional”.⁴⁷ Todos os discursos construídos em função do passamento de Machado de Assis apresentam-se, nessa lógica, como uma espécie de imagem fragmentada, cujo fluxo discursivo – que atribui sentido e unidade a essas narrativas diversas e plurais – busca enfatizar, através de artifícios de linguagem e rituais mnemônicos, determinados aspectos da biografia e das obras desse homem que saía da vida para “entrar na imortalidade”.⁴⁸

Exemplo paradigmático desse movimento que incorpora intencionalidade pragmática e afeto, pode-se dizer que o Mário de Alencar (1872-1925) que, comovido, lamenta a “longa e invencível” distância que o separa de Machado de Assis e busca minorá-la pela memória, essa coisa fugidia, “que aparece nas retinas fechadas ao mundo exterior e logo se desfaz, quando procuro fixá-la”,⁴⁹ é também aquele que, sem implicar contradição alguma, transformou o “conhecimento da vida privada”, oriundo do trato íntimo que teve com o ilustre escritor, “em meia valia no mercado da leitura da obra do autor”.⁵⁰ Se aqui elementos da intimidade são explicitados, quando conveniente, entretanto, fatos desagradáveis à “retórica da consagração”, como a visita do Barão do Rio Branco (1845-1912) ao Machado de Assis acamado, dia antes da sua morte, ficaram de fora das memórias, esquecidos ou negligenciados.⁵¹ É nesse sentido que, quase uma década depois dos funerais machadianos, Medeiros e Albuquerque (1867-1934), que participou do hino de louvor entoado ao escritor fluminense, confessa: “todos nós, que frequentamos Machado de Assis, estamos muito perto de sua memória para poder julgá-la com imparcialidade”.⁵²

Entre a lembrança e o esquecimento instaura-se, assim, além de uma relação fenomenologicamente necessária, um jogo sutil de intenções, nem sempre explicitadas. O risco, tendo em vista a representação de uma vida – especialmente uma eminente, monumental e cívica como a de Machado de Assis – é que “só algumas das suas partes sejam evocadas e,

⁴⁷ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. *op.cit.*, 2008, p. 26.

⁴⁸ Do ponto de vista da retórica dos “imortais”, empregada na ABL, há um inconveniente em se comemorar efemérides como a de nascimento e morte (prática rotineira na instituição), haja vista que, a rigor, imortais não morrem. No entanto, diz-se que o nascimento é a entrada do imortal na vida; e a morte, a saída para a eternidade.

⁴⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁵⁰ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. *op.cit.*, 2008, p. 22.

⁵¹ Cf. Parte IV, cap. 1. Um Prometeu nos trópicos.

⁵² ALBUQUERQUE, M.. Livros. *Revista do Brasil*, São Paulo, jul. 1917, n. 19, vol. V, pp. 334-5. In. GUIMARÃES, H. S.; LEBENSZTAYN, I. *Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares*. [S.l.: s.n.], 2019, p. 190.

consequentemente, sacralizadas”, enquanto outras “são esquecidas e depreciadas”.⁵³ Nessa forma presumida de abuso, o esquecimento é o mal a ser combatido, porque privilegia-se a lembrança, mesmo que seletiva. Entretanto, embora a lembrança apresente-se, inicialmente, como o polo positivo da memória, porque salva a vida do esquecimento; o esquecimento, por sua vez, não parece designar sempre o polo negativo, haja vista que sem ele não há vida crítica, apenas imobilização – como em *Funes, o memorioso*, em que o passado toma conta do presente, e também em Nietzsche, em que o passado monumental não serve à potencialidade plástica da vida. O risco, desse modo, é inevitável (em função da seletividade implicada na narrativa do passado), mas também imprescindível, a tal ponto que se pode dizer, na esteira de Heidegger, que o esquecimento reveste-se de uma significação positiva, uma vez que “é ao passado como tendo-sido que se vincula esse esquecimento que (...) condiciona a memória”.⁵⁴

Se, por um lado, e para alguém como Andreas Huyssen, inverter o polo tradicional, sugerindo o esquecimento como matriz da memória, não resolve o problema; por outro, a importância de uma “fenomenologia do esquecimento” está, justamente, em explicitar as tensões entre lembrança e esquecimento, i.e., mostrar que o esquecimento, entendido a partir da complexidade que o caracteriza, não é marginal ou patológico, mas imprescindível à dinâmica de tornar presente um objeto ausente. Huyssen sugere algo nesse sentido ao comentar, por exemplo, o conto borgiano: “o esquecimento, em sua mistura com a memória, é crucial para o conflito e a resolução nas narrativas que compõem nossa vida pública e íntima. Esquecer não apenas torna a vida vivível, como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória”.⁵⁵

Embora as disputas em torno de um perfil cívico [como o de Machado de Assis] ampliem a possibilidade de controle por parte dos “agentes de consagração”, esse controle não necessariamente rompe com as formas mais espontâneas e afetivas de construção memorial.⁵⁶

⁵³ CATROGA, F. Memória, história e historiografia. *op.cit.*, 2015, p. 75.

⁵⁴ RICOEUR, P.. A memória, a história, o esquecimento. *op.cit.*, 2007, p. 450.

⁵⁵ HUYSEN, A.. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In. HUYSEN, A.. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 158.

⁵⁶ “Isto porque, na leitura de Catroga, quanto mais extensa a coletividade imaginada, mais sujeita ficaria à manipulação e aos mecanismos políticos-ideológicos, embora o uso mais racionalizado do passado, que remete para recursos mais artificiais como a ‘fabricação’ e a ‘invenção’, não fosse compreendido como uma total ruptura em relação às formas mais espontâneas de construção de memória em suas dimensões comunitárias e afetivas”. (p. 64). Cf. MARCELINO, D. A.. *Historiografia, morte e imaginário: estudos sobre racionalidades e sensibilidades políticas*. 1ª ed. São Paulo : Alameda, 2017.

Nesse sentido, como destaca Luigi Bonafé, “mais do que ‘deixar o Santo de lado para alcançar o homem’, o historiador que se depara com este tipo de ‘canonização’ deve compreendê-lo como construção histórica, desvelando operações mnemônicas e suas formas de enunciação”.⁵⁷ Não se trata, então, de denunciar a manipulação ideológica (embora seja razoável apontar, eventualmente, os abusos aos quais estão susceptíveis tanto a lembrança como o esquecimento), mas sim compreender a feitura das memórias sobre Machado a partir da conjuntura histórica, social e afetiva na qual elas foram forjadas. Daí a importância, ao não negar o polo positivo do esquecimento, de não esquecer-se também de lembrar o esquecido, mantendo no horizonte perguntas como “quem recorda o quê? E por quê? Que versão do passado se registra e se preserva? O que é que ficou esquecido?”.⁵⁸

Uma memória póstuma

Do ponto de vista de uma memória em franca construção e publicização, como a de Machado de Assis no contexto em que tratamos (1908-1909), é absolutamente profícuo o deslocamento dessas perguntas (quem? porque? etc.) para uma tipologia de fonte que, em função de sua característica elementar, pretende instalar a morte “en una memoria definitiva, precisamente por lo que tiene de brevedad e inmediatez”.⁵⁹ Definitiva não no sentido de última, ou única, mas no sentido de um destino definido, desfechado, encerrado pela morte: é a vida na sua integralidade, mesmo que em sua precária virtualidade, o objeto do obituarista; além disso, esse porta voz do sentimento de luto escreve no instante quente da recordação, i.e., na circunstancialidade da morte: momento em que o objeto amado se ausenta definitivamente e só pode ser convocado sob o signo impreciso daquilo que não mais existe. Destaca-se nesses textos, portanto, não a totalidade de uma vida vivida (coisa de todo modo impossível), mas “os principais feitos de quem possui características que merecem ser recordadas”.⁶⁰

⁵⁷ BONAFE, L. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, 2008, p. 17.

⁵⁸ CATROGA, F. Memória, história e historiografia. *op.cit.*, 2015, p. 76.

⁵⁹ BALTASAR, B.. La muerte y sus vínculos. In *Necrológicas. Veinte años de muertos ilustres*. Bitzoc, Palma de Mallorca, 1997, p. 7.

⁶⁰ FAGUNDES, L. P. . E quando é morto o imperador? Batalhas memoriais nos funerais de D. Pedro II (1891). *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e morrer*, v. 1, p. 27-52, 2016, p. 44.

No caso de Machado de Assis, como percebe Hélio de Seixas Guimarães, os termos religiosos mobilizados em vários necrológios, colunas, artigos e discursos “não deixam dúvidas sobre a canonização em curso”.⁶¹ O necrológio, associado a outras necrologias, constitui-se, assim, como um instrumento importante no processo de consolidação de uma “memória póstuma”, sobretudo porque, na hora da morte, o choro da perda mistura-se com olhares curiosos e com os semblantes encabulados dos que observam as pompas.

Os funerais cívicos, e demais manifestações fúnebres, especialmente os necrológios, geralmente lançam na esfera pública aspectos do mundo privado. Como destaca Paul Ricoeur, essas práticas, no mais das vezes, encontram-se “a meio caminho entre a memória privada e a memória social”.⁶² Não por acaso, a característica primordial do necrológio (e de outras práticas necrológicas) é a fala denotativa da proximidade (afetiva ou intelectual) com o morto. Via de regra, conta-se nesses textos alguma anedota sobre a vida privada do defunto. Nas palavras de Basilio Baltasar, “al proclamar en público el vínculo privado, el poeta [e os oradores de maneira geral] reconoce en la muerte del amigo el misterio de la indisolubilidad que une a los hombres que han pasado por este mundo y se han conocido en él”.⁶³ Assim, a fala que, em um primeiro momento, insere-se no “tempo dos parentes e amigos”, é alçada, em um segundo momento – em função da plataforma jornalística em que aparece (no caso do necrológio) e dos lugares a que está ligada (no caso de outras manifestações fúnebres) –, no espaço público e no tempo social, onde ela cumpre uma importante função comunitária:

Todas as vezes em que pronunciamos ou escrevemos a frase “em memória de ...”, inscrevemos o nome daquele que trazemos à memória no grande livro da co-lembrança, que se inscreve, por sua vez, no tempo maior.⁶⁴

É justamente ao se inscrever neste tempo social da memória – o tempo maior por excelência – que “a margem de manipulação e de uso político-ideológico aumenta”.⁶⁵ Ao entrar definitivamente no espaço público, a memória sobre Machado de Assis torna-se, assim, mais maleável. Mas entre os usos e abusos desta memória legada a terceiros, explicita-se não só os interesses dos “agentes da consagração”, engajados na glória por associação, como também a

⁶¹ GUIMARÃES, H. S. Uma longa vida póstuma. *op.cit.*, 2019, p. 14.

⁶² RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. *op.cit.*, 2007, p. 60.

⁶³ BALTASAR, B. La muerte y sus vínculos. *op.cit.*, 1997, p. 7.

⁶⁴ RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. *op.cit.*, 2007, p. 60.

⁶⁵ CATROGA, F. Memória, história e historiografia. *op.cit.*, 2015, p. 75.

necessidade – de cariz mais propriamente, mas não necessariamente, privado – de sofrer o luto pela perda do ente querido. Em se tratando de figura identificada à pátria, amplia-se, uma vez mais, as margens afetivas e manipulatórias, considerando que o trabalho de luto é sofrido e realizado coletivamente. Para Guimarães, “a assimilação de Machado de Assis nas primeiras décadas que se seguiram a sua morte assemelha-se a um processo de luto, lento e duradouro, ao final do qual o escritor foi sendo aos poucos incorporado ao cânone do século XX”.⁶⁶

Guimarães, nesse caso, não se refere explicitamente à retórica fúnebre e se concentra sobretudo na recepção crítica e em atos institucionais (como do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional). Segundo Gabriela Manduca Ferreira, a imagem de Machado de Assis foi mobilizada durante Era Vargas (1930-1945), especialmente a partir do Estado Novo (1937-1945), tanto pela crítica literária especializada quanto pelo aparato estatal, com o objetivo de elevar o autor à condição de “símbolo da nação”, ou seja, houve, sobretudo a partir das comemorações em torno da efeméride de 100 anos do nascimento de Machado,⁶⁷ um movimento sistemático de construção e consolidação de um perfil louvável e exemplar do escritor carioca.⁶⁸ Ferreira desenvolve, assim, a hipótese do estabelecimento da figura de Machado de Assis como “mito nacional” na década de 1930,⁶⁹ defendida anteriormente por Hélio de Seixas Guimarães.⁷⁰

⁶⁶ GUIMARÃES, H. S.. Uma longa vida póstuma. *op.cit.*, 2019, p. 21.

⁶⁷ Segundo Hélio de Seixas Guimarães, “promovia-se ali [comemorações em torno da data de nascimento de Machado], pela primeira vez na história do país, uma grande concentração de esforços da intelectualidade e de órgãos do Estado em torno da consagração de uma figura literária, algo que não mais se repetiu com as proporções de 1939. Trata-se de um período em que o Estado brasileiro se empenhou na constituição de um patrimônio nacional e no qual o escritor Machado de Assis é alçado à condição de “patrimônio cultural brasileiro” e incorporado aos manuais escolares”. GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 112-3.

⁶⁸ Lindolfo Xavier, em livro de 1940, comenta: “abalar um país inteiro, ter-lhe o espírito voltado para o seu nome, durante uma comemoração de mais de três meses, em que tomam parte todas as forças vivas da nação, no que ela tem de espiritual e cultural, é, certamente, algo de excepcional, de grandioso e sublime (p. 105). Segundo Ferreira, é nomeadamente no Estado Novo que Machado de Assis torna-se “objeto de uma ofensiva, sobretudo nos campos educacional e cultural, para sua consagração como o maior escritor brasileiro e, em grande medida, também como um medalhão nacional” (p. 11). Para Hélio de Seixas Guimarães, além de uma série de comemorações e medidas estatais, como a inauguração de pinturas do escritor em escolas e a circulação de “moedas que trazem no anverso o busto de Machado (...), numa associação inequívoca do escritor ao nacionalismo oficial do Estado Novo” (p. 100). Cf. XAVIER, L.. Machado de Assis no tempo e no espaço. *op.cit.*, 1940; FERREIRA, G. M.. A crítica machadiana durante o Estado Novo. 2011. 120 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011 e GUIMARÃES, H. S.. “Um apólogo – Machado de Assis” – do escritor singular ao brasileiro exemplar. Machado de Assis em linha n. 8. Rio de Janeiro; São Paulo, dez. 2011.

⁶⁹ Esse movimento de consagração pública teve como epicentro a *Exposição Machado de Assis*, organizada pelo Instituto Nacional do Livro (INL) na Biblioteca Nacional (BN) e inaugurada em 21 de junho de 1939. A exposição, além de convocar parte considerável da intelectualidade nacional, contou com a presença de figuras centrais na dinâmica política e cultural da época, como Getúlio Vargas (1882-1954) e o ministro Gustavo Capanema (1900-1985). Ferreira (2011, p. 95) recolhe, nesse sentido, um discurso do ministro Capanema, em sessão especial na Academia Brasileira de Letras (ABL), em que ele parece sintetizar qual era, naquele momento, o olhar do estado varguista em relação ao escritor homenageado: Machado de Assis seria “o mais primoroso bem do nosso patrimônio intelectual” (O Globo, RJ, 22/06/1939). Nessa lógica, segundo Hélio de Seixas Guimarães, a imagem de Machado de Assis – “como homem do povo, mulato, funcionário público exemplar que ascendeu ao topo dos meios culturais e sociais do seu tempo” (p. 274) – passa a servir como balizadora dos valores cultivados pelo Estado Novo (trabalho, educação, democracia racial etc.), fornecendo, com isso, subsídios para a tão sonhada materialização de uma identidade nacional rigorosamente brasileira. Cf. FERREIRA, G. M.. A crítica machadiana durante o Estado Novo. *op.cit.*, 2011 e GUIMARÃES, H. S.. O escritor que nos lê. Cadernos de literatura brasileira, p. 273- 292, jul. 2008, n.23/24.

⁷⁰ GUIMARÃES, H. S.. “Um apólogo – Machado de Assis” – do escritor singular ao brasileiro exemplar. *op.cit.*, dez. 2011. GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. 1º ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2017 e GUIMARÃES, H. S.. O escritor que nos lê. *op.cit.*, jul. 2008, n.23/24.

Todavia, como nota Douglas Attila Marcelino,⁷¹ ainda em 1908 houve um movimento encenado pelo Estado que visou cooptar a figura de Machado de Assis para elevá-la, dentro dos parâmetros simbólicos disponíveis à época, à categoria de símbolo da nação.

Desse modo, se levarmos em conta que, “como fenômeno social, a morte e os ritos a ela associados consistem na realização do penoso trabalho de desagregar o morto de um domínio e introduzi-lo em outro”,⁷² os funerais machadianos (como quaisquer outros funerais cívicos) podem ser pensados como um mecanismo de incorporação de figuras reconhecidamente cívicas no panteão nacional. Por esse ângulo, mesmo convencido da hipótese de que a consolidação de Machado de Assis como “símbolo da nação” se dá na década de 1930, parece razoável sugerir que os funerais machadianos (e a retórica em torno deles) constituem-se como um primeiro movimento de sagração patrocinado pelo Estado.

Os agentes de consagração: entre a justiça e o benefício

A visibilidade de um evento como os funerais, associada ao prestígio de um morto eminente como Machado de Assis, não deixa de convocar para junto de si os “agentes de consagração”: amigos, escritores, políticos, desconhecidos e outras figuras assumem a cena pública para louvar as virtudes do defunto. Estar à frente dos funerais, do féretro, das homenagens é uma distinção que, em ampla medida, cabe aos herdeiros do morto. Nos funerais romanos, por exemplo, o herdeiro seguia “o féretro com a cara coberta por uma máscara que representava as feições do defunto: queria-se com isso significar que o herdeiro o substituíra em tudo e para tudo, passando a representar sua pessoa”.⁷³ Machado não deixou filhos, nem ninguém que pudesse, morto ele, continuar seu nome. No entanto, como escritor, os herdeiros presumidos – não necessariamente do seu nome, mas da sua glória – logo apresentaram-se.

Sofrer publicamente o luto do escritor era, sem dúvida alguma, uma forma de filiar-se a ele. Como diria Luciana Pessanha Fagundes, na esteira de Manoel Salgado Guimarães,⁷⁴ o

⁷¹ MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do império à república. *op.cit.*, 2016.

⁷² RODRIGUES, J. C.. Tabu da morte. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 42.

⁷³ PAGLIARO, A.. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. 2 ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 20.

⁷⁴ Estamos, no Oitocentos, diante de uma outra forma de lembrança dos mortos, agora individualizados como portadores de virtudes ou qualidades que se pretendem únicas. Lembrá-los, contudo, significa construir uma filiação, propor uma linhagem, estabelecer relações”. GUIMARÃES, M. L. S.. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In. CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (org.). Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009, p. 275.

necrológio (como outras práticas fúnebres) possui uma função estratégica, uma vez que “recordar os grandes feitos do morto, até mesmo de uma forma crítica, significa construir uma filiação, propor uma linhagem, estabelecer relações de aproximações e de distanciamento”.⁷⁵ Tudo acontece como se, ao falar do morto prestigiado, elevando ainda mais o seu prestígio (ou mesmo o diminuindo), este prestígio (às vezes por oposição) refletisse também no orador. Como confessa Mário de Alencar, ao falar de Machado de Assis “era inevitável por isso falar também de mim; mas ninguém achará que pretendi pôr-me em realce à custa da lembrança de meu grande amigo”.⁷⁶ Como já notamos no caso de Alencar, a despeito do luto e do lamento (certamente genuínos), pode haver interesses (mesmo que inomináveis) no choro pelo desaparecimento de outrem.⁷⁷

Para Maria Helena Werneck, por exemplo, associar-se ao nome de Machado de Assis, especialmente no decênio inicial do século XX, significava usufruir, por consequência, do imenso prestígio do escritor. Naquela conjuntura, o prestígio resultava “nem tanto de ligações com políticos ou com homens de imprensa”, como seria razoável pressupor, “mas de um círculo de amigos, que planejava e executava rituais públicos de homenagem, disputando a inclusão de seus nomes nessa iniciativas”.⁷⁸ As honras e louvores atribuídos a uma figura como Machado de Assis – figura consensual, embora não necessariamente unânime, no campo literário – acabava por refletir em todos aqueles que, direta ou indiretamente, se engajavam nas cerimônias. Com isso, tanto nos funerais machadianos como em outros rituais públicos a luta entre os cultores era pelo direito de participar das “solenidades com discursos, odes e versos de ocasião”.

Em alguma medida, essa dimensão aparece como denúncia, coroada de ódio, na pena de Sílvio Romero (1851-1914). Segundo o crítico sergipano, “a vasta obra de exageração” do “merecimento real” de Machado de Assis “tem sido um trabalho produzido por certo grupo de retirantes literários que nos derradeiros três decênios tem vindo, de vários pontos do país, a estas plagas tentar fortuna”.⁷⁹ Teriam sido esses escritores “que, por diplomática habilidade, levantaram

⁷⁵ FAGUNDES, L.. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prismas, 2017, p. 142.

⁷⁶ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁷ Como sugere José Carlos Rodrigues, ao analisar algumas práticas mortuárias mobilizadas por diversas comunidades para “livrar-se do cadáver”, “parece que em todas as sociedades, ou quase todas, o ato de morrer – talvez o mais íntimo da existência humana – é transformado em uma ocasião pública. Há quase sempre uma manifestação de tristeza, mais ou menos real, mais ou menos convencional”. RODRIGUES, J. C.. *Tabu da morte. op.cit.*, 2006, p. 57.

⁷⁸ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. *op.cit.*, 2008, p. 58.

⁷⁹ ROMERO, S.. Poesias completas. In. *Estudos de literatura contemporânea: (edição comemorativa)*. Organização, Luiz Antonio Barreto. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 305.

sobre os ombros o inigualável mérito, o incalculável valor do mestre, no intuito, consciente ou inconsciente, de aproveitaram também o brilho de alguns dos raios do grande astro”.⁸⁰

Conforme destaca Regina Abreu, a constituição de um conjunto de “depoimentos” sobre o morto ilustre acabava possibilitando aos “construtores de memória” realizarem “um movimento com alto teor ‘aurático’ onde todos os envolvidos participam de uma troca de bens simbólicos”.⁸¹ Esse movimento serve tanto “para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra” como também “para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos”.⁸² Nesse sentido, no caso de Machado de Assis, a participação ativa nessas “instâncias de consagração e legitimação”, que funcionavam paralelamente à produção literária, eram capazes “de construir e assegurar uma identidade de literatos dignos da posteridade”,⁸³ ou seja, os figurantes dessas cerimônias tornavam-se mercedores da nobre e honrosa responsabilidade de guardar a memória do mestre.

É algo sobre este trabalho coletivo com a memória que um anônimo cronista do *O Paiz*, por exemplo, parece apontar. Em texto publicado dia 30 de setembro, um dia depois do falecimento de Machado de Assis, diz o escritor sobre o movimento de consagração em curso: “os grandes vultos da literatura e da arte só começam realmente a viver no culto de seus discípulos e admiradores depois que o seu espírito criador se desembaraça do invólucro material que [o] animou durante a [sua] passagem por este mundo”. Após o passamento de Machado de Assis, os cultores do seu nome procuraram, então, viabilizar a sua entronização no rol dos grandes homens pátrios. Trava-se, como afirma Olavo Bilac, de “sopitar a dor causada pela notícia terrível, e tratar imediatamente de honrar a memória do morto com a grandeza e com a significação que a homenagem reclama[va]”.⁸⁴ Esse processo, que se estenderia para muito depois da morte de Machado de Assis, contou com a participação de incontáveis intelectuais brasileiros, além de alguns escritores estrangeiros, como Anatole France (1844-1924). Não por acaso, como evidente na interessante expressão de Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), todos queriam contribuir com uma estrofe de admiração no “hino da imortalidade” de Machado de Assis.⁸⁵

⁸⁰ *Idem*, p. 306.

⁸¹ ABREU, R. M. R. M.. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 205-230, 1994, p. 211.

⁸² *Idem*, p. 210.

⁸³ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. *op.cit.*, 2008, p. 58.

⁸⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁸⁵ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

Como destaca o antropólogo João Filipe Gonçalves, a respeito da consagração cívica de Rui Barbosa, “não é natural que os ‘grandes homens’ sejam ‘grandes homens’ – eles foram construídos enquanto tal, histórica e intersubjetivamente”. Para o sociológico, esse processo de consagração é menos derivado do mérito pessoal da figura em vias de encimamento que da forma com que essa figura é vista e valorizada por certos agentes de consagração.⁸⁶ Infere-se, dessa percepção, que a construção dos “grandes homens” responde, em um certo sentido, a conjunturas específicas, sendo que a consciente produção/criação simbólica dessas figuras espelha os mecanismos políticos que alteram a realidade.⁸⁷ Pensar na feitura desses grandes vultos nacionais implica, portanto, desnaturalizar imagens construídas, evidenciando suas raízes históricas, sociais, culturais, afetivas, mitológicas, econômicas, políticas etc., sem as quais os heróis não vingariam. O tom, se é duro ao denunciar os abusos, também deve ser “compreensivo/ explicativo” ao identificar e reconhecer os ardis próprios do fenômeno da memória.

A palavra mágica, ou a memória dos mortos

Antonino Pagliaro, em um texto notável, tenta reconstruir – idealmente, e portanto poeticamente – o momento em que “a primeira palavra irrompeu como um relâmpago dos lábios do primeiro homem”.⁸⁸ Na descrição poética do linguista, “mal acabara de articular um breve conjunto de sons, quando a imagem de um objeto lhe surgiu nítida e viva, como se o tivesse diante dos olhos”.⁸⁹ Deslumbrado com a descoberta, experimentou o “primeiro homem” repetir, “por meio de sons articulados, o canto das aves, surgiram perante os seus olhos o milhafre evoluindo no céu e a pomba arrolhadora empoleirada num ramo”.⁹⁰ Quis ainda “reproduzir com a voz a sensação de rapidez da lebre que fugia ou a lentidão pesada do urso das cavernas, evocou a lebre e o urso”.⁹¹ Lembrando-se, então, “do grito com que chamava a companheira quando estava viva junto dele (dorme agora num barranco escondido entre penedos!), repete-o com a angústia de

⁸⁶ GONÇALVES, J. F.. “As Imponentes Festas do Sol: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em - 1918”, in Estudos históricos sobre Rui Barbosa/ Isabel Lustosa... [et al.]. - Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 151.

⁸⁷ CARDOSO, A. M.. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras.” In: JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuf; FAPESP, 2003, p. 553.

⁸⁸ PAGLIARO, A... A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. *op.cit.*, 1983, p. 15.

⁸⁹ *Idem*, p. 15.

⁹⁰ *Idem*, p. 15.

⁹¹ *Idem*, p. 15.

quem espera”.⁹² “Atenta ao chamamento”, a mulher, que era só ausência, torna-se presença – “como que ressuscitada na atitude que lhe era mais querida”.⁹³ “Possuidor da palavra, o homem tornou-se senhor do mundo da natureza e do mundo dos espíritos. Por isso Novalis dizia: ‘A palavra é obra de magia: chamamos um espírito e ele vem’”.⁹⁴

A palavra, dita ou escrita, é sem dúvida alguma um dos meios mais eficazes para tornar presente, e em alguma medida conservar, um objeto ausente. Talvez por isso as escritas necrológicas – tanto nos tempos antigos, com as lápides e elegias, quanto no presente, com os obituários e testemunhos – tenham ocupado um lugar tão importante nas ritualísticas fúnebres. No entanto, convocar, pelo poder da “palavra mágica”, esse espírito que vem, não é movimento destituído de tensões e contradições. Se existe, na fala do “primeiro homem”, uma dimensão involuntária, articulada à descoberta desse “poder mágico”, a imagem da mulher, que se lhe apresenta, era, entretanto, aquela que lhe era “mais querida”. Os “ardis da memória” aqui se explicitam com vigor: a imagem que vem do passado, nuançada pela distância e pela afetividade, pela dor da perda e pela alegria do reencontro, não perde realidade de modo algum; a imagem, mágica como a palavra que lhe torna inteligível, apenas responde aos anseios de um homem que perdeu, mas que, de algum modo mesmo que precário e superficial, quer de volta.

Ainda nesse exercício poético-linguístico-filosófico posto em cena por Antonino Pagliaro apresenta-se, com clareza, “o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa”.⁹⁵ É nesse seguimento que parece profícuo insistir, mesmo deslocando um tanto a carga semântica vinculada ao uso do termo por Paul Ricoeur, em uma “memória manipulada”, no sentido de uma memória feita à mão, construída e elaborada (por meio de selecionamentos conscientes e inconscientes), usada e, por vezes, também abusada. Manipular, aqui, recupera um sentido prático, laboral: a memória sobre Machado de Assis – como um chamamento ao fantasma, como uma representação “mais querida” e, muitas vezes, por que não dizê-lo?, “mais odiada” – é uma memória “preparada com

⁹² *Idem*, p. 15.

⁹³ *Idem*, p. 15.

⁹⁴ *Idem*, p. 16.

⁹⁵ RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. *op.cit.*, 2007, p. 455.

as mãos”.⁹⁶ Sobretudo por mãos que escrevem. O movimento é voluntário, intencional: põe sempre em cena afetos conflitantes (amor, medo, orgulho, repulsa, admiração, inveja etc.); mas também é involuntário, intuitivo: responde a condicionantes históricos, temporais, psicossomáticos, existenciais, afetivos etc. Em suma: lembrar-se (no sentido de uma memória que se quer socialmente partilhada) é manter, no presente e para o futuro, uma imagem que, pontilhada de determinados elementos do passado, nunca coincide com a totalidade do que se espera recuperar. Se algo inevitavelmente ficará inerte no rio do esquecimento, esse movimento tem, ao menos, a virtude de convocar, sempre sob o signo impreciso de uma presença que mascara uma ausência, uma *representificação* dotada de sentido e ação.

Em alguma medida, portanto, os discursos fúnebres, ensaios, necrológios, artigos, manifestações públicas de pesar, i.e., todas as estrofes do “hino da imortalidade”, podem ser pensadas como uma resposta afetiva ao drama da finitude,⁹⁷ mas também, e a um só tempo, como partes constitutivas de um movimento coletivo de manipulação, no sentido de “dar formato” às (muitas) memórias sobre Machado. Memórias que, precárias em sua potencialidade de *representificar*, se coincidem em muitos pontos, estabelecem, entre si, tensionamentos e contradições. As mãos que forjam memórias, como as mãos que, sinestésicas, manipulam um instrumento musical, têm em comum – nos seus melhores exemplos – a produção de algo que incorpora o controlável e o incontrolável, a razão e a emoção, a política, o rito e o afeto.

⁹⁶ Cf. etimologia do termo, nt. 23.

⁹⁷ Cf. Parte III, cap. 1. Ritualizar o tempo, eternizar os mortos.

PARTE I

O FASCÍNIO DA MORTE

Gosto dos epitáfios;
eles são, entre a gente civilizada,
uma expressão daquele pio e secreto egoísmo
que induz o homem a arrancar à morte
um farrapo ao menos da sombra que passou.
Daí, vem, talvez, a tristeza inconsolável dos que sabem
os seus mortos na vala comum; parece-lhes
que a podridão anônima os alcança a eles mesmos

Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

Uma parte considerável do *corpus* documental desta pesquisa é composta por textos qualificados, formal e funcionalmente, como necrológios e/ou textos que, a partir de outras formalidades, cumprem, pelo menos, o que chamaremos mais à frente de *função-necrológico*. Sinteticamente, portanto, o necrológico pode ser definido como um “gênero clássico do discurso pós-morte” que, nesse sentido, está “voltado para a lembrança de alguém que se acredita portador das qualidades necessárias para ser recordado”.¹ No entanto, dizer que o necrológico (formal e funcionalmente) é uma tipologia de discurso pós-morte parece pouco profícuo, já que manifestações como a oração e o canto fúnebre, a elegia, o elogio acadêmico, a música (como no caso do réquiem), a arquitetura (como nos epitáfios) e em alguma medida a própria biografia (e os esboços ou notas biográficas), dentre outras categorias discursivas, podem ser pensadas a partir dessa definição, i.e., como registros (escritos ou orais ou picturais ou representacionais) que visam lembrar aspectos da vida e da morte de uma personalidade finda.

Por um lado, a amplitude da definição restringe a reflexão sobre a consolidação dessa modalidade de escrita (o necrológico ou obituário moderno) como gênero discursivo dotado de características próprias que, a despeito das transformações e inflexões sofridas no eixo do tempo, especialmente aquelas associadas às mudanças na materialidade dos suportes e no imaginário social sobre a morte, permanece no tempo, mantendo-se razoavelmente coerente e identificável. O necrológico, portanto, deve ser visto como um gênero específico (ou, pelo menos, cumprindo uma função específica), ou seja, deve ser visto como resultado de um processo de “acumulação de usos,

¹ GUIMARÃES, M. L. S.. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (org.). Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009, p. 275-6.

da sedimentação e da migração de outros gêneros em um tipo formal de registro”.² Visto por este ângulo, e sem negar semelhanças e influências com necrologias antecedentes, não se confundirá, então, este tipo de prática fúnebre com outras, mesmo que análogas.

Por outro lado, compreender o necrológio como “gênero clássico do discurso pós-morte” também não oferece condições para que se pense nos enquadramentos que incidiram sobre essa manifestação, i.e., essa definição não oferece subsídios suficientes para que se compreenda a inserção histórica, o circuito semiótico e a função social que os necrológios exerceram (ou exercem ainda) em cada tempo e sociedade. Importa, portanto, refletir sobre a forma com que cada sociedade no curso tempo organizou ou organiza – imagética, simbólica e afetivamente – a relação entre vivos e mortos. Nessa chave, as necrologias serão tanto uma resposta (afetiva, imagética etc.) ao drama existencial ocasionado pela iminência da finitude (uma vez que falar do morto é atribuir sentido à sua ausência, ou seja, realizar o trabalho de luto) como também objeto de uma intencionalidade pragmática por parte de determinados atores que, ao assumirem, através do necrológio e de outras práticas memoriais, a definição dos que devem (e como devem) ser lembrados, passam então controlar um potente capital simbólico. Daí a necessidade de que se compreenda, para cada contexto e sociedade, as manifestações formais e funcionais específicas do gênero, articulando-as às disputas simbólicas pela memória e às configurações afetivas que inevitavelmente a narrativa sobre o passado, em um suposto presente, coloca em questão.

Notas necrológicas

Num primeiro momento, importa lembrar que eternizar pela memória um ente querido cujo desaparecimento entristeceu a todos é uma experiência antropológica fundamental: vários rituais foram (e ainda são) mobilizados como estratégia para fugir à finitude, escamotear a perecibilidade do corpo e olvidar a corruptibilidade do tempo. Todavia, o necrológio não há de ser confundido com nenhuma dessas expressões, isso embora compartilhe com várias manifestações *post-mortem* estruturas, objetivos e características comuns, além, é claro, de partilharem do fascínio provocado pela morte. Para Basilio Baltasar, nesse sentido, “hay que

² VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade. 2014. 193 f. Dissertação (mestrado em Filosofia) - PPG em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, 2014, p. 11.

remontarse a los cantos fúnebres de la antigüedad para comprender la realidad de esta *fratría* y la intuición que sólo lo sagrado podía inspirar”.³ Formas discursivas antigas, especialmente as religiosas, como a oração fúnebre e a elegia, ou ainda os epitáfios, as pirâmides e as tumbas, são antecedentes notáveis do necrológio, a despeito de não necessariamente manterem com ele relação direta de causalidade. Willian Vieira, por exemplo, em amplo trabalho dissertativo sobre o obituário contemporâneo, compreendido como texto, mas também como “gênero, prática social e experiência de leitura”, apresenta, sumariamente, “genealogias possíveis” através das quais pode-se pensar o obituário junto a outras necrologias, ou seja, junto a outros gêneros que articulam de forma narrativa a experiência de vida e morte. Para esse autor, portanto, embora o obituário moderno se torne comum na imprensa britânica a partir do século XVII,

é preciso um esforço no sentido de localizá-lo histórica e geograficamente, não apenas como gênero específico ligado a instituições específicas, como a imprensa e a nobreza e burguesia inglesas e americanas, por exemplo, mas na esteira de uma tradição ocidental (por mais generalizante e impreciso que seja o termo) de lidar com a morte narrada, bem mais antiga do que a emergência do gênero no século 17 e sua cristalização no século 18.⁴

Práticas necrológicas

Gêneros como o epitáfio, a legenda, a elegia, a eulogia e o panegírico, quase todos simbioticamente ligados à religiosidade, inserem o necrológio (ou o obituário) dentro uma tradição que construiu e mobilizou, ao longo do tempo, diversas formas e estratégias de lidar com drama da finitude e da perda da figura amada ou, mais amplamente, da figura socialmente eminente. Não se trata, aqui, de fazer um histórico detalhado dos antecedentes formais e funcionais do necrológio, mas apenas apontar como o necrológio, cuja consolidação formal é recente, incorpora elementos de outras necrologias que, funcionalmente, cumpriram (e alguns casos cumprem ainda hoje) objetivos análogos. Para Vieira, reverberando considerações de Philippe Ariés e Petrucci, um dos primeiros marcadores do discurso pós-morte foi o epitáfio.

O epitáfio é uma “inscrição sobre lápide tumular ou monumento mortuário”. Como explica Fabíola Santana, etimologicamente o termo epitáfio originou-se do grego antigo *epitáphion* pelo latim *epitaphiu* (“sobre a tumba”). Nesse sentido, como tradição discursiva, o

³ BALTASAR, B.. La muerte y sus vínculos. In *Necrológicas. Veinte años de muertos ilustres*. Bitzoc, Palma de Mallorca, 1997, p. 7.

⁴ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas. *op.cit.*, 2014, p. 23-24.

epitáfio pode ser descrito como “uma inscrição sobre lápides tumulares ou monumentos literários, que apresenta enaltecimento, elogio breve a um morto. Tradicionalmente escrito em verso, encerra um lamento pela morte de outrem”.⁵ Composto geralmente por citações religiosas, o epitáfio também pode conter breves relatos da experiência de vida, ou das conquistas significativas, do recém finado. Como é sabido, diversas tumbas, durante a Idade Média, por exemplo, “eram acompanhadas de referências à trajetória do falecido”.⁶ Assim, ao longo do medievo, “o interesse em encravar a memória dos mortos nos túmulos se agigantou de tal forma que o tamanho dessas construções, seu grau de ornamentação, o investimento simbólico (e financeiro, restrito à aristocracia e à Igreja) chegou às raias do maneirismo”.⁷

Na modernidade, em países como Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, observa-se um movimento de “democratização social dos epitáfios”.⁸ Nesse sentido, lembra Willian Vieira, a partir de Petrucci, que no início do século XVII houve um boom “na produção de túmulos com decoração e textos em língua vernácula para as classes médias e baixas: artesãos, comerciantes e professores”.⁹ Esse movimento de popularização foi, porém, questionado, sobretudo por aqueles que insistiam que a ornamentação dos túmulos, a chamada “morte escrita”, deveria restringir-se apenas aos nobres. Em ampla medida, a possibilidade material de perpetuação no tempo, como acontece também nos funerais e em outras formas de reconhecimento cívico a partir do século XVIII, cada vez mais passou a ser extensiva também às pessoas ditas “comuns”.

No entanto, a partir do século XVI, principalmente durante o Renascimento Italiano, vê-se um movimento importante, a saber: “a migração dos textos fúnebres escritos da pedra para o papel”. Embora os túmulos e epitáfios continuem sendo umas das formas mais eficazes de imortalização, eles requeriam um considerável investimento. O texto escrito, cada vez mais disseminado e reconhecido como modo de salvaguardar o passado, começa a aparecer, junto a outras plataformas tradicionais (monumento, imagem, corpo) como estratégia viável e, conseqüentemente, mais efetiva quando o intuito era romper com a possibilidade do esquecimento absoluto. Surgem então, a partir desse contexto, coletâneas de epitáfios criados para

⁵ SANTANA, F. J. S. A tradição discursiva epitáfio em lápides do século XIX. SOLETRAS (UERJ), v. 15, p. 90-100, 2008, p. 91.

⁶ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas. *op.cit.*, 2014, p. 24.

⁷ *Idem*, p. 24.

⁸ *Idem*, p. 25.

⁹ *Idem*, p. 26.

o papel em inglês, francês e alemão.¹⁰ Certamente esse deslocamento tem que ver com o surgimento e disseminação, no século XV, da tecnologia dos tipos móveis associada à tecnologia do alfabeto. Assim, sobretudo a partir do século XVII, quando “o boom populacional, o crescente nível de alfabetização popular e as guerras mecanizadas” potencializam a circulação dos jornais impressos pela Europa,¹¹ a “morte escrita” passou a ser uma prática consideravelmente mais corriqueira. De modo geral, para Willian Vieira, “quando o epitáfio já não comporta[va] o tamanho da necessidade de representar vida e morte, a imprensa, que surge e se cristaliza justamente no mesmo período, se transforma no espaço ideal”.¹²

Essa popularização, todavia, foi acompanhada por mecanismos que passaram a limitar e condicionar o uso dessa prática de culto aos mortos. Willian Vieira, citando trabalhos estadunidenses sobre obituários modernos, visualiza certa tendência nas abordagens sociológicas nos quadros acadêmicos dos EUA. Em Fowler, por exemplo, Vieira identifica, a partir do instrumental teórico bourdiano mobilizado pela pesquisadora, o esforço de “entender como são feitas as escolhas de quem vale ou não ser retratado nas páginas da imprensa após a morte e como tal relato compõe mais uma faceta da construção da imagem pública, reflexo do capital simbólico”.¹³ Isso quer dizer que interessa a Fowler compreender como os modos de “seleção e descrição das vidas escolhidas para a memória permanente” foram sendo instalados,¹⁴ subordinando a consagração a determinados enquadramentos.

As práticas de necrologia serão visualizadas, nessa perspectiva, como uma espécie artimanha para manutenção do *habitus*, das dinâmicas e das estruturas sociais. O necrológio fará, desse modo, um uso do passado tendo em vista um objetivo vislumbrado em um horizonte de expectativas. Para Vieira, entretanto, “reduzir as possibilidades narrativas de um obituário aos domínios do capital simbólico”, como sugere Fowler, “parece precipitado”.¹⁵ Já em trabalhos como o de Hume e Larson, que analisaram essa prática no século XIX e XX, o obituário aparece, ainda a serviço de teorias sociológicas, como estratégia para moldar uma “identidade nacional americana”. O conjunto dos necrológios apontam para as supostas características de um

¹⁰ *Idem*, p. 25.

¹¹ *Idem*, p. 26.

¹² *Idem*, p. 28.

¹³ *Idem*, p. 17.

¹⁴ *Idem*, p. 16.

¹⁵ *Idem*, p. 14.

“americano ideal”, cujas virtudes, sintetizadas na exemplaridade da vida narrada, conduziria o esforço de concretização da nação:

É essa “identidade nacional americana” que Hume crê ser possível delinear via obituários, auscultando o que pensava a nação. O obituário seria um exemplo de quando memória individual e coletiva se unem para dar origem a uma narrativa coesa: a história de um indivíduo cujos valores, apurados pelo jornalismo, vão ao encontro não só das normas como das necessidades sociais vigentes.¹⁶

Este aspecto é fundamental: associado aqui ao epitáfio, o necrológio (ou obituário moderno) se populariza ao mesmo tempo em que é enquadrado em uma perspectiva em que o reconhecimento cívico recai sobre determinadas figuras que respondem às “necessidades sociais vigentes”. Nesse sentido, as mudanças nas modalidades de consagração (quem será lembrado? de que forma? em que circunstância?) respondem a mudanças mais amplas nas formas de representar e ritualizar o poder. Se durante muito tempo consagrou-se apenas figuras reais, guerreiras ou nobres, a partir dos séculos das Luzes buscou-se, porém, consagrar o “homem comum”, tanto através do necrológio como de outros instrumentos fúnebres, como os funerais: mais heroica seria, nesse sentido, a contribuição de Isaac Newton – cujos funerais, inclusive, tomaram inédita e enorme dimensão cívica – do que o herói guerreiro ou o nobre, cuja única virtude, às vezes, era mesmo nascer com sangue azul. Como sustenta Marcelino, referindo-se ao período republicano:

As formas de glorificação recém-inauguradas seriam pródigas na exaltação desse novo tipo de personagem, cada vez mais aproximado do “homem comum”, que, movido por ideais humanitários, não proviria apenas dos estreitos quadros do mundo nobiliárquico, figurando por suas próprias qualidades cívicas em uma verdadeira “república de talentos”.¹⁷

Compreender esse processo de mudanças nas formas de ritualização do poder é vital, uma vez que será dentro dessa tessitura ritual que o necrológio será mobilizado como instrumento consagratório. Apesar do risco, sempre iminente, da manipulação ideológica, o obituário – talvez em função daquela “intuición poética”, identificada por Basílio Baltasar – é tanto um ato de amor perpetrado por amigos e familiares como também uma resposta, de cariz muitas vezes inconsciente, ao drama existencial da finitude (tanto em uma dimensão religiosa como cívica). Assim, a consagração do personagem ilustre, de um ponto de vista cívico, pode ser imposta na mesma medida em que pode ser reivindicada: projeta-se, mesmo que de forma não intencional,

¹⁶ *Idem*, p. 19.

¹⁷ MARCELINO, D. A. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do império à república. TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 22, p. 260-282, 2016, p. 263.

nesse evento de ruptura com tempo, uma fuga da fugacidade da vida. Mesmo que o “homem popular” não seja o consagrado “homem comum”, a exemplaridade do “homem comum”, que geralmente ascende do povo, cria para aquele a possibilidade da eternização, tal qual a popularização do epitáfio criou para os ingleses médios a sensação de duração no tempo.

Outro gênero contíguo ao necrológio, e cujo comentário talvez seja iluminador, a eulogia se caracteriza por ser uma “espécie de homenagem ao morto feito sobre seu cadáver no momento da ‘passagem da alma’, geralmente por parentes e amigos”.¹⁸ Realizadas sobretudo em cerimônias fúnebres de protestantes ingleses, a eulogia tem como objetivo primeiro apontar, especialmente para os vivos, um futuro pós-morte confortável e acolhedor. Ao contrário do imaginário católico, em que existe um espaço suprasensível intermediário, onde os pecados podem ser purgados, no protestantismo morre-se na incerteza sobre o que lhe espera no além (isso a despeito da fé, que se conforta, não abstrai, em absoluto, a dúvida derradeira). Desse modo, como destaca Willian Vieira, ancorados “na incerteza do que acontecia com o defunto logo após a morte, a eulogia tinha o papel não só de pintar o morto como um indivíduo que havia conquistado grandes feitos como o de consolar os familiares e a sociedade a respeito com o futuro do morto recente”.¹⁹

Embora a relação entre protestantismo (e a lógica da predestinação) e popularização do obituário (na Inglaterra e nos EUA) não tenha merecido maiores aprofundamentos, o autor parece seguro em asseverar que “não se pode negar o caráter definidor da eulogia protestante para o obituário em língua inglesa”.²⁰ Tal como acontece nessa prática, até o século XX os necrológios eram escritos sobretudo “por amigos e familiares e não por uma estrutura fixa e profissional de jornalistas”.²¹ O “caráter definidor” provém tanto do conforto que a eulogia visa provocar como da proximidade com o morto, elementos que o necrológio jamais perderá de vista. Como veremos mais à frente, apesar da profissionalização do jornalista – e do próprio responsável por necrologias – prima-se sempre, junto aos dados informativos, que a fala sobre o morto seja, em alguma medida, uma fala pessoal, anedótica, sentimental, promovida por parentes e amigos ou, na falta destes, e

¹⁸ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas. *op.cit.*, 2014, p. 28.

¹⁹ *Idem*, p. 28.

²⁰ *Idem*, p. 28.

²¹ *Idem*, p. 28.

em se tratando de personalidades artísticas ou científicas, especialistas. Para Basilio Baltasar, “la vinculación directa del autor con el muerto” é um requisito formal do necrológio: “ahí reside, como hemos visto, el carácter de un homenaje que va más allá de los informes biográficos”.²²

Antes, porém, do estabelecimento da imprensa e das variedades necrológicas que se constituíram nessa plataforma, outra forma de articular a vida e morte já estavam em curso e em uso. Trata-se da *legenda*. Esse tipo de escrita, que consiste basicamente na investigação testemunhal e documental da vida de homens pretensamente santos, é bastante oportuna, uma vez que conjuga “biografia, morte, testemunho, certificação, exemplaridade e religião”. Essa judicialização dos processos de beatificação, cujo resultado era a *legenda*, manifesta-se sobretudo a partir do século XVII (em especial a partir do papado de Urbano VIII), justamente quando se torna cada vez mais raro os mártires grandiosos e, conseqüentemente, se complexifica o processo de canonização, i.e., de averiguação e atestação dos milagres realizados pelos pretensos santos. A construção dos “grandes homens” como heróis mantém estreita relação com esse processo, uma vez que os “heróis cívicos” também passam por algum tipo de julgamento público. O necrológio será então uma forma de julgamento, e a legenda parece ser um dos seus modelos imediatos:

Seria possível ver no obituário uma similaridade com a legenda, já que o morto precisa comprovar sua servidão a valores comunais, ser investigado pelos indivíduos competentes designados para tal, ter atestada sua prática de “virtudes heroicas” que o arrancarão da massa de homens comuns para projetá-lo no círculo restrito daqueles cuja memória será preservada e ser por último chancelado pela entidade, pela instituição.²³

Além disso, o processo de beatificação que caracteriza a legenda e, em alguma medida, também o necrológio, faz circular um conjunto de “valores de imitabilidade”. É, assim, entre o santo e o humano, entre o vulgar e profano, que essa manifestação póstuma se corporifica:

O que separa o obituário de outras biografias, podemos supor, influenciados pela comparação direta, seria justamente seu caráter legendário – a tentativa de simplificar a realidade histórica, fragmentá-la, para reagrupar seus elementos de acordo com uma ordem condicionada pela narrativa, um télos onde o imitável e o transcendente caminham de mãos dadas, onde o homem e o santo, o mortal e o divino, o profano e o mitológico se fundem numa forma única.²⁴

²² BALTASAR, B.. La muerte y sus vínculos, *op.cit.*, 1997, p. 7.

²³ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas. *op.cit.*, 2014, p. 30.

²⁴ *Idem*, p. 31.

Embora outras necrologias possam ser mobilizadas, o que importa frisar é que o necrológico, enquanto gênero jornalístico, surge no século XVII em franco diálogo com outras manifestações pós-morte. A cristalização desse gênero, mesmo mantendo uma considerável plasticidade e hibridismo, tem permitido, porém, que pesquisadores identifiquem algumas das características formais e funcionais fundamentais dessa tipologia discursiva.

Definições e características

Como afirmar Antônio Hidalgo, “apenas se ha escrito de la necrológica como género periodístico, circunstancia ésta que hace más difícil el camino a la hora de acotar su perfil”.²⁵ Nesse sentido, embora aponte definições e características do necrológico contemporâneo, o perfil esboçado pelo professor da Universidade de Sevilha talvez ajude a compreender as funções que os necrológicos modernos, especialmente aqueles construídos nos inícios do século XX, desempenharam como elementos comunicativos e, sobretudo, como parte reverberante dos funerais cívicos, uma vez que, como destaca Vieira, “nenhum funeral ou missa teria a força simbólica de reverberar na memória coletiva como um texto publicado na imprensa com objetivo de ser ‘a última palavra’ sobre a vida de alguém”.²⁶

Em um primeiro momento, Hidalgo, acompanhando o raciocínio de Lopez de Zuago e de Angel S. Harguindey, diferencia o necrológico do artigo necrológico. De modo geral, enquanto o primeiro apreende manifestações mais amplas de discurso pós-morte, o segundo se configura como um artigo publicado em jornal “dedicado a enaltecer la fama o las virtudes de un personaje que acaba de fallecer o de quien se conmemora el aniversario. Suele firmarlo un colaborador ilustre”.²⁷ A despeito da amplitude, que caracteriza o primeiro ao faltar para o segundo, estabeleceu-se, nos dois casos, o vínculo entre quem fala e aquele sobre quem é falado. O artigo, mais conciso, não terá, como o necrológico propriamente dito, condições de desenvolver um comentário mais profundo e pessoal sobre a personalidade finda. Possuidora dessa característica, a escrita

²⁵ HIDALGO, A. L.. La necrológica, como género periodístico. In: Revista Latina de Comunicación Social, n. 15, p. 89-105, 2009, p. 91.

²⁶ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas. *op.cit.*, 2014, p. 14.

²⁷ LOPEZ DE ZUAZO, Antonio: Diccionario del Periodismo, Ediciones Pirámide, SA, Madrid, 1978, p. 136. Apud. HIDALGO, A. L.. La necrológica, como género periodístico. *op.cit.*, 2009, p. 91.

necrológica será, portanto, consideravelmente mais intensa e contraditória. Contraditória porque o dito (por um amigo ou figura próxima) não poderá ser contradito pelo objeto da homenagem, que jaz morto; mas, por outro lado, pode ser contradito por outros cultores que, assim, não só constroem representações diversas como também lutam para ocupar os lugares destacados nas cerimônias. Intensa porque faz-se a mensagem justamente “cuando la muerte del amigo o maestro acaba de ser anunciada, es decir, se escribe al calor de la conmoción, en el momento en el que los sentimientos y recuerdos predominan sobre la razón”.²⁸ Essa característica, no entanto, será marca definidora do necrológico, pois atribuirá a ele “un inapreciable valor testimonial”, testemunho que perpassa ambos: tanto aqueles que escrevem como aquele sobre o qual se escreve. O risco inevitável, porém, é cair em uma “egolatría insoportable”, em que falar sobre o outro se transforma em pretexto para falar de si mesmo, ou mesmo, nesse sentido, fazer reverberar sobre si o prestígio que gozava o morto. Ultrapassado o risco, porém, o necrológico pode alcançar a virtude de “descubrir nuevos aspectos que permiten comprender mejor al personaje, o bien desvelan situaciones o anécdotas desconocidas”.²⁹

Ao analisar alguns Manuais de Redação, especialmente o do jornal espanhol *El Mundo*, em que o necrológico é denominado obituário (também chamado “funebre género”), Hidalgo ainda mapeou algumas características apontadas pelos jornais como definidoras do necrológico. Segundo este manual, o necrológico é “una descripción valorativa y analítica de la vida y la obra de una persona”, e embora não seja uma “pieza literaria”, precisa ser um texto bem escrito, já que responde à curiosidade e ao interesse dos leitores.³⁰ Alguns dados e informações são, portanto, imprescindíveis: nome, idade, profissão, cidade em que residia; lugar, dia e causa da morte; se possível, informações sobre os funerais. Além desses dados, que todavia não configuram regra, o manual do *El Mundo* também aponta a estrutura básica do necrológico: “se abre, señala, a modo de entrada, con una primera valoración de la vida y la obra del personaje fallecido y continúa con un relato cronológico de las facetas más significativas de esa vida y esa obra”.³¹

²⁸ HARGUINDEY, Angel S.: ‘El estilo y la muerte’, en *El País*, suplemento Babelia, Madrid, 26 de abril de 1997, p. 14. Apud. HIDALGO, A. L.. *La necrológica*, como género periodístico. *op.cit.*, 2009, p. 93.

²⁹ *Idem*, p. 93.

³⁰ *El Mundo*. Libro de estilo, coordinado por Víctor Serra, Ediciones Temas de Hy, SA, Madrid, 1996, p. 26. Apud. HIDALGO, A. L.. *La necrológica*, como género periodístico. *op.cit.*, 2009, p. 93.

³¹ HIDALGO, A. L.. *La necrológica*, como género periodístico. *op.cit.*, 2009, p. 94.

Naturalmente que nem todos os necrológios compartilham essa estrutura informativa. Em algumas vezes, apresenta-se apenas uma imagem (uma “semblanza”) da pessoa retratada; em outras, citam-se apenas acontecimentos notáveis, quer sejam de ordem pessoal ou profissional – tudo dentro da plasticidade do gênero. O ideal, do ponto de vista jornalístico, é que a narrativa se organize de forma coerente, já que, segundo o manual, o obituarista precisa exercer “sus dotes de recopilación y síntesis de datos”. No entanto, “y a ser posible, el redactor debe añadir a estos datos documentales testimonios personales”, ou, quando possível, pode-se convocar um especialista, que dará um toque pessoal ao relato.³² De todo modo, o bom obituario “el que resulte particularmente vivo y humano, refrescando o incluso devolviendo literariamente a la vida la figura de una persona que puede o no ser conocida del gran público”.³³

Função-necrológico

Em um primeiro momento, pode-se dizer que “gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”.³⁴ No entanto, apesar de serem “relativamente estáveis”, os gêneros textuais são, essencialmente, “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social”.³⁵ Transformando-se no eixo do tempo, respondendo aos imperativos da sociedade e da cultura, da política e da economia, os gêneros são, por assim dizer, “formas socialmente maturadas em práticas comunicativas”,³⁶ i.e., muito mais que formalidades estanques e enrijecidas, são “eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”.³⁷

O necrológico, enquanto pertencente ao domínio discursivo do campo jornalístico, tanto apropriou-se de formas e funções oriundas de outras necrologias, como também, uma vez relativamente consolidado, transformou-se de acordo com o contexto em que foi sistematicamente produzido. Embora não tenha sido o objetivo desta pesquisa mapear o momento em que o necrológico, como gênero jornalístico ou em articulação com o impresso, adentrou à

³² *Idem*, p. 95.

³³ *Idem*, p. 96.

³⁴ MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.. (Org.). Gêneros Textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, p. 24.

³⁵ *Idem*, p. 19.

³⁶ *Idem*, p. 34.

³⁷ *Idem*, p. 19.

dinâmica literária brasileira, pode-se dizer que o gênero, utilizado em instituições como o IHGB durante a segunda metade do século XIX, paulatinamente passou a aparecer nos jornais – não se cristalizando, porém, na maior parte dos casos, em uma forma específica. Nos jornais aqui analisados, produzidos entre o final do XIX e o início do XX, o necrológio assume uma pluralidade de manifestações: essa modalidade de discurso pós-morte tanto podia designar um lugar específico no jornal, onde eram publicizados informes biográficos sobre mortos recentes, como também apareciam, rapidamente, durante o desenrolar de uma crônica, ou mesmo em passagens de uma grande reportagem necrológica sobre a morte de uma figura ilustre.

Nesse sentido, e em função dessa plasticidade e pluralidade, os gêneros textuais podem ser melhor compreendidos não necessariamente por suas peculiaridades linguísticas e estruturais, uma vez que são de difícil definição formal, devendo, assim, “ser contemplados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos caracterizados como práticas sócio-discursivas”.³⁸ Mesmo que um gênero possa ser definido pela sua forma, ou mesmo pelo suporte em que aparece, é enquanto atividade sócio-discursiva que, em ampla medida, ele se efetiva. Desse modo, “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”.³⁹ Era muito comum, nesse sentido, que um cronista (literário, político etc.), escrevendo e cumprindo as funções características do seu gênero, parasse para falar, por exemplo, de um morto recente, transgredindo assim com as possibilidades formais e funcionais do gênero em tela para efetivar uma função outra, característica de um outro gênero, mas tornada possível ali pela circunstância de morte. Torna-se, portanto, em função da plasticidade dos usos, quase que impossível definir se alguns textos são crônicas, colunas, artigos necrológicos, ou propriamente necrológicos.

Para nossa discussão, o que importa, porém, é que “não podemos defini-los [os gêneros textuais] mediante certas propriedades que lhe devam ser necessárias e suficientes”.⁴⁰ Essa observação parece absolutamente reveladora para a análise dos necrológicos aqui mobilizados, uma vez que, naquele momento, essa prática ainda não havia se cristalizado em formas consolidadas de comunicação, sendo, por isso mesmo, difícil identificar um texto dotado de características

³⁸ *Idem*, p. 19.

³⁹ *Idem*, p. 29.

⁴⁰ *Idem*, p. 30.

suficientes para tomá-lo como exemplar do gênero. No entanto, como dito, em vários momentos algumas propriedades dos necrológios (tanto formais quanto, sobretudo, funcionais) aparecem dispersas em uma gama de outros gêneros. Muitas das crônicas publicadas por consequência da morte alguém ilustre, por exemplo, cumpriam funções próximas das realizadas pelos necrológios. Nesse sentido, como observa Marcuschi, alguns gêneros possuem “uma configuração híbrida”, ou, em outras palavras, “uma estrutura inter-gêneros de natureza altamente híbrida”.⁴¹ Essa modalidade discursiva inter-gênero serve, portanto, para designar “o aspecto da hibridização ou mescla de gêneros em que um gênero assume a função de outro”.⁴²

Na medida em que os textos aqui analisados não podem ser formalmente categorizados como necrológios – porque, em ampla medida, faltam a eles propriedades suficientes –, eles também não podem ser desconsiderados enquanto tal, tendo em vista que atuam cumprindo funções análogas ou basicamente as mesmas funções. Nesse sentido, pode-se dizer que para os gêneros textuais, entendidos enquanto práticas sócio-discursivas, os elementos formais, embora importantes (dado o “alto poder organizador das formas composicionais dos gêneros”),⁴³ não são absolutamente determinantes, “já que o predomínio da função supera a forma na determinação do gênero, o que evidencia a plasticidade e dinamicidade dos gêneros”.⁴⁴ Esse aspecto é fundamental na caracterização dos textos mobilizados como *corpus* documental desta pesquisa, uma vez que, aqui, os textos compreendidos como necrológios “são definidos basicamente por seus propósitos (funções, intenções, interesses) e não necessariamente por suas formas”.⁴⁵

Assim, não foi uma preocupação desta pesquisa identificar os gêneros textuais mobilizados. Tendo em vista que “a questão da intertextualidade inter-gêneros se evidencia como uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero”,⁴⁶ interessou, sobremaneira, identificar a intencionalidade que, apesar das diferenças formais, fez com que esses textos cumprissem uma mesma função. É cumprindo a *função-necrológio*, a partir de uma articulação inter-gênero, que os textos publicados por ocasião da morte de Machado encontram uma afinidade. A *função-necrológio*, materializando um dos objetivos constitutivos do obituário

⁴¹ *Idem*, p. 31.

⁴² *Idem*, p. 31.

⁴³ *Idem*, p. 32.

⁴⁴ *Idem*, p. 31.

⁴⁵ *Idem*, p. 32.

⁴⁶ *Idem*, p. 31.

moderno – qual seja: suprir “uma série de anseios em torno do lugar social da morte, além de ocupar uma posição cômoda no crescente espaço biográfico” –,⁴⁷ serve, portanto, para evidenciar como naquela conjuntura foi possível transgredir com as formalidades de determinados gêneros para que se cumprisse, em alguma medida, uma função que, se era necessária ao processo de luto, até então não havia encontrado nos jornais em circulação um espaço específico para consumir-se.

Como destaca Wilson Vieira, a partir de um comentário de Fowler, o obituário moderno, “híbrido textual em luta com convenções sobre vida e morte, conseguiu sobreviver como gênero e ser capaz de servir como rito de passagem celebratório, conforto para famílias e prazerosa leitura para desconhecidos”.⁴⁸ Consequentemente, essa manifestação póstuma alcançou “o status de uma ‘grande forma de memória coletiva na modernidade’”.⁴⁹ A análise dos necrológios, articulando-se efetivamente à história da recepção crítico-biográfica e à análise dos mecanismos de inserção cívica republicanos, pode, assim, viabilizar uma compreensão talvez mais ampliada das dinâmicas memórias postas em cena nos rituais fúnebres encenados nos funerais de Machado de Assis.

⁴⁷ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas. op.cit., 2014, p. 160.

⁴⁸ *Idem*, p. 42.

⁴⁹ *Idem*, p. 42.

UM OLHAR NECROLÓGICO

(...) Está morto:
podemos elogiá-lo à vontade

Machado de Assis. *O empréstimo*

Nos vários necrológios e artigos biográficos publicados sobre a trajetória de Machado de Assis, destaca-se, sobremaneira, sua origem humilde, sua trajetória ascendente, sua vida laboriosa, sua personalidade justa e generosa, sua genialidade, seu comedimento, seu espírito original, único, inigualável; distinguem-se as suas obras notáveis e imorredouras; ademais, enfatiza-se, especialmente, a trajetória sofrida desse homem que fez-se do nada, e cuja vida teria sido vivida “sem outra preocupação de ordem geral além da literatura”.¹

Machado de Assis nasceu de pais “obscuros”,² nas redondezas do Morro do Livramento (RJ) lá pelos idos de 1839. Na expressão de Lindolpho Xavier, ele era, no fundo, “um humilde, era um filho do nada”.³ Seus pais foram o operário mulato Francisco José de Assis (1806-1864) e a portuguesa (açoriana) Maria Leopoldina (1812-1849). Machado, todavia, perdeu cedo a mãe (tuberculosa), e uma irmã (Maria); o pai casou-se novamente com uma “mulata escura”,⁴ de nome Maria Inez (praticamente ignorada nos necrológios),⁵ tendo ele também falecido precocemente quando Machado contava 25 anos. O Machadinho, como era conhecido nessa época, teve formação considerada irregular, estudando, na maior parte do tempo, por conta própria. Saindo da escola, e da casa da madrastra, talvez sua grande incentivadora nos estudos,⁶ Machado foi tentar

¹ Sousa Bandeira. Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

³ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁴ A relação entre Machado de Assis e Maria Inês é pouco clara nas biografias do escritor carioca. A quem insista, como Raimundo Magalhães Júnior, que Machado via nela “uma usurpadora do lugar de sua mãe e do afeto paterno” (p. 44). Já Lúcia Miguel Pereira supõe que Machado só se afastara da madrastra após o casamento com Carolina. No entanto, como informa Magalhães Júnior, quando morreu o pai de Machado, “o convite para a missa de sétimo dia, publicado no *Jornal do Commercio*, o excluiu de maneira ostensiva, dizendo apenas: “A viúva, a sogra e cunhados do finado Francisco José de Assis convidam os seus parentes e amigos e aos do finado para assistirem às missas de sétimo dia que se hão de celebrar amanhã, 28 do corrente, às 8 e 9 horas, na Matriz de São Cristóvão; aproveitam a ocasião para agradecer àquelas pessoas que de tão bom grado se prestaram a concorrer para as despesas do funeral do mesmo findado” (p. 260). Poucos dias depois, Machado também mandou celebrar uma missa pela alma do pai. Ver MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 1: aprendizado. Rio de Janeiro: Record, 2008 e PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936.

⁵ A única referência a Maria Inez identificada nas nossas fontes é feita por Hemetério José dos Santos. O professor e poeta acusa Machado de Assis de ter abandonado a madrastra à própria sorte. Ver Parte VI, cap. 1. O Calabar literato.

⁶ Segundo Lúcia Miguel Pereira, “Maria Inês foi a primeira mestra de Machado de Assis; ensinou-lhe o pouco que sabia, as letras, as primeiras operações” (p. 32). Para Jean-Michel Massa, porém, Maria Inês, embora importante, não foi “anjo tutelar de Machado de Assis”, como pretendia Hemetério” (p.

a vida no mundo das letras, sendo, a partir de então, na sintética fórmula do Conde de Afonso Celso (1860-1938), “tipógrafo, empregado público, escritor – os três capítulos da sua história”.⁷

Como tipógrafo, Machado trabalhou na Imprensa Nacional (IN), tornando-se, depois disso, revisor de provas da famosa casa de Paula Brito (1809-1861) e do *Correio Mercantil*. Na década de 60, entrou para o jornalismo e aparecem os seus primeiros ensaios literários em jornais e revistas do tempo. Nesses anos, Machadinho contribuiu em publicações como a *Marmota Fluminense*, a *Revista Popular*, o *Jornal das Famílias*, o *Diário do Rio de Janeiro*, dentre outros. Esses foram, entretanto, apenas os primeiros passos desse homem que seria grande, destacam os periódicos. Sua juventude, segundo o *Jornal do Commercio*, foi produtiva e esforçada:

Modesto por índole, tímido por temperamento, mas de uma timidez que recobria uma singular energia moral, Machado de Assis, estranho desde logo à toda a petulância da juventude, estuda, trabalha, medita, lê e relê os clássicos da nossa língua e as obras primas de todas as literaturas (...).⁸

Em 1873, começa a sua carreira de funcionário público, atuando como primeiro oficial do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Durante quase quarenta anos de serviços prestados, sendo sempre funcionário eficiente, “exemplar, rigorosamente pontual, chegando e saindo a horas certas, zeloso dos seus deveres, não deixando para o dia seguinte o que lhe estava afecto”,⁹ Machado de Assis galgou posições no Ministério até atingir o superior cargo de Diretor-Geral de Contabilidade, tratando-se já, no período republicano, de Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (apenas Viação e Obras Públicas a partir de 1908). Como sustenta Raimundo Magalhães Júnior, “embora nunca tivesse sido republicano e, ao contrário, sempre houvesse timbrado em se mostrar monarquista, Machado, como já dissemos, aceitara a República como um fato consumado”.¹⁰ Nessa lógica, segundo o *Jornal do Commercio*, em artigo necrológico publicado em 30 de setembro, “tanto no Império, como na República, mais de um Ministro honrou-se, chamando-o para [ser] secretário”.¹¹ Machado de Assis, portanto – neste biografema

74). Cf. PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936 e MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

⁷ Sexta-feira, 30 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*. Discurso proferido na sessão solene em homenagem à memória de Machado de Assis. A sessão foi organizada pelo Grêmio Jurídico e Literário da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais e aconteceu no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio.

⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁰ MAGALHÃES JUNIOR, R. Machado de Assis, funcionário público. Rio de Janeiro: Editora Ministério de Viação e Obras - Serviço de Documentação, 2 ed. 1970, p. 63.

¹¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

que se repetirá por décadas –, foi deveras apreciado pelos seus dotes de “funcionário exemplar”, que prevaleceram mesmo ante a mudança de regime político.¹²

Em 1867, o governo imperial agraciou Machado de Assis com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços prestados às letras brasileiras; já em 1888, a princesa Isabel elevou-o a oficial da mesma ordem. No entanto, segundo Arthur Barreiros (1856-1885), “a honra maior que [Machado] recebeu em vida foi a presidência da Academia Brasileira que os seus confrades lhe deram por aclamação”,¹³ e que ele exercera com dedicação e entusiasmo até a morte. De certo modo, esse período marca a consolidação de Machado de Assis como “patrono” da literatura brasileira. Mesmo de acordo com um crítico como Sílvio Romero, em 1901, Machado de Assis era, dentre os “escritores vivos”, “o mais celebrado e, ainda contando os mortos, ele é um dos nomes mais queridos do mundo do pensamento brasileiro”,¹⁴ no que concordaria Lúcia Miguel Pereira, anos depois, para quem “antes dos cinquenta anos, em plena produção, Machado de Assis se via, por gente de todas as gerações, celebrado e admirado”.¹⁵

Sobre o Machado de Assis escritor, as considerações são extensas. Discorrem os periódicos sobre a bibliografia machadiana, apresentando as primeiras obras publicadas, como “*Teatro*, de Machado de Assis, com duas comédias em ato: *O caminho da porta* e o *Protocolo*, prefaciado por Quintino Bocaiúva”;¹⁶ passando ainda, e necessariamente, pelas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que destacam a perplexidade causada por essa obra “cujo feitio bizarro e original desorientara um tanto as opiniões do tempo, divididas em favoráveis, entusiásticas, e irônicas, perplexas ou mesmo contrárias”, segundo Carmen Dolores (1852-1910);¹⁷ até chegar, por fim, no *Memorial de Aires*, livro no qual encontrava-se, segundo alguns apreciadores, a culminância do talento e da bondade de Machado. Um dos periódicos chegou, inclusive, a listar quase todas as obras publicadas em vida,¹⁸ em um esforço talvez de demonstrar a monumentalidade da obra.

Ademais, são ressaltados certos aspectos enigmáticos da biografia de Machado de Assis – como se ele fosse uma impossibilidade, algo de extraordinário: Machado “era tudo quando deveria

¹² Cf. MAGALHÃES JUNIOR, R.. Machado de Assis, funcionário público. *op.cit.*, 1970 e CHALHOUB, S.. Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*. Texto de 1885, republicado no *O Paiz* como necrológico.

¹⁴ ROMERO, S.. Poesias completas. In. Estudos de literatura contemporânea: (edição comemorativa). Organização, Luiz Antonio Barreto. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 305.

¹⁵ PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936, p. 211.

¹⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹⁷ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*. Carmen Dolores era um dos pseudônimos da escritora Emília Moncorvo Bandeira de Melo.

¹⁸ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Pbarol* (MG).

não ser nada”, segundo Lindolpho Xavier.¹⁹ Para um cronista não identificado do *O Paiz*, Machado era, “verdadeiramente, na história de nossa cultura, um fenômeno quase inexplicável”. Ainda conforme esse cronista, “mal se pode[ria] conceber, em tão estrito e acanhado meio, o surto deslumbramento dessa obra literária – que, pela forma e pelo fundo, tanto excede e se aparta de tudo o que a cercou”.²⁰ Arthur Barreiros, em artigo de 1885, recuperado e publicado pelo *O Paiz* como informe biográfico, em 30 de setembro, afirma que Machado de Assis não se elevou “pelas inexplicáveis combinações do acaso ou da política”. À volta do seu berço, “não lhe sorriram as boas fadas da lenda, que lhe outorgassem bens transitórios e de sua natureza injustos”. Em compensação, o talento e o trabalho “estenderam-lhe as mãos, e da humildade do seu nascimento o trouxeram ao combate homérico da vida, e o armaram cavalheiro, certos de que os seus triunfos seriam sem conta e as vitórias gloriosas”.²¹

Nesse sentido, sua trajetória ascendente e autodidata é bastante acentuada nos necrológicos e artigos póstumos, sendo apresentada como um dos traços mais louváveis e exemplares da sua personalidade. Carlos de Laet (1847-1927), por exemplo, comenta:

Modesto nas suas origens, porque começou a trabalhar como simples operário tipógrafo, ele cresceu até às alturas em que o vimos, não por um desses abalos sísmicos com que frequentes vezes emergem celebridades, como no oceano Pacífico se improvisam ilhas; antes a compararíamos, a fama literária do extinto amigo, àquelas outras formações madreporas, que, lentas e lentas, se vão erguendo do abismo, pelo trabalho acumulado de muitos anos.²²

De modo geral, é exaltada, nesses textos póstumos, a trajetória ascendente, lentamente lapidada no estudo dos clássicos e no labor literário. Na categórica expressão do *Jornal do Brasil*, “Machado de Assis poderia ter uma lápide em que gravassem os seguintes dizeres: nasceu humilde e morreu glorioso”.²³ As sugestões nesse sentido são incontáveis, e configuram o que Antônio Cândido identificou como a retórica da luta do escritor genial contra o destino inescrupuloso. Sousa Bandeira (1865-1917), por exemplo, afirma que Machado de Assis era “o resultado magnífico de uma afirmação do próprio esforço, para levantar a sua individualidade acima do seu meio”.²⁴ Já a *Gazeta de Notícias* assim exprimiu-se sobre o morto recente: “se o Brasil quisesse dar

¹⁹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

²¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

²² Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

²³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

um tipo de grande homem que se tivesse feito exclusivamente pela irradiação do seu talento, teria um exemplo em Machado de Assis”.²⁵ O *Jornal do Commercio*, em edição publicada nesse mesmo dia, assegura que o escritor fluminense “foi, em todo o rigor da expressão inglesa, um *self made man*”. Além disso, segundo o periódico, pode-se avaliar,

mas não o pode bastante admirar, o que houve de força de vontade, de efetiva energia moral neste homem tímido de natureza e mais de aspecto, para vencendo os tropeços criados pela sua nativa inferioridade social, pelos preconceitos de cor, chegar à culminância a que atingiu no mundo intelectual brasileiro, e à respeitada situação que ocupava em nossa sociedade. E tudo isso sem jamais sacrificar nada dos seus sentimentos e escrúpulos morais.²⁶

A retórica da purificação

Para, entretanto, por sobre esses textos elogiosos, certo paradoxo: se, por um lado, a vida não lhe foi fácil, deixando nele as marcas do arrivismo, se ele conheceu de perto a maldade, a hipocrisia e as quebradas sombrias da alma humana (todos esses aspectos potencializados pela sua “nativa inferioridade social”); por outro, não teria se contaminado: continuou, na sua luta contra o destino, puro, íntegro, exemplo de homem cordato e escritor correto e maneirado. Para Carlos de Laet, nesse sentido, Machado de Assis poderia portar um daqueles brasões antigos,

onde figura o arminho com a legenda – *Potius mori quam foedari*. Antes morrer que manchar-se. Soberbo lema de fidalgos; e que sem deslize da verdade também se poderia insculpir sobre a lápide deste honrado homem do povo, tão fidalgo, ele também na [sua] imaculável probidade.²⁷

No entanto, mesmo que no momento da morte não apareçam questionamentos incisivos (exceção o de Hemetério José dos Santos, que todavia esperou passar um mês do enterro para publicizá-lo),²⁸ é sintomático que os cultores de Machado de Assis se esforçassem para rebater algumas críticas (especialmente as que o acusavam de misantropo e/ou absenteísta), deixando em aberto a sugestão de que, de algum modo, essas opiniões já estavam em circulação quando do passamento, em setembro de 1908. Assim, ao que tudo indica, além de evidenciar o caráter do homem que se sobressai às circunstâncias adversas, vencendo os empecilhos da época, a conversão de Machado de Assis em símbolo nacional implicava a mobilização de uma *retórica da purificação*,

²⁵ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

²⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁸ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

em que as suas obras – seu corpo físico e o seu espírito –, destituídos dos elementos perturbadores que, para muitos comentadores, os caracterizavam, eram exaltados em um movimento à contrapelo: a exposição da maldade, do pessimismo, do humorismo às vezes sórdido era, então, estratégia moralista, e não a reprodução exata dos valores do autor.²⁹

Augusto Meyer, anos depois, explicitaria a questão – que será debatida ainda pelos contemporâneos –, pergunta o crítico: “ele será de fato, como quer Alcides Maya, ‘um forte bom, vencido mas sobranceiro à derrota’? Ou um despeitado que dissimula em displicência irônica o seu ressentimento, nova espécie de raposa da fábula?”.³⁰ Mario de Alencar, opinando sobre essa questão, diz que tudo em Machado de Assis “era expressão humana, e não lhe cabia senão olhar e comentar os homens. Não os acusava, reproduzia-os; e à natureza má opunha o sorriso inteligente, que é o gosto adequado à beleza, melhor que as lágrimas indiscretas”.³¹ Alcindo Guanabara, no discurso que pronunciou na Câmara, insiste, favoravelmente a Machado, que o recém finado era um “analista das coisas e dos homens, das almas e dos costumes, dos indivíduos e do meio, das paixões grandes e dos pequenos vícios” e, por ser assim, “não tinha o sarcasmo dissolvente, mas um doce e benévolo ceticismo. Era um anotador, comentando a situação, os costumes e as ideias, aplaudindo ou combatendo com bondade, sublinhando o risível com o sorriso”.³² Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), dando vazão a sentimento parecido, comenta:

Nem a Machado de Assis faltaram emoções e simpatia pelo sofrimento humano, como a mais de um crítico se lhe afigurou, por ter ele exposto com singeleza de narrador verídico alguns dos casos grotescamente dolorosos que a existência nos oferece a cada passo, por ter salientado com sapiente humorismo decepções nascidas da imbecilidade ou da jactância, e com vingador sarcasmo humilhante derrotas de iníquos ou de fraudulentos, privados do fruto dos seus tenebrosos planos. Nunca, porém, nem numa só página, nem num só período ele recusou o piedoso tributo do seu respeito a um infortúnio digno de respeito; nunca ele agravou com uma palavra motejadora ou ligeira a aflição de uma criatura débil, injustamente oprimida.³³

Por detrás da defesa, estavam, certamente, vários ataques que acoplavam à figura de Machado de Assis a pecha de pessimista e misantropo. Embora não predominante, essa era, ao que

²⁹ Astrogildo Pereira, sobre o bom e o mau Machado, comenta: “era Machado de Assis um homem bom, um homem mau? O ponto preliminar a esclarecer neste caso é o seguinte: o fato de botar a nu a crueldade, a dissimulação, a hipocrisia, as pequenas vaidades e os secretos apetites de homens de mulheres observados na sociedade, e revividos em contos e romances, significa que o psicólogo, que estuda e desnuda o caráter alheio, seja ele próprio portador das taras e defeitos que analisa?” PEREIRA, A. Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos. Oficina de Livro, Belo Horizonte, 1991, p. 167. Para uma discussão sobre o moralismo machadiano, cf. Bosí, A.. Machado de Assis: O enigma do olhar. São Paulo, Ática, 1999.

³⁰ MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. Apresentação Alberto da Costa e Silva. 4ª ed. - Rio de Janeiro : José Olympio, ABL, 2008, p. 89.

³¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

³² Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³³ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

tudo indica, uma leitura circulante sobre o autor de *Dom Casmurro*. Em um artigo necrológico publicado na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, afirma-se que “quem não conhecesse esse escritor, que morreu com cerca de 70 anos, coberto de glória, respeitado e amado (...) e lesse a sua obra formidável e enorme (...), teria a impressão de um homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser”. Mas assim não era, confessa o periódico: “Machado de Assis teve na sua vida um desejo intente: não contrariar ninguém”.³⁴ Nesse sentido, os cultores do recém finado precisaram contornar o pessimismo e o azedume da obra e dos personagens para encontrar, no final das contas, o escritor moralista. Na opinião de Olavo Bilac,

Alguns dos tipos das suas novelas são modelos de egoísmo, de maldade fria, de dureza de alma; parece, porém, que ao acentuar esses defeitos, o novelista está dizendo nas entrelinhas da narração: “coitados! são o que tinham de ser; não são o que desejariam ser, se lhes fosse permitido o desejo de melhorar...”³⁵

Nesses textos, tudo funciona como se, por detrás do aparente pessimismo e sadismo machadiano, estivesse, como águia solitária e melancólica, o homem bom. A função dos necrológicos seria, justamente, aproximar do público a faceta privada do escritor, até então interdita em função da personalidade embotada do recém finado. Justamente por causa desse estranho embotamento (que teria impedido uma postura mais participante, e quem sabe mais benévola, de Machado de Assis na cena pública), a figura machadiana se tornava passível de figurações diversas e adversas, muitas das quais arquitetadas por sujeitos que guardavam um ódio inexplicável a sua figura. Assim, contra a imagem, considerava injusta, de Machado de Assis como misantropo e absentéista (que, como veremos, terá vida longa), os amigos e admiradores – respondendo tanto ao ímpeto de consagração como também ao apelo do amor e da amizade – apresentavam um Machado de Assis mais humano, demasiado humano; esse Machado, representado pelos amigos da intimidade a partir da imagem que lhes era a “mais querida”, deveria ser preservado, especialmente nos necrológicos, como insistia Rui Barbosa:

O que se apagaria talvez se o não colhêssemos logo na memória dos presentes, dos que lhe cultivaram o afeto, dos que lhe seguiram os dias, dos que lhe escutaram o peito, dos que lhe fecharam os olhos, é o sopro de sua vida moral. Quando ele se lhe exalou pela última vez, os amigos que lho receberam com o derradeiro anélito, contraíram a obrigação de o reter, como se reteria na máxima intensidade de aspirações dos nossos pulmões o aroma de uma

³⁴ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³⁵ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

flor cuja espécie se extinguisse, para o dar a sentir aos sobreviventes, e dele impregnar a tradição, que não perece.³⁶

Portanto, em mais de um momento, os amigos são apresentados – e se apresentam – como os conhecedores do “verdadeiro” Machado de Assis, i.e., daquele Machado que não se deixava ver inteiramente nas obras, mas sobretudo no trato íntimo. Para Graça Aranha, na intimidade, Machado de Assis “era outro homem que não o imaginado pelos seus livros desabusados”. Assim, “se ele cultivou sistematicamente o desprezo e mesmo a aversão aos seus semelhantes, os amigos o conheceram afetuoso, interessado na sociedade deles e consagrado a uma obra humana, falível e frágil, como é uma academia”.³⁷ Arthur Azevedo comenta, sobre a ironia que perpassa a obra machadiana, que “o melhor, talvez, da sua obra ficou inédito, e para conhecê-lo seria preciso ouvi-lo, mas ouvi-lo antes que aquela viuvez inesperada e terrível o deixasse sozinho no quarto da sua morte”.³⁸ Enquanto isso, para Carlos Magalhães de Azeredo, a parte precíval de Machado de Assis era tão cara quanto a imortal, presente nas suas obras; tanto mais, diz ele “que no homem, no seu gesto, na sua palavra viva, no seu trato cortês, leal, carinhoso, de todos os dias, os finos quilates do talento e do coração se revelavam não menos que nos seus livros”.³⁹ Já Lindolpho Xavier, em texto necrológico, conta que “a convivência de perto dos dois anos com o ilustre mestre lhe pôde [lhe] mostrar quantas facetas havia naquela alma querida e bem formada”.⁴⁰

Mário de Alencar (1872-1925), por seu turno, confessa não ter cuidado de escrever, nas “Páginas de Saudade”, “sobre a obra do escritor, senão do homem, contando as impressões de nossa convivência de alguns anos”.⁴¹ Embora diga que nem mesmo para ele, ouvinte de tantas confidências, tenha ficado “o conhecimento exato daquela alma esquisita”, começa dizendo ter ouvido “as falas íntimas” e, em posse delas, revela que ficou “conhecendo a feição de bondade que [Machado] trazia talvez velada para o mundo”. Nesse sentido, pondera ainda que os “que só conheceram o escritor, não adivinharão o homem, e os que só tiverem lido superficialmente o homem e o escritor entenderão que houve nele duas figuras distintas e opostas”. Ledo engano: para o crítico e amigo, Machado de Assis era “uma só figura, que se velava ou descobria

³⁶ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³⁷ ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. São Paulo : Monteiro Lobato & Editores, 1923, p. 28.

³⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

³⁹ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁴⁰ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁴¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

voluntariamente, pelo respeito de si mesma e o receito de não parecer sincera aos olhos dos outros”. A reserva machadiana, em contraste com a feição dos livros, colocava para os amigos a necessidade de explicitar o conhecimento da intimidade: “capaz de ser terno, com abundância de coração, Machado de Assis escondeu no escritor a ternura do homem, e na intimidade do afeto reservara a manifestação do seu sentimento à eloquência do gesto sóbrio”.⁴²

Além de precisar desvencilhar-se da impressão de “homem amargo”, a *retórica da purificação*, mobilizada pelos oradores públicos da morte de Machado de Assis, careceu também relativizar outros aspectos da sua biografia. A percepção de que Machado não se ocupava das coisas terrenas, por exemplo, era bastante disseminada, mesmo quando da sua morte. Dois meses antes de falecer, na coluna “A soberania em ação”, do *O Paiz*, o autor do *Brás Cubas* foi sutilmente criticado. Para o colunista, “ainda não se estudou entre nós o Rio de Janeiro subterrâneo”. Machado de Assis, “o príncipe das nossas letras”, a quem supostamente cabia essa responsabilidade, não quis, escrevendo em tom muito erudito e nobre, “sair do mundo burocrático ou do meio elegante em que sempre viveu” para ocupar-se com o mundo vivido.⁴³

Seja como for, a ocorrência, mesmo que sutil e disfarçada, embora constante e sugestiva, desse tipo de crítica, suscitou imediatas, e sempre espontâneas, reações defensivas das penas amigas. Carlos Magalhães de Azeredo, por exemplo, escreveu que Machado de Assis

Não era o homem exclusivamente cerebral que muitos erradamente imaginaram: nem o aplauso das gentes, nem a pura contemplação da verdade e da beleza, nem o exímio culto da perfeição e a consciência dos seus muitos contatos com ela, bastavam para recompensá-lo; ele precisava de sentir em torno de si o amor dos seus.⁴⁴

O esforço empreendido pelos oradores será então o de evidenciar e proteger esse Machado que, carente do amor fraterno dos amigos, fora, todavia, “gentilissimamente bom durante a vida”,⁴⁵ e não um malvado que visava apenas sorrir da iniquidade e das mazelas dos homens. Dando forma a este esforço, Sousa Bandeira aponta que a passagem machadiana pelo mundo “foi simples e serena como a de um justo”.⁴⁶ Mário de Alencar, em seu tempo, assevera que Machado “era essencialmente bom e puro, de uma delicadeza e sensibilidade que não podia, por mais que o

⁴² Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁴³ Sábado, 1 de agosto de 1908, *O Paiz*.

⁴⁴ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁴⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁴⁶ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

quisessem, acomodar-se à rudeza das coisas e dos homens”.⁴⁷ O senador e acadêmico Rui Barbosa (1849-1923), no discurso que pronunciou em nome da Academia Brasileira de Letras (ABL) no velório de Machado, aponta esse mesmo aspecto: “nascido com uma dessas predestinações sem remédio ao sofrimento, a amargura do seu quinhão nas expiações da nossa herança o não mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltados”.⁴⁸

Abstergido pela *retórica da purificação*, que todavia não conseguiu extirpar de todo a impressão malfadada, Machado de Assis era apresentado, no fundo, como “um sensível, um afetivo, um terno”, “por mais que a filosofia pessimista e um tanto misantrópica dos seus escritos fizesse supor o contrário a observadores apressados ou malévolos”.⁴⁹ Há, como já notamos, um esforço considerável empreendido por alguns cronistas e obituaristas no sentido de relativizar (ou tomar em outro sentido, como moralismo) os aspectos desconcertantes da literatura cética e pessimista de um Machado que, no final das contas, segundo Azeredo, teria mesmo “atravess[ado] a escola moral do Cristianismo”, encontrando em Jesus um dos “educadores do seu espírito e do seu caráter”.⁵⁰ Atando as duas pontas da vida, o diplomata ainda afirma que o jovem Machadinho, que fora sacristão na Lampadosa, não abandonara, na velhice, os preceitos da religião que servira antigamente: “se os seus lábios desaprenderam o Credo, o seu coração não desprezou nem esqueceu o Evangelho”.⁵¹ Curiosamente, embora compreensível, as notas sobre a recusa da extrema unção são parcas nos textos publicados em 1908. De modo geral, a tônica dos discursos recaiu sobretudo na bondade propagada pelo criador de *Mariana*.⁵²

Se a *retórica da consagração* incorpora, como temos insistido, uma intencionalidade pragmática (vinculada ao esforço republicano em eleger os figurantes do seu panteão), ela deixa ver também um lado mais afetivo (que não prescinde igualmente de matizes políticos). O movimento purificador tanto coloca em uso uma figuração positivada de Machado de Assis tendo

⁴⁷ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁴⁸ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁹ Carlos Magalhães de Azeredo. Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁵⁰ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁵¹ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁵² “Não creio... Seria uma hipocrisia, respondeu quando lhe falaram em chamar um padre. Pela última vez o seu espírito se recusava a se abandonar, a procurar amparo fora de si, a conhecer o repouso supremo”. PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936, p. 324.

em vista sua consagração como também servia, a um só tempo, para fazer justiça ao amor, à amizade e ainda proteger a figura machadiana de um tipo de discursividade que, quase sem peso de crítica, deixava ver apenas o constrangimento de uma sociedade racista, racialista e escravocrata em ter um homem negro como o seu “maior escritor”.⁵³ Interessados na consagração cívica e nos benefícios daí oriundos, os “agentes da consagração”, em posse de um conhecimento íntimo, promoveram a figuração de Machado de Assis como homem bom e amável, moralista e ironista suave, também porque essa figuração, mais próxima da realidade que experienciaram no cotidiano, seria, para eles, certamente mais justa do que aquela imagem que, promovida por inimigos – como Sílvio Romero e Hemetério José dos Santos –, quase sempre articulava argumentos pessoais ou claramente racistas a argumentos literários e biográficos para desfazer do homem e da sua literatura. Nesse sentido, a *retórica da purificação*, sem que resolvesse definitivamente o conflito – uma vez que as figurações negativas continuaram –, espelhou um processo de consagração em que objetivos pragmáticos e afetivos foram sendo tensionados.

O enigma Machado de Assis

Essa tensão, mesmo que latente, pode ser mapeada no debate que buscava estabelecer um lugar para Machado de Assis no panteão nacional. Nesse sentido, mesmo purificadas, algumas representações machadianas, assumidamente positivas, deixam, porém, antever uma dimensão enigmática, sombria, que, nem por isso, deixava de cativar menos. É como se Machado escondesse, por detrás da sua sempre simpática e dócil personalidade, uma face oculta e menos polida (recalcada nesse momento consagratório). Carmem Dolores (1852-1910), por exemplo, comentando os encontros que tivera como Machado no badalado *Clube Beethoven*, onde reunia-se a elite carioca para escutar interpretações de obras clássicas, afirma: “ademais, a doçura sutil do recente finado, certa forma enigmática ou interrogativa do pensamento, qualquer coisa de oriental na tez bronzada de faquir e no silêncio risonho dos lábios prudentes, tudo isso interessava, agradava, pendia”.⁵⁴ Como diria Graça Aranha, anos depois da morte de Machado, “há um

⁵³ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

⁵⁴ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

encanto nesse mistério original, e a brusca e inexplicável revelação do talento concorre vigorosamente para fortificar-se o secreto atrativo, que sentimos por tão estranho espírito”.⁵⁵

Visivelmente magoada, de uma mágoa superada, mas jamais esquecida (e talvez por isso o texto não soa como uma vingança póstuma), Carmen Dolores conta o episódio em que procurara Machado de Assis, buscando nele apoio para os seus interesses literários:

Há cinco anos, talvez, procurei-o na Secretaria de Indústria e Viação, para consultar sobre o projeto que já se definia em meu espírito de escrever para jornais. Achei-o gentilíssimo, amável, com o macio sorriso de sempre: mas nessa gentileza um pouco negativa, nessa doçura talvez enigmática, senti a falta de apoio intelectual que lhe pedia. E afastei-me, entristecida.⁵⁶

Doce enigma, Machado de Assis. O homem que recusou apoio à Carmen Dolores não o negou à Julia Lopes de Almeida (1862-1934), isso embora tenha consentido com a estupidez do tempo e adotado o modelo francês para a Academia Brasileira de Letras (ABL), coisa que, por consequência, tornou inviável a entrada de mulheres no rol dos imortais até a década de 1870.⁵⁷ Julia Lopes de Almeida, já escritora conhecida, tendo participado das reuniões que antecederam a fundação da ABL, ficou fora da lista dos fundadores; como “compensação”, seu marido, Filinto de Almeida (1857-1945), foi incorporado à galeria dos imortais.⁵⁸ Além disso, Machado de Assis sempre incentivou jovens escritores, inclusive colocando-os para dentro da ABL. Mário de Alencar, exemplo típico dessa atitude complacente, depois de mostrar a Machado alguns dos seus escritos (que depois assumiu não serem bons), recebera de Machado palavras incentivadoras:

Não me falava o crítico, nem ele o queria ser, senão a pessoa polida e fina, e o mestre condescendente, sem orgulho, que se fazia pequeno para não magoar a pequenez do discípulo. Foi esta feição do homem, mais do que o valor do escritor, que gerou a minha simpatia e respeito.⁵⁹

Mesmo testemunho dá Arthur Barreiros, para quem Machado não fazia “louvor a juro ou com a intenção de agremiar caudatários”, mas advertia e estimulava para ver os amigos

⁵⁵ ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco, *op.cit.*, 1923, p. 11.

⁵⁶ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁵⁷ O Art. 2º do estatuto da ABL prevê que “só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros”. Em 1939, Amélia de Freitas Beviláqua (1860-1946) teve sua candidatura negada sob o argumento de que o estatuto não permitia a entrada de “brasileiras”. Apenas em 1977 uma mulher, Raquel de Queiroz, tornou-se membro efetivo da ABL. Antes dela, porém, na década de 50, Dinah Silveira Queiroz (1911-1982) também tentou ingressar na instituição, mas sua entrada foi embargada.

⁵⁸ Cf. GOMES, W. F.; SILVA, T. C. . Júlia Lopes de Almeida: Lembrança e Esquecimento. MOSAICO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO), v. 17, p. 343-360, 2018.

⁵⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

“triumfar[em] em toda a linha, nobremente e sem ódios”.⁶⁰ Seja como for – por machismo, soberba, desinteresse ou simplesmente pelo lugar inapropriado, onde geralmente Machado só fazia mesmo trabalhar –, a recusa de apoio intelectual não impediu que Carmen Dolores continuasse a acompanhar, mesmo de longe e sentida, o escritor que “subia no meio da geração nova que o cercava de admirações”. Morto, era ainda com um “olhar saudosos e úmido” que Dolores se despedia do homem que, acima de tudo, sempre fora “correto, sereno, amável”.⁶¹

Em boa parte dos textos coetâneos, portanto, as virtudes machadianas – a bondade, a temperança, a simpatia, a amabilidade, a cortesia, a disponibilidade, a polidez etc. –, evidenciadas pela *retórica da purificação*, misturavam-se com a sua literatura (ou com certa leitura dela: a que destacava a sua feição moralista e bondosa), tornando-o – mormente para os amigos próximos – um tipo moral, modelo a ser seguido (tanto na esfera literária como nas dos costumes). Para Enéas Galvão (1832-1895), por exemplo, “desse gênero literário que se chamou Machado de Assis e atravessou a vida como um sábio, um bem e um justo, se pode dizer com justiça que era o sumo pontífice da literatura nacional”.⁶² Eduardo Raboeira, insistindo ainda no primado machadiano, afirma que o “seu exemplo, a sua obra, a sua recordação ali fica para estímulo de todos nós, para guia de todos nós, para modelo dos que queiram seguir um Ideal de arte e de amor”.⁶³ Arthur Barreiros, sempre recuperado pelos necrológicos e artigos póstumos, é mobilizado para sustentar que Machado de Assis “é um mestre”, mas que “não o procura ser, não se impõe, não arma às aclamações, não disputa proeminências; e todavia é um mestre pelos honrados exemplos da sua vida, pelas primorosas concepções da sua pena”.⁶⁴

Posta em prática a *retórica da consagração* (que, diga-se de passagem, é apenas um modo de visualizar a seleção narrativa, ou a “ilusão biográfica”,⁶⁵ que emerge do processo de

⁶⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁶¹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶² Enéas Galvão. Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶³ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁶⁴ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁵ Em ampla medida, a ilusão biográfica supõe um modo de conceber uma trajetória que, contra a dinamicidade e contraditoriedade da vida, tende a enquadrar essa vida em uma narrativa ordenada e dotada de sentido. A partir da “retórica da purificação” foram, dessa forma, selecionados determinados elementos da trajetória de Machado de Assis no sentido de ordená-los para compor uma trajetória de vida destituída dos aspectos problemáticos. Cf. BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

representificação viabilizado pelos cultores), o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* era apresentado, na circunstancialidade da sua morte, como guia na arte de amar e na de criar. Nada disso, porém, implica dizer que Machado de Assis não fosse visualizado, antes e depois dos seus funerais, por vários amigos e conhecidos, como um mestre e mentor, homem bom e amável, escritor correto e moralmente assistido; nem implica ainda, por outro lado, dizer que essa leitura – antes como depois – não fosse combatida com a reiteração, por parte de leitores adversos (ou “malévolos”, como dirá um comentador), do aspecto mórbido e enigmático da sua vida e obra. Mas, no momento quente da recordação, i.e., na morte (quando há uma tentativa de apreender, por meio do necrológico e de outras práticas memoriais, os aspectos determinantes da personalidade que ora finda, articulando-os em uma narrativa dotada de sentido e ação), houve um exercício – fartamente explorado, embora não de todo consumado –, que tinha como objetivo (explícito ou não) depurar e proteger a figura de Machado de Assis de alguns predicados negativos que, contra a imagem amorosa que os amigos tinham da intimidade, se acoplavam a sua figura; e que talvez (como de fato ocorreu) dificultasse a sua apreciação e consagração, uma vez desaparecido o seu corpo físico e o impacto da sua influência.

O homem subterrâneo

O resultado prático da *retórica da purificação* foi, apenas em um certo sentido, a consolidação da uma imagem “oficial” de Machado de Assis. Imagem que, por um lado, desvencilhou-se da carga simbólica negativa que tanto o homem como a obra inevitavelmente provocavam em alguns comentadores (movimento em parte necessário à consagração cívica); mas, por outro, passada o pasmo e a emotividade da morte, legou um perfil que de modo geral teria sido pouco capaz de granjear engajamento. Nesse sentido, talvez tenha sido Augusto Meyer – que, entre os grandes críticos dos anos 1930, “é o que produz mais estragos na figura do medalhão e na estátua construída pelos antecessores” –⁶⁶ a perceber a cristalização de uma leitura pacificada de Machado de Assis: “estamos familiarizados com um Machado de Assis mais sereno, amigo do equilíbrio e da moderação, cético, atento e amável, quase anatoliano”.⁶⁷ Para Augusto Meyer,

⁶⁶GUIMARÃES, H. S. Machado de Assis, o escritor que nos lê. 1ª ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 109.

⁶⁷MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 19.

entretanto, “talvez essa atitude [a construção de um perfil oficial e purificado de Machado de Assis] seja uma simples aparência”,⁶⁸ aparência que esconderia, no seu avesso, um “homem subterrâneo” e, por esse ângulo, definitivamente mais complexo e problemático.

Para Augusto Meyer, a leitura purificada da obra e do homem Machado de Assis – se se consolida com a obra de Alfredo Pujol, publicada em 1917 – teria principiado com o escritor ainda vivo; condição esta que, por si mesma, teria limitado as possibilidades de leituras críticas: “o homem presente e corpóreo, com sua pele, as suas vísceras, os seus achaques, o mulato macio e polido com o seu ramo de carvalho do Tasso, o acadêmico integrado em seu papel, encajado em si mesmo, resignado a si mesmo, tem o grave inconveniente de estar vivo”.⁶⁹ A presença de Machado de Assis era, assim, um “estorvo inevitável que se levanta[va] entre a obra e o intérprete”.⁷⁰ Isso porque essa primeira crítica, na percepção do jornalista gaúcho, foi tomada por “certo sentimentalismo inadequado na maneira de encarar o homem e a obra, como se o dever da boa crítica não fosse justamente um rigor de análise a excluir os elementos sentimentais impuros que deturpam a objetividade”.⁷¹ Por culpa do “sentimentalismo”, potencializado pela proximidade com mestre, teriam os contemporâneos sopitado as “impurezas” das representações machadianas, privilegiando não necessariamente o *escritor*, mas o *amigo*:

Em vida do autor, porém, nem tudo se pode avançar por conta dos direitos da crítica. E se esse autor se chama Joaquim Maria Machado de Assis, é presidente da Academia de Letras e sensível, sestrosos como quê, por uma simples questão de delicadeza moral, o crítico há de sentir-se mais ou menos tolhido no seu papel de dissecador, evitando tocar em muitos pontos que presente nevrálgicos, condenando à omissão as observações menos discretas.⁷²

Cercado pelo louvor dos companheiros, que “formam a reserva dos bons leitores, os devotos que não admitem reticências no seu culto e mantêm aceso noite e dia o fogo do louvor”,⁷³ foi-se, segundo o analista da obra machadiana, levantando “um muro de simpatia ou de automatismos imitativos, de admirações ou de aceitações” que, reiteradamente expostos, teriam criado em torno de Machado de Assis “esse primeiro clima de renome incipiente, tão precário e tão superficial quase sempre, em que os motivos de exaltação raro assentam numa compreensão

⁶⁸ *Idem*, p. 19.

⁶⁹ *Idem*, p. 124.

⁷⁰ *Idem*, p. 124.

⁷¹ *Idem*, p. 95.

⁷² *Idem*, p. 75-6.

⁷³ *Idem*, p. 96.

profunda do espírito da obra, por falta de recuo no tempo”.⁷⁴ Analisando o artigo necrológico de Alcindo Guanabara, por exemplo, Augusto Meyer comenta que “dentro dos limites circunstanciais e embora a largos traços, o que aí aparece [no artigo de Guanabara, como, conseqüentemente, em outros artigos fúnebres da época] é a imagem do Machado anatoleano, devida principalmente à crítica de José Veríssimo”.⁷⁵ Será esse Machado de Assis “anatoleano”, para o crítico gaúcho, “um dos Machados mais perduráveis, espécie de versão oficial ou média das opiniões correntes”; será, insiste o crítico, “o seu medalhão”.

O “medalhão” – essa primeira leitura purificada de Machado de Assis – seria “o destino comum de todos os grandes espíritos, moeda de troco miúdo em que a efígie simplificada facilmente faz esquecer a complexidade viva e irredutível do modelo”.⁷⁶ Mesmo após a morte de Machado de Assis, e com o relativo esquecimento em que entra a sua memória, essa a leitura predominante ainda encontraria, nos anos seguintes, como já destacado, o seu primeiro ponto de força: “a crítica machadiana empenhada em amaciar as conclusões, para não ferir os melindres da beatice literária, numa lamentável confusão de categorias em que homem, obra e intérprete resvalam pelos mesmo plano inclinado das condescendências, tem um patrono ilustre: Alfredo Pujol”.⁷⁷ Como já destacou Maria Werneck, as conferências de Alfredo Pujol, interessadas em fazer o elogio do literato socialmente vitorioso, será peça central no processo de sacração machadiano.⁷⁸ Augusto Mayer, entretanto, será mais incisivo na crítica contra o imortal:

Pujol era um homem que sabia admirar, um espírito capaz de responder ao menor toque em vibrações de simpatia, deitando-se aos pés da sua admiração como um reflexo humilde. Espíritos desta índole, generosos e síntonos, entregues à primeira impressão, tornam se facilmente irrefletidos quando passam da leitura em voz alta, animada e exaltada, ao silêncio da crítica.⁷⁹

Nesse sentido, para Augusto Meyer, Alfredo Pujol estaria propondo ao auditório “a imagem de um Machado suavemente irônico, sorrindo por malícia, é certo, triste e retraído, é evidente, mas no fundo tão sensível às cordas da humana ternura, tão meigo e bondoso ...”.⁸⁰ É como se, para esses críticos, Machado de Assis escondesse “um coração de ouro aos olhos mais

⁷⁴ *Idem*, p. 124.

⁷⁵ *Idem*, p. 130.

⁷⁶ *Idem*, p. 130.

⁷⁷ *Idem*, p. 95.

⁷⁸ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008, p. 66.

⁷⁹ MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 95.

⁸⁰ *Idem*, p. 96.

íntimos, em essência, quase o contrário da sua obra”.⁸¹ “Tranquilizando assim o conferencista, quanto aos dotes morais do biografado” – i.e., purificada a figura machadiana – “entrava a retrair sua aventura entre os homens e os livros, como o amigo que põe no retrato de um amigo ausente todo o fogo da admiração, dando ao elogio o bafejo do seu tom cálido”.⁸²

Para Meyer, a constituição do medalhão, especialmente quando da sua morte, é compreensível: “ninguém que se preze fará verdadeira crítica à beira de um túmulo; ninguém teria a coragem de afirmar, que ele [Machado de Assis] se encaminharia pausado e trôpego para a terra do nunca mais, como quem se retira tarde do espetáculo, tarde e aborrecido”.⁸³ No entanto, esse perfil pacificado se disseminou, mesmo que apenas em determinados círculos, consolidando uma figuração especialmente destinada a refletir as “opiniões policiadas”.⁸⁴ Para Augusto Meyer, “encontraremos, no decorrer da história das suas interpretações, com algumas variantes, a mesma tendência a edulcorar esse espírito sombrio que escreveu as páginas mais amargas da nossa literatura”.⁸⁵ Essa imagem oficial, de um Machado “melancólico, despetalando a flor amarela do aborrecimento como um virtuose do eufemismo, [teria] longa vida”:⁸⁶

Em vão os críticos inclinados a uma interpretação conciliadora, quando não edulcorada, se apegam teimosamente à ideia de um Machado de Assis que aos poucos vai caminhando para a serenidade interior, até conquistar aquela espécie de trégua e paz crepuscular que eles supõem representada no Memorial de Aires.⁸⁷

Contra essa percepção “superficial”, Meyer deseja recuperar um Machado em franca contradição: “sobre as ruínas interiores de Machado velho e doente, ficou sempre de pé o analista voluptuoso, o monstro cerebral que dava tudo por meia hora de mergulho nas complicações e deformações psicológicas”.⁸⁸ Se, nesse sentido, os amigos teriam escamoteado a dimensão mais sombria da obra – por força de um “sentimentalismo” acrítico –, o crítico gaúcho (que se quer objetivo e distanciado) procura justamente evidenciar o escritor que gostava de “pegar uma ideia na ponta dos dedos com muita delicadeza e arrancar-lhe as asas com tanta graça. Esfregá-la como vaga-lume para fazer fosforescências fritas. E longamente descascar feridas, gozando entre os

⁸¹ *Idem*, p. 96.

⁸² *Idem*, p. 97.

⁸³ *Idem*, p. 131.

⁸⁴ *Idem*, p. 135.

⁸⁵ *Idem*, p. 130.

⁸⁶ *Idem*, p. 102.

⁸⁷ *Idem*, p. 171.

⁸⁸ *Idem*, p. 26.

limites da dor e do gozo”.⁸⁹ Assim, por trás do perfil purificado, estaria um outro Machado de Assis, pretensamente mais real, “um ser subterrâneo, demoníaco, trágico, perverso no seu ódio à vida, um monstro cerebral que esfolava com cuidado e perfeição as suas criaturas”.⁹⁰

Abandonada a leitura psicologizante que, em ampla medida, perpassa boa parte das leituras críticas até meados do século XX,⁹¹ Augusto Meyer (especialmente nos textos de 1958) parece interessar-se mais pelo *autor*, instância ficcional específica, do que propriamente pelo homem: “deixemos em paz o homem chamado Joaquim Maria Machado de Assis e tratemos um pouco do autor, às vezes também desconhecido”.⁹² Aqui, não deixa de ser interessante perceber que ao contrário da crítica coetânea e a das biografias da década de 1930, a crítica da década de 1950, sob a alcunha de “realismo” ou “análise” psicológica,⁹³ parece enxergar melhor a relação entre Machado de Assis e o seu universo criativo. Tanto Astrojildo Pereira,⁹⁴ como Lúcia Miguel Pereira (em *Prosa de ficção*) e Augusto Meyer,⁹⁵ embora evidenciem, eventualmente, a maldade das personagens machadianas, não parecem supor, na maioria das vezes (como latente nos comentários de 1908), ser este essencialmente o predicado machadiano.

Essa concepção, que segue as pegadas do *new criticism* anglo-americano e da estilística espanhola (afastando-se do biografismo e concentrando-se no exame formal dos textos literários),⁹⁶ não pode, entretanto, ser generalizada, uma vez que, ainda na década de 1930 (veremos em seguida), havia uma apreciação negativa sobre a obra machadiana que, muitas das vezes, não deixava claro se era extensível também ao autor. Em 1908, de modo ainda mais acentuado, embora a *retórica da consagração* já buscasse desvencilhar-se do aspecto mal da

⁸⁹ *Idem*, p. 31.

⁹⁰ Alberto da Costa e Silva sobre o Machado de Assis de Augusto Meyer. *Idem*, p. 9-10.

⁹¹ Como nota Alfredo Bosi, “quase todos os intelectuais brasileiros nascidos entre o final do século XIX e o princípio do XX amadureceram na crença de que a obra literária teria sua gênese em certas características psicológicas do autor”. BOSI, A.. Augusto Meyer: crítica machadiana e memória. In. GUIMARAES, H. S.; SENA, M. (orgs.). Machado de Assis: permanências. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018, p. 18-9.

⁹² MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 184.

⁹³ Para Augusto Meyer, “o que salvou obra tão monótona, limitada por força a um repertório um tanto seco de situações e concepções morais, foi a paixão da análise psicológica”. MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 84.

⁹⁴ Para Hélio de Seixas Guimarães, “nos ensaios, de maneira geral, Astrojildo qualificou Machado como escritor realista, ressaltando não se tratar do realismo de escola, mas realista a medida em que suas criaturas estampam a psicologia real da sociedade”. GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 97.

⁹⁵ Diz Meyer: “De Machado de Assis talvez se pudesse dizer que esquecia as suas boas intenções ao sentar-se diante de uma folha em branco. Sumiam-se num sopro de mágica as suas virtudes domésticas ou sociais. O bom marido, o funcionário modelar e outros “eus” interinos retiravam-se, enfiados e prudentes, quando o humorista molhava na tina da ironia a sua pena aguda”. Cf. MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 90.

⁹⁶ BOSI, A.. Augusto Meyer: crítica machadiana e memória. *op.cit.*, 2018, p. 20.

literatura machadiana, ainda circulava em determinadas rodas a opinião de que Machado, visto sobretudo por meio dos seus temas e personagens, era um “homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser” – coisa que, se não impedia a consagração cívica, pelo menos colocava alguns constrangimentos.

Dois atos: 1908-1939

Mesmo em se tratando de contextos e circunstâncias diversas, marcadas por especificidades políticas, culturais, econômicas, simbólicas, rituais, afetivas etc., vale a pena estabelecer, mesmo que superficialmente, alguns paralelos entre 1908 e 1939. Nesse sentido, não deixa de ser curioso observar que quatro anos depois do primeiro livro de Meyer sobre Machado, e um mês antes de ser publicado o Decreto-lei nº 1085, de janeiro de 1939, que determinava as comemorações em torno da efeméride de nascimento Machado de Assis, a serem realizadas no correr desse ano (comemorações que, em ampla medida, fizeram com que Machado se tornasse o “símbolo”, “o gênio brasileiro”, o “chefe de fila dos vultos da história pátria, numa operação de construção de uma figura oficial como poucas vezes se viu na história do país),⁹⁷ o secretário de educação de Porto Alegre, envolvendo-se em uma polêmica de alcance nacional, tenha publicado um despacho em que negava a uma professora a solicitação de nomeação de uma escola com o nome de Machado de Assis sob o argumento de que, “artista maravilhoso da dúvida sutil”, a obra machadiana era “uma negação continuada”.⁹⁸ Embora reconheça Machado de Assis como um “puro homem de letras”, Coelho de Souza insistia que “só os homens já formados podem ler, sem perigo, esse fascinante inocular de venenos sutis”, e complementa:

Às escolas elementares devem ser dados os nomes de grandes educadores, em gesto de gratidão, ou de grandes homens públicos, animados de uma intenção específica de servir à pátria como sugestão cotidiana de virtudes cívicas. Os puros homens de letras, por mais sedutores que sejam, devem ser cultuados em escolas de outros graus.⁹⁹

Embora fosse um “puro homem de letras”, faltava a Machado de Assis uma “intenção específica de servir à pátria”. José Lins do Rego, nesse mesmo sentido e período, insiste, por sua

⁹⁷ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 121.

⁹⁸ *A Tarde*, 19 fev. 1939. In, GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 119.

⁹⁹ *Idem*, p. 119.

vez, que Machado de Assis “andava ameaçado de ser tido como agente de dissolução”.¹⁰⁰ Para alguns, comenta o autor de *Menino de Engenho*, “os germes da dúvida, do ceticismo envenenaram os seus mananciais. A água que corria daquela fonte podia contaminar gerações. Era um líquido que trazia consigo venenos sutis. E para que a mocidade não se corrompesse devíamos esquecer Machado de Assis”.¹⁰¹ Para José Lins do Rego, que apoiava o fluxo consagrador capitaneado pelo estado varguista, embora a obra não fosse um “manual de ensinamento moral ou de exaltação cívica”, Machado de Assis deveria ser visto como uma “glória nacional”, porque a grandeza machadiana teria a virtude intrínseca de transcender todas as épocas: “é o caso de se perguntar também pelo que trouxe à Inglaterra, em conquista material, o pálido príncipe Hamleto da Dinamarca. E no entanto estou certo de que a ficção de Shakespeare tem mais importância para o inglês médio que todo o império que lhe deu a rainha Victoria”.¹⁰²

Apesar do caráter explosivo desses comentários, percebe Guimarães que, “decorridos exatamente um ano da comoção provocada pelo despacho do secretário da Educação de Porto Alegre, a figura machadiana estava completamente purgada da imagem do ‘fascinante inoculados de venenos sutis’”.¹⁰³ Feitas as comemorações em torno da efeméride do nascimento, sugere o pesquisador que a transformação estava completa: o autor “esquisito” e “não representativo” se tornava, então, “o gênio da raça, síntese das qualidades diluídas nas massas brasileiras, que por sua vez poderiam ser moldadas à imagem e semelhança do seu novo herói”.¹⁰⁴ Em ampla medida, a obra machadiana tinha sido “neutralizada em sua malignidade e transformada em exemplo para as crianças”.¹⁰⁵ Pode-se dizer, portanto, que durante esse período consagratório, Machado de Assis (tanto o homem e o autor como a sua obra) sofreu um outro movimento purificador. Como aconteceu em 1908, também em 1939 foi preciso destituir a figura e a obra machadiana de predicados negativos. Assim, “com o decreto, que teria sido o primeiro especialmente feito em favor de um escritor brasileiro, neutralizava-se essa percepção e abria-se caminho para tornar Machado de Assis não apenas ídolo oficial, mas figura principal do panteão do Estado Novo”.¹⁰⁶

¹⁰⁰ *O Jornal*, 2 abr. 139. In. GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 129.

¹⁰¹ *Idem*, p. 129.

¹⁰² *Idem*, p. 129.

¹⁰³ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 152.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 131.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 152.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 121-2.

Para Augusto Meyer, a figuração machadiana purificada, oficial, seria o resultado, primeiro, de uma proximidade afetiva com Machado de Assis: este autor, presidente da mais prestigiada instituição de letras, sempre amável, cordato e sestroso, tolhia, de certa forma, os ímpetos da crítica. Nesse sentido, e por essa razão, muitos críticos coetâneos teriam evitado, por escolha, “tocar em muitos pontos que pressent[iam] nevrálgicos”. Além desse “sentimentalismo”, que explicaria, para Meyer, a admiração demasiadamente serviçal representada por Alfredo Pujol, faltaria a essa crítica o devido distanciamento. Embora caiba não perder de vista essa dimensão, importa perceber também que o sentimentalismo e a proximidade são procedimentos inevitáveis, uma vez a escrita de muitos contemporâneas, absolutamente laudatórias, eram produzidas, claro, tendo em vista um fim pragmático, mas também tinham uma intencionalidade afetiva, que respondia ao amor e amizade ao amigo desaparecido.

De qualquer modo, é em posse de uma leitura pretensamente “objetiva” e “distanciada” que Augusto Meyer teria conseguido resgatar, da obra machadiana, um Machado de Assis (mais o autor que o homem) subterrâneo e demoníaco. É, com os traços diluídos, esse mesmo Machado que aparece na fala de José Lins do Rego e, sobretudo, no despacho de Coelho de Souza. Para Hélio de Seixas Guimarães, “na contramão de tantos outros leitores que o antecederam, e mesmo entre seus contemporâneos, que julgaram inócua a obra machadiana, Coelho de Souza chama a atenção para a dubiedade e o negativismo nela presentes, ressaltando seu potencial crítico e dissolvente”. Para o analista da história da recepção machadiana, essa perspectiva “não era comum àquela altura e coincidiu com o que acaba de ser proposto pelos estudos de Augusto Meyer”.¹⁰⁷ No entanto, a hipótese aqui desenvolvida é a de que a explicitação dos aspectos considerados maléficos da literatura machadiana, embora efetivamente encontre um grande divulgador em Augusto Meyer, não tem nele (nem na sua década) uma origem. Como vimos, os elementos perturbadores podem ser identificados, em uma leitura a contrapelo, nos escritos de alguns comentadores coetâneos de Machado. Assim, o analista sutil das mazelas humanas, o “inocular de venenos” – que aparece de modo dissimulado na escrita de vários literatos na década de 1930 –, já existia, em negativo, na oportunidade da morte, e mesmo antes dela.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 120-1.

Os eventos encenados em 1908 e em 1939 tencionaram a relação entre Machado de Assis e a pátria (materializada no Estado). Nesses momentos em que o estado cooptou a figura machadiana, identificando-se com ela e, portanto, colocando-a em evidência, surgiram críticos insinuando a estranheza a o caráter – para eles – um tanto desconcertante dessa consagração. É esta, justamente, a crítica de Coelho de Souza: deveriam ser reconhecidos civicamente os escritores “animados de uma intenção específica de servir à pátria como sugestão cotidiana de virtudes cívicas”, e não um pessimista misantropo, modo pelo qual Machado de Assis era constantemente apresentado por alguns de seus detratores. Nesse sentido, a *retórica da purificação* – posta em cena nesses dois momentos – funcionava tanto como manifestação de um afeto amoroso e protetor, como também, a um só tempo, um mecanismo que tornava possível a cristalização de uma imagem machadiana positivada – imagem que, sem ser absolutamente falsa ou verdadeira, era, todavia, relativamente mais adequada à representação cívica (homem bom e trabalhador ascendente, respectivamente). A eficácia dessa imagem, porém, mostrou-se relativamente restrita. Se em 1939 tanto a obra como o autor foram “neutraliza[dos] em sua malignidade”, no ano seguinte as críticas voltaram, mesmo que não na mesma intensidade.¹⁰⁸ Já em 1908, o esforço viabilizado pela *retórica da purificação* não parece ter sido, por si só, suficiente para justificar (e manter simbolicamente eficaz) a inserção cívica machadiana no panteão nacional, uma vez que a obra e o autor ainda continuaram sob suspeita.

O convicto do mal

Se é possível identificar, em 1908, uma postura contrária a Machado de Assis; em 1939, como vimos, ainda existiam resquícios desse imaginário – que teria atravessado, como rio subterrâneo, sob a superfície dessas décadas. Desse modo, como tópico discursivo, os momentos em que direta ou indiretamente o “demonismo machadiano” se explicitou pode ser mapeado. Todavia, se a crítica da década de 1930, na esteira de Augusto Meyer, parece se concentrar no aspecto negativo da obra, esboçando um movimento de afastamento entre criador e criatura; para a crítica coetânea essa desvinculação foi muito mais problemática, de tal forma que, em ampla

¹⁰⁸ Cf. SALLA, T. M.. O Estado Novo e as críticas a Machado de Assis na primeira metade dos anos 1940. MACHADO DE ASSIS EM LINHA, v. 5, p. 83-101, 2012.

medida, falar da obra era falar, mesmo que indiretamente, do homem. Portanto, durante todo esse período, atribuindo ou não o malefício moral da obra ao homem, estabeleceu-se um viés de crítica literária e biográfica contrário à consagração machadiana. Sem ser exaustivo, e deixando para outro momento a análise das falas coetâneas de Hemetério José dos Santos e Silvio Romero,¹⁰⁹ o texto que segue busca mapear alguns momentos em que esse discurso se explicitou.

A hipótese de um Machado francamente mal (i.e., personificando um tipo de atitude sórdida para com a vida e o mundo), embora apareça de forma dissimulada em várias falas coetâneas, ganha, definitivamente, seus traços mais significativos e emblemáticos na década de 1930.¹¹⁰ Se essa perspectiva já é visível em Augusto Meyer, que escreve em 1935, é, porém, na pena de Mário Matos, que escreve em 1939, que ela ganha seus traços mais incisivos. Para Mário Matos, por exemplo, embora as últimas obras trouxessem um quinhão de bondade – e o homem fosse em essência bom, mesmo que por omissão –, “no sentido cristão, Machado não foi criatura boa”.¹¹¹ Isto porque a “impressão geral que se tem desse mulato infeliz e cheio de fel é a do escriba debruçado eternamente sobre laudas e laudas de papel, desde a manhã até a noite, a dissecar a alma humana nos vícios miúdos e fraquezas cotidianas”.¹¹² Sórdido, Machado “deleitava-se com a maldade da vida e gostava de acompanhar, com o olho minudente, as diversas formas que essa maldade toma”. Aqui, diz o biógrafo, “se pode afirmar que era mau. Era mau, porque não atentava para os atos bons”.¹¹³ A obra de Machado se definiria, portanto, como “a antologia das canalhices dos personagens”,¹¹⁴ ou como “a teoria detalhada do egoísmo humano”.¹¹⁵ Machado, autor desses tipos, é visto como “o convicto do mal”,¹¹⁶ “é um professor de melancolia”.¹¹⁷ Em ampla medida, mesmo na pena amiga de Lúcia Miguel Pereira aparece opinião semelhante – mais positivada, certamente, uma vez que se articula com o que a biógrafa identifica como um “realismo

¹⁰⁹ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

¹¹⁰ Um mapeamento mais sistemático do imaginário contrário a Machado de Assis é feito na Parte VI, cap. 1. O Calabar literato.

¹¹¹ MATOS, M.. Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939, p. 59.

¹¹² *Idem*, p. 59.

¹¹³ *Idem*, p. 60.

¹¹⁴ *Idem*, p. 172.

¹¹⁵ *Idem*, p. 230.

¹¹⁶ *Idem*, p. 176.

¹¹⁷ *Idem*, p. 230.

psicológico”,¹¹⁸ segundo a pesquisadora, “dos quarenta anos até depois dos sessenta, a sua obra [a de Machado] será um desafio aos mistérios que o cercavam, uma devassa das misérias humanas”.¹¹⁹

Ano antes de sair o livro de Mário Matto, foi José Maria Belo quem expressou posição similar. Para ele, as figuras dos últimos livros de Machado de Assis “são figuras miúdas, de extrema mediocridade. Ele é sempre o analista das nuances, das sutilezas, das pequenas misérias e dos ridículos humanos”.¹²⁰ Embora destacasse o autor de *Memorial de Aires* como uma das grandes inteligências do Brasil, Belo pondera que, “falido nos sentimentos simpáticos e na capacidade de agir, [Machado] é um misantropo, um negativo, que se defende pelo humor”.¹²¹ Ainda nesse sentido, para o ensaísta, Machado “foi um tímido, um linfático e, mais triste ainda, um epilético, a extravasar a bílis e o desespero em livros de ficção”.¹²² Faltou-lhe, complementa, “o clássico leite de bondade humana, que é, afinal, a maior ventura da vida”.¹²³ Triste e acabrunhado, tímido e epilético, “viu o mundo através do véu cinzento da sua misantropia e de sua implacável moléstia”.¹²⁴ Por ser assim, “este artista, que nos fala uma língua encantadora, e parece tão inocente e ingênuo, é uma alma cheia de fel”.¹²⁵

Nas décadas anteriores a consagração de Machado de Assis como “mito nacional”, reverberando considerações de Hemetério José dos Santos (1858-1939), Sílvio Romero (1851-1914) e Graça Aranha (1868-1931),¹²⁶ não poucos escritores encontraram em Machado de Assis um homem assumidamente mau. Sintomático é o caso de Luís Murat (1861-1929). Em longo artigo publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, em 1926, o jornalista e acadêmico denunciou a “mistificação satânica” e a “apatia cívica” de Machado de Assis.¹²⁷ O ataque

¹¹⁸ “Por isso, se nos pormenores as suas personagens são muita vez repulsivas, contempladas em conjunto mostram-se sobretudo lastimáveis. É preciso não esquecer que Machado de Assis foi, no melhor sentido, um realista, e que tirou as suas figuras quase sempre da sociedade escravocrata e burguesa, da qual, precisamente por não lhe pertencer pelo nascimento e por tê-la mirado como um ideal, desvendaria com mais nitidez as fraquezas” (p. 98). PEREIRA, L. M.. História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 98.

¹¹⁹ E continua: “romances e contos retomarão incansavelmente as variações em torno de um tema único – a incapacidade do homem, não só para se alçar acima de si mesmo, para sair de suas mesquinhas dimensões, como para compreender o seu destino” (p. 73) e, mais a frente, “o universo de Machado de Assis é, em grande parte, uma expressão do egoísmo. Egoísmo da natureza, que sacrifica o indivíduo à espécie; egoísmo da sociedade que, para manter os seus estatutos, não hesita em acorrentar as criaturas a situações desgraçadas; egoísmo da família, tudo subordinado às suas conveniências; egoísmo de cada ser, exigindo sempre dos outros muito mais do que lhes dá” (p. 78). Cf. PEREIRA, L. M.. História da literatura brasileira. *op.cit.*, 1988.

¹²⁰ BELO, J. M.. Inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa - síntese da evolução literária do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 32.

¹²¹ *Idem*, p. 27.

¹²² *Idem*, p. 62-3.

¹²³ *Idem*, p. 63.

¹²⁴ *Idem*, p. 64.

¹²⁵ *Idem*, p. 62.

¹²⁶ Cf. Apêndice. cap. 1. As faces de Calabar.

¹²⁷ MURAT, L. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. In: MONTELLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 280.

impiedoso, e quase sempre injusto e raivoso, começa com Luís Murat dizendo que de Machado de Assis “se poderia dizer o que Paul de Saint-Victor disse da esplêndida figura radiosa do escritor inglês [Swift]: ‘tomara ele que a humanidade tivesse uma só cabeça, para lhe escarrar na face’”.¹²⁸ Para o acadêmico, Machado era a “personificação do desdém”. Em seu “desprezo pelo gênero humano”, o criador de Brás Cubas sorria, “e o seu sorriso era como rictus das faces convulsionadas pela infestação diabólica”.¹²⁹ Assim como outros críticos, Murat também enxergava em Machado “um frio cinzelador de paixões ridículas: alumiava-o um fluido mau e vesano”.¹³⁰

Como observa Astrogildo Pereira, “alguns críticos interpretam o humorismo e a ironia de Machado de Assis como um produto típico do homem mau, árido e cruel”.¹³¹ A José Maria Belo, por exemplo, desagradava esse aspecto do gênio de Machado de Assis, diz ele:

Afigura-se-me, de algum modo, manifestação de egoísmo e misantropia. Num país de velha civilização e cultura sedimentada, explica-se a existência de puros homens de letras, encerrados em suas torres de marfim. Completam o ritmo das coisas e a própria entrosagem social. Numa terra como o Brasil parecem não ter função. São valores negativos, um tanto lunático. Julgamo-nos, embora absurdamente, no direito de exigir-lhes que ponham a sua inteligência a serviço ativo da coletividade.¹³²

Machado de Assis, com uma literatura considerada por muitos – antes e depois de finda a sua extensa vida – como pessimista, pouco partidária e panfletária, era frequentemente visto como absenteísta, desinteressado dos sofrimentos do povo, preocupado apenas com a sua literatura que, para os detentores dessa opinião, só deixava ver o lado feio da existência humana: sempre perversa, sempre corruptível, sempre falha. “De Machado, não se sabe nada. Atravessa os períodos mais agitados da nossa vida pública, é testemunha de tantas coisas tristes ou más, sem que se lhe ouça uma palavra de aplauso ou condenação”, diz José Maria Belo.¹³³ Fato é que essas leituras, se ganham terreno durante a primeira metade do século XX, já circulavam no tempo de Machado. Múcio Teixeira (1857-1926), em 1902, comenta que quando chegou o grande dia da abolição, “só o Sr. Machado de Assis não teve uma súplica, nem um protesto, maldição da ode ou o florete da sátira para os algozes dos seus semelhantes”.¹³⁴ João Ribeiro, por seu turno, afirmou que a

¹²⁸ *Idem*, p. 276.

¹²⁹ *Idem*, p. 280.

¹³⁰ *Idem*, p. 292.

¹³¹ PEREIRA, A. Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos. *op.cit.*, 1991, p. 169.

¹³² BELO, J. M.. Inteligência do Brasil. *op.cit.*, 1938, p. 34.

¹³³ *Idem*, p. 34.

¹³⁴ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 242.

insensibilidade de Machado “pela dor humana é absoluta; o seu egoísmo é sem limites. O interesse de Machado de Assis pelas naturezas fracas, espontânea e imbeles, é inteiramente falso. Nunca o teve. No sentido da caridade ele é um anticristão”.¹³⁵ Olavo Bilac comenta um caso que se passou em Portugal, quando, em uma roda de brasileiros, Eça de Queiroz perguntou: “que pensa sobre isso o Machado? – só podíamos replicar, diz Bilac: ‘o Machado não pensa nada sobre isso: o Machado escreve romances e contos’”.¹³⁶

Quem não conhecesse Machado de Assis, e lesse a sua obra, “teria a impressão de um homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser”, destacou um periódico.¹³⁷ Nesse sentido, contra a imagem de homem mau, alheio ao mundo, fechado em sua glória, muitos críticos, amigos e “agentes da consagração” se esforçaram para apresentar um “verdadeiro” Machado de Assis – interessado na vida, nos homens, nas dores alheias, nas questões nacionais.¹³⁸ Desse modo, o que vale insistir é que, no contexto da morte de Machado de Assis, apesar da expressividade com que um Romero ou Hemetério explicitaram o dissenso,¹³⁹ o consenso, precariamente forjado pelos amigos, mas com bastante repercussão na imprensa, foi a favor do homem puro, simples – mestre na arte de escrever e na de viver. Esse perfil oficial, mesmo deixando ver pelas fissuras um lado mais sombrio da obra, terá vida longa – e será fundamental, embora não necessariamente suficiente, para que se compreenda o enquadramento de Machado de Assis como figura cívica na circunstancialidade da sua morte.

¹³⁵ RIBEIRO, J.. Crítica, clássicos e românticos brasileiros. Organização, prefácio e notas de Múcio Leão. Rio de Janeiro : ABL, p. 227 Apud PEREIRA, A. Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos. *op.cit.*, 1991, p. 168.

¹³⁶ PUJOL, A.. Machado de Assis: conferências. Sociedade de Cultura Artística - Typographia Levi, São Paulo, 1917, p. 274.

¹³⁷ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹³⁸ Durante muito tempo, Machado foi apresentado como um homem carrancudo e misantropo. Só a partir dos estudos críticos e biográficos mais consistentes, sobretudo daqueles que apareceram durante a segunda metade do século XX, é que outras representações machadianas passaram a circular mais frequentemente. Raimundo Magalhães Júnior, por exemplo, comenta: “Trata-se, como se vê, de uma imagem muito diversa da que nos tentaram transmitir alguns dos primeiros biógrafos de Machado de Assis, os quais chegaram a compara-lo a um ‘bicho de concha’, a um misantropo e a um casmurro, quando era, na verdade, um homem aberto ao convívio social um espírito eminentemente associativo, cultivando amizades próximas ou distantes, ligando-se a artistas e a escritores com quem tinha afinidade, ou que mereciam sua admiração” (p. 203). Já Jean-Michel Massa, afirma que os “fatos desmentiram, várias vezes, a tradição que faz de Machado de Assis um homem voltado para si mesmo” (p. 368). MAGALHÃES JUNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 1: aprendizado. *op.cit.*, 2008 e MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis. *op.cit.*, 1971.

¹³⁹ Cf. Apêndice. cap. 1. As faces de Calabar.

PARTE II

A ÚLTIMA FLOR DO LÁCIO

Última flor do lácio, inculta e bela
És, a um tempo, esplendor e sepultura
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela

Amo-te assim, desconhecida e obscura
Tuba de alto clangor, lira singela
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo
Amo-te, ó rude e doloroso idioma

Em que da voz materna ouvi: "meu filho"
E em que camões chorou, no exílio amargo
O gênio sem ventura e o amor sem brilho

Olavo Bilac, *A última flor do Lácio*

Outro aspecto destacado nos necrológicos, e nos artigos diversos, é a impermeabilidade de Machado de Assis às tendências e modas literárias, o que teria lhe permitido estabelecer um diálogo produtivo com as várias correntes intelectuais que se desenvolveram durante a segunda metade do século XIX, mantendo, no entanto, sua própria independência e criatividade como artista. Segundo Sousa Bandeira (1865-1917), por exemplo, “atravessando todas as escolas, e sendo influenciado por todas as correntes literárias, ele nunca abdicou a bela liberdade do seu espírito”. Para o diplomata, este seria o motivo primeiro pelo qual Machado teria conseguido “conservar-se sempre ele próprio, no meio da diversidade de influência literária que atravessou”.¹

Essa característica é importante, visto que parece realçar a percepção de Machado de Assis como um “mestre da literatura brasileira”, i.e., o seu não engajamento em uma determinada perspectiva literária teria possibilitado um contato aberto e proveitoso com todas as demais tendências, permitindo que ele se tornasse o “ídolo de duas gerações”.² Dentro dessa lógica, sua obra é consagrada. Para o *Jornal do Commercio*, “é incontestavelmente a obra mais sólida, mais

¹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

² Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Diário de Pernambuco* (PE).

una, mais completa, mais acabada e mais perfeita das nossas boas letras”.³ Segundo a *Gazeta de Notícias*, a obra de Machado de Assis é admirável e “consubstancia o que de mais acurado tem o [perfil] de uma raça, e a sua compreensão da vida e da beleza”.⁴ Já conforme *O Paiz*, se trata, talvez, da maior obra que “saiu da pena de um homem de letras brasileiro”.⁵ O *Diário de Pernambuco*, endossando a opinião geral, afirma ainda que nenhum autor em terras nacionais conseguiu “consagração tão unânime e sentiu tão intenso o perfume embriagador da glória prematura”, sendo que, “em torno de todas as suas obras, à medida que surgiam, ia condensando-se a nuvem rósea dos louvores”.⁶ Nesse mesmo sentido, Osório Duque-Estrada insiste que bem se pode avaliar a grandeza de Machado de Assis “pelo consenso unânime de uma classe que, dividida sempre por ódios, despeitos e rivalidades, às vezes irreconciliáveis, jamais deixou de reconhecê-lo mestre e de proclamá-lo com orgulho o maior vulto da intelectualidade brasileira”.⁷

O entusiástico comentário do periódico pernambucano, assim como a fala exaltada de Duque-Estrada, não são, como antecipado no capítulo anterior, absolutamente precisos: embora a admiração por Machado crescesse exponencialmente, conformando um “roteiro de consagração”, diversas obras machadianas, assim como o próprio autor,⁸ foram friamente recebidas; algumas merecendo, inclusive, resenhas francamente negativas. O interessante, no caso de Machado de Assis, segundo Ubiratan Machado, “é que os ataques aumentaram de intensidade (e de agressividade) à medida que o escritor recolhia o reconhecimento quase unânime de seus pares”: “era como um contraponto àquela glória que ‘fica, honra, eleva e dignifica’, mas também irrita tanta gente”.⁹ Nesse sentido, ainda segundo o pesquisador, “quando da publicação das *Memórias*, Machado já era um veterano na arte de receber pancadas”.¹⁰ Depois da publicação desse livro, os ataques continuaram. Três meses antes de falecer, um cronista do jornal *A imprensa* comentava: “tive o insigne desazo de escrever, certa vez, num rodapé de jornal, que a obra de

³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁴ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Diário de Pernambuco* (PE).

⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

⁸ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

⁹ MACHADO, U.. Três vezes Machado de Assis. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Morais, 2007. p. 45-6.

¹⁰ MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 18.

Machado de Assis era incoerente, insuportável, não resistindo a qualquer crítica que fosse, de fato, uma crítica imparcial, fora das normas da panelinha”.¹¹

No entanto, mesmo nos casos em que a obra era louvada, não parecem ser exatamente os aspectos literários os mais apreciados naquele momento. Para o Alcindo Guanabara (1865-1918), por exemplo, Machado “não tinha imaginação, ou não se servia dela: falava como filósofo, como contador, como crítico”.¹² Em ampla medida, a opinião de que a obra machadiana carecia de movimento perpassou boa parte da recepção crítica coetânea. É este o parecer de José Rufino Roiz de Vasconcelos sobre a primeira peça escrita por Machado (*A ópera das janelas*); o parecer, favorável, desabona apenas “que não haja mais pureza na linguagem e vivacidade no diálogo”.¹³ Já Quintino Bocaiúva (1836-1912), no prefácio a *O caminho da Porta*, lamenta a falta de ação da narrativa; o jornalista afirma ainda que a peça “tem o defeito de não condescender com o gosto do público, ainda não habituado a essas filigranas do espírito e a esses caprichosos labores sobre uma tela literária por demais delicada”.¹⁴ Sobre *Ressurreição*, Carlos Ferreira (1884-1913) destaca que a imaginação do autor é “fria e positiva”.¹⁵ Urbano Duarte (1855-1902), ao comentar *Iaiá Garcia*, sugere que o escritor apimente “um pouco mais o bico da sua pena, a fim de que seus romances não morram linfáticos”.¹⁶ Já Oliveira Lima (1867-1928), sobre o romance *Esau e Jacó*, insiste que “não será talvez uma literatura forte, uma arte intensa capaz de comover-nos com emoções superiores; mas é como raras, inteligente, original, distinta e deliciosa”.¹⁷

A literatura machadiana causava, nessa significação, certa estranheza, como deixa antever o comentário de Carmen Dolores no tocante às *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, citado anteriormente.¹⁸ Segundo Ubiratan Machado, “a reação inicial [à publicação das *Memórias*] foi de pasmo e de uma mal disfarçada indignação”.¹⁹ Araripe Júnior (1848-1911), quando da publicação do livro, em 1881, também expressou estranhamento, afirmando que o romance “era o mais esquisito de quantos se têm publicado em língua portuguesa”.²⁰ Valentim Magalhães

¹¹ Quinta-feira, 2 de junho de 1908, *A imprensa*. Cf. Epílogo. Contra o silêncio.

¹² Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹³ Parecer do Conservatório Dramático, 24 de setembro de 1857. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 29.

¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de setembro de 1862. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 40.

¹⁵ *Correio do Brasil*, 12 de maio de 1872. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 84.

¹⁶ *Revista da Sociedade Phenix Literária*, março de 1878. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 118.

¹⁷ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1904. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 280.

¹⁸ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁹ MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 17.

²⁰ Domingo, 4 de outubro, *Jornal do Commercio*.

(1859-1903), do mesmo modo, afirma que “*Brás Cubas* e *Quincas Borba* são dois livros originalíssimos, estranhos e extraordinários”.²¹ Segundo José Barreto Filho, “compreende-se o escândalo que semelhante tentativa teria causado na época”, tendo em vista que o livro destoava da “forma corrente em nosso romance”, ou seja, não surpreende que o livro tenha sido visto por muitos como “esquisito, arbitrário, carregado de ditos, reflexões, narrado antes do que vivido”.²²

Para Hélio de Seixas Guimarães, os leitores ressentiam-se do “gosto amargo deixado pelo livro, lamentando a ausência de valores claros e positivos para orientar e aperfeiçoar o espírito do leitor”.²³ Mesmo estranhamento acontece em relação às *Várias Histórias*, de 1896, que desconcertou românticos e naturalistas. Conforme Ubiratan Machado, o volume chocava. Nas resenhas publicadas sobre o livro proliferam frases interrogativas sobre a pertinência do novo estilo machadiano, mais ácido, mais pessimista e mais irônico: “o autor não estaria indo longe demais na exploração de aspectos mórbidos da natureza humana? O exemplo apontado era ‘A causa secreta’. Outros críticos achavam que, pelo fato de não exibir o pus e as chagas dos naturalistas, o escritor preocupa-se em ‘velar a fealdade’”.²⁴

Em ampla medida, pode-se dizer que “as reações desses dois críticos que, em 1881, se debruçaram sobre *Brás Cubas*, ambos intrigados se era ou não romance o que tinham diante de si, não são manifestações isoladas”.²⁵ Pelo contrário, insiste Hélio de Seixas Guimarães, essas reações “são emblemáticas e muito representativas da reação geral à obra de Machado de Assis, e em especial ao seu romance, desde a publicação de *Ressurreição*, em 1872, até a do *Memorial de Aires*, em 1908”.²⁶ Tal como os livros publicados a partir de *Brás Cubas*, “as reações produzidas pelos quatro primeiros romances – *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, publicados entre 1872 e 1878 – foram de desconcerto generalizado”.²⁷

De modo geral, é como se as qualidades da produção machadiana – embaraçadas pelo tom demasiadamente ameno dos primeiros escritos e, depois, pelo estranhamento provocado pelas obras que inauguraram a chamada “segunda fase” – estivessem alheias à imaginação romântica e

²¹ A literatura brasileira, 1896, Antônio Maria Pereira (org.). In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 189.

²² BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2014, p. 114.

²³ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 23.

²⁴ MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 23.

²⁵ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, p. 24.

²⁶ *Idem*, p. 24.

²⁷ *Idem*, p. 25.

naturalista (convencionalmente, naquela conjuntura, o cerne da atividade artística),²⁸ e precisassem ser buscadas algures. Por esse ângulo, é possível afirmar que, a despeito dos crescentes louvores e dos preitos de admiração, até 1900, a crítica machadiana “reiteradamente expressara frustração com a falta de imaginação, a pouca movimentação e a frieza dos enredos de Machado”.²⁹ Múcio Teixeira (1857-1926), comentando a *Poesia Completa*, elenca de modo sintético os “defeitos de sempre” de Machado de Assis:

Os mesmos defeitos, ou antes falhas, que se lhe podem notar no estilo, carência de cor, falta de eloquência ou energia, ausência de animação, abuso de hesitação, são os do seu próprio temperamento, aumentados por uma excessiva delicadeza, uma sensibilidade exagerada às mesquinhas e ridicularidades da vida, um descomedido receio de ilusão.³⁰

Para Guimarães, “ao desestabilizar noções arraigadas, tanto para românticos como para naturalistas, do que é e para que deveria servir a literatura (...), os livros de Machado de Assis provocavam estranheza e frustração”.³¹ Machado tornava-se, então, “uma figura incontornável, mas incômoda, com uma obra propositiva e construtiva, constituída principalmente sobre negativas e ruínas”.³² Por isso mesmo, alguns dos críticos e ensaístas mais sofisticados e reconhecidos do período trataram logo de apresentar Machado de Assis como um autor deslocado no cenário literário nacional. Assim, “apesar do notável adensamento da crítica verificado nos anos 1880 e 1890, a estranheza diante da produção de Machado de Assis permaneceu ao longo de toda a trajetória do escritor, até os momentos finais da sua produção”.³³

Para alguém como Belmiro Braga, “nunca a língua portuguesa possuiu até hoje, um escritor tão original” como Machado de Assis. No entanto, seria essa mesma “a razão por que não teve a popularidade que outros, que lhe não valem a metade, gozam aqui e em Portugal”.³⁴ Araripe Júnior, nesse mesmo sentido, insistia que Machado era uma “planta excêntrica de uma flora

²⁸ Segundo Lúcia Miguel Pereira, “no momento, impressionou muito mais a novidade do *Mulato* – sob muitos aspectos ainda tão preso às deformações românticas – do que a do *Brás Cubas*, muito mais completa e audaciosa. É que aquele não só trazia um rótulo em moda, como, parecendo revolucionário e de fato o sendo pelo tema, continuava na descrição de costumes o seu centro de gravidade; foi por isso mais facilmente entendido e admirado. Pelos livros de Zola e Eça de Queiroz, estavam o meio intelectual e o público que lia preparados para receber afinal uma obra naturalista brasileira, que na verdade se fazia esperar, ao passo que nada os habituara de antemão à nova maneira de Machado de Assis, já que nenhum crítico vislumbrara as sondagens psicológicas escondidas sob os casos sentimentais que até então de preferência contara (p. 53). Cf. PEREIRA, L. M.. História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

²⁹ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 47.

³⁰ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 245.

³¹ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 24.

³² GUIMARÃES, H. S.. Uma longa vida póstuma. In. GUIMARÃES, H. S.; LEBENSZTAYN, I. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. [S.l.: s.n.], 2019, p. 19.

³³ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 26.

³⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

todavia original”,³⁵ enquanto José Veríssimo (1857-1916) tinha dificuldade em localizá-lo no desenvolvimento da história da literatura brasileira: “não é nem um romântico, nem um naturalista, nem um nacionalista, nem um realista, nem entra em qualquer dessas classificações em ismo ou ista”, afirma o crítico.³⁶ Veríssimo, a certa altura, parece mesmo “perceber a insuficiência dos parâmetros disponíveis diante da singularidade e da estatura da arte de Machado de Assis”.³⁷ Nesse sentido, o lugar do autor de *Helena* no âmbito da historiografia literária brasileira só poderia ser um lugar reservado, único. Segundo o crítico paraense, autor de *Cenas da Vida Amazônica*, “o Sr. Machado de Assis não é simplesmente um escritor, é também um escritor à parte. Na literatura brasileira ele pode não ocupar o primeiro lugar, ou sequer um dos primeiros lugares, mas, se não me engano redondamente, ocupará um lugar especial”.³⁸ Sílvio Romero, por seu turno, atribuía a Machado a marca do escritor eclético, indefinível:

Machado de Assis é fundamentalmente o mesmo eclético de trinta ou quarenta anos atrás: meio clássico, meio romântico, meio realista, uma espécie de *juste-milieu* literário, um homem de meias tintas, de meias palavras, de meias ideias, de meios sistemas, agravado apenas com a mania humorística.³⁹

Sintetizando a percepção geral, sugere Hélio de Seixas Guimarães que, apesar do “reconhecimento quase geral do grande talento e da correção de sua escrita, a obra inicialmente foi percebida como um rematado capítulo de negativas e como corpo estranho no panorama literário do período”.⁴⁰ Posição que, se era a da crítica coletânea, passa a figurar também na póstuma. Na percepção de Lúcia Miguel Pereira, por exemplo, Machado de Assis “construiu uma obra solitária, ainda que participasse da vida literária do seu tempo”,⁴¹ sendo, portanto, “uma exceção no Brasil do século XIX”.⁴² Já para José Maria Belo, nesse mesmo sentido, Machado era “um caso à parte, um escritor singular, sem filiação, nem parentesco em nosso meio literário”.⁴³ Tantos anos depois, Jean-Michel Massa dirá palavras parecidas. Para o biógrafo da juventude de

³⁵ Domingo, 4 de outubro, *Jornal do Commercio*.

³⁶ *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1892. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 156.

³⁷ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 44.

³⁸ *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1892. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 156.

³⁹ ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897, p. 132.

⁴⁰ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 25.

⁴¹ PEREIRA, L. M.. História da literatura brasileira. *op.cit.*, 1988, p. 57.

⁴² *Idem*, p. 61.

⁴³ BELO, J. M.. Inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa - síntese da evolução literária do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 28.

Machado de Assis, em certos aspectos, a obra machadiana desenvolveu-se, “senão fora das tendências principais da literatura brasileira, ao menos à sua margem”.⁴⁴

Embora a excepcionalidade fosse muitas vezes vista sob primas positivos, Sílvio Romero observava que “não satisfeita de haver inventado dois Machados num só Machado, a crítica, pensando ilusoriamente exaltá-lo, obscurece-lhe a característica, querendo dele fazer uma *avis rara*, ou um ser desclassificado”.⁴⁵ Além disso, o professor sergipano evidencia o que considera uma espécie de contradição: “sei bem existirem aí devotos do ilustre escritor que o chamam grande artista, grande poeta, ao mesmo tempo que chamam frio, sem efusões, sem paixões, sem o calor próprio das fundas emoções”.⁴⁶ Seja como for, essa aprovação com ressalvas, esse olhar que esconde um misto de encanto e perplexidade – em suma: essa quase completa incompreensão –, parece mesmo não ter escapado à percepção do próprio Machado de Assis. Em carta a Carlos Magalhães de Azeredo, diz ele: “a minha fortuna (...) tem sido que me entendam as novas gerações”.⁴⁷ Do mesmo modo, para Olavo Bilac, Machado de Assis era, em verdade, um homem “fadado a viver, se não ignorado, ao menos mal entendido dos seus contemporâneos”.⁴⁸

Luiz Viana Filho, recuperando uma carta enviada a Miguel Novais, identifica a amargura de Machado “ante a incompreensão que cercou inicialmente as *Memórias Póstumas*”.⁴⁹ “Acabrunhado, o romancista teria mesmo aventado a ideia de quebrar a pena”.⁵⁰ Além disso, como sustenta um cronista do *Paiz*, “Machado de Assis não foi um escritor popular, como, aliás, raros outros tem sido entre nós. Nem mesmo nas rodas, que se presumem de literárias, sua obra é sequer bem conhecida”.⁵¹ Como de fato ocorreu, a percepção e o entendimento da complexidade das obras machadianas foi, em ampla medida, uma “descoberta” póstuma, cujos desdobramentos sentimos ainda hoje no universo da literatura, da crítica literária, da filosofia, da história etc.

⁴⁴ MASSA, J. M. A juventude de Machado de Assis: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 4.

⁴⁵ ROMERO, S. Poesias completas. In. Estudos de literatura contemporânea: (edição comemorativa). Organização, Luiz Antonio Barreto. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 307.

⁴⁶ *Idem*, p. 308.

⁴⁷ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁴⁸ 30 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁹ VIANA FILHO, L. A vida de Machado de Assis. Livraria Martins Editora - São Paulo, 1965, p. 113.

⁵⁰ *Idem*, p. 113.

⁵¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Desse modo, a beleza, a grandiosidade, o caráter exemplar identificados nas obras machadianas (embora intuída por muitos analistas) encontravam-se, àquela altura, não necessariamente em uma complexidade no movimento do enredo ou, de modo mais ampliado, em uma consonância estética com os valores vigentes na época, mas sobretudo na elegância do estilo e na sua linguagem, considerada pura, castiça, impecável. Os comentários sobre o estilo machadiano (assim como as insinuações sobre a sua frieza compositiva) acompanharam a recepção crítica das suas obras desde os seus primeiros movimentos na imprensa carioca.⁵² Por ocasião da sua morte, em setembro de 1908, este aspecto é reiteradamente exposto. *O Paiz*, por exemplo, sintetiza: “sem falar nos seus dotes de imaginação, que não eram extraordinários, Machado de Assis foi um dos escritores mais puros da língua portuguesa no século XIX”.⁵³

Arthur Azevedo (1855-1908), em crônica publicada no *O Paiz*, conta, nesse mesmo sentido, que certa vez encontrou um livro traduzido do francês pelo ainda jovem e desconhecido Machado de Assis. O livro era o *Quedas que as mulheres têm para os tolos*. Azevedo comprou o livro, “não curioso de conhecer aquela singularidade do coração feminino, que não era uma novidade [para ele]; mas desejoso de ler alguma coisa escrita por Machado de Assis, em que houvesse defeitos de linguagem”. “Perversidade inútil” – comenta o dramaturgo –, “o autor do *Brás Cubas* já possuía, aos vinte e dois anos, a mesma pena com que ultimamente escreveu o doloroso romance *Memorial de Aires*”. Machado de Assis era, na expressão de Arthur Barreiros, recuperada por Arthur Azevedo, um “escritor de nascença”.⁵⁴

Essa qualidade é, certamente, uma das mais destacadas nos necrológios e ensaios diversos: “autor de nascença”, Machado de Assis teria vindo ao mundo para lustrar as letras pátrias, para regar, com o seu precioso talento, a “última flor do Lácio”. Embora a alguns críticos tenha interessado, na circunstância da morte de Machado de Assis, fazer análise das obras (como a Oliveira Lima), em ampla medida as obras foram louvadas “de modo geral”. Certamente que esse movimento pode ter que ver com espaço insuficiente nos periódicos para uma abordagem sistemática das obras, mas como, do ponto de vista da crítica, as obras de Machado causavam “estranheza e incompreensão”, parece razoável dar valor aos elementos mais destacados nos

⁵² Cf. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003.

⁵³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O paiz*.

⁵⁴ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

necrológicos. Nesse sentido, pode-se dizer que o louvor da “obra monumental”, quando não puramente convencional, servia apenas para enfatizar outro aspecto, o da língua. Desse modo, as obras machadianas eram apreciadas não apenas por serem belas, irônicas, serenas, geniais ou mesmo esquisitas e excêntricas – ou qualquer outro adjetivo se queira –, mas sobretudo porque funcionavam, para muitos comentadores, como expressão castiça da língua portuguesa.

Via de regra, predomina nos necrológicos machadianos a imagem do “cultor do vernáculo”. Para a *Gazeta de Notícias*, por exemplo, Machado “era o primeiro pelo culto da língua, pela pureza das ideias”, e mesmo “doente, sem ver, do seu lábio sabia lapidar a obra mais perfeita da língua portuguesa moderna”. Contrastando vida e obra, o jornal ainda afirma: “o venerado chefe de uma literatura, de quem Camilo [Castelo Branco] dizia ser um dos primeiros escritores da língua portuguesa, era de uma simplicidade e de uma modéstia incomparáveis”.⁵⁵ Igualmente, diz o *Jornal do Commercio* que o morto era “o único escritor da nossa língua, a quem se [pode], sem inexactidão, chamar de ático, o único que realizou plenamente o ideal de graça e beleza, sem esforço nem falso brilho da nossa literatura mestiça”.⁵⁶ Já *O Paiz*, afirma:

Estilista impecável, estilista desde que pela primeira vez se viu armado de uma pena e com algum papel branco diante de si (porque há escritores de nascença), Machado de Assis burilou no mais belo mármore, com um sagrado respeito à forma, com uma noção nítida e poderosa do belo, essa longa e original série de contos, de romances, de folhetins, de fantasias delicadas, imprevistas, deliciosamente irônicas, cintilantes de graça (...).⁵⁷

Sousa Bandeira é outro que endossa a opinião geral. Segundo ele, a linguagem empregada por Machado de Assis, linguagem “da mais lídima vernaculidade, mas sem os artifícios de um purismo pedantesco, fazem dele o grande clássico da nossa época”. O diplomata segue dizendo que o estilo de Machado é “profundamente saturado do versar constante dos mestres da língua, que ele praticava com amor”. A grande virtude machadiana estaria, desse modo, em traduzir conceitos profundos sobre a vida e a sociedade na “linguagem a mais casta, a mais elegante, a mais sóbria, que jamais empregou um escritor da sua língua”.⁵⁸

Longe das paradas cariocas, o diplomata e historiador da diplomacia brasileira Hélio Lobo (1883-1960) publicou, em sua coluna no *O Pharol*, um texto nomeado “O culto do vernáculo”.

⁵⁵ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁵⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁵⁸ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Neste texto, Lobo estabelece um contraste bastante oportuno entre um Machado de Assis mais estritamente literário e um outro, cultor castiço da língua portuguesa: “o que mais me seduz nessa individualidade do extinto, não é a ironia primorosa da obra, senão o culto austero do vernáculo”. Desvinculando-se, conforme a *retórica da purificação*, do aspecto perturbador da obra machadiana, Lobo reconhece uma dimensão cívica importantíssima na obra do finado ilustre. De acordo com o colunista, o aspecto machadiano que interessava (ou pelo menos deveria interessar) naquele momento “era, mais do que tudo, o [do] purista da língua, de cujos preciosos segredos [Machado] estava senhor”. O exemplo machadiano seria, por este ponto de vista, “altamente educador”, sobretudo em um momento em “que caminham em tamanho desamparo essas coisas formosas da pura linguagem”.⁵⁹

Ainda nesse sentido, afirma o deputado Eduardo Raboeira que Machado de Assis era o “exímio cultor da nossa língua”.⁶⁰ Já Lindolfo Xavier, escritor e colega de Machado no Ministério da Agricultura, assevera que as obras de Machado saíam sempre “em moldes raros, do mais puro estilo e na mais castiça linguagem”.⁶¹ Carlos de Laet (1847-1927), por seu turno, afirma que Machado era “um clássico verdadeiro, no tocante à forma, no minuciosa estudo da língua, e no escrupuloso cuidado com que se apartava de quanto se lhe afigurasse dissonância”.⁶²

Enéias Galvão (1863-1916), então desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, órgão máximo da Justiça local, proferiu um curto, mas significativo, discurso como justificativa do voto de pesar apresentado à corte pela morte de Machado de Assis. Para o meritíssimo, embora parecesse exagerada uma homenagem a um cidadão que não havia se distinguido nas letras jurídicas, existiam, todavia, “personalidades cujo prestígio, cuja influência não se limitam ao círculo de profissionais onde viveram, irradiam para horizontes mais vastos e os envolvendo na mesma luz”. Por esse ângulo, a influência de Machado de Assis não teria atingido “apenas o espírito dos poetas e escritores, mas de todos os que vivem do pensamento, no falar e no escrever a língua portuguesa”. Galvão, ele também poeta, tendo publicado *Miragens* em 1885 – prefaciado por Machado –, continua dizendo que o nobre homem de letras que então findava

⁵⁹ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁶⁰ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁶¹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁶² Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

enriqueceu e cultivou “com esmero o idioma nacional”, concorrendo, assim, “para o apuro da forma desses produtos abstratos da inteligência humana”. Por fim, insiste:

(...) Machado de Assis era um genuíno e glorioso representante da nossa nacionalidade, um príncipe do saber, porque era um dos primeiros dentre os maiores escritores da língua portuguesa, sua obra literária lhe assegura um posto de elite dentre os que com maior brilho cultivaram a língua do cantor do *Lusiadas*. Desse gênero literário que se chamou Machado de Assis e atravessou a vida como um sábio, um bem e um justo, se pode dizer com justiça que era o sumo pontífice da literatura nacional.⁶³

A relação de Machado de Assis com o apuro da língua portuguesa foi interpretada de diversas formas ao longo da volumosa fortuna crítica do escritor. Antônio Cândido, por exemplo, defende que as referências coetâneas ao “estilo *refinado*”, em um contexto marcado pelos excessos descritivistas do realismo e do naturalismo, reforçariam a sua associação a uma “ideia geral de urbanidade amena”, ou seja, o uso de uma linguagem correta e sóbria não chocaria as “exigências da moral familiar”, possibilitando um desenvolvimento literário sem estremecimentos na ordem dos costumes.⁶⁴ Já de acordo com Hélio de Seixas Guimarães, o uso castiço da língua portuguesa estaria compensando, para a recepção crítica machadiana até os anos de 1900, a falta de imaginação das suas obras.⁶⁵ Segundo Aurélio Buarque de Holanda, “parece que ainda foi este recurso [uso correto da língua] que encontrou o mestiço Joaquim Maria de fazer esquecer a própria origem”,⁶⁶ opinião compartilhada por escritores como Moysés Vellinho e Silveira Bueno.⁶⁷

No entanto, por ocasião da morte de Machado de Assis, a língua parece abandonar essa função “conciliadora”, “escamoteadora” e “compensadora”, assumindo, por conseguinte, uma missão quase civilizadora. A língua aparece, nesses escritos como uma modalidade absolutamente profícua de afirmação da nacionalidade, de inserção do Brasil no mundo culto e civilizado. Os que contribuem (ou contribuíram) para com o engrandecimento do português mereceriam, nessa seqüência, todas as honras e homenagens, já que garantiriam, por meio das suas obras, “o mais

⁶³ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁴ CÂNDIDO, A.. Esquema de Machado de Assis. op.cit., 1970, p. 18-19.

⁶⁵ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. op.cit., 2017, p. 47.

⁶⁶ FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto; prefácio Evanildo Cavalcante Bechara. – Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2007, p. 6.

⁶⁷ Vellinho: “É que, se Machado de Assis logrou realizar uma literatura que se distingue sobretudo como um milagre de refinamento, foi porque no substratum de suas páginas está sempre vigilante, como um fantasma impiedoso, o seu pobre passado, do qual ele procurava libertar-se pela crescente sublimação das faculdades da inteligência” (p. 8-9). Bueno: “Em toda a obra de Machado é, justamente, esta parte [purismo] a que mais irrita porque nela se entremostra o vaidoso, o orgulho que sempre viveu disfarçado sob aquela capa de profunda modéstia e humildade franciscana. É aí também que mais alto grita a sua mestiçagem porque é próprio do mestiço procurar efeito em bagatelas, queimando fogos de artifícios para ocultar defeitos profundos. Machado “cavava” certas frases, alambicara-as ainda mais e depois, de supetão, as arremessava aos olhos do leitor para embasbacar-lo”. Cf. VELLINHO, M.. Machado de Assis: aspectos de sua vida e de sua obra. Oficina Gráfica da Livraria do Globo - Porto Alegre, 1939 e BUENO, S. A linguagem de Machado de Assis. O Estado de S. Paulo: páginas da edição de 07 de janeiro de 1943. Acervo do Estado de São Paulo.

forte elo da comunhão social”.⁶⁸ Neste aspecto, Machado de Assis seria um “genuíno e glorioso representante da nossa nacionalidade”. É o que também sugere Azeredo, ao dizer:

E assim possa o Brasil um dia quando o nosso formoso idioma, pensado e falado por cem milhões de homens, se impuser à atenção e ao conhecimento do mundo inteiro, possa o Brasil então mostrar com orgulho aos outros povos as altas, perfeitas e geniais criações, com que um brasileiro do século XIX adquiriu o direito de ser contado entre os grandes artistas universais.⁶⁹

Como não deixa de perceber Hélio de Seixas Guimarães, muitas vezes as percepções sobre os livros publicados por Machado de Assis resultavam “na visão de um escritor mais português que brasileiro’, ‘cultor da forma’, ‘um dos nossos primeiros estilistas’”.⁷⁰ Para o crítico, mesmo que o lusitanismo seja, em muitas ocasiões, “apontado como elogio, há forte tensão com a literatura portuguesa, seja pela reivindicação de originalidade da literatura brasileira, seja pela concorrência comercial entre livros brasileiros e portugueses”.⁷¹ As primeiras obras machadianas foram criticadas justamente por serem demasiadamente portuguesas. Luís Guimarães Júnior (1847-1898), em ensaio crítico sobre *Falenas*, aponta que o principal defeito do livro “é a ausência do espírito pátrio, a falta de inspiração características”:

O poeta das *Falenas* sujeitou o seu livro às regras metódicas do velho classicismo latino e português. A própria frase, o próprio estilo não pertence a escritor nacional; dir-se-ia não trazer a coleção o conhecido nome do ilustre poeta, pertencer ela ao arquivo literário português em fundo e em forma.⁷²

No entanto, no *momento mortis*, essa questão – que poderia afastar Machado de Assis de um vínculo mais estreito com as questões nacionais – parece mudar um pouco de tom. Rui Barbosa (1849-1923), mobilizando um paralelismo com um autor clássico da literatura portuguesa, insiste por exemplo que Machado de Assis “modelo foi de pureza e correção (...) no sentimento da língua pátria, em que prosava como Luís de Sousa, e cantava como Luís de Camões”.⁷³ Belmiro Braga (1872-1937) também preconiza a aproximação com Camões; segundo

⁶⁸ Enéas Galvão. Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁹ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁷⁰ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 25.

⁷¹ *Idem*, p. 25.

⁷² *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de fevereiro de 1870. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 76.

⁷³ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

ele: “nunca a língua portuguesa possuiu até hoje um escritor tão original” como o mestre de *Quincas Borba*; e que, nesse sentido, o “espólio literário de Machado de Assis há de ser transmitido de geração em geração como os *Lusíadas* em Portugal”.⁷⁴

As referências a Luís de Camões (1524-1580), e ao frade e escritor Luís de Sousa (1555-1632), não são nada desinteressadas, uma vez que, como percebe acertadamente Guimarães, deixam antever certa “tensão com a literatura portuguesa”,⁷⁵ especialmente do ponto de vista da nacionalidade. Esta tensão permanece de forma relativa nos necrológios e esboços biográficos machadianos – traduzindo, conseqüentemente, a centralidade da questão; mas também é sutilmente dissimulada: se Rui Barbosa, o grande publicista da pureza da língua, coloca Machado de Assis quase como um “imitador” de Camões (ressaltando o uso do substantivo feminino “pátria”, que singulariza a imitação em favor do nacional); Belmiro Braga, por outro lado, aponta propriamente a originalidade machadiana e a equivalência entre os dois autores. Neste sentido último, as obras de Machado de Assis estariam para o ainda nascente e questionado português brasileiros como os *Lusíadas* estavam para o português de Portugal.

Muito mais que uma associação negativa entre Machado de Assis e Portugal – opinião que, sob a rubrica do purismo, aparecera muito antes da sua morte, no comentário de Guimarães Júnior, como muito tempo depois, nas produções de muitos modernistas –, há, nesse momento fúnebre, uma clara identificação de uma “sensibilidade” nacional que perpassa a linguagem machadiana. Em ampla medida, a percepção da especificidade machadiana na mobilização do português brasileiro só se dará gradativamente ao longo das décadas finais do século XIX, quando a “cor local” da sua escrita começará a ser reconhecida, ou menos criticada. Tal qual sugere Ubiratan Machado, naquele final de século XIX, “entrelaçada à questão do nacionalismo, estava o [problema] da linguagem de Machado, pura e de correção clássica, observa Azevedo, mas incorporando novos termos e construções típicas da evolução da língua no Brasil”.⁷⁶

Efetivamente, o estilo mobilizado por Machado de Assis acompanhou as (e por isso dá testemunho das) transformações linguísticas que passaram, não sem tensões e contradições, a configurar uma variante brasileira do português. Como demonstrou Agnaldo Sérgio de Martino,

⁷⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁷⁵ GUIMARÃES, H. S. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 25.

⁷⁶ MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 22.

o criador de *Hélio e Bons Dias!*, por meio das suas crônicas, debateu e comentou temas importantes discutidos no âmbito das querelas linguísticas que atravessaram a nação brasileira durante o Oitocentos. O interesse machadiano pela questão da linguagem teria resultado em uma obra esteticamente notável, mas sobretudo na construção de um estilo próprio, equilibrado, ou seja, Machado de Assis teria consolidado, no uso que promovia da língua pátria, uma mistura coerente e “bem dosada de brasileirismos, anglicismos, galicismos e latinismos, que dá ao texto de suas crônicas – e também de sua produção ficcional – o ‘equilíbrio ideal’ entre o clássico e o moderno”.⁷⁷ Como sustenta Antônio Cândido, esse equilíbrio é fundamental, e é também a marca do que “temos realizado de mais perfeito como obra e como personalidade literária”. Machado de Assis, dentre outros escritores, representaria um desses “momentos de equilíbrio ideal entre as duas tendências”.⁷⁸ Mas se a hipótese é acertada, e é a língua, menos que as temáticas dos livros, a mediar a relação entre Machado de Assis e o nacional na circunstancialidade da sua morte, o que existe nessa língua que, compensando o azedume da obra, justifica a virtude cívica do homem?

⁷⁷ MARTINO, A. S... Machado de Assis e a Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 274.

⁷⁸ CÂNDIDO, A.. Literatura e sociedade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, p. 116.

LÍNGUA, ESTILO, NAÇÃO

Em que língua se diz, em que nação,
Em que outra humanidade se aprendeu
A palavra que ordene a confusão
Que neste remoinho se teceu?
Que murmúrio de vento, que dourados
Cantos de ave pousada em altos ramos
Dirão, em som, as coisas que, calados,
No silêncio dos olhos confessamos?

José Saramago, *No silêncio dos olhos*

A relação entre língua, estilo e nação parece ter interessado pouco a extensa fortuna crítica machadiana.¹ Felizmente, o tema não passou despercebido por um grande gramático e filólogo como Evanildo Bechara. Em artigo intitulado “Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa”, o professor emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) empenhou-se em compreender o processo de construção do ideário linguístico machadiano, refletindo ainda sobre como, e em que medida, esse ideário influenciou na função atribuída pelo escritor carioca à língua portuguesa na constituição de um “instinto de nacionalidade”.

Bechara insiste, inicialmente, no fato de que o ambiente idiomático machadiano foi, desde sempre, um ambiente letrado e português, ou seja, tanto no espaço familiar quanto na escola,² na casa da madrinha e na igreja (os primeiros espaços de sociabilidade), Machado de Assis tivera

¹ Parece prudente destacar que as reflexões que seguem não implicam nenhum posicionamento do autor desta dissertação acerca dos problemas linguísticos aqui discutidos. Uma opinião assim formulada deveria ter como base um estudo sistemático do português brasileiros, e a história dos seus usos – o que não configura o objetivo deste texto. Em ampla medida, todos os autores e teorias aqui presentes só foram mobilizadas na medida em que, e tão somente enquanto, ajudaram a compreender o posicionamento machadiano a respeito de algumas questões linguísticas.

² É escusado apontar a importância da mãe (ou do cuidador de maneira geral) no processo de aprendizado da língua. Segundo Bechara, “como a mãe é sempre, ou quase sempre a primeira mestra da linguagem de seus filhos, seguida da colaboração dos demais familiares, o ambiente idiomático de casa deve cedo ter chamado a atenção do menino Machado diante de uma mãe açoriana” (p. 21). Além disso, sobre Carolina, Lúcia Miguel Pereira nota que “a própria pureza de língua de Machado sofreu a influência da convivência com essa portuguesa cultivada [Carolina]; há positivamente uma grande diferença na sua frase depois do casamento, diferença devida sobretudo à colocação dos pronomes, quase sempre viciada nos primeiros escritos” (p. 129). No entanto, Jean-Michel Massa aponta que este “é um dos elementos mais discutíveis do mito do autor brasileiro” (p. 594). Para o biógrafo francês, “seria necessário demonstrar um início de transformação nesse setor [colocação pronominal, correção gramatical, estilo], ocorrida depois de 1869 [ano do casamento]. Ora, nenhum traço desse fator aparece” (p. 594). Cf. BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa. n.º 2 / 2009; PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936 e MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

acesso fácil, e talvez mesmo incentivado, ao aprendizado da língua materna.³ Prematuramente, pois, “deve ter nascido em Machado o gosto da leitura, que também cedo lhe despertou e favoreceu o melhor aprendizado do idioma”.⁴ Certamente, esse contato inicial com a língua portuguesa possibilitou, ou ao menos facilitou, o seu ingresso na imprensa carioca, onde pôde aperfeiçoar-se no uso da língua ao entrar em contato com livros e escritores importantes.

Bechara destaca, nesse sentido, a presença contínua de Machado de Assis no Gabinete Português de Leitura (GLP), lugar no qual o “menino pobre do Morro do Livramento” teria travado relações com figuras eminentes do universo linguístico, como Ramos Paz e, sobretudo, com o filólogo Manuel de Melo,⁵ “dono de uma ciência filológica e linguística comprovada pela exaustividade bibliográfica de livros técnicos relacionados nas notas de rodapé do seu livro *Da Glótica em Portugal*”.⁶ Este linguista, sugere Bechara, deve ter exercido em Machado “uma influência seminal sobre a natureza da linguagem”. Assim,

Em contacto com Ramos Paz e Manuel de Melo, nas reuniões aos domingos no Gabinete Português de Leitura, penetrou Machado de Assis não só no terreno idiomático dos clássicos lusitanos, mas ainda na boa conceituação e compreensão da natureza da linguagem e dos usos linguísticos.⁷

Foi nesse ambiente idiomático, em que se privilegiava o uso castiço da língua portuguesa, que Machado de Assis formou-se escritor.⁸ Para Mário Mattos, tanto Ramos Paz como Manuel

³ Arnaldo Saraiva lamenta que existam tão poucos trabalhos que procuram “medir a presença da cultura ou da literatura portuguesa na vida e na obra de um autor que era filho de uma portuguesa dos Açores, que casou com uma portuguesa do Porto, que desde de infância e a adolescência teve estreito convívio com amigos portugueses (a madrinha Maria José de Mendonça, Francisco Gonçalves Braga, Augusto Emílio Zaluar, Francisco Ramos da Paz, Antonio Moutinho de Sousa, José Feliciano Castilho, Ernesto Cibrão, Faustino Xavier de Novais, Furtado Coelho, Arthur Napoleão etc.), que sempre gostou de ler os clássicos portugueses, que fez elogio de escritores portugueses e dos emigrantes portugueses no Brasil e que, disse uma brasileira, escrevia num português ‘pouco brasileiro e de pureza castiça na forma’. SARAIVA, A.. Machado de Assis em Portugal. In. CASTRO ROCHA, J. C. Machado de Assis: lido e relido. 1 ed. São Paulo, SP : Alameda, Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2016, p. 668. Sobre a relação de Machado de Assis com Portugal cf., também, CALHEIROS, P.. A recepção de Machado de Assis em Portugal. Travessia – Revista de Literatura do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 27, p. 52-95, 1993; FRANÇA, E. M.. A recepção de Machado de Assis em Portugal no século XIX. ANTARES: LETRAS E HUMANIDADES, v. 10, p. 94-110, 2018; GRANJA, L.. Um amigo português de Machado de Assis. Antonio Moutinho de Sousa. Machado Assis linha, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, p. 10-25, 2012.

⁴ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.* 2009, p. 21-2.

⁵ Para mais informações sobre Manuel de Melo cf. BECHARA, E.. Um capítulo esquecido na historiografia linguística do Português: a obra de Manuel de Melo (Aveiro, 1834 - Milão, 1884). Revista Confluência (Revista do Instituto de Língua Portuguesa). ISSN 1415-7403. N. 37/38, 2.º semestre de 2009 / 1.º semestre de 2010, p. 31-42.

⁶ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 24.

⁷ *Idem*, p. 23.

⁸ “Nas conferências proferidas por Alfredo Pujol sobre Machado de Assis ficaram relembradas as relações íntimas entre o autor de Dom Casmurro e Manuel de Melo. Segundo Pujol, Melo e Ramos Paz foram os que iniciaram Machado de Assis no gosto pelos clássicos portugueses; a boa formação especializada de Melo deve ter muito contribuído para o ideário teórico que fez de Machado, ao lado de José de Alencar, o escritor do seu tempo mais profundo conhecedor reflexivo dos fatos de língua portuguesa”. BECHARA, E.. Um capítulo esquecido na historiografia linguística do Português: a obra de Manuel de Melo (Aveiro, 1834 - Milão, 1884). *op.cit.*, 2010, p. 31-42, p. 32. Ainda nesse sentido, informa Raimundo Magalhães Júnior que “a Francisco Ramos Paz já estava Machado ligado desde de o tempo em que ambos haviam colaborado na tradução de *O Brasil Pitoresco*, de Charles Ribeyrolles e Victor Frond. Essas tertúlias contribuíram ainda mais para reforçar os laços entre os dois moços”. MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 1: aprendizado. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 182.

de Melo “tiveram ascendência decisiva na feição clássica do estilo de Machado de Assis”.⁹ Foi com eles, complementa Alfredo Pujol, que Machado “iniciou os seus estudos da língua pátria. Nessa íntima convivência apurou-se o seu gosto do vernaculismo e do trato dos escritores clássicos”.¹⁰ Sílvio Romero, por outro lado, comenta que o jovem e esforçado garotinho, além de aproximar-se desses filólogos, também dedicou-se ao “cultivo dos bons mestres da língua” por meio do contato com José Castilho, aprendendo com esse autor “a graciosidade da correção e apuro gramatical”.¹¹ José Feliciano de Castilho Barreto (1810-1879), filólogo e professor português residente no Brasil, denunciou, sobretudo por meio de livros didáticos, “o perigo iminente de o português clássico ser dissolvido e morto pelos ‘galicismos’ e ‘barbarismos’, apegando-se ao passado clássico, à pureza da língua vernácula portuguesa e ao retorno ao ‘mundo velho’”.¹² Embora Machado, como veremos, se afaste dessa concepção mais radical – concepção presente também em outro seu amigo, este porém distante: Pinheiro Chagas (1842-1895) –,¹³ certo é que nos anos formadores, e para além deles, José de Castilho (como outros estudiosos da língua) influenciou, definitivamente, o autor de *Iaiá Garcia*. Tanto é assim que Machado de Assis e Castilho tornaram-se, a partir de 1865, amigos e correspondentes.¹⁴

De todo modo, é possível insistir que desde cedo surgiu em Machado de Assis, em função das companhias que frequentava, uma compreensão coerente sobre “a posição do escritor diante do idioma [e a] sua ação normativa para os leitores do seu tempo”.¹⁵ No livro *Papéis Avulsos*, Machado acrescenta uma nota comentando o uso do substantivo “reproche”.¹⁶ Para Raimundo Magalhães Júnior, “tal nota é uma indicação valiosa a respeito dos estudos linguísticos que Machado vinha pacientemente fazendo, há longo tempo, para depurar seu estilo”.¹⁷ É assim que o vemos, ainda jovem, em 1862, escrevendo artigo crítico sobre a publicação do *Compêndio de*

⁹ MATOS, M.. Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939, p. 30.

¹⁰ PUJOL, A.. Machado de Assis: conferências. Sociedade de Cultura Artística - Typographia Levi, São Paulo, 1917, p. 34.

¹¹ ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897, p. 86. A relação entre Machado de Assis e Castilho também está mapeada em MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, *op.cit.*, 2008, 4v.

¹² ALBUQUERQUE, S. L.; BOTO, C.. Impressos da instrução pública no Império brasileiro sob as lentes da Filologia. *Filologia e Linguística Portuguesa (Online)*, v. 20, p. 115-125, 2018, p. 123.

¹³ Como destaca Jean-Michel Massa, “sua amizade pessoal aos portugueses não implicava em abandonar sua condição de brasileiro” (p. 200) e, mais a frente, “[Machado] conheceu José Feliciano de Castilho e vários outros portugueses, permanecendo, contudo, o ardente patriota que se conhece” (p. 375). MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis, *op.cit.*, 1971.

¹⁴ Cf. TELES, A. C. S.. Sobre uma carta de Machado de Assis a José Feliciano Castilho (1865). *Letrônica*, v. 8, p. 195-204, 2015.

¹⁵ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 22.

¹⁶ “*Reproche* não é galicismo. Nem *reproche*, nem *reprochar*. Moraes cita, para o verbo, este trecho dos Ined. II fl. 259; ‘nada tinha que *reprochar* um ao outro’; e aponta os lugares de Fernando de Lucena, Nunes de Leão e D. Francisco Manuel de Melo em que se encontra o substantivo *reproche*. Os espanhóis também o possuem”. Apud MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 3: maturidade. *op.cit.*, 2008, p. 41.

¹⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 3: maturidade. *op.cit.*, 2008, p. 41.

Gramática Portuguesa, publicado por Vergueiro e Pertence em 1861. Sobre essa gramática, diz então Machado – depois de desculpar-se pela ousadia:

Sempre achei que uma gramática é uma coisa séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil. Quando se consegue o resultado alcançado pelos senhores Pertence e Vergueiro tem-se dado material para a estima e a admiração dos concidadãos. Há na gramática dos Srs. Pertence e Vergueiro aquilo que é necessário às obras desta natureza, destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica.¹⁸

Bechara sugere, a princípio, a novidade da concepção de gramática presente neste enxerto machadiano,¹⁹ certamente derivada do contato com Manuel de Melo. Para Machado de Assis, a língua seria uma técnica, i.e., “um sistema de noções destinadas a conseguir um fim”, que, a saber, seria o de “estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica”. Segundo Bechara, no contexto em que se encontra, pode-se entender “ciência filológica” pelo que chamamos contemporaneamente na sociolinguística de “competência linguística”, i.e., como a “capacidade do usuário da língua de produzir e entender um número infinito de sequências linguísticas significativas”.²⁰ As regras e as bases do idioma serviriam, então, para que os alunos, e os utentes da língua, empreendessem um contato reflexivo (“*empeiría*”) com as variedades dialetais em circulação, reconhecendo, para além das variações linguísticas, uma “unidade idiomática”. Nesse sentido,

Outro aspeto que se há de ressaltar nas citadas palavras de Machado é a relação desse saber filológico de cada utente ou usuário da língua com o saber dos demais utentes do país na construção de uma unidade idiomática mais ampla, de caráter nacional, unidade que iria construir aquilo a que ele mesmo, em célebre artigo estampado em *O Novo Mundo*, em Nova York, em 1873, chamou Instinto de Nacionalidade.²¹

De fato, como alvitra Bechara, a questão da língua é um tópico importante no “Instituto de Nacionalidade”, fechando a reflexão sobre a “Notícia da atual literatura brasileira”. Entre os vários defeitos da literatura produzida no Brasil, constava, justamente, o uso inadequado da língua. Sobre este aspecto, diz Machado: “entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre

¹⁸ ASSIS, M... *Crítica Literária*. “Resenha ao Compêndio de Língua Portuguesa”, por Vergueiro e Pertence. “In *Crítica Literária*, Rio de Janeiro: W. M. Jackson. Editores”, p. 21-22, Apud. BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 23.

¹⁹ Segundo João Ribeiro (1860-1934), a gramática “é a arte que ensina a falar e a escrever corretamente, isto é, segundo o uso das pessoas dotas”. FÁVERO, L. L; MOLINA, M. A. G.. *As Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil*. São Paulo: Lucerna, 2006, p. 166.

²⁰ TRAVAGLIA, L. C.. *Verbetes Competência Linguística*. Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores / Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Maria da Graça Costa Val, Maria das Graças de Castro Bregunci (orgs). Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/competencia-linguistica>.

²¹ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 24.

figura o da pureza da linguagem”.²² Como diria Antonino Pagliaro, em um enunciado com o qual muito provavelmente Machado concordaria, “mais do que uma ação retrospectiva, o verdadeiro purismo é a atitude vigilante da consciência linguística que se sente ligada a um sistema de que não quer separar-se sem necessidade”.²³ Nesse seguimento, a pureza vislumbrada por Machado não estava na adoção inalterada da língua de Camões, como insistiam alguns, mas em uma compreensão coerente sobre o funcionamento do “sistema linguístico”. Machado de Assis professa, dessa forma, a melhor “lição acerca de como se há de entender a correta política idiomática na consolidação normativa da língua comum”,²⁴ diz ele:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.²⁵

Como esclarece José Barreto Filho, Machado de Assis estaria mostrando, ou sugerindo, “como deve ser admitida a contribuição do povo na elaboração da língua literária contra a errônea tendência de reproduzir no diálogo a linguagem vulgar, pretendendo com isso aumentar a verossimilhança e a naturalidade das cenas”.²⁶ A unidade da língua buscada por Machado não é uma unidade de fato (coisa que manteria a língua embotada, estática e demasiadamente restrita), mas sim “um esquema no qual encontram lugar todas as concordâncias substanciais que se verificam nas variedades dialetais”.²⁷ Nesse sentido, se, por um lado, os brasileiros não estavam obrigados a “receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr”; por outro, o purismo excessivo, como diria Serafim da Silva Neto (em outro enunciado

²² ASSIS, M.. Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. - 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 440.

²³ PAGLIARO, A... A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. 1983, p. 95-96. Apud. BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa. n.º 2 / 2009, p. 159.

²⁴ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 26.

²⁵ ASSIS, M.. Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 440.

²⁶ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2014, p. 99.

²⁷ PAGLIARO, A.. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. 1983, p. 140. Apud. BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 26.

com o qual muito provavelmente Machado concordaria), “é uma exagerada e exclusiva imitação do passado, é deturpação, é imobilidade morta”.²⁸ Ainda segundo o filólogo, “o passado não deve ser um modelo cristalizado e hirto, mas um modelo em perpétuo movimento, constantemente vivificado e enriquecido”.²⁹ Astrojildo Pereira aponta o mesmo desenlace:

O grande leitor dos clássicos da língua não podia aplaudir as impurezas da linguagem, os solecismos vulgares, nem o excesso de francesismo em moda. Não era questão de imitar vetustos cronistas e moralistas, nem de escrever como Azurara ou Fernão Mendes Pinto, nem mesmo como Bernardes ou Frei Luís de Sousa. Seria anacronismo intolerável. Cada época possui o seu estilo próprio. O aconselhável, isto sim, é estudar nos clássicos as formas mais apuradas do dizer e deles extrair o tesouro de riquezas, sobretudo aquelas “que à força de velhas se fazem novas”. E sentenciava, com o seu bom senso habitual: “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum”.³⁰

Dentro dessa lógica, a “ciência filológica” machadiana implicaria na capacidade dos utentes da língua de compreenderem e mobilizarem a variedade dialetal (“ciência filológica”) sem, no entanto, caírem nem em purismo excessivo (pedantismo quinhentista) nem na incorporação indiscriminada de transformações lexicais, morfológicas e sintáticas (modismos). Aos escritores, em grande medida, caberia a tarefa de mediar essa relação, “depurando a linguagem do povo”, i.e., trabalhando para a criação de uma unidade idiomática que se expressasse através de “uma boa gramática”, ou mesmo através de determinadas obras literárias, que Machado chamará, em outro lugar, de “obras clássicas”. Entende-se, então, a recriminação machadiana aos escritores no “Instinto de nacionalidade”: o apuro do idioma, se bem pensado, estaria a serviço não de um preciosismo formal, mas da consolidação de uma “unidade linguística” que, depurada das variações indevidas (que surgiam ancoradas na “exageração do princípio” de que se deveria incorporar todos os brasileiríssimos para, assim, construir um idioma independente para uma nação independente), marcaria as especificidades idiomáticas do país. Essa “unidade linguística” importa, sobretudo, pois seria através dela (e não necessariamente da “cor local”) que se expressaria o “Instinto de Nacionalidade”. Como explica o professor emérito da UERJ,

uma gramática [ou indiretamente uma obra literária] procura assentar em cada falante da língua de um país a sua ciência filológica (entenda-se: a sua competência linguística), cuja unidade espelha o instinto de nacionalidade, dentro do conjunto de outros saberes

²⁸ NETO, S. S. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Grifo, 1976, p. 14.

²⁹ *Idem*, p. 14.

³⁰ PEREIRA, A. Machado de Assis. *op.cit.*, 1991, p. 62.

nacionais, para se consubstanciar numa futura construção da consciência de nacionalidade mediante a língua.³¹

A gramática – e as obras literárias –, que certamente assumem uma função “didático-normativa”, porque fixam o idioma, também assumem uma função “lógico-cognoscitiva”, porque respondem, ou espelham, a complexa funcionalidade do sistema linguístico. A questão, entretanto, é como sistematizar a complexidade (e a pluralidade) das manifestações do sistema, ou seja, como conseguir uma “unidade ideal de expressão, que se encontra em cada dialeto sem ser própria de nenhum”.³² Segundo Pagliaro, “antes de mais nada é necessário que se tenha uma sistematização certa de tudo aquilo que diz respeito ao funcionamento do sistema, para podermos ensinar e aprender com relativa segurança”.³³ A unidade idiomática que a gramática (e algumas obras literárias) reproduz (ou procura reproduzir) proporciona a cada utente da língua (pelo menos idealmente) a possibilidade de compreender as variedades dialetais (“competência linguística”) sem, todavia, perder de vista a unidade que configura e legitima a “comunidade linguística”.³⁴ De acordo com Bechara, essa intuição machadiana (de uma consciência de nacionalidade mediada pela “unidade idiomática”) ganharia forma teórica, quase cem anos depois, nas seguintes palavras de Antonino Pagliaro:

A língua constitui a imagem mais completa e genuína da fisionomia natural e histórica dos povos. Disse-o, há mais de um século, Guilherme von Humboldt, bom conhecedor de assuntos desta natureza e, pelo que sei, ninguém jamais o contradisse. Acrescentava ele que a índole espiritual de uma comunidade e a estrutura da língua estão intimamente tão ligadas entre si que, conhecida uma, a outra devia com facilidade deduzir-se da primeira. Sobre isso não há controvérsia: a língua, representando por um lado a maneira natural através da qual um povo vê e conhece a realidade, sistematizando-a e organizando-a nos sinais de classificação que são as palavras, encerra em si, por outro, o reflexo de todas as experiências internas e externas, de todas as conquistas e de todos os contrastes, por que esse povo passou na cadeia das gerações. De resto, observamos o mesmo na fala individual; nada revela melhor a fisionomia interior de cada indivíduo, a sua inteligência ou obtusidade, a sua cultura ou ignorância, o seu gosto ou ticanhez, do que a sua expressão linguística; mas também as maneiras da sociabilidade, o meio, a ocupação, a companhia que frequenta, o bairro em que habita, dão à fala de cada um indícios que permitem uma identificação fácil e imediata.³⁵

³¹ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 15.

³² PAGLIARO, A.. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. 2. ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 139.

³³ *Idem*, p. 148.

³⁴ Comunidade linguística é um “agrupamento humano dotado de um código verbal comum, mas não necessariamente exclusivo, embora dominante, que se impõe a todos os falantes por meio de normas que funcionam como força de coesão e solidariedade social”. ELIA, S. A língua portuguesa no mundo. São Paulo ; Editora Ática. 2ª ed., 3ª reimp. (Série Princípios), 2001, p. 67.

³⁵ PAGLIARO, A... A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. 1983, p. 95-96. Apud. BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 25.

“A expressão linguística”, construída por meio da constituição de uma “unidade idiomática”, sistematizada pela literatura (literária e lexicográfica), junto aos aspectos sociais, políticos, mesológicos etc., possibilitaria a ocorrência do “instinto de nacionalidade”, coisa que faria com que um escritor pudesse descrever sua fisionomia interior (e/ ou a de seu país) sem que necessariamente tivesse que recorrer a aspectos estereotipados. Questionando esse “exclusivismo temático”,³⁶ Machado pergunta, no “Instinto de Nacionalidade”, “se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julieta e Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês”.³⁷ É dentro deste contexto que Machado de Assis insiste que deve-se exigir do escritor não apego temático ou normativo, mas “certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”.³⁸

Mediante a forma com que um sujeito se expressa por meio da língua seria possível identificar, de modo relativamente preciso, aspectos importantes da sua identidade (pessoal e social). Isso porque, nas palavras de Herbert Fortes, “uma língua é antes de tudo um instrumento de comunicação das almas de um grupo e ‘vale’ como símbolo de valores reais comuns a esse grupo”.³⁹ Potencialmente, portanto, quando constitui-se uma “língua comum”, esta língua, conectando todos os membros do corpo social por meio de caracteres linguísticos sócio-culturalmente reconhecíveis, permite uma unidade que se expressa por meio de um repertório lexical, sintático e semântico comum. A língua comum é, portanto, aquela que perpassa a pluralidade das manifestações, sem contudo aboli-las, mas unindo-as em função de um sentimento mais forte (um “instinto de nacionalidade”, poderíamos dizer). Nesse sentido, uma vez que se estabeleça a língua comum, “unitária apesar das suas diferenças”,⁴⁰ mais perto estará um povo de estruturar a sua “consciência de nacionalidade mediante a língua”:

A existência de uma língua comum, capaz de elevar acima de todos os particularismos dialectais, é indício certo de que surgiu aquela consciência unitária, aquele sentimento e

³⁶ Em um artigo sobre *Iracema* publicado na “Semana Literária”, seção do *Diário do Rio de Janeiro*, em 23 de janeiro de 1866, Machado diz: “Havia também outro motivo para condená-la: supunham os críticos que a vida indígena seria, de futuro, a tela exclusiva da poesia brasileira, e nisso erravam também, pois não podia entrar na ideia dos criadores, obrigar a musa nacional a ir buscar todas as suas inspirações no estudo das crônicas e da língua primitiva. Esse estudo era um dos modos de exercer a poesia nacional; mas, fora dele, não está aí a própria natureza, opulenta, fulgurante, vivaz, atraindo os olhos dos poetas, e produzindo páginas como as de Porto Alegre e Bernardo Guimarães?”.

³⁷ ASSIS, M.. Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. - 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 432.

³⁸ *Idem*, p. 432-3.

³⁹ FORTES, H. P.. A questão da língua brasileira. Rio de Janeiro : GRD [s/d], p. 19.

⁴⁰ PAGLIARO, A.. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. *op.cit.*, 1983, p. 139.

desejo de participar num comum que, de um povo, faz uma nação. Pode afirmar-se com absoluta certeza que, quando um povo atingiu uma unidade linguística própria, por um acto de adesão à forma expressiva de maior prestígio, atingiu também o espírito da sua unidade nacional.⁴¹

No nosso caso, a “forma expressiva de maior prestígio” (e não, talvez, a de maior circularidade) era o português culto, vindo de Portugal, falado sobretudo na Capital, mas bastante matizado pelos “brasileirismos” e outros acréscimos provenientes das variedades dialetais em circulação. Como ensina Silva Neto, geralmente cabe às grandes cidades um papel duplo e oposto: “de um lado fundir usos e costumes da província e por outro redistribuí-los, uma vez adaptados e interpretados pelo seu gênio”.⁴² É este, por exemplo, o caso lisboeta: esta cidade “é o grande centro que, ouvindo todas as vozes de todos os cantos, as transforma numa só grande voz nacional”.⁴³ Conforme o filólogo, “as línguas comuns tendem, portanto, a representar médias linguísticas”.⁴⁴

No mesmo patamar encontrava-se, então, o Rio de Janeiro. No Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, reunido em São Paulo em 1939, por exemplo, sugeriu-se que a pronúncia-padrão a ser utilizada no teatro, na declamação e no canto deveria ser a da Capital Federal. Entre várias justificativas, concordaram os participantes que a pronúncia carioca era “uma síntese oriunda das colaborações de todos os brasileiros, e por isso mesmo a mais adaptável a todos eles”.⁴⁵ Sendo Machado de Assis, segundo Olavo Bilac, “um legítimo, um puro, um extremado carioca – o mais carioca dos cariocas”,⁴⁶ não choca que seu o estilo, marcado, como veremos, pela mediania, tenha sido tantas vezes lembrado como representativo da pátria.

Essa posição a respeito da língua, entretanto, estava em descompasso com o espírito da época: cada qual dos ajuizados sobre o assunto, a partir do seu arsenal artístico e/ou científico, afirmava saber a verdade sobre a natureza da língua e buscava defendê-la à toda força. Assim aconteceu com as querelas linguísticas oitocentista, em que, de modo geral, um lado defendia o purismo da língua e o outro a incorporação dos brasileirismos; cada um dos partidários do conflito

⁴¹ *Idem*, p. 136.

⁴² NETO, S. S. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. *op.cit.*, 1976, p. 82.

⁴³ *Idem*, p. 82.

⁴⁴ *Idem*, p. 82.

⁴⁵ *Idem*, p. 253.

⁴⁶ Quinta-feira, 4 de outubro de 1908, *O Pbarol*.

asseverava, quase aos gritos, que a manutenção ou alteração era a condição necessária para a configuração do povo brasileiro em uma nação civilizada. Buscava-se uma “unidade de fato”, i.e., um critério único que definisse a questão da língua. No entanto, na medida em que se explicitava o dissenso, um consenso, mesmo que provisório, tornava-se cada vez mais improvável. Como sugere Pagliaro, a adesão volitiva à variante prestigiada é passo incontornável para a constituição da nacionalidade. Essa adesão, se é volitiva, não é porém homeostática, sendo então os conflitos parte inevitável da dinâmica da língua. Sintomático, nesse sentido, é o caso italiano: “o povo italiano só alcançou no tempo de Dante a sua unidade cultural de nação quando o vulgar toscano se impôs como língua comum, dos Alpes à Sicília”.⁴⁷ Assim,

é admirável a intuição com que Dante individualizou o princípio unitário dinâmico que reconduz a variedade dos dialetos à unidade de língua, fazendo dela um sinal inequívoco da historicidade de um povo, visto que este é unitário apesar das suas diferenças, e caracterizado como tal por alguns “simplicíssima signa” que marcam por si todas as outras manifestações.⁴⁸

No caso brasileiro, a questão difere relativamente (embora o mesmo raciocínio possa ser aplicado): enquanto na Itália certo dialeto (o da Toscana, prestigiado em virtude do florescimento da literatura florentina durante o século XV) tornou-se língua comum, absorvendo gradativamente as outras variantes, nós “recebemos uma língua já feita, já em franco florescimento literário, que se transplantou durante os séculos de colonização”.⁴⁹ Desse modo, “o nosso território linguístico não mostra, tão nitidamente, aquela oposição entre dialeto e língua oficial”.⁵⁰ Partindo desse pressuposto, Benedict Anderson, ao comentar sobre os novos estados nacionais americanos que surgem a partir do final do século XVIII, insiste que, “quer se pense no Brasil nos Estados Unidos, ou nas ex-colônias espanholas, a língua não era um elemento que os diferenciava das respectivas metrópoles imperiais”.⁵¹ “Na verdade”, comenta ainda o historiador, “cabe dizer que a língua nunca se colocou como questão nessas primeiras lutas de libertação nacional”.⁵²

No entanto, pode-se dizer, sobre o caso brasileiro, que a força centrípeta da língua portuguesa precisou lidar, sobretudo depois da independência e da “formação da literatura

⁴⁷ PAGLIARO, A. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. *op.cit.*, 1983, p. 136.

⁴⁸ *Idem*, p. 139.

⁴⁹ NETO, S. S. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. *op.cit.*, 1976, p. 259.

⁵⁰ *Idem*, p. 259.

⁵¹ ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 84.

⁵² *Idem*, p. 84-5.

brasileira” (tendo em vista que nos primeiros anos pós-independência outras questões mobilizaram o debate nacional) com a força centrífuga, que buscava a diferenciação linguística em relação a Portugal. Em favor da diferenciação, estavam os brasileirismos (e similares) que, nos casos radicais, reivindicavam uma nova norma linguística especificamente nacional.

Esse ponto, como destaca o autor do “Instinto de Nacionalidade”, era “objeto de divergência entre os nossos escritores”: “divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípios”.⁵³ Aqui, Machado de Assis questiona os escritores que, “por princípio”, faziam uso extensivo dos brasileirismos, arrancando, por força de nacionalismo, o português brasileiro do seio do português de Portugal. Nada mais distante do posicionamento de Machado de Assis, que, assim como Dante, teria buscado afastar-se desse tipo de “nacionalismo linguístico”, vislumbrando uma espécie de “média linguística”, ou seja, um “sentimento de unidade” que explicitasse a nossa especificidade cultural ao ser construído por meio da constituição de uma língua comum. Unitária, essa língua conduziria a “variedade dos dialetos [i.e., a variedade das nossas manifestações linguísticas] à unidade de língua”.

A guardiã do idioma

Machado de fato teria se empenhado na construção de uma “unidade idiomática”. No seu discurso de posse como presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), pronunciado em 20 de julho de 1897, Machado define, sinteticamente, a missão da instituição: “o vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária”.⁵⁴ Sousa Bandeira, em uma evento em memória de Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça, realizado em 1912, percebe bem o intento machadinho: segundo o diplomata, para Machado de Assis, a Academia, “guarda da unidade da língua, representava a grande força capaz de resistir aos elementos dissolventes, com que uma federação mal compreendida ameaça[va] destruir a unidade nacional, minada pela invasão das línguas estrangeiras”.⁵⁵

⁵³ ASSIS, M.. Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In. AZEVEDO, S. M; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 440.

⁵⁴ ASSIS, M.. [Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, Sessão de abertura, em 20 de julho de 1897]. In. AZEVEDO, S. M; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 663.

⁵⁵ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista*.

Embora Sousa Bandeira indique tratar-se de uma “invasão da língua estrangeira”, o risco para a unidade era, pelo menos para algumas figuras, também interno. Além da referência implícita ao sistema político fratricida, então em vigor,⁵⁶ Machado aponta sutilmente para o “problema da língua brasileira” – ou, pelo menos, aponta para o carácter teoricamente frágil da língua portuguesa, que não prescindia de guardiões ante a possibilidade de dissolução. Nesse seguimento, a unidade almejada por Machado não poderia ser temática ou normativa, no sentido de que todos os escritores deveriam escrever ou o português de Camões ou, incorporando os brasileirismos, sobre a fauna e flora brasileira – que pretensamente seriam exclusividades nacionais. Tratava-se, então, de uma unidade linguística, de uma “consciência unitária comum”, haja vista que a língua se estabelecia como o mais “forte elo de comunhão social”.⁵⁷

Bechara lembra ainda que, no discurso de encerramento do ano acadêmico de 1897, o primeiro da nova instituição, Machado de Assis indica, entre as tarefas para o próximo ano, colher, “se for possível, alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno”.⁵⁸ Esse dicionário funcionaria como elemento didático que permitiria “ensinar e aprender com relativa segurança” o idioma nacional. O dicionário possibilitaria, assim, a preservação dos elementos comuns da língua (partilhados sobretudo com Portugal) ao mesmo tempo que incorporaria as especificadas linguísticas da variante brasileira do português. Além do mais, segundo Machado de Assis:

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guardiã da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores –, não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de nós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois para guardar uma língua é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva.⁵⁹

À Academia, caberia, portanto, a função de guardiã do idioma, mas “guardar não é impor”: nem se imporia o purismo camoniano nem os modismos extravagantes. Para Machado, a

⁵⁶ Cf. RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

⁵⁷ Enéas Galvão. Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁵⁸ ASSIS, M.. [Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, Sessão de encerramento, em 7 de dezembro de 1897]. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 669.

⁵⁹ *Idem*, p. 669.

legitimidade da mudança na língua provém dos “escritores e do povo”, i.e., das manifestações idiomáticas dos brasileiros. A “autoridade dos mortos”, convocada pelo autor, não implica, porém, purismo excessivo ou apego à sintaxe quinhentista. Por isso, Machado, se reconhece alguma legitimidade na mudança, não se afasta dos clássicos portugueses (sua autoridade “é definitiva”); nem havia, para ele, necessidade de “se considerar a existência de dois idiomas distintos, mormente depois de nós nos termos separado da antiga metrópole em 1822”.⁶⁰

O problema da língua brasileira

Embora clássico, Machado aceita transformações “legítimas”. Vale a pena, portanto, um esforço no sentido de localizar Machado de Assis (e especialmente o “estilo” machadiano) no âmbito do “problema da língua brasileira”. Localizá-lo não implica grande dificuldade e, pelo já exposto, é relativamente fácil inferir o seu posicionamento: Machado de Assis reconhece a autonomia linguística, mas não vê na denominação uma saída razoável para a querela, uma vez que o termo escolhido (nacional ou brasileira) poderia esconder um movimento – considerado por ele desnecessário – de transformações radicais no idioma. No entanto, a questão é absolutamente relevante, e vale ser melhor explorada, uma vez que mobilizou diversos homens de letras cujos debates influenciaram no rumo que tomaria o português falado no Brasil.

De modo geral, o “problema da língua brasileira” pode ser exposto da seguinte forma: para alguns escritores e linguistas (ou filólogos), imbuídos de uma mentalidade “naturalista” e que tomavam, na esteira de August Schleicher (1821-1868), o desenvolvimento da língua como uma realidade mecânica, o português caminharia fatalmente para o brasileiro, do mesmo modo como o latim havia derivado nos romances e, conseqüentemente, nas línguas modernas;⁶¹ para outros pensadores, entretanto, os brasileiros herdaram a língua portuguesa, e dela não deveria se afastar. Segundo Sílvio Elia, essa questão, embora tratada anteriormente por figuras como Luís Maria da Silva Pinto, tornou-se uma “ideia-força” sobretudo durante o Romantismo:

⁶⁰ PAGLIARO, A. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. 1983, p. 95-96. Apud. BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 26.

⁶¹ Diz Herbert Fortes, sobre o argumento de que “a nossa língua nacional é a língua portuguesa com pronúncia nossa”: “em outras palavras: a nossa língua é a língua portuguesa acrescentada de neologismos, estrangeirismos adotados, imensos empréstimos às línguas indígenas e negras, modificada na pronúncia e no mais que o nosso meio lhe juntou; e diminuída de tudo que Portugal possuiu ou adquiriu, mas aqui não existe. Respondemos, com igual simplicidade: é pelos mesmos motivos que o latim deixou de ser latim em Portugal, na França, na Itália, na Espanha”. FORTES, H. P.. A questão da língua brasileira. *op.cit.*, p. 65.

A situação que os românticos encontraram era a seguinte: de um lado, os que se apoiavam exclusivamente na linguagem adquirida, aferravam-se com unhas e dentes à tradição lusa, caindo na imitação temporã e no pasticho; de outra, os que só queriam ver a linguagem transmitida, acolhiam com estrépito todas as inovações, particularmente aquelas que mais fundo cavassem o fosso entre as duas linguagens literárias.⁶²

Teria cabido a José de Alencar (1829-1877) “a responsabilidade da vulgarização do rumoroso ‘dialeto brasileiro’ entre os nossos literatos”.⁶³ Rui Barbosa (1849-1923), que assumiu uma postura definitivamente mais purista do que propagada pelo autor de *Iracema*, afirmou que, depois de inventado o “dialeto brasileiro”, “apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores”, “todas as mazelas e corruptelas do idioma que nossos pais nos herdaram cabem na indulgência plenária dessa forma da relaxação e do desprezo da gramática e do gosto”.⁶⁴

Machado, todavia, não parece supor esses predicados radicais em Alencar. A “originalidade do estilo” do escritor cearense, para o seu companheiro e amigo carioca, estaria a serviço de um viés de consciência nacional mediada por uma literatura alegórica e mítica que buscava o seu tema sobretudo na história; contraditoriamente, porém, a fértil imaginação do criador de *Iracema* acabava sobrepujando o seu espírito de análise.⁶⁵ Em todo caso, a despeito de incorporar tupinismos e brasileirismos (tanto sintáticos como lexicais), Alencar tinha em elevado patamar o sentimento castiço da língua portuguesa. Tanto é assim que ao apresentar o jovem poeta Castro Alves (1847-1871) a Machado de Assis, em 1868, Alencar comenta:

Depois da leitura do seu drama [*Gonzaga*], o senhor Castro Alves recitou-me algumas poesias. “A cascata de Paulo Afonso”, “As duas ilhas” e “A visão dos mortos” não cedem às excelências da língua portuguesa neste gênero. Ouça-as o senhor, que sabe o segredo desse metro natural, dessa rima suave e opulenta.⁶⁶

As críticas sutis em relação ao uso do português promovido pelo jovem poeta (que em muito lembram as críticas de Alencar contra os leves deslizes ou as rebeldias intencionais da *A confederação dos Tamoios*, de 1856) deixam antever um apreço pela língua que afastam, mesmo que ligeiramente, Alencar daquela “indulgência plenária” sugerida por Rui Barbosa. Alencar buscava afirmar a nacionalidade por meio de uma relação mítica com o passado; os elementos

⁶² ELIA, S. E.. O problema da língua brasileira. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1961, p. 140.

⁶³ *Idem*, p. 83.

⁶⁴ RIBEIRO, J. XLIII, 12, 154 E 156. Páginas de Estética. In. ELIA, S. E.. O problema da língua brasileira. *op.cit.*, 1961, p. 119.

⁶⁵ ASSIS, M.. [Discurso pronunciado na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da estátua de José de Alencar, em 12 de dezembro de 1891]. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 581.

⁶⁶ ASSIS, M.. Correspondência de Machado de Assis, tomo 1 : 1860-1869 / apresentação, coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet ; organização, Irene Moutinho, Sílvia Eleutério. – Rio de Janeiro : ABL, 2008. (Coleção Afrânio Peixoto, 84), p. 229.

linguísticos oriundos dos indígenas, embora enriqueçam o idioma, apresentam-se, pelo menos para Alencar, como um passado superado, i.e., como um passado glorioso que, entretanto, cedeu lugar à civilização. É nesse sentido que Machado, no discurso proferido na cerimônia do lançamento da primeira pedra da estátua de José de Alencar, insiste em dizer que há, no autor de *Lucíola*, “um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas”.⁶⁷ Em um texto escrito como prefácio para uma edição do *O Guarani*, Machado de Assis enceta a mesma opinião, declarando que a linguagem de Alencar, “já numerosa, fez-se rica pelo tempo adiante. Censurado por deturpá-la, é certo que a estudava nos grandes mestres; mas persistiu em algumas formas e construções, a título de nacionalidade”.⁶⁸

Para Machado, os “temas indígenas” não eram a “tela exclusiva da poesia brasileira”, mas apenas “um dos modos de exercer a poesia nacional”.⁶⁹ Assim, diz ele no “Instinto de Nacionalidade”: “um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais”.⁷⁰ O autor de *Americanas* parece ler a obra de Alencar encontrando na variedade dos temas uma busca pela nacionalidade (“formas e construções”) que, embora incorpore elementos da “língua brasileira”, cheia de tupinismos e brasileirismos, não tem no aspecto da língua uma matriz normativa, ou seja, não se trata de ser nacional pelo vocabulário, mas pela sensibilidade brasileira que perpassa a obra: “o espírito de Alencar”, diz Machado, “percorreu as diversas partes de nossa terra, o norte e o sul, a cidade e o sertão, a mata e o pampa, fixando-as em suas páginas, compondo assim com as diferenças da vida, das zonas e dos tempos a unidade nacional da sua obra”.⁷¹

É nesse mesmo sentido que Machado de Assis reconhece, por exemplo, a literatura e a linguagem de outro defensor da “língua brasileira”: Gonçalves Dias. No discurso que proferiu na inauguração do busto do poeta dos *Primeiros Cantos*, Machado sugere que a principal contribuição de poemas como a “Canção do Exílio” teria sido, justamente, ensinar “aos ouvidos

⁶⁷ ASSIS, M.. [Discurso pronunciado na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da estátua de José de Alencar, em 12 de dezembro de 1891]. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 580.

⁶⁸ ASSIS, M.. O guarani, José de Alencar. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 570.

⁶⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, ano XLVI, nº 19, Semana Literária, terça-feira, 23 de janeiro de 1866, p. 2-3. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 251.

⁷⁰ ASSIS, M.. Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. - 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 438.

⁷¹ ASSIS, M.. [Discurso pronunciado na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da estátua de José de Alencar, em 12 de dezembro de 1891]. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 580;

da antiga mãe-pátria uma lição nova da língua de Camões”.⁷² Tal como ocorrera a Alencar, também Gonçalves Dias foi mobilizado por diversos escritores, pósteros e contemporâneos, como um paladino da “língua brasileira” (especialmente em seu viés tupi). No entanto, como insiste João Paulo Rodrigues, Gonçalves Dias “ainda não está construindo a noção de um português brasileiro que integra elementos tupis. Ele mesmo admitira (...) que os vestígios [da cultura indígena] estavam fadados a ‘desaparecer de nossa linguagem vulgar’”.⁷³

Em vários sentidos, José de Alencar e Gonçalves Dias não são Policarpo Quaresma (embora em determinados momentos fossem apresentados como tal). A personagem de Lima Barreto (1881-1922), inclusive, embora não seja “a pintura de nenhum linguista em particular do final do século XIX, nem ilustra nenhum movimento ultranacionalista que tenha realmente existido”, sintetiza, de certo modo, “algumas das características dos homens letrados da segunda metade do século XIX interessados pelo tupi”.⁷⁴ Para Quaresma, a língua portuguesa era “emprestada ao Brasil”,⁷⁵ não constituindo, assim, uma manifestação autenticamente nacional. Nesse sentido, especialmente no campo das letras, os utentes da língua sofriam “continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua”.⁷⁶ Aqui, a crítica desloca-se para os puristas, tanto os de “direito” (os portugueses) quanto aqueles que, fiéis à tradição, defendiam, no (e do) Brasil, o português clássico. Em certo sentido, essa crítica aparecerá, tantos anos depois, na pena engajada de Herbert Fortes, segundo ele: “a regra portuguesa perdeu aqui o sentido de sistematização da nossa ‘coação’ linguística espontânea e difusa e se perverteu em ‘pressão’, em imperialismo, em proselitismo exótico, em força negativa da nossa unidade social e histórica”.⁷⁷

Além disso, Policarpo argumenta contra os dissensos linguísticos que impediam um entendimento sobre a expressão nacional: “os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polémicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma”.⁷⁸ A questão idiomática, como fica claro no desenvolvimento da persona de Policarpo Quaresma, era uma questão central.

⁷² ASSIS, M. [Discurso pronunciado na cerimônia de lançamento do busto de Gonçalves Dias]. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 690.

⁷³ RODRIGUES, J. P.. A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930. 2002. 314 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018, p. 49-50.

⁷⁴ *Idem*, p. 85.

⁷⁵ BARRETO, L.. Triste fim de Policarpo Quaresma [recurso eletrônico]. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017, p. 45.

⁷⁶ *Idem*, p. 45.

⁷⁷ FORTES, H. P.. A questão da língua brasileira. *op.cit.*, p. 38.

⁷⁸ BARRETO, L.. Triste fim de Policarpo Quaresma. *op.cit.*, 2017, p. 45.

A despeito do tom irônico (e da ironia com que a proposta é recebida), a sugestão de Policarpo encontra eco em seus contemporâneos. O argumento principal mobilizado por vários elementos que conformam esta ala linguística é de cariz essencialmente nacionalista, e conforma aquilo que Herbert Fortes chamaria de um “paralelismo vital” entre língua e política.⁷⁹ Policarpo, no seu requerimento, manifesta-se nesse mesmo sentido, diz ele:

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênia para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.⁸⁰

Em 1858, em um artigo publicado na *Marmota*, Machado de Assis também mostrou-se favorável a uma revolução literária que continuasse a nossa revolução política: “o grito do Ipiranga foi o – *Eureka* – solto pelos lábios daqueles que verdadeiramente se interessavam pela sorte do Brasil”.⁸¹ Na esteira de Almeida Garrett, Machado sustenta que, após o “*fiat* político, dev[eria] vir o *fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina”.⁸² No ano seguinte, em crônica do *Espelho*, Machado chega a falar em “independência do espírito nacional”, nesse mesmo sentido.⁸³ No entanto, essa renovação, como mais tarde indicaria no “Instinto de Nacionalidade”, não é propriamente uma revolução na língua, mas um engajamento do escritor “nos movimentos da sociedade em que vive e de que depende”.⁸⁴

Assim, mesmo que Machadinho insista na necessidade de uma renovação substancial na literatura brasileira, coisa que implica transformações na língua, não é a língua o elemento principal, uma vez que, para Machado de Assis, como temos visto, não havia necessidade de afastar-se do português para imprimir um novo viés à nacionalidade. Quatro anos mais tarde, por exemplo, em um artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro* sobre a revista *O Futuro*, de Faustino Xavier de Novais, Machado argumenta que as “divergências fatais” entre Portugal e

⁷⁹ FORTES, H. P.. A questão da língua brasileira. *op.cit.*, p. 51.

⁸⁰ *Idem*, p. 45-6.

⁸¹ ASSIS, M. O passado, o presente e o futuro da literatura. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 64.

⁸² *Idem*, p. 64.

⁸³ ASSIS, M. O folhetinista. *O Espelho*, Aquarelas, domingo, 30 de outubro de 1859, p. 1-2. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 86.

⁸⁴ *Idem*, p. 65.

Brasil deveriam ser superadas; diz ainda que esses dois povos só deveriam ter um desejo: “engrandecer a língua que falam, e que muitos engenhos têm honrado”.⁸⁵

Seja como for, para os defensores da “língua brasileira” a emancipação política de 1822 deveria fazer-se acompanhar, sob a pena de subserviência colonial, de uma “emancipação idiomática”. Não há em José de Alencar, propriamente, nenhuma sugestão assim tão normativa.⁸⁶ Nem por isso, como aponta Rui Barbosa, diversos “escritores menores” deixaram de ver em Alencar um precursor e defensor da “língua brasileira”. Essa querela (entre puristas e brasileiristas), na medida em que se desenvolveu, materializou-se em livros e em atos públicos. Silvio Elia lembra, por exemplo, que “a municipalidade do Rio de Janeiro, num gesto verdadeiramente de embasbacar, chegou a proclamar a formação de uma Língua Brasileira, adulando destarte o jacobinismo de certa imprensa vesga”.⁸⁷

Como explica a professora e pesquisadora Eni Orlandi, esta não foi a primeira vez que uma tentativa de definir o “português brasileiro” como expressão da língua falada no Brasil foi incentivada. Em 1823, durante a Assembleia Constituinte, três formações discursivas estavam em destaque nos debates públicos: “a dos que propugnavam por uma língua brasileira, a dos que se alinhavam do lado de uma língua (padrão) portuguesa e a formação discursiva jurídica, que, professando a lei, decidia pela língua legitimada, a língua portuguesa”.⁸⁸ Junto com a constituição outorgada veio a primeira tentativa de definição para a querela: falava-se português no Brasil. No entanto, em 1826, sai um projeto de autoria do deputado José Clemente propondo que os diplomas dos médicos fossem redigidos em “linguagem brasileira”; no ano seguinte, o parlamento aprovou uma lei que estabelecia que “os professores deveriam ensinar a gramática da língua nacional”.⁸⁹ Em outros momentos em que essa discussão ganhou foro político, a saída foi pela denominação de “língua nacional”, que mantém a solução em aberto.⁹⁰

⁸⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, ano XLII, nº 61, Comentários da Semana. Domingo, de de março de 1861, p. 1. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 102.

⁸⁶ Segundo João Paulo Rodrigues, “ao contrário do personagem de Lima Barreto, o escritor cearense nunca advogou a adoção do tupi, mas se envolveu num debate sobre a língua brasileira, em que o sentimento difuso do início do século de que o português brasileiro era diferente do europeu por causa de uma incorporação indígena recebe uma nova roupagem”. RODRIGUES, J. P.. A pátria e a flor. *op.cit.*, 2018, p. 92.

⁸⁷ ELLA, S. E.. O problema da língua brasileira. *op.cit.*, 1961, p. 117.

⁸⁸ ORLANDI, E. L. P.. A língua brasileira. Ciência e Cultura (SBPC), São Paulo, 2005, p. 29.

⁸⁹ *Idem*, p. 29.

⁹⁰ Para um desenvolvimento dessas questões, cf. DIAS, L. F.. Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. 1995. 161f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

João Paulo Rodrigues, sobre o “problema da língua brasileira”, destaca que também os homens de letras da primeira metade do século XIX escreveram sobre este assunto. Segundo o pesquisador, Luís Maria da Silva Pinto, “escrevendo de Minas Gerais, foi o primeiro a falar em uma língua brasileira”. No entanto, apesar da novidade do seu *Dicionário*, a obra “não causou impacto, talvez porque naqueles anos iniciais da jovem nação, nem mesmo a sua unidade estava garantida”.⁹¹ Mais tarde, no “Prólogo” do *Florilégio da poesia brasileira*, será Francisco Adolfo de Varnhagen quem defenderá o português dos brasileiros.⁹² Todavia, mesmo estabelecido um debate preliminar, sugere Rodrigues que nenhum desses autores “pregava a existência no Brasil de nada além de um português com novas características de pronúncia e vocabulário, mesmo quando a (posteriormente tão controversa) expressão ‘língua brasileira’ era utilizada”.⁹³

Especialmente a partir da década de 1870, quando Alencar polemiza sobre a realidade linguística brasileira com figuras como Manuel Pinheiro Chagas, Antônio Henrique Leal e Franklin Távora, a questão da autonomia linguística entra, efetivamente, no debate público. Joaquim Nabuco, por exemplo, polemizando com Alencar, venderá “aos leitores a imagem de que seu oponente pretendia ser o patrono de uma nova língua”.⁹⁴ No entanto, como percebe Machado de Assis, embora Alencar aponte para um futuro em que haverá “um alargamento da distância idiomática, pois se tratava [Brasil e Portugal] de dois povos com ‘sentimentos’ e ‘costumes’ distintos”, a língua ainda era a portuguesa, apenas matizada por contribuições locais.⁹⁵ De qualquer forma, os artistas já tinham, segundo Alencar, “material para esculpir os primeiros contornos do que poderia vir a ser uma nova língua”.⁹⁶ Por esse e outros motivos, os comentários de José Alencar sobre essas questões linguísticas devem ser analisados com cuidado, não prescindindo de uma abordagem que leve em conta os escritos em que materializa suas ideias linguísticas; “sem esta atenção cai-se no simplismo de se afirmar que Alencar defendia a existência ou que usava uma “língua brasileira”.⁹⁷ Como explica Rodrigues,

A “língua brasileira” – expressão usada pela primeira vez pelo escritor [cearense] – é o resultado de “franquezas” que a enriquecem frente aos clássicos. Do outro lado do

⁹¹ RODRIGUES, J. P. A pátria e a flor. *op.cit.*, 2018, p. 88.

⁹² *Idem*, p. 91.

⁹³ *Idem*, p. 89.

⁹⁴ *Idem*, p. 114.

⁹⁵ *Idem*, p. 112.

⁹⁶ *Idem*, p. 113.

⁹⁷ *Idem*, p. 110.

Atlântico, os portugueses também a enriqueciam, mas em outro rumo. O azar da fortuna crítica de Alencar foi, contudo, o uso pouco cuidadoso desta expressão, mesmo que uma leitura mais atenta revele seu sentido menos lato.⁹⁸

Como destaca Barbosa Lima Sobrinho, incorporando o debate sobre a língua brasileira na primeira metade do século XX, a despeito das divergências, “todos desejam chegar a uma afirmação de autonomia, embora se altere a extensão dessa autonomia. Uns se contentam com a liberdade do estilo, outros pensam na emancipação total do idioma”.⁹⁹ Nesse sentido, conforme o estudioso da história da língua brasileira, “a divergência é mais aparente do que real”, uma vez que, “num ponto essencial, todos estão de acordo, no reconhecer a existência de diferenciações, no português falado no Brasil. Discute-se, apenas, quanto à quantidade, ou à extensão dessas diferenças”.¹⁰⁰ Para Sobrinho, por fim, “há variações dialetais e dialetos regionais e não, propriamente, um dialeto nacional, que se pudesse substituir à língua portuguesa, constituindo um idioma diferente e autônomo com o direito a uma denominação própria”.¹⁰¹

Unidade linguística, diversidade estilística

De acordo com Sílvio Elia, o esforço em inaugurar uma “língua brasileira” seria o resultado prático do “nacionalismo linguístico, que procurava forjar novas línguas nacionais”.¹⁰² Para Herbert Fortes, um notável defensor da “língua brasileira”, “a eufonia brasileira se tornou já incomensurável à audição portuguesa e intolerante de suas particularidades”. Desse modo, os brasileiros teriam não apenas a força do fato, mas também o direito a reivindicarem uma “Língua Brasileira”.¹⁰³ Rechaçada essa posição, porém, Elia conclui “pela unidade linguística entre Portugal e o Brasil”.¹⁰⁴ Unidade linguística porque, concordando com João Ribeiro, para Elia, “a língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos”.¹⁰⁵ As diferenças que eventualmente existiam entre o português de Portugal e o brasileiro não eram, para o estudioso, suficientemente significativas para que alguém propusesse a criação de um idioma nacional baseado nesse particularismo.

⁹⁸ *Idem*, p. 113-4.

⁹⁹ BARBOSA, I. S. A língua portuguesa e a unidade do Brasil. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1977, p. 19.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 26.

¹⁰¹ *Idem*, p. 35.

¹⁰² ELIA, S. E.. O problema da língua brasileira. *op.cit.*, 1961, p. 129.

¹⁰³ FORTES, H. P.. A questão da língua brasileira. *op.cit.*, p. 31.

¹⁰⁴ ELIA, S. E.. O problema da língua brasileira. *op.cit.*, 1961, p. 173.

¹⁰⁵ RIBEIRO, J.. A Língua Nacional e outros estudos linguísticos. Apud ELIA, S. E.. O problema da língua brasileira. *op.cit.*, 1961, p. 121.

Assim, os caracteres diferenciadores que surgiram (e espontaneamente surgem) na língua corrente “não são elementos de uma nova língua, mas enriquecimentos da mesma língua”,¹⁰⁶ ou seja, o português seria livre para desenvolver-se de acordo com as especificidades linguísticas e mesológicas do ambiente onde ele é falado, sendo as suas transformações fruto da legítima interação sociolinguística. Desenvolvimentos diversos no âmbito de uma mesma língua não criam, portanto, línguas diversas, “mas revelam os matizes, as variações, e a originalidade do pensamento americano”.¹⁰⁷ É dessa forma, conforme o professor, que

Para um português sensato, as diferenças entre a língua de José de Alencar e a língua tradicional dos escritores portugueses não tem importância absolutamente nenhuma, porque elas não dificultam no mais íntimo grau a sua perfeita compreensão por nós, porque em nada modificam a fisionomia da língua.¹⁰⁸

Junto à “unidade linguística” entre Portugal e Brasil, Elia reconhece, entretanto, a “diversidade estilística” entre os dois países.¹⁰⁹ Partindo de um pressuposto caro à linguística saussuriana, que separa uma “linguística da língua” de uma “linguística da fala” (pressuposto já disseminado pela traição: latim clássico/ latim vulgar), Elia aponta uma diferença significativa entre a língua portuguesa falada (onde não seria possível insistir em um “estilo nacional”, mas em estilos nacionais, ou dialetos) e a língua escrita, especialmente no seu recorte literário. Conforme Elia, apenas nesta última é possível aceitar “um estilo literário nacional”.¹¹⁰

A hipótese de uma “diversidade estilística”, que marcaria a especificidade nacional, talvez ajude a compreender como o estilo machadiano foi apreciado naquele início de século XX. Sílvio Elia, concordando com a tradição,¹¹¹ também afirma que o “estilo é o uso linguístico individual em oposição ao geral”. No entanto, acrescenta: “mas o geral não pode, no fundo, ser outra coisa senão a soma aproximadamente possível de todos, ou pelo menos dos mais importantes usos linguísticos individuais”.¹¹² Dessa forma, o “estilo nacional”, do ponto de vista literário, também

¹⁰⁶ *Idem*, p. 124.

¹⁰⁷ RIBEIRO, J.. A Língua Nacional e outros estudos linguísticos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Editora Vozes : Aracaju : Governo do Estado de Sergipe, 1979, p. 164.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 76.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 173.

¹¹⁰ *Idem*, p. 135.

¹¹¹ Para Pacheco e Lameira, estilo era a “feitura característica, que dá ao dizer de cada um o modo especial, porque ele concebe, ordena e exprime os seus pensamentos”, ou seja, era modo particular com que um falante usava a língua para expressar-se, tanto na escrita quanto na fala. Na Gramática Portuguesa, de Augusto Freire da Silva (1836-1917), o estilo é definido como “um certo modo original ou particular, que tem cada homem na coordenação ou disposição das palavras e das proposições, quando fala ou escreve”. Cf. FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G.. As Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil. São Paulo: Lucerna, 2006.

¹¹² ELLA, S. E.. O problema da língua brasileira. *op.cit.*, 1961, p. 59

seria uma espécie de soma aproximadamente possível dos usos individuais mais prestigiados: “quer dizer, existe na língua culta brasileira um estilo brasileiro, que se traduz por certa dosagem entre a linguagem adquirida da língua escrita e linguagem transmitida da língua falada”.¹¹³

Em ampla medida, pode-se dizer que é certo equilíbrio entre as realidades da língua (i.e., entre a escrita de matriz clássica e portuguesa e a fala, eivada de brasileirismos) que constitui o “estilo nacional” que, sem ser especificamente o de alguém, também não é o de todo mundo, mas é aquele que une as diferenças em torno de uma sensibilidade comum com a qual todos podem se identificar. A despeito de não ser exatamente o de alguém, nada impede que um escritor se aproxime desse ideal de língua. Segundo Serafim da Silva Neto, por exemplo,

O brasileirismo literário não deve ser, pois, uma preocupação diferencial, um esforço de originalidade a todo o preço. O brasileirismo literário é, sim, uma atitude em face do material linguístico, uma atitude em face da concepção da vida e da visão do mundo. Ele se traduz pela desfetação, e pela naturalidade, uma vez que representa a estilização da linguagem corrente brasileira. O estilo brasileiro deve ser a fusão de nossa sensibilidade e sentido artístico com a fala diária. O brasileirismo literário é, pois, um espírito.¹¹⁴

A língua literária do Brasil

Em 28 de março de 1957, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Josué Montello ministrou a aula inaugural do Curso de Literatura Brasileira. A palestra, intitulada “A língua literária do Brasil”, consiste em um sumário mapeamento do processo de constituição e autonomização da literatura brasileira, esquematizado em cinco vertentes:

a consciência do exotismo brasileiro; o sentimento nativista; a assimilação de influxos estrangeiros; o sentimento nacionalista, com a ciência da emancipação política; e, por fim, a adequação da língua literária à consciência da nacionalidade, com a formação de um estilo brasileiro de língua portuguesa.¹¹⁵

Para Montello, é “no último desses aspectos [que] devemos identificar o elemento inicial da autonomia literária do Brasil”. Nesse sentido, o autor propõe uma leitura da tradição tendo como crivo, ou perspectiva, a questão da língua. Passando, brevemente, pela literatura “exótica”, que inspirou “cronistas e historiadores, senhores de engenho e poetas, governadores e missionários, viajantes e homens de ciência”,¹¹⁶ até a literatura arcádica, com Tomás Antônio

¹¹³ *Idem*, p. 139.

¹¹⁴ Silva Neto Apud ELIA, S. E.. O problema da língua brasileira. *op.cit.*, 1961, p. 139.

¹¹⁵ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹¹⁶ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga, Montello chega na literatura romântica, em que, feita a independência política, a independência literária se apresenta com mais vigor.

O palestrante retoma, então, o ensaio “Instinto de Nacionalidade”, em que Machado de Assis reconhece que se ainda não existia, naqueles anos de 1873, uma literatura “na plena posse de suas originalidades”, estávamos, todavia, próximos dessa conquista. Em seguida, observa que a questão da diferenciação linguística já era censurada por Machado de Assis, quando este questiona, por exemplo, a falta de uma “pureza da linguagem” nos escritos de seus contemporâneos. Para Montello, como também já destacamos, Machado percebia bem que “o problema da língua literária se apresentava nas duas linhas de sua divergência polêmica”: “de um lado, colocavam-se os defensores da língua pura, fiéis aos padrões de vernaculidade lusitana; de outro, os apologistas de uma língua independente e livre, mais próxima da fala brasileira”.¹¹⁷

De acordo com Montello, a crítica machadiana se dirigia a escritores como Joaquim Manoel de Macedo, Martins Pena, Manoel Antônio de Almeida e, sobretudo, José de Alencar,¹¹⁸ “que, além de erigir-se em advogado ostensivo de uma expressão brasileira da língua portuguesa”, a pusera em prática nas suas obras. No entanto, para o romancista maranhense, a atitude de José de Alencar não correspondia à exaltação nacionalista, mas a uma “campanha construtiva, não para contrapor-se ao patrimônio da língua comum, mas para ampliar-lhe os domínios, com um novo estilo – estilo que se moldava sobre os valores do idioma transplantado”.¹¹⁹

De certo modo, “a língua portuguesa, ao iniciar-se a colonização do Brasil no século XVI, completava o ciclo de sua evolução literária”. Recebendo um idioma “opulent[o] no seu vocabulário e disciplinad[o] na sua gramática”, o Brasil ofereceu à língua portuguesa a “mais rica de suas aventuras”. De início, diz Montello, a língua portuguesa “se impõe à língua do aborígene; em seguida, suplanta a língua do negro africano, e termina por disseminar-se”. No entanto, “a língua que assim se aclimata dissocia-se entre dois idiomas: de um lado, a língua escrita, de uma elite, fiel aos modelos portugueses; do outro, a língua do povo, solta, livre, espontânea, enriquecida e contaminada pelo influxo das línguas ameríndias e africanas”. A primeira dessas línguas,

¹¹⁷ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹¹⁸ Páginas atrás sugerimos não ser esta crítica direcionada a Alencar. Machado parecia compreender a linguagem e as temáticas de Alencar para além de um nacionalismo restrito. No entanto, como o objetivo aqui é apresentar os argumentos de Montello sobre a língua literária brasileira, manteve-se essa discordância.

¹¹⁹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

“assistida pelos padrões literários da metrópole, vai fluindo sem alterações substanciais, a segunda sensivelmente se modifica, distanciando-se da outra, num processo crescente de diversificação idiomática”. Feita a Independência, “o que era uma decorrência da estrutura política passaria a ser uma opção”: “continuar obedecendo aos moldes tradicionais da antiga metrópole ou assimilar as divergências idiomáticas da linguagem popular”.¹²⁰

E por que o dilema não encontra a sua solução imediata, o romancista [José de Alencar], que preside à formação da literatura brasileira, vai processar-se com o choque de duas correntes na sua língua literária: a corrente que optou pelos modelos portugueses, cunhando o seu estilo à feição dos clássicos lusitanos, e a corrente que optou pela estilização da fala brasileira.¹²¹

“Desde o início de sua carreira literária, José de Alencar alistou-se entre estes últimos. Não apenas como prosélito: [mas] como líder”. Assim, “se no romance ele [Alencar] se deixou conduzir pelos modelos de importação, no estilo o que predomina é a sua indiscutível originalidade”. “E eu estou inclinado a concluir”, complementa o autor de *Os Tambores de São Luís*, “que a significação do autor de *As Minas de Prata* é maior como renovador da língua do que como primeiro grande mestre brasileiro”. Alencar, nesse sentido, “nada mais fazia do que atender ao instinto de revigoração da língua literária”, mesmo instinto que havia, décadas antes, impellido “Herculano, Garrett e Camilo a procederem em Portugal à reforma da prosa de língua portuguesa”. Alencar “não se rebelava contra o gênio do idioma: queria unicamente ajustá-lo à realidade linguística da nacionalidade brasileira”.¹²²

Se, por um lado, entre a língua literária e a língua popular não havia (como não há) identidade; por outro, “ao mesmo tempo que faz da língua popular a sua fonte de juventude, a língua literária impõe-lhe uma disciplina”. É, portanto, uma relação baseada em reciprocidade e interdependência. “Assimilando à língua literária algumas das peculiaridades da fala brasileira, Alencar obedecia, assim, a uma ordem natural do fenômeno linguístico”. Todavia, não é em Alencar que a “fala brasileira, genuína, viva, natural, transborda da linguagem do povo para o texto literário”. Segundo Montello, “ao invés de guardá-la intacta, [Alencar] intencionalmente a tocou com o seu gosto de artista”.¹²³

¹²⁰ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹²¹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹²² Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹²³ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

A fala brasileira, sem mediações, ficará preservada no teatro de Martins Pena, uma vez que as suas personagens “são flagrantes da realidade, permanentemente redivivos pela genuinidade da conversa em que o comediógrafo os fixou”. Ao lado de Martins Pena, destaca Montello que ainda havia quem preservasse na língua “o corte severo e límpido de uma pena perfeita de mestre português”. Escritores como João Lisboa, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e Odorico Mendes eram quem mais se aproximavam, pelo rigor castiço, da língua literária de Portugal. Gonçalves Dias, embora soubesse falar no tom dos antigos trovadores (como nas “Sextilhas de Frei Antão”) e, nesse sentido, devesse “inclinarse, pelas razões de berço, de ambiente e de formação, no sentido da corrente ortodoxa, a que naturalmente pertence”, é, porém, quem “reconhece, em documento isento de qualquer paixão polêmica, que a língua do Brasil não poderia permanecer inalterada da imobilidade clássica”,¹²⁴ diz o poeta:

I - A minha opinião é que, ainda sem o querer, havemos de modificar altamente o português; II - Que uma coisa [foi] e deve ficar eternamente respeitada: a gramática e o gênio da língua; III - Que se estudem e muito os clássicos, porque é miséria grande não poder usar das riquezas que herdamos; IV - Mas que, nem só pode haver salvação fora do Evangelho de São Luís, como que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas novas os exclusivamente nossas: V - E que, enfim, o que é brasileiro e que “cuia” virá a ser tão clássico como porcelana, ainda que a não achem bonita.¹²⁵

Tantos anos depois de Gonçalves Dias, seria Eça de Queiroz quem realizaria “o processo de reforma da língua literária do idioma comum”.¹²⁶ Segundo Montello, o autor português, “que estendeu a toda a geografia da língua portuguesa a sua influência de romancista e de estilista, parece ter sido no Brasil que[m] atuou de modo mais intenso, como reformador do idioma literário”, ou seja, teria sido Eça de Queiroz quem legitimou “muitas das liberdades idiomáticas que nos havia proporcionado, antes dele, a censura dos mestres portugueses”. No entanto, o influxo renovador, presente em Gonçalves Dias e Eça de Queiroz, foi interrompido pela intempestividade de Rui Barbosa, sobretudo quando da discussão do Código Civil, “em que Rui atirou ao papel, na vivacidade nervosa do debate, todo o seu conhecimento das sutilezas e mistérios dos clássicos portugueses”, reatando, assim, a corrente ortodoxa da língua literária.¹²⁷

¹²⁴ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹²⁵ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹²⁶ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹²⁷ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

Nesse período, será Coelho Neto, que “tem a religião dos clássicos portugueses”, o escritor de mais intensa projeção. E será justamente contra ele que se levantará a geração modernista. Coelho Neto era, para esses autores, “a expressão mais típica do desencontro entre a língua literária e a realidade brasileira, na hora em que o transcurso do primeiro centenário de nossa autonomia política reclamava a autenticidade de uma expressão nacional”. No grupo modernista de 1922, foi Mário de Andrade, segundo Montello, quem primeiro procurou a “expressão genuinamente brasileira. O paulista “buscava colher na linguagem popular a estrutura de uma língua literária que se contrapusesse, com a sua naturalidade e o seu vigor, ao idioma excessivamente convencional”.¹²⁸ No entanto, ainda segundo Montello,

O equívoco de Mário de Andrade, no seu propósito de encontrar a expressão brasileira da língua portuguesa, foi fazer coincidir a língua literária com a “Língua certa do povo”, do poema de Bandeira. E o que daí resultou, longe de ser a genuína expressão que ele procurava, se reduziu por sua vez a um artifício, mais ou menos tão chocante quanto a língua literária de Coelho Neto, embora partindo de uma posição totalmente contrária à do romancista de *Rei Negro*.¹²⁹

O estilo brasileiro, buscado por Mário de Andrade, já existia como realidade idiomática “à revelia de sua insurreição modernista”. Segundo Serafim da Silva Neto, é da convergência entre a língua transmitida e a adquirida “que resulta a língua escrita, esteticamente depurada, inteira”. Como a linguagem transmitida, base da língua escrita, tomava um caminho próprio em relação ao Português de Portugal, nada mais natural que a expressão literária brasileira divergisse relativamente da expressão portuguesa. Todavia, o que importa reconhecer é que, “no painel das nossas dessemelhanças”, prevalecia a conclusão, enunciada pelo prof. Mattoso Câmara Jr., de que “a língua de Portugal e do Brasil é ‘fundamentalmente una, já que continuam coincidentes as linhas mestras do sistema fonético, do sistema gramatical e do acervo vocabular””.¹³⁰

Montello, portanto, se afasta tanto da ortodoxia quando da insurgência modernista (embora vê em Guimarães Rosa um novo movimento renovador) na busca por um equilíbrio, que ele encontra em Joaquim Nabuco, Gilberto Amado, Gilberto Freyre e, especialmente, em Graciliano Ramos, que atualiza a lição de Eça de Queiroz. Além desses, o escritor maranhense apresenta o “exemplo supremo” de um escritor que “alcançou o seu refinamento e o seu requinte,

¹²⁸ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹²⁹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹³⁰ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

um pouco com a sua lição, outro tanto com as experiências que foi depurando [consigo] mesmo”.¹³¹ Analisando o “exemplo supremo” de Machado, Montello argumenta que o autor de *Dom Casmurro* se orientou desde cedo “pelo gosto das formas clássicas”. Nesse sentido, para o professor do Curso de Literatura Brasileira, Machado “viera evoluindo em seu límpido estilo, até alcançar um molde que não era mais o dos velhos mestres portugueses, já deixando transparecer, na sua concisão, no seu ritmo, no seu vocabulário, a assimilação gradual da fala brasileira”.¹³²

O coloquialismo machadiano

O ensaio de Josué Montello, embora questionável em alguns sentidos, é oportuno por apresentar, em uma perspectiva histórica, a associação entre fala e escrita na constituição da língua literária brasileira e, seguidamente, identificar, tal como Antônio Cândido, Machado de Assis como um exemplo de equilíbrio entre essas duas instâncias. Astrojildo Pereira, reiterando esse aspecto, comenta que Machado de Assis formula, “com rigorosa exatidão, o movimento dialético de interação entre a linguagem popular e a linguagem literária ou erudita”.¹³³ Interessante, nesse sentido, as considerações de Joaquim Mattoso Câmara Jr. que, em um livrinho notável, discute brevemente um aspecto central da obra machadiana, a saber: o coloquialismo. Para o linguista, tal aspecto resume-se, em Machado de Assis, na “tendência a reduzir uma das antinomias mais nítidas da atividade linguística, qual é a que existe entre a linguagem oral e a linguagem escrita”.¹³⁴

Em se tratando da vertente estilizada da língua, i.e., da literatura, não raras vezes há um esforço em depurar a língua de acréscimos provenientes da realidade da fala. Além disso, a partir da modernidade, o modelo formal de comunicação literária transformou-se: enquanto no mundo medieval, e especialmente na antiga Roma, as histórias eram contadas a um público, na modernidade a leitura tornou-se solitária. Nesse sentido, as referências ao leitor e, conseqüentemente, as marcas linguísticas desse contato, passaram gradativamente a desaparecer da estrutura narrativa da prosa escrita. Segundo Mattoso Câmara Jr., essa discussão importa sobretudo porque Machado, relativamente contra o seu tempo, mobilizou constantemente as referências ao leitor, movimento caracterizado pelo linguista como “coloquialismo”.

¹³¹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹³² Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

¹³³ PEREIRA, A. Machado de Assis. *op.cit.*, 1991, p. 65.

¹³⁴ CÂMARA JR., J. M. Ensaio Machadiano: língua e estilo. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962, p. 81.

Embora o autor se concentre apenas neste aspecto restrito do coloquialismo machadiano (referências ao leitor), a sua leitura implica necessariamente a percepção de que Machado de Assis aproxima a “linguagem oral e a linguagem escrita”,¹³⁵ leitura essa que pode ser ampliada. Para Mattoso Câmara Jr., o autor de *Páginas Recolhidas* “tinha em elevadíssimo grau o entendimento da língua viva”,¹³⁶ ou seja, Machado compreendia a língua não como uma realidade estática, mas como uma instância de comunicação ao mesmo tempo herdada (dos antepassados) e transformada (pelos contemporâneos). Como já vimos, sem ser purista, Machado reconhecia as inovações, mas não aquelas que alterassem demasiada e desnecessariamente a língua portuguesa. É assim, por exemplo, que Machado incorpora brasileirismos como “cachorro” simultaneamente ao culto “cão”. A hipótese de Mattoso Câmara Jr. é que Machado usa os brasileirismos (especialmente as gírias) de forma intencional para realçar determinado efeito estético ou cômico: “cachorro”, brasileirismo, traduz uma relação afetiva, enquanto “cão”, forma culta, caracteriza o animal. Em um romance como *Quincas Borba*, a variação dos termos corresponde a essa variação semântica, que cumpre uma finalidade estética no âmbito da narrativa.

Para nossa análise, porém, importa apenas o pressuposto, aceito por Mattoso Câmara Jr., de que, nas palavras de Charles Bally, “a língua literária se contenta em transpor, para uso seu, os temas que encontra na língua de toda gente”.¹³⁷ Nesse sentido, poderíamos dizer que as inovações linguísticas que Machado de Assis incorpora (no caso, os brasileirismos) estão absolutamente presentes na linguagem comum do povo (“cachorro”, “botas” etc.). Isso quer dizer que Machado de Assis, ao contrário de outros brasileiristas que defendiam incorporação indeterminada de variações lexicais, forçando assim a circulação desses vocábulos, incorpora à linguagem culta brasileirismos consolidados (ou em consolidação) na língua. Nas palavras de Mattoso Câmara Jr., o que Machado de Assis efetivamente “pretendia era elaborar uma língua escrita literária na base da nossa fala corrente, da mesma sorte que o francês clássico, o italiano de Dante, o português de Camões se cristalizaram pela lenta elaboração do romance vulgar”.¹³⁸ Hemetério José dos Santos,

¹³⁵ *Idem*, p. 81.

¹³⁶ *Idem*, p. 13.

¹³⁷ BALLY, C. *Le langage et la vie*. Paris, 1926, p. 111. Apud CÂMARA JR., J. M. *Ensaio Machadiano: língua e estilo*. *op.cit.*, 1962, p. 24.

¹³⁸ CÂMARA JR., J. M. *Ensaio Machadiano: língua e estilo*. *op.cit.*, 1962, p. 93.

ao questionar os “plebeísmos no dizer”, incorporados por Machado de Assis a sua literatura, testemunha a busca por uma proximidade com a fala corrente, rechaçado pelo professor.¹³⁹

Nesse mesmo sentido, Mário Matos, para quem linguagem machadiana era “inconfundível como o diamante”, “o instrumento de seu triunfo”,¹⁴⁰ sugere, a partir de Teixeira Soares, que Machado teria sido o “primeiro escritor entre nós que soube aproximar o mais possível a palavra escrita da palavra oral, quer dizer, quem primeiro escreveu com espontaneidade”.¹⁴¹ Mais à frente, afirma ainda que “entre a tendência a escrever como os clássicos e o pendor para a linguagem corrente e familiar, [Machado] adota o meio termo, guiado pela naturalidade e inteligência do vocábulo específico”.¹⁴² As virtudes machadianas, na linguagem, “é medida, equilíbrio, graça na expressão natural. É o desejo enfim de que se deve falar corretamente e escrever como se fala. É oralidade no estilo”.¹⁴³ Nesse sentido, para Matos, a nota mais viva e atraente do estilo machadiano vinha a ser a oralidade.¹⁴⁴ Essa opinião aparece, rapidamente, na fala coetânea de Oliveira Lima, quando este insiste que Machado utilizava “uma língua corrente e correta”.¹⁴⁵

Barbosa Lima Sobrinho, ao discutir a língua portuguesa e a unidade do Brasil, também insiste que a linguagem de Machado de Assis “se adaptava melhor ao uso corrente, aproximando-se da linguagem falada”.¹⁴⁶ Machado, segundo o estudioso, não desfazia dos clássicos, “nem os imitava, redigindo com simplicidade e renovando o idioma sob a influência da linguagem falada, que ele procurava acompanhar no seu desenvolvimento natural, como quem procura encontrar o instrumento indispensável, para se comunicar com o povo de sua terra”.¹⁴⁷ Sintetizando, assim, o paradoxo identificado no âmbito da fortuna crítica, para Sobrinho “não há linguagem mais brasileira do que a de Machado de Assis, nem escritor que se haja inspirado mais nos modelos clássicos, o que vale dizer na tradição portuguesa”,¹⁴⁸ e continua:

Machado de Assis, apesar da convivência com os clássicos, soube encontrar um estilo acessível e fluente. Mais que correção da frase, os mestres antigos lhe ensinaram a fidelidade ao gênio do idioma, para que se pudesse mover com a liberdade de ação de um escritor

¹³⁹ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁴⁰ MATOS, M. Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. *op.cit.*, 1939, p. 142.

¹⁴¹ *Idem*, p. 109.

¹⁴² *Idem*, p. 313.

¹⁴³ *Idem*, p. 142.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 313.

¹⁴⁵ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1904. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 274.

¹⁴⁶ BARBOSA, I. S. A língua portuguesa e a unidade do Brasil. *op.cit.*, 1977, p. 93.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 89.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 92.

emancipado de obsessões puristas. Escrevia com simplicidade, dono de um vocabulário preciso, sem ostentações de riqueza léxica. Não tolerava os estilos guindados, as expressões artificiosas e pedantes, o que sempre houve de posição na literatura nacional.¹⁴⁹

Mário Casassanta e Godim da Fonseca também apontam, cada um ao seu modo, o “coloquialismo” machadiano. Para este, Machado continuou, durante toda a vida, “misturando doce de coco na linguagem, abasileirando-a até onde podia ir sem escândalo dos medalhões”.¹⁵⁰ Para aquele, a feição característica de Machado de Assis era “enriquecer os seus meios de expressão com o aproveitamento da produção atual e regular da boca do povo”.¹⁵¹ Para o crítico, Machado “elaborou a sua tábua de valores, colhendo os conceitos e os preconceitos dominantes, como ganhou uma língua saborosa, mistura de portuguesa e brasileira, que melhor do que ninguém soube disciplinar e fixar”,¹⁵² no que concorda Astrojildo Pereira:

Era a preocupação, poder-se-ia dizer, de nacionalizar a maneira de exprimir-se a língua portuguesa usada no Brasil. Machado buscava nos clássicos da língua comum o que havia de genuíno, o que permanecia vivo e seivoso, submetendo a preciosa colheita ao necessário processo de assimilação e adequação às condições peculiares do nosso meio. Simultaneamente, buscava os modismos admissíveis, as espontâneas invenções do frasear, o timbre diferenciado, a maneira própria de pensar, para incorporá-los, devidamente filtrados, à nossa língua literária. Eis, no que se refere a linguagem, e ao estilo, a sua grande lição nacionalista.¹⁵³

José Barreto Filho, insistindo também na relação entre o erudito e o popular, entre o moderno e o tradicional, que parecer ter sido para essa tradição a grande contribuição machadiana, afirma que “a força secreta de Machado de Assis e o seu poder de comoção sobre a nacionalidade vem de uma impregnação poderosa e demorada dos elementos populares e das suas constantes tradicionais”.¹⁵⁴ Portando-se como um “verdadeiro artesão”, Machado teria lapidado o “instrumento de que se utilizaria, isto é, a língua por ele criada, que se ia banhar constantemente nas claras nascentes do português clássico, mas que não perdia com isso a graça e a singularidade de um produto tropical”.¹⁵⁵ Nesse sentido, o sistema de ideias machadiano constituiria “um

¹⁴⁹ *Idem*, p. 92.

¹⁵⁰ FONSECA, M. J. G.. Machado de Assis e o hipopótamo. Uma revolução biográfica. 3. ed., São Paulo : Editora Fulgor, [s/d], p. 119.

¹⁵¹ CASASSANTA, M. Machado de Assis, escritor nacional. Rio de Janeiro: separata do livro Machado de Assis (conferências). F. Brigueit, 1939, p. 26. Apud. PEREIRA, A. Machado de Assis. *op.cit.*, 1991, p. 62.

¹⁵² *Idem*, p. 34. *op.cit.*, p. 62.

¹⁵³ PEREIRA, A. Machado de Assis. *op.cit.*, 1991, p. 63.

¹⁵⁴ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. 1º ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2014, p. 31-2.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 67.

patrimônio comum, que se comunica a todos, produzindo-se a surpresa de um encontro entre o grande trabalho de erudição e de cultura e o insondável sentimento da comunidade”.¹⁵⁶

Por fim, vale a pena retornar a Mattoso Câmara Júnior. Ao que tudo indica, o linguista seria contrário à tese de Machado de Assis como um “renovador da língua”, acompanhando aqui Sérgio Buarque de Holanda,¹⁵⁷ cuja “autorizada opinião” foi inquirida antes da publicação dos *Ensaio Machadianos*. Seja como for, ao falar da elaboração de uma “língua escrita literária na base da nossa fala corrente”, o autor parece antecipar, em alguma medida, a hipótese de Bechara, segundo a qual Machado visava a constituição de uma “unidade idiomática”. Embora detenha-se na questão do coloquialismo, a “língua comum” parece latente na fala da ilustre linguística:

Já o objetivo de Machado de Assis é a aproximação da linguagem falada, o coloquialismo em suma, para que a narrativa escrita adquira a naturalidade e espontaneidade de um relato oral. A sua atuação purista é no sentido de um enobrecimento da língua da conversação, que ele sente no Brasil relaxada e amorfa. Em vez de amoldar-se a ela, como fez por exemplo Manuel Antônio de Almeida, que também usou o coloquialismo narrativo, ele quer apurá-la, torná-la nítida e expressiva, concorrer enfim para que se elabore no Brasil um *volgare* no sentido quatrocentista italiano.¹⁵⁸

A mediania machadiana

Machado de Assis, em seu tempo, certamente acompanhou com interesse os debates em torno da língua falada no Brasil, sobretudo porque não foram raras vezes em que esse debate ganhou ares polêmicos na imprensa. Eventualmente, encoberto pelo véu da ironia que geralmente o protegia em suas crônicas, ele chegou mesmo a comentar aspectos do problema. Machado de Assis escreveu, por exemplo, sobre analfabetismo, sobre leitura, sobre o ensino e as transformações no currículo, sobre o movimento literário, sobre a relação entre portugueses e brasileiros, sobre o problema da “escrita fonética”, sobre galicismos e anglicismos, dentre uma infinidade de outros temas. Em todos os casos, porém, Machado adotou uma posição distanciada, mas atenta e coerente. Agnaldo Sérgio de Martino, após analisar algumas crônicas machadianas, percebe que Machado, embora evite alguns “estrangeirismos desnecessários”, como pontuou Magalhães de Azeredo,¹⁵⁹ abre mão tantos outros “para conversar mais de perto com seus leitores, pois crê que

¹⁵⁶ *Idem*, p. 194.

¹⁵⁷ Cf. em seguida.

¹⁵⁸ CÂMARA JR., J. M. *Ensaio Machadianos: língua e estilo. op.cit.*, 1962, p. 94.

¹⁵⁹ Cf. em seguida.

a língua do povo, que emprega esses estrangeirismos no seu dia a dia, pode muito bem conviver ao lado da língua considerada culta pelos puristas”.¹⁶⁰

Em alguma medida, foi essa unidade, esse equilíbrio no uso da língua, que Machado de Assis buscou construir por meio da sua literatura – ou, melhor dizendo, por meio do uso e lapidamento de um estilo particularmente seu. Para Cândido Jucá Filho, essa é uma questão vital. Segundo o filólogo, “um grande escritor acha-se frequentemente perplexo diante deste problema: obedecer à gramática, à tradição, e angariar a fama de técnico, ou seguir o seu próprio temperamento, a sua própria individualidade e granjear o renome de excêntrico”.¹⁶¹ As reincidentes referências ao estilo machadiano – feita por amigos e detratores –, assim como o aspecto patriótico a elas articulado, talvez tenham que ver com o fato de que o autor de *A mão e a Luva* buscou, tanto quanto pôde, construir uma ponte entre o clássico e o contemporâneo.

Nesse sentido, tanto na recepção crítica e biográfica quanto em alguns atos institucionais Machado de Assis é apresentado a partir da sua relação com a língua portuguesa. Em 1904, por exemplo, quando foi efetivado como correspondente estrangeiro da Academia de Ciência de Portugal, o relator, José de Sousa Monteiro, apontou justamente o “amor à língua portuguesa” como uma das virtudes do novo membro da instituição:

Para que haja em sua pena tanto e tão intencional respeito pela língua portuguesa, pelo gênio que a assinala, pelas tradições que a enobrecem, pelo que constitui o mais vivo de seu ser, é mister que haja em seu coração bem intenso amor à pátria portuguesa. A pena acusa simplesmente o que recata o coração. Machado de Assis quer à língua portuguesa com afeto intenso. Não sei se este afeto ele o confessou alguma vez. Sei que praticamente o afirma em seus livros, quase em cada página.¹⁶²

No entanto, acrescenta Monteiro:

Não pretendo asseverar que não haja, nos mais ilustres escritores brasileiros, que não haja em Machado de Assis brasileirismos. Há. E nem sempre bons, nem sempre plausíveis. Mas há-os até em português. E usados com moderação e o tato fino inseparável dos escritores que valem, podem ser e são, não raro, donaire e garbo.¹⁶³

Essa dimensão afetiva com a língua portuguesa, e com as transformações derivadas do seu uso no Brasil, aparece também em Lúcia Miguel Pereira. Para a biógrafa, a sutileza linguística

¹⁶⁰ MARTINO, A. S. Machado de Assis e a Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - PUC-SP, São Paulo, 2013, p. 132.

¹⁶¹ JUCÁ FILHO, C.. O Pensamento e a Expressão em Machado de Assis. Rio de Janeiro, L. Fernandes, 1939, p. 7.

¹⁶² Apud MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 4: apogeu. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 216.

¹⁶³ *Idem*, p. 216.

machadiana, que está em fazer coincidir o português brasileiro com de Portugal, é tributária da sintaxe lusitana que conformou o ambiente idiomático: tanto a mãe, Maria Leopoldina, quanto (e sobretudo) a esposa, Carolina, eram portuguesas – esta do Porto e aquela dos Açores:

Autodidata, tendo aprendido a língua por esforço próprio, Machado, se teve, desde o início, o senso do estilo, foi, a princípio, um escritor incorreto. O tom da frase era bom, coeso e coerente, mas quantos deslizos nas minúcias. Nunca se entendeu bem com a ortografia, craseava os a de maneira fantasista, e os pronomes então eram uma lástima. Carolina, habituada à língua de Camilo Castelo Branco, foi-lhe sem dúvida uma conselheira segura, temperou a sua doçura brasileira com a correção portuguesa.¹⁶⁴

“E nessa simplicidade e nesse equilíbrio [Machado de Assis] fez o milagre de aliar o gênio da língua, o sabor vernáculo, às modificações introduzidas pelo falar brasileiro”.¹⁶⁵ Aurélio Buarque de Holanda, por seu turno, enceta opinião parecida. Para ele, a grande virtude machadiana estaria em “conciliar – e nem sempre – as exigências da sintaxe de além-mar com a mais corrente entre nós, sem nunca transgredir, porém, com os seus princípios de cultor extremado do idioma”.¹⁶⁶ Essa dimensão não passou despercebida aos contemporâneos de Machado de Assis. Os comentários nesse sentido são exaustivos, embora esclarecedores. Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), ao comentar o romance *Quincas Borba*, tece importantes considerações sobre a concepção machadiana de língua. Depois de insistir que a superioridade da linguagem machadiana estava em guardar zelosamente “toda a pureza e correção dos clássicos, aliando com sábio equilíbrio aos benefícios do progresso”, Magalhães afirma:

Machado de Assis compreende bem que um idioma é o reflexo de uma época e de uma civilização, e, portanto, não se pode mumificar, eternamente estacionário nos mesmos moldes; é mister que viva com o povo que o faz veículo das suas ideias e dos seus sentimentos, e passe, como ele, por todas as modalidades que importa cada fase da sua existência coletiva; mas compreende também, por outro lado, que essas modalidades não lhe podem influir na essência, não lhe podem alterar senão a forma; compreende que quem é rico não precisa viver de empréstimos, e por isso proscree dos seus escritos toda locução estrangeirada e desnecessária; compreende que não devemos atirar por cima dos moinhos as jóias mais preciosas do tesouro vernáculo, e por isso reintegra em seus foros de cidade genuínas frases e construções, ineptamente relegadas na vala comum dos arcaísmos obsoletos.¹⁶⁷

¹⁶⁴ PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936, p. 130.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 330.

¹⁶⁶ FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto; prefácio Evanildo Cavalcante Bechara. – Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2007, p. 4.

¹⁶⁷ *O Estado de São Paulo*, publicado entre os dias 24,26 e 27. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 174.

Viva, a língua é reflexo da sua época: transforma-se seguindo os imperativos do tempo. Mas as transformações, se necessárias, não podem “influir na essência”, ou seja, não podem fazer do português um idioma estranho a ele próprio. Afastando as “locuções estrangeiras”, não teme Machado, por outro lado, reintroduzir arcaísmos: desde que não afetem a estrutura do idioma, as mudanças fazem parte da dinâmica da língua. É nesse mesmo sentido que o diplomata Sousa Bandeira (1865-1917), assumindo posição análoga, afirma que autor de *Falenas*

[passaria] às gerações futuras como o escritor que aliou o espírito verdadeiro da língua às necessidades oriundas das transformações sociais, fugindo ao mesmo tempo dos dois extremos cujo exagero orça pelo ridículo: a vulgaridade nas expressões que nivela a linguagem literária às grosserias do plebeísmo, ou o túrgido gongorismo dos escritores que à cata de maior elevação no dizer, enchem os seus escritos de frases feitas, de vocábulos retirados aos dicionários, ou de redundância enfáticas, em que se diluem os pensamentos os mais elevados.¹⁶⁸

Outros escritores também apontaram a mediania machadiana, como Araripe Júnior (1848-1911), Oliveira Lima (1867-1928), Olavo Bilac (1865-1918) e Alcides Maya (1878-1944). Para o primeiro, o português de Machado, “sem deixar de ser puríssimo, muito longe [estava] do guindado quinhentismo”.¹⁶⁹ Já conforme o segundo, o estilo machadiano era “limpo e castiço, sem sombra de pedanteria nem esforços de purismo, tampouco crivado de neologismos”.¹⁷⁰ Para o terceiro, em artigo sobre as *Várias histórias*, “há em Machado de Assis alguma coisa de velha e desusada: o carinho com que trata a língua portuguesa e a fidelidade com que, sacerdote de um crença quase morta, zela a sua primeira pureza”.¹⁷¹ Enquanto isso, para o último,

Machado de Assis é um artista novo do português novo: a frase harmoniosa, tersa, ladina sem ser culturana, expande uma sensibilidade toda de hoje. Enriqueceu o vernáculo de páginas admiráveis; suavizou de graciosidade a velha sintaxe da língua, revestindo-a, ritmando-a originalissimamente, sem que ela perdesse a pureza, nem se mobilizasse no módulo oracional clássico. O seu estilo é profundamente pessoal, é moderno, e já é brasileiro na corrente nervosa que em frêmito recôndito e constante o atravessa, na flexibilidade dos termos lógicos, na potência de sugestão, no sentimento, nas imagens, em todas as suas modalidades.¹⁷²

Além dessas figuras, também Nunes Vidal, pseudônimo de Nestor Vítor (1868-1932), recebendo as *Relíquias da Casa Velha*, diz que “das superioridades que se encontram na obra do

¹⁶⁸ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁶⁹ *Dezesseis de Julho*, 6 de fevereiro de 1870 (Oscar Jagoanharo). In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 77.

¹⁷⁰ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1904. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 274.

¹⁷¹ Apud MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 3: maturidade. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 316.

¹⁷² MAYA, A.. Machado de Assis: algumas notas sobre humor. 3ª ed. rev. – Porto Alegre: Movimento / Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2007, p. 95.

Sr. Machado de Assis, a que se torna geralmente mais sensível é a boa língua, a que todos se apegam para justificar a admiração em que dizem que o têm”.¹⁷³ Além disso, Vidal ainda aponta a especificidade compositiva da linguagem de Machado:

Ela [a “boa língua”] não é propriamente velha; propriamente nova também não é; não tem dúvida de que é boa, mas nem sempre o que se pode chamar rigorosamente correta do ponto de vista lusitano, vindo como vem cheia de modismos brasileiros, registrando melindrosamente os nossos *quês*, refletindo, maleável, a nossa blandícia tropical.¹⁷⁴

Maleável, adaptada à nossa blandícia tropical, a linguagem machadiana é vernacular sem ser exagerada, moderna sem ser grosseira. Ainda para Holanda, este aspecto linguístico, caracterizado pela articulação destes dois “extremos” (tradição e progresso/ manutenção e transformação/ arcaísmo e brasileirismo), soma-se ainda ao aspecto estético: “Machado de Assis tem a grande virtude de ser um dos raros homens de letras brasileiros em quem se realiza uma sábia harmonia do gramático com o escritor”.¹⁷⁵ Machado seria, portanto, o melhor exemplo da “perfeição da língua aliada à elegância sóbria do estilo”.¹⁷⁶ Essa opinião também era coetânea. Hélio Lobo (1883-1960), no já citado artigo “O culto do vernáculo”, também enxerga a linguagem machadiana entre essas duas tendências – a gramatical e a estética:

Não que ele, joalheiro da frase, fosse um “gramático”, na genuína expressão do vocábulo. Não o era porque toda a sua obra constituía a negação dessa individualidade pretensiosa afeita a testilha sempre com as qualidades superiores da língua. O gramático é mau escritor. E Machado de Assis esquivou, a todo seu poder, o cenáculo dos da casa dos *grammatici certant*, ele que, para luzimento do livro e na expressão de Castilho António, nunca se desprezou de “chamar e tornar a chamar dez vezes à unha a obra já perfeita”, e escrevia e reescrevia como a raça insigne de Alexandre Herculano e Francisco Manuel de Mello, em terras portuguesas.¹⁷⁷

Embora a ênfase no estilo do escritor seja um tópico retórico recorrente no período, a linguagem machadiana parece ter, de fato, se sobressaído, constituindo-se quase como uma “língua nova”. É o que sugere Alcindo Guanabara (1865-1918), para quem Machado “tinha um estilo seu, próprio, singular, único na nossa e, quiçá, em alheias línguas”. Entusiasmado com o estilo machadiano, Guanabara afirma: “não sei se direi demais, dizendo que tinha, ou que fizera, uma língua nova, que novo ou, pelo menos inconfundível, era o [português] que tratava”.¹⁷⁸ O

¹⁷³ *Os anais*, 15 de março de 1906. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 282.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 282.

¹⁷⁵ FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis. *op.cit.*, 2007, p. 7.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 8.

¹⁷⁷ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹⁷⁸ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

interessante, na expressão de Guanabara, é que não se trata exatamente de uma “nova-língua” (que parece indicar alterações profundas em um idioma, o que já seria curioso), mas precisamente de uma “língua-nova”, ou seja, Machado, ao fazer um uso diferenciado do português, teria mesmo criado uma nova e inconfundível língua. Décadas depois, José Barreto Filho, em um movimento similar, embora não aponte exatamente o estabelecimento formal de uma nova língua, chega, todavia, a comentar o caráter renovador da prosa machadiana: “no seu manuseio Machado se apropria do gênio da língua e poderá por isso renová-la e enriquecê-la como quem desenvolve as suas possibilidades sem alterar a sua índole.¹⁷⁹ Mais adiante, o crítico fala ainda em uma “forma nova”, ancorada na tradição trágica, e em um “português novo”, criado por Machado de Assis:

A forma nova que adotou inclui uma língua castiça, precisa, de sabor arcaico muitas vezes, porém suficientemente dúctil para se acomodar as sutilezas de sua análise psicológica. Não é uma língua puramente erudita, mas é uma utilização lúdica e cultural da contribuição do povo, conforme a dosagem que ele prescreveu e definiu, no ensaio *Instinto de nacionalidade*. É um português novo, esperto e flexível como o espírito carioca, mas integrado já, pelo seu polimento, na tradição castiça da língua.¹⁸⁰

Aurélio Buarque de Holanda, no entanto, não chega tão longe. Inclusive, o lexicógrafo, no ensaio sobre a linguagem e o estilo do autor de *Esau e Jacó*, parece mesmo reagir a essa hipótese (de uma “língua-nova” machadiana), condenando aqueles que exageravam o papel de Machado de Assis como “renovador da língua, sobretudo no sentido de a ela haver imprimido um cunho brasileiro”.¹⁸¹ Holanda contrapõe-se, mesmo que indiretamente, a Cândido Jucá Filho que, em livro anterior, havia defendido que Machado, ao “aceitar como boa a colaboração da plebe”, teria iniciado em terras pátrias um “movimento reformador”, tal como Almeida Garrett (1799-1854) em solo lusitano.¹⁸² Assim, embora reconheça a virtude machadiana de articular a “perfeição da língua aliada à elegância sóbria do estilo”, Holanda não vê nisso indícios de “espírito brasileiro” que, ademais, “não era bastante vivo em Machado”.¹⁸³

A diferença entre as percepções de Holanda e Bechara é não só interessante como sintomática, e tem que ver, sobretudo, com a concepção de língua subjacente. Para Aurélio Buarque de Holanda, Machado não seria um renovador da língua porque, “bem pesadas as coisas,

¹⁷⁹ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. *op.cit.*, 2014, p. 68.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 132-3.

¹⁸¹ FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis. *op.cit.*, 2007, p. 4.

¹⁸² JUCÁ FILHO, C.. O Pensamento e a Expressão em Machado de Assis. *op.cit.*, 1939, p. 17.

¹⁸³ FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis. *op.cit.*, 2007, p. 29.

Machado, além de desossar um pouco o português de Portugal, não fez mais que introduzir nas suas páginas alguns brasileirismos, quase todos léxicos”.¹⁸⁴ Na perspectiva do lexicógrafo, portanto, uma renovação substancial na língua implicaria adoção de brasileirismos lexicais, morfológicos e sintáticos. A Machado, que sempre tivera espírito conservador, faltaria, para tanto, “audácia, rebeldia, espírito isento de compromissos com a tradição”.¹⁸⁵

Evanildo Bechara, note-se bem, também não vê em Machado de Assis um “renovador da língua”, tampouco o criador de uma língua nova (Machado é, em última instância, um escritor vernacular), mas sim alguém que intuiu, a partir do mestrado de Manuel de Melo,¹⁸⁶ uma concepção de língua e gramática portuguesa bastante inovadora para o seu período (o criador de Brás Cubas tece considerações “ausentes nos compêndios escolares do seu tempo”, segundo Evanildo Bechara).¹⁸⁷ Dentro desta concepção, o “espírito brasileiro” machadiano não deveria ser buscado em uma vultosa incorporação de brasileirismos, como parece sugerir, em alguma medida, Holanda,¹⁸⁸ mas sim naquele esforço de consolidação de uma “língua comum” por meio da qual se poderia acessar um “sentimento íntimo” de nacionalidade.

Instinto de nacionalidade, ou o poder diferenciador

Aproximar considerações linguísticas do “Instinto de Nacionalidade” é bastante oportuno para compreender melhor a questão da “mediania machadiana”. Sérgio Luiz Prado Bellei, refletindo sobre a poética machadiana, afirma que, para Machado de Assis, a verdadeira nacionalidade em literatura não estava “nos temas nacionais que constituem apenas um efeito, mas no ‘instinto’ que, como vigor originário e ainda inconsciente de si mesmo, pode, mas não

¹⁸⁴ *Idem*, p. 5.

¹⁸⁵ “Isso, está claro, não importa negar nacionalismo à obra de Machado de Assis. Ou, pelo menos, regionalismo. Não. Há nela muita coisa da nossa terra, particularmente do meio carioca: mucamas, pretos velhos, pegadores de escravos fugidos, cenas de execução de negros, pregões melancólicos, como aquele ‘Chora, menina, chora...’ do D. Casmurro; ruas antigas, com seus nomes antigos – da Guarda Velha, Valongo, Matacavalos – e até retalhos de paisagens, breves, fugidios, que são – como, ao fundo de casas modernas, esses escassos palmos de chão cimentado – miniaturas de quintal nessa ‘vasta casa sem quintal’. FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis. *op.cit.*, 2007, p. 5-6.

¹⁸⁶ Cândido Jucá Filho, por outro lado, constrói sua hipótese (de Machado como renovador da língua) não a partir de uma aproximação com as correntes filológicas do tempo, como Bechara ao insistir na novidade da concepção de gramática presente em Machado, mas através do contato de Machado com o movimento romântico português: “Eu não presumo que Machado fosse muito informado do movimento filológico nacional. O que sim sustento é que ele era profundamente irradiado nas correntes românticas lusitanas”, principalmente em Garrett. JUCÁ FILHO, C.. O Pensamento e a Expressão em Machado de Assis. *op.cit.*, 1939, p. 39.

¹⁸⁷ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 24.

¹⁸⁸ Para Bechara, Aurélio, ao comentar o estilo de Machado, “tinha ainda suas atenções voltadas para os aspectos normativos que dominavam entre nós os estudos do idioma até a década de 1940”. É sob esta orientação que se articula a compreensão de língua subjacente ao ensaio. Todavia, Bechara destaca também que, a despeito do caráter normativo, Holanda não ficou “atrelado a uma visão estreita de puristas, nem sempre bem apetrechados para essas incursões, como, por exemplo, acontecia com Cândido de Figueiredo. Suas fontes boas eram Mário Barreto, Antenor Nascentes, José Oiticica e Heráclito Graça”. BECHARA, E. Prefácio. In. FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis. *op.cit.*, 2007.

precisa necessariamente, conduzir o escritor e o leitor à procura da cor local”.¹⁸⁹ Para Bellei, esse sentimento íntimo de nacionalidade é, na poética machadiana, “uma força capaz de gerar diferença em qualquer assunto a que se atenha”.¹⁹⁰ O “instinto de nacionalidade”

É, portanto, uma perspectiva adquirida em um contexto cultural que, sendo diferente de outras perspectivas, modifica toda obra que compõe, ao impregna-la com o seu poder diferenciador. Dizendo de outro modo, é a maneira diferenciadora deixada no indivíduo pela cultura que o constitui e que se manifesta em cada ato criador.¹⁹¹

Esse “poder diferenciador” não tem que ver, necessariamente, com a adoção de determinados elementos que seriam especificidades nacionais, mas sim com a “recomposição de um tema qualquer no contexto de um alfabeto linguístico e cultural específico”.¹⁹² Essa recomposição, entretanto, sendo uma força, não é um esforço pedantesco: é o que a cultura na qual se está inserido lega à coletividade. Como sugere José Luís Jobim, Machado de Assis (assim como outros seus contemporâneos) teria mobilizado uma concepção do nacional como “identidade herdada”, ou seja, para ele “a nacionalidade é uma herança que se recebe ao nascer em determinada terra, pertencer a determinada raça e falar determinada língua”.¹⁹³ É, portanto, essa “herança” que deveria ser trabalhada pelo escritor verdadeiramente nacional, e não um qualquer aspecto isolado. Para Machado de Assis, destaca Eduardo Luz, “a pulsação do escritor com fisionomia própria faria com que ele imprimisse rumores de si e do meio, naturalmente, e a poesia tirada de si mesmo estaria infiltrada de vida nacional”.¹⁹⁴ Feito isso, “as fisionomias próprias de todos os escritores dariam a fisionomia própria do pensamento literário brasileiro”.¹⁹⁵

Como diria Herbert Fortes, “podemos dizer que, em princípio, a língua de um povo é aquela que ele ‘ouve’ sem ‘escutar’ – ouve compreendendo ou sentindo”.¹⁹⁶ É um “conteúdo

¹⁸⁹ BELLEI, S. L. P.. Nacionalidade e literatura: os caminhos da alteridade. Florianópolis: UFSC, 1992, p. 54.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 54.

¹⁹¹ *Idem*, p. 55.

¹⁹² *Idem*, p. 54.

¹⁹³ JOBIM, J. L.. Machado de Assis e o nacionalismo: o caso das Americanas. In. CASTRO ROCHA, J. C. Machado de Assis: lido e relido. 1 ed. São Paulo, SP : Alameda, Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2016, p. 712. Como também mostra Jobim, Machado e Sílvia Romero concordam, diz Romero: “tome Machado de Assis um motivo, um assumpto entre as lendas eslavas, há de tratá-lo sempre como brasileiro, quero dizer, com aquela maneira de sentir e pensar, aquela visão interna das coisas, aquele tic, aquele sestro especial, se assim devo me expressar, que são o modo de representação espiritual da inteligência brasileira. ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 17.

¹⁹⁴ LUZ, E. Três faces da crítica nacionalista de Machado de Assis. In. FREITAS, L. F.; M.H.C. TORRES; COSTA, W. C. Literatura traduzida: Antologias, coletâneas e coleções. Fortaleza : Substância, 2018, p. 127.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 127.

¹⁹⁶ FORTES, H. P.. A questão da língua brasileira. *op.cit.*, p. 16.

histórico e social” que faz com que os brasileiros, na língua e no que é propriamente seu, se identifiquem, sem que isso demande algum esforço. Embora Herbert Fortes não atribua este predicado essencial a Machado de Assis, que é um autor de “ontem”,¹⁹⁷ Lúcia Miguel Pereira parece fazê-lo. Ao comentar o estilo machadiano, a biógrafa aponta justamente para essa sensibilidade brasileira que perpassa a linguagem machadiana, diz a pesquisadora:

No contorno nítido dos seus períodos, na naturalidade das suas expressões, se insinua, dentro das linhas tradicionais do vernáculo, alguma coisa de familiar, um tom diferente, que faz o brasileiro reconhecer como seu, como fruto da sua raça e do seu solo esse homem que “prosava como Luiz de Souza”.¹⁹⁸

Do seio dessa linguagem castiça explicita-se um “tom diferente”. Nesse sentido, assim como, para Machado, a literatura brasileira não deveria recorrer exclusivamente à temática da “cor local”, o português brasileiro também não deveria incorporar todas as mudanças lexicais, sintáticas e morfológicas. Dito de outro modo, assim como nossa literatura não seria mais brasileira por mobilizar, de modo forçado, elementos como a “cutia”, o “jacaré”, a “palmeira”; a língua portuguesa também não se tornaria mais nacional por aceitar “todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma”.¹⁹⁹ Nesse sentido, o “sentimento íntimo” machadiano corresponde, do ponto de vista da língua, a uma “unidade idiomática” que daria à fala de cada um indícios que permitem (ou permitiriam) uma identificação fácil e imediata da sua origem (como aponta Antonino Pagliaro), ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (como alvitrava Machado de Assis).

Entre tradição e modernidade, entre a defesa retrógrada do purismo camoniano e a incorporação insensata de brasileirismos de toda ordem, Machado de Assis soube construir, de forma equilibrada e esteticamente sofisticada, um estilo seu, em que poderia ver-se inscrito os aspectos linguísticos centrais da variante de maior prestígio, matizada por contribuições locais. Para José Barreto Filho, esse teria sido o grande ensinamento machadiano: “estilizar a nossa sensibilidade sem alterar a sua nota essencial”,²⁰⁰ em outras palavras, Machado teria renovado e enriquecido o idioma “como quem desenvolve as suas possibilidades sem alterar a sua índole”.²⁰¹

¹⁹⁷ *Idem*, p. 175.

¹⁹⁸ PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936, p. 330.

¹⁹⁹ ASSIS, M.. Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In. AZEVEDO, S. M; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 440.

²⁰⁰ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. *op.cit.*, 2014, p. 177.

²⁰¹ *Idem*, p. 68.

Para Lúcia Miguel Pereira, nesse mesmo sentido, Machado, “continuando as tradições vernáculas, não desvirtuando a índole da língua, moldou-a ao seu feitio, ao nosso feitio”. Nesse ponto, segundo a pesquisadora, Machado “foi um inovador, o primeiro grande escritor brasileiro”:

No decurso da sua longa carreira literária, representou contra a incontinência verbal dos românticos, contra a seiscentismo do fim do século, contra a escravização à forma dos parnasianos, a reação da simplicidade, do bom gosto, do direito do brasileiro a se fazer ouvir na língua que ia criando. Lutou, sozinho, contra o perigo de se cavar um abismo entre a linguagem falada e a linguagem escrita. E venceu.²⁰²

Língua, estilo, nação

Em última análise, não se trata de argumentar que Machado de Assis foi um renovador da língua. Bechara, ao articular unidade linguística e instinto de nacionalidade, diz que Machado vislumbrou uma “futura construção da consciência de nacionalidade mediante a língua”.²⁰³ Em ampla medida, essa “consciência” só poderia ser efetivamente conquistada em uma época por vir. Com o Censo Geral do Império de 1872, ficou claro para a intelectualidade do período a escassez assustadora de leitores. Machado manifesta, então, uma “percepção aguda da inviabilidade do projeto de um romance nacional extensivo, ambicioso na abrangência da representação de todo o Brasil e no cálculo de suas possibilidades de circulação pelas diversas regiões e estratos do país”.²⁰⁴ Nesse sentido, a desilusão machadiana com o público leitor talvez tenha afetado a potencialidade da “gramática”. Em todo caso, embora desiludido e ressignificando o papel do leitor, Machado não parece ter perdido de vista a necessidade de que o “instinto de nacionalidade” se manifestasse por meio do estabelecimento de uma língua comum. Como diria Jose Barreto Filho, Machado “não somente procurou exercer a sua função de escritor com uma perfeição crescente, como contribuiu enquanto pôde para melhorar o gosto e o padrão da nossa literatura”.²⁰⁵

Por outro lado, também não interessa defender que a concepção machadiana de língua portuguesa (especialmente a intuição de uma consciência de nacionalidade mediada pela “unidade idiomática”) foi maiormente compreendida e apreendida pelos seus contemporâneos. Apesar disso, vale destacar, sobre esse último aspecto, a fala de uma personagem como Enéas Galvão.

²⁰² PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936, p. 331.

²⁰³ BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *op.cit.*, 2009, p. 15.

²⁰⁴ *Idem*, p. 71.

²⁰⁵ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. *op.cit.*, 2014, p. 69.

Antes de dizer que Machado era um “genuíno e glorioso representante da nossa nacionalidade”, Galvão, dando ele também antecipada razão a Pagliaro e a outros linguistas,²⁰⁶ esclarece:

As nações se revelam ao mundo culto não somente pelo símbolo sagrado da pátria, pela identidade dos seus costumes, da sua crença religiosa, de suas leis e de seus Tribunais de Justiça, mas ainda pela unidade da língua do país, o mais natural, e por isso mesmo, o mais forte elo da comunhão social.²⁰⁷

Melhor do que generalizar a intuição machadiana, parece mais profícuo insistir que a linguagem de Machado de Assis, espelhando o “instinto de nacionalidade” ao se aproximar de um “estilo nacional”, conseguiu prestar tributo à língua de Camões (mantendo os aspectos formais do idioma) ao mesmo tempo em que a abraçou (incorporando brasileirismos, sobretudo, mas não necessariamente, lexicais). Esse “segredo” machadiano de conciliar clássico e moderno (moderno que, todavia, não se confundia com os “modismos”), associado “à elegância sóbria do estilo”, fez com ele se tornasse o “sumo pontífice da literatura nacional”.

²⁰⁶ Para Serafim da Silva Neto, por exemplo, “a língua é um poderoso vínculo de unidade nacional: é um símbolo que une e estreita fortemente os grupos humanos que se comunicam por seu intermédio”. NETO, S. S. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. *op.cit.*, 1976, p. 13.

²⁰⁷ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

O CULTOR DO VERNÁCULO

Amanhã, quando os pósteros te louvem
O estilo simples, lícido e fluente,
Em que rolam ideias como gemas,
Sobre o leito de plácida corrente,
Saberão porque em vida te sagramos
Dentre os crentes o crente.

Salvador de Mendonça, *A véspera do Capitólio*¹

Politeísmo cívico: viés de inserção

Como veremos adiante,² o período que corresponde à Primeira República foi profícuo na construção de heróis cívicos. Nesse período, vários grandes homens foram alçados à condição de heróis pátrios. Criou-se, assim, uma espécie de “panteão cívico”, no qual, simbolicamente (e não materialmente, como no caso francês), estavam presentes as figuras mais emblemáticas da nação. Nesse sentido, respeitados os limites deste trabalho, caberá pensar sobre o viés de inserção da figura de Machado de Assis no âmbito do “panteão cívico” intentado pelo estado republicano, i.e., caberá refletir sobre quais enquadramentos incidiram para que se efetuasse, a partir da ritualística fúnebre (funerais, necrografias etc.), a sua incorporação aos vultos nacionais.³

Se os aspectos mais reconhecidamente políticos e ideológicos são relativizados nesse processo – coisa que beneficia o autor de *Dom Casmurro*, já que sua figura era reconhecida pela postura política absenteísta, desinteressada e apartidária –, outras características, nomeadamente as contribuições à “civilização como um empreendimento moral ou técnico”,⁴ é que atuarão como balizadoras dessa dinâmica de incorporação de elementos cívicos. Esse enquadramento é de suma importância, visto que caracteriza a exemplaridade do morto, ou seja, evidencia as “virtudes cívicas” que são mobilizadas como justificativa para a transposição simbólica do morto para o panteão da nação. Como esclarece Fernando Catroga, ao falar dos funerais setecentistas:

¹ Poema lido na sessão de 31 de junho de 1905 da ABL. Nesta sessão, foi recebido o então eleito Sousa Bandeira e realizada uma homenagem a Machado de Assis. Nela, foi entregue o ramo do carvalho de Tasso, colhido em Roma e remetido ao presidente da ABL por esforço de Joaquim Nabuco. O poema foi recolhido por Graça Aranha. Cf. ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. São Paulo: Monteiro Lobato & Editores, 1923, p. 213.

² Cf. Parte III, cap. 1. Ritualizar o tempo, eternizar os mortos.

³ Sobre funerais cívicos e “politeísmo cívico” conferir a próxima parte deste trabalho: Parte IV, cap. 1. Ritualizar o tempo, eternizar os mortos.

⁴ GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 157.

Neste reino de ilusão ucrônica, o dilatamento da sobrevivência está dependente, não tanto da grandeza material e simbólica dos traços do morto, mas mais de um julgamento póstumo, baseado numa escala de méritos decorrente da construção da sua exemplaridade como antepassado; ou seja, do presumível contributo que o finado terá dado para a consolidação de uma família, para o prestígio de um lugar, para o progresso de uma associação, de uma classe, de um ideário, de uma Nação, da Humanidade.⁵

Conquanto as contribuições de parte significativa dos figurantes do panteão republicano já estejam mapeadas, inclusive contribuições do próprio Machado de Assis,⁶ cabe, todavia, ainda especificar e contextualizar elementos outros, aparentemente secundários, mas não de somenos importância. Em ampla medida, sugerimos que o viés de consagração cívica de Machado de Assis, i.e., a contribuição à “civilização” que tornou possível a sua incorporação aos grandes vultos nacionais, encontra-se tanto na sua produção literária (materializada na obra monumental e no prestígio de que gozava) como também, e conseqüentemente, no culto sistemático do vernáculo.⁷ Não por acaso, Salvador de Mendonça, ainda em 1905 – no poema em epígrafe – insiste que, no futuro, quando os pósteros louvassem “o estilo simples, lúcido e fluente” de Machado de Assis, todos saberiam porque esse escritor tão estranho – e ao mesmo tempo tão especial – foi consagrado por seus contemporâneos “dentre os crentes, o crente”.

O predicado patriótico

Dizer, com João Felipe Gonçalves, que Machado de Assis foi consagrado como o “chefe incontestado da literatura brasileira”,⁸ embora correto por ser expressão coetânea (presente na pena amiga de Sousa Bandeira),⁹ não esclarece suficientemente as especificidades da retórica cívica mobilizada por ocasião dos funerais machadianos; além disso, essa fala (mesmo coeva) pode fortalecer um olhar retrospectivo que, partindo do lugar que Machado de Assis ocupa hoje na história da literatura brasileira, supõe-no ocupando lugar similar em seu tempo.¹⁰ Dentro dessa

⁵ CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010, p. 178.

⁶ “Oswaldo Cruz teria sido um herói da civilização brasileira contribuindo para o respeito das outras nações pelo Brasil ao livrá-lo da febre amarela e sanear a capital. Joaquim Nabuco também teria sido um exemplo de ‘bem servir à humanidade e à Pátria’. O cadáver de Floriano Peixoto era descrito como ‘reliquia sagrada da república’, Machado de Assis era o ‘chefe incontestado da nossa literatura’, ‘o primeiro homem de letras que o Brasil tem produzido; em Afonso Pena a nação teria perdido ‘um dos seus mais dignos filhos e um dos seus mais dignos guias’”. GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa. *op.cit.*, p. 135-161, 2000, p. 151.

⁷ Para João Felipe Gonçalves, “cada um desses indivíduos era aliás tido como materialização de uma ideia, valor ou instituição. Eles davam literalmente um corpo a noções abstratas que os sobreviventes queriam celebrar. Pinheiro Machado era a Ordem; Rodrigues Alves, a Conciliação; Rui, a Liberdade e o Direito; Machado de Assis, a Literatura; Oswaldo Cruz, a Ciência; Rio Branco, o Território etc.”. GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa. *op.cit.*, 2000, p. 152.

⁸ GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa. *op.cit.*, p. 135-161, 2000, p. 151.

⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

lógica, e por um lado, a conversão de Machado de Assis em símbolo nacional pode parecer (e é em um certo sentido) coerente: este autor era não apenas um funcionário público eficiente e uma figura literária destacada – pelas obras publicadas e pelos literatos que, tal qual mestre, amigavelmente tutelou – como também foi o presidente da mais prestigiada instituição literária do país, a Academia Brasileira de Letras (ABL). Por outro lado, entretanto, um olhar mais detido nas contingências da vida, no desenvolvimento e recepção da obra e na circunstancialidade da morte, ocorrida em setembro de 1908, sugerem que a inserção da figura de Machado de Assis no panteão cívico republicano não operou de modo espontâneo, prescindindo de uma ação determinada (e determinante) daqueles que – dentro ou fora das instâncias de legitimação – visualizaram na consagração machadiana tanto um ato de justiça, amor e amizade como um prestígio que, de algum modo, se espraia por boa parte da intelectualidade nacional.¹¹

Em ampla medida, o esforço deste e de outros capítulos não é desconstruir ou menosprezar a aura de grande escritor que àquele tempo já gozava o autor de *Esau e Jacó*: como destaca Sílvio Romero, “nenhum escritor neste país recebeu jamais em vida tantas provas de admiração, de preito, de louvor, de glória” como Machado de Assis.¹² No entanto, é preciso compreender o movimento de consagração machadiano, especialmente a sua construção cívica, dentro dos parâmetros rituais, simbólicos, imagéticos, afetivos e existenciais disponíveis à época e, para além disso, em se tratando de um escritor, levando em conta os paradigmas críticos de recepção.

Nesse sentido, se, como destaca João Felipe Gonçalves, a consagração é menos derivado do mérito pessoal e mais da forma com que o sujeito louvado é visto e valorizado por certos agentes de consagração,¹³ vale a pena um olhar crítico em relação aos modos pelos quais Machado de Assis foi, em seu tempo e para além dele, recebido e apreciado.¹⁴ Assim, pode-se dizer que nem a atuação como funcionário público nem tampouco a obra (no sentido dos temas desenvolvidos) parecem justificar, por si mesmas, e de um ponto de vista cívico, a consagração machadiana. Quer dizer, esses elementos parecem insuficientes para que Machado de Assis, em “juízo póstumo,

¹¹ Cf. Parte IV, cap. 2. Preâmbulos da imortalidade.

¹² ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897, p. 3.

¹³ GONÇALVES, J. F. “As Imponentes Festas do Sol: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em - 1918”, in Estudos históricos sobre Rui Barbosa/ Isabel Lustosa... [et al.]. - Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 151.

¹⁴ Cf. Parte I, cap. 2. Um olhar necrológico, Parte II, cap. 1. A última flor do Lácio, cap. 2. Língua, estilo e nação e Apêndice. As faces de Calabar.

baseado numa escala de méritos decorrente da construção da sua exemplaridade como antepassado”,¹⁵ fosse elevado à categoria de símbolo da nação.

A obra, embora brilhante – como atestam vários comentadores –, era vista com certa precaução, uma vez que causava, em muitos contemporâneos, estranhamento e incompreensão.¹⁶ O funcionário Machado de Assis, assíduo e exemplar, mas organicamente vinculado ao período monárquico, também precisou lidar com a conjuntura política, defendendo-se da acusação de ser um monarquista que, dentro do funcionalismo público republicano, trabalhava contra o novo regime.¹⁷ Além disso, segundo vários de seus contemporâneos, Machado de Assis teria se engajado pouco nos momentos definitivos da vida pública brasileira – Abolição e República –, causando, em amigos e inimigos, a impressão de descaso e desinteresse.¹⁸

Como destaca Magalhães de Azeredo, ao confessar-se surpreso com as manifestações promovidas durante os funerais machadianos, o autor em tela “não era o que se pode denominar um escritor patriótico: exteriormente, intencionalmente patriótico, bem entendido”.¹⁹ O patriotismo machadiano, segundo o diplomata, mais se aproximava daquele “modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade”, que Machado visualizava em Alencar.²⁰ Portanto, o patriotismo machadiano, embora intuído por muitos, não se apresentava, aos olhos dos contemporâneos, de modo explícito nas temáticas desenvolvidas na maior parte dos seus livros.

Certamente, a atuação no Ministério da Agricultura, sobretudo o engajamento na aplicação da Lei do Ventre Livre e a presença na equipe que escreveu a Lei Áurea, sem falar na grandiosidade do nome, objeto já “de uma reverência e admiração gerais, que nenhum outro romancista ou poeta brasileiro conheceu em vida, antes e depois dele”,²¹ não passaram despercebidas pelos contemporâneos. No entanto, mesmo que para o “politeísmo cívico” importasse sobremaneira a pretensa “contribuição”, era preciso ter claro qual era a influência dessa contribuição para com o desenvolvimento moral ou técnico da nação; de outro modo, toda a simbologia cívica caía no vazio. A falta de reconhecimento patriótico em Machado de Assis, ou a

¹⁵ CATROGA, F.. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *op.cit.*, 2010, p. 178.

¹⁶ Cf. Parte I, cap. 2. Um olhar necrológico.

¹⁷ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

¹⁸ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

¹⁹ Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

²⁰ *Idem.*

²¹ CÂNDIDO, A.. Esquema de Machado de Assis. In: Vários escritos, São Paulo: Duas Cidades, 1970, p. 16.

“negação do nacional” em sua obra por uma parte considerável da crítica que lhe foi coetânea,²² coloca o problema suplementar de compreender como um escritor sem um evidente predicado patriótico (ou mobilizando uma “brasilidade que prescindia de marcas externas”, como diria Roberto Schwarz),²³ pôde ser, naquele começo de século, elevado às alturas de símbolo da nação.

Nesse sentido, como aponta José Barreto Filho, “não deixa de ser estranha, à primeira vista, a posição privilegiada de Machado de Assis na história das nossas letras”, uma vez que “escritores mais populares, mais ‘nacionais’, não puderam alcançar esse prestígio”.²⁴ A “apoteose que foi o seu enterro, coisa desconhecida entre nós em relação a intelectuais”, aparece assim como uma espécie de contradição: “como podia ocorrer que esse aristocrata do espírito, esse anti-demagogo, esse retraído, recebesse semelhante consagração?”.²⁵ Para o crítico, “tudo o que se tem escrito e meditado fica aquém desse fascinante segredo que a vida, tão simples e tranquila, e a obra, tão equilibrada e medida, parecem conter”.²⁶ Se se trata de compreender o estabelecimento de Machado de Assis como “norma reguladora para a inteligência e para a sensibilidade brasileira”, i.e., como o centro em que se fixou “toda a nossa história intelectual”,²⁷ mantem-se, em ampla medida e para muitos estudiosos, o segredo ou pelo menos a surpresa de tão excêntrico escritor; no entanto, se se trata de analisar os funerais machadianos, e a especificidade das práticas e da retórica mobilizada naquele contexto, pode ser que alguns caminhos interpretativos, em especial os que se concentram na questão da língua, ajudem a iluminar ângulos inexplorados desse evento.

Machado de Assis e Euclides da Cunha: modalidades de inserção cívica

É justamente o patriotismo, consolidado na obra literária (e na atuação profissional como engenheiro), o argumento central nos funerais do escritor Euclides da Cunha – morto cerca de um ano depois do falecimento de Machado de Assis. Segundo Regina Abreu, para os euclidianos,

²² Analisando a crítica que se consolidou em escritores como Araripe Júnior, José Veríssimo e Sílvio Romero, Alcantara Filho sugere que, “nesse ambiente, a literatura de Machado parecia pouco propensa a representar a nação. Os temas e maneiras de ver a arte literária não encontraram nele o escoadouro mais propício. Foi lida, dessa forma, em geral pela ausência, pela falta de elementos nacionais ou contemporâneos” (p. 44). Cf. ALCÂNTARA FILHO, W. A.. Da negação do nacional ao nacional negativo: a crítica sobre Machado de Assis (do oitocentos ao contemporâneo). Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.. – 2017.

²³ SCHWARZ, R.. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012 (2ª edição), p. 10.

²⁴ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2014, p. 12.

²⁵ *Idem*, p. 197.

²⁶ *Idem*, p. 197.

²⁷ *Idem*, p. 197.

o autor de *Os Sertões* era “um ícone da nacionalidade, e é sua história exemplar enquanto modelo e experiência de civismo que importa[va] transmitir”.²⁸

Como diria Alceu Amoroso Lima, e depois dele Cassiano Ricardo,²⁹ não teria sido para o povo, “e sim pelo povo, que Euclides escreveu. Ao passo que Machado escreveu para si e pelo homem”.³⁰ O movimento que consagrou o autor de *Contrastes e Confrontos* o destacou, assim, a partir da “referência ao ‘homem do interior’ que foi Euclides, ‘o sertanejo’, voltado não apenas para o ‘Brasil periférico’, mas principalmente para o ‘Brasil dos sertões’”.³¹ Esses seriam elementos importante sobretudo a partir da década de 1870, quando, com o surgimento da chamada “nova geração”, vários críticos e literatos, embasados em um arsenal científico, passaram a defender que a “literatura devia estar à serviço da ‘realidade nacional’, e os escritores regidos por novos critérios de consagração, pautados por crítica moderna e científica”.³² No âmbito dessa crítica, a obra de Euclides da Cunha foi legitimada como o “símbolo de uma proposta de literatura científica, [e] só foi destronado no final dos anos [19]30”.³³

Nesse sentido, segundo Regina Abreu, “o autor do primeiro grande clássico brasileiro passaria a ser cultuado enquanto herói, mártir e santo”.³⁴ Desse modo, “se os funerais de Victor Hugo, em 1885, assinalaram na França a entronização dos escritores no panteão dos grandes homens da nação, no Brasil, foram os funerais de Euclides da Cunha”, segundo a pesquisadora euclidiana, “que marcaram o culto a um escritor não apenas como grande homem, mas como herói nacional”.³⁵ Todavia, pode-se argumentar que a comparação entre os funerais de Machado e Euclides “deixa dúvidas sobre a afirmativa de que Euclides da Cunha teria sido o grande inaugurador do ‘culto ao escritor como mártir nacional’, tendo em vista a importância conferida pelo governo republicano aos funerais de Machado de Assis”.³⁶

²⁸ ABREU, R. M. R. M.. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 205-230, 1994, p. 226.

²⁹ Algumas das críticas de Cassiano Ricardo a Machado de Assis são analisadas em SALLA, T. M.. O Estado Novo e as críticas a Machado de Assis na primeira metade dos anos 1940. MACHADO DE ASSIS EM LINHA, v. 5, p. 83-101, 2012.

³⁰ LIMA, A. A.. Três Ensaio sobre Machado de Assis. Rio de Janeiro, p. Bluhm, 1941, p. 53.

³¹ ABREU, R. M. R. M.. O enigma de Os Sertões. Rio de Janeiro : Funarte : Rocco, 1998, p. 291.

³² *Idem*, p. 262.

³³ *Idem*, p. 262.

³⁴ *Idem*, p. 281.

³⁵ *Idem*, p. 281.

³⁶ MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do império à república. TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 22, p. 260-282, 2016, p. 277-8.

De qualquer forma, se parece apressado insistir “que é com Euclides da Cunha que tem início o culto do escrito como mártir nacional” –³⁷ uma vez que em vários necrológios Machado de Assis aparece como uma espécie de herói e mártir, tendo sofrido, ele também, pelas letras pátrias –, parece acertado dizer que Euclides da Cunha, ao contrário de Machado de Assis, mereceu “um culto organizado e de longa duração”.³⁸ Ao passo que a memória de Machado de Assis se enfraquece nos anos seguintes ao da sua morte, só ganhando força novamente a partir da década de 1930, a memória de Euclides da Cunha continuou viva, atingindo o ápice justamente no Período Vargas. Para Regina Abreu, nesse sentido, “imbuídos da missão de manter viva a chama euclidiana, [vários] intelectuais agiriam como verdadeiros sacerdotes divulgando a palavra do mestre. Nunca antes, no país, um escritor teve tantas pessoas a seu serviço”.³⁹

O caráter mais organizado e sistemático das manifestações em favor da memória de Euclides da Cunha talvez tenha que ver com o fato de que a literatura euclidiana tem como um dos seus pilares a busca, ou mesmo a descoberta, de um “Brasil periférico”, mas real que o Brasil dos “neurastênicos do litoral”, o que, em alguma medida, fez desse autor “um ícone da nacionalidade”.⁴⁰ Para Cassiano Ricardo, Euclides da Cunha liderava os intelectuais que estavam “preocupados com os problemas do nosso *hinterland*”.⁴¹ Machado de Assis, por outro lado, seria o líder dos que sofriam da “hemiplegia do litoral”.⁴²

De certo modo, só tardiamente Machado de Assis teve melhor identificados em sua obra os elementos do que ele mesmo havia chamado, em uma crônica, de o “Brasil real”. Nessa perspectiva, que a obra de Euclides da Cunha tenha sido, pelo menos até meados do século XX, melhor apreciada que a de Machado de Assis (sob o prisma da nacionalidade), não causa estranheza. Até que as universidades assumissem o papel de “interpretar o Brasil”, essa era uma função importante da literatura; e Euclides da Cunha certamente estava entre os autores que melhor assumiram essa tarefa. Desse modo, segundo Douglas Attila Marcelino, ao contrário de Euclides da Cunha – “exaltado como cientista e por seu espírito republicano, revelador das agruras

³⁷ ABREU, R. M. R. M.. O enigma de Os Sertões. *op.cit.*, 1998, p. 281.

³⁸ *Idem*, p. 281.

³⁹ *Idem*, p. 304.

⁴⁰ ABREU, R. M. R. M.. Entre a nação e a alma. *op.cit.*, 1994, p. 226.

⁴¹ ABREU, R. M. R. M.. O enigma de Os Sertões. *op.cit.*, 1998, p. 342.

⁴² *Idem*, p. 342.

do povo brasileiro, que era redescoberto em sua verdadeira identidade, humilde e sertaneja” –, Machado teria sido “consagrado de forma mais estrita por sua atividade literária”.⁴³

Em ampla medida, há, nos funerais e na retórica cívica machadiana, um movimento que visava consagrá-lo como “homem de letras puro”. Sem dúvida alguma, esse é um aspecto importante, uma vez que aponta a percepção crescente de que os artistas, de maneira geral, começavam a ser reconhecidos por suas contribuições, estritamente vinculadas à esfera abstrata da arte, à nação; e os funerais machadianos são centrais nesse movimento de transformação. Graça Aranha, por exemplo, no livro em que reúne a correspondência de Machado de Assis e Joaquim Nabuco, comenta: “os brasileiros já começavam a admirar em Machado de Assis o puro escritor, o desinteressado espírito, para quem a Arte tinha o seu fim em si mesma”.⁴⁴ Como todo começo, entretanto, este também tinha seus matizes e, nesse sentido, a pureza do “homem de letras”, descendo do mundo das idealidades, ainda precisaria trazer o lastro do patriotismo. Desse modo, percebe Graça Aranha que o “culto secreto e restrito [a Machado de Assis] tornou-se claro, luminoso, embora absurdo, porque entre o que se convencionou chamar de alma brasileira e Machado de Assis não havia afinidade evidente ou sutil”.⁴⁵

Embora a retórica cívica em torno de Machado de Assis fartamente se concentre no ideal do “homem de letras puro”, o caráter “estrito” da sua atividade literária não era, como sugere o autor de *Canaã*, auto evidente: muitos contemporâneos louvaram a dedicação total de Machado de Assis à literatura (a arte como fim em si mesma), mas, igualmente, tantos outros criticaram, justamente, o descolamento dessa literatura da vida da nação. Assim, a literatura machadiana, se causava identificação (sobretudo entre os amigos íntimos e os companheiros das rodas literárias), também causava estranheza e desconforto (como deixar ver o comentário de um periódico, que insiste, como citado anteriormente, que quem lesse a obra machadiana sem conhecer, entretanto, o escritor na intimidade, “teria a impressão de um homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser”).⁴⁶ Portanto, mesmo que a retórica do grande escritor, louvado civicamente por sua produção literária, estivesse em curso – como nos funerais de Vitor Hugo e, de certa forma, nos funerais de Euclides da Cunha –, e talvez justificasse (como, em alguma medida, certamente

⁴³ MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, 2016, p. 277.

⁴⁴ ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. *op.cit.*, 1923, p. 91.

⁴⁵ *Idem*, p. 91.

⁴⁶ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

justifica) a consagração machadiana, faltava a este autor alguma coisa para além ou aquém da sua literatura e do prestígio institucional como presidente da ABL, i.e. algo que compensasse, de um ponto de vista cívico, a distância para com a “alma brasileira”.

Sem levar em conta os comentários azedos de Hemetério José dos Santos – que talvez sintetizem uma corrente de crítica subterrânea –, pode-se dizer que o estranhamento de figuras amigas, como Graça Aranha e Magalhães de Azeredo, para com a grandiosidade dos eventos fúnebres machadianos tinha como pressuposto a opinião (compartilhada ou combatida por muitos, pelo menos desde a publicação do *Estudo Comparativo de Literatura Brasileira*, por Sílvio Romero) de que carecia a Machado vínculos mais estreitos com as questões nacionais. Entretanto, se do ponto de vista da obra ainda não havia consenso sobre a dimensão do patriotismo machadiano (questão que permaneceria em aberto por muitos anos), talvez tenha sido a língua – elemento importante de nacionalidade, mas menos evidente do que um livro que tematiza “os problemas do nosso *hinterland*” – o marcador que, junto com as outras virtudes, possibilitou o enquadramento, com o apoio do Estado e de parte da sociedade, de Machado de Assis como uma figura cívica.

A Academia de Letras e os beneméritos da pátria

O carácter excepcional de Machado de Assis o tornava, para alguém como Joaquim Nabuco, uma “palmeira solitária em meio ao oásis”. Embora críticos como José Veríssimo (1857-1916) enxergassem na excepcionalidade deste escritor uma virtude; outros, como Romero, diziam não compreender Machado de Assis como “um escritor à parte e um poeta à parte em nossa literatura”,⁴⁷ sobretudo quando, para o crítico sergipano, “não se demonstra[va] a genialidade inovadora do poeta e do escritor”.⁴⁸ Para Romero, “apesar da justa admiração e legítima estima que lhe têm geralmente os poetas, artistas da escrita e homens de letras”, a influência de Machado de Assis era nula em nossa literatura: “nunca fez escola, nunca foi popular, mesmo no bom sentido

⁴⁷ ROMERO, S. Poesias completas. Estudos de literatura contemporânea: (edição comemorativa). Organização, Luiz Antonio Barreto. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 307.

⁴⁸ *Idem*, p. 307.

da palavra e do fato”.⁴⁹ Ainda que o posicionamento de Sílvio Romero arrefeça nos anos seguintes à publicação do *Estudo Comparativo de literatura brasileira*, a percepção do crítico parece continuar a mesma, uma vez que, em 1901, ele assevera que não “seria difícil provar não ser a fama do autor das *Falenas*, no Estados brasileiros em geral, por demais extensa, como demais extensa não é ela entre o maior número dos leitores fluminenses”.⁵⁰

É fora de dúvida que Machado de Assis foi reconhecido e admirado em seu tempo. Como destaca Lucia Miguel Pereira, Machado “não era somente benquisto dos amigos; era quase uma glória oficial, sentia sobre si a curiosidade dos fregueses da livraria, a admiração respeitosa dos jovens escritores”.⁵¹ Segundo Modesto de Abreu, uma biblioteca pública em Itajubá, em 1883, teria ganhado o nome de Machado de Assis, coisa que provaria a repercussão do nome do autor naquela sociedade.⁵² No entanto, como parece sugerir Romero, o reconhecimento seria, em alguma medida, tributário das relações que Machado de Assis havia construído no campo das letras durante toda a sua vida. Para o literato de Sergipe, teriam sido os amigos quem “levantaram sobre os ombros o inigualável mérito, o incalculável valor do mestre, no intuito, consciente ou inconsciente, de aproveitaram também o brilho de alguns dos raios do grande astro”.⁵³ Múcio Teixeira, nesse mesmo sentido, afirma que Machado era “falado dentro do pequeno grupo de seus amigos de última hora, pois que os do tempo antigo o deixaram em paz e às moscas, cansados de suportar-lhe os lamentos de epilético larvado”.⁵⁴ Lúcia Miguel Pereira, se reconhece o prestígio machadiano, insiste porém que “se nunca foi, como não é e nunca será, um escritor de grande público, Machado de Assis se impôs desde o Braz Cubas à admiração dos letrados”.⁵⁵ É esta, como veremos, a opinião do cronista “Tic. Tac.”, que insistia ser a apoteose de Machado de Assis “um movimento de intelectuais”, em que “foram as letras oficiais e oficiosas que prestaram culto ao talento, ao caráter e ao trabalho”,⁵⁶ e não necessariamente o povo.

⁴⁹ ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 4.

⁵⁰ ROMERO, S. Poesias completas. *op.cit.*, 2002, p. 305.

⁵¹ PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936, p. 248.

⁵² ABREU, M.. Biógrafos e críticos de Machado de Assis. Rio de Janeiro : Academia Carioca de Letras, 1939, p. 86-7.

⁵³ ROMERO, S.. Poesias completas. *op.cit.*, 2002, p. 306.

⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 241.

⁵⁵ PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. *op.cit.*, 1936, p. 201.

⁵⁶ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

A opinião de alguns pósteros e contemporâneos, portanto, era a de que reconhecimento machadiano, malgrado a monumentalidade da obra, era tributário das relações cordiais construídas em quase meio século de atuação no cenário literário, cujo ápice foi a presidência da ABL. Nesse sentido, e em um primeiro momento, o reconhecimento institucional da ABL, assim como a mentalidade propagada por esta instituição, parecem ter, melhor que outros aspectos, cumprido um papel fundamental no processo de içamento cívico da figura de Machado de Assis; sobretudo porque, quando da morte do autor, a Academia já havia se tornado uma instituição “que é quase um estabelecimento do Estado”, como diria Oliveira Lima.⁵⁷

A dimensão pretensamente “apolítica” – cara, embora não necessária, à lógica do “politeísmo cívico” – foi um dos elementos constitutivos da cartilha política/literária adotada pela ABL. Como demonstra João Paulo Rodrigues, a Academia mobilizou, desde o primeiro discurso do seu presidente, o pressuposto de que, contra a política beligerante do regime republicano, reinaria no âmbito da instituição a paz e a conciliação. Machado de Assis queria, nesse sentido, “que o rumo da vida intelectual na Academia, na base da união, fosse mais calmo e consensual do que as divisões causadas pela descentralização na vida pública do país”.⁵⁸ Os acadêmicos, respondendo a esse ímpeto, deveriam propagar “a neutralidade do artista e de sua criação”, uma vez que ela permitia aos literatos ocupar “um lugar privilegiado, uma nova identidade, que não deveriam ser atrapalhadas pelas lutas fratricidas que envolvia a política”.⁵⁹

A neutralidade professada não foi efetivamente adotada, mas sutilmente dissimulada enquanto Machado de Assis, e o seu grupo, comandaram a instituição. Depois da morte dessas figuras, a dimensão mais assumidamente política se explicitou, culminando na eleição de personalidades sem obra e sem ligação orgânica com o mundo das letras. Seja como for, o importante é que, purgados os aspectos considerados “maus” da sua literatura e personalidade pela *retórica da purificação*, “ele era encarado pelos colegas como um modelo de sucesso, como perfil puramente literário, de trabalho constante e dedicado em prol da atividade literária no Brasil”.⁶⁰

O pressuposto presente era o de que a literatura era a mais alta expressão do espírito humano e, conseqüentemente, se os literatos se unissem na elevação deste ideal e

⁵⁷ Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

⁵⁸ RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 62.

⁵⁹ *Idem*, p. 45.

⁶⁰ *Idem*, p. 60.

conseguissem assegurar uma posição de prestígio e destaque que lhes permitisse erigir um panteão das nossas glórias literárias do passado e do presente (os imortais já mortos e os ainda vivos, ou seja, os próprios acadêmicos), as letras se legitimariam como parte imprescritível da nossa formação e tradição enquanto nação culta e civilizada.⁶¹

Do ponto de vista da ABL, a consagração de Machado de Assis, mesmo antes da sua morte, era a consagração de quem, por meio da sua atividade literária, teria conseguido construir um “perfil puramente literário”. A literatura, “a mais alta expressão do espírito”, seria assim um elemento imprescindível na formação do Brasil como “nação culta e civilizada”. Desse modo, Machado de Assis sintetizava, e buscou sintetizar, especialmente a partir da sua imagem acadêmica, a figura do autor distanciado do mundo da política, intervindo pouco, interessado no desenvolvimento das letras “enquanto instrumento de elevação espiritual, tanto dos próprios literatos quanto da nação”.⁶² O esforço da ABL era, portanto, “legitimar” essa contribuição aos olhos do Estado e da sociedade, i.e., era, nas palavras de Arthur Azevedo, “convencer os poderes públicos de que também os escritores podem ser beneméritos da pátria”.⁶³

Todavia, o reconhecimento por parte do governo e da sociedade de modo geral era o reconhecimento do ideal de homem de letras puro propagado pela ABL e pelo seu presidente? Em 1897, quando o núcleo fundador da ABL buscou-se associar-se ao Estado, este recusou apoio tanto porque a “neutralidade política” dos acadêmicos era difícil de se sustentar (como o foi na prática) como também porque o retorno simbólico para o Estado era considerado diminuto: apenas um ligeiro reconhecimento de que o Estado se preocupava com as Letras. Nesse sentido, o engajamento do Estado nos funerais machadianos, em 1908, parece, de fato, testemunhar um outro momento. O Estado parecia mais disposto a reconhecer os escritores como “beneméritos da pátria”, i.e., como sujeitos que efetivamente contribuía para com o desenvolvimento da nação. No discurso que pronunciou no enterro de Machado de Assis, o Ministro da Justiça, Tavares de Lyra (1872-1958), assim expressou-se:

Resta, entretanto, a todos nós, que admiramos a sua obra fecunda, a todos nós que conhecemos a influência decisiva que exerce e exercerá ainda por muito tempo nas letras pátrias, perpetuar em momento duradouro sua inesquecível memória.⁶⁴

⁶¹ *Idem*, p. 88.

⁶² RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras. *op.cit.*, 2003, p. 88.

⁶³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Machado de Assis exerceu, e exerceria ainda, uma “influência definitiva” nas letras pátrias: esta era a sua contribuição à nação. Para além do caráter abstrato, e de contorno retórico, do “homem de letras puro” – que certamente cumpriu uma função importante nesse momento –, parece existir uma contribuição mais efetiva do ponto de vista da nacionalidade que, atualizada pelas novas gerações, faria com que tivesse continuidade a monumental obra machadiana. A “pureza” do homem de letras estava vinculada, sobretudo, a uma abstenção da vida política partidária e fratricida da República – ideário presente tanto na ABL quanto no próprio Machado de Assis –, mas, parece, não necessariamente implicava em uma literatura que não deixasse ver, de alguma forma mesmo superficial, a questão do desenvolvimento da nacionalidade.

Não se trata de negar que os contemporâneos não enxergassem na obra machadiana elementos patrióticos ou nacionais; ou mesmo que a própria monumentalidade da obra já não testemunhasse em favor do patriotismo do homem. Como destaca Hélio de Seixas Guimarães, tanto havia aqueles que, sem deixar de ver importância universal, enfatizavam “a dimensão nacional da obra e sua capacidade de tratar criticamente das questões locais, como fez Araripe Júnior”, como também “aqueles que enfatizam o caráter universal das questões tratadas por Machado, para os quais as questões locais, ainda que presentes, são secundárias”.⁶⁵ No entanto, a dificuldade mesma de identificar, no âmbito dos parâmetros críticos da época, quais eram esses aspectos e como eles se articulavam com a vida da nação, constringia, consideravelmente, a figura machadiana – em especial quando analisada sob o prisma restrito de um tipo engajado de nacionalidade (perspectiva que, prestigiada nesse contexto, acabou legitimando a obra de Euclides da Cunha). Assim, mesmo que já estivesse em curso a percepção das letras como uma esfera específica da vida pública e, conseqüentemente, identificada a sua potencialidade cívica, essa retórica ainda esbarrava nas contradições provocadas por uma figura absolutamente central, mas estranha, como Joaquim Maria Machado de Assis.

Levando-se em conta apenas os aspectos formais dos funerais e a importância do “ideal de homem de letras puro” propagado pela Academia Brasileira de Letras, o lugar de Machado de Assis no panteão cívico republicano parece ser, naturalmente, o de “chefe incontestado da literatura

⁶⁵ GUIMARÃES, H. S. Machado de Assis, o escritor que nos lê. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 52.

brasileira”. Todavia, articulada essas dimensões à recepção crítica, que evidencia a figuração de Machado de Assis como “autor de exceção”, essa consagração coloca problemas peculiares.

O lugar de Machado de Assis (1910-1920)

Aqui, portanto, volta o problema: que influência seria a da obra, qual seria o “legado precioso”, o “tesouro que devemos carinhosamente guardar e transmitir aos nossos filhos com todas as recomendações para que continuem a estimá-lo”, como diria Arthur Azevedo.⁶⁶ Essa obra, como já notamos, embora louvada, era vista com receio: os aspectos mais destacados eram o pessimismo e o humorismo. Alcides Maya, considerado o autor do primeiro estudo crítico póstumo sobre Machado de Assis, estuda justamente o humor (que, todavia, foi uma tópica recorrente na recepção crítica machadiana em muitos momentos); para o escritor gaúcho, nesse sentido, Machado de Assis era reconhecido “pela filosofia, pelo estilo, pela técnica dos seus livros, pela visão tragicômica do mundo, pelo agror de crítica humana, pelo incisivo do escárnio indireto, pelo talento no exhibir a sandice, pelo poder de irrisão e pela tristeza oculta no ataque”.⁶⁷

De certo modo, para Meyer, a obra de Maya importa sobretudo porque “foi a partir desse estudo que Machado de Assis o complexo, Machado de Assis o sombrio e sutil começou verdadeiramente a crescer noutras direções, perdendo o cheiro a incenso e o ar acadêmico e oficial em que o haviam embalsamado”.⁶⁸ Assim, ao focalizar o humorismo machadiano, Maya começava a evidenciar – objetivamente, em um livro de crítica – as veredas mais sórdidas da obra de Machado. Para Guimarães, o perfil oficial (que Meyer atribui ao “sentimentalismo” dos amigos) ganharia força com a publicação, por Alfredo Pujol, do *Curso Literário em Sete Conferências* – livro no qual o jornalista teria procurado “neutralizar a dimensão inquietante e a carga de negativismo que Alcides Maya apontou na obra, inventando a imagem do escritor piedoso”.⁶⁹

Se, por um lado, é nesses livros que a leitura purificada e oficial (de Alfredo Pujol) e a que evidencia os aspectos sombrios (de Alcides Maya) começaram a se cristalizar (ganhando a materialidade do livro); por outro, temos insistido que esse debate, com quase os mesmos traços,

⁶⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, O Paiz.

⁶⁷ MAYA, A.. Machado de Assis: algumas notas sobre humor. 3ª ed. rev. – Porto Alegre: Movimento / Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2007, p. 23.

⁶⁸ MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. Apresentação Alberto da Costa e Silva. 4ª ed. - Rio de Janeiro : José Olympio, ABL, 2008, p. 75.

⁶⁹ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 78.

já estava acontecendo na imprensa no momento da morte de Machado de Assis: tanto a imagem do “escritor piedoso” como a do “pessimista inescrupuloso” foram mobilizadas, de modo mais ou menos direto, pelos comentadores ainda setembro de 1908. Portanto, a *retórica da purificação*, naquela altura, já estava reagindo (sob o argumento de um conhecimento íntimo) contra o negativismo da obra, que Alcides Maya captou na atmosfera geral da recepção.

Ainda nesse sentido, pode-se dizer que o humorismo, destacado nesse momento como o grande traço, foi visto por muitos como uma espécie de filiação de Machado de Assis a uma literatura estrangeira, notadamente britânica (e não francesa, como convencional); o que muitas vezes acabou fortalecendo a leitura do “nacional negativo” em sua obra. Por isso, lamentava Alcides Maya que a obra machadiana viesse sofrendo “repetidos ataques da crítica nacionalista, que a acusa de se não inspirar em fonte sociológica brasileira, preferindo à pintura de usos e costume e de tipos locais, nossos, expediente verbais de um humorismo copiado de estranhos”.⁷⁰ O crítico gaúcho, ao sugerir que o humor não era característica exclusiva dos “homens do norte”, buscava, justamente, rebater a percepção de Machado como escritor alheio às questões brasileiras, que rapidamente se cristalizava no imaginário sobre o escritor fluminense.

Em ampla medida, portanto, as fissuras na consagração de Machado de Assis (fissuras que se revelavam, por exemplo, na necessidade dos coetâneos de rebaterem, a partir de um conhecimento íntimo, críticas potenciais ou reais) provocaram tanto a percepção de que se tratava de um ato de justiça (era o maior escritor, presidente da ABL), como também a opinião de que essa consagração era, a um só tempo, um tanto absurda, porque, para muitos comentadores, carecia ao sujeito então encimado elementos típicos de uma suposta “alma brasileira”, como diria Graça Aranha. Como a *retórica da purificação* parece ter mais efetividade nos momentos quentes da recordação (morte, aniversários etc.),⁷¹ na medida em que ela foi perdendo eficácia, nos anos seguintes, as críticas que, já durante os funerais constroem a consagração, se explicitaram; e

⁷⁰ MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 90.

⁷¹ Thiago Mío Salla destaca a “circunstancialidade” do engajamento do estado em 1939, uma vez que, a partir de 1940, elementos do estado começam a destacar outra vertente da crítica machadiana, mais centrada no suposto absentismo e na falta de “cor local” da sua literatura, em um movimento que, com Cassiano Ricardo (1895-1974), contrapõe Machado de Assis à Euclides da Cunha. Cf. SALLA, T. M.. O Estado Novo e as críticas a Machado de Assis na primeira metade dos anos 1940. MACHADO DE ASSIS EM LINHA, v. 5, p. 83-101, 2012.

tiveram que lidar, elas também, com as contradições de “uma obra propositiva e construtiva, [mas] constituída principalmente sobre negativas e ruínas”.⁷²

Nesse sentido, se, para Alcides Maya, como para outras figuras amigas,⁷³ o pessimismo machadiano “era impulso de um bom ante a crueldade”,⁷⁴ para Alceu Amoroso Lima, cuja juventude coincide com esse período, Machado de Assis teria sido “o mestre mal da nossa adolescência”,⁷⁵ uma vez que professava uma literatura cética, que entorpecia “a nossa ingenuidade convidando-nos a descrever de tudo e de todos”.⁷⁶ Embora, por um momento, o escritor fluminense os tivesse cativado, diz o crítico católico, ele rapidamente foi repudiado, “sem piedade, por muito tempo, como a criança que bate na quina da mesa que a feriu”.⁷⁷ “Queremos nos autores”, diz Alceu Amoroso Lima, “alguma coisa de mais substancial, uma lição e um estímulo para a vida. E em Machado de Assis encontram apenas os novos [escritores] a melancolia das ilusões passadas, a miséria das paixões humanas, a inferioridade da ironia”.⁷⁸

Para José Maria Belo, nesse mesmo sentido, Machado de Assis seria, para as novas gerações, um escritor demasiadamente “fatigante, incerto e pouco vigoroso”. “A nós próprios”, insiste o ensaísta, “que lhe lemos com indefinido encanto os livros de tão perfeita execução e tão ricos de malícia e de graça, já se nos afigura um homem de outra época, de um passado para sempre vivido”.⁷⁹ Graça Aranha, em seu livro sobre Machado e Nabuco, insiste que “há muito pudor e delicadeza” nas composições machadianas, “mas no fundo uma perversidade geral, uma audácia íntima que, receosa de transparecer, desfaz-se em cinismo e hipocrisia”.⁸⁰

Mário Matos, como vimos, tomava Machado (pelo menos aquele que escreveu até o *Memorial de Aires*) como “o convicto do mal”.⁸¹ Afeito a criar personagens anticristãs, o autor de *Quincas Borba* era apresentado como um “semeador de desgraça”.⁸² Escritores como Machado de Assis, diz Matos, “corrompem os incautos e enleiam a inocência ou o descuido de todos os

⁷² GUIMARÃES, H. S.. Uma longa vida póstuma. In. GUIMARÃES, H. S.; LEBENSZTAYN, I. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. [S.l.: s.n.], 2019, p. 19.

⁷³ Cf. Parte I, cap. 2. Um olhar necrológico.

⁷⁴ MAYA, A.. Machado de Assis. *op.cit.*, 2007, p. 34.

⁷⁵ LIMA, A. A.. Três Ensaios sobre Machado de Assis. *op.cit.*, 1941, p. 34

⁷⁶ *Idem*, p. 32.

⁷⁷ *Idem*, p. 32.

⁷⁸ *Idem*, p. 37.

⁷⁹ BELO, J. M.. Inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa - síntese da evolução literária do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 12.

⁸⁰ ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. *op.cit.*, 1923, p. 51.

⁸¹ Cf. Parte I, cap. 2. Um olhar necrológico.

⁸² MATOS, M.. Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939, p. 116.

espíritos”.⁸³ A obra, tal como o homem, tinha assim um “acentuado sentido anticristão”.⁸⁴ Era sofisticada: “sofística para destruir, para mostrar, com a inanidade das virtudes cristãs, os erros do homem ou, quando menos, sua carência de finalidade divina ou mesmo de fito moral.”⁸⁵ A obra e o homem eram analisados, a partir desses valores, tão negativamente que mesmo as virtudes machadianas eram reprimidas pelo azedume da obra:

Nem a graça primigênia da palavra, que lhe incute tanta frescura ao pensamento, nem propriedade da imagem, que avigora a ideia, nem o vivo da comparação, nem a vernaculidade primitiva da língua e a facilidade do estilo, corrente e grácil, nada, nada consegue apagar no leitor a sensação de vacuidade, a impressão de repugnância, de certa repugnância pelas figuras que ideou na imaginação mórbida.⁸⁶

Em ampla medida, como sintetiza José Maria Belo, a figura de Machado de Assis continuava “despertando extremo interesse mesmo entre os que não podem estimá-la”.⁸⁷ Apesar, ou mesmo em função desse interesse, sobretudo durante as primeiras décadas do século XX a memória de Machado precisou bater-se contra críticas mordazes, que já o perseguiram quando da morte. Para José Barreto Filho, por exemplo, “as gerações que se seguiram à sua morte tentaram repudiá-lo, por motivos diversos”.⁸⁸ Para essas gerações, “à semelhança de alguns de seus personagens que se mostram sádicos, o próprio escritor passou a sê-lo”.⁸⁹ Nas palavras de Jean-Michel Massa, Machado de Assis, tal como um novo Sócrates, tornou-se um “escritor maldito”, ou seja, “passou a ser um mestre da perversão e sua obra uma escola de corrupção”.⁹⁰ Opinião que também perpassa os escritos de José Barreto Filho. Segundo ele, as correntes de “renovação literária radical” viam na obra de Machado de Assis “apenas as linhas de uma estrutura formal sem conteúdo: um clássico enfadonho e monótono”. Desse modo, o “movimento de restauração dos valores espirituais se afastava dele como do ‘mestre mau’, que envenenou a adolescência com a sua escola de ceticismo”, e complementa: “e esse libelo póstumo, a que sua obra resistiu, repetia entre nós o episódio socrático: arguia-se dele que era uma espécie de corruptor da juventude”.⁹¹

⁸³ *Idem*, p. 117.

⁸⁴ *Idem*, p. 32.

⁸⁵ *Idem*, p. 32.

⁸⁶ *Idem*, p. 117.

⁸⁷ BELO, J. M.. Inteligência do Brasil. *op.cit.*, 1938, p. 19.

⁸⁸ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. 1º ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2014, p. 12.

⁸⁹ MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis. *op.cit.*, 1971, p. 7.

⁹⁰ *Idem*, p. 6.

⁹¹ BARRETO FILHO, J.. Introdução a Machado de Assis e outros ensaios. *op.cit.*, 2014, p. 12.

Tendo em vista tanto a recepção posterior quanto a coletânea (que oscila entre a caracterização de Machado de Assis como bondoso ou malévolo, frívolo ou engajado etc.), parece forçoso insistir que a obra machadiana influenciaria, definitivamente, as gerações porvir. Embora durante todo esse período apareçam sempre comentários positivos sobre a obra e a personalidade de Machado, não há consenso; e o esquecimento em que entra a sua memória nas décadas seguintes talvez tenha potencializado algumas críticas. Nesse sentido, no conhecido “Sobre a tradição em literatura”, Carlos Drummond de Andrade comenta, por exemplo, que o destino de Machado era ser repudiado pelas novas gerações,⁹² no que concorda Alceu Amoroso Lima, para quem jamais a obra machadiana seria “considerada como a coluna vertebral de nossas letras”.⁹³ Oportuno lembrar que também para Hemetério José dos Santos o lugar de Machado seria de somenos importância, uma vez que o trabalho do escritor fluminense “era efêmero, porque a ausência de fundo que se nota não tem força de eternizar a forma; passageiro, porque essa mesma forma não se estima e não se valoriza pela excelência na construção e pela variedade dos materiais”.⁹⁴

No ensaio publicado na *Revista* em 1925, Drummond, questionando ainda o “estilo monótono” e a “aristocracia do pensamento” professada por Machado de Assis, diz que a obra desse autor “tem sido o cipoal em que se enredou e perdeu mais de uma poderosa individualidade, seduzida pela sutileza, pela perversidade profunda e ardilosa deste romancista tão curioso e, ao cabo, tão monótono”.⁹⁵ A despeito da posterior reviravolta na percepção sobre Machado (que vai do absoluto abandono manifesto em 1925 à consagração materializada no poema “A um bruxo, com amor”, de 1958),⁹⁶ Drummond formula, em consonância com o ideário do grupo mineiro de *A Revista*,⁹⁷ o vigoroso paradoxo que prevaleceria durante anos entre alguns expoentes do modernismo: “o escritor mais fino do Brasil será o menos representativo de todos”.⁹⁸

⁹² Drummond, posteriormente, assumirá uma postura muito mais reverente em relação a Machado de Assis do que esboçada nesses primeiros anos de modernismo. Vale destacar, por oportuno, este enxerto de Brito Broca: “Perguntei a Drummond se estava sendo sincero, quando atacara Machado de Assis. Não — respondeu-me — como todos os jovens do seu grupo, um João Alphonsus, um Martins de Oliveira, o que pretendia era fazer barulho, anarquizar, escandalizar os burgueses. Lia Machado de Assis e achava-o extraordinário, mas o clima do momento era aquele: implantar de qualquer maneira a fuzarca nas letras”. BROCA, B. Na década modernista: Machado de Assis “Au dessus de la mêlée”. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 11 - Ano III, p. 37-44, setembro, 1958, p. 41.

⁹³ MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis. *op.cit.*, 1971, p. 72.

⁹⁴ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹⁵ *A Revista*, ano 1, n. 1, jul. Belo Horizonte, 1925, p. 33. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

⁹⁶ Cf. ANDRADE, C. D.. Amor nenhum dispensa uma gota de cólera: escritos de Carlos Drummond de Andrade sobre Machado de Assis. Organização e apresentação Hélio de Seixas Guimarães. — São Paulo, SP: Três Estrelas, 2019.

⁹⁷ Faziam parte do grupo “Magalhães Drummond, Pedro Nava, Abgar Renault, João Alphonsus, Emílio Moura e Martins de Almeida, entre outros” (p. 79). Cf. GUIMARÃES, H. S.. Presença inquietante: sobre a incorporação de Machado de Assis ao cânone literário moderno (1908-1958). In: GUIMARAES, H. S.; SENNA, M.. Machado de Assis: permanências. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018.

⁹⁸ *Idem*.

O descaso em relação a obra machadiana que configura a recepção crítica nos anos de 1910 e 1920 é sintoma do pouco impacto (fruto do pouco engajamento provocado pelo perfil “oficial”), quando não do impacto assumidamente negativo e desconcertante, que Machado de Assis causou na intelectualidade da época. Como destaca Brito Broca, durante os anos modernistas, embora respeitada, a obra machadiana “não desfrutou grande popularidade”.⁹⁹ Na fase mais destruidora do movimento, “têm-se a impressão de que Machado de Assis não é geralmente atingido, porque não se lembraram dele”.¹⁰⁰ Mesmo a inauguração do monumento a Machado de Assis, na sede da ABL, parece testemunhar o acanhamento da memória do escritor. Para Brito Broca, por exemplo, “o pouco interesse despertado pela cerimônia parece refletir a situação de Machado de Assis nas letras brasileiras durante a década modernista”.¹⁰¹ De modo geral, Guimarães destaca os impasses e as ambiguidades provocadas por Machado em várias gerações de modernistas,

que não por acaso inventaram o epíteto “o bruxo do Cosme Velho” para se referir a Machado de Assis. A expressão, com todas as suas conotações de distância supersticiosa, inexplicabilidade, encanto e possível malignidade, parece traduzir bem os sentimentos misturados despertados pelo escritor e sua obra numa geração para quem Machado se erguia como uma enorme sombra.¹⁰²

Se “a literatura era a mais alta expressão do espírito”, a obra machadiana não parecia, para muitos dos seus leitores, o melhor exemplo. A bem da verdade, essa opinião mais ácida sobre a obra poderia não ser (como certamente não era para muitos) a de Tavares de Lyra, e que talvez ele estivesse, muito sinceramente, na esteira da leitura propagada pelos arautos da *retórica da purificação* e consolidada pela Academia Brasileira de Letras, reconhecendo o “puro homem de letras” e sua obra monumental e, nesse sentido, projetando uma continuidade benévola e instrutiva para os livros machadianos. Apoiava esse argumento a percepção de que, para o ministro, Machado havia trabalhado para enriquecer o “patrimônio da nossa cultura moral e intelectual”.¹⁰³ Além disso, apesar do relativo esquecimento, e de ser formulada na efeméride da morte, comenta um cronista dois anos depois: “hoje (...) Machado de Assis vive intensamente na irradiação simpática, inexpressivamente benfazeja, incomparavelmente generosa, de sua obra abençoada”.¹⁰⁴

⁹⁹ BROCA, B. Na década modernista. *op.cit.*, 1958, p. 43.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 39.

¹⁰¹ *Idem*, p. 43.

¹⁰² GUIMARÃES, H. S. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, p. 93.

¹⁰³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰⁴ Sexta-feira, 30 de setembro de 1910, *Gazeta de Notícias*.

No entanto, a hipótese que, do ponto de vista das fontes e das análises produzidas nesta pesquisa, parece justificar melhor a consagração machadiana nos termos em que ela ocorreu é que fosse apenas a estética dos livros (forma e conteúdo), e não também, e sobretudo, o estilo, seria consideravelmente mais difícil assegurar a grande repercussão que teve o falecimento de Machado de Assis em setembro de 1908. Ao afastar o negativismo da obra, a *retórica da purificação* abriu espaço para que outro elemento, funcionando como predicado patriótico, fosse focalizado e servisse, assim, como balizador do enquadramento cívico machadiano.

O cultor do vernáculo

Como destaca Hélio de Seixas Guimarães, o uso castiço da língua portuguesa estaria compensando, para crítica até 1900, a falta de imaginação das obras machadianas.¹⁰⁵ Esta também é a opinião coetânea de Nestor Vítor, para quem é à “boa língua” de Machado de Assis que “todos se apega[m] para justificar a admiração em que dizem que o têm”.¹⁰⁶ Esse mesmo uso castiço da língua portuguesa continuou, por ocasião da consagração, compensando e justificando a estranheza dos livros e a pacatez do homem. Não se trata, portanto, de diminuir a obra, mas sim compreendê-la dentro dos parâmetros de recepção disponíveis à época; isso quer dizer: compreender como a obra pode ser apreciada e louvada pelos contemporâneos. Como diria Roberto Schwarz, “uma vez que não se encaixava no padrão da hombridade patriótica, a ousadia de seus procedimentos não adquiria visibilidade, e é fato que a reputação do escritor inicialmente se formou com base em méritos convencionais, de homem culto e fino, prosador correto etc.”.¹⁰⁷

Levando em conta essa dimensão, Jean-Michel Massa aponta que a crítica que se consolidou imediatamente após a morte de Machado de Assis – sobretudo a partir de autores como Rui Barbosa, Oliveira Lima, Alfredo Pujol e Graça Aranha – o apresentou como “mestre do estilo, mesclado de Anatole France, pontilhado de aticismo”.¹⁰⁸ Como sugere Augusto Meyer, a construção do perfil “oficial” de Machado de Assis, ou seja, a existência de uma representação machadiana purificada, “especialmente destinad[a] a refletir os sentimentos médios e as opiniões

¹⁰⁵ GUIMARÃES, H. S. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, p. 47.

¹⁰⁶ *Os anais*, 15 de março de 1906. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 282.

¹⁰⁷ SCHWARZ, R.. Um mestre na periferia do capitalismo. *op.cit.*, 2012 (2ª edição), p. 189.

¹⁰⁸ MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis. *op.cit.*, 1971, p. 5.

policiadas”, se é obra “dos primeiros críticos, quase todos amigos ou companheiros de prosa e academia”,¹⁰⁹ também se articulou (e daí sua eficácia, especialmente na ocasião da morte) com toda uma vertente da sua personalidade: “o seu academicismo, sua carreira de funcionário modelar, sua honesta ascensão de homem do povo”.¹¹⁰ Esse era um Machado de Assis “amigo do equilíbrio e da moderação, cético, atento e amável, quase anatoliano”.¹¹¹ Nesse sentido, pode-se dizer que a configuração de Machado de Assis como “Mestre do estilo” aponta tanto para uma literatura formal e acadêmica, i.e., ática porque distanciada da realidade (daí, talvez, a formulação do perfil machadiano como “puramente literário”), como também, vimos nos capítulos anteriores, para um uso clássico, embora não necessariamente puro, da língua portuguesa: percepção que, sem desfazer do perfil “oficial”, atribuía a ele um predicado patriótico “compatível com a ideia de uma excelência nacionalmente aproveitável”.¹¹²

Sugerimos, assim, que o reconhecimento cívico da “glória da literatura brasileira”, nas palavras do presidente Afonso Pena (1847-1909),¹¹³ encontra-se tanto na sua produção literária (materializada na obra monumental e no prestígio institucional da ABL – que, não por acaso, tinha como missão ser a “guardiã do idioma), como também, e sobretudo, no culto sistemático do vernáculo. Ou seja, não é necessariamente a obra machadiana, mas alguma coisa nessa obra que, somado ao prestígio literário e institucional, influenciaria as gerações porvir. Talvez por isso Hélio Lobo tenha destacado, no necrológio que fez publicar, que o aspecto machadiano que interessava naquele momento “era, mais do que tudo, o [do] purista da língua, de cujos preciosos segredos [Machado] estava senhor”.¹¹⁴ Muito mais que o humorista ou o acadêmico, era o Machado de Assis “cultor da língua” que merecia os elogios irrestritos. A monumentalidade da obra era, assim, a monumentalidade de um culto que, tal qual ao de Luís de Camões, revitalizara a língua, adequando-a à sensibilidade nacional. Um cronista anônimo do *Paiz* chega a sugerir, nesse sentido, que a grande realização machadiana talvez tenha sido renovar a literatura nacional, “dando-lhe o sentimento de harmonia, de medida, de bom, gosto, do culto da língua escrita”.¹¹⁵

¹⁰⁹ MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 99.

¹¹⁰ *Idem*, p. 98.

¹¹¹ *Idem*, p. 19.

¹¹² SCHWARZ, R.. Um mestre na periferia do capitalismo. *op.cit.*, 2012 (2ª edição), p. 189.

¹¹³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹¹⁴ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹¹⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

No “Apelo à nação”, de 1926, o presidente da ABL, Coelho Neto, convocando o povo para a campanha que buscava viabilizar a construção de um monumento a Machado de Assis – para não “deixar esquecido o escritor primoroso” – diz, justamente, que este autor é um dos “maiores vultos da Literatura pátria e um dos mais peritos lapidários da língua portuguesa”.¹¹⁶ Segundo Hélio de Seixas Guimarães, o apelo patriótico do chamamento de Coelho Neto se concentrou especialmente na virtude machadiana do “cultor da língua”.¹¹⁷ Ainda nesse sentido, se Mário Matos, por um lado, insiste que nem “vernaculidade primitiva da língua e a facilidade do estilo” conseguiram apagar a repugnância da obra; por outro, comenta que, conforme a opinião corrente, “sem as qualidades de estilo e as virtudes de linguagem, não seria Machado tão lido e admirado até hoje”.¹¹⁸ Opinião que aparecera antes, na pena de Graça Aranha – para quem o estilo de Machado de Assis teria salvado “a sua obra do mal que podia fazer humor” –,¹¹⁹ e depois em Otto Maria Carpeaux, que insiste, por exemplo, que a despeito das críticas ácidas dirigidas a Machado de Assis pelo professor Hemetério José dos Santos, e por outros intelectuais e literatos ao longo da primeira metade do século XX, “Machado entrou na consciência da nação como acadêmico perfeito, como escritor de correção clássica e espírito ático”.¹²⁰

Desse modo, é certamente pelo “extraordinário talento de escritor”, pela “profunda dignidade literária”, pela “unidade da vida inteiramente devotada ao culto da beleza intelectual e pelo prestígio que irradiavam [da] sua obra e [da] sua personalidade” que Machado de Assis foi consagrado e lembrado nas décadas iniciais do século XX.¹²¹ Mas foi também, e sobretudo, como cultor extremado do vernáculo (coisa que implica necessariamente a sua literatura, suas temáticas e o seu mestrado) que se deu a sua incorporação aos vultos nacionais em setembro de 1908. Em outras palavras, pode-se dizer que o viés de consagração cívica de Machado de Assis, embora não recaia inteiramente nesse aspecto “estilístico” (uma vez que Machado de Assis já era um autor consagrado), tem nele uma dimensão essencial. Essa perspectiva parece esclarecer, talvez de uma

¹¹⁶ Artigo datado de 4 de março de 1926, publicado em *Dom Casmurro* em 20 de maio de 1939. Cf. GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 90-1.

¹¹⁷ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 91.

¹¹⁸ MATOS, M.. Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. *op.cit.*, 1939, p. 418.

¹¹⁹ ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. *op.cit.*, 1923, p. 52.

¹²⁰ CARPEAUX, O. Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira. Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1951, p. 127.

¹²¹ Magalhães de Azeredo. Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

forma um pouco mais clara, como um escritor sem um predicado patriótico externamente reconhecível pôde ser consagrado como símbolo da nação.

Como sustenta João Paulo Rodrigues, para a Academia de Letras “o idioma expressava nosso apenas tênue liame com as nações cultas”.¹²² Se a língua era um elemento essencial da nacionalidade, desenvolvê-la, aprimorá-la, significava, conseqüentemente, desenvolver e aprimorar o próprio país, ou seja, colocá-lo junto às nações civilizadas. Nesse sentido, como assevera Enéas Galvão, Machado de Assis pode ser visto como o grande “representante da nossa nacionalidade”.¹²³ É justamente sobre o signo da nacionalidade que Alcides Maya eleva a linguagem machadiana. Para o crítico, Machado de Assis, com o seu “claro engenho”, teria servido e correspondido a um magno ideal, qual seja: “salvar a língua, robustecendo-a, opulentando-a, conseguindo torná-la um grande e completo instrumento de ideias” e, com isso, “manter a nossa filiação espiritual de povo latinizado pela ascendência ibérica, e pela influência francesa, refletindo a nova Europa”.¹²⁴ Em um contexto conturbado, como os primeiros anos do regime republicano, em que “existia uma convergência quanto à urgência da República de produzir um novo discurso político carregado de valores e simbologias cívico-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria, tinha um luar estratégico”,¹²⁵ a mediania no uso da língua lapidada por Machado de Assis, funcionando como uma espécie de predicado patriótico, parece ter sido consideravelmente apreciada e valorizada. Como diria, comovido, Magalhães de Azeredo, “o Brasil todo chorou em Machado de Assis um mestre da nossa língua portuguesa”.¹²⁶

O grão de areia na vastidão da praia

Desde o ano anterior à morte de Machado de Assis, quando da aprovação da reforma ortográfica pela Academia, a questão da língua estava em evidência (e assim continuaria por muito tempo). Para os contrários à reforma, “os literatos não tinham o direito de mexer no idioma, pois

¹²² RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras. *op.cit.*, 2003, p. 230.

¹²³ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹²⁴ MAYA, A.. Machado de Assis: algumas notas sobre humor. *op.cit.*, 2007, p. 99.

¹²⁵ GOMES, A. M. C.. A Republica, a história e o IHGB. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009, p. 85.

¹²⁶ Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

este se encontrava numa esfera superior”. Os reformistas, por outro lado, “acreditavam também que a língua era parte central de nossa identidade como nação, mas mais ainda que os literatos podiam, e deviam, mudá-la”.¹²⁷ Nesse sentido, embora possuísse uma escrita “natural e espontânea”, como destaca Mattoso Câmara Jr., Machado de Assis foi atacado por aqueles que criticavam a sua concepção de língua, sobretudo a partir do apoio que prestara à reforma. Um cronista anônimo do *O Paiz*, por exemplo, escreveu:

Não nos conformamos com a cumplicidade de Machado de Assis nessa ridícula e pretenciosa reforma ortográfica da língua portuguesa, decretada pela Academia de Letras, instituição temporã, que se salvou do ridículo pelo prestígio do seu ilustre presidente.¹²⁸

A reforma era vista, pelo cronista, como uma espécie de crime:

É para lastimar que esse escritor, que tanto honrou o idioma que herdamos do velho Portugal, se deixasse imbuir por condescendências e fantasias de um artifício instável e passageiro, dando a responsabilidade do seu nome glorioso a esse crime atentatório da pureza da língua de Camões, assinalando a excêntrica alteração ortográfica e escrevendo os seus últimos trabalhos mais ou menos de acordo com a nova lei da reforma do sr. Medeiros e Albuquerque.¹²⁹

Sem entrar no mérito da questão, importa destacar que, para Machado de Assis, adotar um mecanismo de normalização idiomática não implicava crime algum. A atitude purista era válida apenas para preservar a estrutura do idioma de alterações desnecessárias, e não uma posição dogmática de apego à tradição mobilizada como estratégia nacionalista de diferenciação linguística. A reforma ortográfica proposta pela ABL foi, como estudou João Paulo Rodrigues,¹³⁰ amplamente criticada. Alfredo Gomes (1859-1924), na sua *Gramática Portuguesa*, questionou, por exemplo, a reforma fonética proposta pela instituição:

Em resumo, diremos que o projeto da Academia seria aceitável e quase bom, se contra ele não militasse a maior de todas as razões que contraíndicam qualquer reforma fonética - a diversidade de pronúncia dos vocábulos nas várias regiões em que se fala uma língua, e portanto a impossibilidade de uniformizar a grafia.¹³¹

Intuitivamente, como já comentamos, Machado deve ter percebido que a função do dicionário não era, de modo algum, incorporar todas as variações (fonéticas, morfológicas etc.) presentes na língua, mas oferecer um sistema que esclarecesse “a funcionalidade do sistema,

¹²⁷ RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras. *op.cit.*, 2003, p. 185.

¹²⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

¹²⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

¹³⁰ Cf. RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras. *op.cit.*, 2003.

¹³¹ FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G.. As Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil. São Paulo: Lucerna, 2006, p. 162.

fixando-o no esquema ideal, e todavia real, da norma”.¹³² Ou seja, o dicionário, ao sistematizar a língua, possibilitando o seu ensino e aprendizado, trabalharia em prol da manutenção de certo “sentimento de unidade” que, “recobrando a diversidade de idiomas regionais”,¹³³ constitui a “comunidade linguística” como um todo reconhecível.¹³⁴ Era este, justamente, o argumento do autor da reforma, Medeiros e Albuquerque, que “destacava o lado prático da nova ortografia para a educação das crianças, uma vez que se tratava de uma simplificação regida pela lógica”.¹³⁵ Além disso, como diria Sílvio Elia, “a ortografia tem base fonológica e não fonética”,¹³⁶ ou seja, o que interessa à ortografia é a manutenção dos fonemas, e não necessariamente dos *fonos*. Assim, a diversidade de pronúncia não seria empecilho para a unificação ortográfica, uma vez que a estrutura da língua permanece intacta. No entanto, como lembra Rodrigues, “a questão ortográfica, além de um problema técnico, tinha uma dimensão política e social”.¹³⁷

Embora a reforma não tenha vingado, o debate em torno dela foi acalorado, sobrando até para o parcimonioso Machado de Assis. Não obstante, mesmo aquele “purista” reconhece a proeminência do autor de *Memorial de Aires*, dizendo que “esse senão é um grão de areia comparado com a vastidão de uma praia”.¹³⁸ As contribuições machadianas compensariam, portanto, esse infeliz “deslize”. Assim, a despeito das críticas, como as de Sílvio Romero (que todavia não deixou de reconhecer Machado como “um de nossos maiores prosadores”), o estilo machadiano era aclamado quase que unanimemente. Múcio Teixeira (1857-1926), em longo ensaio sobre Machado de Assis, deixa claro logo de início para que viera a público:

O sr. Machado de Assis, de quem tanto se tem escrito e falado dentro do pequeno grupo de seus amigos da última hora, pois que os do tempo antigo o deixaram em paz e às moscas, cansados de suportar-lhe os lamentos de epilético larvado; vai agora naturalmente franzir o sobranceira e carregar o cenho, habitualmente carrancudo, estranhando que eu me atreva

¹³² PAGLIARO, A.. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. Tradução e prefácio de Aníbal Pinto de Castro. 2 ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 296.

¹³³ *Idem*, p. 138.

¹³⁴ Ao consolidar-se, a língua comum também precisa lidar com os seus conflitos internos: “Quanto ao italiano, surgiu no decorrer do século XVI o problema dos laços que deviam ou não estabelecer-se entre a língua comum e cada um dos dialetos, e ateou-se uma disputa tão grande e interminável quanto pouco profícua, cujos ecos chegaram até ao nosso tempo; lembremos apenas o chamado eixo Florença-Roma, no campo da pronúncia. No fundo, tratava-se de uma simples questão de purismo: impedir que elementos e características dos falares regionais, estranhos ao gênio da língua comum, viessem alterar-lhe a fisionomia e comprometer a sua funcionalidade”. PAGLIARO, A.. A Vida do Sinal. *op.cit.*, 1983, p. 148-9.

¹³⁵ RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras. *op.cit.*, 2003, p. 196.

¹³⁶ ELIA, S. A língua portuguesa no mundo. São Paulo; Editora Ática. 2ª ed., 3ª reimpr. (Série Princípios), 2001, p. 66.

¹³⁷ “Veríssimo, conquanto soubesse que as línguas indígenas não possuem escrita ou alfabeto, procurava manter aquelas letras por causa de sua simbologia, posto que sua manutenção em nomes de lugares e objetos de origem nativa dava ao português brasileiro uma particularidade em relação ao português de Portugal”. RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras. *op.cit.*, 2003, p. 187.

¹³⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

a interromper esse recente hosana que lhe está sendo entoado pela Confraria do Elogio Mútuo, que até chegou a arvorá-lo em chefe da *nossa literatura*.. deles.¹³⁹

O comentário é elucidativo, primeiro, por relativizar – naquele começo de século XX – o lugar de Machado de Assis como “chefe incontestado da literatura brasileira”. Teixeira, como outros escritores, se reconhece o mestrado machadiano, não necessariamente se inclui entre os seus discípulos; antes, pelo contrário, aponta, implicitamente, as disputas pela hegemonia no campo das letras posta em cena por “rodas literárias” diversas. Se a “roda de Machado de Assis” era, certamente, a mais destacada, ela, segundo o comentário do crítico, se organizava a partir do que é nomeado como “A Confraria do Elogio Mútuo” – que seria, justamente, o grupo de machadianos que, contra tudo e contra todos, exaltava o autor das *Memórias Póstumas*.

Modesto de Abreu, resenhando ensaios sobre Machado de Assis publicados nas primeiras décadas do século XX, comenta brevemente o trabalho de Pedro de Couto que, em certo sentido, é sintomático de um posicionamento que evidencia a língua em detrimento, ou mesmo em abono, de outros predicados, como o “mestrado machadiano”. O autor de *Páginas de Crítica*, publicado em 1906, proclama, desse modo, a “correção impecável da linguagem”, mas recusa que Machado de Assis fosse “um mestre”, como “barulhentosamente conclama[va]m seus admiradores”.¹⁴⁰ “Pondo na boca do escritor, todavia, palavras que são decerto as que ele proferiria, si lhe pergunta porque lhe atribuíam a qualificação de ‘mestre’, e antecipa a resposta machadiana:

Machado de Assis, longe do bulício dos amigos, fora do raio dos candidatos à Academia, todos sempre prontos em acha-lo extraordinário, perguntará a si mesmo: - Mestre? De quê? Fiz contos? Fiz romances? Outros também os fizeram. Escrevo corretamente a língua? – Mitos também a escrevem e até a ensinam. – Mestre de quê, então?¹⁴¹

Portanto, como esboçado anteriormente, dizer que Machado era o “chefe incontestado da literatura brasileira” revela, muito mais, a postura dos que Múcio Teixeira nomeia como “eles” do que, propriamente, uma asserção incontestável. Entretanto, fica claro no comentário de Teixeira que a sua posição é, em ampla medida, a de Sílvio Romero: “o notável prosador é um medíocre poeta”.¹⁴² Apesar dessa divergência, o tom muda em relação à língua portuguesa mobilizada por

¹³⁹ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 236.

¹⁴⁰ ABREU, M.. Biógrafos e críticos de Machado de Assis. Rio de Janeiro : Academia Carioca de Letras, 1939, p. 245-6.

¹⁴¹ *Idem*, p. 246.

¹⁴² *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 238. Diz Sílvio Romero: “ele [Machado], que maneja nossa língua com tantos recursos, com tanta aisance, com tão aprumada abundância, quando escreve em prosa, é sempre contrafeito, fraco, incolor, insípido, quando a escreve em verso”. ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897, p. 24.

Machado de Assis que, considerada impecável por Pedro de Couto, é louvada por Teixeira, para quem, “embora moderna, clássica, [tinha], também, às vezes, um delicioso sabor de coisas antigas”.¹⁴³ Além disso, continua o ensaísta, “excetuando Gonçalves Dias, [a língua de Machado de Assis] é incomparavelmente mais pura, mais rica, mais copiosa”.¹⁴⁴

O tom de crítica de Sílvio Romero para com Machado de Assis também sofre um leve deslocamento. No ano seguinte ao da morte de Machado, com a publicação do *Compêndio de história da literatura brasileira*, por Sílvio Romero e João Ribeiro, as críticas do literato sergipano são relativizadas. Desse modo, mesmo que o estilo machadiano continue sendo apresentado como problemático – porque o criador de Bentinho tanto “apalpa e tropeça” na linguagem que, para os seus analistas, acaba passando a impressão de sofrer de alguma “perturbação qualquer nos órgãos da linguagem” –, a língua é visualizada como um mote compensador; assim, asseveram os autores que, “na falta de outras qualidades mais brilhantes”, teria sido o “cultivo dos bons mestres da língua” a “fornece-lhe [a Machado] certas formas de construção e de frase que lhe imprimem ao estilo a graciosidade da correção e apuro gramatical”.¹⁴⁵

No *momento mortis*, e a despeito dos louvores, a crítica mais incisiva contra a linguagem machadiana parece ter sido proveniente de Hemetério José dos Santos. Nesse sentido, lamenta o professor que “muito tem sido gabada a forma de Machado, e no entanto nada talvez haja mais acoimado de imperfeições”.¹⁴⁶ Em seguida, insiste que que vocabulário de Machado de Assis tinha “o resumido número de escritor que começa, e a sua sintaxe geralmente se insubordina às leis surpreendidas”. Analisando pormenorizadamente a questão, especialmente as normativas gramaticais sobre colocação pronominal, naquele momento ainda não totalmente estabelecidas, diz ainda que “é comum na língua portuguesa dar-se a atração dos pronomes nos casos gerais, e no entanto Machado, contra a lição de todos os escritores até nós, faz sistematicamente o contrário, conseguindo arranhar os ouvidos pela forma e molestar-nos a alma pelo fundo”.¹⁴⁷

Essa crítica, sobre incorreções na frase e na colocação pronominal, embora menos incisiva e sem desabono, apreçará ainda em Lúcia Miguel Pereira. Para a biógrafa, “Machado, se teve, desde

¹⁴³ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 251.

¹⁴⁴ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração. *op.cit.*, 2003, p. 246.

¹⁴⁵ ROMERO, S.; RIBEIRO, J.. “Joaquim Maria Machado de Assis”. In. *Compêndio de história da literatura brasileira*. 2ª ed. refundida. RJ: Livraria Francisco Alves, 1909, p. 329-364. Apud MONTELLLO, J.. *Os inimigos de Machado de Assis*. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998, p. 381-2,

¹⁴⁶ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁴⁷ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

o início, o senso do estilo, foi, a princípio, um escritor incorreto. O tom da frase era bom, coeso e corrente, mas quantos deslizes nas minúcias”.¹⁴⁸ A presença de Carolina, com sua sintaxe lusitana e o seu conhecimento íntimo de literatura portuguesa, teriam minorado os desacertos do escritor, tornando-o, por consequência dessa influência, um escritor puro.¹⁴⁹ Modesto de Abreu, entretanto, comentando a biografia de Pereira, em 1939, pergunta “o que entende Lúcia por boa ou má colocação pronomes”.¹⁵⁰ Depois de afirmar que erros desse tipo também percorriam as páginas de *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, o resenhista assevera que a eufonia brasileira raramente repelia essas liberdades sinclíticas, muito mais evidentes nos pronomes “lusitanamente bem colocados”,¹⁵¹ e que, entretanto, elas rareavam nos escritos machadianos.

Na década de 1940, apesar de continuamente admirada a sua pureza, a linguagem machadiana chegou a ser, em um esforço que lembra o de Hemetério, veementemente questionada pelo catedrático da Universidade de São Paulo, professor Silveira Bueno. Para o professor, a linguagem machadiana, “tida e havida como exemplo de correção”, “não resiste ao mais superficial exame crítico”.¹⁵² Diz ainda o catedrático: “passarei de largo pela pobreza franciscana do seu minguido vocabulário, pelas inutilidades do seu espírito acanhado e estreito e nem sequer terei tempo de falar das construções”.¹⁵³ Seja como for, o artigo foi vigorosamente combatido, em um opúsculo intitulado *A linguagem de Machado de Assis*, por Álvaro Augusto de Almeida Azevedo que, após rebater, um a um, os supostos erros cometidos pelo escritor analisado, concluiu asseverando que Machado de Assis era “um dos mais singelos e vernáculos escritores modernos”.¹⁵⁴

Também Liberato Bittencourt, no segundo volume do seu *Duas Dezenas de Imortais*, de 1935, comenta a correção machadiana, embora não veja nela elementos suficientes para que o escritor figurasse como membro prioritário na família dos imortais: é “grande na clareza e máximo na pureza da frase, quase sempre correta e atraente”, mas, para o crítico, não bastavam “tais qualidades para assegurar-lhe o primado da intelectualidade nacional”.¹⁵⁵ Portanto, a exceção de

¹⁴⁸ PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936, p. 130.

¹⁴⁹ “A própria pureza de língua de Machado sofreu a influência da convivência com essa portuguesa cultivada; há positivamente uma grande diferença na sua frase depois do casamento, diferença devida sobretudo à colocação dos pronomes, quase sempre viciada nos primeiros escritos”. *Idem*, p. 129.

¹⁵⁰ ABREU, M.. Biógrafos e críticos de Machado de Assis. *op.cit.*, 1939, p. 79.

¹⁵¹ *Idem*, p. 80.

¹⁵² A linguagem de Machado de Assis. *O Estado de S. Paulo*: páginas da edição de 07 de janeiro de 1943. Acervo do Estado de São Paulo.

¹⁵³ *Idem*.

¹⁵⁴ AZEVEDO, A. A. A.. A linguagem de Machado de Assis: ligeiras anotações a um artigo do prof. Silveira Bueno. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais (LTDA). São Paulo, 1944, p. 53.

¹⁵⁵ ABREU, M.. Biógrafos e críticos de Machado de Assis. *op.cit.*, 1939, p. 269.

Hemetério José dos Santos, muitos daqueles que se levantavam contra a linguagem machadiana, ou contra o seu lugar no panteão literário e nacional, reconheciam que a sua língua era “tida e havida como exemplo de correção”. No entanto, entre 1900 e 1950, entre Sílvio Romero e Silveira Bueno, a linguagem machadiana passou por uma sutil transformação na forma com que era apreciada. Essa mudança, talvez, tenha que ver com o impacto da iconoclastia modernista.

Mário de Andrade e o saldo machadiano

Mesmo matizados pela postura iconoclasta e contraditória, encontramos em uma figura importante da vida intelectual brasileira vestígios da hipótese de um predomínio estilístico em relação ao estritamente literário. Em 1939, em torno das comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis, Mário de Andrade (1893-1945) publicou na *Gazeta de Notícias* um longo ensaio em que analisava a obra do escritor homenageado. Um tanto constrangido, Mário esclarece seu embaraço: “acontece isso da gente ter às vezes por um grande homem a maior admiração, o maior culto, e não o poder amar”.¹⁵⁶ “Exemplo mais perfeito de ‘arianização’ e de civilização da nossa gente”, Machado, assim vitorioso, “não pôde se tornar o ser representativo do *Homo* brasileiro”.¹⁵⁷ Essa distância do homem nacional fazia com que Mário de Andrade se afastasse do autor carioca: “a um Machado de Assis só se pode cultuar protestantemente”.¹⁵⁸

A tese em tela é ainda, embora matizada, a do absenteísmo machadiano. Empregando todos os seus esforços para “civilizar-se”, o autor de *Dom Casmurro* teria perdido, definitivamente, o contato com seu tempo e o seu país. A literatura machadiana, nesse sentido, pouco dizia sobre as “constâncias em que já conhecemos reconhecidamente o homem brasileiro. A generosidade, o ímpeto de alma, a imprevidência, o jogo no azar, o derramamento, o gosto ingênuo de viver, a cordialidade exuberante”.¹⁵⁹ Machado, neste ponto, fora “vítima da sua desgraça”: triste e acabrunhado pelas dificuldades da vida, venceu, mas a troco de afastar-se das

¹⁵⁶ ANDRADE, M. Machado de Assis. In. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Martins, s/d., pp. 90-108. In. GUIMARAES, H. S.; LEBENSZTAYN, L. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019, p. 295.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 308.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 294.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 308.

“constâncias da alma nacional”; e por isso, complementa o ensaísta, “foi, como a obra conta, o ser amargo, sarcástico, ou apenas aristocraticamente humorista, ridor da vida e dos homens”.¹⁶⁰

Passando para a análise das *Americanas*, Mário afirma que a preocupação de Machado é, essencialmente, a “perfeição da linguagem”, de tal forma que “ressalta, na dicção dos poemas, [a] firme desenvoltura com que o poeta funda a tradição de uma linguagem castiça, mesmo levemente arcaizante, com a metrificacão romântica”.¹⁶¹ Verdadeiramente, Machado seria um grande técnico, ou seja, alguém que se aplicou no estudo da língua e da arte compositiva. Nesse sentido, “toda a sua primeira fase se apresenta como um longo e minucioso aprendizado técnico”.¹⁶² Sem ser propriamente original, a virtude machadiana seria o domínio acadêmico da forma: “ele [Machado] vem dos mestres da língua, pouco inventivos, mas na sombra garantida das celas tecendo o seu crochê de boas ideiazinhas dentro de maravilhosos estilos”.¹⁶³

O artigo de Mário de Andrade, porém, não é todo de negativas; sobra ainda um pequeno, mas notável saldo: “escasso de nós em si mesmo, ele nos deu, no entanto, como já se tem dito, uma boa coleção de almas brasileiras e uma língua que, apesar de castiça, não é positivamente mais o português de Portugal”.¹⁶⁴ Para Mário, este é um dos pontos determinantes da contribuição machadiana: se na literatura pouco há das “almas brasileiras”, ela todavia se sobressai pelo uso, a um só tempo, castiço e moderno do português falado no Brasil:

o que ele [Machado de Assis] melhor representa é a continuação dos velhos clássicos, continuação tingida fortemente de Brasil, mas sem a fecundidade com que Álvares de Azevedo, Castro Alves. Euclides e certos portugueses estavam... estragando a língua, enriquecendo-a no vocabulário, nos modismos expressivos, lhe ditando a sintaxe, os coloridos, as modulações, as cadências, asselvajando-a de novo para lhe abrir as possibilidades de um novo e mais prolongado civilizar-se.¹⁶⁵

Mário de Andrade se aproxima do posicionamento de Sérgio Buarque de Holanda. A postura de Machado é equilibrada: aprendeu e reproduziu os clássicos da língua portuguesa, mas tingindo-os “fortemente de Brasil”. Nisto, Mário e Holanda não vêm, entretanto, indícios de nacionalidade, sobejamente disponíveis naqueles autores que “estavam ... estragando a língua”. De todo modo, fica a sugestão de que, sem ser fecundo, Machado foi ao menos preciso. Como

¹⁶⁰ *Idem*, p. 308.

¹⁶¹ *Idem*, p. 301.

¹⁶² *Idem*, p. 301.

¹⁶³ *Idem*, p. 295.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 309.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 309.

temos sugerido, não é propriamente o homem ou os temas literários mobilizados, mas o uso da língua que atribui a Machado um lugar destacado do ponto de vista da nacionalidade:

É que Machado de Assis, se não foi nosso maior romancista, nem nosso maior poeta, nem sequer maior contista, foi sempre, e ainda é, o nosso maior escritor. E por isso deixou, em quaisquer gêneros em que escreveu, obras-primas perfeitíssimas, de forma e de fundo, em que, academicamente, a originalidade está muito menos na invenção que na perfeição.¹⁶⁶

Como destaca Hélio de Seixas Guimarães, “a visão de Mário sobre Machado oscila bastante e está vazada por muitas contradições e ambiguidades”.¹⁶⁷ Por um lado, na perspectiva do autor de *Paulicéia Desvairada*, que coincide com a opinião dominante entre os modernistas, Machado era “um escritor pouco permeável à expressão brasileira, que se recusava a dar forma escrita à língua falada, o que fazia dele um autor de livros cultos, mas que mantinha uma visão policlesca e acadêmica da língua”.¹⁶⁸ Para Guimarães, como também para Montello, como sinalizado anteriormente,¹⁶⁹ Mário partia do pressuposto de que o abasileiramento deveria passar “pelo registro escrito da língua (fundado em grande parte na sua expressão oral), que Mário considera excessivamente conservador nos ‘livros cultos’ [como nos de Machado], segundo ele eivados de preconceitos linguísticos”. Como já vimos em Sérgio Buarque de Holanda, também para Mário, apesar da “língua tingida fortemente de Brasil”, tanto na crítica como na ficção Machado de Assis teria sido demasiadamente “parcimonioso no aproveitamento da língua do povo”.¹⁷⁰ Nesse período, “dotado de estilo repetidamente qualificado como ‘individual’, ‘próprio’, ‘singular’, ‘à parte’, Machado aparece, em suma, como “um escritor sem muita serventia para os pósteros”.¹⁷¹ Sintetizando essa percepção, Pedro Meira Monteiro observa que

Para aqueles que se sentiam tocados pelo vento das vanguardas europeias e sua promessa de renovação radical na linguagem, a prosa comportada e castiça de Machado era, na melhor das hipóteses, um enigma. O maior escritor da língua portuguesa no Brasil, fundador e patrono da Academia Brasileira de Letras, era um empecilho mais que um ponto de apoio.¹⁷²

¹⁶⁶ *Idem*, p. 310.

¹⁶⁷ GUIMARÃES, H. S. Presença inquietante: sobre a incorporação de Machado de Assis ao cânone literário moderno (1908-1958). In: GUIMARAES, H. S.; SENNA, M.. Machado de Assis: permanências. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018, p. 88.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 86.

¹⁶⁹ Cf. Parte II, cap. 2. Língua, estilo e nação.

¹⁷⁰ GUIMARÃES, H. S. Presença inquietante. *op.cit.*, 2018, p. 86.

¹⁷¹ *Idem*, p. 77.

¹⁷² MONTEIRO, P. M.. Uma flor desajeitada no jardim modernista. In: GUIMARAES, H. S.; SENNA, M.. Machado de Assis: permanências. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018, p. 254.

Por outro lado, entretanto, “no pêndulo de contradições que move sua imaginação, Mário sentia, sob a lisa prosa machadiana, uma impetuosa sensualidade, embora ao mesmo tempo visse, na biografia do grande literato, todos os traços da convenção”.¹⁷³ Monteiro encontrará em José Miguel Wisnick, em especial no ensaio sobre as mestiçagens musicais que Machado de Assis parece mapear em contos como “Um homem célebre”, um continuador de Mário de Andrade: “é como se Wisnik tivesse, conscientemente ou não, continuado o projeto inacabado de Mário para a compreensão de Machado”.¹⁷⁴ Essa continuação insuspeita estaria na percepção de que “a descrição estonteante de nosso acadêmico e bem-comportado autor não impede que algo vaze em sua obra, cujo valor estaria, justamente, na mistura que ela sofisticadamente secreta”.¹⁷⁵

Pedro Meira Monteiro propõe, no entanto, que o desacerto entre o primeiro presidente da ABL e os modernistas, muito mais que uma questão meramente estilística, tem que ver com o “o embaraço diante de um experimento literário como o de Machado de Assis, justamente porque ele não contém, em seu bojo, qualquer plano ou intenção de mudar a face do mundo”.¹⁷⁶ “Não há promessa alguma a brilhar em Machado, a não ser como engano e ilusão. A sua matéria não vai além da realidade presente, o que será sempre muito pouco para um bom modernista”, insiste o pesquisador.¹⁷⁷ Embora profícua, porque articulada a um debate sobre projetos de nação, vale a pena compreender melhor o problema estilístico, deixado à margem por Monteiro.

Embora pareça acertada a opinião de que até a década de 1930 Machado de Assis “foi considerado principalmente como velho mestre de vernáculo, escritor passadista, cuja influência sobre os escritores em atuação era nula, conforme declararam vários de seus pares em depoimentos”,¹⁷⁸ essa opinião parece desconsiderar tanto os funerais como a retórica cívica empregada em 1908. Para Guimarães, por exemplo, Machado de Assis “morreu em 1908 celebrado por seus pares como um escritor singular, mas bastante convencional, como se nota pela trinca responsável pelos principais elogios fúnebres [Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Olavo

¹⁷³ *Idem*, p. 254.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 258.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 258.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 263.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 270.

¹⁷⁸ GUIMARÃES, H. S.; SENNA, M.. Apresentação. In. GUIMARAES, H. S.; SENNA, M.. Machado de Assis: permanências. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018, p. 8.

Bilac]”.¹⁷⁹ O aspecto convencional da celebração tem que ver, sobretudo, com a consolidação de um perfil oficial e conservador, centrado na percepção de Machado como acadêmico perfeito.

No entanto, na circunstancialidade da morte, o convencionalismo acadêmico e a singularidade da obra de Machado de Assis se somaram a uma dimensão nacional, que não pode ser menospreza. João Filipe Gonçalves e Douglas Attila Marcelino,¹⁸⁰ ao identificarem nos funerais machadianos um processo de construção deste autor enquanto figura cívica no âmbito do panteão republicano, colocaram para os machadianos um problema inédito: como um escritor que ficaria durante décadas como convencional e singular, destituído de predicados exteriormente patrióticos, pôde ser, naquele momento, consagrado civicamente?

Embora Hélio de Seixas Guimarães e Marta de Senna mobilizem textos necrológicos, as especificidades retóricas, rituais e simbólicas da circunstância fúnebre foram desconsideradas, o que impossibilitou uma compreensão mais coerente sobre as virtudes machadianas louvadas naquele momento e como essas virtudes se articularam com a dimensão nacional que se apresentava enquanto justificadora da consagração. Nesse sentido, se, por um lado, Machado de Assis influenciaria, sobretudo durante as décadas modernistas, “pelas piores razões”: “pelo português rebuscado, por um pouco de gramatiquice, pretensões à elegância, humorismo fino no sentido grã-fino da palavra”, como diria Roberto Schwarz;¹⁸¹ por outro, na circunstancialidade da morte, muito mais que um convencionalismo, o uso da língua empregado por Machado de Assis foi tomado como sintomático de um esforço que procurava fazer desenvolver a nação.

No entanto, passada a comoção da morte, e o ímpeto de consagração cívica empreendido então, cristalizou-se a representação do “perfil oficial” que, apesar de serenado, engajava pouco. O perfil, que vinha sendo gestado ainda em vida, foi purgado pela *retórica da purificação* em 1908 (viabilizando a consagração e protegendo Machado de leituras adversas e injustas) e, anos depois, se efetivou com a publicação da biografia consagratória de Alfredo Pujol. Esse Machado de Assis “sereno, amigo do equilíbrio e da moderação, cético, atento e amável, quase anatoliano”, como diria Augusto Meyer, tem entretanto um estilo cada vez mais destituído do potencial cívico que, tantas vezes, fora identificado nos necrológicos. Essa dimensão linguística (como esboçado no

¹⁷⁹ GUIMARÃES, H. S.. Presença inquietante. *op.cit.*, 2018, p. 73.

¹⁸⁰ Cf. Parte IV, cap. 2. Preâmbulos da imortalidade.

¹⁸¹ WERNECK, Humberto. Machado, estrategista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6-7, 17 jun. 1989. Entrevista com Roberto Schwarz. Apud. GUIMARÃES, H. S.; SENNA, M.. Apresentação. *op.cit.*, 2018, p. 8.

capítulo anterior) só aparecerá novamente a partir da década de 1930, quando tanto biógrafos e críticos literários como linguísticas, de modo mais ou menos explícito, promoverão análises da língua portuguesa empregada por Machado de Assis. A língua que, junto com outros atributos – como a obra e o prestígio – compensou e justificou a consagração cívica em 1908, passou a ser associada ao aticismo (visto como negativo) e, no período modernista, ao parnasianismo.

Lima Barreto – cuja relação com autor de *Esau e Jacó* é no mínimo paradoxal –,¹⁸² se, como outros escritores contrários à obra machadiana, diz haver em Machado de Assis “muita secura de alma, muita falta de simpatia, falta de entusiasmos generosos, uma porção de sestros pueris”,¹⁸³ não poupa porém, com fariam os contemporâneos do escritor (exceto Hemetério José dos Santos), a língua e o estilo: Machado de Assis, diz o autor de *Cemitérios dos Vivos*, “escrevia com medo do [José Feliciano de] Castilho e escondendo o que sentia, para não se rebaixar; eu não tenho medo da palmatória do Feliciano e escrevo com muito temor de não dizer tudo o que quero e sinto, sem calcular se me rebaixo ou se me exalto”.¹⁸⁴ Com as experimentações na linguagem que marcaram a literatura modernista – e Lima Barreto não deixa de dialogar com o espírito desse movimento –, o estilo machadiano tornou-se obsoleto, inócuo e conservador. Nesse sentido, embora mantenha o encanto, a linguagem machadiana se incompatibilizava com as reivindicações modernistas. Conforme observa Guimarães, “ao longo de toda a década de 1920, as tópicas do lusitanismo da dicção, do academicismo do escritor e da sua aproximação do humorismo de filiação inglesa calam fundo também nos círculos modernistas, afastando os novos escritores de Machado de Assis”.¹⁸⁵

É por essa razão que não deixa de ser interessante perceber que mesmo transpassado pela estética iconoclasta e insubmissa do modernismo, Mário de Andrade tenha conseguido, mesmo que contraditoriamente, enxergado um aspecto positivo na língua castiça, mas tingida de brasileiro, de Machado de Assis. Foi na língua (mais que nas obras – que, se são um patrimônio, não eram, para o crítico modernista, representativas do homem brasileiro) que Mário de Andrade

¹⁸² Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁸³ BARRETO, L.. Um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas, p. 284-5. In. GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. 1ª ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 85.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 85.

¹⁸⁵ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 86.

encontrou um argumento que explicava (mal e contraditoriamente, é verdade) como o homem desprezível, que ele sentia ser Machado de Assis, o cativava tanto. Como diria Carlos Drummond de Andrade, anos depois, “o autor de *Quincas Borba* peca por esse vício inicial de escrever bem, bem demais, excessivamente bem”.¹⁸⁶ Assim, além dos empecilhos de ordem estética e política identificados por Guimarães e Monteiro, a pureza da linguagem misturada de Machado de Assis também encantou e incomodou os modernistas. A dimensão da língua, que perde força de impacto nas décadas seguintes, parece ter sido um elemento central para os contemporâneos de Machado de Assis, principalmente na circunstancialidade da sua morte. A insistência com que as referências ao estilo aparecem nos necrológios deixam ver que, muito mais que marginal ou convencional, a mediania machadiana no uso da língua parece ter ocupado um lugar importante no movimento de inserção da figura machadiana no panteão cívico republicano.

¹⁸⁶ ANDRADE, C. D.. Perspectiva do ano literário: 1900 (1950). In. ANDRADE, C. D.. Amor nenhum dispensa uma gota de cólera: escritos de Carlos Drummond de Andrade sobre Machado de Assis. Organização e apresentação Hélio de Seixas Guimaraes. – São Paulo, SP: Três Estrelas, 2019.

PARTE III

RITUALIZAR O TEMPO, ETERNIZAR OS MORTOS

La muerte es una patria
cuya frontera todos conocen:
espanta y atrae al mismo tiempo

Basilio Baltazar, *Necrológicas*

A memória, como um modo de experienciar o tempo, também responde a questões existenciais, como a necessidade de salvar a vida, e o que há nela de mais precioso, de afundar-se no *Lethe*. Nesse sentido, vale destacar que narrar, louvar e conservar trajetórias de vidas (i.e., forjar memórias de personalidades distintas) é uma experiência antropológica fundamental, vinculada à necessidade existencial de atribuir sentido a uma vida marcada pela finitude. Frequente em diversas sociedades no eixo do tempo, esse contato entre vivos e mortos notáveis estabelece, no âmbito de determinadas comunidades, relações de fidelidade, origem e herança, conectando, assim, passado-presente-futuro pela memória, “instância que enlaça, retrospectivamente, os vivos e os mortos, numa cadeia de solidariedade através da qual os indivíduos se reconhecem como *compatriotas* de uma mesma *Vaterland*”.¹ O conceito de “pátria” (que etimologicamente remete à “terra dos pais”) busca dar conta dessa solidariedade comunal ou familiar, “que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos”.² Cultuar os grandes mortos implicava, então, reconhecer uma origem e uma herança que deveriam ser afetivamente conservadas, socialmente compartilhadas e culturalmente transmitidas à posteridade. Segundo Fernando Catroga, “de tudo isto decorre uma consequência relevante: será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais”.³ Os Estados-Nação modernos (visto que as nações se estruturam a partir e em função de uma pátria) não fugiram dessa dimensão, encontrando no culto aos mortos um elemento conector entre uma origem (real ou fictícia) e um destino nacional.

¹ CATROGA, F.. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORRAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Org.). Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 9-39, p. 10.

² *Idem*, p. 9.

³ *Idem*, p. 10.

Nessa acepção, como sugere Douglas Attila Marcelino, os rituais de consagração cívico-pedagógicos modernos, assim como várias necrologias, podem ser analisados não apenas a partir da lógica da manipulação política (em que se enfatiza sobretudo a abusiva dimensão ideológica), mas também a partir do pressuposto existencial de que essas representações mimetizam o desejo, inexoravelmente humano, de dar sentido à finitude. Assim,

pensar a relação entre as festas e a história não é procurar apenas compreender as tentativas de controle dessa última por parte dos seus organizadores, mas também se interrogar sobre o modo como as festas cívicas podem estar relacionadas às necessidades coletivas de romper com o transcurso do tempo, remetendo a uma luta inconsciente contra a mudança histórica.⁴

Desse modo, ainda segundo Marcelino, “a experiência da festa deveria ser pensada a partir das angústias e necessidade existências que fazem com que o presente da festa possa ser estendido à eternidade e, assim, vivenciado em sua dissimulada ruptura com a vida cotidiana”.⁵ Um dos objetivos originais, e originários, pelo qual as sociedades humanas no tempo construíram (e constroem ainda) os seus “próprios funerais, a sua representação do moribundo, as suas práticas de luto ou de sepultura, a sua própria valoração da existência”,⁶ entre outros hábitos, é “romper com o transcurso do tempo”, internalizando, conseqüentemente, “o desejo de se sentir imortal”. A morte do outro inescapavelmente nos coloca em permanente contato com a iminência e a inexorabilidade da nossa própria finitude. Como, todavia, tendemos a escamotear essa dimensão, afirmando nossa eternidade, os ritos fúnebres assumem a função de exorcizar a morte (atribuindo sentido à finitude ao alocar o morto em instâncias suprassensíveis) e de restaurar a ordem que o desaparecimento do outro provocou.⁷ No entanto, essa ritualística só se efetivará no âmbito de um “horizonte de crenças” que suporte este aparato simbólico. Em cada “horizonte”, práticas e valores são mobilizados, respondendo à conjuntura temporal que plasma a sensibilidade constitutiva da experiência de tempo. Dentro desse sistema de crenças, “a representação ritual

⁴ MARCELINO, D. A.. O corpo da Nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2015, p. 44.

⁵ *Idem*, p. 44.

⁶ CATROGA, F.. O culto dos mortos como uma poética da ausência. ArtCultura, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010, p. 165.

⁷ Para José Carlos Rodrigues, “o enterro, bem como outras maneiras de lidar com o corpo morto, é um meio de a comunidade assegurar a seus membros que o indivíduo falecido caminha na direção de seu lugar determinado, devidamente sob controle”. RODRIGUES, J. C.. Tabu da morte. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 42.

poderá ser catártica e normativa, funcionando como materialização libertadora de angústias e modo de resolução de dramas e de conflitos”.⁸

Por esse ângulo, aquela alegórica organização familiar, “que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos”, buscava, neste culto, uma forma de lidar com o desaparecimento do “pai” (ou, de modo geral, com o desaparecimento das suas figuras eméritas, transformadas agora, por meio da recordação e da comemoração, em antepassados ilustres). A ausência assustadora do ente querido desestabilizou-os tanto individual (já que os indivíduos do grupo familiar precisaram deparar-se com a aproximação do seu próprio desaparecimento) como socialmente (visto que a figura “pátria” se ausentou definitivamente). De certa forma, “a morte do outro é o anúncio e a prefiguração da morte de ‘si’, ameaça da morte do ‘nós’”.⁹ Portanto, o corpo morto – perecível, putrefato e em decomposição – será apresentado como a evidência maior da finitude, e por isso terá que ser destruído, dissimulado ou conservado:¹⁰

Se é verdade que para os homens o significante precede o significado e que o símbolo é mais real que a coisa simbolizada, então é necessário fazer algo: é necessário transformar em significantes integrados ao código os próprios acontecimentos por meio dos quais os significantes do código correm o risco de se desintegrar; é preciso transformar a evidência da entropia em signo de ordem, os perigos da finitude em exaltação da permanência.¹¹

Por isso, trata-se, nos ritos funerários, de “negociar e de esconder a corrupção, de modo a que a sociedade dos vivos possa não só gozar da proteção dos seus maiores, mas também reconstituir a ordem social que a morte pôs em causa”.¹² O túmulo (e as práticas fúnebres), que tem, por um lado, a tarefa de encobrir da vista dos vivos o corpo do morto, ou seja, de “devorar e digerir o cadáver”, é, por outro lado, constituído essencialmente “por uma sobreposição de significantes (cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia, etc.) que induz metaforicamente a aceitação da incorruptibilidade do corpo”.¹³ Por outro lado, práticas necrográficas, como o necrológio, funcionam tanto como um elemento catalisador do sentimento de luto, como também apontam uma “ler sobre a morte é estar ainda mais vivo, é tocar as provas

⁸ CATROGA, F.. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *op.cit.*, 2010, p. 165.

⁹ RODRIGUES, J. C.. Tabu da morte. *op.cit.*, 2006, p. 82.

¹⁰ “Dentre as questões que os ritos funerários devem resolver, ligadas às transformações que a morte provoca e à necessidade lógica de separar o morto e transportá-lo para o outro mundo, uma é fundamental e, até prova em contrário, universal: é preciso fazer algo com o resíduo que a morte deixou, é preciso de algum modo se desembaraçar dele”. RODRIGUES, J. C.. Tabu da morte. *op.cit.*, 2006, p. 47.

¹¹ RODRIGUES, J. C.. Tabu da morte. *op.cit.*, 2006, p. 40.

¹² CATROGA, F.. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *op.cit.*, 2010, p. 166.

¹³ *Idem*, p. 168.

mais cabais da vida como possibilidade infinita de realizações humanas. A leitura do obituário funcionaria como uma espécie de sublimação do medo da morte pela via narrativa”.¹⁴

Desse modo, assim como aquela arcaica unidade familiar, as sociedades também seriam movidas por uma pulsão de realização e eternidade, crendo-se, pois, imorredouras; “e, como ela [a sociedade] se sente e quer ser imortal, é-lhe igualmente inaceitável que seus membros – e, mais drasticamente, aqueles que a encarnam e com que ela se identifica – estejam destinados a desaparecer”.¹⁵ O Estado-Nação não se esquivou desta dimensão, buscando, como já destacamos, formas de responder afetivamente ao drama existencial da sua própria finitude. O nacionalismo, ao cultuar determinadas figuras “pátrias” e assegurar “um sentido de continuidade e uma promessa de eternização” teria, nesse sentido, respondido “melhor [do que outras ideologias, como o comunismo, que comumente desfez das questões afetivas] a certos anseios existenciais e ao sofrimento humano, pois, se a nação é eterna, também seus heróis o são”.¹⁶ As “comunidades imaginadas” pelos nacionalismos, para usar a expressão de Benedict Anderson,¹⁷ tem, nesse sentido, pertinência tanto “porque o autor concebe o termo [imaginada] em oposição ou como alternativa à ‘invenção’ ou ‘fabricação’, noções largamente difundidas e marcadas por um sentido pejorativo, pois associado a ‘falsificação’”, como também “porque incorpora, numa certa chave, o caráter compartilhado da imaginação nacional”.¹⁸ Se, conforme sintetiza Luigi Bonafé,

um repertório cultural de caráter político como o que forja as nações é inequivocamente “inventado” (como quaisquer outros repertórios simbólicos, aliás) por alguns a partir de referências preexistentes ou para além delas, há que se notar que ele também é “imaginado” (ou seja, compartilhado) pelos membros da comunidade que forja.¹⁹

Deste modo, não é por acaso que os Estados-Nação passaram a cultuar seus “grandes homens”. Segundo Fernando Catroga, “o monumento funerário”, tanto o individual como aquele que assume uma dimensão cívica, materializa, simultaneamente, “a exteriorização da tomada de consciência de que o homem é um “ser-para-a-morte’ (Heidegger) e afirmação do seu ‘direito à

¹⁴ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade. 2014. 193 f. Dissertação (mestrado em Filosofia) - PPG em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, 2014, p. 172.

¹⁵ CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *op.cit.*, 2010, p. 165.

¹⁶ MARCELINO, D. A. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 31, p. 125-144, 2011, p. 133.

¹⁷ Cf. ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁸ BONAFE, L. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, 2008, p. 27.

¹⁹ *Idem*, p. 27.

memória”.²⁰ Entre a percepção da iminência da morte (e do definhamento irreversível do corpo) e o desejo de perpetuação no tempo, os funerais (e outras práticas fúnebres) apresentam-se como instância mediadora, rompendo com o transcurso do tempo ao imortalizar pela memória. Perante estes considerandos, importa guardar que os “heróis cívicos” – como Machado de Assis – se constituem, a um só tempo, como objetos politicamente construídos, antropologicamente imaginados e reconhecidos e afetivamente reivindicados.

Na falta de fontes mais substanciais para a análise dos funerais ocorridos durante a Primeira República (como pareceres de comissões organizadoras), a consulta aos jornais do período pode mostrar-se absolutamente profícua no sentido de iluminar aspectos significativos do processo de sacração e de construção de figuras cívicas. Embora os periódicos, como fontes históricas, apresentem-se como “registros fragmentados do presente, realizado sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” e, por isso mesmo, acabem, no mais das vezes, fornecendo “imagens parciais, distorcidas e subjetivas” do seu tempo,²¹ uma já sólida tradição historiográfica debruçou-se sobre o tema, demonstrando não apenas os mecanismos metodológicos mobilizados para lidar com esses entraves como também a historicidade subjacente a esses escritos. Para além da pluralidade e da diversidade desses textos, é possível mapear tópicos recorrentes, cuja recorrência, ao naturalizar-se, acabou por cristalizar determinados imaginários.²²

O jornal, veículo comunicativo por excelência do século XIX, se estabelece como plataforma privilegiada para a circulação desses imaginários, especialmente aqueles materializados em discursos fúnebres e obituários que, além de lembrarem o morto, também o descrevem a partir de um perfil eminentemente cívico. Douglas Attila Marcelino destaca que, na perspectiva de Fernando Catroga, “o ritual de enterramento”, assim como outras práticas fúnebres, “representaria uma forma encontrada pelos homens para dissimular a corrupção do tempo, procurando fazer com que a memória coletiva funcionasse como um “segundo além”.²³ Nesse

²⁰ CATROGA, F.. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *op.cit.*, p. 170.

²¹ LUCA, T. R.. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. Fontes Históricas (p. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005, p. 112.

²² Parte II, cap. 1. O fascínio da morte.

²³ MARCELINO, D. A.. O corpo da Nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2015, p. 43.

sentido, além dos discursos propriamente ditos – que são em sua maioria ensaios biográficos e/ou literários, necrológios ou pronunciamentos oficiais publicados em colunas ou nos rodapés dos jornais –, diversos funerais (tanto o evento *per se*, descrito na imprensa, como a reverberação do evento nos periódicos) assumem uma perspectiva discursiva importante, visto que inserem a figura destacada dentro de uma dimensão cívico-pedagógica e consagratória: é como se saindo da vida o morto entrasse imediatamente, mas não sem uma gama de mediações simbólicas perpetradas por sujeitos historicamente determinados, em um espaço imagético e simbólico superior, i.e., no panteão dos grandes homens da pátria.

Contudo, vale a ressalva de João Filipe Gonçalves, segundo a qual “não se deve isolar a interpretação de cada evento em si mesmo, como se não fizesse parte de uma prática costumeira que tem um sentido comum em suas várias manifestações”.²⁴ O período que corresponde à Primeira República foi, nesse sentido, absolutamente profícuo na construção de heróis cívicos. Nesse intervalo de tempo, há um “interregno simbólico”, ou seja, um espaço de heroísmo cívico indeterminado, que se estenderia do final da década de 1880 do século XIX, quando a figura agregadora era a de d. Pedro II (1825-1891), até os inícios da década de 1930 do século XX, quando esse imaginário se concentrará em Getúlio Vargas (1882-1954). Nesse interregno, vários grandes homens são alçados (ou se alçam) à condição de heróis pátrios, sendo que nenhum deles consegue, todavia, consolidar-se e atuar de forma hegemônica. Cria-se, então, uma espécie de “politeísmo cívico”, em que “cultuar um herói não necessariamente implica adotar seus valores políticos e compartilhar sua visão básica de mundo”. “Importa mais”, segundo Gonçalves, “construir um amplo panteão do que dotá-lo de uma suposta coerência ‘ideológica’”.²⁵

No entanto, como indica Luigi Bonafé, pesquisador da história da memória de Joaquim Nabuco, “ao assinalar a profusão de rituais fúnebre-cívicos durante a Primeira República (...) não se está propondo a existência de um projeto tão estruturado e sofisticado de panteonização de heróis nacionais quanto o que existiu nos períodos anterior e, sobretudo, posterior”.²⁶ Ainda assim, os funerais, pensados então como rituais cívicos, no sentido de que atuam como elementos

²⁴ GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 156.

²⁵ *Idem*, p. 157.

²⁶ BONAFE, L. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, 2008, p. 82.

de incorporação de determinadas personalidades ao panteão nacional, convertem-se, especialmente nos regimes republicanos, em eventos centrais nessa ritualística do poder, transformando-se em um importante meio de exaltação dos “grandes homens”.²⁷ Nesse seguimento, a passagem do Império para a República teria provocado não apenas modificações na estrutura político/partidária, mas também incitado o latente processo de transformações nas formas de representar o poder e de atribuir sentido ao passado nacional. Assim, os cerimoniais consagradores, que antes concentravam-se na figura monárquica de d. Pedro II – que “era uma espécie de panteão vivo erigido unicamente a si mesmo” –,²⁸ obscurecendo, por consequência, todos os outros “grandes homens”, encontraram na República um campo de possibilidades em aberto (i.e., um “interregno simbólico”), em que o investimento cívico poderia, enfim, recair em personagens que, à sua maneira, também contribuíram para com a construção da nação.

Ainda nesse sentido, segundo Douglas Attila Marcelino, as mudanças nas formas de consagração cívica, sobretudo a “novidade” dos funerais dos homens de letras patrocinados pelo Estado, poderiam inserir-se em um movimento mais amplo de “reconfiguração dos regimes de temporalidade adequados às novas formas de nacionalidade e sensibilidade política”.²⁹ Um dos deslocamento se daria, justamente, nos valores salientados: se antes eram consagrados apenas os “heróis guerreiros” ou figuras do universo político-militar, agora exaltavam-se também, e acima de tudo, os “homens comuns”, louvados por suas supostas e exemplares “virtudes cívicas”, em uma perspectiva deveras mais adequada ao ideário republicano, que visava, àquela altura, enfatizar aspectos meritocráticos em detrimento daqueles aliciados ou herdados nobiliarquicamente. Segundo Armelle Enders, o cidadão exemplar torna-se, nesse contexto, “parte integrada da pedagogia cívica ou mesmo simplesmente patriótica”.³⁰

²⁷ “Promover faustosos funerais, enaltecer o morto com rituais que o destacam em relação aos demais, dramatizar numa cerimônia fúnebre as hierarquias que atravessam o corpo social: essas são experiências perceptíveis em muitas sociedades ao longo da história humana. Por sua vez, transformar tais eventos em momentos de celebração da nação e cultivar a memória de um personagem por suas ações em favor daquela coletividade, com todas as singularidades que a crença na efetiva existência desta última representa, constitui parte de uma experiência que deve ser compreendida como subproduto de uma historicidade própria”. MARCELINO, D. A.. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *op.cit.*, 2011, p. 126.

²⁸ ENDERS, A.. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2014, p. 353.

²⁹ MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do império à república. TEMPO (NITERÓI ONLINE), v. 22, p. 260-282, 2016, p. 265.

³⁰ ENDERS, A.. Os vultos da nação. *op.cit.*, 2014, p.19.

Entretanto, se os símbolos e festejos cívicos do Brasil imperial se articularam “essencialmente em torno do monarca e sua família”,³¹ fazendo com que o culto cívico aos “vultos da pátria” se desenvolvesse timidamente,³² isso não implicava falta de apelo cívico para com outras personagens. Interessante, nesse sentido, como em um monumento como a “Varanda da Sagração” – projetada, durante os festejos de coroação de Dom Pedro II, para ligar o Paço à Capela Imperial por Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879) – já existe uma associação plural entre as figuras que, para o arquiteto, eram significativas para a nação. De um extremo a outro desse monumento, “onde por um dia esteve instalado o poder com todo o seu aparato”, Porto-Alegre “fez inscrever cerca de 60 nomes de ilustres mortos que engrandeceram o Brasil pelos serviços prestados à pátria ou pelos progressos trazidos à civilização”.³³ Misturados, constavam ali chefes indígenas, brasileiros que se tornaram célebres em Portugal, conquistadores, vice-reis e ministros portugueses “cuja ação fora benéfica para o Brasil”.³⁴ Também estavam presentes os “apóstolos” do Brasil – José de Anchieta (1534-1597), Manuel da Nóbrega (1517-1570) e Antônio Vieira (1608-1697) –, bem como seus sucessores nacionais; reservou-se ainda um lugar especial aos que eram tidos como fundadores da literatura nacional: Santa Rita Durão (1722-1784), Basílio da Gama (1741-1795), Antônio José da Silva (1705-1739), Alvarenga Peixoto (1742-1793) e Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), além de artistas plásticos e músicos. Além disso, a galeria de Porto-Alegre “não deixou de fora os cientistas e os exploradores, nem os militares”.³⁵

Por outro lado, o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) também buscou elencar figuras notáveis, destacando que todos aqueles que haviam honrado a nação “tinham foros de cidadania nessa ‘república de talentos’”.³⁶ Embora seja uma panteão preenchido quase que inteiramente por figuras que gravitavam em torno do imperador, a seção “Brasileiros ilustres” visava, num certo sentido, um “ecumenismo social e chegou mesmo a homenagear alguns plebeus, como Camarão e Dias, e até anônimos (“o sertanejo”), como se fosse o caso de celebrar antes um tipo do que um indivíduo”.³⁷ No caso da fabricação de heróis brasileiros durante os

³¹ *Idem*, p. 63.

³² *Idem*, p. 233.

³³ *Idem*, p. 201.

³⁴ *Idem*, p. 201.

³⁵ *Idem*, p. 201.

³⁶ *Idem*, p. 181.

³⁷ *Idem*, p. 181.

oitocentos, as iniciativas do IHGB são fundamentais, uma vez que a instituição pretendia “combater um defeito que era tido como um vício nacional: a ingratitude dos contemporâneos”.³⁸

Como destaca Maria da Glória de Oliveira, para os fundadores do IHGB, “traçar vidas de brasileiros distintos era tarefa integrante do projeto historiográfico que ambicionava salvar da voragem do tempo não somente os fatos memoriais, mas os nomes e feitos dos que serviram à nação”.³⁹ “Concebida como mestra da vida, a história nacional podia ser apreendida por meio das ações dos grandes homens do passado, constituindo um inesgotável repertório de exemplos para o presente e para o futuro”.⁴⁰ Por meio de suas notícias, biografias, necrológios etc., os membros pretendiam liquidar “uma espécie de dívida da sociedade brasileira para com seus grandes homens, realizando um trabalho pedagógico ao tornar a história acessível a um público mais amplo”.⁴¹

O IHGH, portanto, mesmo que se concentre sobremaneira em figuras provenientes do universo monárquico, já aponta uma perspectiva de ampliação do espaço cívico. No entanto, destaca Maria da Glória de Oliveira que, “com o advento das gerações subsequentes, sobretudo para o período posterior aos anos 1880, percebe-se certo esmorecimento do panteão que vinha sendo erigido desde os primeiros números nas páginas do periódico”.⁴² Obviamente, seria necessário um estudo mais aprofundado, mas, no caso específico dos necrológios, é possível sugerir que as transformações geracionais, acompanhadas por modificações na formas de ritualizar o poder e o tempo e por uma certa ampliação das modalidades de heroísmo cívico, fizeram com que o gênero, em desuso na instituição, paulatinamente migrasse para os jornais, plataforma definitivamente mais democrática e difundida do que a revista do IHGB.

³⁸ *Idem*, p. 187.

³⁹ OLIVEIRA, M. G.. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2011, p. 27.

⁴⁰ *Idem*, p. 171.

⁴¹ ENDERS, A.. Os vultos da nação. *op.cit.*, 2014, p. 187.

⁴² OLIVEIRA, M. G.. Escrever vidas, narrar a história. *op.cit.*, 2011, p. 27.

INDÍCIOS E ESBOÇOS DE UMA TRADIÇÃO CÍVICA

Que há entre a vida e a morte?
Uma curta ponte.

Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

Os funerais machadianos, por mais de um motivo, destacam-se no âmbito das práticas rituais performadas durante o período de consolidação do imaginário político republicano. Como afirma Arthur Azevedo (1855-1908), o enterro de Machado “tomou as proporções de uma enorme procissão cívica”.¹ As pompas de tamanha manifestação pública de pesar teriam, dessa forma, movimentado consideravelmente o cotidiano do Rio de Janeiro. Não surpreende, então, que surgissem, nas apreciações sobre os funerais machadianos, associações ou comparações com funerais anteriores revestidos do mesmo investimento cívico. Nesse sentido, nos interessa, aqui, compreender como essas associações muitas vezes deixam antever um repertório simbólico partilhado pelos cariocas e projetado, em função da centralidade política e cultural da Capital, em todo o território nacional. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, depois de lembrar que a eça sobre a qual depuseram o corpo de Machado tinha “grande valor histórico”, visto que tratava-se da mesma que fora usada nos funerais de “Chapot Prevost, Piza e Almeida e Marechal Cantuária”, empenhou-se ainda em apontar o valor ritual da carreta, garantindo que ela também havia servido “para transportar os corpos do General Osório, Marechal Floriana Peixoto, Marechal Simeão, Visconde de Pelotas, Carlos Gomes, Augusto Severo e Martins Júnior”.²

Para Ângela Miranda Cardoso, “qualquer encenação política do tipo ‘ritual’”, como é o caso dos funerais machadianos, “remete, sistematicamente, e na forma, para uma tradição”.³ Por esse ângulo, a insistência do *Jornal do Brasil* em inserir determinados elementos que constituem os funerais de Machado de Assis (como a eça e a carreta) no âmbito de uma certa “tradição fúnebre

¹ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

³ CARDOSO, A. M.. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras.” In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003, p. 552.

brasileira”, incorporando, conseqüentemente, tanto figuras políticas significativas do Império como da República, além de artistas e profissionais liberais, parece sintomática da tentativa de construção de um “politeísmo cívico”, tal qual sugerido por João Felipe Gonçalves.⁴ O “politeísmo cívico” é, em ampla medida, um esforço (simbólico, material, discursivo) empreendido pela República para, rompendo com o passado aristocrático e nobiliárquico, inaugurar um panteão nacional onde os heróis fossem louvados por suas contribuições – em áreas tais como na arte, na medicina, na diplomacia etc. – ao desenvolvimento da nação.

Os nomes elencados pelo periódico carioca podem ser pensados como uma espécie de esboço ou projeção desse panteão cívico republicano. Todavia, seguir a trilha indicada pelo *Jornal do Brasil* implica riscos consideráveis. O primeiro deles consiste na arbitrariedade com que os nomes são apontados. Conquanto sejam, efetivamente, figuras notáveis, outras não menos relevantes certamente poderiam conformar a lista. Além disso, embora objetos destacáveis, a eça e a carreta são partes menores, acessórias, da ritualística fúnebre, sendo, portanto, insuficientes para configurarem, por si mesmas, uma tradição.

No entanto, uma tradição incipiente (como esta que consagra, em terras brasileiras, grandes homens por suas supostas e exemplares “virtudes cívicas”) inevitavelmente conterà certo grau de arbitrariedade: volta-se ao passado em busca daquilo (ou daquele) que, *re-presentificado*, potencialize a força comunicativa do ato simbólico que se pretende disseminar. Assim, o potencial comunicativo, suposto em determinado elemento ancorado no passado, só se efetivará (ou não) na reiteração do ato comunicativo. Até que se cristalize as formas hegemônicas, ou seja, até que se identifique aqueles símbolos que efetivam o seu potencial, estabelecendo-se em uma “rede de sentido”,⁵ vários elementos podem ser mobilizados, em um movimento que garante, a um só tempo, a repetição dotada de eficácia simbólica (ritual) e o encaminhamento das transformações que atualizam o símbolo, mantendo-o compreensível e interpretável.⁶ A força ritual provém,

⁴ Cf. GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000. GONÇALVES, J. F.. “As Imponentes Festas do Sol: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em - 1918”, in Estudos históricos sobre Rui Barbosa/ Isabel Lustosa... [et al.]. - Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

⁵ Segundo Baczko, “o social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas, etc. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem. Assim se define um código coletivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes sociais”. BACZKO, B.. A imaginação social. In. LEACH, Et. al.]. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p. 307.

⁶ “A função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos”. BACZKO, B.. A imaginação social. *op.cit.*, 1985, p. 311.

então, da eficácia simbólica dos elementos que a constituem; a repetição, sobre a qual se assenta todo ritual, rompe com o transcurso do tempo, sugerindo continuidade e/ou simultaneidade.⁷ A eficácia simbólica dependerá, por um lado, de um sistema de crenças, i.e., de um imaginário social que suporte o potencial do símbolo,⁸ uma vez que “as crenças, as práticas, os ritos funerários operam dentro de um campo semântico”;⁹ por outro, o símbolo precisará responder às reivindicações afetivas e políticas a ele dirigidas. Como destaca Jose Murilo de Carvalho,

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro¹⁰

As tradições são construídas – ou inventadas, ou imaginadas – ao longo do tempo, perfazendo-se no âmbito de um processo marcado por erros e acertos, cujas sobreposições, transmutadas em experiência, garantem a sua eficácia, tornando-se, assim, “instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”.¹¹ Nesse sentido, por tratar-se de uma tradição incipiente, os nomes apontados pelo *Jornal do Brasil* a partir dos objetos lembrados (eça e carreta), mesmo contendo fortes indícios de arbitrariedade, e sendo aspectos de somenos importância no âmbito do ritual, configuram certo imaginário social, i.e., certo modo de ler e de atribuir sentido ao passado nacional.¹² O caminho apontado pelo jornal certamente não foi o único, nem talvez tenha prevalecido; mas é, ao menos, absolutamente sintomático do esforço de constituição de uma tradição que, de certa forma, responde ao imaginário político republicano. Seguiremos, assim, a trajetória indicada pelo *Jornal do Brasil*. Cientes das armadilhas da memória, não deixaremos, contudo, de gozar da aventura e da descoberta que os caminhos *intraçados* muitas vezes nos oferecem.

⁷ Segundo Baczko, “uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo colectivo no plano simbólico”. *Idem*, p. 312.

⁸ “Os símbolos só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação. Se esta não existe, eles têm tendência a desaparecer da vida colectiva ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas”. *Idem*, p. 325.

⁹ RODRIGUES, J. C.. Tabu da morte 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 29.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 11.

¹¹ *Idem*, p. 58.

¹² Segundo Baczko, é “através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns (...)”. BACZKO, B.. A imaginação social. *op.cit.*, 1985, p. 309.

Jornal do Brasil: entre a monarquia e a república

Como destaca Letícia Pedruce Fonseca, a história desse periódico, “especialmente nos seus primeiros anos, é indissociável da história da República brasileira, uma vez que o mesmo foi concebido em meio a um período conturbado de consolidação do novo regime”.¹³ Fundado em 1981 por Rodolfo de Souza Dantas, o *Jornal do Brasil* “nasceu monarquista, apesar do cuidado em informar de maneira imparcial para não sofrer repressão do governo”.¹⁴ Na declaração de princípios, o jornal “traçava as diretrizes básicas de sua conduta política, afirmando seu propósito de criticar o governo, mas estabelecendo ao mesmo tempo limites a essa atuação”.¹⁵ Todavia, a partir da incorporação de Joaquim Nabuco as críticas à República se intensificaram, gerando “um clima de hostilidade contra o jornal, que teve sua redação várias vezes ameaçada de empastelamento. Por outro lado, o *Jornal do Brasil* enfrentava também a animosidade dos monarquistas históricos, que condenavam Nabuco por sua moderação diante do governo”.¹⁶

Em 1893, com a transformação do jornal em sociedade anônima, “o posicionamento da empresa deixou de ser monarquista e passou a legalista a favor da República, porém contra a ditadura do então presidente Floriano Peixoto”.¹⁷ Liderado por Rui Barbosa, o jornal subiu o tom: da “linguagem mansa, quase humilde, doutrinária, passou a [ser] violento, agressivo e contundente, pelos artigos de Rui e dos colaboradores”.¹⁸ Posicionando-se fortemente contra as ações de Floriano Peixoto na Revolta da Armada, o jornal foi fechado. Em 30 de outubro de 1894, “Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo vendeu o *Jornal do Brasil*, por indicação de Rui Barbosa, à firma Mendes e Cia. Em 15 de novembro, após uma ausência de um ano e 45 dias, o jornal voltou a circular”.¹⁹ “Em seu artigo de apresentação, a nova direção do periódico afirmava seu propósito de ‘assegurar aos poderes públicos seu apoio, sempre que [necessário] para sustentar a autoridade legal’. Declarava ainda que as autoridades teriam no jornal uma sentinela vigilante e um adversário enérgico dos que corrompessem as leis”.²⁰

¹³ FONSECA, L. P.. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. 2008. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 23.

¹⁴ *Idem*, 25.

¹⁵ FERREIRA, M. M.; MONTALVÃO, S. (s/d). Verbete Jornal do Brasil. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ FONSECA, L. P.. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. *op.cit.*, 2008, p. 26.

¹⁸ FERREIRA, M. M.; MONTALVÃO, S. (s/d). Verbete Jornal do Brasil. *op.cit.*, CPDOC/FGV.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ *Idem*.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Sérgio Montalvão, durante toda essa fase, que vai até o final da Primeira Guerra Mundial, “do antigo matutino restava portanto apenas o título”.²¹ “Oscilando entre o sensacionalismo, a exploração de casos policiais, as campanhas populares e a crítica dosada de humor e ironia aos costumes e ao governo, o *Jornal do Brasil* se caracterizou como um órgão muito mais informativo do que de opinião”,²² passando a se intitular como “legítimo e natural representante do povo”.²³ Em resposta a algumas críticas, que tomavam o “popularíssimo”, apelido do jornal nesta fase, em um sentido negativo, Carlos de Laet afirmaria: “não podiam ser mais gentis na sua malignidade os que chamam o *Jornal do Brasil* de popularíssimo, [pois ele é] por excelência a folha popular, a folha do povo”.²⁴

Para Letícia Pedruce Fonseca, percebe-se, muito claramente, “como o periódico foi se transformando com as circunstâncias comerciais e políticas e com as posições das diversas direções que o controlaram, ou ainda do posicionamento político de seus redatores, dentre outros fatores”.²⁵ Em 1908, quando saiu a lista que analisaremos em seguida, a configuração do jornal era absolutamente diferente da dos primeiros anos: de monarquista contundente a republicano dissidente, o *Jornal do Brasil* tornou-se, naquele contexto, um jornal de feição popular. Este aspecto é importante, uma vez que o perfil da lista – ao não distinguir figuras monarquistas e republicanas, artistas e militares; nem, todavia, escamotear os conflitos ideológicos, que permanecem latentes nas narrativas necrológicas (tendo em vista, justamente, as fases do jornal) – aponta para um panteão cívico relativamente mais diversificado.

Indícios cívicos nos funerais de Carlos Gomes, Gonçalves Dias e José de Alencar

Em se tratando de personalidade não diretamente vinculadas à esfera do poder, cuja morte, tal como a das figuras militares, revestiu-se de mensurável retórica cívica, o nome de Antônio Carlos Gomes (1836-1896) não poderia passar despercebido. O compositor paulista, reconhecidamente “o primeiro músico do mundo americano”,²⁶ faleceu em 16 de setembro de

²¹ *Idem.*

²² *Idem.*

²³ FONSECA, L. P.. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. *op.cit.*, 2008, p. 27.

²⁴ FERREIRA, M. M.; MONTALVÃO, S. (s/d). Verbete Jornal do Brasil. *op.cit.*, CPDOC/FGV.

²⁵ FONSECA, L. P.. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. *op.cit.*, 2008, p. 27.

²⁶ Domingo, 20 de setembro de 1896, *O Paiz*.

1896, em Belém, no Pará, após longa luta contra um câncer (que, aliás, mereceu interessante querela na imprensa carioca). O passamento da conhecida figura era já esperado, tanto que ainda em agosto, em sua coluna no *O Paiz*, o dramaturgo Arthur Azevedo (1855-1908) lamentava o inevitável, indicando as vindouras reações que a perda do amigo suscitaria em brasileiros de todas as localidades: “recolhamos piedosamente o espólio artístico do brasileiro ilustre, que deixa nas suas inolvidáveis composições o pedestal da estátua que o nosso patriotismo, a nossa gratidão e a nossa funda saudade deverão erguer-lhe aqui, no coração do Brasil”.²⁷

Morto o “genial artista”, a consternação foi geral. Em Belém, capital do estado do Pará, por exemplo, onde estava desde o ano anterior para dirigir o Conservatório de Música (CM), “todo comércio fechou acompanhando o sentimento de consternação”. Prédios públicos, consulados, navios, jornais, entre outros estabelecimentos, “hastearam bandeiras em funeral”. O povo, comovido, dirigiu-se “em romaria à casa onde esta[vam] os restos mortais do maestro Carlos Gomes, e tal foi a afluência de visitantes que se tornou necessário impedir a entrada para não embarçar o trabalho do embalsamamento”.²⁸ Além desse procedimento, foi retirada ainda a máscara mortuária, executada pelo dr. De Angelis e Capranesi (c.1852 – c.1900), e “o corpo foi preparado, artisticamente, para as fotografias de Felipe Fidanza (1847-1903)”.²⁹ Ornamentado para os eventos sucessivos, o corpo de Carlos Gomes seria, então, objeto de uma intensa, embora relativamente cordial, disputa cívica: morto no Pará, onde recebeu enorme atenção pública e estatal, o corpo é reivindicado por São Paulo e Rio de Janeiro.

O governador do estado de São Paulo, Campos Sales (1841-1913), logo que teve conhecimento da morte do ilustre maestro, telegrafou a Lauro Sodré (1858-1944), governador do Pará, incumbindo-o da responsabilidade de representá-lo nos funerais que se fizessem naquele estado. Mesmo estes primeiros funerais, em terras de Maranhão, contaram com uma considerável imponência, uma vez que teria levado o corpo do maestro ao cemitério da Soledade, em Belém, “um suntuoso préstito, composto de coches alegóricos, além do que ia o corpo do glorioso maestro

²⁷ Terça-feira, 18 de agosto de 1896, *O Paiz*.

²⁸ Sexta-feira, 18 de setembro de 1896, *O Paiz*.

²⁹ COELHO, G. M.. A cultura de Belém da Belle Époque e a estética da morte de Carlos Gomes. In. ANDRADE, R.; FIGUEIREDO, G. A.; DILLMANN, M.. (Org.). Morte, arte fúnebre e patrimônio: lugares de memória, simbolismo e documentos post mortem. Ied. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2020, v. 1, p. 40.

e muitos carros com centenas de coroas”.³⁰ Segundo Geraldo Coelho, antes de transferir-se para o Soledade, no dia 20 de setembro, o corpo do maestro foi transferido, ainda dia 18 – à noite, à luz de velas e de archotes –, para o Conservatório de Música.³¹ Dias depois, 8 de outubro, o corpo foi trasladado para a Catedral de Belém, onde realizou-se uma missa; só então o finado foi levado para o mercante *Itaipu*, no qual retornaria à terra que o viu nascer. Nesse sentido, sem esquecer-se de agradecer os esforços do “Guarda do Amazonas” para prolongar a vida e, expirada esta, preservar e honrar a memória do músico, o governador de São Paulo encaminhou, de forma acanhada, mas decidida, o pedido da trasladação do corpo:

Atendendo às solicitações do povo de São Paulo, principalmente do de Campinas, ousou transmitir-vos, em aditamento ao meu primeiro telegrama, o veemente desejo dos meus patrícios, para que descanse em terra campineira o glorioso brasileiro que ali nasceu. Está visto que neste pedido não vai o mínimo desconhecimento ao carinhoso agasalho que o Pará generosa e patrioticamente prestou ao nosso grande artista. Mandai logo vossa resposta e peço-vos que a deis sem constrangimento, seja ela qual for.³²

Como deixa antever o breve comentário de Campos Sales, os funerais de Carlos Gomes revestiram-se, desde começo, de uma considerável dimensão cívica, já que ele, maestro consagrado, era mesmo apresentando como uma “verdadeira glória nacional, orgulho da nossa Pátria”.³³ Por isso, como sugere um necrológio, o corpo de Carlos Gomes não pertenceria exclusivamente ao Pará, que o viu morrer, nem somente à São Paulo, que acompanhou seu nascimento, mas a todo Brasil: “são despojos que pertencem à Pátria e como tal devemos pedir ao guarda do Amazonas esse corpo que deve ser sepultado civicamente no coração da República”.³⁴

Todas as reivindicações foram satisfeitas. Machado de Assis, em crônica publicada na *Gazeta de Notícias* em 20 de setembro, chama atenção para o reconhecimento implícito das reivindicações de Pará e São Paulo: “não atenteis somente para a linguagem dos dois Estados, um dos quais reconhece implicitamente ao outro o direito de guardar Carlos Gomes, pois que ele aí morreu, e o outro acha justo restituí-lo àquele onde ele viu a luz”.³⁵ Para Machado, o mais importante era “esse sentimento de unidade nacional, que a política pode alterar ou afrouxar, mas

³⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 set. 1896. Apud. MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de “homens de letras” na passagem do império à república. *TEMPO (NITERÓI. ONLINE)*, v. 22, p. 260-282, 2016, p. 273.

³¹ COELHO, G. M.. A cultura de Belém da Belle Époque e a estética da morte de Carlos Gomes. *op.cit.*, p. 41.

³² Sexta-feira, 18 de setembro de 1896, *O Paiz*.

³³ Quinta-feira, 17 de setembro de 1896, *O Paiz*.

³⁴ Sexta-feira, 18 de setembro de 1896, *O Paiz*.

³⁵ Domingo, 20 de setembro de 1896, *Gazeta de Notícias*.

que a arte afirma e confirma, sem restrição de espécie alguma, sem desacordos, sem contrastes de opinião. A dor aqui é brasileira”, diz o cronista.³⁶ Depois de comentar que paulistas e paraense divergiram em política, Machado complementa: “a república da arte é anterior às nossas constituições e superior às nossas competências. O que o Pará fez pelo ilustre paulista mostra a todos nós que há um só paraense e um só paulista, que é este Brasil”.³⁷

Carlos Gomes mereceu consideráveis funerais em cada uma dessas localidades: em Belém, na Capital Federal e em Campinas, sendo que o evento realizado no Rio de Janeiro (cerca de 30 dias depois do falecimento) foi, talvez, o primeiro e maior funeral revestido de simbologia cívica que até então merecera uma figura reconhecida quase que exclusivamente por suas contribuições ao universo artístico. Em consonância com essa percepção, o sepultamento cívico no coração da República não decepcionou. Logo em seguida aos eventos realizados no Arsenal da Guerra (AG), que recebeu o espólio do mercante *Itaipu*, o corpo foi levado para ser velado no Instituto Nacional de Música (INM). Durante o percurso, o numeroso préstito se deteve, por alguns momentos, no Largo da Batata, onde as bandas de “música de infantaria e cavalaria da Brigada Policial, a do corpo de marinheiros nacionais, e as do 1º, 22º e 24º batalhões de infantaria de linha” perfilaram-se em homenagem ao nobre campineiro. Em seguida,

Diante do féretro do imortal Carlos Gomes, que a alva e purpurina bandeira do Pará cobria protetoramente, a batuta de Henrique Mesquita arrancou de cerca de 300 instrumentos a primeira nota da sinfonia do *Guarani*. Nunca menos de quatro mil pessoas ouviram de chapéu na mão essa obra primorosa do genial brasileiro.³⁸

Atendendo à dimensão da união nacional, anunciada por Machado de Assis, ou mesmo procurando alguma forma de usufruir simbolicamente do evento, o estado do Pará, todavia, pôde ainda envaidecer-se por ter no féretro do homem a sua bandeira. Apesar das dissonâncias (tanto estéticas quanto políticas) para com essa instituição, o cortejo caminhou até o Instituto Nacional de Música (INM) que, tal como os receptáculos das outras grandes figuras consagradas durante a Primeira República, sintetizava o ideal que o morto representava. Nessa instituição, o corpo ficaria até a transladação para Campinas. No caminho, porém,

a marcha fúnebre que a banda do 1º [batalhão] ia tocando foi subitamente interrompida pelos acordes vivíssimos do Hino Nacional. Então o hino foi geralmente executado por

³⁶ Domingo, 20 de setembro de 1896, *Gazeta de Notícias*.

³⁷ Domingo, 20 de setembro de 1896, *Gazeta de Notícias*.

³⁸ Domingo, 18 de outubro de 1896, *O Paiz*.

todas as bandas. Era justo. O maestro recebia assim a homenagem da Pátria expressa na linguagem divina de que ele era senhor.³⁹

Esses funerais superaram, em vários aspectos (como público presente, investimento estatal e retórica cívica) os do próprio Machado de Assis, realizados tantos anos depois e dotado de vultoso investimento cívico e engajamento de amigos e conhecidos por todo o Brasil. Pelas circunstâncias em que ocorrem e pelo modo com que se desenvolveram, os funerais de Carlos Gomes não deixam de lembrar, anotadas as especificidades e a distância temporal, os de Joaquim Nabuco, homenageado em Washington, Rio de Janeiro e Recife.⁴⁰ Carlos Gomes pode, portanto, figurar, mesmo que com algumas tensões, no panteão cívico republicano, apresentando-se como elemento central no processo de transformação do imaginário político e das formas de ritualizar o poder que encaminharam-se sobretudo a partir do final do século XIX.

Apesar de não ser absolutamente representativo dos novos valores propagados pela República, “as pompas fúnebres de Carlos Gomes”, como destaca Geraldo Coelho, “em que pese o toque sacralizado das cerimônias religiosas ocorridas na Catedral de Belém, foi, em síntese, uma manifestação republicana”.⁴¹ A retórica cívica em torno da figura do maestro campineiro, explicitada em diversos momentos dos seus funerais – desde a morte e os funerais em Belém, passando pela recepção no Arsenal de Guerra, e os eventos subsequentes, até a partida para o São Paulo –, foi tão forte que, simbolicamente, o corpo de Carlos Gomes parecia mesmo pertencer à Pátria, que se metamorfoseava, naquele instante, em sua “verdadeira família”. O governador do Pará, por exemplo, ao saber morto o maestro, viu-se na obrigação de apresentar condolências:

Cumpro doloroso dever de comunicar-vos que acaba de finar-se o nosso eminente compatriota, [o] glorioso maestro Carlos Gomes. Seus funerais serão feitos a expensas do Estado do Pará. A V. Ex., como primeiro representante da República, apresento minhas condolências por essa grande perda irreparável padecida pela pátria brasileira.⁴²

O Governador presta condolências ao Presidente porque este, ao representar a Pátria, perdia em Carlos Gomes um filho ilustre e querido. Esse tipo de comunicação, bastante comum quando enviada à família do morto, assume considerável dimensão simbólica quando o destinatário é o próprio Estado:

³⁹ Domingo, 18 de outubro de 1896, *O Paiz*.

⁴⁰ Sobre os funerais de Joaquim Nabuco, cf. BONAFE, L. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, 2008.

⁴¹ COELHO, G. M.. A cultura de Belém da Belle Époque e a estética da morte de Carlos Gomes. *op.cit.*, p. 26.

⁴² Sábado, 19 de setembro de 1896, *O Paiz*.

Apesar de esperada, [a] notícia [da] morte [do] nosso compatriota Carlos Gomes, produziu geral consternação. Ao benemérito governador, distintos médicos e povo do Pará, a Pátria será sempre reconhecida e grata por tudo quanto fizeram para atenuar os cruéis sofrimentos do grande artista nacional, cuja perda irreparável lamentamos.⁴³

Prudente de Moraes (1841-1902), como fica sugerido na comunicação, também parece assumir o papel de *pater familias*, agradecendo, em nome da Pátria, toda a atenção dispensada ao “seu filho” finado. Como demonstra Fernando Catroga, as sociedades, tal como os indivíduos, se sentem imortais, daí que seja “inaceitável que seus membros – e, mais drasticamente, aqueles que a encarnam e com que ela se identifica – estejam destinados a desaparecer”.⁴⁴ Carlos Gomes, filho dileto da Pátria, não estaria, portanto, fadado ao completo e definitivo desaparecimento, “mas a sua morte [era] apenas uma transição entre a vida mundana e a imortalidade”, destaca um periódico.⁴⁵ Os funerais do maestro passaram a funcionar, então, como um mecanismo de alocação de sua figura em um espaço imagético e simbólico suprassensível, onde o maestro poderia, tal como sempre fizera, continuar a regência da sinfonia dos vivos que, sobreviventes, continuavam suas vidas rumo ao destino glorioso da nação.

Como sugere João Filipe Gonçalves, vários figurantes que compõem o panteão cívico republicano (organizados a partir da lógica do “politeísmo cívico”) funcionavam como a “materialização de uma ideia, valor ou instituição. Eles davam literalmente um corpo a noções abstratas que os sobreviventes queriam celebrar”.⁴⁶ No caso em vista, Carlos Gomes parece materializar, em um primeiro momento, a Música. Essa perspectiva é sustentada pelo velório no Instituto e no Conservatório de Música e por diversos comentários coetâneos. Segundo um deles, por exemplo: “a Pátria enlutada pergunta quem será o substituto do único brasileiro que conseguiu, na música, justa nomeada europeia, tendo visto suas óperas em muitas das principais cenas do teatro lírico do velho mundo”.⁴⁷ Interessante, nesse sentido, como o engrandecimento da Pátria (neste caso, através da música), como acontece também na recepção póstuma de outras figuras notáveis, passa, quase que necessariamente, pela reconhecimento europeu: é como se engrandecer o Brasil significasse engrandecê-lo diante das nações do mundo. Esse será, algum

⁴³ Sábado, 19 de setembro de 1896, *O Paiz*.

⁴⁴ CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010, p. 165.

⁴⁵ Sexta-feira, 18 de setembro de 1896, *O Paiz*.

⁴⁶ GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 152.

⁴⁷ Quinta-feira, 17 de setembro de 1896, *O Paiz*.

tempo depois, um dos aspectos distintivos da consagração de personalidades como Oswaldo Cruz (1872-1917), que “teria sido um herói da civilização brasileira contribuindo para o respeito das outras nações pelo Brasil ao livrá-lo da febre amarela e sanear a capital”, ou Joaquim Nabuco (1849-1910), que fora “um exemplo de ‘bem servir à humanidade e à Pátria’⁴⁸, ou mesmo, como veremos mais à frente, Augusto Severo (1864-1902), cuja morte, em Paris, embora trágica e definidora de um aparente fracasso, serviu também para realçar sua nação.

Tratando-se, assim, de um artista com considerável reconhecimento internacional, pelo menos desde que fora consagrado por Giuseppe Verdi (1813- 1901),⁴⁹ Carlos Gomes desempenhava bem, segundo Brieiro Filho, o papel de “notável representante da arte nacional” na sinfonia das nações civilizadas.⁵⁰ Bem pesadas as coisas, portanto, Carlos Gomes parece materializar menos a música do que a Arte, ou, em outras palavras, a música seria parte metonímia do grande ideal abstrato e marcador de desenvolvimento civilizacional que é a Arte:

Morto, devemos dar pêsames, não á Pátria, que o conservará ao lado de José Maurício Nunes Garcia, o grande músico brasileiro do século XVIII; não aos brasileiros, que o terão sempre vivo na memória ou no teatro, onde se perpetuará o seu nome, mas à Arte, que perde agora um dos seus mais caros filhos, embora dele conserve o espírito, o gênio, o amor; é menos um para cinzelar as joias que toda a família artística tem o dever de ofertar, em nome do seu ideal, à essa grande entidade abstrata – a Arte.⁵¹

De todo modo, a inserção de Carlos Gomes no panteão cívico republicano (onde foi, talvez, a primeira figura publicamente reconhecida por meio de funerais por suas supostas “virtudes cívicas”) não se efetivou sem que outros nomes fossem chamados à baila. Dois deles, especialmente: Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) e José Martiniano de Alencar (1829-1877). Embora esses dois nomes não figurem na lista do *Jornal do Brasil*, vale discorrer, mesmo que brevemente, sobre essas duas figuras, uma vez que tanto Dias quanto Alencar são peças importantes na retórica cívica mobilizada por ocasião da morte de Machado de Assis.

⁴⁸ GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa. *op.cit.*, 2000, p. 151.

⁴⁹ “Carlos Gomes quase endoideceu nesse dia, vendo-se aplaudido por Verdi que, ao terminar o grande concertante do 3 ato, exclamou – Este rapaz começa por onde acabei eu”. Quinta-feira, 17 de setembro de 1896, *O Paiz*.

⁵⁰ Segunda-feira, 21 de setembro de 1896, *O Paiz*.

⁵¹ Quinta-feira, 17 de setembro de 1896, *O Paiz*.

A relação entre Carlos Gomes e Gonçalves Dias foi melhor traçada, visto que ambos compartilham, além do reconhecimento especificamente artístico (música e poesia, respectivamente), passamentos marcados pela agonia dilacerante de uma doença mortal (câncer e tuberculose). Todavia, para alguns periódicos coetâneos, o destino teria oferecido talvez melhor – embora certamente não menos trágico – desfecho ao “primeiro poeta lírico contemporâneo da língua portuguesa” do que ao ilustre maestro campineiro; imbuído dessa lógica, um desses periódicos pergunta: “não fora melhor que o destino, depois de haver sepultado Gonçalves Dias no grande túmulo do oceano atlântico, tivesse atirado o nosso Carlos Gomes à onda devastadora da Pororoca sem martirizá-lo nas longas agonias em leito de moribundo?”⁵²

Gonçalves Dias morreu em agosto de 1864. Depois de passar cerca de dois anos na Europa buscando melhora para uma “moléstia incurável”,⁵³ o navio em que ele voltava naufragou nos arredores de Tutóia, no Maranhão. O infortúnio do poeta foi, não obstante o seu reconhecimento literário, elemento imprescindível para que seu nome se revestisse de um preambular investimento cívico. Em um poema escrito “de improviso”, J. R. de Oliveira Santos, poeta português residente no Maranhão, desenhou, em linhas gerais, essa perspectiva:

À morte de Gonçalves Dias
 Vendo a noite da vida aproximar-se,
 Ansioso tentou vir asilar-se
 No chão do pátrio lar;
 Mas antes de chegar lhe anoitecera,
 E na terra que tanto engradecera,
 Não pode repousar

A sorte lhe predisse, há mais de um ano,
 e marcado lhe fora o vasto oceano
 Por igual jazigo final.
 Em vão fugir tentou o seu destino,
 Que além, gemendo, o mar lhe entoa o hino
 Do triste funeral.

Da verde palmeira á grata sombra
 Mais quisera o cantor ter por alfombra
 A terra em que nasceu:
 – À tarde ouvir das aves o gorjeio,
 E á noite recolher no frio seio
 O sorvalhos do céu.

⁵² Sexta-feira, 18 de setembro de 1896, *O Paiz*.

⁵³ Quarta-feira, 30 de novembro de 1864, *Jornal do Commercio*.

Mas não quis o destino caprichoso,
 Que o canto das palmeiras mavioso
 Dormisse à sombra delas:
 Quis dar-lhe mais extensa sepultura,
 Onde, em vez de mil cantos de ternura,
 Ouça a voz das procelas.

Melhor foi ... que não deve o frágil barro,
 Que em si conteve um gênio tão bizarro,
 Ser dos vermes roído.
 Invólucro do espírito divino,
 Só lhe deve alternar da glória o hino,
 Oceânico gemido.

Invólucro d'uma alma grande e nobre,
 Alguns palmos de terra eram mui pobres
 jazigo a gênio tal,
 Do atlântico a vasta sepultura,
 É mais própria, de certo, e mais n'altura
 Do canto imortal

Dorme, pois, do Brasil cantor mui terno,
 Entre as vagas azuis, que o sono eterno
 Perturbar-te não vou.
 Do teu fim, pesaroso e condoído,
 Pude apenas soltar este gemido,
 Com que a lira estalou.

Tudo que o poeta desejou, depois de afastar-se por tanto tempo do doce lar, foi voltar à Pátria, onde dormiria, à sombra da Palmeira amiga, o último sono – dormido, assim com gosto, ao som do gorjeio daquelas aves que dele mereceram um belo canto. Mas para um poeta de tão elevada estatura, os sete palmos de terra pareciam pouca coisa, e quis o destino, então, dar-lhe mais “vasta sepultura”. Machado de Assis, no poema “A Gonçalves Dias”, das *Americanas*, também canta o grandioso infortúnio do poeta:

Mas tu, cantor da América, roubado
 Tão cedo ao nosso orgulho, não te coube
 Na terra em que primeiro houveste o lume
 Do nosso sol, achar o último leito!
 Não te coube dormir no chão amado,
 Onde a luz frouxa da serena lua,
 Por noite silenciosa, entre a folhagem
 Coasse os raios húmidos e frios,
 Com que ela chora os mortos... derradeiras
 Lágrimas certas que terá na campa
 O infeliz que não deixa sobre a terra
 Um coração ao menos que o prante.

Morto no mar, Gonçalves Dias não teve funerais: o seu luto não foi sofrido publicamente diante do corpo morto; morreu só, sem “um coração ao menos que o prante”. Em uma manifestação póstuma, como nos funerais, certamente haveria quem chorasse e louvasse o poeta. Haveria uma mobilização – talvez pequena, mas definitivamente significativa – no sentido de prantear na cena pública o ilustre escritor. Em seu bonito poema, Machado de Assis parece atento à importância dos funerais como mecanismo de consagração cívica. Tendo como companheiros “somente a noite, o medo, a solidão e a morte”, Gonçalves Dias não teria sentido o doloroso, porém catártico, “ósculo da partida”:

A alma que ali morava, ingênua e meiga,
 Naquele corpo exíguo, abandonou-o,
 Sem ouvir os soluços da tristeza,
 Nem o grave salmar que fecha aos mortos
 O frio chão. Ela o deixou, bem como
 Hóspede mal aceito e mal dormido,
 Que prossegue a jornada, sem que leve
 O ósculo da partida, sem que deixe
 No rosto dos que ficam, – rara embora, –
 Uma sombra de pálida saudade.

Embora a morte no mar permitisse a exploração poética do tema, mobilizada também à serviço da consagração, como demonstram os diversos comentários, poemas e artigos publicados na imprensa, Machado parece sentir falta dessa despedida pública. Todavia, mesmo desprovido desse evento central, o esforço deveria ser o de louvar Gonçalves Dias a partir dos mecanismos disponíveis, sendo a poesia uma estratégia prestigiosa. Assim, mesmo prosseguindo sua jornada como o hóspede mal aceito, que parte sem ver no rosto dos que ficam uma sombra sequer de “pálida saudade”, os contemporâneos e pósteros deveriam saber chorar e louvar postumamente o herói que do exílio trouxe ainda “um livro, monumento derradeiro que à pátria levantou”:

Oh! sobre a terra em que pousaste um dia,
 Alma filha de Deus, ficou teu rasto
 Como de estrela que perpetua fulge!
 Não viste as nossas lágrimas; contudo
 O coração da pátria as há vertido.

A pátria sofre o passamento do filho querido. No entanto, não existe nesses poemas, efetivamente, nenhuma associação inequívoca entre o poeta e Pátria, como constantemente acontecerá em Carlos Gomes e em outras figuras, como o próprio Machado de Assis e, sobretudo,

em Rui Barbosa (1849-1923).⁵⁴ Mas a desventura de nome tão ligada à nacionalidade – ligação evidenciada por José de Alencar, para quem Gonçalves Dias era o “poeta nacional por excelência”,⁵⁵ especialmente depois de publicados os *Primeiros Cantos*, em 1846 –, acirrou os ânimos patrióticos; que se acentuaram sobretudo a partir da especificidade trágica da circunstância da morte. A morte em alto mar foi, segundo alguns jornais, uma “fatal coincidência”. Para o *Jornal do Commercio*, por exemplo, “em junho de 1862 pranteava o Brasil sua morte em alto mar, e no dia 3 de novembro falecia ele, lutando talvez com os horrores de um naufrágio”.⁵⁶ Quando todos pensavam que ele, após decidir buscar auxílio na Europa, morreria no mar a caminho do velho mundo; no mar morreu, mas justamente quando voltava à Pátria. Um telegrama, enviado à amigos e publicado tantos dias depois do evento, quando a notícia ganhou os jornais da Capital, esclarece as circunstâncias do triste acontecimento:

Ilum. Sr. Um desastroso naufrágio acaba de dar sepultura no fundo do oceano e já nas águas do Maranhão, ao maior poeta brasileiro da época presente, Antônio Gonçalves Dias, que, gravemente enfermo de moléstia incurável, vinha da Europa morrer na terra da pátria, onde desejava descasassem seus ossos como o último donativo que lhe legava. Este acontecimento não cobriu de luto somente amigos do poeta, mas consternou profundamente a toda a cidade de S. Luiz, e há de causar mesma dolorosa sensação em toda a província e em todo o Brasil, que perdem no ilustre morto uma das glórias literárias mais brilhantes, um dos mais grandiosos vultos de poeta, um dos gênios mais favorecidos da natureza que tem em nossos dias enobrecido o nome brasileiro.⁵⁷

Conquanto a retórica cívica mobilizada em função da tragédia que vitimou Gonçalves Dias nem de perto lembre a que merecerá Carlos Gomes, ela também não está ausente, e nem sua precariedade é de somenos importância. Em alguma medida, a discursividade produzida nesse contexto indica uma incipiente associação entre figuras letradas e o universo cívico. Existia, mesmo que em estágio seminal, um esforço de consagração. Logo que pronunciada a morte, diversos maranhenses, amigos e admiradores de Gonçalves Dias se esforçaram, por exemplo, em angariar fundos para a construção de uma estátua em homenagem ao ilustre conterrâneo. Machado de Assis, ao saber, no Rio de Janeiro, desse “patriótico pensamento”, louvou a iniciativa,

⁵⁴ Cf. GONÇALVES, J. F.. “As Imponentes Festas do Sol: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em - 1918”, in Estudos históricos sobre Rui Barbosa/ Isabel Lustosa... [et al.]. - Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

⁵⁵ ALENCAR, J.. Iracema. - São Paulo : Nobel, 2009, p. 114.

⁵⁶ Quarta-feira, 30 de novembro de 1864, *Jornal do Commercio*.

⁵⁷ Quarta-feira, 30 de novembro de 1864, *Jornal do Commercio*.

afirmando que “não [era] um monumento para o Maranhão, [era] um monumento para o Brasil. A nação inteira deve[ria] concorrer para ele”.⁵⁸

Não causa estranheza que o investimento simbólico tenha recaído nessa outra forma de reconhecimento (além, é claro, dos vários poemas, saraus e conferências realizadas *in memoriam*),⁵⁹ uma vez que o corpo do poeta ganhara como sepultura o próprio Atlântico. Assim, em 10 de agosto de 1872, na justa data em que nasceu o menino Antônio, era assentada a pedra fundamental do monumento, sendo a estátua, e a Praça Gonçalves Dias, inauguradas no ano seguinte. Ainda nesse sentido, em 2 de junho de 1901, agora já no período republicano e na Capital Federal, Gonçalves Dias seria homenageado com um busto no Passeio Público, assinado por Marc Ferrez (1843-1923). No discurso de lançamento, é justamente Machado de Assis o responsável por lembrar as virtudes do grande poeta. Machado, em seu discurso, reconhece que a “veneração dos seus grandes homens é uma virtude das cidades”.⁶⁰ Louvar os grandes homens pátrios seria, como dirá Machado de Assis anos depois sobre os funerais de Carlos Gomes, uma forma de afirmar a unidade e os valores nacionais:

Aqui fica entregue o monumento a V. Ex.a, Sr. Prefeito, aqui onde ele deve estar, como outro exemplo da nossa unidade, ligando a pátria inteira no mesmo ponto em que a história, melhor que leis, pôs a cabeça da nação perto daquele gigante de pedras que o grande poeta cantou em versos másculos.⁶¹

O discurso de Machado de Assis já prima, portanto, em reconhecer o poeta d’*Os Tymbiras* como um “grande homem pátrio”, posição angariada pelo maranhense em função das suas conquistas na vida de homem de letras; conquistas essas materializadas em livros que, em alguma medida, garantiriam ou, pelo menos, trabalhariam em prol da unidade nacional. Louvado na República, Gonçalves Dias – ao merecer estreita, mas notória consagração ainda no Império – será indício interessante de um incipiente movimento de democratização das instâncias de consagração e modificação dos valores enaltecidos.

⁵⁸ Terça-feira, 29 de novembro de 1864, *Diário do Rio de Janeiro*. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M.. Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. - 1 ed. - São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017, p. 207.

⁵⁹ Como lembra Regina Abreu, “a evocação dos mortos associou-se também a outras formas de culto e visitação, além da visita ao túmulo no cemitério ou da veneração de relíquias. Conferências, pronunciamentos de elogios póstumos, rituais religiosos, lançamentos de biografias, exposições comemorativas em museus e [a partir da segunda metade do século XXI] até programas especiais de televisão são algumas das formas modernas de “lembrar os mortos”. ABREU, R. M. R. M.. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 205-230, 1994, p. 208.

⁶⁰ ASSIS, M.. [Discurso proferido no passeio publico na inauguração do busto de Gonçalves Dias]. In. AZEVEDO, S. M; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 691.

⁶¹ *Idem*, p. 691.

O mesmo raciocínio aplica-se a José de Alencar. Morto em dezembro de 1877, o autor de *Iracema* recebeu algum reconhecimento cívico por parte do Estado. Para José Moreira Monteiro, por exemplo, “a pátria [cobria-se] de luto pela perda do mais sábio dos teus filhos”.⁶² Segundo um artigo necrológico publicado no *Jornal do Commercio*, os funerais de Alencar foram uma justa homenagem ao “espírito que animara aquele corpo então inerte e frio”.⁶³ O préstito que o acompanhou ao cemitério também ganhou ligeiro destaque na imprensa. Para o *Diário do Rio de Janeiro*, o préstito “era uma homenagem ao escritor, era uma dívida de honra paga ao eminente brasileiro que muito [trabalhou] para o engrandecimento da nossa literatura”.⁶⁴

Alencar foi velado em casa, onde escritores como Machado de Assis não deixaram de se impressionar com a singeleza do ambiente.⁶⁵ O caixão em que estava deitado o corpo foi levado ao carro fúnebre pelos Ministros da Fazenda e da Marinha, acompanhados dos senadores Jaguaribe e Octaviano, além do deputado Alencar Araripe.⁶⁶ O séquito teria sido “extraordinário”, pelo menos para padrões da época: “pelas ruas por onde passava o triste préstito, os transeuntes paravam, descobrindo-se respeitosamente e murmuravam o nome tão conhecido e estimado de Alencar”.⁶⁷ Já no cemitério de São Francisco Xavier, onde quedaria para sempre o corpo, “achavam-se membros de todas as classes da nossa sociedade, ministros, senadores, deputados, representantes da imprensa, da literatura em todos os seus ramos, de corporações científicas, do comércio, da indústria, estrangeiros e nacionais”.⁶⁸ Na beira do túmulo, três personalidades discursaram: Joaquim José Teixeira (1811-1885), ex-presidente da província do Sergipe, Escragnolle Taunay (1843-1899), ex-presidente da província de Santa Catarina, e Duque-Estrada Teixeira, jornalista e advogado.

As últimas palavras antes de descer o corpo foram de reconhecimento. No entanto, Alencar era reconhecido de maneira mais ampla; suas contribuições, não obstante sejam – hoje em

⁶² Domingo, 16 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁶³ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁶⁴ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Diário do Rio de Janeiro*.

⁶⁵ Sobre Alencar, diz Machado: “Jamais me esqueceu a impressão que recebi quando dei com o cadáver de Alencar no alto da essa, prestes a ser transferido para o cemitério. O homem estava ligado aos anos das minhas estreias. Tinha-lhe afeto, conhecia-o desde o tempo em que ele ria, não me podia acostumar à ideia de que a trivialidade da morte houvesse desfeito esse artista fadado para distribuir a vida”. ASSIS, M.. O guarani - José de Alencar. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 571-2.

⁶⁶ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁶⁷ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁶⁸ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

dia – maiormente literárias, se deram também em outras esferas. Joaquim José Teixeira, por exemplo, destaca que o nome de José de Alencar ficaria marcado nos “anais políticos da nossa terra, sobretudo na história das nossas letras”, em que ele teria produzido “obras que constituem um verdadeiro padrão da glória”.⁶⁹ Já para Taunay, a perda do autor de *O Guarani* teria feito sofrer todos os “corações patrióticos”: “que dia tão cheio de agonias! Que caliginosa escuridão que de repente nos cercou! O que houve? Que sucedeu?”, perguntou, entristecido, aos ouvintes presentes no cemitério. “Tombou no chão do aniquilamento o coruchéu que tanto enobrecia o templo da inteligência”, respondeu em seguida. Perdia-se, assim, “um dos focos intensos de luz que serviram de farol à pátria!”.⁷⁰ Farol que brilhara em várias frentes:

O que é feito do orador, cuja voz prendia milhares de ouvidos e fazia descorar e estremecer os mais valentes lutadores da tribuna? Que é feito do mestre, cuja pena cintilante era na arena literária um protesto enérgico e constante contra o esmorecimento de todos, um exemplo raro de indefesa atividade? Que é feito do juriconsulto, cuja ilustração e proficiência inspiravam respeito aos mais abalizados sacerdotes do direito e da justiça? Que é feito do polemista, do sábio, do publicista, do homem, enfim, cujas ideias tanto lugar ocupavam na sociedade brasileira e cuja nome ecoa nos mais ínvios recantos deste gigante Império.⁷¹

Alencar era reconhecido como Homem de Letras, i.e., como um sujeito que lustrava, com sua inteligência e erudição, os vários componentes do mundo intelectual. Literato, político, advogado, sábio, publicista etc., o autor de *Ubirajara* era, em suma, um homem de várias virtudes. José Moreira Monteiro, em artigo publicado dias depois, presta, nesse sentido, pêsames àqueles que, naquele momento, mais sofriam com o desaparecimento de Alencar, diz ele: “pêsames à pátria brasileira, pêsames à jurisprudência, pêsames à literatura, pêsames à magistratura, pêsames ao parlamento, pêsames à representação nacional, pêsames à família do finado romancista e escritor José de Alencar”.⁷² Para este amigo e jornalista, muito se perdia com a partida de Alencar para os terrenos celestiais; muito se perdia com a ausência dessa personagem que tanto teria contribuído para com o engrandecimento da pátria. Por isso mesmo, ele, Alencar, teria esculpido com o próprio talento o seu nome nas “tábuas da imortalidade”.⁷³

⁶⁹ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁷⁰ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁷¹ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁷² Domingo, 16 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁷³ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

Duque-Estrada Teixeira, último a discursar, também insistiu na imortalidade do nome de Alencar: “sucumbiste legando uma memória gloriosa que a pátria sempre prezará e bem dirá”. A perda de mestre tão estimado deveria ser por todos sentida:

Em qualquer país, por mais opulento de glórias literárias, a perda de um talento qual o de José de Alencar seria amargo e geralmente pranteada; no Brasil, onde infelizmente essas glórias ainda raras são, uma tal perda deve considerar-se calamidade pública; sua notícia repercutirá como funéreo dobre nos ângulos do Império e deve cobri-lo de pesado luto.⁷⁴

Seria forçoso afirmar, como não titubeou Teixeira, que todo o Império cobriu-se de luto. A reverberação do evento na imprensa e os próprios funerais foram bastante acanhados. Mas houve comoção. Para José Serra Tralgadagas, cronista da *Gazeta de Notícias*, por exemplo, o falecimento de José de Alencar teria colocado em viuvez “a literatura pátria”. O jornalista e advogado afirma ainda que o nome de Alencar era “uma auréola de glória”, e o seu sepulcro era “a antemãhã da imortalidade!”. O Brasil, portanto, teria como responsabilidade guardar com orgulho a memória de Alencar, “porque ele é uma de suas grandezas”.⁷⁵

⁷⁴ Sexta-feira, 14 de dezembro de 1877, *Jornal do Commercio*.

⁷⁵ Domingo, 16 de dezembro de 1877, *Gazeta de Notícias*.

O DOBRE DE FINADOS

Este ar sombrio,
estas gotas do céu,
aquelas nuvens escuras
que cobrem o azul
como um crepe funéreo,
tudo isso é a dor crua e má
que lhe rói à natureza
as mais íntimas entranhas;
tudo isso é um sublime louvor
ao nosso ilustre finado.

Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

Embora os funerais de Carlos Gomes e a incipiente retórica cívica em torno de figuras como José de Alencar e Gonçalves Dias permitam visualizar indícios de um gradual processo de transformação nas formas de consagração, é certamente no século XX que o panteão cívico republicano (em termos simbólicos, uma vez que não houve a materialização física de um Panteão, como na França) se consolida. No quartel inicial desse século, o sistema republicano já está consideravelmente estabelecido e os valores balizadores do processo de incorporação de elementos cívicos já estão articulados com o imaginário político. Proliferam, assim, os esforços de consagração de elementos provenientes do mundo artístico e literário, que se tornam objeto de exaltação em virtude do reconhecimento dos exemplos de civismo professados em vida.

No entanto, entre os vultosos funerais de Carlos Gomes (1896) e os de Machado de Assis (1908), i.e., entre o primeiro funeral em que há uso sistemático e significativo de uma ritualista cívica (mobilizada para, dentre outros objetivos, conferir lugar destacado à figura não diretamente vinculada ao universo político na história nacional) e aquele que, em alguma medida, consolida essa perspectiva, parece haver uma espécie de abismo, como se essa consolidação prescindisse de um período gestatório. Não é de se estranhar, portanto, que parte considerável das pesquisas sobre

funerais cívicos promovidos durante a Primeira República concentrem-se nas décadas de 1910 e 1920,¹ exceção os trabalhos que se detêm em exemplos militares.²

D. Pedro II foi outro cujos funerais mereceram atenção.³ Morto em Paris, em 1891, a presença (ou não) da representação brasileira nas cerimônias realizadas na França e em Portugal (assim como as reverências feitas em solo nacional) tornaram-se um tópico central nas disputas narrativas em torno da legitimidade do novo regime. Para o *Apostolado Positivista*, por exemplo, fazia bem a República ao não se associar às cerimônias, visto que essa associação poderia pôr em risco as conquistas republicanas. Não obstante, para outros – os autoproclamados “verdadeiros patriotas” – o governo fazia mal, pois, ao invés de reconhecer “os seus concidadãos beneméritos”, o estado procurava cobri-los “com o fel do ódio e do desprezo”.⁴ O Brasil deveria, portanto, “saber honrar ‘seus grandes homens’, independente da fé política que professassem”.⁵

Mesmo nesses “anos entrópicos”,⁶ em que buscava-se construir as bases da “obediência legítima”, como sugere a fala dos “patrióticos”, já existia, portanto, algum esforço em constituir algo próximo de um “politeísmo cívico”, possibilidade sempre embargada pelo acirramento dos ânimos provocado pela instabilidade política. Nesse sentido, como insiste Lúcia Guimarães, até a década de 1920, quando faz-se em terras nacionais os funerais de d. Pedro II, “a morte dos homens públicos carecia de ritual próprio, de maneira a despertar no povo sentimentos patrióticos”.⁷ Para a pesquisadora, nessa lógica, “os vultos nacionais mais significativos do advento do regime

¹ Cf. funerais de Joaquim Nabuco em BONAFE, L. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, 2008 e os funerais de Rui Barbosa, em GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000 e GONÇALVES, J. F.. “As Imponentes Festas do Sol: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em - 1918”, in Estudos históricos sobre Rui Barbosa/ Isabel Lustosa... [et al.]. - Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. Cf., ainda, MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do império à república. TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 22, p. 260-282, 2016.

² Cf. SOARES, E. C. M. C. General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História. 2012 e LEAL, E. C.. Floriano Peixoto e seus consagradores: um estudo sobre cultura cívica republicana (1891-1894). Revista Estudos Políticos, v. 5, p. 229-247, 2014.

³ Cf. FAGUNDES, L.. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prisma, 2017.

⁴ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O País*.

⁵ BN/RJ. *Jornal do Commercio*, 12 de dezembro de 1891. Apud. FAGUNDES, L. P.. E quando é morto o imperador? Batalhas memoriais nos funerais de D. Pedro II (1891). Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e morrer, v. 1, p. 27-52, 2016, p. 42.

⁶ “Com o termo [entropia] pretendo designar a primeira década republicana, caracterizada, além da ausência de mecanismo institucional minimamente rotinizado, pelo comportamento errático dos atores, que no tratamento das fontes de instabilidade acabaram por introduzir ainda mais incerteza e confusão”. LESSA, R.. A invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p. 50-1.

⁷ GUIMARÃES, L.. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, R., ALMEIDA, M. R. C. de, AZEVEDO, C e GONTIJO, R. (orgs.). Mitos, projetos e práticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 69-82, p. 78.

republicano, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ao falecerem, não mereceram funerais emblemáticos, idealizados e custeados pelo estado”.⁸

No entanto, contra a tese da Lúcia Guimarães, pesam falas como a de um jornal carioca, para quem teria cabido justamente a Floriano Peixoto, “o benemérito salvador da república, a glória de ser neste país o primeiro homem ao qual o Estado faz os funerais”.⁹ Além disso, é difícil qualificar um velório que durou três meses e, para alguns pesquisadores, é o maior da nossa história política, como pouco emblemático. Mesmo que se compartilhe da hipótese “de que o novo universo simbólico não foi capaz de conferir legitimidade à nação republicana”, como sugere Lucia Lippi Oliveira,¹⁰ questionando, assim, a eficácia simbólica desses eventos, o esforço de constituição de um panteão cívico não pode ser menosprezado. Como diria Ângela de Castro Gomes, ao tratar da escrita da história em instituições como o IHGB, é conveniente pelo menos algum esforço no sentido de “relativizar a proposição segundo a qual a Primeira República fracassou no empreendimento de criar um imaginário cívico conforme seus projetos políticos”.¹¹ Dando forma a este esforço, pode-se dizer que, em ampla medida, os funerais aqui analisados indicam que os ritos fúnebres encontravam algum respaldo na sociedade, ou seja, embora a eficácia simbólica possa ser questionada a longo prazo, não parece acertado dizer que um evento que contou, segundo um jornal, com mais de 30 mil pessoas tenha sido encenado no vazio.

No entanto, e para além dessa perspectiva, os funerais cívicos, e outros rituais, são não apenas resultados de manipulações intencionais de atores políticos (que, em alguma medida, encontram (ou não) sentido e consumação em seu contexto específico); eles são, também, a materialização de processos mais amplos de transformações nas formas de ritualizar o poder e de experienciar o tempo. As afecções deixadas por essas experiências permanecem, mesmo que sopitadas, no corpo social, compondo a historicidade dessas sociedades. Voltar-se, mesmo que brevemente, para as últimas décadas da monarquia e para os primeiros anos da República pode mostrar-se absolutamente profícuo tanto no sentido de compreender processos temporais mais amplos (processos que se explicitaram de forma vital naquela conjuntura) como também na

⁸ *Idem*, p. 78.

⁹ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁰ OLIVEIRA, L. L... As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989, p. 186.

¹¹ GOMES, A. M. C.. A República, a história e o IHGB. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009, p. 24.

percepção dos funerais machadianos no âmbito de “uma prática costumeira que tem”, durante a Primeira República, “um sentido comum em suas várias manifestações”.¹²

Desse modo, tomando como base as figuras elencadas pelo *Jornal do Brasil*, a tendência, como veremos, será a crescente incorporação de elementos a partir de um processo em que se relativiza a matriz política em favor da alocação cívica no panteão nacional. Esse movimento é acompanhado, ainda, por uma gradual inversão do eixo militar para o civil: das dez figuras sugeridas pelo periódico, cinco são militares, todas com orgânicas relações políticas, e cinco são artistas ou profissionais liberais. Enquanto que no final do século XIX um maior número de militares merece funerais com alguma retórica cívica; no século XX, predominam os Homens de Letras. Novamente, há que se destacar a arbitrariedade dos nomes e, conseqüentemente, a precariedade da hipótese. Todavia, os ganhos qualitativos com a breve análise dos funerais podem iluminar ângulos importantes das práticas funerárias performadas durante os primeiros anos republicanos. Iniciamos com as figuras militares para, em seguida, comentarmos alguns funerais de personagens oriundos do mundo artístico e científico.

I. INSIGNES MILITARES

General Osório: o soldado-cidadão

A primeira figura militar destacada pelo *Jornal do Brasil* foi Manuel Luís Osório (1808-1879). O General Osório, como era popularmente conhecido, a despeito da patente de Marechal, morreu às 6 horas e dez minutos da noite de 4 de outubro de 1879, vítima de pneumonia. Segundo os jornais, o recém falecido teria conservado “até à sua última hora o pleno uso das faculdades e o maior sangue frio, a par do perfeito conhecimento do seu estado”.¹³ Elemento comum em vários necrológicos, os últimos momentos antes do passamento da figura ilustre são destacados. Na maior parte dos casos, esse artifício visa atribuir ao fim uma dimensão significativa da virtude do morto:

Ainda às 4 horas da tarde fumou um charuto, e nessa ocasião, entrando no quarto um oficial do exército, que lhe perguntou:

- Como vai, general?

Ele respondeu:

¹² GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 156.

¹³ Segunda-feira, 6 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

- Morto! Ora viva!
 E virou-se para o outro lado.
 A um Sr. Deputado que, no dia do falecimento, o saudou, dizendo-lhe:
 - Bom dia, general;
 Este respondeu:
 - Boa noite, se me faz favor!
 Vê-se bem que não faltou aquele bravo, na hora da morte, a coragem de que em vida dera tantos exemplos.
 Informam-nos mais, que pouco antes de falecer, chamou seu filho Fernando e lhe disse:
 - Fernando, agradece a esses médicos, aos homens de letras e da imprensa a maneira atenciosa por que me tratam. Morro e perdoo as ingratidões.¹⁴

Corajoso no leito de morte como fora no campo de batalha, Osório será louvado como um “heroico soldado”.¹⁵ Nesse e em outros casos, a contingência da morte se revestirá de uma aura discursiva mobilizada pelo obituarista no intuito de depreender o sentido da vida que ora finda. Naquele contexto, como gozava ainda do enorme prestígio oriundo da sua participação na Guerra do Paraguai, os vários elementos que compõem a trajetória do militar sul-riograndense foram organizados de forma a culminarem nesse evento central. A própria manutenção da patente de menor prestígio, tem que ver, justamente, com a popularidade do nome “General Osório”, angariada sobretudo durante a “Guerra Grande”. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, esclarece:

Muito de propósito conservamos-lhe nestas tristonhas linhas o seu título de General Osório; porque é esse o seu nome popular, aquele que o país amou e soltou nos gritos de entusiasmo; o nome que o fumo, o sangue e as balas dos combates consagraram; o nome que a vitória levou e levará aos batismos da glória.¹⁶

Ao contrário do que acontece com as figuras provenientes do mundo artístico e científico, é razoavelmente fácil encontrar associações entre o morto militar e a pátria. Como destaca Armelle Enders, retomando uma consideração do historiador francês Maurice Agulhon, “onde quer que se prestasse homenagem aos grandes homens da pátria, os soldados eram os primeiros a merecer estátuas em praças pública, pois davam menos ensejo a debates do que os políticos e mostravam-se como os primeiros servidores da nação”.¹⁷ Assim, coerente com o ideário simbólico do tempo, organizado em torno da figura imperial, o herói guerreiro é, naquele momento, quem melhor sintetiza a pátria e as virtudes cívicas:

A vitória amou sempre Osório! Fosse por seu nome genuinamente popular; fosse por sua natureza franca, brisca e de soldado; fosse por sua atitude destemida nos combates, por sua

¹⁴ Segunda-feira, 6 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

¹⁵ Segunda-feira, 6 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

¹⁶ Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

¹⁷ ENDERS, A.. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2014, p. 227.

coragem sem cálculos, espontânea e calma e fria ao mesmo tempo; certo é que onde o seu vulto assomava para ali convergiam todos os olhares, e todas as confianças seguiam-no e batiam por ele todos os corações, pois parece que, aqueles campos da guerra e da honra, ele era a pessoa da pátria, e a vitória fulgurante abria sobre sua cabeça as asas gloriosas.¹⁸

No campo de batalha, todos seguiam o General: ele era a “pessoa da pátria”. Depois de acabada a guerra, porém, Osório trocou a farda pela casaca, tornando-se, em 1877, Senador pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, assumiu a pasta de Ministro da Guerra no Gabinete Sinimbu (1878-1880). Apesar dos cargos políticos e dos títulos nobiliárquicos (Marquês do Herval), a alcunha “verdadeira” de Osório, i.e., aquela que lhe conferiu fama e posteridade, seria mesmo a de General. Para um comentarista da “Semana Política”, diante do túmulo do morto era preciso esquecer “o político para ver somente o soldado”.¹⁹ O deputado Galdino Emiliano das Neves também se expressou nesses termos, afirmando que ele e os seus correligionários liberais sempre tiveram “o Sr. General Osório acima dessa política partidária; para nós ele era uma lenda, uma glória nacional”.²⁰ A *Gazeta de Notícias*, acompanhando o raciocínio, afirma: “se o ministro e o político teve fraquezas, elas se apagam neste doloroso momento em que vê a pátria apertando ao peito do cadáver daquele que defendeu-lhe os brios e a existência e foi o terror do inimigo, mesmo quando longe”.²¹

A insistência na manutenção do status de militar em detrimento da alcunha de político é compreensível e corresponde às estruturas de consagração cívica subjacentes. E foi justamente como militar que Osório morreu: duas horas antes do seu desfecho, antevendo a morte, o ilustre general “fizera escrever uma carta ao Sr. Presidente do Conselho pedindo-lhe a demissão de Ministro da Guerra”.²² Seja como for, em vários necrológios e artigos biográficos de militares e civis a tendência será o gradual recalçamento da dimensão mais assumidamente política e/ou partidária em prol da virtude cívica que o morto encarnava (no caso de Osório, a coragem empregada na defesa da pátria). Embora centrada no aspecto militar (cuja associação com a pátria é compatível com o imaginário social vigente), o patriotismo de Osório também é reconhecido em sua atuação na política, especialmente a partir da República, quando, não por acaso, sua figura simbolizará o ideal de soldado-cidadão. Quando tomou posse como Senador do Império, Osório

¹⁸ Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

¹⁹ Segunda-feira, 6 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²⁰ Quarta-feira, 8 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²¹ Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²² Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

“declarou a seguinte frase, que se tornaria uma das mais citadas por seus biógrafos: ‘a farda não abafa o cidadão no peito do soldado’”.²³ Com a casaca ou com a farda é o amor pela nação que, pretensamente, teria mobilizado o General. É imbuído dessa lógica que um cronista da *Gazeta de Notícias* afirma: “desde aquele momento, de eterna melancolia [ou seja, desde a morte], ele [General Osório] bateu às portas da história, e já agora o futuro, só ele, o poderá julgar”.²⁴

Enquanto não vinha o futuro, porém, os contemporâneos trataram de esboçar o julgamento ou, pelo menos, fixar as bases do reconhecimento. Desse modo, logo que anunciada a morte “começou a afluir grande quantidade de povo para as imediações da casa do ilustre finado, na rua de Riachuelo”.²⁵ Como destaca esse periódico, “até alta noite conservaram-se contemplando aquele morada grupos em que se viam pessoas de todas as classes, lamentando a perda do venerado cidadão”.²⁶ Na segunda sala da casa do morto, armou-se a câmara ardente: “as paredes estavam todas forradas de cortinas pretas, e ao fundo via-se o altar em que ardiam seis tochas, tendo no meio o crucifixo”.²⁷ Ainda nesse sentido, segundo a *Gazeta de Notícias*,

Sobre uma eça estava o caixão de carvalho, todo chapeado de prata, encerrando o outro caixão de zinco, cujo tampo todo de vidro deixava ser o corpo do general vestido de grande uniforme, tendo ao peito armado com todas as condecorações que possuía. Das argolas do caixão, todas de prata, pendiam as alças de damasco verde e amarelo.²⁸

Todos queriam “ver pela última vez o [invicto] general querido do povo, oficiais do exército, soldados, paisanos, mulheres, crianças, todos invadiam a sala mortuária e procuravam ver o cadáver, que aspergia d’água benta”.²⁹ Além do Presidente do Conselho, que o visitou logo após a morte, o finado foi “visitado por todos os seus colegas do ministério”.³⁰ Perto das 10 horas do dia seguinte, parava em frente à casa do General “o coche mais rico da Casa Imperial”, “mandado por ordem expressa de S.M. o Imperador”.³¹ O préstito era “aberto por quinze moços de estribeira e um fiel da casa imperial em uniforme de grande gala”; seguia, logo atrás, o coche conduzindo o féretro, acompanhado de perto pela família. Segundo a *Gazeta de Notícias*,

²³ SOARES, E. C. M. C. General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930). *op.cit.*, 2012, p. 26.

²⁴ Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²⁵ Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²⁶ Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²⁷ Segunda-feira, 6 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²⁸ Segunda-feira, 6 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

²⁹ Segunda-feira, 6 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³⁰ Domingo, 5 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³¹ Terça-feira, 7 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

Formavam o préstito os membros do ministério, os ajudante general do exército e da armada com o seu estado-maior, diretor, lentes e alunos da escola militar, comandante e oficialidade do corpo de engenheiros, lentes e alunos da escola de marinha, da escola politécnica, inspetores dos arsenais de guerra e de marinha, ajudantes e chefes de diversas oficinas, diretor do laboratório pirotécnico, chefs do corpo de saúde do exército e da armada e alguns cirurgiões, todos os conselheiros de guerra, repartição do quartel-mestre general da escola de tiro do campo grande, comandantes dos navios de guerra e oficialidade, chefe de polícia e delegados, frades das ordens de São Bento, Carmo, Santo Antônio, Barbadinho, diversas comissões e povo.³²

O préstito, porém, não seguia rigorosamente organizado: “muitas corporações iam espalhadas, e por entre elas viam-se pessoas do povo que deste modo prestavam também sua homenagem à memória do bravo militar”. Curioso como o uso do advérbio “também” parece indicar que o povo não deveria fazer parte do evento, mas ainda assim ali estava (daí, talvez, a desorganização). Além disso, segundo o periódico, mereceria “algum reparo não se ver após o féretro, como é de costume nos enterros dos generais, o cavalo de batalha e a invicta espada do finado”. “Nos momentos de angústia, porém, nem tudo ocorre, e a falta dessa formalidade por certo não fez esquecer a um só que era o corpo de um bravo que ali ia”.³³

O préstito parou na Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares (IISCM), onde uma missa foi “celebrada pelo monsenhor Abreu Lima”. Em seguida, seguiu para o Arsenal de Guerra. O Arsenal, àquele tempo localizado na Ponta do Calabouço, era recorrentemente mobilizado como espaço póstumo de consagração. Vários dos grandes nomes da nação tiveram lá seus funerais. Nesse sentido, assim que o féretro chegou ao Arsenal, “houve grande confusão”: “o povo queria invadir a capela e foi contido com grande dificuldade”.³⁴ Após a realização dos ofícios fúnebres e dos discursos, os funerais foram feitos com honras militares. O corpo do General ficou abrigado no Arsenal de Guerra, passando em seguida para o Asilo dos Inválidos da Pátria e depois para a Igreja de Santa Cruz dos Militares. Em 21 de julho de 1892, seu corpo foi transferido para a cripta construída sob sua estátua na Praça XV de Novembro.³⁵

Na Câmara dos Deputados, vários parlamentares lamentaram o falecimento do General. Manuel Alves de Araújo (1832-1908), por exemplo, insiste que Osório, “o herói sem mancha, legou a este país exemplos de inexcedível patriotismo. A sua memória não acompanha o

³² Terça-feira, 7 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³³ Terça-feira, 7 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³⁴ Terça-feira, 7 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³⁵ Apenas em 1 de dezembro de 1993 o corpo foi levado para a terra que o viu nascer, no Rio Grande do Sul.

aniquilamento do corpo”. Além disso, segundo o deputado paraense, Osório era o “defensor da integridade nacional, cimentador da independência e da paz do império”. Por fim, insiste: “a liberdade não temeu de sua espada, sempre pronta para a defesa da honra e dignidade da bandeira que cobre a tantos milhões de brasileiros”.³⁶ Já Joaquim Nabuco (1849-1910) desiste da palavra, para a qual havia se inscrito, dizendo: “o que há é somente a repercussão da dor que sofre o país inteiro”; complementarmente, afirmou o orador: “não há aqui, senhores, senão um sentimento, é o pesar patriótico; não há senão um luto, que é o que cobre as nossa bandeiras; não há senão uma dor, que é a do nosso exército, a dor da nossa pátria, a dor da nossa história”.³⁷

Na Assembleia Provincial, Pereira Lima fez um breve, mas exaltado discurso:

Herói de tantos combates, devotado filho do sul, que afrontou nos campos insólitos do Paraguai o clima mortífero, a vida trabalhosa do soldado e as balas do inimigo, veio encontrar a morte no seio da Capital do Império. O nome glorioso de Osório já está de há muito inscrito com letras de ouro nas páginas da história e passará à posteridade como o exemplo o mais vivo da bravura militar e do patriotismo inextinguível.³⁸

Como sustenta Ethiene Cristina Moura Costa Soares, o culto ao militar riograndense, que teve início durante sua vida, “se intensificou após seu falecimento em 1879”.³⁹ Para a pesquisadora, no entanto, embora seja certamente em torno do monumento construído a Osório na Praça XV de Novembro, em 1894, que se fortalecerá o culto ao militar, o processo de consagração precede a este esforço, uma vez que “a monumentalização de Osório foi proposta dias depois de sua morte, em 1879, sendo apenas reapropriada – e não criada – pelo governo do marechal Floriano”.⁴⁰ Assim, contra a hipótese de que a consagração cívica do General Osório é tributária exclusivamente do engajamento do governo Floriano Peixoto que, perto de deixar o poder, visava ainda apropriar-se do prestígio de que gozava a figura do Herói do Tuiuti, Soares afirma que “a memória do general Osorio começa a ser elaborada a partir de uma iniciativa da Sociedade [Riograndense Beneficente e Humanitária], que pretend[ia], por sua vez, por meio da memória de Osorio, construir uma memória do Rio Grande do Sul e dos gaúchos”.⁴¹ Essa

³⁶ Quarta-feira, 8 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³⁷ Quarta-feira, 8 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³⁸ Quarta-feira, 8 de outubro de 1879, *Gazeta de Notícias*.

³⁹ SOARES, E. C. M. C. General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930), *op.cit.*, 2012, p. 66.

⁴⁰ *Idem*, p. 22.

⁴¹ *Idem*, p. 22.

iniciativa foi levada a cabo dias depois da morte de Osório, quando a Sociedade aprovou a resolução de construir o monumento àquele que, até então, era o presidente da instituição.

A despeito de retroceder à data da morte, os funerais não são mencionados. Como acontece também com Machado de Assis – em que a construção da sua figura como mito nacional é atribuída quase que exclusivamente ao estado Varguista e aos esforços dos machadianos da década de 1930 –, aqui também o processo de monumentalização privilegia manifestações de cunho essencialmente material, ou seja, é a partir da ideia de “monumento de mármore” (estátuas, sobretudo) que o intento de consagrar é, em ampla medida, legitimado. No entanto, as práticas fúnebres, as festas, os ritos de recordação, os necrológios, em suma: as práticas simbólicas, atuando como atuam no sentido de atribuir a determinada figura um status destacado do ponto de vista da nacionalidade, também participaram do processo de sagração cívica.

Deodoro da Fonseca: entre o louvor e o descaso

Altivo, em cima de um cavalo baio, erguendo o quepe em honra à República que, proclamada, encontrava nele o sonhado herói. Foi dessa forma que Henrique Bernardelli (1857-1936) desenvolveu o tema da proclamação da República no seu conhecido quadro de 1892.⁴² Para Júlio Rocha, Deodoro da Fonseca (1827-1892) poderia ter “morrido à luz triunfadora desse meio dia radiante, sem esperar as sombras melancólicas da tarde”. Mas como a vida desmente a monotonia do quadro, quis o destino, então, “que se lhe prolongasse a existência para que o velho soldado assistisse ao desmoronamento da própria grandeza: e onde vibravam aclamações e estrepitavam palmas, fez-se o largo silêncio do abandono e do isolamento”.⁴³

Manuel Deodoro da Fonseca morreu às 12 horas e 20 minutos do dia 23 de agosto de 1892, vítima de uma forte dispneia (identificada no atestado de óbito como “arterio-capilarite”). O estado de saúde do marechal, que há quatro meses andava delicado, havia se agravado durante a madrugada deste dia; às 4 horas, ainda munido de alguma consciência, “chamou as pessoas de sua família em torno de seu leito e, por sinais, fez sentir à sua esposa que ia expirar”.⁴⁴ A agonia estendeu-se por mais algumas horas, até que o corpo do ex-presidente e ditador quedou

⁴² Trata-se do *Retrato do General Deodoro da Fonseca*, também conhecido como *Proclamação da República*.

⁴³ Quinta-feira, 25 de agosto de 1892, *O Paiz*.

⁴⁴ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

absolutamente imóvel no leito. Logo que constatada a morte, o corpo foi vestido com uma casaca preta, acompanhada por calça e colete da mesma cor. No peito, “despido de condecorações, descansa[vam] as suas mãos, às quais esta[va] preso um crucifixo de marfim”.⁴⁵

A sala de visita foi rapidamente transformada em câmara ardente, onde passou a descansar o corpo do marechal em uma eça de 1º ordem, cercada por grinaldas e coroas. Segundo a *Gazeta de Notícias*, “a grande sala (...), com as paredes cobertas de preto, amortecendo ainda mais a pálida claridade dos círios, que rodeavam a eça, infundia em todos os espíritos a mais profunda tristeza”.⁴⁶ Sem demora, o dr. João Severiano (1836-1897), médico, senador e general-de-brigada, escreveu uma carta ao ajudante-general do exército comunicando o acontecimento “e cientificando que o general, em vida, declarara dispensar todas as honras militares”.⁴⁷ Deste momento em diante, ocorreram à residência de Deodoro “muitos amigos e pessoas que o consideravam, atingindo o seu número, até à 1 hora da noite, a 204”.⁴⁸

Sintoma daquele “isolamento” de que falava Rocha, as cerimônias póstumas devidas a Deodoro da Fonseca foram (ao contrário do que acontecerá com as de Floriano Peixoto) rapidamente resolvidas, sendo o enterro marcado para a manhã do dia seguinte. Por volta das 8 horas do dia 24, o corpo era encomendado pelo conde Molina, vigário da freguesia da Glória. Antes de sair o féretro, “representando a Confederação Abolicionista e em nome desta, o sr. João Clapp, depois de obter da família a devida permissão, colocou no braço inerte do grande batalhador da abolição a medalha comemorativa daquela gloriosa campanha”.⁴⁹ Em seguida, “começou então a desfilar o préstito numeroso e imponente, que a custo rompia a compacta multidão que se aglomerava nas ruas”.⁵⁰ O caixão foi carregado à mão “por senadores, deputados, funcionários públicos, comerciantes, soldados do exército e da brigada policial, da rua do senador Vergueiro até o Campo da Aclamação”.⁵¹

Ao chegar em frente ao Quartel General, o corpo foi depositado em um “coche completamente coberto de ricas grinaldas” para ser levado ao cemitério de S. Francisco Xavier. No

⁴⁵ Quarta-feira, 24 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁶ Quinta-feira, 25 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁷ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁴⁸ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁴⁹ Quinta-feira, 25 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁰ Quarta-feira, 24 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*.

⁵¹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

caminho, passando pelo Largo da Lapa, “a [banda de] música da brigada policial ali pousada tocou uma marcha fúnebre”. Ao chegar no Campo Santo, “foi o caixão levado para o carneiro nº 10, junto ao do marechal Hermes e não longe ao do Barão de Alagoas, irmão do finado”. Antes de descer os despojos à sepultura, proferiram discursos os deputados Epitácio Pessoa e Espírito Santo e os doutores Clímaco Barbosa, Gomes Pereira, juiz da 10ª pretoria, e dr. Thimotheo da Costa, pelo Clube Tiradentes.⁵² Segundo o *Jornal do Commercio*,

Comparecem à fúnebre cerimônia o sr. Vice-Presidente da República, o Ministério, o Presidente do Senado e da Câmara, senadores, deputados, comissão da Assembleia do Rio de Janeiro, ajudante-general do exército, oficiais generais, superiores e subalternos, comandante superior da Guarda Nacional e diversos oficiais, magistrados, chefes de diversas repartições e funcionários públicos, comandante e oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia desta Capital e do RJ, comerciantes, comissões de diversas escolas, representantes da imprensa e de todas as classes sociais.⁵³

“Acabou-se assim a vida de um homem que, durante longos anos de serviço militar, nunca de certo sonhara representar neste país o papel importante que os acontecimentos lhe impuseram”, afirma o *Jornal do Commercio*.⁵⁴ Em ampla medida, os artigos e notas publicadas em virtude do falecimento de Deodoro desenham um homem que, alçado a um grande e significativo posto, não soubera responder à altura. Nesse sentido, se, como militar, “o histórico da sua vida resume-se nestas duas palavras – patriotismo e bravura”; como chefe de governo e, mais tarde, presidente da República, “a sua individualidade se não caracteriza com o mesmo relevo, com a mesma precisão e fulgor de traços”.⁵⁵ Para o *Jornal do Commercio*, inclusive, as próprias qualidades do recém finado “como militar, como soldado, foram, porém, os pontos vulneráveis por onde o atacou a adversidade”.⁵⁶ Para *O Paiz*, Deodoro “era de uma grande ingenuidade, a ingenuidade dos bons; e de uma franqueza sem igual, a franqueza dos valentes”. Assim, “este herói diante de cuja espada legendária os exércitos tremiam, tinha docilidades e submissões de criança”.⁵⁷ Essa ingenuidade, associada certamente a “completa falta de educação política e do seu excessivo orgulho e vaidade”,⁵⁸ foram, segundo alguns jornais, os grandes defeitos de Deodoro, os quais ocasionaram o seu definhamento político. Para o *Jornal do Commercio*, “outro homem, educado

⁵² Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁵³ Quinta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁵⁴ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁵⁵ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *O Paiz*.

⁵⁶ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁵⁷ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *O Paiz*.

⁵⁸ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

na lição política, teria evitado os escolhos em que soçobrou a sua presidência”.⁵⁹ Termos parecidos foram usados pelo jornal *O Paiz* para caracterizar a trajetória presidencial do defunto:

Se Deodoro da Fonseca, vítima das suas aflições, a que sempre subalternizou as conveniências do Estado, tivesse desde de 24 de fevereiro procurado debelar essa tenaz hostilidade do congresso com a adoção de uma política francamente conciliadora, se desde esse dia memorável tivesse procurado e seguido o conselho de leais e velhos republicanos, solidários como ele nos destinos das instituições, essa data não seria hoje registrada tristemente na história da nossa pátria e o corpo do marechal desceria à terra sob um revoada de bênçãos, tão vasta e tão profunda que um desacordo, uma dissonância equivaleria a uma blasfêmia e a uma profanação.⁶⁰

Como deixa antever o comentário deste jornal, as “blasfêmias” e as “profanações” – em suma, o “isolamento”, condenado por Júlio Rocha – não deixaram de comparecer nos comentários sobre a morte do marechal. No entanto, a estratégia mais utilizada pelos coetâneos foi postergar a avaliação. Desse modo, para o *Jornal do Commercio*, por exemplo, ainda era “cedo para se pronunciar o juízo definitivo”.⁶¹ A *Gazeta de Notícias*, dirigindo-se aos seus leitores, comentou nesse mesmo tom: “não podemos nós, seus contemporâneos, que o aplaudimos muitas vezes, que o censuramos outras, formular juízo seguro sobre esta notável personalidade”.⁶² Para Lauro Muller (1863-1926), em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, embora a sorte da República estivesse definitivamente associada ao nome de Deodoro, “não é lícito externar julgamento, porque ele cabe à história”.⁶³ Luiz Murat (1861-1929), também deputado, emitiu a mesma opinião; para ele, era “demasiado cedo para se fazer um juízo sobre a personalidade política daquele para quem ainda há pouco se fecharam as portas do túmulo”.⁶⁴

Sem juízo definitivo (atribuído à História), a retórica em torno de Deodoro se concentrou em três aspectos: a Guerra do Paraguai, a adesão ao abolicionismo e a participação na proclamação da República. Em relação a Guerra e, conseqüentemente, as virtudes do bom soldado, que Deodoro ainda encarnava, restaram apenas palavras de louvor. Para o *Jornal do Commercio*, os serviços do marechal na “defesa do brio e da honra nacional, constam [na sua] brilhante fé de ofício (...), em que transluzem a lealdade, a dedicação, a bravura e o patriotismo, de que deu tão

⁵⁹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁶⁰ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *O Paiz*.

⁶¹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁶² Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

⁶³ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

⁶⁴ Quarta-feira, 31 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

eloquentes provas”.⁶⁵ A *Gazeta Notícias* destacou que, durante a Guerra do Paraguai, “quando a bravura, de tão comum, já não era título que recomendasse”, Deodoro da Fonseca soube então “afirmar-se e distinguir-se como bravo”.⁶⁶

No senado, quando anunciado o falecimento do marechal, fez-se súbito silêncio, que refletia, segundo os presentes, “perfeitamente o constrangimento íntimo de que se achavam possuídos todos aqueles que tinham ciência do triste ocorrido”.⁶⁷ Campos Salles (1841-1913), da tribuna, fez então um rápido discurso, em que lembrou os “feitos gloriosos que serão imorredouros, hoje e futuramente, do grande soldado, entregando a sua vida pela defesa da pátria, levando de vencida ao inimigo, sempre que lhe tocava a sua espada”.⁶⁸ Para o *Paiz*, não era “sem um profundo abalo de todo o nosso ser” que a morte de Deodoro da Fonseca era registrada nas páginas do jornal, “onde tantas vezes se elogiaram e enalteceram as suas qualidades cívicas e as suas grandes virtudes de soldado e de patriota”.⁶⁹

Tal como fizera Bernardelli, o esforço daqueles que buscaram louvar Deodoro concentrou-se na proclamação da República. Nesse sentido, para a *Gazeta de Notícias*, o homem que acordou dia 15 de novembro como “simples representante da guarnição da corte, encarnou, dentro de poucas horas, as aspirações de toda sua classe, e não eram passados muitos dias, quando concretizava a consciência de todo seu país”.⁷⁰ Para Epitácio Pessoa (1865-1942), o Congresso Nacional, “emocionado pelo passamento do grande benemérito da pátria”, rendia à memória de Deodoro uma “justa homenagem, reconhecendo nele fundador da República”.⁷¹ Ainda para Pessoa, que apresentava um projeto,⁷² Deodoro era “a encarnação a mais completa da lealdade e da bravura, como o símbolo mais radioso da abnegação e do patriotismo”:

A desolação dessa Pátria que geme a perda do primeiro de seus filhos; essa tristeza infinita, essa dor cruciante, esse desespero incomparável que invade, dilacera, tortura e sufoca a alma de todos aqueles para quem a República foi o levantamento dos brios e da dignidade da

⁶⁵ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *Jornal do Commercio*.

⁶⁶ Quarta-feira, 24 de agosto de 1982, *Gazeta de Notícias*.

⁶⁷ Quarta-feira, 24 de agosto de 1982, *Gazeta de Notícias*.

⁶⁸ Quarta-feira, 24 de agosto de 1982, *Gazeta de Notícias*.

⁶⁹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *O Paiz*.

⁷⁰ Quarta-feira, 24 de agosto de 1982, *Gazeta de Notícias*.

⁷¹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1982, *Gazeta de Notícias*.

⁷² “O Congresso Nacional decreta: Art. 1 - Em honra ao marechal Manuel Deodoro da Fonseca e em nome da nação, serão feitos solenes funerais no trigésimo dia de seu passamento, em todas as capitais da República. Art. 2 - É declarado luto nacional o dia 23 de agosto, data do falecimento do fundador da República dos Estados Unidos do Brasil. Art. 3 - Será erigida, no campo da República, nesta capital, uma estátua daquele eminente cidadão, representando-o no momento em que proclamou a República. Art. 5 - Fica o poder executivo autorizado a despender a quantia necessária para ocorrer às despesas ordenadas na presente lei”. Quarta-feira, 24 de agosto de 1982, *Gazeta de Notícias*.

nação e para quem a República há de ser o engrandecimento e a felicidade deste país; tudo isto indica o caminho que Câmara deve seguir na votação do presente projeto.⁷³

Se o juízo cabia à posteridade; aos coetâneos cabia o reconhecimento. Como sustenta Luiz Murat, diante do grande acontecimento que se passava, “desaparec[iam] as pequenas lutas políticas para que só uma coisa se perpetue dentro do coração – a saudade do grande morto, porque ele representava a síntese de todo este movimento que veio desde 15 de novembro”.⁷⁴ Júlio Castilho (1860-1903), em um discurso proferido na sessão fúnebre realizada na Câmara, comenta que era preciso esquecer “tudo diante do túmulo do grande homem que fundou a República”.⁷⁵ Também Alfredo Ellis (1850-1925), em um discurso bastante exaltado, apresenta Deodoro como o grande representante da República. O médico e político principia a sua fala lamentando: “morreu o soldado; caiu o Gigante ferido pelo raio da morte; morreu, tombou o fundador da República”.⁷⁶ Para ele, Deodoro da Fonseca fora como um “novo Cristo” que, com a sua espada, “levantou a campa marmórea em que jazia o Lázaro da República, esmagado pelos últimos governos da monarquia. Foi ele que, qual [um] novo Cristo, disse: *surge et ambula!* E a república fez-se”.⁷⁷ Assim, como aponta Murat, era preciso levantar, “como mais tarde se há de levantar em uma das praças desta capital, à sua memória tão grande e perpétua, como o bronze que há de acentuar seus traços, a correção de seu perfil e as violências enérgicas da sua espada”.⁷⁸

Seja como for, o governo de Deodoro ainda causava constrangimentos. A retórica em torno do seu nome precisa desvincular-se dos aspectos problemáticos. Para a *Gazeta de Notícias*, por exemplo, os piores inimigos do defunto provavelmente diriam “que não foi ele quem fez o 15 de novembro de 1889. Mas então [haveriam] de dizer fatalmente: também não foi quem fez o 4 de novembro de 1891”.⁷⁹ Argumento parecido foi empregado por Epitácio Pessoa; para ele, se Deodoro uma falta cometera a de 3 de novembro, “resgatou-a, fundando na pátria brasileira o governo da liberdade”.⁸⁰ A retórica é fraca, mas curiosa: desvincular Deodoro da República implicava desvinculá-lo, conseqüentemente, do 4 novembro, i.e., desvinculá-lo do momento de

⁷³ Sexta-feira, 26 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁴ Quarta-feira, 24 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁵ Quarta-feira, 31 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁶ Quarta-feira, 24 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁷ Quarta-feira, 24 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁸ Quarta-feira, 24 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁰ Quarta-feira, 31 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

dissolução do congresso, que redundou na renúncia poucos dias depois. A falta, subsequente, era purgada pela vitória que a antecedia. Parece ser, justamente, sob a pressão do 15 de novembro que o *Paiz* relativa o período mais contestado do governo Deodoro:

Foi ditador, certamente – mas quem recusará o seu perdão à ilegalidade de uma ditadura que se estribou na paz, que não fez violências, que não semeou o pânico e o luto, e que embora batizada pelo povo desse nome, que só exprime a perseguições e vinganças, esvaiu-se como um crepúsculo elísio, todo anilado de doçura, de paz, de resignação e de amor.⁸¹

Em um momento em que a República dava ainda os seus primeiros e incertos passos, não parece contraditório que a censura incisiva tenha se retraído ante o imaginário da proclamação. Isolar era melhor estratégia do que questionar; um louvor módico melhor opção do que um abandono radical. Nessa lógica, Lopes Trovão (1848-1925), por exemplo, prefere atribuir a concepção da República a ela mesma, insistindo que “a república vem de muito longe; antes mesmo da monarquia”.⁸² Embora o papel de Deodoro fosse inquestionável, e ele merecesse o reconhecimento dos republicanos, a República era um ideal superior. Mesmo argumento de Júlio Castilho; na opinião do ex-presidente do Rio Grande do Sul, “quem fundou a República foi o partido republicano, foi a ideia vencedora e triunfante”.⁸³ Assim, Deodoro da Fonseca passava à eternidade como um homem tensionado entre um passado que já foi e um futuro que ele inaugura (como “fundador” ou “proclamador”), mas não participa – tanto porque a morte o tomou como porque simbolicamente a sua figura se enfraquecia.

Florian Peixoto: à sombra do heroísmo

Uma característica elementar dos necrológios, e das demais práticas fúnebres, é dissimular a morte, mascarar a finitude. De modo geral, a dissimulação se explicita não apenas a partir da sobreposição de significantes, na insistência em uma continuidade espiritual ou simbólica e na articulação discursiva de uma vida cujos traços são apresentados como imperecíveis, mas também, e quase sempre, na mobilização de um tipo de narrativa que encara a morte como um imprevisto, um percalço que, embora inevitável, nunca é espontaneamente esperado. Os que esperavam a morte de Machado de Assis, acompanhando de perto as dores do seu fim, por exemplo, não

⁸¹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1892, *O Paiz*.

⁸² Quarta-feira, 31 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

⁸³ Quarta-feira, 31 de agosto de 1892, *Gazeta de Notícias*.

deixaram também de se surpreender quando ela de fato consumou-se, “misteriosa e perturbadora”.⁸⁴ Nesse sentido, é relativamente comum que necrológios (e outras necrologias) principiarem sua narrativa comentando as especificidades da morte do sujeito focalizado.

No caso de Floriano Peixoto (1839-1895), atacado há muito por uma cirrose hepática, o desfecho estava dado. No entanto, e sem que implicasse maior contradição, “nada fazia prever o terrível desenlace da moléstia”.⁸⁵ “Apesar de estar padecendo de uma enfermidade cruel que o havia mais tarde ou mais cedo de prostrar no leito da morte, ainda se esperava que o Marechal resistisse por alguns meses”.⁸⁶ Floriano teria começado bem o seu último dia (29 de junho), levantando disposto, conversando animadamente, trabalhando e recebendo visitas durante o dia. À noite, porém, por volta das 9 horas, retirou-se queixando de dor nas pernas. Após verificar que estavam inchadas, o médico aplicou-lhe “uma dose de *calomelanos* e mais tarde um *clister*, que não produziram efeito”.⁸⁷ “Desde então verificou o [dr. Nolasco] que o estado do Marechal Floriano era desesperador”.⁸⁸ Uma hora depois, o ex-presidente entrou em estado comatoso. “Essa agonia lenta durou até as 5 horas e 20 minutos” do dia seguinte, quando o “benemérito consolidador da República entregou a sua alma ao criador, cercado dos seus [familiares] e de amigos que o acompanharam até esse momento”.⁸⁹

Longe de Divisa, onde morria Floriano Peixoto, no Café de Londres, em frente ao *Diário de Notícias*, registrava-se, algumas horas depois da morte do ex-presidente, um grave “conflito entre aspirantes da marinha e populares, sendo trocados alguns tiros, cacetadas e garrafadas”.⁹⁰ “O caso deu-se por uma provocação manifesta de um grupo de aspirantes, alguns até fardados, que bebiam ruidosamente à morte do marechal Floriano Peixoto, sendo repelidas imediatamente essas bravatas e manifestações grosseiras e indignas por um grupo de populares”.⁹¹ Depois que a “cavalaria da brigada policial” apareceu, a agitação desfez-se, o que, todavia, “não impediu que o

⁸⁴ Mário de Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁸⁵ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

⁸⁶ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

⁸⁷ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

⁸⁸ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

⁸⁹ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

⁹⁰ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

⁹¹ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

grupo de aspirantes, seguido de alguns indivíduos suspeitos, percorressem a rua do Ouvidor, dando vivas ao sr. Custódio de Mello”.⁹² Além desse evento radical, que pesa, desde o início das comemorações, contra a memória de Floriano Peixoto, outros indícios apontam uma postura pouco receptiva para com as manifestações de luto:

Uma coisa entretanto releva aqui notar, por estranha que foi a toda a sociedade cheia de consternação e de luto: enquanto o sr. Presidente da República mandava hastear a meio pau o pavilhão do Palácio Itamaraty e até o da sua casa de residência particular; enquanto as manifestações de dor estendiam-se por todos os edifícios públicos e muitos particulares, do meio do coro uníssono de lamentações sinceras, destacaram-se as dependências da Marinha.⁹³

Segundo o jornal, “os navios de guerra e a Fortaleza de Villegaignon mantiveram atropelada a bandeira nacional”.⁹⁴ “Quem ordenou este contraste deplorável entre toda a nação e as dependências do Ministro da Marinha? Quem é o responsável neste acidente ou nesta falta de ver comum e patriótico?”, pergunta o periódico, mal escondendo sua contrariedade. Entretanto, destaca ainda o jornal que “não foi este um fato isolado”:

O Instituto Histórico, com sede num [prédio] nacional, deixou de hastear bandeira a meio pau. No edifício das oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, cujo chefe, o dr. Claudio da Silva, é reconhecidamente reacionário, as coisas chegaram mais longe: anteontem o pavilhão da República esteve festivamente içado ao alto: ontem foi por acidente retirado.⁹⁵

Acidente ou posicionamento, a realidade é que o silêncio de pessoas e instituições “reacionárias” indicam que o “ver comum e patriótico” não era compartilhado de maneira unânime e a definição de patriotismo, sempre convocada, andava longas distâncias a depender dos interlocutores. Para além disso, a referência aos “indivíduos suspeitos” e a Custódio de Mello, figura importante na Revolta da Armada e na Revolução Federalista, sugere que a “apoteose” de Floriano Peixoto guarda, no seu avesso, as tensões políticas que constituíram os primeiros anos da República. Desse modo, mesmo que as fontes (todas retiradas de um jornal assumidamente republicano) indiquem um esforço consagratório consistente com o status do morto, eventos como os noticiados, marcados por “tiros, cacetadas e garrafadas”, justificam um olhar mais atento para as minúcias da retórica e das práticas cívicas empregadas nesta ocasião.

⁹² Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

⁹³ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

⁹⁴ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

⁹⁵ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

Nunca antes, e poucas vezes depois, a “retórica da consagração” foi tão mobilizada como nos primeiros anos republicanos. A tentativa de estabelecer Deodoro como fundador, ou proclamador, e Floriano como consolidador, ou salvador (dentre outras figuras, como Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, que também foram alçadas a postos centrais na narrativa republicana), articulou-se, efetivamente, com o esforço de assegurar a existência (e a sobrevivência) do regime; além disso, a definição dos protagonistas da proclamação vinculava-se à necessidade de consolidar determinado imaginário político republicano (liberalismo à americana, jacobinismo à francesa, positivismo). Como destaca Baczko, “qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder”.⁹⁶ Todavia, como “a legitimidade do poder é um bem particularmente raro e asperamente disputado”,⁹⁷ instaurou-se, sobretudo nos anos entrópicos, um conflito explícito entre os diversos membros republicanos para fixar qual dessas figuras seria a parteira e quais seriam as assistentes (e suas respectivas funções) no nascimento da República: “fundador”, “proclamador”, “ideólogo”, “publicista”, “salvador”, “consolidar” eram algumas dos rótulos circulantes.

Uma época de crise, como o advento da República e sua busca por estabilização, “intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas”.⁹⁸ Nesse sentido, “não há inocência na briga pela delimitação do papel de cada uma dessas personagens”. Por trás da luta, insiste ainda Carvalho, “há disputa de poder e há visões distintas sobre a natureza da República”.⁹⁹ Mas se, como destaca Renato Lessa, essa plêiade de nomenclaturas “e tantos outros rótulos soam como identidades duvidosamente apropriadas para atores que, de fato, se encontravam mergulhados em um momento político volátil”,¹⁰⁰ nem por isso fica embargada a percepção de que, em alguma medida, o governo republicano não apenas se esforçou para legitimar-se através imagens, rituais e símbolos de poder (por meio da bandeira e do hino, por exemplo),¹⁰¹ como tais esforços, pelo menos no caso dos ritos fúnebres, tiveram relativo respaldo em uma parcela da

⁹⁶ BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, E. [et. al.]. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p. 310.

⁹⁷ *Idem*, p. 310.

⁹⁸ *Idem*, p. 310.

⁹⁹ CARVALHO, J. M. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 37.

¹⁰⁰ LESSA, R. A invenção Republicana. *op.cit.*, 2015, p. 130.

¹⁰¹ Cf. CARVALHO, J. M.. A formação das alma. *op.cit.*, 2017.

sociedade brasileira, notadamente da elite (política e/ou cultural) que, participando do evento, mas sobretudo nos jornais, fazia reverberar as pompas e a simbologia da festa cívica.

Certamente, é razoável duvidar da eficácia simbólica desses eventos (percebendo, por exemplo, as ações e reações do “povo”) e, nesse sentido, apontar que a legitimidade do regime tenha sempre se mantido em termos precários, dissertando ainda que as correntes em disputa não foram “capazes de criar um imaginário político republicano”,¹⁰² fazendo com que, “sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana ca[ísse] no vazio”.¹⁰³ Todavia, é importante mapear tanto os procedimentos políticos (re)inventados e rotinizados pela República, quanto os imaginários republicanos em circulação como também os ritos fúnebres que visavam construir elementos cívicos para o panteão nacional. Como destaca José Murilo de Carvalho,

Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade. Embora os heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais. Mas o processo de “heroificação” inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas.¹⁰⁴

Nos casos dos funerais presidenciais, é oportuno não só perceber esses eventos como um modo de manipulação e de imposição de um imaginário político, como também visualizá-los como uma forma de ritualizar o tempo e o poder. Douglas Attila Marcelino destaca, sobre a morte de Tancredo Neves, que este “foi um momento em que os fundamentos simbólicos da comunidade política como construção imaginária foram colocados em questão de forma muito peculiar”.¹⁰⁵ Embora os presidentes da Primeira República não encarnassem, efetivamente, a “vontade nacional” (como aconteceria no pós-1930),¹⁰⁶ pode-se dizer que, em um momento em que a República não sabia se permaneceria viva (em função das tensões provocadas durante os “anos entrópicos”), a busca pela imortalização dos seus mortos (sobretudo daqueles com quem a República mais se identificava, i.e., os seus presidentes) era, em alguma medida, uma busca pela própria imortalidade – ou, mais realisticamente, pela própria sobrevivência. Se, por um lado, a

¹⁰² *Idem*, p. 141,

¹⁰³ *Idem*, p. 141,

¹⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. *op.cit.*, 2017, p. 15.

¹⁰⁵ MARCELINO, D. A.. O corpo da Nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2015, p. 15

¹⁰⁶ “Mas também parece certo que, a partir de então [1930], a figura presidencial seria mais efetivamente compreendida como uma encarnação da “vontade nacional” (entendida a “nação” como uma categoria cujo conteúdo semântico remetia cada vez mais ao da palavra “povo”, afastando-se do sentido abstrato que, durante muito tempo, pautou seu uso nos estreitos círculos aristocráticos e intelectuais)”. MARCELINO, D. A.. O corpo da Nova República, *op.cit.*, 2015, p. 70.

morte de Tancredo Neves colocava em jogo “certa expectativa de reescrever a história republicana, de refazer o pacto mítico que fundamenta a nacionalidade, de redescobrir o sentido da história do país”;¹⁰⁷ por outro, a morte de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, mesmo em se tratando de figuras controversas, colocava em jogo certa narrativa sobre os eventos que se desenrolaram a partir da Proclamação e, conseqüentemente, a legitimidade da República.

Sobretudo entre os republicanos, a necessidade de erigir Deodoro e Floriano como monumentos cívicos estranhou-se com as especificidades dessas figuras, cujos governos, marcados por violências e revoltas, precisaram ser defendidos como se se tratasse da própria República. Aqui, como em outros casos, a consagração requer, quase que necessariamente, uma ação purificadora e escamoteadora dos “vícios cívicos” do morto. Deodoro, como vimos, muito criticado, é alçado à categoria simbólica de fundador/ proclamador, em um movimento que relativiza seus fracassos na condução política. Floriano, por seu turno, é cercado por retórica semelhante: o despotismo que o caracteriza transformou-se, em algumas penas, em “energia máscula e verdadeiramente heroica que ele desenvolveu durante a revolta”.¹⁰⁸ Segundo *O Paiz*, “os defeitos que ele tinha, como homem de governo, como estadista, foram suplantados brilhantemente pelas virtudes que revelou, no período mais difícil que talvez tenha atravessado a sociedade brasileira”.¹⁰⁹ Ainda nesse sentido, segundo Manuel Vitorino (1853-1902), presidente do Senado, tamanho foi o esforço que Floriano teria pago a devoção à nação com a própria vida:

No meio das dificuldades que lhe haviam legado; nas condições especiais do início em que teve de governar, na crise política que a República sofreu e que urgia uma imediata e pronta solução; com a ameaça da anarquia e da subversão do país inteiro; ele teve sobre seus ombros a tarefa mais cruel e pesada que podia cair sobre os ombros de um homem político; tão cruel e tão pesada que, a despeito das energias excepcionais de sua organização, esmagou-lhe o coração, fazendo-o pouco sobreviver ao seu governo.¹¹⁰

A virtude de Floriano estaria, portanto, em uma entrega total à defesa da pátria: “ao rebentar a revolta de 6 de setembro ele [Floriano] compreendeu que o que estava em jogo era a

¹⁰⁷ *Idem*, p. 444.

¹⁰⁸ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

¹⁰⁹ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

¹¹⁰ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

República, ameaçada pela caudilhagem de um lado, pela usurpação monárquica do outro”.¹¹¹ Segundo Alfredo Varela, contra a “ação dissolvente de d. Pedro II”, que levava “a nacionalidade à ruína”, a República fora então “desejad[a] pela quase unanimidade dos brasileiros, como meio de pôr um [término] ao descaminho em que ia o país”.¹¹² Para Américo Silvano, Floriano teria quebrado “um a um todos os mil tropeços que o monarquismo interno externo semeava no caminho que a República desprevenida devia trilhar”.¹¹³ “Morreu Floriano Peixoto, mas a República viverá”, dizia Alfredo Vicente Martins, comandante do Batalhão Tiradentes.¹¹⁴ Como destaca Renato Lessa, após a morte, “Floriano transformou-se no símbolo da pureza republicana e em uma espécie de medida padrão para avaliar os rumos da República”.¹¹⁵

Todavia, para o *Paiz*, embora merecesse o louvor público, “[estavam] ainda muito vivas as paixões, muito acesos os ódios, muito intolerantes as dedicações”; desse modo, era cedo para falar com destreza “sobre esta poderosa individualidade, que por largo tempo ainda será um tema de controvérsias, mas que sem dúvida nenhuma enche e encherá sempre um resplendor de patriotismo a história da República Brasileira”.¹¹⁶ Francisco Glicério, em pronunciamento na Câmara dos Deputados, insistiu, nesse mesmo sentido, que se “pudesse pedir a justiça da nação Brasileira, como uma antecipação de juízo da História, (...) pediria que julgasse o marechal Floriano Peixoto, não pelos detalhes miúdos de sua vida e de sua administração, mas pelo conjunto do seu governo”. Para o deputado, o “historiador imparcial”, a quem pretensamente caberia a responsabilidade de julgar Floriano, “colocando-se acima dos rancores da época, há de dizer que esse homem tem na sua vida um traço característico, e é o do seu puro brasileirismo; vê-se na sua pessoa um traço do carácter nacional”.¹¹⁷ No Senado, Quintino Bocaiuva também clamou por uma crítica severa e justa dos erros que cometera Floriano durante a sua estadia como chefe de Estado; esta crítica, porém, embora necessária, não poderia ser feita por nenhum contemporâneo: “todos seríamos suspeitos: nós que admiramos e que o estimamos e aqueles que, talvez admirando-

¹¹¹ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

¹¹² Segunda-feira, 1 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹¹³ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹¹⁴ Segunda-feira, 1 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹¹⁵ LESSA, R.. A invenção Republicana. *op.cit.*, 2015, p. 138.

¹¹⁶ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

¹¹⁷ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

o, não o amaram pela própria ação severa da autoridade que foi forçado a exercer, de acordo com as circunstâncias excepcionais que rodearam o seu governo”.¹¹⁸

“Forçado” pelas “condições especiais” da vida política brasileira, Floriano teria sido “obrigado” a tomar rigidamente as rédeas do país. Todo este esforço, porém, teria “adianta[do] [o] trabalho de devastação orgânica, acabando por fulminá-lo”,¹¹⁹ além de propiciar uma série de “injustiças” contra o nome do consolidador: “Floriano Peixoto de tal modo se identificara com a República, com tal intensidade fizera os sofrimentos dela, as suas alegrias e as suas aspirações, que nunca teve palavra de recriminação para as injustiças de que era alvo”.¹²⁰ Segundo Américo Silvano, o ex-presidente teria mantido “a ordem interna à custa dos maiores esforços e das mais dolorosas decepções”.¹²¹ O reconhecimento de tamanho esforço seria, de certa forma, um reconhecimento póstumo: “foi preciso que o seu corpo tombasse, para que a Pátria lhe pudesse enfim exprimir, e numa intensidade de respeito que comove, toda a sua admiração pelo serviço incomparável que ele prestou à liberdade e à honra da democracia brasileira”.¹²² Contudo, as manifestações positivas, como temos visto, não eram gerais. Em muitos casos, via-se silêncio, baderna comemorativa ou a diminuição do “lugar” de Floriano na escatologia republicana.

Carente de juízo definitivo, que caberia à posteridade, a fundação, a salvação e a consolidação da República foram, portanto, os argumentos retóricos centrais que se estabeleceram em torno da consagração de Floriano. Do ponto de vista das práticas cívicas, importa notar que tanto Deodoro como Floriano, certamente mais este que aquele, mereceram imponentes funerais. Sem dúvida alguma, porém, cabe relativizar a eficácia desses eventos. O regime empenhou-se ruidosamente para constituir uma base simbólica de legitimação, mas essa base permaneceu, especialmente na primeira década da república, absolutamente precária, a despeito de todos os esforços. Nesse sentido, embora apoteótica e monumental, a consagração de Floriano Peixoto espelhou a dinâmica autoritária e violenta do seu governo (que se encontrou

¹¹⁸ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹¹⁹ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

¹²⁰ Domingo, 30 de junho de 1895, *O Paiz*.

¹²¹ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹²² Sábado, 6 de julho de 1895. *O Paiz*.

partidários,¹²³ também esbarrou em muitos críticos e dissidentes), o que acabou subtraindo deste evento, sem dúvida alguma central, boa parte da sua eficácia simbólica nas décadas seguintes.

Seja como for, a precariedade da eficácia não implica, absolutamente, desfazer dos mecanismos simbólicos construídos e ressignificados pelos republicanos: a passagem do Império para a República explicitou uma gama de transformações culturais, políticas, simbólicas etc. que estavam sendo gestadas nas décadas anteriores. Como nota *O Paiz*, “coube ao marechal Floriano Peixoto, o benemérito salvador da República, a glória de ser neste país o primeiro homem ao qual o Estado faz os funerais”.¹²⁴ Os elementos simbólicos e retóricos mobilizados em função da consagração dessas personagens são, portanto, nada desprezíveis: eles testemunham uma tentativa – talvez não plenamente atingida – de alçar esses homens a um patamar superior, i.e., ao glorioso panteão cívico da nação, onde sintetizariam os novos valores propagados pela República.

Francisco Glicério, inclusive, em nome de alguns deputados, chegou a propor “a criação de um Panteão na praça da República, onde se recolham os restos mortais dos beneméritos da Pátria: marechal Floriano Peixoto, general Benjamin Constant, marechal Deodoro da Fonseca e o senador Joaquim Saldanha Marinho”.¹²⁵ Enquanto esse espaço de memória não se estabelecia, o governo assumiu, como era necessário fazê-lo, o seu quinhão nas manifestações de lembrança e de louvor. No despacho presidencial que associou o Estado aos funerais de Floriano, lemos:

O presidente da República, associando-se ao pesar que aflige a Nação Brasileira, pelo falecimento do benemérito marechal Floriano Peixoto, que, como chefe de Estado, prestou à República serviços inolvidáveis e, querendo render publica homenagem de respeito e veneração à memória de tão eminente cidadão, decreta:

Art. 1 Os funerais do marechal Floriano Peixoto serão feitos à custa da República.

Art. 2 O governo abrirá oportunamente o necessário crédito, submetendo-o à aprovação do Congresso Nacional.¹²⁶

A veneração à memória do “eminente cidadão” começou cedo. Assim que firmado o atestado de óbito, Floriano Peixoto foi vestido com um “costume de casimira cinzento e colocaram-no numa cama da Crimeia, ficando no espaçoso quarto, onde se deu o desfecho fatal, tendo à cabeceira a imagem do Senhor Crucificado, ladeado por duas velas”.¹²⁷ A última vontade

¹²³ Elisabete Leal nota, como vimos há pouco, que “as ações enérgicas, autoritárias e centralizadoras de Floriano Peixoto contribuíram para sua popularidade” (p. 231). Cf. LEAL, E. C.. Floriano Peixoto e seus consagradores: um estudo sobre cultura cívica republicana (1891-1894). *Revista Estudos Políticos*, v. 5, p. 229-247, 2014.

¹²⁴ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹²⁵ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹²⁶ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹²⁷ Segunda-feira, 1 de julho de 1895, *O Paiz*.

de Floriano, segundo um periódico, “foi ser enterrado na Divisa, mas a isso opôs-se a sua família e não consentiram os amigos”.¹²⁸ “Por que não o deixaram ficar no escuro cemitério, sonho daquela povoação? Por que não lhe fizeram a vontade?”, pergunta Arthur Azevedo.¹²⁹ Ainda segundo o cronista da “Palestra”,

Vamos assistir a uma imponente manifestação nacional. Vamos ver desfilar a tropa. Vamos ouvir o ribombo da artilharia, o reunir das armas, a música das bandas marciais, o clangor das trombetas, o patati-patata da cavalaria. Tudo isso é belo, é formidável... todas essas bulhas engrandecem a memória de um herói, mas que querem? Eu tenho uma alma simples: preferia que o enterrassem lá no cemiteriozinho da Divisa, que lhe dessem uma sepultura singela como ele, onde houvesse uma pedra rodeada de flores, muitas flores, e nessa pedra o seu nome, só o seu nome, que vale um poema épico.¹³⁰

No entanto, segundo *O Paiz*, “depois de morto [Floriano] pass[ou] a ser o símbolo venerado da democracia, a legenda gloriosa da nacionalidade brasileira”.¹³¹ Também por isso, “os representantes da Nação reclamaram o seu corpo para o Panteão Nacional, que [seria] elevado, onde ele será recebido, conjuntamente com o de outros beneméritos da Pátria”.¹³² Enterrado em Divisa, em uma “sepultura singela”, o instante quente da recordação, i.e., a morte, passaria sem que o seus elementos primordiais (a afetividade, o luto etc.) fossem colocados a serviço do imaginário republicano. Era preciso, então, que o corpo do “consolidador” fosse apresentado com todas as honras que a República o supunha merecedor por “representá-la e salvaguardá-la” nos seus “anos entrópicos”. Como em outros momentos, aqui também a ideia de um Panteão Cívico foi apresentada, não sendo, porém, concluída.¹³³

Assim, pouco tempo depois do falecimento, o corpo de Floriano Peixoto foi preparado para ser transportado para o centro político e cultural da nação. Às 12 horas da noite, feito todos os preparativos, o cortejo fúnebre saiu da fazenda em que estava, em Ribeirão da Divisa. Segundo *O Paiz*, “os populares compareceram abrindo alas e iluminado a grande alameda” que levava à estação.¹³⁴ Na manhã do dia seguinte, o comboio fúnebre chegou à estação de S. Cristóvão. Na

¹²⁸ Segunda-feira, 1 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹²⁹ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³⁰ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³¹ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³² Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³³ Cf. Parte IV, cap. 2. Um sonho de tristezas.

¹³⁴ Segunda-feira, 1 de julho de 1895, *O Paiz*.

falta de uma ambulância, “o corpo foi carregado [por populares] numa padiola desde a estação até a residência do finado Marechal, na rua da Emancipação”.¹³⁵

A varanda da casa, armada como câmara ardente, foi forrada de preto, tendo galões amarelos nas quinas da sala; no centro, foi colocada a eça com o corpo do morto vestindo o segundo uniforme militar: “calça preta de galão, dólmã com bordados nos punhos e na gola, peito com alamares dourados e dragonas; os pés calçam sapatos com [salteiras] douradas”.¹³⁶ Ao lado do Marechal, foi colocada a sua espada com bainha e copos dourados: “era esta espada que o Marechal usava em serviço; a de ouro, que lhe foi dada por subscrição popular aberta no *O Paiz*, a família do grande morto reservou, como de praxe, para figurar em carro próprio”.¹³⁷ Todas as dependências do imóvel “ficaram coalhadas de pessoas de todas as classes, sexos e idades, sendo incessantes as lágrimas choradas por quase todos os presentes, em rigoroso luto, principalmente as senhoras, diante desse cadáver que é uma religião de honra e de patriotismo”.¹³⁸

Pela manhã, perto das 10 horas, o corpo foi encomendado pelo vigário da freguesia de São Cristóvão, Monsenhor Escobar. Logo em seguida, “os srs. deputado dr. Nilo Peçanha e o general Ferreira Ramos fecharam o caixão, colocando sobre ele a bandeira da Escola Superior de Guerra”, que tem uma tradição gloriosa, segundo o jornal, uma vez que “foi oferecida aquela Escola pelo glorioso fundador da República, general Benjamin Constant”. “O féretro foi levado da câmara ardente para coche por inferiores do 22 batalhão de infantaria”, e nas fitas seguraram figuras como Bernardo Vasques (Ministro da Guerra), Antônio Olinto (Ministro da Aviação), Carlos de Carvalho (Ministro das Relações Exteriores), coronel Mendes de Moraes (representante do sr. Presidente da República, ausente por estar doente), almirante Elisiário Barbosa (Ministro da Marinha), entre outras personalidades.¹³⁹

Da casa mortuária até a rua de São Luiz Gonzaga, o corpo foi acompanhado por praças do exército e por diversas instituições, com os seus respectivos estandartes, e figuras do universo político, militar, acadêmico, econômico, cultural etc. Em seguida, o corpo foi colocado no coche fúnebre, “de que foram retirados os animais, passando-se nas lanças grossas cordas, por meio das

¹³⁵ Segunda-feira, 1 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³⁶ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³⁷ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³⁸ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹³⁹ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

quais o povo conduziu [o corpo] até a igreja da Cruz dos militares”.¹⁴⁰ Quando o préstito chegou no campo de São Cristóvão, os ministros entregaram os cordões do féretro a outras personalidades, entre as quais Pinheiro Machado, Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha, Arthur Peixoto e José Peixoto.¹⁴¹ Na Intendência Municipal, “a municipalidade do distrito federal, representada pelo dr. Prefeito [e outros], prestou também ao grande morto a homenagem de sua admiração e respeito”.¹⁴² O saguão da instituição foi convertido em câmara ardente, “as paredes e o teto [foram] forrados de veludo preto e galões dourados, erguendo-se no centro uma eça, ladeada de seis tocheiros. Soldados da brigada policial, com as armas em funeral, guardavam a eça, que esteve sempre rodeada por inúmeras pessoas”.¹⁴³ Às 1 horas da tarde o corpo chegou à Intendência, “onde fez uma pequena parada, não retirando o corpo para a câmara ardente para não haver mais demora”.¹⁴⁴ Na rua do Ouvidor, intransitável, “a maior parte das casas comerciais mandou fechar as suas vitrines; as janelas estavam ocupadas por distintas damas”.¹⁴⁵ Às 1 hora e 20 minutos, quando passaram os praças do 5º batalhão de cavalaria, “o maior respeito e o mais profundo silêncio viu-se então; todos descobrindo-se, enquanto durou a passagem do cortejo fúnebre”.¹⁴⁶

A Cruz dos Militares vestiu-se de luto: “as tribunas, os púlpitos, os altares, o coro e as portas [foram] cobertas de panejamento negro, tarjado de outro”.¹⁴⁷ Na nave central da igreja estava o catafalco rodeado por “duas escadas que dão subida ao planalto, onde se eleva a eça em que deve repousar o pesado caixão”.¹⁴⁸ No lado de fora, “estava formado o 23º batalhão de infantaria”.¹⁴⁹ As 2 horas e 30 minutos da tarde despontou o préstito fúnebre na rua Primeiro de Março. “Os oficiais e praças do batalhão Tiradentes abriram alas, passando entre elas o coche fúnebre que transportava o caixão”.¹⁵⁰ Em seguida,

Retirou-o do carro mortuário a comissão da irmandade da Cruz dos Militares, auxiliada por praças do 22º batalhão de infantaria e pessoas do povo, sendo ele conduzido ao cadafalso, que ficou completamente coberto pelo grande número de coroas.¹⁵¹

¹⁴⁰ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴¹ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴² Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴³ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴⁴ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴⁵ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴⁶ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴⁷ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴⁸ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁴⁹ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵⁰ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵¹ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

Até alta noite “não se havia interrompido a romaria da saudade”.¹⁵² Segundo *O Paiz*, a transladação de seu corpo para a Cruz dos Militares “foi a cerimônia mais importante de nossos dias e nas ruas desta cidade via-se a consternação geral no povo deste país, que lamentara sinceramente a perda irreparável do benemérito consolidador da República”.¹⁵³ Ainda para o periódico, o préstito, “organizado imprevisivelmente como foi, sem nenhum convite direto, sem nenhuma sugestão oficial, foi, pela sua natureza, uma verdadeira apoteose nacional”.¹⁵⁴ Teria sido, na realidade, “o povo que ontem se mostrou em toda a sua força, em toda a plenitude de sua alma consagrando benemérito da nação o grande morto”.¹⁵⁵ Já Arthur Azevedo, diz que “esperava muito, mas não esperava tanto”, para ele

A transladação dos despojos mortais daquele que se chamou Floriano Peixoto foi uma solenidade dessas que ficam eternamente gravadas na memória das multidões. De hoje a 50 anos, muita gente ainda se lembrará de ter visto desfilar melancolicamente, lentamente, aquela interminável massa de povo que ia entregar a Deus o cadáver do glorioso soldado.¹⁵⁶

Para o *Paiz*, “a onda humana que acompanhava o féretro do grande soldado da democracia, engrossava-se continuamente, e, quando o triste e doloroso cortejo atravessava a rua do Ouvidor, ela se transformara numa multidão compacta”, que o jornal calculou “em mais de 30 mil pessoas”.¹⁵⁷ O cronista da “Palestra”, entusiasmado com as manifestações, pergunta ainda “se depois do majestoso espetáculo de ontem ainda haverá monarquistas no Brasil”.¹⁵⁸ Na crônica do dia seguinte, ainda exasperado, insiste que “Floriano desce ao túmulo popularizado como nenhum outro brasileiro se popularizou ainda”.¹⁵⁹ Alfredo Varela, por sua vez, comentou que a “soberba homenagem cívica teve o caráter imponente de uma cerimônia cultural, dessas em que o povo inteiro, como se antevê em futuro próximo, se reúne para tributar honras em ação de graças aos grandes servidores da Pátria e do gênero humano”.¹⁶⁰

O corpo de Floriano ficou na Cruz dos Militares até o dia 6, quando foi então levado para o cemitério. “Nesse tempo o corpo do grande marechal esteve depositado por alguns dias, velado

¹⁵² Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵³ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵⁴ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵⁵ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵⁶ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵⁷ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵⁸ Quarta-feira, 3 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁵⁹ Quinta-feira, 4 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶⁰ Quinta-feira, 4 de julho de 1895, *O Paiz*.

por amigos sinceros, contemplado por uma multidão compacta de populares”.¹⁶¹ Pela manhã do dia 6, foi realizada uma missa oficiada pelo “monsenhor Abreu Lima, acolitado por monsenhor Victorino, pelos cónegos Eduardo Cristão e Gonçalves Serafim e padre Serejo”.¹⁶² Finda a cerimônia, o corpo passou em frente às tropas, “que lhe deviam prestar as homenagens e honras a que a amizade e o patriotismo, a dedicação e o cumprimento da lei marcavam”.¹⁶³ Ansiosamente, diz o jornal, o público esperava o féretro, “e respeitoso descobriu-se quando, terminada a cerimônia fúnebre, saiu da igreja da Cruz dos Militares o corpo do honrado soldado, que tudo fez pela Pátria, e pela República deixou a vida”.¹⁶⁴ O corpo percorreu a rua Primeiro de Março, onde se achavam paradas as forças que deram as descargas a que tinha direito o ilustre morto. Para o *Paiz*, “muitos soldados choravam ao ver passar o corpo de seu digno comandante”.¹⁶⁵

Pouco depois do meio-dia, o cortejo fúnebre entrou na rua do Ouvidor. “A multidão, que em atitude respeitosa, aguardava, descobriu-se, conservando-se assim até o desfilar das tropas de cavalaria que fechavam o préstito, e de todos os semblantes transparência o mais profundo pesar”.¹⁶⁶ Segundo o *Paiz*, “não podia ser mais imponente o cortejo”: além dos carros que conduziam as grinaldas e a espada de ouro de Floriano, “vinha na frente o batalhão Tiradentes, com a bandeira gloriosa envolta em crepe, fazendo a guarda de honra, em alas, trazendo num palanque o busto em bronze do grande patriota”.¹⁶⁷ Ainda segundo o periódico, “o féretro era [acompanhado] por pessoas de todas as classes sociais, que disputavam aos alunos das escolas superior de guerra e militar a honra de segurar um momento nas cordas pretas da carreta”.¹⁶⁸ Quando o cortejo fúnebre passava pela porta do *Diário de Notícias*, Paula Ney fez um breve discurso: “dizeis que morreu o marechal Floriano Peixoto, e eu vos garanto que não. Abra-se o caixão, apalpem-lhe o rosto, olhem-lhe para os olhos luminosos e doces e vejam se ele morreu! Eu o sinto que não”.¹⁶⁹ Para o jornalista, “os horizontes da história não tem limites, e o marechal Floriano Peixoto há de ser como é o sol na universidade dos astros: marchando sempre,

¹⁶¹ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶² Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶³ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶⁴ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶⁵ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶⁶ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶⁷ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶⁸ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁶⁹ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

iluminando de dia com a verdade, e descansando de noite para renascer novamente”.¹⁷⁰ Floriano renasceria e o seu semblante ficaria “eternamente simbolizando a honra, a grandeza e a justiça, porque é o seu coração e a sua alma que nos governam, porque do seu coração fizemos um estandarte e da sua alma fizemos um credo político”.¹⁷¹

Em seguida, o cortejo saiu a caminho do cemitério de São João Batista. No cortejo, encontravam-se membros do alto escalão do governo – exceto o presidente, que por estar enfermo não pôde comparecer –, senadores, deputados federais, oficiais e praças de várias corporações, representantes de diversos estados e instituições científicas e culturais. No cemitério, onde já havia “grande massa de povo”, tudo estava preparado para a cerimônia de passamento: a entrada estava coberta de veludo preto e o cruzeiro todo coberto de crepes; “a secretária ao lado esquerdo da entrada foi transformada em câmara ardente, tendo eça no meio circulada por seis tocheiros e no fundo um altar com o cemitério alumiado por seis velas”.¹⁷² Às 3 horas da tarde chegava ao cemitério, arrastada pela multidão, a primeira coroa do préstito fúnebre.

Ao ser depositado o corpo na câmara ardente, o capitão Gomes de Castro, presidente das comissões diretoras, fez um breve discurso, onde disse, entre outras coisas, que “a apoteose do grande morto tem correspondido plenamente à alta benemerência dos seus imperecíveis serviços sociais e às momentosas exigências da situação política”.¹⁷³ Ainda nesse sentido, segundo o orador, “para a Posteridade reconhecida, a sua memória santa [a de Floriano] completará a santa memória do imortal fundador da República Brasileira [Benjamim Constant]”.¹⁷⁴ Em seguida, falaram o capitão-tenente América Silvado, em nome da esquadra republicana, Nicanor do Nascimento, representando o Clube Tiradentes, Agracio Camargo, representando o Estado de São Paulo, Jorge Valladão, pela escola de farmácia de Ouro Preto, Lopes Trovão, Torquato Moreira, Bricio Filho, Barata Ribeiro, Monteiro Lopes, Antônio J. Caetano da Silva Junior, Paulino Camarinha, pela Faculdade livre de direito, Edmundo Silva, pelos alunos de medicina, A. J. Silva Braga Junior; e

¹⁷⁰ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷¹ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷² Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷³ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷⁴ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

pelo comércio brasileiro pronunciou José Floriano Judice Junior.¹⁷⁵ As 7 horas da noite, segundo *O Paiz*, “ainda se achava muito povo no cemitério para ver a câmara ardente”.¹⁷⁶

Para Arthur Azevedo, o enterro “foi uma glorificação” e teria, assim, representado “o majestoso epílogo da tragédia que durante sete dias se desenrolou aos olhos atômicos e lacrimosos da população fluminense”.¹⁷⁷ Segundo um artigo do *Paiz*, o Rio de Janeiro teria visto, “com os próprios olhos, a mais extraordinária, a mais admirável consagração cívica de que há memória nos anais da vida social e política, não já do Brasil mas da América do Sul”.¹⁷⁸ “Nunca os triunfadores guerreiros antigos, que chegavam de suas glórias e de suas conquistas, arrastando atrás do carro vitorioso a cauda esplendente dos troféus, logrou a imponência desse esquife, que se ia em meio à chorosa música das marchas fúnebres caminho da terra”.¹⁷⁹

Em consonância com os ritos fúnebres performados nas ruas, também na imprensa Floriano mereceu amplo espaço. Interessante, nesse sentido, os “poemas de participação” publicados por ocasião do falecimento do ex-presidente. Nenhuma das figuras analisadas, mesmo escritores como Machado de Assis, José de Alencar e Gonçalves Dias, mereceram tantos poemas *in memoriam*. Vale a pena, mesmo que superficialmente, comentar alguns elementos desse tipo de necrologia. Generino dos Santos, por exemplo, fez publicar no *Paiz*, dois dias depois da morte de Floriano, a poema “Alas”, em que diz:

Abram alas, que passa o Redivivo,
O Consolidador, o herói perfeito,
Que, estoico, entrincheirou no forte peito,
Em defesa da pátria, um povo altivo!

Nunca valor, mais alto e compassivo,
Pulsou n’um coração, á guerra afeito;
Venceu, morrendo aos poucos: satisfeito
Do seu triunfo, audaz mas decisivo.

Sem mancha e sem pavor, [Baiardo] vivo,
Ditar podia a Lei, mas com aproveit,
E não quis: preferia morrer captivo

¹⁷⁵ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷⁶ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷⁷ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷⁸ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁷⁹ Domingo, 7 de julho de 1895, *O Paiz*.

Do seu dever, austeramente ativo!
 Abram alas, que passa o Redivivo!
 - Salve, morto-imortal! Herói perfeito!¹⁸⁰

Uma análise mais detida deste e de outros poemas permitiria, talvez, identificar uma estética própria às “poesias mortuárias”. Aqui, porém, cabe apenas evidenciar o nexo entre as poesias e a retórica cívica. A “poesia mortuária”, de certa forma, condensa o grosso das manifestações. No poema de Santos, aparece não apenas a ideia de “consolidador” e de “herói perfeito”, como também o pretense “estoicismo” de Floriano, que teria se entregado ao serviço da Pátria: “venceu, morrendo aos poucos: satisfeito/ do seu triunfo, audaz mas decisivo”. O autoritarismo, dissimulado em “dever/ austeramente ativo”, também desponta no poema. A maioria absoluta dos poemas são de louvores à Floriano, mas alguns, buscando louvar, deixam antever as dissonâncias políticas do momento. O poema “Ilusão do olfato” questiona, por exemplo, um comentário contrário ao cortejo fúnebre, infelizmente não identificado:

Um patife inventou que o grande brasileiro
 Cheirava mal no seu esquife;
 Enganou-se, talvez, sentindo o próprio cheiro,
 Pois muito fede o tal patife.¹⁸¹

Não é preciso acessar a o original para entender o sentido do poema: dizer que um defunto cheira mal, embora deselegante, não passa de um truísmo: certamente, se o corpo fedia no esquife, o que não é improvável tendo em vista o tempo decorrido do falecimento até a transposição do corpo para a Cruz dos Militares, o cheiro não havia de incomodar tanto. O que incomodava, no final das contas, era menos o corpo do que o morto, i.e., o que fedia era a própria comemoração, a apoteose, o esforço em consagrar Floriano Peixoto. Por isso, para o poeta, claramente ofendido, quem fedia era o acusador que, insensível, não sabia reconhecer o puro aroma da devoção ao grande homem. Seja como for, o odor – suave ou fétido – continuaria por mais alguns meses, até que finalmente fosse enterrado o corpo de Floriano em um mausoléu construído para tal fim, no cemitério de São João Batista.

¹⁸⁰ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

¹⁸¹ Terça-feira, 2 de julho de 1895, *O Paiz*.

Simeão de Oliveira e Marechal Cantuária: a Guerra e a República

Na inauguração do palacete brasileiro na Exposição Colombiana de Chicago, em 1893, Lemos Bastos, recentemente nomeado presidente da comissão incumbida de representar o Brasil, fez uma singela homenagem ao homem que, ainda há poucas semanas, presidia os preparativos para a exposição. Segundo ele, em um rápido discurso proferido na abertura do evento, “o marechal Simeão amava o seu país acima de tudo; era um verdadeiro e leal soldado e morreu trabalhando pela pátria neste empreendimento de paz e civilização, com a mesma dedicação que mostrou sempre nos campos de batalha”.¹⁸²

José Simeão de Oliveira (1838-1893) morreu em *New York* em 20 de junho de 1893. Enviado “em missão extraordinária para representar o governo brasileiro” nas comemorações dos 400 anos da chegada de Cristóvão Colombo ao “Novo Mundo”, o marechal mereceu uma tímida, mas esperada retórica cívica. Para o *Jornal de Recife*, por exemplo, a “perda do velho militar” assumia as mais dolorosas proporções, “privando a pátria de um paladino do seu engrandecimento e do conagraçamento das classes”.¹⁸³

Como em outros funerais militares, a participação na Guerra do Paraguai e na proclamação da República foram os dois artifícios centrais nos discursos póstumos. Nesse sentido, ainda segundo o *Jornal de Recife*, o marechal “era um militar valente e que nunca teve uma só promoção superior, a não ser por merecimento”. Zeloso em relação ao prestígio do exército, Simeão “fez a campanha do Paraguai, da qual guarda na sua fé de ofício lisonjeiras notas e referências, servindo, durante parte da sua duração, como assistente do legendário Pelotas”.¹⁸⁴ Na Câmara dos Deputados, César Zama (1837-1906) louvou, justamente, os serviços prestados à pátria tanto na guerra como na paz: “na guerra, enaltecendo a glória das armas brasileiras; na paz, concorrendo para a fundação da República”.¹⁸⁵

Feita a República, Simeão foi empossado “primeiro governador efetivo de Pernambuco”, administrando o Estado, “em quadra perigosíssima, sem despotismo, sem arbitrariedade e, sobretudo, com manifesta economia e a mais escrupulosa honestidade”.¹⁸⁶ Voltando ao Rio de

¹⁸² Segunda-feira, 28 de agosto de 1893, *Gazeta de Notícias*.

¹⁸³ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal de Recife* (PE).

¹⁸⁴ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal de Recife* (PE).

¹⁸⁵ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal do Brasil*.

¹⁸⁶ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal de Recife* (PE).

Janeiro, o então ajudante general do exército elegeu-se senador por Pernambuco, “demitindo-se do primeiro cargo para tornar-se, no Senado, o chefe da oposição ao General Deodoro”.¹⁸⁷ Nesta posição, o marechal Simeão empenhou-se, primeiramente, em “combater a candidatura daquele general à magistratura suprema da nação, e, mais tarde, depois do golpe de Estado de novembro, organizar a resistência ao ato ditatorial”.¹⁸⁸ A queda de Deodoro, pouco tempo depois, fez com que Simeão granjeasse “uma das pastas do ministério [da Guerra], que pouco tempo exerceu, mas sempre com o estimado tino e cordura”.¹⁸⁹ Como assevera o *Jornal de Recife*, o marechal Simeão não recusou sacrificar “as suas relações de amizade e camaradagem, para com os dois presidentes que temos tido, a fim de salvar o nome e prestígio do exército”.¹⁹⁰

Ainda em *New York*, a família de Simeão recebeu as primeiras demonstrações de pesar e fizeram-se os primeiros gestos de consideração e lembrança. Segundo a *Gazeta de Notícias*, por exemplo, “ao ilustre morto foram prestadas honras militares por ordem do governo americano”. Além disso, “um ofício fúnebre teve lugar na catedral católica de St. Patrick, na 5ª avenida, tendo sido o rico sarcófago de carvalho carregado à entrada e saída do templo por oito oficiais inferiores do exército americano”.¹⁹¹ A família do morto recebeu telegramas de condolências do Marechal Floriano Peixoto (1839-1895) e do ministro plenipotenciário Salvador de Mendonça (1841-1913), este comunicando “que o governo do Brasil lhe ordenara que os funerais fossem feitos à custa do Estado, ao que a viúva agradeceu, mas recusou”.¹⁹²

No Brasil, antes da chegada do corpo, fez-se em Recife, nos salões do Gabinete Português de Leitura, “uma sessão fúnebre promovida pelo diretório do Partido Republicano [de Pernambuco] em homenagem à memória do ilustre marechal”.¹⁹³ No dia 8 de agosto o corpo embalsamado do recém finado chegava ao Rio de Janeiro a bordo do paquete francês *Congo*. Acompanhado pela viúva e por autoridades militares, como o Ministro da Guerra e o diretor do Arsenal de Guerra, o corpo foi transportado de lancha até o cais. Chegando ao Arsenal, “os

¹⁸⁷ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal de Recife* (PE).

¹⁸⁸ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal do Brasil*.

¹⁸⁹ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal de Recife* (PE).

¹⁹⁰ Quinta-feira, 22 de junho de 1893, *Jornal de Recife* (PE). “Logo após a renúncia de Deodoro, os partidários deste iniciaram uma série de tentativas revolucionárias com o objetivo de destituir Floriano. As interferências do presidente no Ministério da Guerra, por ocasião das ditas ‘revoltas deodoristas’, acabaram por precipitar a demissão do general José Simeão de Oliveira”. VASCONCELOS, C. B... Verbete Oliveira, Jose Simeão de.. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV.

¹⁹¹ Terça-feira, 29 de agosto de 1893, *Gazeta de Notícias*.

¹⁹² Terça-feira, 29 de agosto de 1893, *Gazeta de Notícias*.

¹⁹³ Sábado, 22 de julho, *Jornal de Recife* (PE).

menores formaram em alas à passagem do cadáver, tocando a banda do mesmo corpo uma marcha fúnebre”.¹⁹⁴ A trasladação para o Cemitério de S. Francisco de Paula foi marcada, às pressas,¹⁹⁵ para o dia 14, sendo designados quatro batalhões de infantaria, liderados pelo general Carlos Machado Bittencourt, para prestarem as honras a que tinha direito o marechal.¹⁹⁶

No Arsenal, além da família, acompanhou a cerimônia “um grande número de parentes, amigos e companheiros de armas, entre os quais notamos os srs. Marechal Floriano Peixoto e o general Eneas Galvão, ambos com o seu estado maior”.¹⁹⁷ Na capela, o padre Collons, coronel do exército, “celebrou uma missa de corpo presente, a que assistiram a família e amigos do finado, executando por essa ocasião a banda do Arsenal uma marcha fúnebre”.¹⁹⁸ Na saída, à porta da câmara ardente, uma companhia de menores do Arsenal formou-se em alas com armas em funeral. Segundo o *Jornal do Brasil*, “o enterro saiu pela rua D. Manoel, Largo do Paço, ruas Direita e Ouvidor, Largo de São Francisco de Paula, Travessa do Teatro, Largo do Rocio, ruas Vicente do Rio Branco, Lavradio, Riachuelo e catumbi”. Na rua d. Manoel, “formaram quatro corpos de infantaria e o 1 regimento de cavalaria”.¹⁹⁹ Quando o corpo passou por esta rua, foram dadas descargas de estilo. O vice-presidente e outras autoridades incorporaram-se ao cortejo em frente à Secretaria da Indústria. Segundo o jornal, por onde passou o préstito fúnebre “via-se grande ajuntamento de povo”. No cemitério, onde uma força policial foi postada para impedir que o público invadisse o recinto, esperavam o corpo dois regimentos de artilharia, que prestaram as devidas honras fúnebres, dando uma salva de 12 tiros, logo que o corpo do marechal (coberto com um pano preto e envolto na bandeira nacional) assomou ao Campo Santo.²⁰⁰

Em 1908, morreu outro militar com atuação importante na Guerra do Paraguai e na República. O marechal João Thomaz Cantuária (1835-1908), depois de uma “dolorosa agonia”, faleceu às 4 horas da tarde “vitimado por uma aterosclerose, que zombou de todos os recursos da

¹⁹⁴Quarta-feira, 9 de agosto de 1893, *Gazeta de Notícias*.

¹⁹⁵“Verificou ontem o sr. Costa Ferraz que o corpo do pranteado marechal José Simeão de Oliveira, depositado em câmara ardente na capela do Arsenal de Guerra, está em alta decomposição; pelo que foi resolvido que o seu enterramento far-se-á amanhã, no cemitério de S. Francisco de Paula, depois da missa de corpo presente, às 9 horas da manhã”. Domingo, 13 de agosto de 1893, *O Paiz*.

¹⁹⁶ Domingo, 13 de agosto de 1893, *Jornal de Recife*.

¹⁹⁷ Sexta-feira, 25 de agosto de 1893, *Jornal de Recife*.

¹⁹⁸ Terça-feira, 15 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

¹⁹⁹ Terça-feira, 15 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²⁰⁰ Terça-feira, 15 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

ciência e dos mais afetuosos carinhosos da família”.²⁰¹ Segundo o *Jornal do Brasil*, a agonia do marechal, “antes de entregar a alma a Deus, foi muito lenta, pois durou 15 horas”.²⁰² Embora esperada, e longa, nem por isso a morte do marechal “deixou de causar profundo abalo a quantos conheciam as virtudes públicas de tão alto varão”.²⁰³

Foi uma grande perda, insiste o periódico: “a pátria sente um golpe formidável com o seu desaparecimento e ajoelha enlutada junto ao túmulo entreaberto para receber o extraordinário vulto da nossa história militar”.²⁰⁴ Assim como Simeão de Oliveira, a retórica em torno de Cantuária passou, necessariamente, pela Guerra do Paraguai. Para o *Jornal do Brasil*, o exército brasileiro acaba[va] de perder mais um dos seus gloriosos cabos de guerra, um militar disciplinado e disciplinador, que prestou à Pátria inestimáveis serviços, quer na paz, quer na guerra”.²⁰⁵ Entre outros feitos, o jornal destaca que o marechal “tomou parte [saliente] na legendária retirada da Laguna, onde nosso exército passou as maiores privações, faltando-lhe até a água, que chegou a ser substituída pela lama”.²⁰⁶ Para a *Gazeta de Notícias*, Cantuária, moralmente, “era o tipo do soldado modelo, em que se fund[iam] o amor da pátria, os princípios da justiça”.²⁰⁷

Logo que espalhada a notícia, o marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, mandou, por um de seus ajudantes de ordens, “dar pêsames à família [do morto] e comunicar-lhe que os funerais seriam feitos pelo governo”.²⁰⁸ O corpo de Cantuária foi “vestido com o primeiro uniforme, vendo-se nos punhos os distintivos de ministro do Supremo Tribunal Militar, e transportado para a sala de visitas, transformada em câmara ardente”.²⁰⁹ O caixão, posto no centro da sala, estava rodeado por seis grandes tocheiros. Durante toda a noite “foi a residência do general Ribeiro Guimarães, onde faleceu o marechal Cantuária, muito procurada por amigos da sua desolada família”.²¹⁰ O enterro – que parece não ter sido acompanhado pela imprensa – foi antecipado pelos jornais. Feito às expensas do Estado, “que com este ato quis prestar a última homenagem ao querido servidor da nação”,²¹¹ o enterro foi marcado para sair às 5 horas da tarde

²⁰¹ Sábado, 21 de março de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁰² Sábado, 21 de março de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁰³ Sábado, 21 de março de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁰⁴ Sábado, 21 de março de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁰⁵ Sábado, 21 de março de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁰⁶ Sábado, 21 de março de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁰⁷ Sábado, 21 de março de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁰⁸ Sábado, 21 de março de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁰⁹ Sábado, 21 de março de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²¹⁰ Sábado, 21 de março de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²¹¹ Sábado, 21 de março de 1908, *Gazeta de Notícias*.

rumo ao cemitério S. Francisco Xavier. No caminho, uma divisão do exército, comandada pelo general Mendes Moraes, prestaria as honras fúnebres devidas ao marechal. Em frente ao cemitério, uma bateria de artilharia estaria preparada para dar as salvas devidas à patente do marechal.²¹²

Visconde de Pelotas: o velho servidor da pátria

Quase dois meses depois da morte de Simeão de Oliveira, outro militar conhecido mereceria retórica semelhante. Às 11 horas e 2 minutos da manhã do dia 18 de agosto de 1893 morria, depois de um grande sofrimento, um “velho servidor da pátria”, Marechal Visconde Pelotas.²¹³ Como quase toda figura militar de algum destaque, a morte de Pelotas será recebida a partir de uma retórica que tem como eixo central a defesa da pátria. Para Manoel Arão, por exemplo, a notícia da morte do ínclito marechal não poderia deixar de “envolver o coração da pátria – esse coração grande e incomensurável – no pélogo das mais profundas tristezas”.²¹⁴ Enquanto isso, para o *Paiz*, a morte de Pelotas enchia de luto a nação brasileira: “a gratidão nacional será tão imperecedoura como a glória do ilustre soldado, que tão relevantes serviços prestou ao Brasil e tantas vezes derramou o seu sangue e expôs a sua vida na defesa da honra e da [integração] da Pátria”.²¹⁵ Para o periódico, a história do finado era a “história dos mais assinalados cometimentos e dos atos de maior heroísmo, nos quais se encontra mais do que a glória de uma alta individualidade, a glória do próprio exército brasileiro”, cujas tradições eram apresentadas como “um apanágio nacional”.²¹⁶ Cezar Zama (1837-1906), deputado constituinte, também aponta a tríade Pelotas-Exército-Pátria ao convocar o Brasil para chorar o defunto:

Desejava que, quando o Brasil se cobre de luto, quando em momento tão triste como este, em que o coração brasileiro está envolvido em crepe, em que o destino, na sua crueldade, leva mais um dos filhos em que a pátria podia depositar ainda grandes esperanças, desejava que todas as corporações públicas deste país dessem o testemunho o mais solene possível da dor que acabrunha hoje a nação, por ter falecido um ilustre cidadão, uma das glórias do exército brasileiro.²¹⁷

²¹² Sábado, 21 de março de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²¹³ Sábado, 19 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²¹⁴ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Diário de Pernambuco*.

²¹⁵ Sábado, 20 de agosto de 1893, *O Paiz*.

²¹⁶ Sábado, 20 de agosto de 1893, *O Paiz*.

²¹⁷ Sábado, 19 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

Lauro Muller, em discurso na Câmara dos deputados, comenta que é justamente com esses valores (patriotismo, bravura etc.) que Pelotas “terminou a guerra do Paraguai, que tantos sacrifícios custou a esta pátria”.²¹⁸ Por se tratar de um dos “um dos bravos que fizeram a campanha do Paraguai”,²¹⁹ sobretudo em um momento conturbado para a vida política do país, muito rapidamente o Estado buscou associar-se ao nome de Pelotas. Como destaca o *Jornal do Brasil*, feita a República, foi para o seu prestígio militar de Pelotas “que apelou o governo provisório” para conservar “a paz e a ordem” no Rio Grande do Sul.²²⁰ Mesmo movimento faz o Estado, Floriano Peixoto em particular, nos funerais de Pelotas: antecipando o que fará, ano depois, ao tentar apropriar-se do monumento ao general Osório em benefício próprio, neste momento, o presidente, lidando com graves turbulências, por empatia, obrigação e necessidade se aproxima das manifestações de luto dirigidas ao marechal recém falecido. Nesse sentido, destaca o *Paiz* que “compenetrado muito justamente de que o corpo do grande soldado pertence à nação brasileira, o marechal Floriano Peixoto mandou pedir a sua família que consentisse ao governo fazê-lo embalsamar e contribuir com todas as despesas do funeral”.²²¹ Caso único nos funerais aqui analisados, Floriano Peixoto não apenas participará simbolicamente, registrando seus sentimentos, como também pegará nas alças do caixão, junto com figuras como o senador Quintino Bocaiuva, para levar o corpo marechal à capela do Arsenal de Guerra.²²²

Autorizado pela família, que todavia insistiu no desejo de Pelotas de não ser enterrado fardado, nem que lhe fossem prestadas as honras militares a que tinha direito,²²³ logo após o óbito o corpo foi embalsamado pelo dr. Costa Ferrer. Vestido à paisana, com uma casaca e um balandrau da Santa Casa da Misericórdia, o corpo foi recolhido a um caixão de primeira classe, colocado em uma eça erguida na sala principal da casa. A sala, feita de câmara ardente, estava completamente coberta de veludo preto, guarnecida de galões dourados. Segundo o *Jornal do Brasil*, conhecida a morte do marechal, “começou a afluir à casa da rua das Laranjeiras grande número de amigos, notando-se oficiais generais e subalternos do exército e armada, que ali foram levar expressões de

²¹⁸ Sábado, 19 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²¹⁹ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Diário de Pernambuco*.

²²⁰ Sábado, 19 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²²¹ Sábado, 20 de agosto de 1893, *O Paiz*.

²²² Domingo, 20 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²²³ Sábado, 19 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

condolências à sua exma. família”.²²⁴ Às 4 e 30 da tarde saiu o cortejo fúnebre que acompanhou o finado até o Arsenal da Guerra, onde ficaria o corpo até que a família o transportasse para o Rio Grande do Sul. “Pegaram nas alças do caixão os srs. deputados General Solon, contra-almirante Custódio de Mello, dr. Fernando Lobo, contra-almirante Firmino Chaves, capitão de fragata Alexandrino Faria de Alencar e general Enéias Galvão”.²²⁵ O préstito saiu assim organizado:

Carro fúnebre, carro conduzindo a coroa do visconde, carro com o coadjutor da matriz da Glória, 9º regimento de cavalaria, carros do palácio do Itamaraty, conduzindo, no primeiro, o sr. marechal vice-presidente da República, e nos outros os seus ajudantes de ordens; seguia-se cerca de duzentas carruagens com os amigos e companheiros de armas do morto.²²⁶

Nessa ordem, o préstito desfilou pelas ruas Laranjeiras, Catete, Cais da Glória, Passeio, Santa Luzia, praia do mesmo nome, rua da Misericórdia e largo da Batalha até o Arsenal de Guerra. “Durante o trajeto achavam-se as ruas e as janelas das casas repletas de pessoas que aguardavam a passagem do enterro”.²²⁷ Passando pelo Catete, formaram-se 50 praças de polícia que prestaram as honras militares.²²⁸ Se, por um lado, Pelotas abriu mão das honras militares, os organizadores do evento, tal qual Floriano, entenderam que “o corpo do grande soldado pertenc[ia] à nação brasileira” e, assim, prestaram as honras ao militar falecido.

No Arsenal de Guerra, aguardavam o finado, “formados em alas, prestando as devidas honras fúnebres, o corpo de aprendizes do mesmo arsenal, e bem assim uma companhia de marinheiros nacionais”. Em seguida, o corpo foi retirado do coche e transportado para a capela do Arsenal por seis remadores do Arsenal da Marina. “A capela do arsenal achava-se toda forrada de preto; ali depositado o caixão, foi o corpo encomendado pelo coadjutor da freguesia da Glória, padre João Nicolas Alpen”.²²⁹ Segundo o *Paiz*, a transladação do corpo do “ilustre guerreiro” foi um grande acontecimento, uma vez que, perante seu ataúde, “a própria pátria como que curvou-se em funeral”.²³⁰ Ainda para este período,

O espírito nacional submergido no luto assiste reverente à passagem de um féretro; mas a alma do soldado brasileiro vibra com força no peito de muitos heróis que o foram ao mando

²²⁴ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²²⁵ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²²⁶ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²²⁷ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²²⁸ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²²⁹ Domingo, 20 de agosto de 1893, *Jornal do Brasil*.

²³⁰ Sábado, 20 de agosto de 1893, *O Paiz*.

desse homem invicto, cujo prestígio era causa certa de vitória sobre inimigos, que, aterrados, cediam o campo em retirada ou entregavam as armas ao aprisionamento.²³¹

II. HOMENS DE LETRAS E DE CIÊNCIAS

No século XX, os mecanismos de consagração parecem se concentrar, ou pelos menos encontrar melhor receptiva, em personagens reconhecidos por suas supostas e exemplares contribuições a um ideal comum de humanidade. Segundo Armelle Enders, “a entrada no século XX veio a enriquecer o imaginário nacional com novos tipos de heróis”. Nesse sentido, as figuras que se destacaram naquele momento “pertenciam mais ou menos à estirpe dos conquistadores pacíficos, os quais, por sua astúcia e suas virtudes, garantiram ao Brasil o domínio de duas fronteiras, de seu espaço, de seus ares, sem verter uma só gota de sangue”.²³² Além desses campos, as figuras civis lembradas pelo *Jornal do Brasil* encarnam uma retórica cívica em função da atuação que tiveram em campos como Ciência, Medicina, Direito etc. Essas contribuições, muitas das quais não preservadas pela tradição, funcionavam como justificativas para a inserção dessas figuras no “politeísmo cívico” republicano que, àquela altura, apenas esboçava-se. Buscava-se, então, não apenas os figurantes adequados para o panteão cívico como também um enquadramento eficaz do ponto de vista simbólico e imagético.

Como fica patente nos casos de Gonçalves Dias e Carlos Gomes, as características definidoras da morte (especialmente da morte trágica) poderia ser (e geralmente foi) um dos aspectos mobilizados como elemento viabilizador de um incipiente processo de consagração cívica. A tragicidade de uma morte tende, naturalmente, a amplificar a comoção e a circularidade da notícia. Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902), por exemplo, sofreu, em meados de 1902, uma das mortes públicas mais traumáticas até então presenciadas.

Augusto Severo: o primeiro mártir da ciência

Augusto Severo foi uma figura destacada na sociedade brasileira oitocentista, especialmente pela sua atuação parlamentar (bastante discreta, porém) e sobretudo pelos seus

²³¹ Sábado, 20 de agosto de 1893, *O Paiz*.

²³² ENDERS, A.. Os vultos da nação. *op.cit.*, 2014, p. 277.

conhecimentos aeronáuticos, materializados em diversas invenções no campo da aviação. Depois de colocar para voar, em 1894, o dirigível *Bartholomeu de Gusmão*, um dos primeiros dirigíveis semirrígidos do mundo, Augusto Severo empenhou-se ainda em outros projetos, patenteando, em 1899, o dirigível *Pax*. Em 1901, com o projeto em mãos, o então deputado, licenciado da Câmara, foi para a França para participar do Prêmio Deutsch.²³³

No último discurso que pronunciou no parlamento, justificando sua licença, o risco da empreitada parecia evidente ao areópago brasileiro, disse então Augusto Severo: “tenho o pressentimento de que ou sairei vitorioso fazendo mais do que fez Santos Dumont, ou morrerei no ar”.²³⁴ Ano antes, no dia 8 de agosto de 1901, Dumont havia competido pelo Prêmio Deutsch, “mas devido a um defeito no regulamento das válvulas, ou a um mal funcionamento do ventilador encarregado de enviar ar ao balonete compensador, a rigidez do invólucro não pôde ser mantida e o N° 5 começou a desinchar”.²³⁵ Na queda, o dirigível ficou suspenso em um prédio, com o condutor quase a despencar. Por sorte, Dumont foi retirado antes do veículo desabar. Algum tempo depois, nova tentativa; dessa vez com sucesso. No dia 4 de novembro de 1901 era entregue a Santos Dumont o Prêmio Deutsch por um voo feito com o dirigível N° 6 no dia 19 de outubro. O prêmio deu ao aviador brasileiro fama mundial.

Todavia, Dumond deixou em aberto o problema da tangagem, “uma oscilação constante entre a popa e a proa, prejudicial ao equilíbrio e à progressão das aeronaves”.²³⁶ Com dirigível *Pax*, Severo tentava solucionar este problema e, para tanto, não poupou esforços. O custo de construção da aeronave na França, porém, era alto e Severo precisou investir quase toda a sua fortuna, cerca de 150.000 francos. O esforço em fazer avançar a ciência aeronáutica e, com isso, colher louros maiores que o de Dumont, justificava a aventura do empreendimento. Já em Paris, pronto o dirigível, Augusto Severo preparou-se então para a demonstração pública. Um dia antes, em entrevista concedida ao repórter Silva Lisboa, do *Jornal do Brasil*, o aeronauta mostrava-se, a despeito do perigo evidente, bastante confiante:

²³³ Desde 15 de abril de 1900, estava em voga, na França, o Prêmio Deutsch - um concurso aeronáutico criado pelo milionário francês Henri Deutsch de la Meurthe [1846-1919], que concederia 100.000 francos (20.000 dólares) ao piloto que, em qualquer tipo de máquina voadora, fizesse, no máximo de meia hora e sem escalas, um voo de ida e volta de 11 km, supervisionado por uma comissão do Aeroclube da França avisada da tentativa com pelo menos um dia de antecedência, estando a Torre Eiffel obrigatoriamente no meio do percurso. VISONI, R. M.. Como Augusto Severo eliminou a tangagem. REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA (ONLINE), v. 35, p. 1-8, 2013, p. 3.

²³⁴ Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Jornal do Brasil*.

²³⁵ VISONI, R. M.. Como Augusto Severo eliminou a tangagem. *op.cit.*, 2013, p. 3.

²³⁶ *Idem*, p. 1.

[Repórter] Está sempre disposto a realizar o seu passeio entre as nuvens e os telhados de Paris? Podemos contar como certa e segura a sua ascensão no *Pax*?

[A.S.] Porque não? A dúvida considero-a quase como um desaforo. Hei de fazer tudo o que prometi, isto é, passarei sobre as fortificações de Paris, sobre os bulevares e, depois de ter dado meia dúzia de voltas em roda da Torre Eiffel, hei de descer muito sossegadamente no jardim que cerca o galpão, ao lado do hangar, em que ele foi construído.

O sucesso há de ser superior ao que se espera, porque será a prova real da resolução do problema da navegação aérea.²³⁷

Tragicamente, não foi assim: “quando o balão evolucionava contra as correntes aéreas, explodiu o motor, o balão incendiou-se, precipitando-se, morrendo instantaneamente os dois aeronautas, cujos cadáveres foram encontrados horrivelmente mutilados”.²³⁸ A comoção foi total, tanto em Paris como no Brasil. No outro lado do Atlântico, sabido o acontecimento, várias “sociedades científicas desta capital [Paris] hastearam as suas bandeiras a meio pau, e projetam demonstrações fúnebres em homenagem dos ilustres aeronautas, que hoje sucumbiram vítimas da ciência”.²³⁹ De modo geral, a retórica cívica em torno da morte Augusto Severo se concentrará neste aspecto: sua morte teria sido um sacrifício à Ciência, que ele buscava evoluir. Nesse sentido, um telegrama de Paris informava, por exemplo, que “as manifestações de pesar [eram ali] extraordinárias, todos lamentando profundamente o triste sucesso, e fazendo os maiores elogios ao ‘mártir da ciência’, Augusto Severo”.²⁴⁰ Um “triste sucesso” o deste nosso “mártir”. No Brasil, de modo geral, a trágica notícia também foi recebida nesses termos. Segundo a *Gazeta de Notícias*,

A imprensa toda e muitíssimas casas de comércio, notadamente na rua do Ouvidor, puseram a meia-haste o pavilhão nacional. Várias corporações acadêmicas telegrafaram dando pêsames à família do deputado Severo. O governo da república, por seu lado, agiu cedo, enviando instruções ao nosso ilustre representante em Paris.²⁴¹

Segundo Thomaz Delfino, em discurso pronunciado no Senado, era “uma morte gloriosa a desse ilustre moço que além de ser um dedicado republicano, era uma notabilidade na navegação aérea”. Portanto, Severo merecia toda a atenção pública, pois tratava-se, verdadeiramente, não apenas de um político, mas sobretudo de um “mártir”. Ainda segundo o Senador, “a ilustre vítima da ciência era um convencido da solução do problema [da tangagem], que até hoje preocupa os espíritos mais adiantados do mundo científico”.²⁴² Foi a busca dessa solução, que a todos

²³⁷ Domingo, 11 de maio de 1902, *Jornal do Brasil*.

²³⁸ Segunda-feira, 12 de maio de 1902, *Jornal do Brasil*.

²³⁹ Segunda-feira, 12 de maio de 1902, *Jornal do Brasil*.

²⁴⁰ Segunda-feira, 12 de maio de 1902, *Jornal do Brasil*.

²⁴¹ Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁴² Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Jornal do Brasil*.

beneficiária, que teria impulsionado o ilustre aeronauta. Igualmente, para José Joaquim Seabra, Augusto Severo era um “mártir da ciência”; entregando-se assim à procura do conhecimento, ele teria incluído “o seu nome na lista dos homens que se sacrificam por um ideal e morrem glorificados no seu posto de honra e sacrifício”.²⁴³

Foram vários os discursos consagradores. O deputado Serzedello Corrêa, por exemplo, disse ser “assoberbado pela mais profunda das dores, dominado pelo mais íntimo dos pesares”, que ele se levantava para “lançar um punhado de saudade sobre a memória desse companheiro que honrou tantas vezes a tribuna da câmara dos deputados”. Paralisado pela notícia terrível, era preciso, todavia, lembrar das contribuições desse morto que tanto glorificou a nossa pátria: “pátria nossa amantíssima que já havia dado à liberdade a tantos mártires e que com ele veio iniciar a série dos grandes mártires dados a ciência e à humanidade”.²⁴⁴

Como vimos em Carlos Gomes (primeiro músico), e veremos em Machado de Assis (primeiro escritor), é também Augusto Severo quem inaugura um tipo específico de consagração: a dos “grandes mártires dados à ciência e à humanidade”. Além disso, o reconhecimento nacional primava por ser, também, um reconhecimento internacional, em que a figura consagrada enaltece o Brasil perante as nações do mundo. Nesse sentido, para Bueno de Andrada, “não era só a pátria que aquele inditoso brasileiro nos seus sonhos científicos visava (...), ele visava também a humanidade.²⁴⁵ Por isso mesmo, segundo o deputado, ao contribuir para o desenvolvimento da ciência aeronáutica em escala mundial, caberia “à nossa raça, ao nosso povo, ao nosso país [as] glórias nessa grandiloquia apoteose, neste martirólogo sagrado”.²⁴⁶ Segundo Thomaz Delfino, Augusto Severo, no final das contas, “queria elevar o nome brasileiro à altura onde jamais nome algum subiu até hoje”. Para tão elevada ideia, os riscos elevavam-se também:

Se vencesse, nas experiências públicas, nas provas que foi realizar na capital do mundo, na capital da civilização, a sua glória repercutiria por toda a parte; caindo, morrendo, tem a morte gloriosa do soldado no seu dever e na lide; e ainda o seu nome há de repercutir com brilho e fulgurações para o Brasil.²⁴⁷

²⁴³ Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Jornal do Brasil*.

²⁴⁴ Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁴⁵ Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁴⁶ Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁴⁷ Terça-feira, 13 de maio de 1902, *Gazeta de Notícias*.

Como diria um artigo necrológico, publicado na *Gazeta de Notícias* dias depois, “como inventor, não morreu a invenção”. Assim, para Augusto Severo, “o desastre foi uma glorificação”.²⁴⁸ O Brasil, portanto, deveria mesmo chorar “a perda de um filho que no estrangeiro quis levantar e levantou bem alto o nome de sua pátria, cobrindo-a de flores”.²⁴⁹

Aqui também a pátria não decepcionou, e os funerais de Augusto Severo foram grandiosos. Segundo a *Gazeta de Notícias*, era “impossível dar uma ideia da imponência do cortejo fúnebre”. Além das várias coroas, o préstito contou com bandas de músicas, estandartes de diversas instituições, comissões representando alas militares, civis e literatos. Atrás do préstito, estava “a carreta em que vinha o caixão do inditoso brasileiro, coberto com a bandeira nacional”. No cemitério S. João Batista, “a concorrência foi enorme”: “a multidão era de tal ordem que não permitia o trânsito livre dos empregados da administração funerária, ou dos representantes dos jornais”. Na beira do túmulo, representando a comissão dos funerais, falou primeiro o Dr. Paranhos Pederneiras, disse ele: “o povo desta capital recebe consternado o cadáver do intrépido e infeliz aeronauta, ilustre brasileiro, e presta assim justa e significativa homenagem àquele que no culto à ciência tanto procurou honrar seu país”. Outras pessoas também discursaram, como Major Vilela Tavares, Miranda de Carvalho (representando o Centro Socialista de S. Paulo), Luiz Ribeiro (da Faculdade Livre de Direito), Manoel Lourenco da Costa (em nome dos operários do Arsenal de Guerra), Alberto da Silva (do colégio Alfredo Gomes), além do soldado Manuel Correa da Silva.²⁵⁰ Em síntese, segundo a *Gazeta de Notícias*, a nação teria prestado a Severo “a suprema homenagem, e essa homenagem foi grandiosa e impressionadora”. Ainda Segundo a *Gazeta*,

Ao brasileiro que sacrificou a vida à realização de um ideal, foram feitos funerais imponentes. Todas as classes sociais, unidas em um mesmo pensamento, esquecendo todas as pequenas misérias, todas as paixões que as divide, deram à manifestação de ontem alta significação, que será registrada como uma prova de que o Brasil sabe honrar a memória de seus filhos ilustres. Pode-se dizer que a Nação fez ontem a Augusto Severo uma apoteose.²⁵¹

Tanto a morte como os funerais de Augusto Severo mereceram longas páginas na imprensa carioca, superando, em 13 de maio, inclusive a reportagem sobre o aniversário de quatorze anos da Abolição da Escravidão. Tamanha foi a reverberação desse evento que a tragédia

²⁴⁸ Domingo, 18 de maio de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁴⁹ Quarta-feira, 14 de maio de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁵⁰ Quinta-feira, 19 de junho de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁵¹ Quinta-feira, 19 de junho de 1902, *Gazeta de Notícias*.

mereceu várias cartas de condolências, algumas de personalidades ilustres, como a da princesa Isabel, via Baronesa de Muritiba:

Bologne, 17 de maio de 1092. – Exma. Senhora. Sua alteza imperial, Sra. Condessa d’Eu, de posse da triste participação, me encarregou de vir transmitir-lhe seus pêsames pela desgraça tão grande que a feriu e a seus queridos filhos.

Permita que renove aqui os sentimentos de pesar que meu marido encarregou-se de levar por mim na triste emergência desta manhã.

Sua patrícia attent. Baronesa de Muritiba. – 10, rue Alsace-Lorena, Bologne s/ Seine.

Condolências nesta grande desgraça. – Conde d1Eu. 7, Boulevard de Bologne - Bologne s/ Seine, maio de 1092.²⁵²

Os funerais e a reverberação da morte de Augusto Severo indicam, portanto, que entre Carlos Gomes e Machado de Assis outras figuras poderiam ser consagradas. Menos barulho, todavia, provocou a morte de José Isidoro Martins Júnior, em 1904. No entanto, os funerais deste homem que foi “filósofo, poeta, jurisconsulto e político” servirá ao menos para indicar, mesmo que de forma seminal, transformações nos mecanismos de consagração.

Martins Júnior: um homem de muitas virtudes

Assim que anunciada a morte de Martins Júnior, fez-se à casa onde faleceu “uma romaria de centenas de pessoas de todas as classes sociais”. O trânsito no local foi intenso, “desde as primeiras horas do dia até às 5 horas e 15 minutos da tarde, quando começou a mover-se o extraordinário préstito fúnebre da trasladação do corpo para a capela do Arsenal de Guerra”. No “riquíssimo” caixão mortuário, “com tampa de cristal que deixa[va] ver o corpo até a cintura, tendo ele as alças de metal prateado”, era possível ver pendendo “longas fitas de cetim verde e amarelo”.²⁵³ Para *O Paiz*, teria se revestido “da maior imponência a trasladação do cadáver do ínclito patriota”. Ainda segundo este periódico,

O expressivo recolhimento e a mágoa sincera e profunda da multidão que compunham o cortejo fúnebre evidenciavam eloquentemente a merecida estima e a justa admiração que soube conquistar entre nós, pelo seu talento múltiplo e pelo seu caráter sem jaça, aquele eminente brasileiro, cuja vida foi toda consagrada ao serviço da Pátria.²⁵⁴

²⁵² Sábado, 21 de junho de 1902, *Gazeta de Notícias*.

²⁵³ Quarta-feira, 23 de agosto de 1904, *Jornal do Brasil*.

²⁵⁴ Quarta-feira, 24 de agosto de 1904. *O Paiz*

Assim como Alencar, Martins Júnior também foi louvado por ser homem de várias virtudes: o “talento múltiplice” do ilustre pernambucano teria sido posto a serviço da pátria; daí, então, a necessidade de reconhecimento. Nesse sentido, segundo *O Jornal do Brasil*, com a morte do homem o país perdia “uma das suas inteligências mais robustas”.²⁵⁵ Esse golpe, como comenta o senador Rosa e Silva, feria não somente Pernambuco, que contava com a representação do finado, mas também “a pátria e a República”.²⁵⁶ Pereira de Lyra, amigo do morto e deputado por Pernambuco, subiu à tribuna para dizer

que desejava ver a Câmara associar-se ao voto de pesar que ia propor pelo passamento o ilustre moço, que tão bem soube honrar o seu estado, a sua pátria e a sua época, e cujos relevantes serviços não era necessário lembrar à Casa, tão conhecidos são eles de todo o Brasil, quer tanto à campanha abolicionista, quer quanto à propaganda republicana.²⁵⁷

A despeito dos diversos atritos, querelas e embates, tão comuns durante a primeira década republicana, a sua morte pacificava – ou melhor, deslocava para o campo símbolo – os antagonismos. Desse modo, se em vida ele era “o grande jurisconsulto, o extraordinário tribuno, o intenso republicano, o fulgentíssimo talento” que, apesar das tantas virtudes, tinha também “os defeitos que temos nós todos”; morto, ele crescia, se tornava “maior, porque se libert[ava] da animalidade; ele se nimba[va] de uma auréola translúcida e imortal”.²⁵⁸ Abstraída a dimensão mais assumidamente política, como acontecerá também em funerais posteriores, o esforço era já pela consagração cívica de Martins Junior. Assim, “vivo, ele só arrastaria um partido, só seria ouvido por seus correligionários e amigos. Morto, ele vai arrastar um Estado inteiro atrás do seu féretro e surge na história de sua Pátria como um novo símbolo de civismo e de caráter”.²⁵⁹

Não se trata mais de consagrar apenas o herói guerreiro pela bravura, mas também, e sobretudo, o homem comum, reconhecido pelo seu “civismo”. Embora sem a pompa que os antigos mereceram (e que os vindouros merecerão), este novo herói cívico será também cantado, como neste poema fúnebre publicado no *Jornal do Recife* e assinado pelo pseudônimo Jatle:

Settas CCCLXI
Ao grande morto

Oh! minha musa um só instante esquece,

²⁵⁵ Terça-feira, 23 de agosto de 1904, *Jornal do Brasil*.

²⁵⁶ Quarta-feira, 23 de agosto de 1904, *Jornal do Brasil*.

²⁵⁷ Terça-feira, 23 de agosto de 1904, *O Paiz*.

²⁵⁸ Quarta-feira, 24 de agosto de 1904, *O paiz*.

²⁵⁹ Quarta-feira, 24 de agosto de 1904, *O Paiz*.

a sátira mordaz, austera e bruta:
quando da Pátria o coração se enluta,
o coração dos filhos se entristece.

Esse que tomba e que tão cedo desce
do insondável mistério à imensa gruta,
alma de herói serena e resoluta,
as mais sentidas lágrimas merece.

Muda o cocar de plumas fulgurantes
num crepe, e os olhos inundados d'água,
longe arremessa as setas lacerantes.

Retumbem, tristemente, hoje os teus cantos
dando vasão a tua estranha mágoa
n'uma caudal de preces e de prantos.²⁶⁰

Em prantos a Pátria chora, enlutada, a morte de um filho precioso; “e a Pátria que chora filhos da estatura de Martins Júnior e possui filhos que esquecem o adversário de ontem e chora sua perda”, dirá um cronista, “não é um deserto moral”.²⁶¹ Muito antes pelo contrário: cada vez mais a Pátria passaria a reconhecer as virtudes cívicas dos seus filhos. O panteão republicano vai, assim, ganhando imprecisas, mas visíveis, formas. Em 1907, por exemplo, morreria outro “ilustre brasileiro”, cujo nome, segundo um período, “jamais será olvidado como também jamais serão esquecidos o seu grande amor à ciência”.²⁶²

Chapot Prévost: contra a natureza

O dr. Eduardo Chapot Prévost (1864-1907) era uma figura conhecida. “Professor da faculdade de medicina, cirurgião emérito, homem de ciência”, o médico conquistara, por essas e outras qualidades, “a estima e a consideração de todos seus colegas, discípulos e amigos”.²⁶³ Nos necrológicos e artigos biográficos publicados por ocasião da sua morte, várias das suas contribuições são listadas. Lembram os periódicos, por exemplo, as inúmeras e muito honrosas comissões que ele compôs, entre as quais destacam: “o estudo da tuberculose nesta Capital, em 1890; estudo sobre a cólera no vale do Paraíba, em 1893; estudo sobre o aparecimento da peste bubônica, em Santos, em 1897; no mesmo ano, estudo do carbúnculo em Santa Cruz”.²⁶⁴ Todavia,

²⁶⁰ Quarta-feira, 24 de agosto de 1904, *Jornal de Recife* (PE).

²⁶¹ Domingo, 28 de agosto de 1904, *Jornal de Recife* (PE).

²⁶² Segunda-feira, 21-22 de outubro, *A Notícia*.

²⁶³ Domingo, 20 de outubro de 1907, *Gazeta de Notícias*.

²⁶⁴ Domingo, 20 de outubro de 1907, *Jornal do Brasil*.

a principal realização de Prevost foi em 1900, quando “operou, com grande êxito, as irmãs xifópagas Rosalina e Maria”.²⁶⁵

O procedimento, que consistiu em separar as duas irmãs nascidas unidas pelo tórax, mantendo uma dentre elas viva, trouxe grande notoriedade ao cirurgião. Em maio do ano seguinte, Prévost levou “a sobrevivente à Europa para expor o caso à Academia de Paris”. Como destacam os jornais, “apesar de ser praxe estabelecida nesta Academia não excederem de 20 minutos as exposições, o cirurgião brasileiro foi ouvido durante cerca de duas horas com o maior acatamento pelos seus colegas franceses”.²⁶⁶ A *Gazeta de Notícias*, em artigo necrológico, lamenta que uma das crianças não tenha resistido à operação, mas lembra que a “outra restabeleceu-se e é agora uma criança encantadora”. Nesse sentido, para o jornal carioca, “o dr. Chapot tinha conseguido tornar um monstro num ser humano. Fizera um milagre”.²⁶⁷

O jornalista Batista Coelho, que acompanhou o trabalho do médico “para fazer do monstro xifópago Rosalina-Maria, duas crianças, duas mulheres no futuro”, também comenta, em necrológico publicado no *Jornal do Brasil*, o sucesso e o drama da operação:

Só quem o viu estudar esse caso, a decidir-se a operação, a fazê-la, a sofrer ataques da imprensa e de colegas apaixonados, e, depois, a consagrar toda a sua alma, todo o seu coração, toda a sua vida a salvar e criar a sobrevivente dessa operação, só quem viu isso pode saber que grande sábio e que santo homem era o dr. Chapot Prévost.

Era preciso ver que Calvário foi para ele esse trabalho de querer corrigir um erro, remediar uma atrocidade da Natureza, e que padecimentos morais, que sofrimento acerbo lhe custou a morte da pobre Maria.

Eu, que assisti a tudo isso, que o vi chorar desabalado essa fatalidade – fatalidade que fez da outra metade do monstro uma linda, encantadora criança –, que tive então ensejo de conhecer toda a grandeza, toda a pureza do seu coração, comecei desde então a ter por ele, não a já velha amizade e a antiga admiração, mas uma grande, uma profunda veneração.²⁶⁸

Chapot Prévost trabalhava para corrigir “uma atrocidade da natureza”. Assim, ainda segundo Batista Coelho, “ninguém podia deixar de ter admiração pela maneira por que ele amou e serviu à Ciência, fazendo da sua profissão de médico um verdadeiro sacerdócio”. “Vivendo a terrível esmagadora vida dos investigadores, tão cheia de trabalho e de decepções, de esperanças e desenganos, a estudar, a estudar sem descanso, em uma ânsia de saber muito, de saber tudo”, Prévost se martirizava pela Ciência. Ele trabalhava, assim, “não para gozo próprio, ou por vaidade

²⁶⁵ Domingo, 20 de outubro de 1907, *Jornal do Brasil*.

²⁶⁶ Domingo, 20 de outubro de 1907, *Jornal do Brasil*.

²⁶⁷ Domingo, 20 de outubro de 1907, *Gazeta de Notícias*.

²⁶⁸ Terça feira, 23 de outubro de 1907, *Jornal do Brasil*.

ridícula, mas para bem da humanidade”.²⁶⁹ Mas a Ciência é obra arriscada. No começo de 1907, diante de outro caso de xifopagia, as coisas deram errado e ambas as crianças submetidas à operação faleceram. Diante do fracasso, avultam artigos nos periódicos condenando a ação do médico. Não obstante o insucesso, a morte de Prévost era um “deplorável acontecimento para a nossa ciência”²⁷⁰ e, nesse sentido, “o enterro do eminente professor revestiu-se de solenidade e imponência desusadas. Homenagem bem merecida ao notável brasileiro, que foi uma das glórias da nossa cirurgia”.²⁷¹ Noticiada a morte, “colegas, discípulos e amigos e todos quantos lhe prezavam as qualidades de cientistas e cavalheiro encheram a sua casa”. E foi assim, “consternados pelo rude golpe que roubou à medicina brasileira um dos seus melhores vultos”, que os presentes acompanharam o estimado médico à sua última morada.²⁷² Os funerais, embora feitos sem pompa, mereceram algum destaque na imprensa:

Pelas ruas por onde passava a carreta funerária, estampava-se na fisionomia das pessoas que assistiam o cortejo a mais profunda consternação, e foi acompanhado do maior respeito e da maior dor que o caixão que encerrava o corpo do dr. Chapot Prévost, e que desaparecia sob grande profusão de coroas de flores naturais, chegou ao Campo Santo. Ali renovaram-se as demonstrações de pesar por tamanha perda, despedindo-se do mestre acadêmicos de várias séries.²⁷³

Piza e Almeida: a justiça em tempos de cólera

Saindo das ciências médicas para as jurídicas, vale ainda o rápido destaque da retórica mobilizada em torno do falecimento do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim de Toledo Piza e Almeida (1842-1908). Embora os funerais careçam também de uma associação inequívoca com a pátria, um cronista como André Cavalcanti não parece constrangido em dizer que o desaparecimento do jurista cobria de luto “a sua família, a justiça e o país”.²⁷⁴

Morto em abril de 1908, o presidente será reconhecido por sua atuação no STF, especialmente durante o governo Floriano Peixoto. Para o *Correio Paulistano*, neste período, “houve quem fraquejasse, mas o sr. Piza e Almeida pertenceu invariavelmente ao número dos que julgavam sem inquirir quais os interesses que estavam em jogo, quais as consequências políticas da

²⁶⁹ Terça-feira, 23 de outubro de 1907, *Jornal do Brasil*.

²⁷⁰ Domingo, 20 de outubro de 1907, *Gazeta de Notícias*.

²⁷¹ Segunda-feira, 21-22 de outubro, *A Notícia*.

²⁷² Segunda-feira, 21-22 de outubro, *A Notícia*.

²⁷³ Segunda-feira, 21-22 de outubro, *A Notícia*.

²⁷⁴ Domingo, 26 de abril de 1908, *O Paiz*.

decisão”. Assim, “absolutamente superior a todas as considerações alheias às razões de direito alegadas pelas partes”, o magistrado teria compreendido melhor do que ninguém “o alto papel que, nas novas instituições, cabe ao Supremo Tribunal”.²⁷⁵ Desta opinião é também o *Jornal do Brasil*, para quem Piza e Almeida, na sua vida de Juiz, teria demonstrado “por diversas vezes as qualidades de seu elevado caráter, colocando sempre o Direito e a Lei acima das convergências políticas que não raro tem [selado] a serenidade dos julgamentos do STF”.²⁷⁶ Já para a *Gazeta de Notícias*, o recém falecido, cujos funerais se fariam no dia seguinte, “era um juiz que honrava a nossa pátria pelo seu saber e probidade”.²⁷⁷

O velório – feito sem pompa, mas às custas do Estado –, foi, porém, relativamente concorrido. Segundo o *Jornal do Brasil*, “à residência do ilustre finado desde cedo afluíu grande número de amigos, colegas e representantes do mundo oficial”. Perto das cinco horas da tarde, depois de encomendado o corpo “pelo Vigário da freguesia de Nossa Senhora da Luz”, o caixão foi encerrado e conduzido até o carro por figuras ilustres, como o representante do sr. Presidente da República, major Neiva de Figueiredo, dr. Miguel Calmon, Ministro da Indústria, representante do sr. Ministro da Justiça, dr. Oliveira Ribeiro, Procurador Geral da República, conselheiro Coelho Rodrigues, drs. Amaro Cavalcanti e Guimarães Natal.²⁷⁸

²⁷⁵ Sexta-feira, 24 de abril de 1908, *Correio Paulistano* (SP).

²⁷⁶ Sexta-feira, 24 de abril de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁷⁷ Sexta-feira, 24 de abril de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁷⁸ Sábado, 25 de Abril de 1908, *Jornal do Brasil*.

ETOS E RETÓRICA

O que importa notar
é que todas essas multidões de mortos
– por uma causa justa ou injusta –
são os figurantes anônimos
da tragédia universal e humana

Machado de Assis, em *A Semana*

Na articulação narrativa e analítica dos ritos fúnebres, dois aspectos foram destacados: em um primeiro momento, enfatizou-se os funerais enquanto prática, ou seja, foram identificados, em uma perspectiva levemente inspirada em Arnold van Gennep e no mapeamento ritual elaborado por Ângela Miranda Cardoso,¹ os procedimentos formais adotados para que se estabelecesse, simbólica e materialmente, a passagem do morto para o outro mundo;² num segundo momento, mas sem que necessariamente essas etapas se sucedessem, evidenciou-se a retórica cívica, i.e., as tópicas discursivas mobilizadas para louvar ou qualificar a exemplaridade do defunto. A prática, configurada em etos, somada à retórica, adequada a cada figura, permitiu mapear o (ou os) argumento(s) dos funerais. Em ampla medida, o argumento de uma manifestação póstuma sintetiza, a partir da *retórica da purificação*, mais ou menos aplicada (ou mesmo por meio de outros procedimentos memórias), as virtudes pelas quais o morto merece ser lembrado, ou seja, nesse movimento se esboça os enquadramentos mobilizados para efetivar (ou projetar) a inserção da figura pranteada no panteão cívico. O argumento, colhido no discurso bio-necrológico, tem não apenas uma dimensão espontânea como também um grau de intencionalidade pragmática: o morto é julgado pelos vivos, que devem aplicar-lhe a “escala de méritos”.

Embora os funerais, e os usos aos quais estão suscetíveis, possam ser vistos no âmbito de “uma arena dramática, habitada por uma pluralidade de sentidos e de atores que os portam e os

¹ Cf. GENNEP, A. Os ritos de passagem. Tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 4. Ed. Petrópolis, Vozes, 2013 e CARDOSO, A. M.. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras.” In: JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

² Por extrapolar demasiadamente as dimensões da pesquisa, aspectos mais vinculados as práticas cemiterias e aos costumes funerários, em interlocução com a vida social, foram pouco abordados. Cf. DILLMANN, M.. Morte e prática fúnebres na secularizada República. Jundiaí, Paco Editorial, 2016 e RODRIGUES, C.. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

instituem, sem que tenham controle garantido sobre os efeitos das ações engendradas”,³ alguns aspectos merecem ser destacados no sentido de compreender as linhas de força da constituição dessa prática ao longo do período estudado. A hipótese de um predomínio de figuras civis em detrimento das militares, sobretudo a partir do século XX, já foi apontada, assim como os limites interpretativos dessa possibilidade, que surge vinculada à lista do *Jornal do Brasil*. Apesar de merecerem ainda funerais grandiosos, os militares passaram, cada vez mais, a compartilhar a retórica cívica com personalidades do mundo das artes e das ciências.

Em ampla medida, retornar aos funerais de José de Alencar, Gonçalves Dias e Carlos Gomes foi um passo importante para reconhecer que existia, mesmo que timidamente, uma retórica cívica em torno de artistas ainda em um contexto imperial, como já demonstrado por Armelle Enders e Maria da Glória Oliveira.⁴ Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, essa retórica – especialmente a empregada nos funerais de Carlos Gomes, morto em 1896 – importa particularmente porque constitui a base das práticas simbólicas que permitiram, em 1908, que Machado de Assis fosse pranteado como um “benemérito da nação”, indicando assim o explicitamente de um processo de transformações nas formas de ritualizar o poder e o tempo.

Algumas tópicos discursivas, como a presença (ou não) do “povo”, já aparecem nesses funerais. Nesse sentido, chama a atenção a modesta cerimônia feita a José de Alencar, em que o caráter “extraordinário” do evento consiste tanto em uma tópica discursiva recorrente em narrativas de funerais como, tão somente, em um sentimento de pesar demonstrado por transeuntes quando do passar do féretro pelas ruas. No caso de Alencar, os funerais parecem mais uma festa privada que só adentra a cena pública por necessidade de trânsito; ao fazê-lo, o “povo” porta-se respeitosamente (retirando os chapéus), e não de forma emotiva como em outros acontecimentos (os funerais de Carlos Gomes, por exemplo). Gonçalves Dias, em função da projeção do nome, e a despeito da impossibilidade de funerais, tem, todavia, um conjunto de manifestações póstumas de louvar que se apresentaram na forma de necrológios, poemas, saraus, estátuas, entre outras modalidades de louvor. Como percebe Machado de Assis, Gonçalves Dias já era apreciado como um “grande homem pátrio”. Mas é com Carlos Gomes que melhor se

³ LESSA, R.. A invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p. 98.

⁴ Cf. Parte III, cap. 1. Ritualizar o tempo, eternizar os mortos.

apresenta a possibilidade de os homens provenientes do mundo das artes serem consagrados, a partir das práticas funerárias, como “beneméritos da nação”. A disputa cívica em torno do corpo do maestro campineiro é, assim, sintomática do reconhecimento do artista como alguém que, munido das suas virtudes, trabalhou durante a vida em prol do protagonismo do Brasil perante as nações do mundo, merecendo, por consequência, um lugar no panteão nacional. A segunda parte do trabalho buscou, nesse sentido, compreender os movimentos de consagração encenados entre a morte de Carlos Gomes e a de Machado de Assis, ou seja, entre 1896 e 1908. A análise dos funerais de Augusto Severo, Martins Junior, Chapot Prevost e Piza e Almeida mostrou uma gradual ampliação dos mecanismos de reconhecimento cívico.

No caso dos militares, alguns aspectos são relevantes. Ao contrário dos funerais de Alencar, em que o “povo” se comportou (ou quase não se importou), em alguns funerais militares, como nos de Deodoro da Fonseca, Simeão de Oliveira e Visconde de Pelota, o “povo” é tratado como que um intruso, ou como um participante que precisa ser contido para não atrapalhar as pompas. Se, na esteira de José Murilo de Carvalho, para quem “os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante”,⁵ João Felipe Gonçalves sugere que a cerimônia póstuma de Rui Barbosa, como outros eventos desse porte, “foi um desfile portentoso da elite para o povo”,⁶ em alguns dos casos aqui analisados o “povo” não se conteve na observação regulada, e extrapolou os limites estabelecidos pelos organizadores.⁷ No entanto, não necessariamente esse extrapalamento indica engajamento popular: se certamente houve quem se emocionasse com a pomba, participando efetivamente das cerimônias, pode-se dizer, por um lado, que “a atitude popular perante o poder ainda oscila[va] entre a indiferença, o pragmatismo fisiológico e a reação violenta”.⁸

Por outro lado, entretanto, os funerais podem ser analisados como uma tentativa de responder afetivamente a um desejo inconsciente de romper com o transcurso do tempo, projetando a possibilidade de subsistência temporal. Assim, essas festas cívicas cumpriam uma função, nem sempre explícita, de apaziguar os vivos e fortalecer a comunhão em torno da nação,

⁵ CARVALHO, J. M.. Os bestializados: o rio de Janeiro e a República que não foi. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 153.

⁶ GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 138.

⁷ Cf. Parte IV, cap. 2. Preâmbulos da imortalidade.

⁸ CARVALHO, J. M.. Os bestializados. *op.cit.*, 2019, p. 154.

que, a despeito das perdas, deveria continuar levando consigo a lembrança daqueles que a fizeram. É sintomática dessa dimensão a percepção de Machado de Assis de que a disputa pelo corpo e o reconhecimento mútuo das reivindicações entre estados antagonistas refletia a união nacional em torno da arte, possibilitada ali pela morte de Carlos Gomes. Algo semelhante, embora de proporção diversa, seria tentado no IHGB. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes, esta instituição, ainda fortemente identificada à figura do monarca, já falecido, inevitavelmente precisou “conviver com as demandas de legitimidade do novo regime, articuladas, como não poderiam deixar de ser, com a ‘invenção’ de uma tradição política republicana pra a história desse novo Brasil”. “Empreendimento delicado”, comenta a historiadora, “pois deveria retomar o passado colonial, considerar as ‘glórias’ do passado imperial, sem desmerecer o presente republicano”.⁹ Nesse sentido, a tentativa do *Jornal do Brasil*, um periódico de tom popular, de apontar um panteão cívico em que incorpora tanto nomes do Império como da República, já é indicativo da existência – para algumas figuras, e em traços apenas esboçados e precários – de um projeto de continuidade, que visava, pelo menos em alguma medida, transcender as disputas políticas – ou, mais acertadamente, direcionar essas disputas para outras arenas de atuação.

Daí que, embora haja tensões nas narrativas sobre os mortos, especialmente por parte daqueles que, politicamente, ocupavam posições ideológicas divergentes, em muitos funerais (nos de Osório, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Martins Junior, nomeadamente) há uma fala conciliadora: não no sentido de escamotear os conflitos (que permanecem latentes), mas, mantidas as discordâncias, reconhecer um lugar ao outro no panteão da nação. Para João Filipe Gonçalves, durante o período da Primeira República, “cultuar um herói não necessariamente implica[va] adotar seus valores políticos e compartilhar sua visão básica de mundo”, isso porque importava mais “construir um amplo panteão do que dotá-lo de uma suposta coerência ‘ideológica’”.¹⁰ Nada disso, porém, desfaz as tensões características do ato de consagrar alguém. O que os funerais aqui analisados indicam é que mesmo que algumas figuras seguissem coerentes no descaso e no desprezo ou na adoração e no louvor em relação ao morto – evidenciando assim os vários níveis de percepção sobre o evento –, outras, mesmo contrariadas, deslocavam a disputa política para o “lugar” que o sujeito ocupa (ou deveria ocupar) no panteão.

⁹ GOMES, A. M. C.. A República, a história e o IHGB. Belo Horizonte, MG : Argymentvm, 2009, p. 30-1.

¹⁰ *Idem*, p. 157.

Dentre os vários fatores que explicam esse movimento, o primeiro deles talvez tenha que ver com a perspectiva de comunhão: a morte tende a unir. Ademais, há o senso comum (contrariado, em muitos casos) de que o momento do luto não é o momento oportuno para críticas demasiadamente incisivas. Hemetério José dos Santos, por exemplo, diz que no começo de outubro de 1908, dias depois da morte de Machado de Assis, entrou em um bar onde dois amigos conversavam e exaltavam o recém finado; todavia, ele não quis “fundamentar o [mau] juízo que, sinceramente, [fez e fazia] do poeta, do romancista e do escritor”.¹¹ Embora destaque que o “silêncio de honesto comedimento” era seu costume sempre que via opiniões contrárias à sua, certo é que aquele não era o momento oportuno para promulgar julgamento tão insidioso contra um morto notável. Um mês e meio depois, Hemetério aparece na *Gazeta de Notícias* com uma carta aberta em que, além de menosprezar o homem e o seu lugar na literatura brasileira, também questiona as homenagens cívicas feitas por ocasião do seu falecimento.¹² Mesmo passado o “período de luto”, o artigo foi mal quisto e duramente criticado como insensível pela tradição.¹³

O segundo fator, corolário do primeiro, tem que ver com as especificidades funcionais do gênero obituário. Wilson Vieira, discorrendo sobre a função dessa modalidade discursiva no âmbito do espaço biográfico, supõe que o universo dos obituários seja um “território de censuras”, censura esta advinda de uma “espécie de violência vertical que é a morte de alguém, experiência extraordinária, filosoficamente além dos limites cotidianos do narrável, especialmente na imprensa, e só experienciável por meio de uma narrativa de cunho conciliatório”.¹⁴ Por esse ângulo, o necrológio estaria respondendo a “um âmbito narrativo que exige uma abordagem conciliatória com a vida”.¹⁵ Em outras palavras, esses textos podem ser compreendido como um “esforço narrativo para suprir uma necessidade de identificação com o outro, típica da contemporaneidade ocidental, utilizando-se de um rico material humano (a experiência de vida) sob o prisma de uma experiência simbolicamente violenta e teoricamente indizível (a morte)”.¹⁶ Nesse sentido, os discursos fúnebres (crônicas, notas, comentários, artigos etc.), cumprindo a

¹¹ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹² Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹³ Cf. Apêndice. As faces de Calabar.

¹⁴ VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade. 2014. 193 f. Dissertação (mestrado em Filosofia) - PPG em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, 2014, p. 166.

¹⁵ *Idem*, p. 166.

¹⁶ *Idem*, p. 166.

função-necrológico, poderiam instituir uma narrativa que buscava uma conciliação simbólica, suprindo, assim, a necessidade de identificação com o outro, mesmo que, nos casos mais delicados (sobretudo politicamente), ficassem subentendidas as tensões e marcadas as divergências.

Assim, na circunstancialidade da morte de muitas das figuras aqui analisadas, a tendência (certamente não a regra) foi que as manifestações mais veementes contra determinada consagração fossem postergadas, ou se viabilizassem por meio de outros expedientes, menos incisivos. Em se tratando do estabelecimento de um perfil cívico de uma figura conhecida, e em uma plataforma como o jornal, as críticas que porventura existiam foram feitas, em grande medida, a partir da *modalidade de inserção cívica*. Ou seja, não há, propriamente, e na maior parte dos casos, um rechaçamento absoluto da figura morta; pelo contrário, a “escala de méritos” era aplicada e, desse modo, cada “julgador” apontava “como” a figura destacada deveria ser lembrada.

Os que discordavam politicamente de Alencar, por exemplo, reconheciam nele as virtudes de romancista, os que desfaziam do romancista apontavam, porém, o Homem de Letras; o mesmo acontece com Martins Júnior que, vivo, e como político, valia pouco, mas morto tornava-se um “exemplo de civismo”; Osorio, se como ministro e político teve “fraquezas”, como soldado era o símbolo maior da nacionalidade; a corja de Deodoro e Floriano, embora clamasse para cada um deles o papel mais relevante, não deixava de reconhecer ao outro algum lugar, mesmo que de importância infinitamente inferior, na escatologia republicana. Para vários dos comentadores dos casos aqui analisados, mas não todos – é justo destacar –, a questão central foi menos “se” e mais “como” a figura pranteada deveria ser lembrada.

Portanto, a despeito das falas mais exaltadas (tanto as positivas como as negativas), chama atenção a existência da possibilidade de um deslocamento da disputa político-partidária, na circunstancialidade da morte (e em muitos casos, apenas nela), para um campo simbólico, em que o que mais importava era consagrar; todavia, ainda restava a última palavra sobre como (ritual e simbolicamente) ocorreria a consagração. Daí que o conceito de “politeísmo cívico” se apresente com pertinência: muito mais que um sistema que permite a incorporação de vários deuses, no politeísmo cada entidade funciona de modo “independente”. Por esse ângulo, ancoradas em um mesmo ímpeto de contribuição à nação, as diversas figuras são também relativamente independentes, podendo variar a sua “posição” ou “influência” a depender de quem, onde,

quando e com qual finalidade articula um discurso bio-necrológico. Nessa perspectiva, após reconhecer um lugar ao outro, cabe ainda especificar que lugar é esse, ou seja, cabe indicar quais enquadramentos incidiram para que se efetivasse a inserção cívica. A possibilidade desse deslocamento, somado, por exemplo, ao ódio, ao descaso e ao louvor (que atuam em vários níveis), evidencia a complexidade simbólica, afetiva e ritual de um evento como os funerais.

Não deixa de ser interessante perceber que mesmo em um caso-limite, como nos funerais de d. Pedro II, alguns elementos dessa dimensão apresentem-se com clareza. Morto em Paris, onde mereceu cerimônias fúnebres, o não engajamento do estado (tanto do governo Deodoro quanto do Floriano) “deixaria claro qual seria seu posicionamento perante as cerimônias fúnebres de D. Pedro: a abstenção total”.¹⁷ Por se tratar de um caso-limite, essa decisão provavelmente teve como fundamento “não apenas o intuito de afirmar a ruptura com esse passado [monárquico], mas principalmente assegurar que novos incidentes não viessem perturbar ainda mais a situação política nacional”.¹⁸ No entanto, a despeito desse esforço, a reverberação da morte do ex-imperador em terras brasileiras provocou reações consideráveis, tanto de louvor quanto de censura – resultando, inclusive, em alguns incidentes, uma vez que algumas das “manifestações de pesar foram interpretadas pelos republicanos radicais como, no mínimo, provocações e, no máximo, conspirações contra a República”.¹⁹

Assim, as reações ao falecimento de d. Pedro II, como sugere Luciana Fagundes, “não podem ser separadas do tenso clima político que agitava republicanos e monarquistas, civis e militares”. Ainda segundo a pesquisadora, as manifestações sobre a morte do ex-imperador apontavam, por um lado, “para o efeito integrador dessas cerimônias”, mas, por outro lado, percebe-se também “uma dramatização aguda dessa realidade de conflitos e incertezas políticas, possibilitando a existência de vários consensos e vários dissensos, que devem ser compreendidos em conjunto”.²⁰ Todavia, junto às posturas mais radicais, pode-se dizer que houve, na circunstancialidade da morte de d. Pedro II, a possibilidade de um deslocamento da disputa mais

¹⁷ FAGUNDES, L.. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prismas, 2017, p. 121.

¹⁸ *Idem*, p. 126.

¹⁹ *Idem*, p. 139.

²⁰ *Idem*, p. 139-40.

assumidamente político-partidária para o campo do simbólico, onde alguns comentadores, mesmo contrários à consagração, se preocupavam em eleger as virtudes a partir das quais a figura de d. Pedro poderia ser, sem maiores constrangimentos, enquadrada civicamente.

Nesse sentido, para o *Jornal do Commercio*, “qualquer que seja a crítica, se D. Pedro, o Imperador, foi lesado, D. Pedro de Alcântara, o indivíduo, ficaria ileso”. Nas palavras de Luciana Fagundes, para o periódico, d. Pedro II, “como estadista, podia ser criticado, como, aliás, o foi, ainda durante seu reinado. Mas, como pessoa, como cidadão, nada de negativo poderia ser dito sobre seu caráter”.²¹ Embora a mística dos “dois corpos do rei” aponte um caminho interpretativo possível, os procedimentos aqui analisados parecem ser melhor compreendidos como deslocamentos na *modalidade de inserção cívica*, uma vez que são enquadrados os valores cívicos que, articulados à escala de méritos e, conseqüentemente, evidenciando a exemplaridade do morto, justificavam a consagração no panteão nacional.

Seja como for, era esta a “operação que estava sendo consagrada naquele momento”, ainda em penas republicanas, como a de Quintino Bocaiúva (1836-1912). Mesmo sendo um crítico de d. Pedro II, o jornalista pregava, porém, o “respeito à memória do imperador, como homem bom, justo, sábio, e não como estadista, porque foi falho, mesmo repleto de boas intenções”.²² Uma fala desse tipo não escamoteia os conflitos (eles não podem ser escamoteados, especialmente nesse caso-limite em que a própria República se via em perigo de retrocesso), mas servem, entretanto, para apoiar a tese de que a circunstância da morte trazia, para alguns comentadores, a possibilidade de deslocar a disputa político-partidária para o campo do simbólico, onde a questão era menos “se” e mais “como” consagrar. Neste caso, essa parece ser a solução mais sofisticada, tendo em vista que a República não poderia esquecer o imperador (pelo menos não naquele momento turbulento) nem todavia buscar formas de alocá-lo, enquanto monarca, no panteão nacional (coisa que terá de esperar a década de 1930). Consagrar civicamente como “homem bom e justo”, ou seja, evidenciar suas virtudes cívicas, e não um qualquer vínculo político-partidário, muito mais que um artifício banal, indica as negociações simbólicas que um momento tenso, mas ao mesmo tempo dotado de enorme potencial político e afetivo, como o momento da morte, tornava possível.

²¹ *Idem*, p. 144.

²² *Idem*, p. 152.

Seja como for, é preciso não levar além da conta essa perspectiva. Primeiro porque ela esbarra em limites metodológicos. Nesse sentido, vale, aqui, explicitar uma espécie de contradição que esta pesquisa inevitavelmente precisou encarar: se, nas partes anteriores deste trabalho, formulou-se o argumento de que a análise dos funerais machadianos não poderia prescindir de um cotejamento com a recepção crítica e biográfica, em um movimento que permitiria compreender, de modo mais profícuo, o enquadramento cívico machadiano no âmbito do “politeísmo cívico”, as análises desta parte – por falta de tempo, espaço e energia – foram feitas sem levar em conta essa dimensão. Foram consultados, para dar conta dos objetivos estabelecidos, apenas os jornais de maior circulação e, na falta de uma presença consistente da figura em análise nesses periódicos, os jornais que se interessaram mais pelo passamento. Essa contradição resultou, conseqüentemente, em um limite metodológico, vinculado ao caráter restrito das fontes: explorada uma gama maior de periódicos e outros documentos, talvez aparecesse de forma mais clara as discordâncias políticas contra a consagração.

Segundo porque, como destaca Renato Lessa, os anos “entrópicos” da República eram caracterizados, entre outras coisas, “pelo comportamento errático dos atores, que no tratamento das fontes de instabilidade acabaram por introduzir ainda mais incerteza e confusão”.²³ Assim, a fala aparentemente conciliadora, mas que trazia implícito certo julgamento sobre o lugar diminuto do sujeito em vias de consagração no panteão nacional, poderia ser escutada pelos adversários como um ataque (produzido intencionalmente ou não) tão impiedoso e injusto quanto o descaso total. Para um “deodorista”, por exemplo, os termos “proclamador” ou “fundador” possuíam conotações diferentes, do mesmo modo que, para um “monarquista radical”, consagrar d. Pedro II como um “grande homem” ou como um “chefe de estado” implicava um julgamento mais ou menos positivo sobre a sua inserção cívica.

Os funerais, e a retórica cívica, respondendo a condicionamentos temporais, afetivos e políticos, produziam assim, durante os anos entrópicos, tanto ordem – ancorada na tradição e na

²³ LESSA, R.. A invenção Republicana. *op.cit.*, 2015, p. 50-1.

perspectiva de continuidade – como desordem, porque os canais de conciliação não funcionavam efetivamente. De qualquer modo, em um contexto de crises generalizadas, os momentos de comunhão, como os funerais, não poderiam ser menosprezados como elemento potencial de estabilização. Como destaca Baczko, “o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais”.²⁴ Desse modo, poderia ser dito sobre a Primeira República – guardada as devidas proporções – o que Maria da Glória Oliveira disse sobre o Império: “a galeria de brasileiros ilustres [aqui, dos mortos ilustres] reflete, sem dúvida, expectativas e impasses no empreendimento de conciliação dos elementos díspares da formação social do Brasil”.²⁵

A partir da década de 1910, passada a turbulência dos primeiros anos, é que se projeta um consenso maior em relação a algumas figuras. Joaquim Nabuco e Rio Branco, entre outros nomes importantes, morrem neste período e, mesmo com um passado monárquico, são apresentados como heróis republicanos. Na década de 1920, com o retorno dos restos mortais da família imperial, d. Pedro II passa, enfim, a figurar como um emblema cívico. Como destaca Armelle Enders, a comemoração em torno do ano do centenário independência, em 1922, “difundiu e trouxe à cena uma vulgata da história nacional que reconciliava Tiradentes e dom Pedro I, os Braganças e os fundadores da República”. Para a pesquisadora, este era “um sinal da consolidação do regime, que não mais temia uma eventual restauração”.²⁶

Na década do caos, porém, o que se via era um tensionamento das disputas políticas e simbólicas. Daí que o panteão projetado por um periódico como o *Jornal do Brasil* apresente-se como uma fonte interessante. Os nomes que o jornal aponta (e, conseqüentemente, as respectivas narrativas bio-necrológicas) não deixam de trazer consigo as afecções de um período marcado por incertezas de todo tipo. Talvez por isso, no caso das figuras mais emblemáticas (como Deodoro e Floriano), e mesmo em figuras como Machado de Assis,²⁷ junto ao ódio, ao louvor, ao descaso e à possibilidade de deslocamento simbólico, muitos argumentaram a favor de um adiamento do julgamento. Para Francisco Glicério, por exemplo, caberia ao “historiador isento” a tarefa de

²⁴ BACZKO, B.. A imaginação social. In. LEACH, E. [et. al.]. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p. 309.

²⁵ OLIVEIRA, M. G.. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2011, p. 171.

²⁶ ENDERS, A.. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2014, p. 340.

²⁷ Belmiro Braga, por exemplo, diria sobre Machado: “a sua obra não cabe no século que atravessam e não é a geração atual que lhe pode avaliar o mérito. Os vindouros, quando se abeirarem desse oceano de filosofia e humor, é que lhe farão justiça”. Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pbarol*.

julgar, no futuro, as ações de Floriano Peixoto. O “historiador”, mais precisamente o “historiador do futuro”, aparece como mediador em uma espécie de “tribunal da posteridade”.

Maria da Glória de Oliveira, comentando as biografias publicadas durante a segunda metade do século XIX na revista do IHGB, percebe, justamente, o “papel atribuído à posteridade e, por conseguinte, à própria história como foro de justiça e moralidade”.²⁸ Por conta da desconfiança em relação a escrita da história do tempo presente, “transferia-se para o próprio decurso da história a prerrogativa ajuizadora da qual os historiadores do oitocentos desejavam se abster ou, em última, instância, delegar aos seus sucessores”.²⁹

Nesse sentido, mesmo que não se tratassem de historiadores, a escrita necrológica (que, tal como a biográfica, pode ser vista como uma modalidade de escrita da história) implicava, para aqueles que a fizessem, um julgamento sobre fatos e ações no presente – o que, em função do contexto conturbado e da própria epistemologia da história, era desaconselhado.³⁰ De qualquer modo, como destaca a historiadora, “a despeito da convicção e da expectativa de uma justiça a ser consumada no futuro, a eleição dos nomes ilustres para o panteão nacional não se realizaria sem certa presunção antecipada de um juízo moral”.³¹ Já existia, assim, uma tentativa de estabelecer os parâmetros da inserção cívica, mesmo nos casos mais emblemáticos, em que a figura pranteada estava envolta em uma gama de conflitos políticos.

Outro aspecto relevante, que se articula com a própria história do Exército Brasileiro, e sobretudo com a sua assunção pós-guerra do Paraguai, diz respeito à importância simbólica desse evento na consagração das figuras, como atesta a consagração de Pelotas como o “velho servidor da pátria”. Oportuna, nesse sentido, a percepção de José Murilo de Carvalho, segundo a qual “a promoção de Deodoro e Floriano a heróis de guerra foi posterior a sua participação na proclamação da República, já era parte do processo de mistificação das duas figuras”.³² A Grande

²⁸ OLIVEIRA, M. G.. Escrever vidas, narrar a história. *op.cit.*, 2011, p. 143.

²⁹ *Idem*, p. 146.

³⁰ Diz Olegário Aquino na RIHGB, em 1892: “A história de uma época não pode ser escrita pelos coevos. A estes, como pensa Gibbon, cabe apenas reunir com cuidado e dispor com habilidade os precisos materiais, de modo a ficar a história ao abrigo das incertezas dos sofistas e diversões dos declamadores. Não pertence aos contemporâneos pronunciar o julgamento definitivo da história, diz Duvergier de Hauranne”. In. *Idem*, p. 67.

³¹ *Idem*, p. 153.

³² CARVALHO, J. M.. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 60.

Guerra se tornou, assim, um artifício retórico importantíssimo para os militares. Se nos funerais de Simeão de Oliveira e Marechal Cantuária, Guerra do Paraguai e República se articulam para legitimar o movimento de consagração, é todavia os funerais do general Osório, com a ideia do soldado-cidadão, que melhor representa a escalada militar no mundo da política. Segundo José Murilo de Carvalho, no final do Império, “tratava-se de criar não o cidadão-soldado, mas o soldado-cidadão. Eram os beneficiários do monopólio de portar armas, componentes da burocracia estatal, que desejavam para si a plenitude dos direitos de cidadania”.³³

Ao contrário das outras personalidades, quando se tratava de um militar, muito facilmente a retórica cívica fazia coincidir sujeito e nação. No contexto dos anos entrópicos, será essa coincidência central na retórica cívica empregada por ocasião dos passamentos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Embora seja viável argumentar que a República “preferiu os heróis servidores da nação aos ‘chefes’ que a personificavam”,³⁴ e que talvez tenha faltado eficácia simbólica a esses eventos, certo é que estas manifestações presidenciais foram grandiosas, sobretudo os funerais de Floriano Peixoto. A hipótese aqui desenvolvida é que, num contexto em que a República perigava ruir, eternizar os mortos, especialmente os mortos com os quais ela naquele momento mais se identificava (como o seu presidente e “salvador”), era também uma tentativa de projetar a permanência do regime.

Ainda sobre os militares, é mister destacar como alguns deles se esforçaram, mesmo depois de mortos, para se afastar de emblemas militares. Deodoro da Fonseca, por exemplo, dispensou honras e condecorações; Floriano Peixoto queria um enterro simples no pequeno município de Divisa; Pelotas deixou registrado que não queria ser enterrado fardado, nem que fossem prestadas as homenagens a que tinha direito. Alguns desses desejos, entretanto, não foram cumpridos. Floriano, por exemplo, não teve uma cerimônia interiorana; mereceu, ao contrário, um dos maiores funerais cívicos da história brasileira. Embora eventos como esses abram uma problemática sobre as imposições do vivo em relação ao seu corpo morto e, conseqüentemente, fazem refletir sobre em que medida é ético contrariar esses desejos, a retórica presente em torno da morte de Floriano Peixoto, como destacado linhas atrás, insiste sobremaneira na necessidade cívica de entronizar esse corpo no panteão nacional.

³³ CARVALHO, J. M.. Os bestializados. *op.cit.*, 2019, p. 47.

³⁴ ENDERS, A.. Os vultos da nação. *op.cit.*, 2014, p. 354.

O processo de entronização passava necessariamente pela prática ritual dos funerais. Como observou Gonçalves, a cerimônia fúnebre tinha como ponto nodal, além do enterro, o velório, encenado geralmente em um lugar significativo das virtudes que o morto representava. No caso dos militares, a tendência foi a armação da câmara ardente na casa do finado e, em seguida, o velório no Arsenal de Guerra. O Arsenal tanto recebia o corpo daquelas figuras que faleciam fora do país como realizava eventos constitutivos do ritual, como missas e homenagens diversas. No caso das figuras civis, era comum um velório realizado em casa, geralmente em uma sala transformada em câmara ardente, e em seguida o deslocamento para o cemitério.

Como são escassas as abordagens sobre funerais republicanos, a trilha sugerida pelo *Jornal do Brasil*, com seu alto grau de arbitrariedade e, certamente, de intencionalidade dissimulada, mostrou-se estratégia oportuna para explorar, de modo mais amplo, os funerais da Primeira República. Embora a leitura de que a “República não foi” permaneça relativamente válida, ela não pode generalizar a ideia de que os funerais cívicos republicanos foram encenados no vazio. Como destaca José Murilo de Carvalho, “a manipulação do imaginário social [mormente a construção de figuras que sirvam de imagem e modelo] é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”.³⁵ Nesse sentido, a “criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social”: “tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizada”.³⁶ O fato de um jornal ter se lembrado de um elemento secundário da cerimônia (eça e carreta) é, portanto, indicativo de que essas manifestações, sem que se articulassem em torno de um projeto, faziam “parte de uma prática costumeira que tem um sentido comum em suas várias manifestações”.³⁷

³⁵ CARVALHO, J. M.. A formação das almas. *op.cit.*, 2017, p. 11.

³⁶ *Idem*, p. 58.

³⁷ GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 156.

PARTE IV

UM PROMETEU NOS TRÓPICOS

Há um momento que tudo preenche
Tudo por que nós ansiamos, sonhamos, desejamos,
E tememos, querida filha, – isto é a Morte!

Goethe, *Prometeu: Fragmento Dramático*¹

A unanimidade nos jornais do tempo é que Machado de Assis teria empreendido um esforço homérico para, através da sua literatura, soerguer-se naquela sociedade. Todo esse esforço, porém, teria lhe sido bastante penoso. “À porta dos setenta anos” – ouve-se a voz amiga de Olavo Bilac (1865-1918) –, “o Mestre sentiu que a amargura da sua existência era demasiada. O cálice transbordava”.² Como vimos, para muitos comentaristas as vicissitudes enfrentadas por Machado de Assis teriam deixado nele uma série de marcas que se entranharam na sua personalidade.³ Criou-se, assim, em torno dessas afecções – que são físicas e artísticas –, uma discursividade de tipo heroico-dramática. Se, por um lado, essa discursividade (ao focalizar o lado sórdido e pessimista) serviu como justificativa para condenar a literatura e o homem; por outro, especialmente na ocasião da morte, serviu também (ao focalizar a dimensão moralista e obreira) para destacar uma trajetória ascensional e reconhecidamente vitoriosa.

Os amigos escritores, que acompanharam os últimos dias do Mestre, não se furtaram, então, a escrever sobre esses instantes derradeiros – que, no caso de Machado, prolongaram-se durante alguns meses. Em ampla medida, como já destacamos, a fala denotativa da proximidade com o morto servia como justificativa para assumir, na cena pública, um lugar especial no processo de luto. Além disso, essa fala pessoal, ao ser compartilhada, constituía-se como um mecanismo que focalizava as virtudes que estavam coroando o passamento e, conseqüentemente, o sentido da vida que findava. Mas a despeito dessa intencionalidade pragmática, a fala dos amigos é atravessada por uma dimensão essencial: o pesar pela perda do amigo. Assim, diversos literatos escreveram na imprensa sobre a morte de Machado de Assis. Quer seja porque a morte contém, intrinsecamente,

¹ SOUTO, I. P. Prometeu: Fragmento Dramático, de Goethe. Cadernos de Literatura em Tradução, [S. l.], n. 11, p. 203-241, 2010. DOI: 10.11606/issn.2359-5388.i11p203-241. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/49495>. Acesso em: 26 nov. 2020.

² Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³ Cf. Parte II, cap. 1. A última flor do Lácio.

uma discursividade romântica, aberta ao lirismo mais exaltado; quer seja porque o elogio fúnebre se constituiu como gênero literário e jornalísticos, com características próprias; quer seja porque o morto convocou para junto de si uma parte expressiva da intelectualidade brasileira do período, os discursos produzidos por ocasião do passamento de Machado de Assis estão envoltos em uma considerável carga poética, afetiva e retórica. Com isso, uma aura discursiva apoteótica foi sistematicamente sendo construída em torno desse evento.

Por volta de junho de 1908, a angústia machadiana acentuou-se. É desse período uma crônica de Artur Azevedo (1855-1908), publicada na coluna “A Semana”, do *O Paiz*, em que o dramaturgo afirma ter se surpreendido com um telegrama, “expedido desta capital, dizendo terem se agravado os padecimentos” do seu amigo caro.⁴ No *Correio Paulista*, por exemplo, é possível encontrar uma nota sobre o estado de Machado nesse momento: “está enfermo, recolhido nos seus aposentos”.⁵ Na edição do dia seguinte, 6 de junho, contudo, o jornal atualiza-se: “tem facilmente obtido melhora no seu estado de saúde o ilustre escritor”.⁶

Provavelmente, nos últimos meses antes de ficar definitivamente acamado, o estado de saúde de Machado oscilou consideravelmente. Prova disso é que Artur Azevedo, ao ir visitá-lo, ainda em junho, o encontrou “à porta de casa, conversando com um amigo que se retirava”, e logo à primeira vista pareceu a ele tão bem disposto como na última vez em que estiveram juntos.⁷ Machado disse que estava melhor, depois dos dias que passara indisposto, mas que, por precaução, só sairia de casa no dia seguinte, como havia lhe recomendado o médico. Apesar da aparente melhora, Lindolfo Xavier conta que, nessa mesma época, Machado de Assis viu-se, em função das doenças que o consumiam, “impossibilitado de continuar seu afanoso trabalho na Secretaria da Viação”.⁸ Como explica Raimundo Magalhães Júnior, “neste ano, o grande escritor foi atingido por outra grave enfermidade: uma gangrena da língua, que mordida, muitas vezes, durante as crises

⁴ Terça-feira, 9 de junho de 1908, *O Paiz*.

⁵ Sexta-feira, 5 de junho de 1908, *Correio Paulista (SP)*.

⁶ Sábado, 6 de junho de 1908, *Correio Paulista (SP)*.

⁷ Terça-feira, 9 de junho de 1908, *O Paiz*.

⁸ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

de epilepsia”.⁹ Nada obstante, discorre o amigo, ele “não quis pedir licença. Teimou por alguns dias em trabalhar, com ingentes sacrifícios”. No entanto,

Vendo que lhe era absolutamente impossível prosseguir, pois que a sua natureza psíquica dava parte da sua fraqueza, recolheu-se à casa, quando o Sr. Ministro daquela pasta, o Sr. Miguel Calmon, interpretando com fino tato os sentimentos do seu ilustre subordinado e querendo dar mostras do seu coração cavalheiro, e digno, mandou cientificar o grande escritor de que não precisava voltar ao trabalho enquanto lhe durassem os padecimentos, e que desejava que ele gozasse de um reparador descanso, para prolongar-lhe a preciosa vida. Ao mesmo tempo, cientificava o Sr. Ministro de que os seus ordenados, não obstante o seu não comparecimento à Secretaria, ser-lhe-iam contados pontualmente.¹⁰

Esse recolhimento, mesmo autorizado pelo Ministro e com todos os vencimentos, teria sido, segundo os relatos, demasiadamente penoso para o autor de *Ressurreição*: “era um real sacrifício para ele que fugia à solidão e ao silêncio”,¹¹ e que, além disso, sempre fora funcionário zeloso e assíduo. No final de setembro, porém, a despeito das tentativas de voltar à vida, o seu estado piorou severamente, desta vez de forma definitiva. O *Correio Paulista*, depois de informar que era “melindrosa” a sua situação, comenta que o “dr. Afonso Pena mandou visitá-lo hoje, por um dos ajudantes de ordens”.¹² A *Gazeta de Notícias* também deu ciência desta insigne visita: “o Sr. presidente da República mandou o seu ajudante de ordens, major Neiva do Figueiredo, visitar os Srs. Senador Urbano Santos e o Dr. Machado de Assis, que se acham enfermos”.¹³

Em agosto, circulou nos círculos amigos, nas esquinas da cidade, não chegando porém aos jornais, a notícia antecipada da morte de Machado. Mais que depressa, então, Machado escreveu aos seus correspondentes mostrando-se ainda vivo, mesmo que bastante adoentado.¹⁴ No dia 29 de setembro, quase todos os jornais pesquisados noticiaram a condição de Machado de Assis. Segundo *O Paiz*, Machado teria passado bem o dia, mas “à noite, entretanto, fenômenos novos que se manifestaram tornaram-se alarmantes, e a 1 hora da manhã era considerado desesperador o seu estado”.¹⁵ Já o *Jornal do Brasil* é categórico, sintetizando a opinião geral:

Cercado de todos os carinhos da família e de todos os socorros da ciência, prodigalizados pelos seus médicos assistentes, drs. Miguel Couto e Smith Vasconcelos, continuava, hoje, pela madrugada, o sr. Machado de Assis a sofrer os abalos de uma arteriosclerose

⁹ MAGALHÃES JUNIOR, R. Machado de Assis, funcionário público. Rio de Janeiro: Editora Ministério de Viação e Obras - Serviço de Documentação, 2 ed. 1970, p. 96.

¹⁰ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹¹ Mário de Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

¹² Domingo, 27 de setembro de 1908, *Correio Paulista (SP)*.

¹³ Domingo, 27 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁴ Cf. capítulo “A longa agonia”, in MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 4: apogeu. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹⁵ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *O Paiz*.

generalizada. O enfermo, que tem sido muito visitado por grande número de pessoas, entre elas os srs. Barão do Rio Branco e Miguel Colman, conserva a mais completa lucidez. Quando estivemos em casa do enfermo, dormia ele, cercado de pessoas da família e do dr. Smtih Vasconcellos. Nenhuma esperança há de salvá-lo.¹⁶

Nos vários necrológicos e artigos biográficos, a visita do Barão do Rio Branco (1845-1912) é ligeiramente mencionada, como no excerto acima.¹⁷ Curiosamente, a presença de figura tão ilustre, i.e., do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, é pouco desenvolvida; e a visita, embora curta, é apresentada como um modo de reconhecimento do prestígio machadiano. No entanto, segundo o relato de Francisca de Basto Coelho, colhido por Raimundo Magalhães Júnior, a visita foi um triste acontecimento: Rio Branco, ao chegar na casa de Machado de Assis, foi logo recebido, mas ao deparar-se com o estado cadavérico do ilustre Homem de Letras, súbito afastou-se, negando o abraço que o doente esperava: “Então que é isso, Machado? Está melhor, não é? Amanhã voltarei a vê-lo de novo”. Sem esperar resposta, dando apenas um rápido aperto de mãos, Rio Branco saiu dos aposentos; na saída, em uma pia próxima, o Barão correu para lavar as mãos, nojoso do contato com o enfermo. Atento, Machado escutava, talvez anuviado pela reação adversa do ministro, os rumores no corredor: “uma toalha limpa para o Barão”. “No rosto esquelético [de Machado de Assis] se fixara com trágica expressão a dolorosa máscara. Voltou-se para a parede num último gesto de pudor. Não falou mais. A matéria corpórea continuava, palpitante ainda, mas Machado de Assis deixara de existir”.¹⁸

De todo modo, nos últimos dias, já definido o desfecho, vários amigos e parentes se reuniram para acompanhar o passamento de Machado de Assis. Adoentado, sofrendo dores – físicas e morais –, a morte todavia tardava. Mário de Alencar (1872-1925), conhecido dileto a quem Machado tratava como filho, e que fora, nos últimos e derradeiros anos, um dos poucos capazes de interromper-lhe a dolorosa “solidão moral”, confessa, entristecido, em texto datado de 28 de setembro: “eu, seu amigo e seu admirador grande, desejo que ele morra, mas não tenho coragem de o ver morrer”.¹⁹ Depois de três dias completos assistindo o doente, solidarizando-se

¹⁶ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁷ *O Paiz*, por exemplo, diz: “contam-se por centenas as pessoas que tem ido informar-se de sua saúde. Entre os que ontem por vezes, tiveram este cuidado amigo, conta-se o barão Rio Branco”. Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *O Paiz*. Enquanto o *Jornal do Brasil* anota: “o enfermo, que tem sido muito visitado por grande número de pessoas, entre elas os Srs Barão do Rio Branco e Miguel Colman, conserva a mais completa lucidez”. Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁸ O trecho foi retirado por Raimundo Magalhães Júnior do livro *Machado de Assis que eu vi*, de Francisca de Basto Cordeiro. Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, R. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 4: apogeu. *op.cit.*, 2008, p. 394-5.

¹⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

com sua dor, procurando, de todas as formas, mitigar-lhe o tormento e a angústia do fim irreversível, Mário precisou, por um breve e fortuito momento, afastar-se do melancólico cenário com que se transformara, àqueles dias, a casa de Machado de Assis – localizada no bairro das Laranjeiras, na rua Cosme Velho, n. 18, neste mesmo Rio de Janeiro que o viu nascer e que o veria partir para o além: “venho da casa de Machado de Assis. Lá estive todo o dia de sábado, ontem e hoje, e agora estou sem ânimo de continuar a ver-lhe o sofrimento: tenho receio de assistir ao fim que eu desejo não tarde”.²⁰ Pesava-lhe ver assim o mestre, admite; sobretudo porque, ouvinte de tantas confissões, conhecedor das agruras pelas quais passara o amigo, sabia que sofrer, dessa dor contínua e insidiosa, era o maior dos medos de Machado de Assis. Foi mesmo o “mestre” quem discretamente lhe confessou, quando comentou a morte de Arthur de Oliveira (1851-1882), acontecida há muitos anos: “levou tempo [morrendo] de uma moléstia grave”.²¹ A doença que lentamente consumiu Arthur de Oliveira fora a tuberculose, que o arrancou da vida aos 31 anos de idade, em 1882. O caso parece ter chocado Machado. Tanto é assim que ainda em 1880, nas *Ocidentais*, consta, justamente, o poema “A Artur de Oliveira, Enfermo”. Para Olavo Bilac, “outro poeta poderia dizer o que ele [Machado de Assis] disse de Arthur Oliveira”.²² No poema, depois de louvar um “poeta enorme que andar não usa no chão”, o eu lírico prossegue:

Verás num longo rosto humano
Teu próprio rosto.

E hás de rir, não do riso antigo,
Potente e largo,
Riso de eterno moço amigo,
Mas de outro amargo,

Como o riso de um deus enfermo
Que se aborrece
Da divindade, e que apetece
Também um termo...

O riso antigo desaparece da face do poeta para dar lugar a outro, mais amargo: é o riso de um “deus enfermo”. Todavia, conforme insinua Olavo Bilac, “só um adjetivo dos que há nesses versos, não poderia ser conservado: ‘amargo’. O riso com que o Mestre morreu foi suave, de repouso e alegria. A sua morte epilogou dignamente a sua vida. Foi tranquila como um

²⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

²¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

²² Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

crepúsculo”.²³ A suposta tranquilidade com que Machado de Assis terminou os seus dias não oblitera, porém, a dor do passamento. Comentando ainda a longa enfermidade do amigo, Machado de Assis complementa: “uma moléstia grave não se contenta de uma merenda ligeira, à ponto de uma mesa; não, ela quer comer sentada e a fartar, e devagarinho, saboreando”.²⁴ Mário de Alencar lamenta que não lhe perdoou “essa ironia o acaso, mestre ou inimigo de ironias”, e assim sucedeu a ele próprio: “a sorte, para mostrar que o era, deu-lhe [a Machado] uma moléstia grave por companheira inseparável dos seus últimos dias”.²⁵

Assistir o arrefecimento de alma tão nobre e apreciada era uma tristeza para os amigos e companheiros, é o que apontam os diversos relatos produzidos nesta ocasião. Três meses antes de falecer, por exemplo, no aniversário em que completou sessenta e nove anos, contam que Machado de Assis comunicou que este seria, provavelmente, o último ano em que permaneceria de corpo presente. “Ao ver os amigos vaticinarem-lhe ainda longos anos de vida, ele, como que chocado por íntimas contradições, exclamava tristemente: e a dor de viver?”.²⁶ O colega e amigo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Lindolpho Xavier, confessa ter escutado essa frase “muitas vezes dos lábios [de Machado], nos meses finais de sua gloriosa vida”. Nesse “último lance de sua carreira na terra”, diz o amigo, “a vida resumia-se para ele nesta palavra: dor”.²⁷

Dor que era tanto física como moral, sendo que, segundo Olavo Bilac, “a agonia moral foi longa, muito mais longa e dolorosa do que a física”. Para o autor de *Via Láctea*, a “nobre alma” de Machado de Assis, “que tanto brilhou nesta terra, era, há alguns anos, uma alma ferida mortalmente, debatendo-se em uma agonia torturante”.²⁸ O aspecto moral, comentado por Olavo Bilac, certamente tinha que ver, entre outras coisas, com a perda da esposa, Carolina Xavier de Novais (1835-1904), em 1904. Essa perda foi demolidora para o espírito de Machado de Assis. Os diversos relatos são unânimes em apontar o agravamento da sua solidão, e mesmo das suas doenças,²⁹ nesse período de solidão e enlutamento. O resultado de tamanha consternação foi um apego à memória de Carolina, sintetizado nesse conhecido soneto:

²³ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

²⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

²⁶ Lindolpho Xavier. Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁷ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

²⁸ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol (MG)*.

²⁹ “Agora, sem ter quem lhe assistisse às crises com aquela solicitude, as “aftas” – eufemismo com que velava a verdadeira origem dos ferimentos da língua – se iam transformando em chaga cancerosa, impedindo-lhe a alimentação e apressando-lhe o fim, com a agravação da afecção intestinal que sobrevinha às grandes crises” (p. 98). Cf. ABREU, M.. *Biógrafos e críticos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939.

A Carolina

Querida! Ao pé do leito derradeiro,
em que descansas desta longa vida,
aqui venho e virei, pobre querida,
trazer-te o coração de companheiro.

Pulsa-lhe aquele afeto verdadeiro
que, a despeito de toda a humana lida,
fez a nossa existência apeteçada
e num recanto pôs um mundo inteiro...

Trago-te flores - restos arrancados
da terra que nos viu passar unidos
e ora mortos nos deixa e separados;

que eu, se tenho, nos olhos mal feridos,
pensamentos de vida formulados,
são pensamentos idos e vividos.

Segundo Mário de Alencar, “a alma religiosa de Machado de Assis achara, enfim, na dor da saudade a forma de uma religião”. Os quatro anos últimos de sua vida foram dedicados ao culto da esposa”.³⁰ Na casa em que ambos viveram durante 21 anos, Machado preservara intocável, como relíquias, os objetos da amada.³¹ Além disso, todos os domingos, quer ensolarados ou chuvosos, frios ou calorentos, quer faltasse ou não ânimo, Machado saía do Cosme Velho e caminhava, silencioso e cabisbaixo, em direção ao cemitério, onde deixava flores e o “próprio coração de companheiro”, ferido, “ao pé do leito derradeiro” em que descansava a esposa querida. Machado deixava-se ficar ali por mais de hora, em uma mudez inconsolável, talvez mesmo recitando o soneto a Carolina e lembrando-se, nostálgico, dos 35 anos passados juntos e felizes. Dessa visita semanal, o escritor “voltava aliviado, como os crentes depois de ouvida a missa”.³²

Após a morte de Carolina, já não tinha Machado, portanto, “pensamentos de vida formulados”: “errava na vida sem vida”.³³ Alceu Amoroso Lima, que jovem admirava o homem ilustra que passava “incuravelmente ferido pela morte da companheira”, conta que Machado “descia de sua casinha deserta, sozinho, sombrio, com a bengala às costas entre as mãos cruzadas,

³⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

³¹ O culto prestado à memória de Carolina por Machado de Assis aparece nos escritores de vários cronistas. Segundo Arthur Azevedo, em crônica publicada dia 9 de junho de 1908, no *O Paiz*: “Ele [Machado] tem a religião da sua morta, e conservou em casa tal qual ela deixou, quando partiu. É esse o único meio de estar com ela, de vê-la todos os dias a todas as horas. Não ser de viuvez mais digna nem mais comovedora”.

³² Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

³³ PUJOL. A.. Machado de Assis: conferências. Sociedade de Cultura Artística - Typographia Levi, São Paulo, 1917, p. 320.

a barba inculta e rala, o olhar baixo, arrastando consigo uma longa tristeza”.³⁴ Para Carlos de Laet, quem acompanhava a tétrica figura de Machado de Assis caminhando, cabisbaixo, pela rua do Ouvidor, ou na Livraria Garnier, e ainda o suponha vivo, “singularmente se enganava”:

Nem sempre se agoniza no leito. “Agonia” é luta, luta com a morte, que afinal sempre entoa o canto da vitória. O pobre Machado agonizava de pé, e ocultando na sua impassibilidade de moderno estoico os tremendos combates que lá por dentro se lhe travavam.³⁵

Segundo a *Gazeta de Notícias*, em artigo necrológico sobre Machado de Assis, “morta ela [Carolina], os que viviam mais perto de Machado de Assis notaram que esse organismo que lutara e combatera a morte, com uma indômita vontade de viver – baqueava”.³⁶ É o que também afirma *O Paiz*: “pode-se dizer que, depois da morte da querida esposa, Machado de Assis não viveu mais: morria aos poucos”.³⁷ Para Arthur Azevedo, Carolina, “quando saiu de casa a caminho do cemitério, deixou ali [no Cosme Velho] outro cadáver: o dele”.³⁸ Ainda segundo o dramaturgo, “era triste comparar o Machado de Assis dos últimos tempos com o de outrora, alegre, cheio de vivacidade, eternamente rapaz, dizendo um bom dito a propósito de tudo, e rindo, rindo sempre”.³⁹ Essa vivacidade sempre fora uma característica machadiana, mesmo no mau momento. A doença e as adversidades da vida, porém, pareciam cobrar seu preço à alma sofredora de Machado de Assis: “tudo conspirava contra ele no final da vida.”⁴⁰ Nesses momentos conturbados, o autor de *No Alto* recitava sempre o *Mal Secreto*, de Raimundo Correia (1859-1911):

Se a cólera que espuma, a dor que mora
N’alma, e destrói cada ilusão que nasce
Tudo o que punge, tudo o que devora
O coração, no rosto se estampasse;

Se se pudesse, o espírito que chora,
Ver através da máscara da face,
Quanta gente, talvez, que inveja agora
Nos causa, então piedade nos causasse!

Quanta gente que ri, talvez, consigo
Guarda um atroz, recôndito inimigo

³⁴ VIANA FILHO, L.. A vida de Machado de Assis. Livraria Martins Editora - São Paulo, 1965, p. 242.

³⁵ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

³⁶ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*. Passagem similar também pode ser encontrada no *O Paiz*, de 30 de setembro de 1909: “Os raros que gozaram da intimidade desse grande espírito, são acordes em atribuir à saudade da esposa adorada, a companheira das suas amarguras e dos dias felizes de glória, a sucessão continuada das crises que lhe minaram o alquebrado organismo e que apressaram o desenlace fatal”.

³⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

³⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

³⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁴⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

Como invisível chaga cancerosa!

Quanta gente que ri, talvez existe,
Cuja ventura única consiste
Em parecer aos outros venturosa!

Machado dizia que este “era um dos sonetos mais belos da língua portuguesa”. Ainda segundo Mário de Alencar, “quadrava o sentimento dos versos” ao estado de espírito de Machado de Assis.⁴¹ Machado sofria, e por detrás do “sorriso de sempre” talvez estivesse (como certo estava) a “chaga cancerosa”. Lindolpho Xavier conta, nesse mesmo sentido, que nos últimos meses, já sozinho, melancólico e severamente adoentado, o ilustre enfermo “tinha crises horríveis, em que seu espírito decaía em verdadeiros mistérios”. Segundo o amigo da secretaria, Machado, já acamado, “sentia impressões tétricas: tinha a todo momento sensações da morte e ficava em funda prostração, presa de um excessivo nervosismo”.⁴² E foi assim, nesse nervosismo, nessa solidão, nessa prostração, interrompida por lampejos de lucidez, em que “doía-lhe a saudade da vida”, que Machado de Assis passou os últimos meses, os últimos dias, os últimos instantes.

Conforme afirma Mário de Alencar, um dos grandes sentimentos de Machado de Assis nesses momentos derradeiros teria consistido no que ele havia chamado, no *Memorial de Aires*, de “orfandade às avessas”. Machado, ao contrário de Brás Cubas, que saía da vida com o saldo de não ter transmitido a “nenhuma criatura o legado da nossa miséria”,⁴³ lamentava a ausência dos filhos que não teve, e que talvez o consolasse na hora última. Para Mário de Alencar, no entanto, a ausência dos filhos foi elemento fundamental para o desenvolvimento da imortal obra de Machado de Assis – um outro sacrifício às letras nacionais. Segundo ele, o autor de *Esau e Jacó* fora relativamente feliz no casamento:

Que faria, porém, se a natureza lhe desse pouco depois do casamento a alegria turbulenta dos filhos? Como o pai, doente e apreensivo, suportaria os pavores das moléstias dos pequeninos; e cuidaria do futuro deles? E como havia de aumentar os recursos da substância? Seria um pai carinho e dedicado e acrescentaria os seus bens para alimentá-los e educá-los; mas, o escritor seria vencido e sacrificado pelo pai, e a literatura brasileira não possuiria talvez as melhores obras que ele deixou, concebidas e escritas com o vagar e o amor da arte, num meio tranquilo, no qual a presença da esposa inteligente lhe serviu de abrigo contra todas as importunações e embaraços da vida material.⁴⁴

⁴¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁴² Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁴³ ASSIS, M.. Memórias Póstumas de Brás Cubas. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 268.

⁴⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

“Sim, foi um bem para ele não ter sido pai”, finaliza Mário: “no momento em que os filhos lhe deviam ser indispensáveis, houve carinhosas criaturas que lhe supriram a falta”.⁴⁵ Para Maria Helena Werneck, Mário de Alencar, nas “Páginas de Saudade”, agiu como um filho “enciumado do sentimento de *orfandade às avessas*”.⁴⁶ A vingança do filho traído viria, então, com a revelação do segredo autobiográfico presente no *Memorial de Aires*. Werneck esclarece ainda a relação dessa “literatura de paternidade” com o engajamento de intelectuais amigos no coro de louvor público a Machado de Assis. Segundo a pesquisadora: “sacrificado o pai de família, salva-se o escritor, como salvam-se aqueles que lhe supriam a falta de filhos, porque há o que contar para justificar um nome na capa de um livro”.⁴⁷ Amesquinhado pela crítica depois de ingressar na Academia Brasileira de Letras (ABL) sem obra significativa publicada, contando apenas com o apoio determinante de Machado de Assis e de certa conjuntura política, Mário de Alencar mobiliza a relação com o autor de *Dom Casmurro* como testemunho de saudade, certamente, mas também, e por isso mesmo, como justificativa do seu próximo livro, *Alguns escritos*, de 1910, em que as “Páginas de Saudade” abrem a coletânea de textos.

No entanto, como sugere Werneck, Machado de Assis também “pensava sobre o futuro de seu nome na história da literatura e da inteligência da sociedade brasileira. Futuro que se traduziria, para ele, em palavras como *glória e descendência*”.⁴⁸ Assim, a “conspiração da amizade”, que se organizou a partir da roda Machado de Assis, permitiu tanto a proliferação de mensagens de estima, carinho e amor, como também, e ao mesmo tempo, uma retroalimentação da lógica do prestígio. Em torno do luto, que certamente comoveu amigos, conhecidos e leitores distantes – donde infere-se que a consagração respondeu a um apelo afetivo –, sujeitos manobravam consciente e inconscientemente em benefício próprio.

Várias pessoas se reuniram para acompanhar Machado de Assis nos seus últimos dias, dentre elas estavam Coelho Neto (1864-1934), Graça Aranha, Mário de Alencar, José Veríssimo (1857-1916), Raimundo Correia e Rodrigo Octavio (1866-1944). Segundo a *Gazeta de Notícias*,

⁴⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁴⁶ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis.. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008, p. 60.

⁴⁷ *Idem*, p. 60.

⁴⁸ *Idem*, p. 49.

“os homens de letras que eram a sua família, rodeavam-no de carinhos” nos seus dias finais.⁴⁹ Euclides da Cunha, outro assistente, conta ainda que, além dessas figuras,

Na sala de jantar, para onde dava o quarto do querido mestre, um grupo de senhoras, ontem meninas que ele carregava nos braços carinhosos, hoje nobilíssimas mães de famílias, comentavam-lhe os lances encantadores da vida e relíam-lhe antigos versos, ainda inéditos, avaramente guardados nos álbuns caprichosos.⁵⁰

No quarto, acompanhado do médico, Machado sofria as dores da doença e da morte. Mesmo imerso em agônico sofrimento – provocado, àquela altura, pela arteriosclerose, em estado adiantado, além de um epiteloma da língua; tudo isso agravado pela solidão dilacerante da viuvez e pelo “mal antigo” –, ninguém teria ouvido desse homem, que fora “um triste, um oprimido de aflições psíquicas e morais”, uma “sequer blasfêmia, no transe acerbo”.⁵¹ Euclides, em crônica publicada no *Jornal do Commercio* um dia depois do falecimento do mestre e amigo, presta o mesmo testemunho: Machado, “se por acaso traía com um gemido e uma contração mais viva o sofrimento, apressava-se em pedir desculpas aos que o assistiam”. A despeito do sofrimento, o mestre dissimulava. Para o autor de *Os Sertões*, era a “sua primeira e última dissimulação: a dissimulação da própria agonia, para não nos magoar com o reflexo de sua dor”.⁵²

São vários os relatos que dramatizam a morte de Machado de Assis. A ênfase, quase sempre, recai no contraste entre dor e sobriedade, que teria perpassado toda a sua vida – desde o nascimento humilde até a morte dolorosa –, mas que se acentuaria definitivamente nos últimos dias da sua existência. Segundo Olavo Bilac, por exemplo, Machado sofria com “a dignidade de uma velha e nobre águia ferida de morte”.⁵³ Para Rui Barbosa, nem mesmo “o cálice da morte, carregado de amargura, lhe não alterou a brandura da têmpera e a serenidade da atitude”.⁵⁴

E foi nessa dor – sofrida, não obstante, com dignidade, serenidade e brandura – que às 3 e 20 da manhã do dia 29 de setembro de 1908, cercado por poucos amigos e familiares, morreu Joaquim Maria Machado de Assis.⁵⁵ O nosso Prometeu tropical, entretanto, não teria sacudido “os braços manietados”, suplicando aflito “a eterna compaixão”, mas teria recebido

⁴⁹ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁵¹ Olavo Bilac. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵² Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁵³ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁴ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁵ Há certo desencontro de informações sobre a hora da morte de Machado de Assis. Alguns periódicos afirmam que ele morreu às 3 e 20 da manhã e outros que o óbito foi às 3 e 45 da manhã. De qualquer forma, na Certidão de Óbito de Machado, consta 3 e 20 como hora da morte.

complacentemente a agonia torturante da sua morte. Os discursos produzidos sobre o seu desaparecimento, especialmente aqueles oriundos de personalidades do mundo intelectual, como Arthur Azevedo (1855-1908), Mário de Alencar, Euclides da Cunha, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), dentre outros, além de apresentarem um tom de heroísmo e dramaticidade, como vimos, possuem ainda um perfil ambíguo, misto de lamento pela perda do mestre querido e de alívio pelo fim do seu doloroso sofrimento, que seria coroado, enfim, com as glórias reservadas aos grandes homens.

Arthur Azevedo, por exemplo, ao deparar-se com o “cadáver do companheiro, amigo e mestre com quem durante trinta e quatro anos” estabelecera fraternas relações intelectuais, foi lançado – diz ele – na mais profunda tristeza, refugiando-se, então, em um “mundo de recordações e de saudades”. Reconhecendo, porém, neste desaparecimento um desejo íntimo de Machado de Assis que, desde a morte da esposa e do agravar da doença que o consumia, não sabia falar “senão da morte”, Arthur Azevedo encontrou forças para controlar a demonstração efusiva da perda que sentia e dar sentido a finitude do amigo: “pois bem, não o choro, não quero chorá-lo, porque a morte foi um alívio para aquele corpo torturado e aquela alma dolorida”.⁵⁶

Lindolpho Xavier aponta o mesmo desenlace: “Machado de Assis estava há muito tempo penando neste planeta, arrastando uma vida difícil, árdua e dolorosa”. Para ele, portanto, “havia chegado à idade em que o homem nada mais tem que fazer sobre a terra, e o único descanso, o único consolo, é o desaparecimento”. Mas nem todos os homens são iguais, porque a morte, às vezes, serve apenas para reafirmar o brilho imortal da obra primorosa e da alma sôfrega, mas criadora. Nesse sentido, para Machado de Assis, que “estava velho e enfermo, e a sua obra estava feita”, “a morte não é uma coisa triste. É uma glória”:⁵⁷ é a saída do gênio para a eternidade. Rui Barbosa é da mesma opinião, segundo ele: “para os eleitos do mundo das ideias a miséria está na decadência e não na morte”.⁵⁸ Assim, “não se pode dizer que [Machado] morreu, e deplorar-lhe a morte com as lágrimas de um sentimento restrito. Não! A sua obra imortal, que ele concluíra com o *Memorial de Aires* passou-o em vida para o panteão das glórias de uma raça”.⁵⁹

⁵⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁵⁷ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁵⁸ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁹ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Tratava-se, portanto, agora que sobrara apenas o corpo frio e sem vida do “mestre querido”, de cristalizar o espírito superior de Machado na memória dos povos. Foi nesse sentido que o “círculo limitadíssimo de corações amigos” se empenhou em produzir um conjunto notável de relatos sobre o falecimento daquele que era, para eles, não apenas o “chefe da literatura brasileira”, mas também o amigo amado. Com isso, foi-se construindo uma aura discursiva consagratória, sagrada e apoteótica em torno desse evento. O esforço foi, sem dúvida alguma, o de perpetuar a memória de Machado de Assis no “culto de seus discípulos e admiradores”.⁶⁰ Euclides da Cunha foi um dos que mais sublimemente se empenhou nessa tarefa. Ele narrou, em crônica publicada no *Jornal do Commercio* dia 30 de setembro, “A última visita”. Segundo o autor, essa visita teria permitido aos íntimos amigos do ilustre escritor carioca visualizarem, pelos seus próprios olhos, “a impressão visual da Posteridade”. Após lamentar que tão preciosa vida “desaparecesse no meio de tamanha indiferença”, Euclides da Cunha conta a história de um jovem desconhecido – Astrogildo Pereira (1890-1965) – que, sabendo enfermo Machado de Assis, tivera a ideia e a necessidade de visitá-lo, já alta a madrugada:

E o anônimo juvenil – vindo da noite – foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre, beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-o depois por algum tempo ao peito. Levantou-se e, sem dizer palavra, saiu.⁶¹

Para o autor de *Os Sertões*, essa visita continha mais valor do que qualquer vultosa assistência que por ventura pudesse receber Machado de Assis na hora da morte, já que o coração daquele anônimo “bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade”.⁶² O artigo de Euclides da Cunha, por ser bem recebido (e por conter erros de tipografia), foi republicado no *Jornal do Commercio* dia 2 de outubro. Para um cronista não identificado do *O Paiz*, o “admirável e sentidíssimo artigo de Euclides era a mais bela de todas as homenagens” ao grande morto.⁶³ Arthur Azevedo, do mesmo modo, em crônica publicada dia 2 de outubro, no *O País*, depois de escrever sobre o honroso enterro de Machado de Assis, custeado pelo Estado, lamenta que não era sobre esse assunto que gostaria de ter comentado. Segundo ele, “contando, como sabe contar, o episódio comovente daquele moço desconhecido que apareceu em casa do Mestre, durante a sua tremenda

⁶⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁶¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁶² Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁶³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

agonia, e pediu que o deixassem beijar-lhe a mão”, Euclides da Cunha teria lhe roubado o assunto. Azevedo, que morreria cinco dias depois, continua dizendo que “aquela visita, que fez chorar o velho poetas das *Crisálidas*, foi a mais doce das consolações que lhe levaram ao leito de morte”.⁶⁴ Em crônica publicada dois dias antes, certamente referindo-se a este notável evento, o dramaturgo arremata: “tanto mais que com a aurora de ontem, iluminando aquela madrugada de morte, começou a imortalidade para Machado de Assis”.⁶⁵

A visita do admirador desconhecido, e sobretudo a pomposidade dos funerais que se seguiram, teriam realizado o desejo dos amigos e admiradores – desejo insinuado por Euclides no artigo do dia 30 de setembro, e reiterado na carta do dia 25 de outubro – de que Machado de Assis saísse da vida para a eternidade com os louvores e com as honras que tanto fizera por merecer. Em correspondência endereçada a João Batista Regueira Costa (1845-1915), presidente do Instituto Arqueológico de Pernambuco (IAP), Euclides da Cunha agradece, em nome da Academia Brasileira de Letras (ABL), a gentileza das palavras consoladoras do amigo distante: “como tantas outras [cartas] que nos acudiram, providas dos mais remotos pontos da nossa terra, demonstram que Machado de Assis deixou esta vida como desejávamos que ele a deixasse: dentro de uma grande e reabilitadora comoção nacional”.⁶⁶

⁶⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁶ Domingo, 25 de outubro de 1908, *Diário de Pernambuco (PE)*.

PREÂMBULOS DA IMORTALIDADE

Vejo que avanço para o mistério;
o que haverá para além do mistério,
no coração do mistério?
Não há mais como resistir.
Quebram-se minhas forças;
dou-me conta de que é vão opor entraves.
Estou na marca mais extrema da eternidade.

Haroldo de Magalhães, *Memorial do Fim*

Declarado o óbito às 3 e 20 da manhã do dia 29 de setembro de 1908, o corpo de Machado de Assis foi, pouco tempo depois, embalsamado pelo doutor Afrânio Peixoto (1876-1947) e seu assistente, doutor Alfredo de Andrade. Em seguida, o escultor Rodolpho Bernardelli (1852-1931) retirou-lhe a máscara mortuária em gesso. O corpo foi revestido com um terno de casaca e depositado sobre um sofá, na sala de visitas, transformada por ocasião da morte em câmara ardente.¹ Sobre o cadáver do ilustre escritor foram espalhadas muitas flores naturais, “que o cobriram inteiramente, deixando apenas a descoberto o seu rosto sereno, sem um rictus de angústia”.² Durante a madrugada, e sobretudo depois que amanheceu o dia, amigos, vizinhos, conhecidos, autoridades e confrades de Machado de Assis se deslocaram a sua casa, no Cosme Velho, para prestar-lhe as últimas homenagens íntimas.³

A notícia da morte espalhou-se rapidamente, sendo publicada, ainda dia 29 de setembro, na segunda edição da *Gazeta de Notícias*. Conforme insiste o jornal, o falecimento do “grande homem de letras”, publicado ali em primeira mão, paralisou “profundamente os que sabem avaliar a grande perda que tão fundamente feriu a literatura pátria”.⁴ Repartições públicas – como o

¹ Segundo o *Jornal do Commercio*, velaram o corpo de Machado de Assis “o Sr. Barão de Vasconcellos e família, D. Emília Maia e família, Conde de Diniz Cordeiro, Comendador A. M. Marinho, Mário de Alencar, Alfredo Ford, Joaquim Medrado, Mario de Lima Barbosa, Dr. Miguel Couto, Dr. Leite do Amaral, Ariosto Braga, Dr. Jayme de Vasconcellos, Dr. Armando de Araújo e senhora, Dr. Frederico Smith de Vasconcellos, e várias outras pessoas. Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

² Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³ Segundo a *Gazeta de Notícias*, “logo às primeiras horas da manhã, divulgada pela gazeta a dolorosa notícia, afluíram inúmeras pessoas à residência do ilustre homem de letras. Lá estiveram, entre outros, os Srs. Dr. Carlos Peixoto, presidente da Câmara dos Deputados; Coelho Netto, Dr. Getúlio das Neves, Dr. Paulo de Frontin, Dr. Primitivo Moacyr, César de Sá Rabello e família, Mac Nell’s, Mário de Alencar, Dr. Armando de Araújo e sua exma. esposa, Arthur de Azevedo, José Veríssimo, Mario Antonio da Costa, Conde Diniz Cordeiro, Dr. A. Marinhos, Afrânio Antônio da Costa, Mario de Lima Barbosa, Barão e Baroneza de Vasconcellos, Dr. Frederico Schmidt de Vasconcellos, Raymundo Corrêa, Euclides da Cunha, Rodrigo Couto, Dr. Leite e Amaral, Graça Aranha, Xavier da Silveira, D. Julia Cezar Lopes de Almeida, comendador Leo d’Affonseca e Arthur Marques, da *Gazeta de Notícias*”. Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁴ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, onde Machado trabalhou durante quase toda a vida – encerraram mais cedo o expediente. No congresso, o senador Érico Coelho (1849-1922) logo apresentou um “voto de pesar pelo falecimento de um dos nossos compatriotas, estimável por suas qualidades morais e intelectuais – mestre das letras brasileiras”. Ainda na tribuna, o senador complementou: “refiro-me a Machado de Assis, cuja bela alma de poeta acaba de transpor para o páramo da imortalidade”.⁵

O falecimento foi anunciado oficialmente ao Ministro da Justiça, Tavares de Lyra (1906-1909), pelo médico e acadêmico Graça Aranha (1868-1931). Ciente do acontecimento, o Ministro se dirigiu “ao palácio do governo, onde conferenciou com o Sr. Presidente da República, a quem propôs fosse, como homenagem ao ilustre extinto, efetuado o seu enterramento a expensas do governo”.⁶ Aceita a proposta pelo presidente Afonso Pena, Tavares de Lyra, em sequência, encarregou “o seu oficial de gabinete, dr. Moreira Guimarães”, de se dirigir à residência do ilustre morto para “apresentar pêsames e comunicar as resoluções do governo”,⁷ segundo as quais o “enterramento [deveria ser] de primeira classe e cercado de toda a pompa”.⁸

A atitude do governo de arcar com os custos dos funerais foi bastante elogiada na imprensa e na própria ABL. Na primeira sessão após o falecimento de Machado de Assis, presidida por Euclides da Cunha (1866-1909), por estar ausente o secretário-geral, Joaquim Nabuco (1849-1910) – que servia como embaixador em Washington –, o presidente em exercício comunicou “o falecimento do eminente presidente da Academia e mestre da literatura pátria”. Além disso, “aproveit[ou] a ocasião para, em nome da corporação que tinha a honra de presidir naquele momento, agradecer aos Srs. Presidente da República, Ministro do Interior e ao governo em geral, as homenagens prestadas à memória do grande brasileiro”.⁹

Sousa Bandeira (1865-1917), por seu turno, comentou que o governo teria se posto à frente do “sentimento nacional” ao decretar “homenagens extraordinárias”.¹⁰ Graça Aranha chega a dizer, nesse sentido, que “pela primeira vez um simples homem de letras foi enterrado neste país

⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁰ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

como um herói”.¹¹ Já Arthur Azevedo (1855-1908) indica que, “anos atrás, o enterro de Machado de Assis seria um enterro como outro qualquer, e não o de anteontem, que tomou as proporções de uma enorme procissão cívica”.¹² Na apreciação de alguns comentadores, portanto, a morte de Machado, e acima de tudo a presença do Estado nos seus funerais, serviu para inaugurar, ou mais precisamente consolidar, uma nova forma de articulação entre as figuras do mundo letrado e os homens ilustres da nação. Como explica Douglas Attila Marcelino,

Até o momento da morte de Machado de Assis, quando já havia uma reconfiguração simbólica que tornava mais estabelecido o ideário republicano, não encontraríamos um uso tão significativo desses tipos de ritos e mecanismo de distinção social para conferir um lugar específico na história nacional a uma figura que não fosse também reconhecida por uma atração mais evidente na esfera política.¹³

Embora já existisse, como vimos, um considerável investimento cívico em funerais como os de Carlos Gomes (1836-1896), é justamente com Machado de Assis que se consolida o “mecanismo de distinção social” direcionado a personagens não diretamente vinculadas às esferas do poder. Como diria Sousa Bandeira, Machado de Assis era um “caso único no nosso meio”, tendo em vista que, somente pelo prestígio de sua arte, [teria ele conseguido] um lugar saliente entre os grandes vultos da nossa pátria”.¹⁴ É esta também a opinião de Carlos de Laet, que aplaudiu “as honras excepcionais [feitas pelo governo] a um homem que nada foi na política e que não deixa filhos nem parentes poderosos”.¹⁵ Desse modo, a alocação de Machado de Assis no panteão pátrio, ou seja, a sua identificação como elemento notável na “história nacional”, resultava não apenas em reconhecimento próprio, mas também reverberava em “toda a intelectualidade literária e artística”,¹⁶ sinalizando, conseqüentemente, o estabelecimento de um ideário republicano em termos relativamente mais democráticos.

Arthur Azevedo, por exemplo, vislumbrando o impacto que o reconhecimento de Machado de Assis poderia provocar no mundo intelectual, sugere algo nessa direção, ao afirmar que todos os literatos deveriam “bendizer a memória de Machado de Assis por este serviço que ele

¹¹ ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. São Paulo : Monteiro Lobato & Editores, 1923, p. 91.

¹² Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹³ MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do império à república. TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 22, p. 260-282, 2016, p. 278.

¹⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁵ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁶ Artur Azevedo. Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

nos presta depois de morto, de convencer os poderes públicos de que também os escritores podem ser beneméritos da pátria”.¹⁷ Euclides da Cunha, também nesse sentido, apontou que Machado de Assis não apenas criou, a golpes de talento, a própria imortalidade, “senão também que, ao mesmo passo, contribuiu para se educar o meio capaz de a compreender e conservar”.¹⁸

A despeito de absolutamente louvar o “enterro de primeira classe” concedido a Machado de Assis, Azevedo dizia, porém, não ser suficiente a iniciativa, por mais notável e meritória; segundo ele, “é preciso que a renovação de costumes não aproveite somente aos mortos; é preciso que os seus benefícios se estendam também aos vivos; é preciso que a profissão das letras não seja uma profissão acessória, e dê ao literato o direito de não morrer de fome”.¹⁹ Um cronista da *Gazeta de Notícias* percebe o mesmo descaso em relação aos escritores; contrariado, ele afirma que “a pátria aqui não é ingrata. É indiferente. Um homem como Machado de Assis passa a sua vida a trabalhar, publica cinquenta volumes, obras imortais em qualquer literatura, eleva assim o nosso espírito, e apesar da sua modestíssima vida, morre pobre”.²⁰

Minguadas eram as possibilidades de sobreviver por meio da arte naquela sociedade, como minguado era movimento cívico em prol das figuras letradas. Havia apenas um “movimento à catástrofe”: “o governo e o público sentem o que se perdeu, e levam [Machado de Assis] ao cemitério com toda a pompa”.²¹ Todavia, esse movimento era ainda reativo e não necessariamente propositivo: não havia exatamente um “lugar de memória”, um esforço sistemático, talvez materializado em um Panteão Nacional, como o francês, onde os heróis cívicos poderiam ser objeto de louvor em função das suas contribuições à nação.

Por esse ângulo, mesmo insuficientes, os funerais machadianos parecem ser, de fato, os mais indicativos da forma “como personagens reconhecidas por atividades não diretamente identificadas com a política podiam, já naquela conjuntura, tornar-se sujeitos principais de rituais consagratórios com significativo investimento simbólico”.²² Além de arcar com os custos dos funerais, o presidente Afonso Pena (1847-1909), em nome do governo, ainda lamentou a morte do escritor telegrafando à Academia: “apresento a essa ilustre corporação os meus sinceros

¹⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁸ Domingo, 25 de outubro de 1908, *Diário de Pernambuco* (PE).

¹⁹ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

²⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²² MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, 2016, p. 278.

pêssames pelo falecimento do seu preclaro presidente, Machado de Assis, glória da literatura brasileira”.²³ Alguns jornais também registraram um outro ato, visualizado como uma forma simbólica de reverência: quando o cortejo fúnebre passou em frente ao Palácio do Catete, rumo ao cemitério S. João Batista, “o presidente da República chegou à janela, acompanhado de diversos membros de suas casas civil e militar, assistindo ao desfile”.²⁴

De todo modo, tal iniciativa, embora reconhecidamente justa, por tratar-se de um escritor da envergadura de Machado de Assis, não deixou de causar, para vários contemporâneos, senão surpresa. É o que sugere o *Correio da Manhã* ao constatar, em suas páginas, a “raridade de ver um governo” participar tão ativamente dos funerais de um “homem de letras”:

É da maior justiça aplaudir a atitude que acaba de ter o governo em relação às homenagens a Machado de Assis. Nesta terra, em que só os políticos merecem consideração dos poderes públicos, é um fato de grande vulto e da maior raridade ver [ilegível] um governo mandar embalsamar o corpo de um homem de letras, embora o maior de sua pátria, fazer-lhe os funerais à custa do estado e fazer-se representar em seu enterro.²⁵

Eventos póstumos com presença representativa do Estado não são, de forma alguma, uma especificidade dos funerais machadianos. Vários homens de letras, como José de Alencar (1829-1877), também mereceram este tipo de atenção. No caso de Machado de Assis, porém, o representante do presidente – que, ademais, ainda discursara na beira do túmulo – era um ministro do alto escalão. Esse tipo de vínculo e de engajamento explícito, apesar de não ser necessariamente constrangedor, também não era o usual. No Senado, por exemplo, onde rapidamente foi nomeada uma comissão para acompanhar o velório do e o enterro de Machado de Assis, a excepcionalidade do ilustre homem de letras foi uma das justificativas apresentadas para o seu reconhecimento por parte dos “poderes públicos”.

O Sr. Severino Vieira diz que é naturalmente avesso às demonstrações de pesar por parte dos poderes públicos a particulares. Mas, como alguém já disse, a verdadeira igualdade consiste em tratar desigualmente os indivíduos desiguais. Incontestavelmente, Machado de Assis foi uma organização excepcional, que dirigiu, como príncipe, os destinos das letras brasileiras.²⁶

Machado, embora aproxime-se das instâncias de poder, não encontra nelas um lugar especificamente seu. O reconhecimento da sua figura prima por ser apenas (ou sobretudo)

²³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁴ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

²⁵ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

²⁶ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

literário.²⁷ No entanto, malgrado a personalidade retraída de Machado, especialmente em seus últimos anos, dimensão potencializada pela doença que já o consumia, vários amigos tentaram transformá-lo em uma espécie de “estadista da República, cidadão-escritor no nível do famoso estadista do Império, biografado pelo confrade Joaquim Nabuco”.²⁸ Nesse sentido, Machado era sempre convidado, por personalidades como Barão do Rio Branco (1845-1912), para eventos oficiais e banquetes comemorativos. Segundo Silviano Santiago, em seu romance de dicção ensaísta e biográfica, “Machado aceita[ra] de bom grado a faixa simbólica e, como é de seu feitio, veste-a e a ajusta à casaca negra, cumprindo as tarefas com a mesma atenção, diligência e responsabilidade que dispensa ao trabalho burocrático e aos escritos literários”.²⁹

A relação entre as esferas do poder e as instâncias de legitimação baseadas na lógica do prestígio – prestígio que se constituía a partir do chamamos anteriormente de “conspiração da amizade”, em que associar-se ao nome da figura ilustre implica forma sutil de fazer reverberar em si a luz do outro – são estreitas, mas não inexistentes. O *Correio Paulista*, por exemplo, ao apresentar o perfil de Miguel Calmon (1879-1935), então Ministro dos Transportes, deixa antever o apreço que este devotava a Machado, insistindo ainda no lugar central que o Ministro teria ocupado no processo de valorização da cultura e das artes pelo governo Afonso Pena:

De vez em quando, porém, apesar dessa constante tensão espiritual, [é este] o Calmon que nós vemos sorrindo nos banquetes, ou ao lado do Presidente da República nas festas oficiais, conversando alegremente, ou nos seus próprios aposentos ou na casa de Carlos Peixoto. E podeis procurar o político. Lá está apenas o moço dotado de um espírito cintilante, conversando de literatura e arte, lá está o escritor que tinha na sua estante, ao lado de obras de engenharia e de matemática, os clássicos portugueses. A sua atenção pelas coisas do espírito, o seu respeito pelos cultores da arte, fizeram-no ser, simplesmente, como qualquer amigo, um dos assistentes da agonia de Machado de Assis, e é curioso acentuar, que neste país, onde há vinte anos se clama pela proteção oficial às belas artes, só com Calmon, durante a Exposição, o Teatro e a Música, se revelassem sob o bafejo do governo.³⁰

A relação entre Miguel Calmon e Machado de Assis era, de fato, marcada por uma admiração que beirava o maneirismo. Raimundo Magalhães Júnior conta que na posse de Miguel Calmon como ministro da Viação e Obras Públicas, em 1906, o político fizera um “discurso com alusões encomiásticas ao funcionário Machado de Assis”, destacando ainda o escritor como a

²⁷ Cf. Parte II, cap. 2. Língua, estilo e nação.

²⁸ SANTIAGO, S.. Machado. São Paulo: Companhia das Letras (versão e-book), 2016, p. 284.

²⁹ *Idem*, p. 284.

³⁰ Quinta-feira, 15 de outubro de 1908, *Correio Paulista* (SP).

“figura mais alta das nossas letras”. No entanto, segundo Afrânio Peixoto, Machado de Assis “teria achado excessivos ou inoportunos os elogios do ministro e teria mesmo chegado a perguntar se Miguel Calmon não era dado a ironias”.³¹ De acordo com Magalhães Júnior, “o ministro não fazia ironias. Estava sendo sincero. E deu repetidas provas de sua grande confiança em Machado de Assis”, aconselhando-se com ele sempre sobre assuntos importantes da secretaria.³² Além do mais, como destaca o *Correio Paulista*, Calmon foi “um dos assistentes da agonia de Machado de Assis”, sendo uma figura central nos funerais. Nesse sentido, conquanto Machado de Assis não estivesse diretamente vinculado à política partidária e ideológica (mas sim indiretamente, representando a Academia Brasileira de Letras em eventos promovidos pela própria instituição ou pelo estado brasileiro), muitos dos seus amigos e apreciadores certamente estavam; coisa que, muito provavelmente, ajudou no engajamento do Estado em seus funerais.

No templo machadiano

João Filipe Gonçalves destaca que os velórios dos “grandes homens” consagrados na Primeira República eram “objeto de cuidadosas escolhas simbólicas por parte dos celebrantes”.³³ No caso de Machado de Assis, o lugar escolhido foi a Academia Brasileira de Letras (ABL), coisa que não surpreende, posto que tratava-se do primeiro presidente da instituição e, ainda, pela notável identificação entre esse escritor e a ABL, conhecida até este tempo como “Casa de Machado de Assis”.³⁴ De todo modo, antes de ser levado para Secretaria da ABL, instalada no Silogeu Brasileiro, onde ficaria até o enterro, marcado para o dia seguinte, o corpo de Machado foi velado, ainda na sala de casa sobre a mesa, até às 18 horas do dia 29 de setembro, quando então foi colocado em um ataúde de 1º classe, listrado de ouro. Segundo o *Jornal do Commercio*,

A essa hora, as sras. Baroneza de Vasconcellos, d. Eufrozina Martins Ribeiro, viúva Heitor Cordeiro, Alice de Vasconcellos, Guiomar Smith de Vasconcellos, Lacidina de Vasconcellos e Fanyu de Araújo, que haviam estado à cabeceira do ilustre escritor, durante

³¹ MAGALHÃES JUNIOR, R. Machado de Assis, funcionário público. Rio de Janeiro: Editora Ministério de Viação e Obras - Serviço de Documentação, 2 ed. 1970, p. 88,

³² *Idem*, p. 89.

³³ “Rio Branco foi velado no Itamarati; Machado e Euclides na Academia Brasileira de Letras; Pinheiro Machado na sua casa do Morro da Graça e no Senado; Afonso Pena no Catete e Rodrigues Alves em seu palacete da rua Senador Vergueiro”. GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 149.

³⁴ Os restos mortais de Machado e de Carolina foram transferidos, em 1999, para o mausoléu da ABL, no cemitério de S. João Batista.

a enfermidade, quiseram prestar-lhe uma derradeira homenagem, conduzindo, por suas próprias mãos, o ataúde até o coche fúnebre.³⁵

Às 19 horas e 30 minutos, o corpo de Machado foi conduzido pelo coche fúnebre de Cosme Velho até o Silogeu Brasileiro, lá chegando por volta das 20 horas. Ali, o cadáver do grande literato brasileiro era aguardado por muitos homens de letras e outras pessoas, “sendo o caixão levado para o salão da secretaria da Academia Brasileira pelos srs. Arthur Azevedo, dr. José Veríssimo, dr. Graça Aranha, Luiz Honório, Frederico de Souza e dr. Paulo Tavares”.³⁶ No Silogeu, tudo estava preparado para receber o corpo do presidente: “os altos pilares brancos (...), que montam guarda à entrada principal do Silogeu, vestiram-se de um crepe muito negro logo que o precioso cadáver, como uma relíquia santa, passou a ser velado” no interior do prédio. Tanto o salão da entrada como o corredor que conduzia à sala das sessões, onde fora armada a câmara ardente, tinham também “longas faixas de crepe cruzando-se no alto e em rufos pendendo das paredes”.³⁷ Além disso, a banda da Polícia Militar Paulista³⁸ e a do Corpo de Bombeiros executaram,³⁹ montando guarda do lado de fora, marchas fúnebres, “cadenciada[s] e triste[s]”.⁴⁰

Por dentro, o edifício fora igualmente ornamentado para velar nobremente Machado de Assis. Todas as paredes da sala das sessões foram forradas com veludo negro, “desde o chão até o teto, de onde pendiam lágrimas de prata”.⁴¹ No fundo da sala, estava armado um altar de veludo negro com lágrimas de prata sobre o qual via-se um crucifixo de prata ladeado de seis castiçais, do mesmo metal. Em uma das paredes negras pendia um grande retrato de Machado de Assis, coberto de pesado crepe. No centro da câmara erguia-se uma imponente eça, igualmente envolta em um veludo negro, com luzes e emblemas católicos bordados a ouro, onde foi depositado o corpo de Machado de Assis. No caixão fúnebre, “o corpo do escritor desaparecia por completo debaixo de um [caudal] das mais raras e formosas flores. O rosto simpático, meigo e venerável que a morte empalidecera fortemente, achava-se oculto por um lenço de cambraia”.⁴²

³⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

³⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

³⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

³⁸ “O sr. Cândido Rodrigues, Secretário da Agricultura de Estado de São Paulo, querendo dar uma prova pública de sua admiração pelo grande escritor Machado de Assis, mandou que a banda de música da brigada policial do referido estado ficasse postada ontem, à tarde, em frente ao silogeu, para executar uma marcha fúnebre por ocasião da saída do enterro”. Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

³⁹ “O sr. Coronel Feliciano de Souza Aguiar, Comandante do Corpo de Bombeiros, foi ao Ministério da Justiça comunicar que comparecerá ao enterramento uma comissão de oficiais bem como a banda de música da referida corporação”. Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁴⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁴¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁴² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

Em torno da eça foram colocados seis grandes tocheiros dourados, que iluminavam a câmara ardente. Encostado na parede, fronteira à cabeça do morto, destacava-se um ramo de carvalho de Tasso, o mesmo que havia sido colhido em Roma a pedido do diplomata e acadêmico Joaquim Nabuco e enviado como presente a Machado de Assis.⁴³ À cabeceira do morto, se enfileiravam ainda todas as grinaldas, oferecidas por vários intelectuais e instituições brasileiras.⁴⁴ Para o *Jornal do Brasil*, “a câmara ardente era suntuosa, de uma magnificência sombria impressionante”.⁴⁵ Durante todo o dia entraram e saíram muitas pessoas do Silogeu, dentre elas estavam “representantes de todas as classes sociais, delegados do governo, autoridades civis e militares, magistrados e funcionários públicos, além de representantes de todas as faculdades, conduzido os respectivos estandartes”.⁴⁶

“Adeus a Machado de Assis”

Perto das 16 horas, já preparado o translado do corpo para o cemitério de S. João Batista, o acadêmico Rui Barbosa (1849-1923), “visivelmente comovido”,⁴⁷ proferiu um discurso, em nome da ABL, em homenagem a Machado de Assis. O senador, depois de afastar de si o impulso de apreciar as obras de Machado, que já entrava “na sagração dos incontestados”, indica que falaria apenas sobre o coração e sobre a alma do ilustre finado. Nesse sentido, Rui Barbosa destaca que não é “o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso” que seria louvado diante do carneiro perpétuo n. 1359, mas sim “o [Machado de Assis] que soube viver intensamente da arte, sem

⁴³ “O precioso ramo foi enviado de Londres pelo sr. dr. Joaquim Nabuco ao sr. dr. Graça Aranha, acompanhado desta carta: ‘Meu caro amigo, O que vai nessa caixa é um ramo de carvalho de Tasso, que lhe mando para oferecer ao Machado de Assis do modo que lhe parecer mais simbólico. O melhor é talvez que a Academia lhe ofereça, mas quando e como são problemas para o Sr. mesmo resolver. As palavras, porém, com que ele for oferecido devem ser suas. Ninguém sabe dizer-lhe tão bem como o Sr. o que ele gosta de ouvir, e de ninguém, estou certo, ele consideraria a vassalagem tão honrosa para o seu nome. Devemos tratá-lo com o carinho e a veneração com que no Oriente tratam as caravanas a palmeira às vezes solitárias do oásis. Muitas recomendações afetuosas do seu muito dedicado amigo, Joaquim Nabuco’”. Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁴⁴ “À cabeceira do ilustre morto, descansava sobre um tripé, a mais rica grinalda oferecida a Machado de Assis, com essa inscrição sobre as fitas de um laço negro: ‘Ao seu presidente: A Academia Brasileira’. Ladeando estava a coroa, mandada colocar sobre o esquife pelo acadêmico Dr. Magalhães de Azeredo, que se acha em Roma, com esses dizeres: ‘Ao mestre imortal e amigo’. Cercando o esquife, estavam outras lindas e ricas grinaldas e palmas de flores naturais, com essa inscrições: Saudades da *Gazeta de Notícias*, Homenagem da *A notícia*, A Machado de Assis – o seu velho amigo e admirador Rio Branco, A Machado de Assis – Miguel Calmon du Pin e Almeida, A Machado de Assis – Homenagem a livraria Garnier, Homenagem de Severino Vieira, Homenagem dos alunos do 1 ano do Externato do Ginásio Nacional, Homenagem de Os telégrafos, Homenagem da diretoria da E. F. Goyaz, Homenagem de João Kopker, Homenagem de Maria Lima Barbosa, Homenagem de Julia e Filinto de Almeida, Homenagem do Liceu Literário Português, Homenagem dos colegas da secretaria da viação, Homenagem do Internato do Ginásio Nacional, Homenagem da Companhia Dramática Brasileira do Teatro da Exposição, Homenagem da *Tribuna*”, entre outras. Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁵ Quinta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁴⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

⁴⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

deixar de ser bom”, o que “modelo foi de pureza e correção, temperança e doçura”.⁴⁸ O discurso seguiu, em tom pomposo e laudatório, sendo ouvido em profundo silêncio pelos presentes.⁴⁹ Interessante notar que, invertendo o polo convencional da consagração machadiana, que orbitava, como temos insistido, em torno do “clássico da língua”, Rui Barbosa tenha preferido destacar o homem que fora bom, a despeito da vida difícil.

De modo geral, segundo Douglas Attila Marcelino, a tônica do discurso recaiu não apenas no “talento e imenso esforço de dedicação à pátria”, mas sobretudo nos “nobres ideias e bons sentimentos” cultivados por Machado de Assis.⁵⁰ Como vimos anteriormente nos necrológios e nos vários discursos produzidos pelos pares de Machado, há um esforço de humanização, de relançamentos de certas virtudes – como a bondade, a sensibilidade, o senso de justiça, a generosidade, a temperança etc. –, que se associam ao “trabalhador exemplar” e ao “artista genial” para criar matizes entre o homem comum – e seu corpo enfermo e sofrido – e o homem sobressalente – “chefe incontestado da literatura nacional”.⁵¹ Ressaltava-se ali, portanto, “a suposta humanidade do morto célebre”, e não um qualquer aspecto transcendental (como perceptível em outros funerais cívico do período).⁵² Destacava-se a faceta exemplar desse homem “que, aos setenta anos, à beira da sepultura, ainda tinha no espírito criador e sublime, apenas amargurado pelas misérias da vida, uma exuberante primeira de lirismo”.⁵³

Embora ocupando lugar destacado no campo literário, Machado era exaltado como “o mestre condescendente, sem orgulho, que se fazia pequeno para não magoar a pequenez do discípulo”.⁵⁴ Conforme insiste a *Gazeta de Notícias*, em artigo publicado no dia 29 de setembro, não era o momento de falar da morte de Machado: “é a figura do homem que surge-nos na mente, impossibilitando-nos de reunir nas linhas de pesar a impressão da sua obra imorredoura”.⁵⁵ No dia seguinte, o jornal publica uma “nota íntima” atestando a grande virtude do recém findado: “uma das particularidades notadas pelos amigos que conviviam com o Machado de Assis era a sua excessiva delicadeza d’alma aliada à indizível bondade de seu coração”.⁵⁶

⁴⁸ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁰ MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, 2016, p. 274.

⁵¹ Essas questões são discutidas no capítulo 2, da parte II: Um olhar necrológico.

⁵² MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, 2016, p. 274.

⁵³ Olavo Bilac. Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁵⁴ Mário Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁵⁵ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Há aqui, portanto, um esforço em aproximá-lo da vida, uma tentativa de romper, pela *retórica da purificação*, com a postura pública de absenteísta e pessimista, muito facilmente atribuída ao autor de *Dom Casmurro*. É um Machado de Assis humano, demasiado humano. Coisa diversa, contudo, ocorreu nos funerais de outras figuras ilustres. João Filipe Gonçalves, ao analisar os funerais de Rui Barbosa, insiste, por exemplo, que para os comentadores dos funerais do sucessor de Machado de Assis como presidente da ABL, a “manifestação corporal, perecível, de Rui poderia ser incongruente com sua sacralidade, a eternidade do seu valor”.⁵⁷ Nessa perspectiva, “o que se salientava [nos textos póstumos sobre Rui Barbosa] não era a humanidade do morto, sua matéria-prima comum aos outros (que a morte biológica poderia pôr em evidência, poder-se-ia pensar), mas sua supra humanidade”.⁵⁸ “O discurso sobre o morto era”, nessa lógica, “menos para separá-lo da vida do que para separá-lo da humanidade normal”.⁵⁹

O préstito triunfal

Depois do discurso, já perto das 17 horas, foram retiradas da câmara todas as *corbeille* de flores; logo em seguida, foi também retirado de sobre a eça o ataúde que guardava “o corpo do pranteado presidente da Academia de Letras”. O ataúde foi carregado até a carreta do Arsenal de Guerra pelos “srs. Ruy Barbosa, Raymundo Corrêa, Olavo Bilac, Coelho Netto, Euclides Cunha, Conde de Affonso Celso, Graça Aranha e Rodrigo Octavio”.⁶⁰ No lado de fora do Silogeu esperava, para acompanhar o traslado, uma “imensa multidão, que se apinhava descoberta enchendo toda a praça fronteira ao edifício”.⁶¹ Colocado o esquife sobre a carreta, muitas fotos foram batidas, algumas das quais publicadas na *Gazeta de Notícias*. Aproximando-se do veículo, vários estudantes tomaram os cabos para pô-lo em movimento, rumo ao cemitério de S. João Batista, no Botafogo.⁶² Para Olavo Bilac, seriam justamente esses “moços” que deveriam honrar a

⁵⁷ GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa. *op.cit.*, 2000, p. 136.

⁵⁸ *Idem*, p. 154.

⁵⁹ *Idem*, 2000, p. 154.

⁶⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁶¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁶² Segundo o *Correio da Manhã*, puxaram a carreta os “srs. Carlos Jose Verissimo, Osório Dutra, Dario Gomes, Aquilino Coutinho, Péricles Velloso, João Mello, Barreto Filho, José Colaço, Antônio Cesar, Justino de Freitas, Claudio Ramos, Arualdo Cavalcanti de Albuquerque, Álvaro da Silveira Gusmão, João Batista de Almeida, Nominato Duque, Waldemar Dutra, Americo Pereira da Silva Pinto, Arthur Garcia de Paiva, Carlos Balthasar da Silveira, Edmundo Martins Câmara, Oscar Silva Araújo, Jayme Peixoto, Francisco Caetano de Jesus, José Botafogo, Jose da Silva Santos, Torquato Junior, Valfrido Martins, Flávio de Aguiar, Antenor Mafra, Rodolfo Macedo, Aristides Mello, Evaristo de Oliveira e Miguel Quadros. Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

memória de Machado de Assis, fazendo com que o “funeral do admirável escritor [fosse] a apoteose da inteligência do Brasil”:

Apelo daqui para o patriotismo e para o entusiasmo dos moços. Que todas as bandeiras das Academias e das faculdades acompanhem este féretro à cova pairando sobre ele e abençoando-o! É preciso que a mocidade se encarregue da glorificação deste velho trabalhador (...).⁶³

Atrás dos estudantes formou-se, então, o préstito, que organizou-se de forma hierarquizada: na frente, estavam as bandas de música, acompanhada por inspetores municipais e guardas civis, provavelmente abrindo caminho até o cemitério; em seguida vinha a carreta do arsenal, conduzindo o corpo de Machado de Assis; logo atrás estavam os membros da ABL, representantes das altas autoridades, comissões institucionais representando os poderes (como Senado e Câmara etc.), representantes de instituições literárias e científicas, representantes das Faculdades e dos Centros Acadêmicos, com seus respectivos estandartes; atrás destes vinha o carro fúnebre de 1º classe, “estilo Luiz XV, coberto de crepe e tirado por quatro cavalos negros de raça ‘landau’, conduzindo as coroas”. Na retaguarda de todas as autoridades, o préstito foi acompanhado ainda por vários “amigos, colegas e admiradores do malogrado homem de letras, [e por uma] multidão constituída pelo que há de mais notável na magistratura, na advocacia, no magistério, nas ciências e letras, no jornalismo, etc.”⁶⁴ Àquela altura, o cortejo fúnebre transformara-se “em extenso préstito triunfal, que lá ia conduzindo à imortalidade um brasileiro digno das maiores homenagens, pois que ele foi grande, puro e glorioso”.⁶⁵

O cortejo que levou o corpo de Machado de Assis ao cemitério foi, nesse sentido, bastante apreciado nos periódicos do tempo. Para Olavo Bilac, “o féretro do Mestre amado foi para o cemitério arrastado numa onda de amor, oscilando sobre o vasto coração palpitante do Rio de Janeiro”.⁶⁶ Já de acordo com o jornal *O Paiz*, figurava no préstito a nação inteira, desde “os representantes dos mais altos poderes públicos até a grande massa anônima do povo”. Ainda para este jornal, o povo, mesmo imerso na sua “obscuridade”, soube “compreender a perda irreparável que sofreu com o declínio completo, absoluto, do grande espírito que por tanto tempo, por mais de quarenta anos, lustrou as letras pátrias”; por isso mesmo, “todo o longo percurso foi”, conforme

⁶³ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁶⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁶⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁶ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

o periódico, “como que uma sincera apoteose ao valor formidável do morto que passava, carregado pelo luto dos seus contemporâneos”.⁶⁷

O *Jornal do Brasil*, queimando o mesmo incenso, escreve que há muito tempo o público da cidade não “testemunhava a passagem de um cortejo fúnebre como o de ontem, quer pela sua magnificência, quer pelo avultado número de pessoas que a ele concorrem representando todas as esferas da sociedade carioca”.⁶⁸ Enquanto isso, para a *Gazeta de Notícias*, “nessa imensa apoteose, nessa sublime glorificação à memória do nosso mais glorioso homem de letras, havia mais do que o pesar das letras pátria, havia mais do que as lágrimas dos seus estremecidos amigos: era o verdadeiro luto nacional”.⁶⁹ Ainda segundo esse jornal, “era enorme, incalculável o número de pessoas que acompanhavam o saudoso mestre à sua última morada”:

A presença das mais altas autoridades da nação, dos membros do congresso nacional, de acadêmico e de alunos de todas as nossas faculdades e colégios, de magistrados, de homens de letras, de diplomatas, de ricos e de pobres, de homens da alta sociedade e de pessoas do povo, aquela tocante cerimônia foram as mais eloquentes provas da estima inigualável, da adoração indiscutível de que, sem saber, gozava o preclaro autor das *Relíquias da Casa Velha*.⁷⁰

O povo chora o mestre. Que mestre?

Para Magalhães de Azeredo, em discurso na Sorbonne em 1909, embora o governo não “tivesse deixado de colaborar com todas as suas pompas civis e o maior luzimento militar”, o “particularmente comovente”, nos funerais machadianos, teria sido a “espontânea adesão” do povo, i.e., a “participação efetiva e pressurosa dos estudantes, dos professores, dos funcionários, dos negociantes, dos industriais, do que se chama, com razão, o mundo intelectual e bem assim do que alguns chamam, sem razão, o mundo não intelectual”.⁷¹ Todavia, ainda que vários jornais e figuras literárias sustentem a presença maciça do “povo” e dos “pobres” nos funerais de Machado de Assis, há interessantes divergências.

Para um cronista da *Gazeta de Notícias*, que assina seus textos como “Tic. Tac.”, por exemplo, “seria requintada hipocrisia afirmar que o povo se associou às manifestações de dor

⁶⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁸ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁶⁹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷¹ Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

causada” pelo desaparecimento de Machado de Assis.⁷² Para ilustrar essa perspectiva, o escritor conta um episódio, seguido de uma curiosa – embora absolutamente profícua – reflexão:

Quando passava o préstimo, um popular perguntou a outro: quem é o defunto?

- Eu sei lá! Naturalmente algum mineiro graúdo.

Esta simples frase, proferida talvez com a maior sinceridade e com a máxima convicção, é de sobra e de sobejo para explicar a psicologia popular. Enterro grande e solene, com estandartes, corporações, bandas de música e fardas, só de graúdos de Minas ou de qualquer outro Estado.⁷³

Bastante irônico, o cronista prossegue explicando a lógica da “psicologia popular” que estava por detrás da indiferença do povo em relação ao morto que passava. Para o povo, enterro grande era coisa de político ou de “graúdo de Minas”, que embasava a sua popularidade, mesmo a póstera, na riqueza acumulada. Segundo o escritor, “para ser popular não é preciso nem talento, nem gênio, nem estudo, nem trabalho, nem ilustração”. No entanto, no caso em vista, falhava a “psicologia popular”, posto que quem passava não era um graúdo, “era até um miúdo, e tão miúdo que o povo não o conhecia, apesar dele haver vivido do povo, do povo nunca se ter afastado e nunca querer ter sido outra coisa senão povo”.⁷⁴ Assim, a popularidade não dependia do talento lapidado em uma vida de labor, mas, às vezes, apenas de sorte:

Um general, que por um acaso da sorte e mesmo pela sua bravura pessoal, vence uma batalha, populariza-se desde logo e, se tem a fortuna de ser atravessado por uma bala disparada pelo princípio da autoridade, fica logo consagrado herói e ao seu enterro concorre em massa a multidão porque ele se sacrificou ou porque a bala o matou.⁷⁵

Por detrás desta ácida ironia, está a percepção de que, mesmo já encaminhada a República e suas transformações na forma de ritualizar o poder, “a pedagogia dos grandes homens ainda se chocava com a imortalização do ‘herói guerreiro’”.⁷⁶ O imaginário cívico tendia ainda, e consideravelmente, para o universo político-militar. Um soldado que, por mérito ou não, se ferisse ou morresse em combate logo era reconhecido como herói. Para os artistas, especialmente o das letras, que passavam a vida inteira lapidando o seu talento, a sorte era outra em se tratando de “popularidade” e consagração pública: o reino do artista era “mais limitado, como limitada [era] a influência do seu instrumento”.⁷⁷

⁷² Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷³ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁴ MARCELINO, D. A. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, 2016, p. 270.

⁷⁵ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁶ MARCELINO, D. A. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, 2016, p. 270.

⁷⁷ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Como sugere Douglas Attila Marcelino, embora transformações nas modalidades de reconhecimento cívico estivessem em curso durante a Primeira República, possibilitando a consagração de figuras “que, em planos diversos, como o das letras, teriam contribuído para a construção da nação”, a “discrepância entre os cerimoniais de consagração de chefes de estado e dos ‘grandes homens’ (...) era ainda muito significativa”.⁷⁸ O que fica evidente na percepção de uma maior reverberação dos funerais militares, como demonstrado na parte anterior, em que foram gastas mais páginas para estas figuras do que para os elementos provenientes do mundo artístico.⁷⁹ Nesse sentido, desconhecido por uma população majoritariamente analfabeta, em um país que não honrava seus escritores, mantendo-os quase na obscuridade, não seria, pois, estranhável, “é até justificável que na apoteose de Machado de Assis, a menor parte, a mínima parte, coubesse ao povo, que, entre nós, não passa de uma acumulação de anônimos”, assevera o cronista.⁸⁰ Lindolpho Xavier, nesse mesmo sentido, comenta que muitos não leram Machado de Assis, “muitos o conheceram só por ouvir falar. Mas mesmo assim, a corrente de simpatia em torno do seu nome é tão grande, e dele se fala tanto bem, que mesmo não conhecendo a sua obra, é ele amado e admirado”. Nestas condições, insiste o amigo de secretaria, “creio que está grande parte do povo brasileiro, onde tão pouco se lê e onde tão pouco se fala da arte e do artista”.⁸¹ Assim, para Belmiro Braga, o “homem que tanto cresceu aos olhos da pátria”, não era chorado devidamente pelos seus contemporâneos, uma vez que ela, a pátria enlutada, “não sabe ainda o que perdeu”.⁸²

Tudo isso teria feito com que os populares atribuíssem o pomposo enterro não a um escritor, como era o caso, mas a um rico ou a outra qualquer autoridade, como era o costume. Dentro dessa lógica, a crônica é interessante por ainda permitir relativizar a comparência avassaladora do povo aos funerais machadianos, e em outros eventos desse porte. Como já destacaram outros autores, “a indicação de uma presença massiva de populares nas praças diante das manifestações oficiais constitui um *topos* retórico com longa permanência em materiais como os jornais”.⁸³ Desse modo, segundo “Tic. Tac.”, a apoteose de Machado de Assis teria sido “um

⁷⁸ MARCELINO, D. A. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, 2016, p. 271.

⁷⁹ Cf. Parte III, cap. 3. O dobre de finados.

⁸⁰ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸¹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸² Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁸³ *Idem*, p. 273.

movimento de intelectuais”, em que “foram as letras oficiais e oficiosas que prestaram culto ao talento, ao caráter e ao trabalho” do escritor, e não necessariamente o “povo”.⁸⁴

Essa perspectiva coincide, em alguma medida, com o que vislumbra João Filipe Gonçalves a respeito dos funerais de Rui Barbosa. Para este autor, o cortejo que levou Rui ao cemitério “foi um desfile portentoso da elite para o povo”,⁸⁵ ou seja, um outro “movimento de intelectuais”, no qual a função do “povo” consistia, basicamente, em assistir e se encabular com a grandiosidade da manifestação de pesar pela morte do grande homem. A hierarquia do cortejo serviria, então, para reforçar as diferenças entre as várias camadas da população.⁸⁶ No entanto, o que chama atenção, a despeito do reforço da hierarquia e do caráter “elitista” presentes também nos funerais machadianos, é certa indiferença por parte de alguns elementos dessa entidade chamada “povo”: “Quem é o defunto? Eu sei lá!”. Mário Mattos, recuperando uma observação muito similar àquela adotada pelo cronista “Tic. Tac.”, conta que

Ao ver passar os funerais pelas avenidas da Capital, afirma João Ribeiro que a multidão desatinou com aquela pompa. Não sabia, não entendia. “À porta da Garnier, onde aparecem presumidamente pessoas que sabem ler, uma delas perguntou:

- Mas quem é esse Machado de Assis tão rico? Será o Assis das loterias?⁸⁷

Modesto de Abreu, comentando em 1939 os funerais machadianos, destaca que, por um lado, “grandes foram as homenagens que lhe prestaram os homens de letras e as instituições, o Governo e o povo, numa apoteose como nunca mereceu antes um puro homem de letras”; por outro, entretanto, enfatiza que “pouco importa o saber-se que, no seio desse mesmo povo que ele deleitara anos a fio (...), nem todos o pudessem identificar pelo nome ou pela obra, sendo mais fácil lembrar que no mesmo dia morrera o Assis das loterias”.⁸⁸ Para analista da recepção crítica e biográfica machadiana, a confusão contraditoriamente não implicava “o desconhecimento popular da sua obra, que foi, ao contrário, uma das de maior divulgação dentre as dos nossos”.⁸⁹

Seja como for, importa destacar que embora as fotografias do evento assegurem uma considerável participação popular, o comparecimento do “povo” não implica necessariamente

⁸⁴ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁵ GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa. *op.cit.*, 2000, p. 138.

⁸⁶ *Idem*, p. 154.

⁸⁷ MATOS, M.. Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939, p. 96.

⁸⁸ ABREU, M.. Biógrafos e críticos de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939, p. 99.

⁸⁹ *Idem*, p. 99.

engajamento e comoção. Segundo Tic. Tac., o povo “não se associou e não tinha razão para se associar. Quando muito ele pôde haver tido a impressão geral de pesar que lhe causam todas as mortes”.⁹⁰ Acompanhando ainda esse raciocínio, ainda que os funerais se apresentem, efetivamente, como “anti-carnavais da morte”, reforçando hierarquias e distinções sociais, nada impede uma reapropriação crítica e irônica do evento. No final da crônica em análise, por exemplo, “Tic. Tac.” insinua que poucas pessoas mereceriam “o hino à ‘Bondade’ entoado em frase burilada pelo estro de Rui Barbosa”.⁹¹ Embora o cronista reconheça o “superior” lugar ocupado por figuras como Rui Barbosa e Machado de Assis, a ironia do texto deixa antever uma apreciação caricatural e um tanto debochada de alguns dos símbolos do evento (como o discurso a beira do túmulo, descrito como o discorrer de uma “frase burilada”). Essa ironia devolve, em alguma medida, o evento para uma perspectiva próxima da “carnavalização do poder”.

Na crônica, todavia, preserva-se intacta a imagem do morto, ao passo que se desloca o olhar irônico para figuras circunstanciais (Rui Barbosa, políticos, militares etc.) e, às vezes, até mesmo para a pomposidade do evento: “se o espírito sobreviver à matéria, o de Machado de Assis deve a esta hora rir-se do seu materialismo humano”. De qualquer forma, para o cronista, mais valia a frase burilada produzida pelo estro de um Rui Barbosa do que um pomposo enterro sem merecimento: “antes o culto das letras do que as homenagens das tretas”.⁹²

Nos jornais, não poucas vezes o “povo” aparece como quem, na sua “obscuridade”, portasse como incapaz de reconhecer os trabalhos intelectuais, o “culto das letras” (Oliveira Lima pensava – e admite ter-se enganado – que a glória de Machado de Assis “não brilhava para o vulgo”).⁹³ Sem saber quem é Machado de Assis ou entender o que diz Rui Barbosa, o “povo” aparece em bloco como unidade manipulada, mobilizada afetivamente em prol da consagração do ente destacado. A reação irônica ou repulsiva é a outra face da moeda: conhece-se o homem, compreende-se as palavras de louvor, mas não há identificação (quando muito, apenas um sutil e dissimulado reconhecimento). Entre as faces da moeda, porém, está o elo que as conecta. Esse elo

⁹⁰ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹¹ MARCELINO, D. A.. Rituais políticos e representações do passado. *op.cit.*, p. 270.

⁹² Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹³ Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

é político e afetivo (histórico e antropológico) e, assim, implica uma dose de reconhecimento e de imposição. Heróis como Machado de Assis respondem a conjunções políticas específicas, por um lado; por outro, tem que ver também com toda uma dimensão afetiva e existencial. O que alguns periódicos poderiam chamar “ignorância”, ou seja, louvor sem conhecimento de causa, alguns poderiam ver uma demanda afetiva por sujeitos cuja permanência indicasse a possibilidade e a necessidade, de cariz inconsciente, de romper com o transcurso do tempo. Além disso, entre usos e abusos, via-se o choro genuíno dos amigos e familiares, que perdiam ali uma instância de amor.

No caminho de S. João Batista

Lentamente o cortejo que levou o corpo de Machado para sua morada derradeira foi desfilando pelas ruas do Rio de Janeiro. “E triste, acabrunhada, a enorme massa de gente, moveu-se, então, percorrendo o seguinte itinerário: Avenida Beira Mar, largo da Glória, ruas do Catete e Marquez de Abrantes, praia de Botafogo ruas Voluntários da Pátria e S João Batista”.⁹⁴ Segundo o jornal *O Paiz*, “as ruas percorridas pelo préstito estavam apinhadas de povo, as janelas e sacadas repletas de famílias, que ali se conservavam curiosas e compungidas, para verem desfilar o enterro do grande mestre”. Conforme este periódico, “no silêncio respeitoso da multidão que, constricta e enorme se estendia pelo caminho afora, nos semblantes cheios da mágoa e cheios de veneração, sentia-se a intensidade vibrante daquela imponente manifestação glorificadora”.⁹⁵

Na praça José de Alencar, onde brevemente parou o cortejo, “o acadêmico de direito Ary Fialho fez um ligeiro discurso, em nome do Clube Acadêmico”.⁹⁶ A referência ao escritor José de Alencar animou vários cronistas. Olavo Bilac, por exemplo, comentou: “quando o féretro parou um momento junto do monumento de José de Alencar, eu cuidei ver um sorriso apontar na face de bronze da estátua, adoçada na luz meiga da tarde que morria”.⁹⁷ Machado de Assis foi, certamente, uma das figuras que mais se empenhou no processo de consagração de Alencar. O “sorriso” do escritor cearense seria, então, uma espécie de retribuição, como se Alencar (imortalizado pela estátua) antecipasse o glorioso futuro de Machado de Assis: “e parece-me”,

⁹⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹⁶ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹⁷ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

completa o escritor amigo, “que Alencar estava dizendo a Machado de Assis, com ligeira alteração, o que Machado de Assis carioca disse um dia a Alencar cearense”:

Hão de anos volver, não como as neves
De alheios climas, de geladas cores;
Hão de os anos volver, mas como as flores,
Sobre o teu nome, vívidos e leves.

Tu, cearense musa, que os amores
Meigos e tristes, rústicos e breves,
Da indiana escreveste, ora os escreves
No volume dos pátrios esplendores.

E ao tornar este sol, que te há levado,
Já não acha a tristeza. Extinto é o dia
Da nossa dor, do nosso amargo espanto.

Porque o tempo implacável e pausado,
Que o homem consumiu na terra fria,
Não consumiu o engenho, a flor, o encanto.⁹⁸

“Nem todos os cemitérios são iguais”

Pouco antes das 19 horas, “precedido de compacta multidão”, chegava o préstito no cemitério S. João Batista. No já referido discurso proferido na Câmara dos Deputados, Alcindo Guanabara lembra, a partir do conto “O Velho Senado”, qual seria a opinião de Machado de Assis sobre a morte e os “lugares santos”: morto o longo porteiro daquela instituição, Machado disse não importar qual cemitério seria enterrado o homem, porque “todos os cemitérios se parecem!”. Contudo, não deveria se parecer com os outros aquele cemitério que contivesse os restos mortais de Machado de Assis, afirma Guanabara:

Empenhemo-nos, senhores, por desmentir esta asserção, no que lhe respeita! Empenhemo-nos para que o cemitério em que se vão recolher os restos mortais de Machado de Assis não se pareça com nenhum outro, concentrando-se nele o pensamento brasileiro para render a homenagem de sua veneração à mais alta expressão que ele teve nesta terra! Empenhemo-nos para que o Brasil ateste nesta solene homenagem a sua própria glória, o próprio desvanecimento de constituir um meio capaz de permitir a eclosão de um espírito, superior sob tantas faces, como o de Machado de Assis.⁹⁹

No cemitério, inúmeras pessoas aguardavam a chegada do féretro. Entre os que esperavam ali, estavam Miguel Calmon, Ministro da Viação, e Tavares de Lyra, Ministro da Justiça, “que

⁹⁸ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹⁹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Correio Paulista* (MG).

pegaram nas cordas da carreta até junto ao túmulo”.¹⁰⁰ Segundo o *Correio da Manhã*, “o cemitério ficou ricamente povoado de gente naquele recinto de sepulturas vizinhas ao carneiro onde se deu a inumação”.¹⁰¹ Acomodadas todas as figuras eminentes, o Ministro da Justiça, em nome do governo, pronunciou um breve discurso, que o jornal *O Paiz* assim anotou:

Cumpro neste momento um triste e doloroso dever, afirmando, em nome do governo, os sentimentos de pesar que enlutam a alma da nação, pelo desaparecimento de Machado de Assis. Ele foi o mestre querido e respeitado de nossa literatura; mas foi também um patriota, cidadão benemérito, cuja maior ambição consistiu sempre em enriquecer e opulentar o inestimável patrimônio da nossa cultura moral e intelectual. Mandando fazer seus funerais, o governo cumpriu seu dever. Resta, entretanto, a todos nós, que admiramos a sua obra fecunda, a todos nós que conhecemos a influência decisiva que exerce e exercerá ainda por muito tempo nas letras pátrias, perpetuar em momento duradouro sua inesquecível memória. Saibamos honrar essa memória. Para honra do valor de Machado de Assis, não bastam lágrimas de saudade, é preciso a glorificação, para exemplo e ensinamento das gerações por vir.¹⁰²

Segundo o *Correio da Manhã*, era “a primeira vez que um ministro no Brasil proced[ia] de tal modo”.¹⁰³ Arthur Azevedo, nesse mesmo sentido, comenta que “nenhum outro escritor brasileiro – prosador ou poeta – recebeu, morrendo, as honras excepcionais que se fizeram ao autor das *Memórias Póstumas*”. Ninguém teria recebido, à beira da sepultura, “o adeus da pátria, soluçado pela voz de um Ministro de Estado; nenhum outro foi tão recomendado ao carinho e à admiração da posteridade”.¹⁰⁴ O aspecto central do discurso do ministro é, sem dúvida alguma, o reconhecimento de Machado como “um patriota, um cidadão benemérito”. Esse reconhecimento, até então não convencional para escritores, como aponta Arthur Azevedo, acontecia justamente em função das contribuições machadianas ao patrimônio moral e intelectual da nação. Neste momento, portanto, o culto às letras era reconhecido como uma modalidade legítima de engrandecimento da pátria. Em relação a um autor que havia contribuído, por meio de um culto sistemático do vernáculo,¹⁰⁵ para com o desenvolvimento da “civilização como um empreendimento moral ou técnico”,¹⁰⁶ o governo cumpria apenas o seu dever ao louvá-lo. Machado de Assis tornava-se, assim, um símbolo, servindo como exemplo e ensinamento para as “gerações por vir”. Depois do ministro, discursaram ainda o acadêmico Américo Baracho, a

¹⁰⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

¹⁰² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰³ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

¹⁰⁴ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰⁵ Cf. Parte II, cap. 3. O cultor do vernáculo.

¹⁰⁶ GONÇALVES, J. F.. Enterrando Rui Barbosa. *op.cit.*, p. 157.

poetisa Júlia Lopes Cezar e Joaquim Ribeiro de Paiva, representante do *O Pharol*, de Juiz de Fora. Lançada a pé de cal sobre o caixão, tributada a derradeira homenagem, retiraram-se pouco a pouco os amigos, colegas e admiradores de Machado de Assis e o cemitério cerrou seus portões quase às oito horas da noite. Para o *Correio da Manhã*,

Machado de Assis dormia, finalmente, no seio carinhoso da terra pátria, o seu derradeiro sono. Machado de Assis, de corpo e de alma, o Machado de Assis que escreveu *Iaiá Garcia*, *Esau e Jacó*, esse, não dormiu, nem dormirá jamais: porque seu vulto luminoso e estranho fulgura, num soberbo realce, com uma vida e um brilho eternos no panteão da intelectualidade nacional.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

UM SONHO DE TRISTEZAS

Toda a dor desaparece com o tempo, por mais profunda que seja,
cedo os pesares deixam de manchar o estofo cambiante da existência.
Nem custa a desembaraçar a alma das recordações,
que ligam ainda os vivos aos mortos.
Assim, vai o mundo! Ontem, dor que parecia ser eterna
— sim, eterna como a aurora;
hoje, esquecimento total das criaturas extintas
e cuja presença, além disso, seria importuna!
E, realmente, os mortos são bem maçantes personagens
em exigir uma memória sua sobre a terra. Para quê?

Machado de Assis, *Bagatela*

Os funerais de Machado de Assis reverberaram consideravelmente na imprensa. Como diria Augusto Meyer, “todas as folhas apresenta[ra]m o enterro sob as cores da consagração. São dez dias bem contados de incenso que arde aos pés do mesmo ídolo”.¹ Os periódicos destacaram, sobretudo, o aspecto consagrador e a imponência do evento, que teria contado com a presença de uma comovida e significativa parcela da população carioca. Para o *País*, “o enterro de Machado de Assis teve a imponência de uma grandiosa consagração cívica”, transformando-se, então, em um “extenso préstito triunfal, que lá ia conduzindo à imortalidade um brasileiro digno das maiores homenagens, pois que ele foi grande, puro e glorioso”.² Para o amigo Mário de Alencar, nesse mesmo sentido, o enterro teria sido “uma glorificação”,³ enquanto que para o acadêmico Euclides da Cunha, os funerais de Machado de Assis foram “uma resplandecente apoteose”,

[e] revelou, de golpe, que não foram perdidos os seus quarenta anos de vida literária – porque nas manifestações que a rodearam, e foram as maiores que ainda fizeram neste país, a um escritor – se observou pela primeira vez entre nós, abalando todas as camadas sociais, o prestígio da magistratura superior do pensamento.⁴

Todo este movimento em torno da morte de Machado de Assis acabou, ainda, por provocar reflexões sobre a forma com que o Brasil e os brasileiros lidavam com a memória dos seus grandes heróis e suas personalidades notáveis. A *Gazeta de Notícias* do dia 2 de outubro, por exemplo, apresenta um texto nomeado “A ideia de um Pantheon”. A coluna foi colocada

¹ MEYER, A. Machado de Assis, 1935-1958. Apresentação Alberto da Costa e Silva. 4ª ed. - Rio de Janeiro : José Olympio, ABL, 2008, p. 145.

² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

³ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁴ Em carta a Regueira Costa. Domingo, 25 de outubro de 1908, *Diário de Pernambuco (PE)*.

estrategicamente na parte superior esquerda do jornal para ser primeiro apreciada e, assim, orientar, em alguma medida, a leitura posterior da longa reportagem que seguia, cujo conteúdo versava sobre o enterro de Machado de Assis. O colunista começa dizendo que “durante a transladação dos restos mortais de Machado de Assis para o cemitério de São João Baptista, houve quem se lembrasse de que nós já deveríamos ter um Panteão”. A ideia, que para alguns poderia parecer “um delírio do exagero”, tinha, todavia, sua razão de ser, já que a pátria não poderia ser “ingrata” nem “indiferente” para com os seus homens ilustres, sendo necessário, portanto, a construção de um lugar “para guardar os restos mortais dos grandes poetas, dos grandes generais, dos homens verdadeiramente eminentes”.⁵

Embora os funerais tenham agradado pela pomposidade, “não seria muito mais nobre um Pantheon” – pergunta o colunista –, “ter em um templo reunidos os despojos derradeiros dos que foram grandes na vida, prestando-lhes essa homenagem grandiosa?”. Evidenciando o processo de transformações nas formas de ritualizar o poder, o colunista insiste em um espaço cívico partilhado por poetas e generais, i.e., por todos os homens “verdadeiramente eminentes”. Esse espaço era deveras necessário, uma vez que as outras expressões de reconhecimento cívico, como as estátuas, por mais necessárias e louváveis que fossem, não seriam suficientes, visto que, nessas homenagens, “a grande maioria [do povo] não associa sempre o sentimento de respeito que devido é aos mortos ilustres”. Era preciso, efetivamente, um *lugar de memória* que se apresentasse como tal – exemplar, educativo, grandioso e imponente –, onde “não se entraria senão como se entra no passado de toda uma nacionalidade”.⁶ Sugestão parecida foi feita por Osório Duque-Estrada. Segundo ele, “não temos ainda, como a França, esse culto pelas memórias veneráveis. É tempo, porém, de pregar entre nós essa religião de civismo e de amor que tanto dignifica e consolada”. Assim, em relação à memória sagrada de Machado, deveria ser adotada no Brasil “a proposta de Dumas Filho feita à Academia Francesa por ocasião dos funerais de Victor Hugo: ‘que todo francês que soubesse ler e escrever trajava luto nos dias de aniversário da morte do grande poeta’”.⁷

Comentado a reportagem “A ideia de um Pantheon”, a escritora Júlia Lopes de Almeida escreve, em sua coluna no *O Paiz*, que a propósito do nome de Machado de Assis alguém havia

⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁶ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

sugerido que “se criasse aqui um Pantheon, [um] lugar de glorificação permanente para os restos mortais dos nossos homens ilustres”. No entanto, a autora de *A Falência* fez uma ressalva:

Mas então, consintam-me dizer, se criarem esse Pantheon, é rigorosamente preciso que antes de qualquer outro brasileiro morto, digno dessa grandiosa homenagem, venha de S. Vicente de Fora o corpo embalsamado de D. Pedro II, que espera no seu [sarcófago], em terras de exílio, essa consagração patriótica a que tem direito sobre todos os mais, por muito notáveis que sejam. Venham os seus restos; venham os da santa velhinha que foi a sua companheira; e só depois de agasalhadas no Pantheon essas relíquias sagradas, abram-se então largamente as suas portas aos nossos homens gloriosos por qualquer título, que não devam acabar com a morte, como os anônimos que passam e somem-se no corredor da vida.⁸

Não era a primeira vez que se reivindicava a volta dos restos mortais do antigo imperador. Dois anos antes, em 1906, o senador Coelho Lisboa propôs o retorno dos despojos reais. Além do translado, o projeto demandava “a construção de um panteão, algo que qualquer nação necessitava, justifica o senador, ‘para se apresentar ao mundo como povo civilizado’, no qual seriam recolhidos os restos mortais dos ‘brasileiros ilustres’”.⁹ Foi também sob o signo da monarquia que Paulo Ferreira Meneses Palmiro, em 1823, apresentando-se como “homem do povo”, ofereceu a d. Pedro I o projeto da Cidade Pedralia, “uma nova capital a ser criada no interior do Brasil, como desejava José Bonifácio: em sua praça monumental edificar-se-ia o palácio imperial”.¹⁰ No seu interior deste monumento, estariam as

estátuas dos heróis brasileiros que se fizeram famosos pelas virtudes, ciências e armas; e também pelas artes, e os que descobrirem novos ramos de comércio, e capitalistas que edificarem palácio na nova Corte.¹¹

A despeito das propostas, e de algum esforço nesse sentido, fato é que nunca um empreendimento dessas proporções foi construído no Brasil. Como destaca o colunista, a ideia de um Panteão, “que [neste caso] surgiu no momento do desaparecimento do chefe da literatura contemporânea” era, não obstante, um “sonho de tristeza logo em fumo perdido”.¹² Tão logo surgiu como desapareceu o ímpeto de construir um lugar de memória. Em ampla medida, o mesmo pode ser aplicado à memória de Machado de Assis nas duas décadas seguintes. Em 1916, quando começam as conferências que constituirão o primeiro estudo biográfico mais sistemático

⁸ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹ FAGUNDES, L.. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prisma, 2017, p. 170.

¹⁰ ENDERS, A.. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 75.

¹¹ Apud. Vidal (2002:73). In. *Idem*, p. 75.

¹² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

sobre Machado de Assis, escrito por Alfredo Pujol, um jornal destaca, precisamente, que o jornalista paulista “fez um estudo completo dessa grande e tão injustamente esquecida figura das nossas letras”.¹³ Todavia, antes de cair em um relativo esquecimento, revertido sobretudo a partir dos anos 1930, Machado mereceu, em 1909, várias manifestações de apreço.

“Comemorando o primeiro aniversário da morte de Machado de Assis, o ilustre cultor das letras pátrias, cujo passamento enlutou a alma brasileira”,¹⁴ a Academia Brasileira de Letras organizou uma cerimônia para inaugurar “uma lápide de bronze na casa em que faleceu o grande escritor e em seguida [ir] ao cemitério de S. João Batista colocar flores sobre o túmulo”.¹⁵ Segundo o *Jornal do Commercio*, “associaram-se a esse preito de admiração e saudade muitos homens de letras, normalistas, acadêmicos e pessoas do povo, que partiram da estação central da Companhia Jardim Botânico em bons especiais”.¹⁶ Na casa de Machado, no Cosme Velho (onde residia, na ocasião, o sr. José Mariano Filho), Olavo Bilac, em nome da ABL, proferiu um discurso em memória do primeiro presidente da instituição. Tal como nos necrológios e artigos biográficos, o discurso de Bilac acabou projetando uma imagem purificada de Machado de Assis, diz o poeta: “perdendo o Mestre não perdemos o exemplo constante, a viva lição, o modelo nobre que ele sempre nos foi”. As qualidades destacadas eram, então, “o seu modo natural, a brandura da sua palavra e de seu gesto, a modéstia dos seus gostos, a moderação dos seus juízos”. Para o amigo, tudo em Machado de Assis “aconselhava e pedia, não o aplauso frenético, mas a afeição sincera e a consideração inteligente; tudo nele parecia dizer: não me admireis; amai-me, e compreendei-me”.¹⁷ Antes do homem carrancudo e embotado, mesmo mal alguma medida, era louvado o homem realizado, mas carente de afeto e afeição dos amigos.

Nesse sentido, a fala de Olavo Bilac evidencia também a necessidade do culto a Machado de Assis, em uma demonstração póstuma e continuada de afeto: “aqui vimos, e viremos; e aqui virão quando tivermos desaparecido, aqueles que nos sucederem”.¹⁸ Para Bilac, a função da

¹³ Domingo, 10 de outubro de 1916, *Gazeta de Notícias*.

¹⁴ Quinta-feira, 30 de setembro de 1909, *O Paiz*.

¹⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

¹⁶ “Entre as muitas pessoas que tomaram parte nessa expressiva homenagem a Machado de Assis, vimos os Srs. Senador Ruy Barbosa, José Veríssimo, por si e pelos drs. Oliveira Lima e Graça Aranha; Rodolfo Amoedo, dr. Souza Bandeira, Olavo Bilac, J. Lansac, conde de Affonso Celso, Filinto de Almeida, comendador Sampaio, dr. Batista Cepelos, Henrique Bernardelli, Mário de Alencar, Júlio Medeiro, almirante Arthur de Jaceguai, Heráclito Graça, dr. Regis de Oliveira, Pereira Barreto, Jose Fogaça de Almeida, José Bourgoigne de Almeida, dr. Eurico de Góes, Carlos Daniel de Deus, Paulo Tavares, Mendonça Dias, dr. Guilherme C. Fapel, dr. Alfredo Pujol, Victor Leivas, dr. Alfredo Andrade Remigio de Belardo, diretor da biblioteca e arquivo público do Pará”. Quinta-feira, 30 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

¹⁷ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

¹⁸ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

Academia era, também, preservar a imortalidade dos membros da instituição: “não nos sucedemos apenas: também nos continuamos; mudam-se os nomes, mas fica o ideal que os encadeia: há de perdurar na Academia, exemplar e consoladora, a memória do Mestre”.¹⁹ Contra o tempo, que havia de “morder e devorar esta placa de bronze”, e salva de “um horroroso cataclismo social”, que dispersasse a “raça” e “aniquilasse a língua”, a romaria a casa de Machado de Assis deveria ser “o início de uma glória perpétua”.²⁰ Era, para o acadêmico, “a romaria dos primeiros fiéis”, “a primeira peregrinação dos que assenta[vam] as bases do culto”.²¹ No entanto, ao contrário do que acontecerá com Euclides da Cunha, cuja casa e túmulo foram preservados objeto de visitas e eventos durante boas décadas, esta foi a primeira e uma das poucas romarias ao túmulo e à casa de Machado de Assis (inclusive destruída em 1915).²² Talvez por isso, o orador, na ânsia de assegurar a perpetuidade do louvor (e deixando antever o lugar impreciso da figura pranteada), ateste também o carácter extraordinário de Machado: “não o compreendeu ainda todo o seu país, porque ele foi de algum modo um homem superior à sua época e ao seu meio; mas essa compreensão unânime há de vir com o tempo”.²³ Como sintetiza Guimarães, “Bilac previa, contra a gravidade e isolamento que o escritor teria mantido em vida, a glória perpétua”.²⁴

Essa falta de compreensão é destacada em outro espaço da *Gazeta de Notícias*, quando o periódico insiste que “durante a repercussão da notícia de sua morte, foi que a iminente personalidade literária de Machado de Assis esteve mais em foco”. Para o periódico, “até então a sua obra impercível figurava apenas nas bibliotecas de seleção, sendo desconhecida por muitos que a saberiam gozar”.²⁵ Na esteira do luto, Machado de Assis, o “cultor das letras brasileiras”,²⁶ foi outras vezes lembrado em 1909. Segundo o *Paiz*, “o governo da cidade presta ao grande morto hoje a homenagem oficial; mas a maior de todas elas é, de certo, a desta carinhosa saudade que, por não estar expressa em manifestações populares, nem por isso é menos sentida e real”.²⁷ A prefeitura

¹⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

²⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

²¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

²² Modesto de Abreu, ao comentar o discurso de Humberto de Campos, lido na ABL por ocasião dos vinte e cinco anos da morte de Machado de Assis, lembrada em 1933, informa sobre a fundação da “Academia Machado de Assis”, que teria, segundo o autor, vida efêmera (1930-1933). No dia do discurso de Humberto Campos, os “rapazes que amam a sua obra e admiram a sua vida”, iriam “cobrir de flores o seu túmulo e visitar a escola municipal que lhe tomou o nome” (p. 111). Cf. ABREU, M.. *Biógrafos e críticos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939.

²³ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

²⁴ GUIMARÃES, H. S.. Presença inquietante: sobre a incorporação de Machado de Assis ao cânone literário moderno (1908-1958). In. GUIMARÃES, H. S.; SENNA, M.. *Machado de Assis: permanências*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 7Letras, 2018, p. 74.

²⁵ Sexta-feira, 30 de setembro de 1910, *Gazeta de Notícias*.

²⁶ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *O Paiz*.

²⁷ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *O Paiz*.

municipal, considerando, nesse sentido, “que aos poderes públicos, como órgão que são do povo, não deve ser indiferente o sentimento popular em relação aos nomes daqueles que, por seus talentos, virtudes e obras, bem merecem da pátria”, resolveu homenagear Machado de Assis por “méritos excepcionais”, dando a uma rua o seu nome.²⁸ Meses antes, em fevereiro, Machado também deu nome a uma escola em Petrópolis.²⁹

Mas o grande evento desse ano foi a festa realizada no anfiteatro Richelieu, da Sorbonne. “Presidida por Anatole France, tendo como companheiros de presidência os Srs. Charlie Richt, Piza e Almeida, ministro do Brasil; Oliveira Lima, ministro brasileiro em Bruxelas, e Chaves Moutier, representando o Dr. Vieira Souto”,³⁰ e “organizada pela ‘Société des Etudes Portugaises’, de Paris, com a adesão dos importantes grupos da Union Latine, Société des Universités et Grandes Écoles de France, das Universidades Populares”.³¹ O fim principal dessa “manifestação intelectual franco-brasileira” foi “celebrar e glorificar Machado de Assis, esse romancista e poeta que encheu de entusiasmo e de admiração a jovem República sul-americana”,³² e que era, para Anatole France, “uma das mais altas glórias do Brasil”.³³ Se, como temos apontado, muitas vezes a consagração de uma determinada figura tinha que ver com a forma com que as virtudes dessa figura elevavam o Brasil perante o mundo civilizado,³⁴ o louvor a Machado entoado na Sorbonne teria sido, nesse sentido, “a consagração definitiva do Brasil intelectual pela França intelectual”:

O Brasil deve fazer a mais ampla propaganda da sua intelectualidade. Este país não é apenas o produtor do café, da borracha e do matte, é igualmente a pátria de Gonçalves Dias, de Machado de Assis, de Luis Murat, de Raymundo Corrêa, de Olavo Bilac, de José Veríssimo, de Coelho Netto e tantos outros luminares das letras, inteligência de “elite”, de igual valor às primeiras celebrações europeias.³⁵

Além do discurso de Anatole France e de Oliveira Lima, que “fez a apoteose de Machado de Assis”,³⁶ “Mlle. Mislav (do teatro Sarah Bernhardt), uma encantadora loira de 18 primaveras, leu três poesias de Machado de Assis, deliciosamente traduzidas pelo poeta Victor Orban”.³⁷ Para Osório Duque Estrada, comentando as traduções de Orban, “deve[ria] ser um justo motivo de

²⁸ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

²⁹ Domingo, 7 de fevereiro de 1909, *Correio da Manhã*.

³⁰ Segunda-feira, 5 de abril de 1909, *O Paiz*.

³¹ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

³² Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

³³ Segunda-feira, 5 de abril de 1909, *O Paiz*.

³⁴ Cf. Parte III, cap. 3. O dobre de finados.

³⁵ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

³⁶ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

³⁷ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

orgulho para a nossa pátria e, sobretudo, para a geração a que pertenceu Machado de Assis, tudo o que se contém nessas páginas”.³⁸ Em seguida, dando continuidade à festa, o dr. “Gabriel de Piza leu um belo discurso, aplaudindo todas estas manifestações de boa ‘entente’ literária entre a França e o Brasil”.³⁹ Por fim, “o presidente Anatole France deu então a palavra ao correspondente do País”, que, entre outras coisas, destacou:

Manifestação como a de hoje, tem por fim tornar conhecido na elite europeia o Brasil moderno. A missão brasileira de propaganda e de expansão econômica, que nos ajudou (e nós agradecemos aqui altamente este auxílio) rende serviços enormes ao Brasil, porque é, graças aos seus esforços conscientes e admiráveis, que a jovem república pode estabelecer o seu crédito nos mercados europeus.⁴⁰

O esforço da comissão, especialmente de Oliveira Lima, que publicou um pequeno opúsculo com o seu discurso na festa, foi admirado pela ABL. Mário de Andrade, por exemplo, propôs que a Academia reconhecesse os esforços de Oliveira Lima, “tendo em consideração os valiosos serviços” que esse membro “tem prestado, no intuito de fazer conhecidas, no estrangeiro, a língua portuguesa e as obras dos nossos escritores”, particularmente “à parte brilhante que tomou na festa da intelectualidade brasileira em homenagem a Machado de Assis, festa de que ele teve a principal iniciativa e na qual demonstrou, excelentemente, o grau de nossa cultura”.⁴¹ O livro de Oliveira Lima fez com que o nome de Machado circulasse em alguns periódicos europeus, como no *Mercur de France* e na “*La Revue Générale*, que se publica em Bruxelas”, este último destacando que “o sr. Oliveira Lima provocou em Paris uma glorificação de Machado de Assis”.⁴²

Oliveira Lima exaltou, entre outras coisas, a obra machadiana, transpassada por um “humorismo sem grosseria como sem maldade”. O homem, que o diplomata conhecera na intimidade, era apresentado como reservado, tímido, cordato, mas conversador e amigo. O estilo machadiano não ficou de fora do louvor. Segundo o orador, Machado “estimava imenso os clássicos portugueses e muito especialmente admirava Almeida Garret, de cuja linguagem a sua, de uma grande pureza, se aproximava pela simplicidade voluntária e pela graça circumspecta”. Azeredo destaca ainda o estilo machadiano, que “adquirira por fim um acabado extraordinário, sem que parecesse jamais pretensioso, menos ainda precioso, e sem que o espírito de detalhe

³⁸ Segunda-feira, 1 de novembro de 1909, *Correio da Manhã*.

³⁹ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁴⁰ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁴¹ Segunda-feira, 20 de setembro de 1909, *Correio da Manhã*.

⁴² Quinta-feira, 9 de fevereiro de 1911, *Correio Paulista*.

prejudicasse no mínimo a unidade da concepção”. O equilíbrio que, segundo vários autores, caracteriza a prosa machadiana, também foi evidenciado, terminando o orador por estabelecer Machado de Assis como o escritor que “conhecia melhor o idioma vernáculo e dele sabia servir-se com superior mestria no momento literário que coincidiu com a sua morte”.⁴³ A virtude machadiana, no uso da língua portuguesa, estava em

não [se] dobrava escrupulosamente a formas obsoletas ou a regras antiquadas, mas conservava em seu espírito de novidade o sentimento da disciplina que impedia essa tendência de transbordar e levava-o a cinzelar seu estilo com a delicadeza de um ourives que fosse, não somente um artífice, mas também um artista.⁴⁴

Já em 1911, ano da publicação do “primeiro livro de importância sobre Machado de Assis”, segundo Carpeaux,⁴⁵ uma escola pública na rua Curvelo, número 50, depois de reformada ganhou a denominação de Escola Machado de Assis.⁴⁶ Ainda nesse ano, em sessão presidida por José Veríssimo, os acadêmicos resolveram autorizar a fundição em bronze do busto de Joaquim Nabuco, para que, com o de Machado de Assis [e Salvador de Mendonça], figure na sala das sessões”.⁴⁷ Os bustos, produzidos por Jean Magrou, ficaram prontos no ano seguinte, quando então fez-se uma “solenidade [que] revestiu-se da maior imponência, vendo-se na assistência numerosas senhoras e senhoritas”.⁴⁸ Presidiu a sessão, na ausência do conselheiro Ruy Barbosa, José Veríssimo, tomando também assento à mesa Sousa Bandeira, Filinto de Almeida e Augusto de Lima. Veríssimo leu então um discurso em que apresentava as virtudes dos três homens: “a Lúcio de Mendonça, a Machado de Assis, a Joaquim Nabuco, deve principalmente a Academia Brasileira a sua existência”.⁴⁹ Falando especificamente sobre Machado de Assis, Veríssimo destaca que este autor foi “superior ao seu meio e sua raça, realizou o supremo fim do ideal artístico”:

A figura de Machado de Assis se destaca da banalidade do nosso meio, como a de um artista que resumiu a eurtímia completa na arte de escrever, e que sem ter tido entre os contemporâneos a repercussão que merecia, à medida que os tempos vão passando, vai conquistando na posteridade o lugar que definitivamente lhe dará o futuro, de um dos maiores clássicos da língua portuguesa.

⁴³ Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

⁴⁴ Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957.

⁴⁵ O livro é Machado de Assis: algumas notas de humor.

⁴⁶ Terça-feira, 31 de janeiro de 1911, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁷ Domingo, 5 de fevereiro de 1911, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁸ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista*.

⁴⁹ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista*.

De forma sutil, Veríssimo critica a falta de apelo cívico para com as grandes figuras da pátria, cujo reconhecimento, quando vinha, era sempre obra da posteridade: a Machado de Assis, diz o crítico, “só faltou haver nascido do outro lado do Atlântico para que nós, gente sem consciência do que se deve a si mesma, lhe propuséssemos estátuas e o proclamássemos o mais insigne engenho literário que teve contemporaneamente a nossa língua”. Em ampla medida, dada a coincidência entre Machado e a ABL, imortalizar o ex-presidente era, sem dúvida alguma, trabalhar em prol da imortalidade da própria instituição:

Não vos necessito lembrar tudo o que de esforço, de dedicação, de carinho, lhe deve a nossa companhia. A sua memória será sempre um incentivo para que nos dediquemos a fazer prosperar a nossa corporação, transmitindo às gerações que nos sucedem o precioso legado que dela recebemos. Não me posso furtar ao desejo de tornar pública a bela frase de um de nossos mais eminentes e queridos confrades: amemo-nos em Machado de Assis.

Todavia, a memória de Machado começou a deixar de merecer movimentos de lembrança e louvor. No ano seguinte, talvez intuído o triste esquecimento, Mário de Alencar lembrou “o compromisso da Academia em promover o monumento de Machado de Assis”, feito ainda em 1908.⁵⁰ Em 1915, reproduzindo um informe de um periódico do Rio de Janeiro, o *Correio Paulista* comenta: “um vespertino desta capital registra hoje o aniversário do falecimento de Machado de Assis, salientando a indiferença geral com que passou essa data”.⁵¹ Alfredo Pujol, publicando em 1917 o seu livro sobre Machado de Assis, principia justamente dizendo: “é lamentável que um grande escritor como Machado de Assis, o maior do Brasil literário e um dos maiores da língua portuguesa em todos os tempos, não seja lido como merece”.⁵² Por diversas razões, mas sobretudo pela figuração adversa, que envolvia a imagem machadiana em uma aura de mistério e incompreensão, muitos pósteros não tiveram as condições mínimas para que fosse possível, naqueles anos, que se amassem em Machado de Assis.

⁵⁰ Segunda-feira, 13 de outubro 1913, *Correio Paulista*.

⁵¹ Quinta-feira, 30 de setembro de 1915, *Correio Paulista*.

⁵² PUJOL, A.. Machado de Assis: conferências. Sociedade de Cultura Artística - Typographia Levi, São Paulo, 1917, p. 5.

EPÍLOGO

CONTRA O SILÊNCIO

(...) Eu sei que há um obstáculo,
e V. Exa. o sabe também:
é a conspiração da indiferença.
Mas a perseverança não pode vencê-la?
Devemos esperar que sim.

Machado de Assis, em carta a José de Alencar

Lutar com o silêncio é a luta mais vã; todavia, é justamente nessa insólita luta que devemos perseverar para romper com o eito da indiferença. Há tantos anos, José de Alencar (1829-1877) poderia ter lapidado esta frase em um dos seus escritos imorredouros. Em torno dela, paira – tanto para o jovem escritor, que avança os primeiros passos no mundo das letras, como para o literato consagrado – a possibilidade aterradora da “indiferença pública”. Em *Como e porque sou romancista*, Alencar lamenta, precisamente, o “desdém da roda literária” em relação à obra *O Guarani*. Segundo o escritor cearense, durante muito tempo não apareceu “na imprensa qualquer elogio, crítica ou simples notícia do romance”.¹ O silêncio em torno do seu nome estendeu-se, igualmente, a outras de suas produções; sobre uma delas, por exemplo, comenta: “a imprensa diária resumiu-se nesta notícia de um laconismo esmagador, publicada pelo *Correio Mercantil*: ‘saiu à luz um livro intitulado *Lucíola*’”.²

Olhando retrospectivamente para o campo literário, e para a sua trajetória em especial, Alencar atribui a si o lugar destacado, embora relativamente sofrido, de desbravador no mundo das letras.³ Ou seja, em relação à estrada “tapeçada de flores” percorrida pelos novos escritores,⁴

¹ ALENCAR, J.. Como e porque sou romancista. Rio de Janeiro : Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893, p. 49.

² *Idem*, p. 53.

³ Para Hélio de Seixas Guimarães, a queixa de Alencar, na verdade, não tinha necessariamente a ver com o descaso dos leitores e das rodas literárias, mas “mascarava a escassez desse público, uma vez que século 19 afora e século 20 adentro mal havia quórum, em qualquer segmento da sociedade brasileira, para dar autonomia à produção literária” (p. 50). Ao contrário de Machado de Assis, que passa a reconhecer o público minguaado, Alencar continua insistindo, mesmo depois da publicação do recenseamento, em 1872, na “conspiração do despeito”. Nesse sentido, ao que tudo indica, mesmo conhecendo a realidade do público leitor, Alencar ainda vê nas rodas literárias um importante mecanismo de consagração literária. Sobre o público leitor no século XIX, cf. GUIMARÃES, H. S.. Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura do século 19. 2001. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Por outro lado, como sugere Raimundo Magalhães Júnior, a parca recepção pode ser consequência de obra publicada originalmente em folhetins, diz o biógrafo sobre um livro de Machado de Assis: “A mão e a luva, por ser edição de um jornal, que outros órgãos da imprensa consideravam um concorrente e por isso mesmo não queriam favorecer, ficou praticamente em crítica no Brasil”. MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 2: ascensão. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 214.

⁴ “Hoje em dia, quando surge algum novel escritor, o aparecimento de seu primeiro trabalho é uma festa, que celebra-se na imprensa com luminárias e fogos de vistas. Rufam todos os tambores do jornalismo, e a literatura forma parada e apresenta armas ao gênio triunfante que sobe ao Pantheon”. ALENCAR, J.. Como e porque sou romancista. *op.cit.*, 1893, p. 50.

mormente aqueles socorridos por um nome ilustre, estava “a rota aspérrima que [ele teve] de abrir, através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência”.⁵ Nesse sentido, mesmo 1873 (data em que escreve a carta transformada postumamente em livro), quando José de Alencar era já escritor maduro e conhecido, o silêncio, a indiferença e o despeito dos críticos ainda demasiadamente o perturbavam:

Há de ter ouvido algures, que eu sou um mimoso do público, cortejado pela imprensa, cercado de uma voga de favor, vivendo da falsa e ridícula idolatria a um nome oficial. Aqui tem as provas cabais; e por elas avalie dessa nova conspiração do despeito que viera substituir a antiga conspiração do silêncio e da indiferença.⁶

Em ampla medida, contra a crítica ácida, justa ou injusta, haveria, invariavelmente, a possibilidade do revide, como bem o sabia Sílvio Romero (1851-1914) que, na hora adequada, buscou acertar, mesmo que só para si mesmo, as contas com Machado de Assis (1839-1908).⁷ Assim, quando denunciou a “conspiração da amizade” no *Estudo Comparativo de Literatura Brasileira*, Sílvio Romero argumentou, precisamente, em prol de Tobias Barreto, “relegado ainda hoje para terceiro ou quarto plano pela famosa conspiração do silêncio da crítica fluminense”.⁸ A polêmica (empregada tanto por Tobias quanto por Romero) era, certamente, um elemento importante na luta contra a insensibilidade em torno de determinado autor, livro ou tema; em suma: na luta contra o esquecimento.⁹ Isso sobretudo para aqueles que, na perspectiva de Alencar e Romero, não faziam parte da “roda literária”. Para estes, o mutismo era quase sempre rompido pelas vozes amigas, absolutamente ávidas pela reciprocidade do elogio. Eis, nesse sentido, em oposição a “conspiração do silêncio”, a “conspiração da amizade” – ou, nas palavras de Múcio Teixeira (1857-1926), a “Confraria do Elogio Mútuo”.¹⁰

⁵ ALENCAR, J.. Como e porque sou romancista. *op.cit.*, 1893, p. 50.

⁶ *Idem*, p. 53.

⁷ Em 1870, Sílvio Romero publicou um artigo intitulado “A poesia das Falenas”, no qual combatia “o lirismo, o subjetivismo e o humorismo pretensioso de Machado”. Alguns anos depois, em 1879, Machado, no conhecido ensaio “A nova geração”, devolveu as críticas insinuando que os poemas de *Cantos do fim do século* não deixavam ver um verdadeiro poeta. Romero esperou então até 1897, quando escreveu um livro dedicado inteiramente a combater o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Machado não respondeu, mas foi defendido por Lafaiete Rodrigues Pereira em um pequeno livro intitulado *Vindiciae o senhor Sílvio Romero*, publicado em 1899.

⁸ ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897, p. 42.

⁹ Machado também sabia usar a polêmica a seu favor. Segundo Raimundo Magalhães Júnior, Machado de Assis e o seu editor, Baptiste-Louis Garnier, inventaram uma falsa polêmica na imprensa para publicizar uma obra que o Machado então publicava no *Jornal das Famílias: Confissões de uma viúva moça*. Para o biógrafo, a polêmica era “uma publicação feita por pessoa interessada, o próprio autor, em combinação com o editor, que deve ter pago as despesas”. MAGALHÃES JUNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 1: aprendizado. *op.cit.*, 2008, p. 380.

¹⁰ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 236.

Machado de Assis (1839-1908), talvez sem o querer explicitamente (mas certamente ciente dos benefícios), tornou-se, especialmente do ponto de vista de figuras como Romero, um dos elementos mais significativos e emblemáticos dessa “Confraria”.¹¹ Como denunciou o autor do *Estudo Comparativo* – com um pouco de despeito, e quem sabe de ciúme dissimulado em ódio –, todos falavam do autor de Brás Cubas “com as mesmas banalidades com que costumam saudar os pianistas, as cantoras, e toda a casta de virtuosos da música e do palco”.¹² Durante os mais de cinquenta anos em que frequentou o mundo das letras, Machado teria convocado para junto de si, em virtude do seu talento e temperamento ameno e cordial, poucos mas notáveis amigos que, sempre que necessário, o louvavam e o defendiam – muitas vezes justamente, mas sempre com um pingão de “entusiasmo incondicional”, como diria Romero – dos ataques indigestos e dos inimigos de toda ordem.¹³ Para Romero, nesse sentido, o que dificultava o “caminhar do pensamento crítico” era, na verdade, “o verdadeiro cipoal de lendas e elogios com que admiradores fanáticos e incultos” cercavam as figuras da roda, como Machado de Assis.¹⁴

Até aproximadamente a década de 80 do século XIX, quando a crítica literária começou a se desenvolver de forma consistente como atividade autônoma e com bases “científicas”, os mecanismos de consagração estavam, quase que necessariamente, em espaços outros, aquém daqueles propriamente literários. Era nos salões, nas editoras, nas livrarias, nas confeitarias, e em lugares conexos que, em ampla medida, carreiras literárias eram forjadas, i.e., era nesses espaços que determinados autores viabilizavam a sua inserção nas letras nacionais. Segundo Sílvio Romero, tudo dependia, nesse contexto, do jeito de aparecer: “se o candidato, por qualquer circunstância, deu no gosto, agradou ao paladar dos noticiários e pilhou um elogio, pôde contar que está de carreira feita”.¹⁵ Embora não se resumisse a apenas essa dimensão, muitos comentadores tinham a impressão de que ao inserir-se em uma dessas rodas, ao cativar amigos, apoiadores e padrinhos, um aspirante a escritor poderia ter, através de elogios muitas vezes convencionais e supérfluos, sua obra salva do desprezo destinado aos *estranhos*.

¹¹ “Pequeno fato, denunciador, entretanto, da consideração em que Machado era tido pelos companheiros. Esse bicho de concha foi sempre, toda a sua vida, um centro, esse jornalista pobre e mulato se impôs logo a roda que o acolheu - a “roda da inteligência” como a classificou um anônimo cronista da época”. PEREIRA, L. M.. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936, p. 112.

¹² ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. xiv.

¹³ Para um mapeamento dessas querelas, cf. MONTELLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998.

¹⁴ ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 71.

¹⁵ *Idem*, p. 5.

De modo geral, a principal dessas rodas literárias, aquela melhor frequentada, materializou-se na nossa mais prestigiada instituição: a Academia Brasileira de Letras (ABL). Embora a ABL não fosse um espaço desprovido de contradições e conflitos, certo etos conservador aparentemente unia os acadêmicos, dando um ar de homogeneidade ao seletivo grupo de imortais. Machado de Assis, não por acaso seu primeiro presidente, exercia nesse espaço uma espécie de “mestrado”, fruto do prestígio de que gozava naquele meio. Tamanho era esse prestígio que o presidente conseguiu, ao tornar-se “cabalista eleitoral na Academia”,¹⁶ colocar para dentro da instituição máxima de consagração literária do país escritores que, sem obra nem nomeada, eram todavia figuras amigas, como Mário de Alencar (1872-1925).

No caso da eleição do filho de José de Alencar, outros fatores, nomeadamente políticos, interferiram, subtraindo do âmbito literário o critério balizador. Como esclarece Raimundo Magalhães Júnior, para a vaga de José do Patrocínio (1853-1905) se candidataram o Padre Severiano de Rezende (1871-1931) e o favorito, Domingos Olímpio (1851-1906) – escritor conhecido e de obra significativa. Joaquim Nabuco (1849-1910), porém, esforçou-se em embargar a eleição do escritor sobralense, uma vez que Olímpio há muito criticava na imprensa a política externa do Barão do Rio Branco (1845-1912). Nabuco sugeriu diversos nomes, mas a tentativa não obteve sucesso: os acadêmicos se recusaram a votar em outro candidato apenas para combater Olímpio. Nesse sentido, como destaca Maria Helena Werneck, “a entrada de Mário de Alencar em cena veio a calhar, porque o seu vínculo pessoal com o Presidente garantiu a exclusão do candidato indesejável”.¹⁷ Machado de Assis, portanto, e fazendo pesar ainda o desejo de ter por perto, nesses anos sozinho, os amigos queridos, “fez valer no seu cargo a unanimidade de que desfrutava entre seus pares, no sentido de, apoiado por um amplo leque de amizades, conduzir o preenchimento das constantes vagas para eleger seus candidatos ou os de seus amigos”.¹⁸ Para tanto, porém, não precisou mobilizar os “expedientes politiqueros ou desonestos”,¹⁹ mas apenas o seu prestígio, que o “Bruxo do Cosme Velho” sabia manejar com argúcia.

¹⁶ Mário de Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

¹⁷ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis.. 3a.. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008, p. 57.

¹⁸ RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 130.

¹⁹ *Idem*, p. 130.

Tendo em vista essas querelas, não é de se estranhar que os vitimados pela “conspiração da amizade”, i.e., os autores preteridos, comumente se ressentissem, descontando a frustração da recusa na imagem daquelas figuras que melhor representavam o “sistema”. Eis aqui, em traços apenas esboçados, a “conspiração do despeito”. O Padre Severiano de Rezende, por exemplo, duplamente derrotado pela “conspiração” de 1905, fez desabar sobre Machado, algum tempo depois, a sua ira veemente. Ao comentar a peça que João Gomes Júnior extraiu de *Dom Casmurro* e fez representar no Rio de Janeiro, em 1922, assim expressou-se o ex-candidato:

Machado de Assis, a quem aconteceu ter produzido algumas peças de matéria metrificada, sem ser poeta, era uma natureza mole e tépida, sem temperamento, sem fibra, sem nervo, sem entusiasmo, sem frêmito, sem exaltação, sem ideal, realizando, no seu gênero, a prototípica emasculada e inerte do corriqueiro, em poligamia branca com todas as realidades imbecis e inexpressivas da vida, sem grandeza nem estilo.²⁰

“E era um Padre”, comenta Josué Montello. Rezende, no entanto, antes de externar-se tão energeticamente contra Machado de Assis, tinha buscado justamente dele se aproximar. Na carta em que se apresenta candidato, não faltam – como é razoável esperar – elogios àquele que era então o presidente da Academia Brasileira de Letras. Severiano de Rezende, inclusive, chega a se colocar como “servo muito admirador e grato” de Machado.²¹ Aproximar-se da “roda de Machado de Assis”, quando não do próprio homem, era, indubitavelmente, uma estratégia empregada por vários pretensos escritores. Enquanto Godofredo Rangel (1884-1951), por exemplo, lamentava a falta de resposta para a carta que enviara ao autor de *Quincas Borba* em janeiro de 1907; outro mineiro, Belmiro Braga, escrevia com orgulho em outubro de 1908: “não tive a ventura de o conhecer [Machado de Assis] pessoalmente, mas, entre o melhor dos bens que posso legar ao meu filho, está o maço de suas cartas”.²² A correspondência trocada com o mestre serviria não apenas como herança aos filhos do cronista, mas sobretudo ao próprio Belmiro Braga que, em posse desse material, se tornou então apto à honrosa tarefa de escrever para o jornal *O Pharol* o necrológio de Machado de Assis. Assim, a amizade (e os frutos que dela resulta) que sobrava para alguns poucos, no final das contas, faltava para tantos outros.

Nesse sentido, a eleição de Mário de Alencar é absolutamente sintomática de como o senso de comunidade e amizade funcionava para aqueles que se mantinham próximos das esferas de

²⁰ Apud MONTELLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. *op.cit.*, 1998, p. 28.

²¹ *Idem*, p. 28.

²² Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

prestígio. A política sobrepujou a literatura, e a amizade – vínculo central no estágio do “sistema literário” àquele tempo – foi um dos elementos viabilizadores. O público não deixou de notar essas manobras e Mário de Alencar, como confessa em texto autobiográfico, precisou lidar com a sinceridade de tanta gente que lhe negou tudo, “comesquinhando-lhe a produção literária”.²³ As críticas foram tanto externas quanto internas: Arthur Azevedo (1855-1908), por exemplo, usou sua coluna no *O Paiz* para atacar o jovem confrade. Já Alcindo Guanabara (1865-1918), no mesmo jornal, também criticou o resultado da eleição, “classificando-o como uma injustiça contra um literato consagrado [Domingos Olímpio], chegando a afirmar que era a prova de que, ‘mesmo no centro dos imortais, o que prevalece não é a justiça, mas o favoritismo’”.²⁴ Em carta a Machado, Oliveira Lima também mostrou descontentamento; embora diga entender o voto do “mestre”, mentor literário de Mário de Alencar, Lima insiste no caráter injusto da eleição, denunciando ainda “um ato de improbidade literária” por parte daqueles que votaram contra a própria consciência.²⁵ Além disso, Coelho Neto (1864-1934), responsável pela recepção na ABL, fez um frio discurso, deixando patente a sua aversão pelo novo companheiro de instituição.

De modo geral, para Mário de Alencar, a preferência de Machado por ele “obedeceu a um impulso de alma boa”, diz ele, justificando-se: “supondo fazer-me bem, e ser num certo sentido útil à corporação que prezava muito, [Machado] quebrou a sua reserva habitual”.²⁶ Sozinho, melancólico, doente e carente de afeto – pelo menos desde que perdera a esposa –, não estranha que Machado de Assis tenha insistido para que Mário ingressasse na Academia, especialmente em um momento em que essa entrada evitaria um estorvo. Seja como for, o caráter excepcional da cena talvez se estenda a Machado de Assis, mas não certamente, pelo menos do ponto de vista dos paladinos da “conspiração do despeito”, ao sistema literário brasileiro oitocentista. O engajamento machadiano neste exemplo de “conspiração da amizade”, mesmo que atípico (o que todavia é questionável),²⁷ é não obstante ilustrativo dos mecanismos de consagração em voga.

²³ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*

²⁴ “O dia”, *O Paiz*, 1º de nov., 1905 p. 2. In. RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). *op.cit.*, 2003, p. 140.

²⁵ VIANA FILHO, L.. A vida de Machado de Assis. Livraria Martins Editora - São Paulo, 1965, p. 255.

²⁶ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

²⁷ Segundo João Paulo Rodrigues, “quaisquer que fossem as suas razões pessoais, mesquinhas ou generosas, ele era o centro pelo qual tinha de passar, em algum momento, o nome dos candidatos, mesmo que fosse para ele negar apoio. Resumindo: ora é Machado quem levante uma candidatura, ora é a ele que recorrem outros acadêmicos em busca de apoio”. RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras. *op.cit.*, 2003, p. 142.

Tanto é assim que José de Alencar, ainda em 1873, refletindo sobre a trajetória literária que iniciara em 1856 com a publicação de *Cinco Minutos*, já denunciava as injunções do campo literário que se explicitariam institucionalmente anos depois. Também Sílvio Romero, no seu contundente livro sobre (ou contra) Machado de Assis, queixou-se desse aspecto, diz ele: “a crítica tem sido sempre, e continua a ser, um negócio de relações individuais, de pequenos grupos quando muito, de *coteries*, de amizades, e de preferências particulares”.²⁸ Conforme aponta Maria Helena Werneck, “a amizade entranhada no convívio acadêmico do início do século cria um sistema de proteção ao homem de letras que coloca em primeiro plano a respeitabilidade pessoal, relegando o mérito literário para o segundo”.²⁹ No final das contas, mesmo quando implícito ou inconsciente, tratava-se ali do poder de dizer quem está fora e quem está dentro, quem merece ser lembrado e quem será esquecido. É esta (ou foi durante muito tempo) a função primeira da crítica literária especializada e, conseqüentemente, das instâncias de consagração. Consagrar é guardar para a posteridade em virtude do valor apresentado. A questão, entretanto, é que valores são estes? Como, ou em que medida, ser justo ou isento?

Embora em 1905, em um “caso sem exemplo em toda a sua vida”,³⁰ Machado tenha preferido Mário a Olímpio, a política a literatura, o seu posicionamento crítico fora, no mais das vezes, coerente, consciente e cioso das coisas literárias. É esta, curiosamente, a opinião do próprio Mário de Alencar. Segundo ele, se Machado de Assis não tivesse sido movido “por fraqueza, por bondade de coração”, e houvesse efetivamente “subordinado a escolha [do substituto de Patrocínio] ao juízo do seu espírito justo e esclarecido”, qualquer dos outros candidatos teria bastado.³¹ Antes de tornar-se escritor de nomeada nacional, autor matriz da literatura brasileira,³² mestre de duas gerações de literatos, presidente da ABL, Machado de Assis exerceu, acima de tudo, a crítica literária. Apesar de ter atuado também como comediógrafo, poeta e tradutor nos seus anos inaugurais, o reconhecimento de Machado no campo das letras foi primeiro como crítico; só

²⁸ ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. xxii.

²⁹ WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis. *op.cit.*, 2008, p. 58.

³⁰ Mário de Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

³¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

³² Autor matriz é aquele “cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de leituras críticas, pois elementos diversos de seu texto estimulam abordagens teóricas diferentes”. ROCHA, J. C. C.. Machado de Assis: Por uma poética da emulação. – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 25.

mais tarde, abandonada a crítica como atividade sistemática em favor da escrita literária, é que ele foi louvado como escritor.

Em um texto seminal, intitulado “O Ideal do Crítico”, publicado originalmente no *Diário do Rio de Janeiro* em 1865, Machado de Assis já identificava os vícios posteriormente lamentados por José de Alencar, e cometidos por ele próprio (haja vista que uma eleição é, em vários sentidos, uma forma de crítica). Para Machado, em uma frase que se tornaria célebre, até então “a crítica, desamparada pelos esclarecidos, [era] exercida pelos incompetentes”.³³ O jovem, mas já prestigiado homem de letras, militava, então, pelo desenvolvimento de uma crítica “científica”, fecunda, “e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade”.³⁴ Era preciso, assim, deixar de lado “o ódio, a camaradagem e a indiferença – essas três chagas da crítica de hoje – pondo em lugar delas a sinceridade, a solicitude e a justiça”.³⁵ Para Machado, portanto, “a crítica útil e verdadeira será aquela que, em vez de modelar as suas sentenças por um interesse, quer seja o interesse do ódio, quer o da adulação ou da simpatia, procure produzir unicamente os juízos da sua consciência”.³⁶

É sobretudo essa “crítica verdadeira”, esse juízo da consciência, que José de Alencar almejava quando publicou no *Correio Mercantil* uma carta apresentando Castro Alves (1847-1871) e solicitando ao também jovem Machado de Assis, o “primeiro crítico brasileiro”, que fosse ele o “Virgílio do jovem Dante”, conduzindo, pois, o poeta baiano pelo “ínvio caminho da vida literária”.³⁷ Segundo Alencar, Machado era “o único de nossos modernos escritores que se dedicou à cultura dessa difícil ciência que se chama crítica”.³⁸ A atividade crítica, tal qual esboçada por Machado de Assis três anos antes, deveria ser, aos olhos de Alencar, sincera e justa, mas sobretudo solícita ao jovem e talentoso escritor que, não obstante, corria o risco de passar despercebido pela inteligência do Rio de Janeiro:

Nesta capital da civilização brasileira que o é também de nossa indiferença, pouco apreço tem o verdadeiro mérito, quando se apresenta modestamente. Contudo, deixar que passasse por aqui ignorado e despercebido (sic) o jovem poeta baiano, fora mais que uma

³³ ASSIS, M.. O ideal do crítico. In. AZEVEDO, S. M; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. - 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 236.

³⁴ *Idem*, p. 237.

³⁵ *Idem*, p. 237.

³⁶ *Idem*, p. 237.

³⁷ ASSIS, M.. Correspondência de Machado de Assis, tomo 1 : 1860-1869 / apresentação, coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet ; organização, Irene Moutinho, Sílvia Eleutério. – Rio de Janeiro : ABL, 2008. (Coleção Afrânio Peixoto, 84), p. 229.

³⁸ *Idem*, p. 229.

descortesia. Não lhe parece? Já um poeta o saudou pela imprensa; porém não basta a saudação; é preciso abrir-lhe o teatro, o jornalismo, a sociedade, para que a flor desse talento cheio de seiva se expanda às auras da publicidade.³⁹

Em um primeiro momento, Alencar parece contradizer-se ao portar-se como padrinho de Castro Alves, conectando-o às figuras centrais do universo literário carioca, ou seja, abrindo para o jovem poeta baiano o “teatro, o jornalismo, a sociedade”. No entanto, ao trazer para a cena pública o debate crítico, Alencar visava romper, por um lado, com a “camaradagem” das discussões promovidas em sigilo nas livrarias e, por outro, com determinados artifícios mobilizados rotineiramente para integrar-se ao mundo letrado: “podia acrescentar que [Castro Alves] é filho de um médico ilustre. Mas para quê? A genealogia dos poetas começa com seu primeiro poema. E que pergaminhos valem estes selados por Deus?”.⁴⁰ Vindo de longe, o poeta não merecia a indiferença da capital, mas uma apreciação justa, que reconhecesse as virtudes sem, contudo, deixar de identificar os erros. Alencar, por exemplo, embora enalteça o poeta, nota que alguns poemas “não cedem às excelências da língua portuguesa neste gênero”.⁴¹ Além disso, sobre o drama *Gonzaga*, pondera: “olhos severos talvez enxerguem na obra pequenos senões”.⁴²

No mês seguinte à carta de Alencar, também no *Correio Mercantil*, saiu a resposta de Machado de Assis. Depois de dizer que a recomendação do escritor era uma sagração, Machado passa a avaliar atentamente a obra de Castro Alves e, tal qual o seu correspondente, reconhece e exalta a musa do poeta baiano. No final da epístola, porém, comentando a indiferença sobre a qual se queixara Alencar na carta pública (queixa esta retomada em 1873/ 1893), Machado de Assis trata de consolar o autor cearense, insistindo que ele continuasse meditando “em outras obras-primas com que nos há de vir surpreender”.⁴³ Ainda segundo Machado, o ilustre escritor cearense deveria fazê-lo sem temor algum, uma vez que, “contra a conspiração da indiferença”, tinha Alencar um abalo invencível: “a conspiração da posteridade”.⁴⁴

Em 1887, em um prefácio escrito para uma reedição de *O Guarani*, Machado retoma esta formulação: “um dia, respondendo a Alencar em carta pública, dizia-lhe eu, com referência a um tópico da sua, que ele tinha por si, contra a conspiração do silêncio, a conspiração da

³⁹ *Idem*, p. 229.

⁴⁰ *Idem*, p. 225.

⁴¹ *Idem*, p. 229.

⁴² *Idem*, p. 228.

⁴³ *Idem*, p. 240.

⁴⁴ *Idem*, p. 240.

posteridade”.⁴⁵ Relembrando os encontros com Alencar no Passeio Público, o prefaciador comenta que costumava caminhar com o grande romancista e escutar-lhe “a palavra doente, sem vibração de esperanças, nem já de saudades”. Para Machado, Alencar “sentia o pior que pode sentir o orgulho de um grande engenho: a indiferença pública, depois da aclamação pública”.⁴⁶

Contudo, como já vislumbrava Alencar, o “ínvio caminho” passava por essas sórdidas paragens antes de repousar na glória. Nesse sentido, caberia à posteridade – ao consumir a justiça, mas de certa forma também o amor e a amizade – a dura tarefa de conservar a memória do ilustre escritor, cujas obras “davam ao nosso autor o primeiro lugar na literatura brasileira”.⁴⁷ Em *Como e porque sou romancista*, ao comentar brevemente sobre os seus últimos escritos, que outros diziam serem os da decrepitude, Alencar finaliza justamente sinalizando à posteridade, diz ele: “não me afligi com isto, eu que, digo-lhe com todas as veras, desejaria fazer-me escritor póstumo, trocando de boa vontade os favores do presente pelas severidades do futuro”.⁴⁸

Para Machado, que encontrou no criador de Ceci um amigo e modelo, morto já há dez anos, Alencar começava a renascer nas “edições monumentais” dos seus clássicos: era “a conspiração que começa[va]”.⁴⁹ Em 1883, em um artigo publicado na *Revista Literária*, que fazia uma edição comemorativa em virtude do aniversário de 6 anos do passamento do escritor cearense, Machado comenta: “cada ano que passa é uma expansão da glória de José de Alencar. Outros apagam-se com o tempo; ele é dos que fulguram a mais e mais, serenamente, sem tumulto, mas com segurança. São assim as glórias definitivas”.⁵⁰ Se a glória é definitiva (porque encerra o mérito), o reconhecimento nem tanto: o reconhecimento é um ato, uma ação, um gesto. Alencar, nesse sentido, granjeou o que queria ao escolher (ou aceitar) a severidade do futuro, e os gestos de lembrança (por justiça e/ou por amizade) continuaram aparecendo. Passados mais alguns anos, por exemplo, em 1897, novamente Machado de Assis discursa em homenagem a Alencar, agora no lançamento da primeira pedra da estátua do autor de *Patás da Gazela*; durante o elóquio, o orador arremata: “agora que os anos vão passando sobre o óbito do escritor, é justo perpetuá-lo,

⁴⁵ ASSIS, M.. O guarani - José de Alencar. In. AZEVEDO, S. M; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. - 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 567.

⁴⁶ *Idem*, p. 570.

⁴⁷ *Idem*, p. 567.

⁴⁸ ALENCAR, J.. Como e porque sou romancista. *op.cit.*, 1893, p. 54.

⁴⁹ ASSIS, M.. O guarani - José de Alencar. In. AZEVEDO, S. M; DUSILEK, A; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 568.

⁵⁰ 5 de dezembro de 1883, *Revista Literária*, p. 5.

pela mão de nosso ilustre estatuário nacional”.⁵¹ Através da reedição das suas obras, de comentários na imprensa, da construção de uma estátua, entre outras manifestações públicas, os pósteros (alguns deles, pelos menos) esforçaram-se para manter viva a memória de José de Alencar. A conspiração estava em curso: contra o silêncio dos coetâneos, a posteridade pagava tributo ao nobre romancista perpetuando-o no tempo e no espaço.

Como sugere Machado de Assis, a “conspiração da posteridade” é um ato de perseverança. No entanto, se esse esforço é, em um primeiro momento, político – porque envolve, como vimos, interesses diversos –, é também afetivo e existencial, uma vez que a invenção de heróis responde, em alguma medida, a anseios (e receios) subjetivos. Ao serem eternizados pela memória, os heróis oferecem, para indivíduos e coletividades, uma resposta afetiva à possibilidade assustadora do desaparecimento definitivo. As “festas” (como eventos rituais que visam romper com o transcurso do tempo) materializam, nessa lógica, as formas assumidas em cada contingência histórica para ritualizar o tempo e o poder.

No entanto, para Machado de Assis, guardar para a eternidade, embora envolva ardis inconscientes e existenciais, próprios ao fenômeno da memória, implica ainda um conjunto bastante complexo de interesses postos em cena por agentes ciosos em relação ao futuro e em como o passado é valorado. Por esse ângulo, portanto, pode-se dizer que, enquanto socialmente compartilhável, a memória sobre José de Alencar, assim como a memória sobre Machado de Assis, dependeu de um esforço, de uma conspiração, de um ímpeto comum, e necessariamente coletivo, que buscou, tanto quanto pôde, perseverar em seu objetivo: não deixar cair no esquecimento esses nomes notáveis. Nesse sentido, por mais conhecida que fosse uma figura, só a *perseveração* teria força para romper com o eito da indiferença: a perseverança tanto era um ato de confiança no futuro, na posteridade, quanto um convite para a ação no presente.

É ciente dessa dimensão que Machado de Assis, na parte final do discurso proferido no lançamento da pedra fundamental da estátua de Alencar, retoma a passagem derradeira de *Iracema* para antecipar que os vindouros repetiriam “o nome da linda tabajara e do seu imortal

⁵¹ ASSIS, M.. [Discurso pronunciado na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da estátua de José de Alencar, em 12 de dezembro de 1891]. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 581.

autor. Nem tudo passa sobre a terra”.⁵² Alencar e seus feitos deveriam, pois, sobreviver à corruptibilidade do tempo; para tanto, seu nome e suas obras teriam que ser bradados continuamente em atos públicos de louvor. Em um certo sentido, a ação de Machado de Assis em prol de José de Alencar antecipa algumas estratégias de consagração mobilizadas por amigos e admirados quando do cessar da sua própria existência. Dentre as figuras que aprenderam com o “mestre”, destaca-se, justamente, a de Mário de Alencar. Em 1913, por exemplo, o autor de *Vários Escritos* lembrou aos companheiros “o compromisso da Academia em promover o monumento de Machado de Assis”.⁵³ Mário efetivamente empenhou-se em honrar a memória de Machado, tal qual Machado havia se empenhado em honrar a memória de Alencar – tanto o José (que é patrono da cadeira de Machado na ABL) quanto o Mário (que só entrou na ABL graças aos bons auspícios machadianos).⁵⁴ Nesse sentido, como sugere Silviano Santiago, a boa amizade entre os três – além e aquém do túmulo – respaldou “as respectivas consagrações literárias”.⁵⁵

Essas estratégias, não obstante, também ensejaram a ação de terceiros, como a do jornalista e acadêmico Alcindo Guanabara. Durante o discurso que proferiu em homenagem a Machado de Assis da tribuna da Câmara dos Deputados, o orador conclamou os seus concidadãos a preservarem a memória do recém finado; para tanto, Guanabara emprega, precisamente, as citadas passagens do discurso de Machado à Alencar:

Nem tudo passa sobre a terra. Senhores, confirmemos essa palavra. Nem tudo passa sobre a terra. A memória de Machado de Assis não passará: permanecerá fiel e firme e brilhante, honrando-nos e distinguindo-nos e elevando-nos. Correspondamos a esse favor, rendendo a este grande espírito a homenagem que o Brasil lhe deve e que nós que representamos o Brasil lhe não podemos regatear.⁵⁶

Mesmo sendo um ato espontâneo, tributário da amizade, do luto ou de esforços interessados, a manutenção de uma memória que se quer socialmente compartilhável é dependente também de uma *perseveração* que se manifesta em variados níveis de produção e reconhecimento. Portanto, essa *perseveração*, que se materializa em uma gama de procedimentos

⁵² ASSIS, M.. [Discurso pronunciado na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da estátua de José de Alencar, em 12 de dezembro de 1891]. In. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. *op.cit.*, 2013, p. 582.

⁵³ Segunda-feira, 13 de outubro de 1913, *Correio Paulista* (SP). O projeto de construção da estátua de Machado de Assis foi aprovado na primeira sessão reunida após seu falecimento. “[A Academia] Resolveu ainda nomear oportunamente, uma comissão de 21 membros, dos quais sete pelo menos sairiam da Academia, que se incumbiriam de promover e angariar os meios necessários a que se levante uma estátua ao grande mestre, nesta cidade, sua terra natal. A presidência desta comissão caberá ao Sr. Ministro do Interior”. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁴ Sobre a fascinação de Machado por Alencar, cf. GUTIÉRREZ, A.. A fascinação de Machado por Alencar. In. FREITAS, L. F.; M.H.C. TORRES; COSTA, W. C. Literatura traduzida: Antologias, coletâneas e coleções. Fortaleza : Substância, 2018, p. 199-213.

⁵⁵ SANTIAGO, S.. Machado. São Paulo: Companhia das Letras (versão e-book), 2016, p. 143.

⁵⁶ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

que atestam a exemplaridade do morto, mantém eficaz a potencialidade comunicativa do símbolo cívico. Nesse sentido, para que a memória dessas personagens permanecesse como objeto de culto, para que as suas conquistas não se perdessem no rio do esquecimento, para que sua simbologia não caísse no vazio, era todavia necessário cumprir com o dever cívico, qual seja: fazer as homenagens, entoar o louvor, materializar a lembrança em formas públicas de reconhecimento: estátua, nome de ruas, obras reeditadas, eventos *in memoriam* etc. Carlos Magalhães de Azeredo, por exemplo, parece ciente da necessidade do culto, diz ele:

Nós que, mais jovens do que ele, entrando na vida quando ele entrava na glória, tivemos a dupla ventura deamá-lo e de sabê-lo imortal, transmitiremos o seu nome, a sua obra, consagraremos a ele nosso culto, aos que nos sucederem, para que de geração em geração se perpetue essa herança nacional.⁵⁷

De modo geral, as manifestações de luto pela morte de Machado de Assis, i.e., os necrológios, os artigos póstumos, as reportagens, os poemas, assim como os funerais e outras manifestações mnemônicas, podem ser vistos como um primeiro ato de *perseveração*, um esforço em reconhecer publicamente as contribuições machadianas, oriundas da sua atividade literária e linguística, para com o desenvolvimento da nação. No entanto, o enfraquecimento da memória de Machado de Assis nos anos seguintes ao de sua morte explica o – e ao mesmo tempo é explicado pelo – declínio dos atos públicos de louvor ao seu nome, que só se restabelecem na década de 1930, em especial a partir da efemeridade do nascimento. Entre latências e revitalizações, a memória sobre Machado de Assis evidencia, portanto, as nuances definidoras da dinâmica entre lembrança e esquecimento – que responde tanto ao contexto social e político, crítico e afetivo, quanto às movimentações mais amplas nas formas de ritualizar o poder.

⁵⁷ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

APÊNDICE

AS FACES DE CALABAR

Ah, agora está explicado.
Você nunca entendeu a luta de Calabar.

Chico Buarque e Ruy Guerra, *Calabar: o elogio da tradição*

O paradoxo do autor-matriz: notas de história da recepção crítica

Segundo João Cezar de Castro Rocha, o “autor matriz” é aquele “cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de leituras críticas, pois elementos diversos de seu texto estimulam abordagens teóricas diferentes”.¹ A virtude do autor-matriz, entretanto, não é ser por excelência o autor canônico, ou o mais conhecido, nem mesmo o escritor mais apreciado em uma determinada época ou localidade (epítetos que poderiam dizer-se reconhecidamente machadianos). Em função de uma complexidade que lhe é característica, o autor-matriz consegue provocar – e eis a sua virtude – uma pluralidade de leituras críticas. Para Hélio de Seixas Guimarães, por exemplo, Machado de Assis, embora não dispusesse de “intenção consciente ou controle total sobre os modos como sua obra seria lida”, teria todavia construído, de forma bastante sofisticada, “estruturas textuais que dão margem e são capazes de abrigar uma gama enorme de leituras e interpretações – e também de desleituras e superinterpretação”.²

Para Rocha, porém, o paradoxo do autor-matriz consiste na tendência de que, gradativamente, a pluralidade de leituras sopite o texto literário; movimento que, se dissemina e fortalece determinadas perspectivas críticas (que se tornam hegemônicas), também afasta o crítico (e muitas vezes o próprio leitor) do texto original.³ Para contornar o paradoxo, o professor e ensaísta propõe então uma “imersão densa” na literatura, i.e., antes de partir de um arcabouço teórico-metodológico dado anteriormente (o que resultaria na repetição viciosa dos paradigmas hegemônicos, relativamente adaptados a novos enunciados), parte-se (para que depois ampliam-se as bases de análise) especialmente do texto: o texto, lido amiúde, traz potencialmente novas

¹ ROCHA, J. C. C.. Machado de Assis: Por uma poética da emulação. – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 25.

² *Idem*, p. 17.

³ “Eis, então, o paradoxo: quanto mais instigante for o autor-matriz, tanto menos legível sua obra se torna. Pois, em lugar de leituras efetivas do texto, os debatedores circunscrevem seu interesse à periferia das questões críticas” (p. 26). Cf. ROCHA, J. C. C.. Machado de Assis: Por uma poética da emulação. op.cit., 2013.

possibilidades de compreensão. Desse modo, mesmo que se construa, como resultado da “imersão densa”, mais uma interpretação sobre a obra consagrada, esta interpretação, além de manter uma relação menos condicionante para com as leituras antecedentes (inclusive porque, metodologicamente, Rocha aposta em uma leitura cruzada de todos os gêneros experimentados por Machado), atualizará a tradição com um viço novo – impedindo, assim, que a figura do autor fique aprisionado nas querelas predominantes e perca a dinamicidade que lhe tornou célebre.

Embora a hipótese do “autor-matriz” diga respeito às intencionalidades críticas (e, portanto, às possibilidades de leitura do texto literário), ela também pode servir – paradoxalmente – como balizadora de discussões importantes em história da recepção. Isso porque, de um ponto de vista historiográfico, a tendência tem-se mostrado relativamente a mesma: na medida em que determinadas perspectivas críticas e biográficas se tornam hegemônicas (e, assim, cristalizam determinadas figurações do autor e da sua obra), elas acabam obscurecendo, conseqüentemente, perspectivas outras – quer sejam ou não dissonantes do paradigma hegemônico.

Abel Barros Baptista, por exemplo, supõe não exagerar ao dizer que o “paradigma do pé atrás” domina a “atualidade dos estudos machadianos, não tanto pelo número de trabalhos que nele se filiam, mas pelo corpo de problemas que o caracterizam e que, pelos menos, por agora, aparecem incontornáveis para qualquer leitura crítica da obra de Machado”.⁴ A partir de críticos como Helen Caldwell, Roberto Schwarz, Silviano Santiago e John Gledson, cada qual desses com contribuições específicas e inarticuláveis, Baptista aponta uma “linha de leitura”, partilhada por todos esses machadianos, “que realça a crítica de Machão à sociedade brasileira sua contemporânea”.⁵ Sem desfazer da potencialidade desse paradigma, o crítico português evidencia que essa posição hegemônica acabava obliterando, por força do seu caráter incontornável, outros posicionamentos; coisa que teria feito com que os seus livros, um tanto deslocados desse ambiente crítico, tivessem apenas uma tímida recepção no Brasil.

Não se trata, porém, de argumentar por um ou outro caminho crítico, mas de perceber, conforme opina Baptista, que alguns vieses da crítica machadiana dominam a cena, sopitando perspectivas outras. Assim, se, por um lado, é a “imersão densa” na literatura que retira o autor e sua obra de um embotamento crítico; por outro, a percepção da historicidade da crítica literária e

⁴ BAPTISTA, A. B.. Autobiografias: solicitações do livro na ficção de Machado de Assis. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2003, p. 367.

⁵ *Idem*, p. 368.

biográfica (e dos pressupostos teórico-metodológicos que mobiliza) pode oferecer os subsídios necessários para que a figura que hoje apresenta-se como canônica não degenere em hipostasia.

No caso de Machado, pode-se dizer que a posição central – e em grande medida, inquestionável – que esse autor ocupa hoje no cânone literário brasileiro, se, tantas vezes, potencializa a circularidade do seu nome; por outro, tende também naturalizar esse lugar – como se sempre (e em todos os contextos e partindo de diversificadas perspectivas críticas) Machado de Assis fosse admirado e louvado invariavelmente pelos mesmos predicados; não só os predicados (positivos ou negativos) se transformaram no eixo do tempo, como as próprias figurações machadianas sofreram mutações conforme o terreno crítico em que brotaram. O esvaziamento provocado pela hipostasia, embora compreensível – porque caro à hegemonia –, pode privar a figura machadiana de uma complexidade que lhe é própria; e, nesse sentido, impedir que se enxergue as nuances e as contradições da sua volumosa fortuna crítica – “que têm tanto a dizer sobre a obra quanto sobre o papel da literatura e do escritor no processo cultural brasileiro”.⁶

Modulações críticas

A história da recepção, ancorada em uma perspectiva que seja não apenas antiquária, mas sobretudo historiográfica – no sentido de voltar-se sobre os seus antecedentes de maneira crítica –, pode esclarecer ângulos importantes dos processos de construção do cânone literário. Se, nas últimas décadas, tem-se escrito bastante sobre autores marginais, ou sobre as oscilações dos valores estéticos mobilizados para configurar o cânone – movimento absolutamente profícuo –,⁷ é possível também, imbuído desse mesmo espírito, insistir em uma leitura marginal dos autores canônicos. Explicitando os momentos de constituição e inflexão das leituras hegemônicas, uma história da recepção crítica nesses moldes pode evidenciar a relação, nem sempre clara, entre cânone literário, perspectivas crítico-biográficas e contexto político-sócio-cultural.

A sugestão de uma história da recepção crítico-biográfica nesses termos foi esboçada, mesmo que brevemente e com claras limitações, por um dos mais argutos machadianos: Augusto Meyer. Contra uma leitura que enquadrava Machado de Assis em um perfil oficial, destituído de

⁶ GUIMARÃES, H. S. Machado de Assis, o escritor que nos lê. 1ª ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 17.

⁷ Cf. PERRONE-MOISÉS, L.. Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

contradições e em antagonismo com o que, para o crítico, era “espírito da obra” (que deixava ver mais o “monstro cerebral”, interessado em dissecar o lado sombrio da existência, e menos o cético, atento e amável),⁸ Augusto Meyer desejaria, então, “poder limpar o desenho animado de suas impurezas caricatas, para aplicá-lo como expressão direta ou simples sugestão destas aventuras da crítica interpretativa”.⁹ O olhar de Meyer tinha como eixo nodal a ideia de “objetividade”, que teria faltado aos primeiros comentadores de Machado de Assis, demasiadamente sentimentais. Afastada, porém, a questão da objetividade (pela razão de que, inevitavelmente, a objetividade é enquadrada pelos valores do crítico), não deixa de ser interessante a imagem que Meyer mobiliza para dar conta das sucessivas figurações machadianas:

A imagem do ausente, feita de remendos de recordações e leituras que sobrenadam na memória, una e múltipla, próxima e inatingível, tomou, mas apenas momentaneamente, as feições que lhe empresta a eloquência do orador, uma fisionomia nasceu, coloriu-se de vida insuflada, a cada adjetivo, o fantasma é criado à imagem e semelhança do modelo interior que o intérprete traduz.¹⁰

Para o crítico gaúcho, “a verdadeira vida de um escritor é uma sobrevivência, uma ressurreição constante, embora colimitada pelo espírito da obra”.¹¹ Ressuscitado em cada leitura, que, reiterada, possibilita a cristalização de certas figurações (em que são fundidos “todos os traços complexos ou divergentes num molde comum”),¹² surgem assim vários Machados que, se não coincidem com o Machado de Assis real, nem por isso são meras abstrações: “entre o retrato e o modelo vivo, há uma outra coisa, um não sei quê. Pois bem, nesse erro de aproximação é que reside a garantia do seu renovo”.¹³ Essas aproximações conformam, portanto, um movimento contínuo, embora não necessariamente linear; todavia, é esse movimento crítico (e de crítica) que mantém atualizado o potencial estético da obra que, em si mesma, traz variadas possibilidades de leitura; se se trata ainda de um autor enigmático, do ponto de vista biográfico, como Machado de Assis, amplia-se, uma vez mais, o caráter plural das abordagens:

Formada a primeira imagem na média dos leitores, o trabalho da crítica, mexeriqueira incorrigível que nada deixa passar em julgado, retoca-a, modifica-a, às vezes a deforma

⁸ Cf. Parte I, cap. 2. Um olhar necrológico.

⁹ MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. Apresentação Alberto da Costa e Silva. 4ª ed. - Rio de Janeiro : José Olympio, ABL, 2008, p. 131-2.

¹⁰ *Idem*, p. 133.

¹¹ *Idem*, p. 134.

¹² *Idem*, p. 134.

¹³ *Idem*, p. 134.

inteiramente, renovando o sentido da obra, porque mudou o ângulo de interesse e são outros os motivos nela contidos que fixam de preferência a atenção dos novos intérpretes.¹⁴

Essa “fama”, criando moldes comuns, “vive de cunhar medalhões que a mão da posteridade gastará no uso corrente dos lugares-comuns”.¹⁵ O esforço do jornalista gaúcho (se, por nossa conta, e novamente, abstrairmos a dimensão da objetividade) é, nesse sentido, analisar a obra de Machado de Assis (e sua fisionomia como autor) levando em conta algumas, senão as principais, modulações críticas ocorridas até então. Sob esse olhar atentos às nuances, veríamos a imagem de Machado de Assis “em projeção de movimento no tempo, mudando de fisionomia e de porte, conforme a importância e o sentido que lhe atribuem os seus intérpretes; espetáculo acidentado às vezes, se consideramos que nele também cabem os juízos mais desdenhosos”.¹⁶

Sobre a importância desses “juízos mais desdenhosos”, insiste, porém, Augusto Meyer que “ao intérprete consciencioso incumbe preservar do embotamento essas efígies banalizadas de mão em mão, estudando o que se pode chamar neste caso, com legítima oportunidade, o reverso do medalhão”.¹⁷ O autor de *Poemas de Bilu* parece buscar ainda um “verdadeiro” Machado de Assis escondido no reverso do medalhão. Por isso, a sua abordagem, se relativiza a perspectiva hegemônica (baseada no perfil oficial), acaba apenas polarizando a questão. O que, para ser justo com o crítico e com seu tempo, certamente teve pertinência e potencialidade. Embora, por falta de tempo e de condições, Augusto Meyer não tenha captado as figurações machadianas em “projeção de movimento no tempo”, essa possibilidade ficou como uma profícua sugestão.

A medalha e o caleidoscópio

Hélio de Seixas Guimarães, em um amplo trabalho de recepção crítica, mapeia – mais ou menos como queria Augusto Meyer – as construções coletivas de determinadas figuras machadianas ao longo do século XX e, conseqüentemente, as inflexões críticas provocadas por transformações na recepção e na interpretação da vida e obra do “Bruxo do Cosme Velho”. Em ampla medida, a pesquisa se interessa pela “construção coletiva das figuras machadianas, o que Roger Chartier chamou de função-autor”, entendida como o “resultado de operações específicas

¹⁴ *Idem*, p. 134.

¹⁵ *Idem*, p. 134.

¹⁶ *Idem*, p. 131-2.

¹⁷ *Idem*, p. 135.

e complexas que refere a unidade e a coerência de uma obra, ou de uma série de obras, à identidade de um sujeito construído”.¹⁸ A partir daí, objetiva o professor

Captar dinâmicas produzidas pelas divergências, dissensões, polemicas, concordâncias e mesmo unanimidades suscitadas pelo escritor e pela leitura de sua obra em diferentes momentos, buscando compreender as relações entre as discussões críticas entabuladas em momentos históricos específicos e questões culturais, sociais e políticas, e o papel disso na construção das figuras do escritor.¹⁹

São quatro figuras machadianas construídas através da atividade crítica, em articulação com outros agentes, a saber: o “escritor de exceção” ou “excêntrico”, tópica das análises coetâneas de Machado de Assis, realizadas, principalmente, por intelectuais como Sílvio Romero (1851-1914), Araripe Júnior (1848-1911) e José Veríssimo (1857-1916); o “mito nacional”, em que Machado de Assis é apresentado, entre as décadas de 1930 e 1950, mediante a atuação de especialistas como Lúcia Miguel Pereira (1901-1959), Astrojildo Pereira (1890-1965), Augusto Meyer (1902-1970) e Eugênio Gomes (1897-1972), em associação com outros atores da vida política e cultural, como escritor representativo da nação; o “escritor internacionalizado”, em que se destaca o impacto das leituras estrangeiras na recepção das obras machadianas, em particular as teses de Helen Caldwell (1904-1987) sobre *Dom Casmurro* e, mais tarde, as considerações de Susan Sontag (1933-2004) e Abel Barros Baptista; e, por fim, o “autor realista”, em que são apresentadas as variantes das leituras que, de diferentes modos, focalizam a relação das obras machadianas com o contexto sócio-histórico do Brasil do século XIX.

Embora em amplo diálogo com outras figurações e correntes críticas, os capítulos deste trabalho buscaram analisar, junto com os funerais e a retórica cívica machadiana, a recepção crítica e biográfica que consolidou a figura de Machado de Assis como “autor exceção”. A excepcionalidade machadiana, como já destacamos, foi relativamente contornado pela *retórica da purificação*, em um movimento que tornou possível tanto a construção cívica a despeito dos aspectos problemáticos identificados, como também, e a um só tempo, protegeu a figura

¹⁸ GUIMARÃES, H. S.. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *op.cit.*, 2017, p. 15.

¹⁹ *Idem*, p. 16.

machadiana de uma figuração que tinha como “referência implícita” um discurso assumidamente racista – materializado, como veremos, em Sílvio Romero.

Nesse sentido, se, para Hélio de Seixas Guimarães, a assimilação de Machado de Assis como “vulto nacional” foi resultado de um processo relativamente longo, “que teve início na década de 1910 [eu diria que teve início com o escritor ainda vivo, mas sobretudo a partir de 1908] e se acelerou na década de 1930, quando Machado foi alçado à condição de mito nacional”,²⁰ durante esse tempo, antes e depois dele, desenvolveu-se uma leitura contrária a Machado de Assis. Por esse ângulo, pode-se dizer que a literatura dos “inimigos da machadolatria” atravessa as figurações identificadas por Guimarães, tornando o criador de Brás Cubas, quando não um “autor de exceção”, pelo menos um escritor enigmático. Essa leitura, embora marginal (minoritária, no mais das vezes), foi todavia incômoda; mas, também por isso, manteve sempre em ebulição os machadianos: “todo o mal e todo bem já o disseram dele”, disse Moisés Vellinho, para complementar: “uma coisa só nunca puderam fazer: foi esquecê-lo...”.²¹

Além disso, as contradições que essas críticas explicitam deixam antever as contradições da própria sociedade brasileira (o modo como o conceito bio-sociológico de “raça” é mobilizado por amigos e detratores de Machado de Assis é, nesse sentido, absolutamente sintomático). Trata-se então, no texto que segue, de mapear os imaginários contrários ao “Bruxo do Cosme Velho”, especialmente aqueles que circulavam quando da sua morte. Imaginários que, apesar da fundição comum, de cariz negativo, tem também suas nuances caleidoscópicas. A busca por esse imaginário, absolutamente intragável em certos enunciados, acontece não porque há concordância com essas críticas (muitas injustas, obscuras, pessoais e claramente racistas), mas sim porque esse viés de crítica negativa é, por um lado, parte constitutiva da recepção machadiana – como diria Augusto Meyer, sem essas críticas “faltaria assim à glória de Machado a homenagem do ódio”.²² Por outro lado, é mister destacar que, consagrado na circunstancialidade da morte como “benemérito da nação”, essa consagração, calcada em algum consenso, não foi todavia uma unanimidade.

Mesmo que não seja original, a hipótese desenvolvida aqui, a partir de alguns de seus traços, é que uma parte do imaginário negativo sobre Machado de Assis tem como “referência

²⁰ *Idem*, p. 73.

²¹ VELLINHO, M. Machado de Assis: aspectos de sua vida e de sua obra. Oficina Gráfica da Livraria do Globo - Porto Alegre, 1939, p. 11.

²² MEYER, A. Machado de Assis, 1935-1958. *op.cit.*, 2008, p. 185.

implícita” a figura de Sílvio Romero. Tratando-se de um autor que formulou seus enunciados tendo como pressuposto teorias racistas e raciológicas, boa parte das opiniões contra a obra e a personalidade machadiana, ancorados nos comentários desse literato, acabaram reproduzindo essa dimensão (muitas vezes de forma inconsciente, embora igualmente problemática; mas tantas outras vezes com a consciência de uma identificação dissimulada). Assim, a *retórica da purificação* também funcionou – especialmente, mas não apenas no memento distintivo da morte – como um modo de proteger, por meio de um conhecimento da intimidade e de uma leitura moralista da obra, a figura machadiana de predicados considerados injustos.

Algumas doses de cólera (1882-1936)

Como sugere Josué Montello, quem olhar Machado de Assis com os olhos de hoje mal será capaz de suspeitar que, “para alcançar a glória tranquila”, lhe foi “preciso superar em silêncio a geração que o negou e combateu”.²³ “No meio literário nacional”, destaca Alcides Maya, “um espírito como este havia de provocar fatalmente profundas antipatias e violentos ataques”.²⁴ Ao longo da sua atividade como escritor, Machado de Assis “sofreu diversas agressões, nem todas leves”.²⁵ Durante os mais de cinquenta anos em que frequentou o mundo das letras – destacando-se, no trato e na crítica, sobretudo pela seriedade e pelo temperamento ameno e cordial –, o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* “sempre encontrou quem o injuriasse”.²⁶ Como diria Carlos de Laet, “impossível seria que em vida quase septuagenária, através da administração e das letras, ele não houvesse, muito sem o querer, gerado antipatias, não direi inimizades, e provocado indébitas agressões”. Assim, “época houve em que Machado foi objeto de rijo e porfiados assaltos ... Mas nunca respondeu”.²⁷ Os ataques, quase todos ouvidos em silêncio, refletem, em alguma medida, tanto a configuração de Machado de Assis como um “escritor de exceção” como a posição central que o “Bruxo do Cosme Velho” ocupou no universo literário, especialmente nos derradeiros anos, quando já estava relativamente consolidada a Academia Brasileira de Letras

²³ MONTELLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998, p. 96.

²⁴ MAYA, A.. Machado de Assis: algumas notas sobre humor. 3ª ed. rev. – Porto Alegre: Movimento / Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2007, p. 101.

²⁵ MACHADO, U.. Três vezes Machado de Assis. Rio de Janeiro: Ateliê Editorial, 2007. pág. 45.

²⁶ MONTELLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. *op.cit.*, 1998, p. 243.

²⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

(ABL). Nesse sentido, se, por um lado, a descompostura da obra machadiana causou estranheza e incompreensão – resultando em uma recepção ácida e muitas vezes injusta; por outro, o “homem” Machado de Assis também deixou a desejar, sendo comumente apresentado, por contemporâneos e pósteros, como um sujeito apático do ponto de vista cívico.²⁸

É nesse sentido que, rompendo com a “retórica da consagração” então em voga, o professor e poeta Hemetério José dos Santos (1858-1939), quase um mês depois do falecimento do criador de Bentinho, serviu-se de um espaço na *Gazeta de Notícias* para dirigir questionamentos contundentes a Machado de Assis. O autor de *Fructos Cadivos* – vale destacar, uns dos mais importantes intelectuais negros do país –²⁹ escreveu uma “carta aberta” ao amigo anarquista Fábio Luz em que discorreu contrariamente ao elevado valor atribuído a Machado de Assis por dois “rubros fanáticos”, que discutiam literatura no Café-logeo.³⁰

Para Hemetério, Machado não merecia os louvores entoados em toda parte, mormente aqueles de cariz patriótico, uma vez que ele não fora “um observador fiel do nosso modo de ser”. A arte machadiana não tinha, para o poeta, “nenhuma relação com o sentimento nacional”, era tão somente “doentia, de uma perversidade fria, não sentida diretamente do meio, mas copiada de leituras pacientemente ruminadas, de romances franceses e ingleses”. Homem, espelhando as personagens, não era também apreciável, pois trazia um “ódio disfarçado e felino (...) para com todos, parentes e íntimos, amigos e patrícios, revelando-o ora pelo silêncio que esmaga e anula, ora pela criação de hetairas em época que não as tínhamos em família”. Elevado às alturas do mundo literário e burocrático pelo “carinho dos seus e pelo aconchego que sempre teve de estranhos”, i.e., pela “conspiração da amizade”, Machado de Assis não teria ousado, em um erro absolutamente imperdoável segundo o Hemetério, “levantar com os seus talentos a pedra que tão injustamente esmagou os seus irmãos de cor e de sofrer”.³¹ Assim, conforme o professor maranhense,

O problema do “negro” que assumiu em nossa vida de nação talvez um fulgor de bondade único, sem igual, nem nos tempos antigos, pelos cativeiros de guerra, nem nos tempos modernos, pela escravidão colonial, não mereceu do romancista e do poeta senão pálidas e

²⁸ Esses temas também foram abordados na ficção, como no romance *O homem que odiava Machado de Assis*, de José Almeida Júnior.

²⁹ Sobre Hemetério cf. RODRIGUES, T. L. M.. Hemetério José dos Santos: educador, homem de letras e sua obra. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil - Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá-MT, 2013.

³⁰ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³¹ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

aguareladas pinturas tão tímidas que claramente revelam que do artista partiam as ideias preconcebidas contra a sua cor e procedência.³²

Como sugere Ana Flávia Magalhães Pinto, tais “condenações de ordem literária mantinham relação estreita com os julgamentos que fazia acerca da relação do criticado com a sua cor/raça”.³³ Assim, contra a explicitação da “sua cor e procedência” e, conseqüentemente, das mazelas da escravidão, teria Machado de Assis, segundo o professor, preferido resignar-se em uma arte “primária e rudimentar”, cujo segredo estava em um “vocabulário minguido e pobre, repetido tão amiúde, indo e tornando, passando incessantemente sobre uma mesma tônica, que o leitor acaba por adormecer”.³⁴ Machado de Assis estivera, nesse sentido, desinteressado da causa abolicionista como estivera desinteressado do seu passado negro, materializado, na pena de Hemetério, na “boa mulata velha”, madrastra do criador de *Dom Casmurro*, que todavia chorava “pelo abandono nojoso em que a lançara o enteado de outrora”.³⁵

Em seguida, em um movimento bastante expressivo, Hemetério caracteriza Machado de Assis como um “Calabar Literato”: “um Calabar literato”, diz ele, “contorcido e fugitivo nos seus meandros enigmáticos, não é menos criminoso que um Calabar que deserta dos seus pela porta da traição e do suborno”.³⁶ A imagem, além de coerente com o ponto de vista crítico de Hemetério, guarda ainda uma beleza notável: Domingos Fernandes Calabar (1609-1635) – pernambucano que lutou ao lado dos “invasores” durante a ocupação Holandesa do Brasil – é, para certa historiografia, o grande traidor da pátria. Nessa lógica, percebe-se bem o movimento argumentativo de Hemetério: Machado de Assis é um “Calabar Literato” porque, a despeito das violências a que eram submetidos os “seus irmãos de cor e de sofrer”, não ousou mobilizar a sua pena contra a escravidão – sendo esta, inclusive, “a queixa que dele teriam outros negros: o retraimento na campanha da Abolição”, como aponta Josué Montello.³⁷

³² Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³³ PINTO, A. F. M.. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 166.

³⁴ Lúcia Miguel Pereira vincula a o caráter repetitivo da estética machadiana à epilepsia: “Parece também ser fora de dúvida que foi um epilético. Inúmeras pessoas presenciaram os seus ataques francamente epileptiformes, e muitos traços seus - o apego aos mesmos hábitos, a volta aos mesmos temas traem a “afetividade viscosa e colante da constituição epileptoide ou gliscróide que constitui, segundo Mme. Minkowska, “o fundamento constitucional das manifestações epiléticas”. PEREIRA, L. M.. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936, p. 87-8.

³⁵ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³⁶ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³⁷ MONTELLO, J.. *Os inimigos de Machado de Assis. op.cit.*, 1998, p. 76.

No entanto – e traduzindo uma ambiguidade que interessa –, a notável imagem de Machado de Assis como um “Calabar Literato” poderia, com um mínimo esforço crítico, ser lida a contrapelo: Calabar era um traidor ou alguém que mobilizou outras estratégias no sentido de materializar um objetivo comum: o bem de sua comunidade? Ambiguidade também pertinente a Machado de Assis: ele foi um traidor (porque ignorou a escravidão) ou alguém que mobilizou outras estratégias de intervenção no debate abolicionista? O recalcamento (intencional ou não) de sua etnicidade foi uma atitude deliberada ou uma estratégia (intencional ou não) de sobrevivência a uma morte social? Nesse sentido, pode-se dizer que Hemetério José dos Santos, “no afã de melhor avaliar sua verrina contra Machado”,

Pesou tanto a mão que acabou por beirar a contradição, afirmando coisas que outros de seus textos e sua trajetória de vida deram provas em contrário. Homem que pautou por diversas vezes assuntos relativos ao preconceito de cor e às experiências negras em seus escritos, dificilmente ele seria alguém que acreditasse que o Brasil fosse um perfeito exemplo de bom convívio entre as raças³⁸

Talvez espontaneamente, dando vazão a uma aversão comum; talvez conscientemente, buscando filiação implícita, Hemetério retomou, em vários momentos, tópicos críticos apresentados anteriormente por Sílvio Romero (1851-1914) no conhecido *Estudo Comparativo de Literatura Brasileira*. Como bem observa Ana Flávia, Machado “não teve em Hemetério o seu primeiro censor racial”,³⁹ “em vários trechos, parece até que Hemetério estava simplesmente parafraseando as sentenças do crítico sergipano”.⁴⁰ Assim como Hemetério incomodou-se, por exemplo, com o “entusiasmo incondicional” de alguns admiradores de Machado de Assis, Romero também não via com bons olhos a áurea de louvor com a qual os discípulos cercavam o “mestre”. Em ampla medida, para o escritor sergipano, Machado de Assis era “um dos ídolos consagrados em vida ao nosso beatério letrado”.⁴¹ A despeito de certamente merecer um lugar destacado, o crítico pretendia assentar Machado “em seu verdadeiro posto na história intelectual da nossa pátria”.⁴² Segundo Alberto Schneider, a obra do autor de *Memorial de Aires* converteu-se em um “problema para o autor da *História da literatura brasileira*, pois [ele] sequer podia ignorá-la, devido ao prestígio que Machado de Assis alcançara; nem podia aceitá-la, sob pena de

³⁸ PINTO, A. F. M.. Escritos de liberdade. *op.cit.*, 2018, p. 167.

³⁹ *Idem*, p. 167.

⁴⁰ *Idem*, p. 168.

⁴¹ ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897, p. xii.

⁴² *Idem*, p. xii.

comprometer todo o seu edifício intelectual e político”.⁴³ Tratava-se então, segundo Romero, de analisar a obra do grande poeta e prosador carioca a partir de métodos pretensamente objetivos: “bem aventurados nas letras aqueles que são objeto de estudos desinteressados e sinceros; porque é deles o reino da glória. Machado de Assis é um desses”.⁴⁴

“Antes e acima de tudo”, principia Romero, Machado “é entre nós o mais completo espécime do homem de letras”,⁴⁵ é “um dos príncipes do estilo”.⁴⁶ Como sugere Alberto Schneider, mesmo “quando Sílvio Romero elogiava o estilo do escritor fluminense (...) tratava-se, na verdade, de uma crítica, pois servia para representar um Machado alheio à luta política e social”.⁴⁷ Feito este agrado, Romero passa então a questionar, de forma mais incisiva, o homem e a obra. Assumindo a literatura, e as personagens do autor, como uma modalidade de expressão psíquica, Romero afirma que “o estilo de Machado de Assis, sem ter grande originalidade, sem ser notado por um forte cunho pessoal, é a fotografia exata do seu espírito, de sua índole psicológica indecisa”.⁴⁸ “Sem muita sutileza, como lhe era característico, Sílvio Romero assentava no colo de Machado a imagem do mulato pernóstico, afrancesado, com afetação de erudição e finura, incapaz de aceitar o seu lugar na sociedade”.⁴⁹ Antes de Hemetério, portanto, Romero questionou a linguagem (e, por meio dela), o homem pobre e desinteressante que, de certa forma, se desnudava nos livros:

Correto e maneiroso, não é vivace, nem rútilo, nem grandioso, nem eloquente. É plácido e igual, uniforme e compassado. Sente-se que o autor não dispõe profusamente, espontaneamente do vocabulário e da frase. Vê-se que ele apalpa e tropeça, que sofre de uma perturbação qualquer nos órgãos da palavra. Sente-se o esforço, a luta. “Ele gagueja no estilo, na palavra escrita, como fazem outros na palavra falada”, disse-me uma vez não sei que desabusado num momento de expansão, sem reparar talvez que dava-me destarte uma verdadeira e admirável notação crítica. Realmente, Machado de Assis repisa, repete, torce, retorce tanto suas ideias e as palavras que as vestem, que deixa-nos a impressão de um perpétuo tartamudear.⁵⁰

Para Romero, “com um punhado de ideias pouco extensas, com um vocabulário que não é dos mais ricos, com uma imaginação sem altos voos”, Machado conseguia dar “muitas e repetidas

⁴³ SCHNEIDER, A. L. “Sílvio Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos”. *Intelligere*, Revista de História Intelectual, São Paulo, v. 2, n 2 [3], p. 49-67. 2016. ISSN 2447-9020, p. 61.

⁴⁴ ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. xii.

⁴⁵ *Idem*, p. 2.

⁴⁶ *Idem*, p. 91.

⁴⁷ SCHNEIDER, A. L. “Sílvio Romero e Machado de Assis”. *op.cit.*, 2016, p. 59.

⁴⁸ ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 82.

⁴⁹ SCHNEIDER, A. L. “Sílvio Romero e Machado de Assis”. *op.cit.*, 2016, p. 60.

⁵⁰ ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 83,

voltas em torno dos fatos e das noções que eles lhe deixam na inteligência”.⁵¹ Esse “perpétuo tartamudear”,⁵² quando posto em uma narrativa “sóbria, elegante, lírica”, fazia de Machado de Assis um bom escritor: “é um notável prosador pela correção, pela simplicidade, pela propriedade das imagens, pelo adequado das comparações, pelo apropriado dos qualificativos. Mas é só isto”.⁵³ Por outro lado, quando a literatura machadiana deixava ver o “filósofo pessimista e [o] sujeito caprichosamente engraçado”,⁵⁴ as coisas desandavam:

Lançando mão do artifício de encaixar a brincadeira em malas de defuntos, acredita que está a fazer humor. É por isso que quase todos os seus contos ou romances são ultimamente umas histórias de papéis velhos, de memórias póstumas, de diários de suicidas, de sacristães que deixaram narrativas, de velhos peraltas que escreveram recordações, etc , etc.⁵⁵

Como acusa a recepção crítica desde o lançamento do livro, o *Estudo Comparativo* é menos sobre Machado de Assis, que dá título ao volume, e mais sobre Tobias Barreto (1839-1889), que Romero sentia injustamente desprezado. Melhor poeta, melhor ironista, melhor humorista, melhor polemista, Tobias merecia, aos olhos de Romero, o reconhecimento com o qual parte considerável da “roda literária” não hesitava honrar Machado de Assis. Deslocar Machado de Assis para o seu “verdadeiro lugar” na história da literatura brasileira implicava, assim, abate-lo em benefício de Tobias Barreto. Ao contrário de Tobias, sempre militante e incisivo, Machado tinha uma personalidade retraída e pacata. Desinteressado do mundo, em quase toda a sua obra foi, segundo Romero, um desdenhoso para com o povo brasileiro.⁵⁶ “Natureza sem turbulências, sem audácias, sem grandes lutas íntimas, sem preocupações sociais, eivado de um indiferentismo incurável, que seria olímpico, se não fosse algum tanto mórbido,⁵⁷ Machado não seria o primeiro, nem tão pouco o último dos escritores brasileiros. Seria, sim, “um representante do espírito brasileiro, mas num momento mórbido, indeciso, anuviado”.⁵⁸

⁵¹ *Idem*, p. 86.

⁵² No posfácio do livro Machado de Assis afro-descendente, Eduardo de Assis Duarte ressignifica a “estratégia de caramujo” empregada por Machado, dotando-a de uma dimensão crítica. ASSIS, J. M. M.. Machado de Assis afro-descendente - escritos de caramujo [antologia]. Organização, ensaio e notas: Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Pallas / Crisálidas, 2009. 2ª edição/ 1ª reimpressão, revista e ampliada.

⁵³ ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 88.

⁵⁴ *Idem*, p. 347.

⁵⁵ *Idem*, p. 136.

⁵⁶ *Idem*, p. 80.

⁵⁷ *Idem*, p. 78.

⁵⁸ *Idem*, p. 121.

Romero, de forma excessiva, mas coerente com os pressupostos teóricos de índole racista que mobiliza,⁵⁹ aponta questões que serão retomadas pela fortuna crítica machadiana. Hemetério, como vimos, em um momento determinante, recorreu (mesmo que inconscientemente e de modo contraditório) aos argumentos de Romero. Luís Murat, em 1926, também se filia à recepção energética de Sílvio Romero (que, segundo o crítico, estaria “preocupado em fornecer ao público um juízo exato e sério sobre o ilustre brasileiro”)⁶⁰ para expressar o seu azedume, de contorno igualmente racista, para com Machado de Assis. Não satisfeito em evidenciar o que qualifica como uma “mistificação satânica”,⁶¹ Murat, lembrando (trinta anos depois) algumas palavras sobre Machado de Assis atribuídas a José do Patrocínio (1853-1905), destila uma série de agressões (o trecho é longo, mas absolutamente interessante do ponto de vista das leituras possíveis sobre o autor de *Dom Casmurro*):

Pago o ódio que esse homem vota à humanidade com o meu desprezo. Sinto que há ali uma hiena encarcerada e amordaçada, a cujo açamo se aferram os instintos mais ferozes. Nunca olhou para fora de si; nunca deparou, no círculo das suas idealidades e reverências, outro homem que não fosse ele, outra causa que não fosse a sua, outro amor que não fosse o de si mesmo. A alma se lhe estreita numa contração epiléptica de espasmos, a cujo furor as imagens do bem como que se retraem flageladas pelo ódio e a idiossincrasia de um dos mais acabados exemplares de humorismo malfazejo e hipócrita. Vejam: atravessando o mais doloroso, soberbo e trágico momento da nossa vida política. (...) Só um homem, em todo o Brasil e fora dele, passa indiferente por todos esses hosanas e vitupérios, por todo esse clamor e essa tempestade, por todo esse incêndio e essa aluvião. Esse homem é o senhor Machado de Assis. Odeiem-no, porque é mau; odeiem-no, porque odeia a sua raça, a sua pátria e o seu povo. Sua pena destila fêl e veneno. Todas as serpes reunidas da astúcia, da hipocrisia e da revolta contra a sua cor e sua progênie, aninham-se-lhe no coração, envenenam-lhe a alma.⁶²

Em outras oportunidades, será também o autor sergipano o porta voz, ou a “referência implícita”, dos “inimigos da machadolatria” que, desse modo, acabavam compartilhando um mesmo léxico crítico. Alguns dos argumentos apresentados no *Estudo Comparativo*, passando pela pena de Murat, retornaram, por exemplo, em 1936 (década central para o processo de construção da figura de Machado de Assis como autor nacional), quando o escritor Carlos Dias

⁵⁹ “Todos os meus trabalhos críticos, que, quando outro mérito não tenha, possuem ao menos o de obedecer a um sistema, a um plano, a um conjunto fundamental de ideias”. ROMERO, S. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 77.

⁶⁰ MURAT, L. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. In: MONTELLA, J.. Os inimigos de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 287.

⁶¹ Cf. Parte I, cap. 2. Um olhar necrológico.

⁶² MURAT, L. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. *op.cit.*, 1998, p. 277.

Fernandes publicou o romance *Fretana*. Nesse livro, Fernandes recolheu um triolé cuja autoria é atribuída ao poeta simbolista Cruz e Sousa (1861-1898).

Machado de Assaz, assaz,
 Machado de Assis, Assis;
 Oh! Zebra escrita com giz,
 Pega na pena e faz – zaz,
 Sai-lhe o Borba por um triz.
 Plagiário de Gil Braz
 Que de Le Sage nos diz.
 Pavio que arde sem gás,
 Carranca de chafariz,
 Machado de Assaz, assaz,
 Machado de Assis, Assis.⁶³

O poema é, para Ubiratan Machado, uma “agressão impiedosa”. Os termos são demasiadamente duros, Machado de Assis é apresentado como um escritor preocupado com banalidades, superficial, sem originalidade, em suma: “um pavio que arde sem gás”. No entanto, como informa Ubiratan, não se sabe exatamente a data e nem as razões que propiciaram esta agressão.⁶⁴ Segundo o crítico carioca, os versos ficaram desconhecidos durante aproximadamente 35 anos – certamente eles foram escritos depois de 1891, quando Machado publicou *Quincas Borba*, citado no poema, e só apareceram em 1936.

A partir de sua publicação, porém, [o poema] passou a ser utilizado como uma espécie de peça de acusação num processo bastante arbitrário, alimentado apenas por provas subjetivas, acusando Machado de elitista e de se colar acima de sua raça, mesmos argumentos invocados pelo professor Hemetério. Com o tempo, o tal “processo” tomou corpo e passou a ser adotado por muita gente, sem maior exame.⁶⁵

Todavia, mesmo que a tradição não tenha guardado grandes conflitos – “os depoimentos da época são omissos” –,⁶⁶ sugere Ubiratan Machado ser “possível que tenha havido um melindre recalçado do poeta negro contra o mulato Machado”.⁶⁷ Como tantos outros literatos, “enxergaria o poeta catarinenses em Machado um trãnsfuga de sua raça, um mestiço que tudo fazia para

⁶³ Poema atribuído a Cruz e Sousa. Sobre a autoria do poema cf. MACHADO, U.. Três vezes Machado de Assis. Rio de Janeiro: Ateliê Editorial, 2007. No roteiro do filme *Cruz e Sousa – O poeta do Desterro*, também publicado em livro, e no livro de Josué Montello, *Os inimigos de Machado de Assis*, o poema aparece assim: (Virgílio Várzea) Machado de Assis, assás, / Machado de assás, Assis;/ (Araújo Figueiredo) Oh! Zebra escrita com giz, / Pega na pena faz “zás”, / (Nestor Vítor) / Sai-lhe o “Borba” por um triz. / Plagiário de “Gil Braz”, / (Virgílio Várzea) Que, de Le Sage por trás, / Banalidades nos diz, / (Oscar Rosas) Pavio que arde sem gás, / Carranca de chafariz, / (Nestor Vítor) Machado de Assis assás, / Machado de assás, Assis. No livro de Montello, o poema aparece sem os nomes em parênteses.

⁶⁴ MACHADO, U.. Três vezes Machado de Assis. Rio de Janeiro: *op.cit.*, 2007. p. 47.

⁶⁵ *Idem*, p. 47-8.

⁶⁶ *Idem*, p. 48.

⁶⁷ *Idem*, p. 48.

ocultar os traços de sua ascendência negra?”.⁶⁸ Para Ubiratan, essa hipótese “é até razoável” (embora não seja a mais provável, como veremos nos próximos parágrafos), uma vez que Nestor Victor, grande amigo de Cruz e Sousa, chegou a se referir a Machado de Assis como “o pardavasco da Capitu”. Assim, na frase do escritor – “principalmente [na] alusão depreciativa à cor de Machado” – poder-se-ia “descobrir o eco de uma opinião coletiva dos simbolistas, traduzindo o possível ressentimento de Cruz e Souza contra Machado, centrado no aspecto racial”.⁶⁹ Por outro lado, mas ainda nesse sentido, o poema também pode ser “encarado como manifestação poética daqueles cochichos maliciosos, a que nos referimos” e, ainda, “como um episódio marginal nos ataques de Sílvio Romero a Machado”.⁷⁰

Seja como for, tanto os “cochilos maliciosos” quanto o ressentimento calcado no “aspecto racial”, todos presentes na crítica de Sílvio Romero, aparecem em alguns comentários coetâneos, como os de Hemetério José dos Santos (que já vimos), Múcio Teixeira (1857-1926) e João Ribeiro (1860-1934). Ribeiro, que publicou, entre outras coisas, o *Compêndio de história da literatura brasileira* com Sílvio Romero, comenta: “houve a campanha tempestuosa do abolicionismo: Machado não tugi nem mugiu. Não foi abolicionista nem foi escravocrata; foi sempre um ausente nesse tumulto”.⁷¹ Já Teixeira – que fora questionado por Machado de Assis, como também o fora Sílvio Romero, no ensaio “A nova geração” –,⁷² escreve um artigo bastante crítico sobre a *Poesia Completa*. Teixeira diz, como Romero, que Machado era bom prosador, mas mau poeta; em seguida, insiste:

Ninguém é capaz de explicar a sua imperturbabilidade, permanente e fria, diante dos grandes acontecimentos político, sociais e humanos do nosso agitado tempo, em que foi abolida a escravidão da sua raça, dele, mulato com fumaças de branco, que torce o nariz chato e grosso a todos os seus parceiros menos afortunados.⁷³

⁶⁸ *Idem*, p. 48.

⁶⁹ *Idem*, p. 48.

⁷⁰ *Idem*, p. 51. “Ora, com exceção dos membros de sua igreja, os simbolistas raras vezes eram elogiados [como foi Cruz e Sousa por Sílvio Romero]. A incompreensão era quase hostil. Assim, é possível que, diante de louvores tão rasgados, o poeta catarinense – mesmo reconhecendo seu próprio valor – ficasse grato, tomando carona em um dos inúmeros ataques de Romero contra Machado. Assim, o triolê retribuiria, de certa forma, os elogios do crítico ao mesmo tempo que dava vazão ao seu ressentimento, longo tempo recalçado. Seria uma espécie de solidariedade na sordidez, atitude muito estranha à grandeza espiritual de Cruz e Souza”. *Idem*, p. 53.

⁷¹ RIBEIRO, J. Cartas Devolvidas. In. MONTELLLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998, p. 219.

⁷² “Há movimento em suas estrofes, mas há também demasia; o poeta não é correto; falta-lhe limpidez de propriedade. Quando a comoção verdadeira domina o poeta, tais defeitos desaparecem, ou diminuem; mas é rara a comoção nos versos do sr. Múcio Teixeira”. Tais coisas disse que Múcio Teixeira permaneceu, pelo resto da vida, profundamente irritado, à espera de ocasião adequada para um revide, o que se daria mais de vinte anos depois”. MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 2: ascensão. *op.cit.*, 2008, p. 343.

⁷³ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901. In. MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 241.

Seja como for, é interessante notar que alguns dos ataques dirigidos a Machado de Assis são, em alguns momentos, às vezes precariamente, atribuídos a grandes escritores negros, como Hemetério José dos Santos, Cruz e Souza, José do Patrocínio e, por meio de Romero, Tobias Barreto. Embora diversos autores negros (de Hemetério a Ironides Rodrigues)⁷⁴ tenham tecido críticas contundentes a Machado de Assis, não deixa de ser sintomático o fato de que algumas atribuições, ou seja, alguns comentários que não foram feitos diretamente pelos sujeitos implicados (como no caso de Patrocínio e Cruz e Sousa), deixam ver mais as opiniões dos sujeitos que a vincularam do que, propriamente, as de quem as teria dito.

Como atestam alguns comentadores, a relação entre Machado de Assis e José do Patrocínio não era assim tão simples. Embora alguém como Alceu Amoroso Lima coloque Patrocínio contra Machado, outros, como Raimundo Magalhães Júnior, apontam algumas aproximações (Patrocínio defendeu Machado de Assis das críticas de José Leão, publicadas no *A província de São Paulo*). Como destaca Ana Flávia Magalhães Pinto, “que Patrocínio estimasse que Machado fosse menos reservado em suas demonstrações de apoio à causa Abolicionista e até lamentasse o acanhamento do caramujo, isso seria bem razoável”, como também o seria para o caso de Cruz e Sousa. No entanto, “as acusações alegadas levam, no limite, a ter que acreditar que o jornalista não tinha estado nem mesmo com homens como Ferreira de Menezes, Luís Guimaraes Junior, Joaquim Nabuco, entre tantos outros que tiveram um bom convívio com o agredido” e que, nesse sentido, “poderiam dizer muito sobre sua personalidade”.⁷⁵ Todavia, o contato com esses homens, muitos dos quais companheiros da intimidade de Machado, seria

insuficiente para permitir afirmar que essas palavras não eram mesmo de Patrocínio, mesmo que seja difícil aceitar que, num momento como aquele, ele se preocupasse com o “humorismo malfazejo e hipócrita” de Machado e fizesse um apelo tão veemente pelo ódio a alguém que não disputava espaço com ele, nem muito menos defendia ideia contrárias.⁷⁶

Para a pesquisadora, porém, “a base dos argumentos imputados ao chefe da *Cidade do Rio* pode ser encontrada em outros trechos do artigo, pelos quais Murat não se exime da autoria”.⁷⁷

⁷⁴ “[Machado] exprimia-se como um escritor branco que não sentisse o mínimo de sangue negro correndo em seu coração. É o patrono da Academia Brasileira de Letras, numa prova de sua branquitude de inspiração, ficando à margem e pouco se preocupando com movimentos sociais do seu tempo, como a Abolição e a República. RODRIGUES, I. Introdução à literatura Afro-brasileira. In: Thoth, nº 1. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, jan./ abri. 1997, p. 255-266. Apud. DUARTE, E. A.. (Org.). Machado de Assis afro-descendente. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida. 2ª ed., 2009; 1 ed., 2007, p. 9.

⁷⁵ PINTO, A. F. M.. Escritos de liberdade. *op.cit.*, 2018, p. 144.

⁷⁶ *Idem*, p. 164.

⁷⁷ *Idem*, p. 164.

Ana Flávia acompanha Raimundo Magalhães Júnior, que “recuperou essa polêmica e defendeu que tal atitude de Luís Murat seria mais uma evidente demonstração dos prejuízos psíquicos que este sofria – capazes de fazer revelar suas próprias verdades escondidas por longo tempo – do que a exposição de registro fies”.⁷⁸ A passagem duvidosa e a exatidão de lembrança tão longínqua, transcrita tão amiúde, pesam contra a boa-fé do memorialista, de tal forma que, muito mais que uma opinião de Patrocínio, estaria em tela o racismo escondido de Luís Murat, apresentado a partir de “uma série de postulados tomados como cientificamente legítimos à época”.⁷⁹

Sobre o triolé atribuído pelo romancista Carlos Dias Fernandes ao poeta Cruz e Souza, pode-se dizer coisa parecida, uma vez que, contra as justificativas apresentados anteriormente (que sugerem serem os versos do poeta do desterro), a “pobreza poética do poema, indigna do gênio de Cruz e Souza”, argumenta a favor da hipótese de ter sido o poema escrito por D. Fernandes, que, assim, “deve ter inventado histórias e triolés – ou pelo menos um triolé –, na tentativa de tornar mais interessante a memória do Cisne Negro”,⁸⁰ cujo reconhecimento e prestígio, imputado no vínculo, refletiria nele também.

Bisbilhotices e outras histórias

Em alguns momentos, como vimos, diversas críticas foram imputadas a escritores negros, talvez em uma tentativa de reforçar o distanciamento de Machado de Assis de outros intelectuais, o que todavia é faltar com a verdade, uma vez que, ao que tudo indica, além de se relacionar com figuras destacadas como José Ferreira de Menezes, não há desagregos evidentes entre Machado, Patrocínio e Cruz e Sousa – isso embora tenha havido, muito provavelmente, discordâncias sobre assuntos e interesses partilhados. No entanto, em outros momentos, as críticas são atribuídas a grupos específicos, escondidos na obscuridade, no sentido daquela “manifestação poética de cochichos maliciosos”. Silvio Romero, matriz dessa crítica, afirma, por exemplo, que o louvor público não impedia que, em particular, “em certas rodas, nas parlandices íntimas, digam-se deles [de alguns escritores] as coisas mais feias”.⁸¹ Desse modo, pergunta Romero: “quem nos garante

⁷⁸ *Idem*, p. 165.

⁷⁹ *Idem*, p. 165.

⁸⁰ MACHADO, U.. Três vezes Machado de Assis. Rio de Janeiro: *op.cit.*, 2007. p. 53.

⁸¹ ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 4.

não ter o nosso Machado de Assis o seu quinhão entre aqueles que é de bom estilo sempre elogiar para inglês ver?”. “Neste particular”, arremata, “sei de coisas que não podem aparecer num estudo de crítica sem o desfigurar numa espécie de bisbilhotice”.⁸²

Ao que parece, muitos desses grupos portavam-se contrariamente a Machado de Assis. Essa postura, entretanto, se parece agradar Romero (constituindo o tema como tópico da crítica negativa), também servia como argumento para os aduladores. Em uma carta conhecida, o jovem escritor mineiro Godofredo Rangel (1884-1951) tenta se aproximar de Machado de Assis. Para tanto, apresenta-se como um defensor do poeta carioca no belo horizonte mineiro:

Prestar-lhe-ei contas minuciosas de cada despeito, pasmo, motejo ou indiferença. Sabe que é muito criticado? Aqui na minha terrinha há gente que lhe vota um ódio até o suicídio ou o assassinato. Há poucos dias um abalizado negociante exclamou:

- Ainda que me dessem 20 contos eu não relia o Brás Cubas.

E esse mesmo moço, cuja gravidade antecipou a idade, aventurou que era impossível, sem hipocrisia, gostar-se de Machado de Assis.

Eu protestei.

- Mas qual o merecimento desse homem?

E eu (vê que covardia, caro Mestre?), eu calei-me, vencido antes da luta, aterrorizado pelo berro desse homem que foi dado em tom formidável.⁸³

Fora os artifícios de linguagem que visam criar uma proximidade com o interlocutor que, todavia, não chegará nunca a responder a carta (embora a tenha guardado em seus arquivos), o texto Godofredo Rangel explicita a lógica da “conspiração da amizade”. Conquanto diga, no fim da correspondência, que não é como futuro escritor que busca se aproximar de Machado, Rangel, que publicaria *Vida Ociosa* em 1920, tenta justamente obter do escritor carioca a amizade que, talvez, lhe abrisse as portas do universo literário. A “covardia” de Godofredo é, na verdade, uma estratégia de aproximação: caso Machado de Assis respondesse, i.e., caso confirmasse tratar-se mesmo de um homem de “carne e osso, um filho de Adão”, o jovem escritor teria, então, o motivo e, em posse da correspondência, a justificava para tomar coragem na defesa do escritor ilustre.

Este não era, porém, um caso isolado. Também Osório Dutra (1889-1968), em um necrológio publicado no jornal *O Pharol*, conta que, certo dia, “como de costume, fazia-se a clássica rodada e a conversa tomava, pouco a pouco, maiores proporções. Discutia-se e falava-se de

⁸² *Idem*, 1897, p. 5.

⁸³ Apud WERNECK, M. H. V.. *O Homem Encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008, p. 20.

tudo, até que, insensivelmente, a palestra caiu no assunto característico da semana: a morte de Machado de Assis”.⁸⁴ Segundo o jovem poeta, na conversa,

Cada um dos palestrantes tinha a sua opinião sobre o grande romancista brasileiro. F., estudante de direito com pretensões literárias, julgava o Mestre um escritor vulgar: “fez alguma coisa, é verdade, mas à custa de muito estudo, outros tem feito muito mais, aos vinte e poucos anos de idade. Gonçalves Dias, por exemplo”.⁸⁵

Em outra oportunidade, Dutra conta que questionou quantas obras de Machado o bacharel conhecia efetivamente: “F. corou, estremeceu ante a indiscrição de minha pergunta e gaguejou, entre dentes, à meia voz: conheço o Memórias de Quincas Borba, Memorial de Esaú e Jacó e a Vida de Aires que é (com licença dos leitores) uma grossa porcaria”.⁸⁶ “Depois de uma resposta tão absurda como essa”, afirma Dutra, “era-me lícito, apenas, a mudez completa e absoluta”.⁸⁷ O jovem poeta então segue o seu artigo narrando um outro caso:

O positivista B. também não apreciava Machado de Assis: “dos nossos diretores de secretaria era o que escrevia mais regularmente. Como poeta, era, numa palavra, intolerável; como filósofo e romancista, pueril e trôpego... Ontem como hoje, nunca valeu coisa alguma. Foi, nem mais nem menos, um burilador de literatices baratas e chocas”.⁸⁸

Os argumentos, como é fácil identificar mesmo em uma leitura superficial, são semelhantes aos publicados semana antes por Hemetério José dos Santos e, antes dele, por Silvio Romero. Aqui, não importa saber se a cena é real ou fictícia, mas verificar a consistência de um imaginário contrário à consagração cívica e literária de Machado de Assis; imaginário este que se estendeu durante todo o século XX. De um ponto de vista literário, Machado é apresentado, nesta passagem e algures, como pueril, trôpego, repetitivo, sem brilho; mas os ataques também diziam respeito à dimensão cívica, onde o recém finado estaria sendo louvado indevidamente:

Não parava ali, porém, a monumental ousadia do admirador entusiasta de Comte: “todas essas manifestações feitas no país inteiro, continuava ele, ao ex-presidente da Academia Brasileira, não tem valor moral ou intrínseco. São o produto inviolável da vontade despótica do Barão do Rio Branco! São louros que lhe cabem, glórias que vão, ao fim, refletir na sua alta e distinta personalidade!”.⁸⁹

⁸⁴ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol*.

⁸⁵ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol*.

⁸⁶ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol*.

⁸⁷ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol*.

⁸⁸ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol*.

⁸⁹ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol*.

Para o positivista B., as manifestações em homenagem a Machado de Assis eram tributárias da ação despótica do Barão do Rio Branco (1845-1912) que, de certo modo, esperava fazer refletir na “sua distinta personalidade” a glória atribuída ao defunto.⁹⁰ “Quanta inocência e quanta asneira! Nem mesmo o Rubião de *Quincas Borba* era capaz de assimilar tão sublime filosofia! Em todo o caso, como produto de um cérebro positivo, é sinceramente perdoável...”,⁹¹ finaliza ironicamente Dutra. Ao narrar esses ataques, Osório explicita o conflito entre aqueles que, quase sempre sorratamente, criticavam Machado de Assis (escorados em Hemetério e Romero) e aqueles que, na imprensa e nas rodas oficiais, louvam o escritor.

Ainda nesse sentido, Machado foi bastante criticado por ser um dos “monarquistas inimigos do novo regime”. Deocleciano Mártir, no jornal *O tempo*, escreveu artigos em que “apresentava uma das listas que [tinha em seu poder], dos maus patrícios e hipócritas monarchistas, pagos fartamente pelos cofres da nação para dizerem mal de si próprios e cavarem a ruína da Pátria”. Entre os nomes da lista, figurava o de Machado de Assis, que foi defendido na imprensa pelos literatos Valentim Magalhães (1859-1903) e Lúcio de Mendonça (1854-1909), este dizendo que “quem quer que tenha uma leve intuição de justiça, uma centelha de paixão republicana, há de venerar este homem [Machado de Assis]”.⁹² Monarquista e liberal, Machado teria aceitado o novo regime, continuando a contribuir como funcionário público. Todavia, as suas críticas ao modelo republicano ainda soavam nos primeiros anos da República,⁹³ fazendo com que muitos olhassem para ele com suspeita.

A referência implícita

A semelhança entre as críticas formuladas por diferentes figuras com os enunciados de Sílvio Romero, além de estabelecer os traços de um imaginário comum, também permite a sugestão de talvez esse autor tenha se constituído enquanto uma “referência implícita” para os “inimigos da machadolatria”. Além da “questão racial” e do suposto absentismo machadiano, a figuração, de fundo moral, de um Machado de Assis maléfico – “convicto do mal”, “inoculador

⁹⁰ Cf. Prólogo. O desfecho, ou a saída para a eternidade.

⁹¹ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol*.

⁹² Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, R.. Vida e Obra de Machado de Assis, v. 3: maturidade. *op.cit.*, 2008, p. 283-8.

⁹³ Cf. GOMES, W. F.. Abolicionistas e republicanos na série Bons Dias!, de Machado de Assis. *TEMPORALIDADES*, v. 11, p. 315-345, 2019.

de venenos sutis” – também pode ser mapeado na literatura romeriana. Nos *Estudos de literatura contemporânea*, de 1885, Romero, depois de dizer que Machado de Assis “passa[va] atualmente pelo mestre incomparável do romance nacional”,⁹⁴ armar-se de palavras duras para dizer que o autor de *Ressurreição* é “um “burilador de frases banais, um homenzinho sem crenças”, insiste ainda que “esse pequeno representante do pensamento retórico e velho no Brasil é hoje o mais pernicioso enganador, que vai pervertendo a mocidade”.⁹⁵

Como diriam figuras como Mário Mattos e José Maria Belo, também para Romero “essa sereia matreira deve[ria] ser abandonada”, e complementa: “o autor de Iaiá Garcia, frívolo e inofensivo como é, é tanto mais para ser combatido, quanto pela dubiedade de seu caráter político e literário em nada pode ajudar a geração que se levante e a quem insinua-se por amigo”.⁹⁶ Romero, com a intempestividade que lhe caracteriza, segue dizendo que Machado de Assis “pode iludir e ilude ainda a alguns ignorantes pela palavrosidade de seus períodos ociosos, vazios, retortilhados e nada mais”,⁹⁷ mas que ele, entretanto, enxergava em Machado “um desses tipos de transição, criaturas infelizes, pouco ajudadas pela natureza, antes problemáticos, que não representam, que não podem representar um papel mais ou menos saliente no desenvolvimento intelectual de um povo”.⁹⁸ Nesse sentido, o escritor fluminense bem que poderia continuar “a burilar frases inúteis, a produzir suas Bombinhas da China”, mas que tivesse, então, “o cuidado de conter-se na vacuidade *embaumée* pelos elogios de seus comparsas inconsiderados”.⁹⁹ Não parece forçada, portanto, a hipótese de que o tripé do “absenteísmo machadiano”: absenteísmo político, literário e moral, tenha em Sílvio Romero, senão uma origem, pelo menos uma “referência implícita”, uma espécie de vazante para a circulação de um determinado imaginário negativo.

No entanto, como sugere Ana Flávia, “os procedimentos básicos do sofisticado modo romeriano de se afirmar intelectual de peso” estão em “questionar a capacidade intelectual e tentar deslegitimar o alvo das críticas por meio de argumentos raciológicos”.¹⁰⁰ Anos antes de publicar o livro sobre Machado de Assis, Sílvio Romero polemizou na imprensa com alguns intelectuais

⁹⁴ ROMERO, S. Sobre Machado de Assis e Luís Delfino. In. *Estudos de literatura contemporânea*: (edição comemorativa). Organização, Luiz Antonio Barreto. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 143.

⁹⁵ *Idem*, p. 143.

⁹⁶ *Idem*, p. 143.

⁹⁷ *Idem*, p. 144.

⁹⁸ *Idem*, p. 143.

⁹⁹ *Idem*, p. 145.

¹⁰⁰ PINTO, A. F. M.. *Escritos de liberdade. op.cit.*, 2018, p. 169.

negros sobre o lugar dessas figuras no movimento abolicionista. Ao fazê-lo, o crítico sergipano evidenciou, de modo mais assertivo, alguns dos pressupostos teóricos que apareceriam dissimulados no estudo sobre Machado de Assis. Ainda segundo Ana Flavia, Sílvio Romero estava certo de que “o negro é um ponto de vista vencido na escola etnográfica’ e desautorizava homens como Patrocínio a cogitar se suporem ‘mais ilustrados, mais lúcidos, mais desprendidos de prejuízos do que o ilustre [Thomas] Huxley’”.¹⁰¹ Embasando o seu argumento, Romero ainda cita uma passagem do livro do biólogo britânico, em que ele diz:

Pode ser absolutamente certo que alguns negros sejam superiores a alguns brancos; mas nenhum homem de bom senso, bem esclarecido sobre os fatos, poderá crer que em geral o negro valha tanto quanto o branco e muito menos seja-lhe superior. [...] Nossos irmãos negros não poderão, pois, chegar aos mais altos lugares da hierarquia estabelecida pela civilização, ainda que não seja necessário confina-los lá para última classe.¹⁰²

No *Estudo comparativo de literatura brasileira*, Romero chega a dizer, aparentemente nesse mesmo sentido, que Machado de Assis é um “genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada”.¹⁰³ De certa forma, toda a argumentação sociológica romeriana enfatiza o deslocamento da literatura machadiana do que seria esperado de um homem da sua estirpe. A referência implícita de Romero é, portanto, de cariz essencialmente racista. Ao se tornar a “referência implícita” de certo imaginário, esse imaginário, assumidamente negativo, passou a reproduzir, de modo mais ou menos intencional, esses mesmos pressupostos. Como no caso sintomático de Luiz Murat, a “referência implícita” – e aqui, possivelmente inventada – passa a funcionar apenas como um modo de expor preconceitos sem assumi-los explicitamente.

Não se trata, porém, de negar a valia de uma parte da crítica adversa a Machado de Assis. Como diria Alceu Amoroso Lima, Machado de Assis é “o mais misterioso dos nossos homens de letras”, pois a sua obra e biografia estimulam “as explicações de toda sorte sobre o seu caso – tem tido a favor ou contra si todos os que pensam e leem em nossa terra”.¹⁰⁴ No entanto, os imaginários

¹⁰¹ Sílvio Romero, a questão do dia: a emancipação dos escravos. Revista Brasileira, ano 2, tomo 7, jan. de 1881. Rio de Janeiro, N. Midosi Editor, 1881, p. 192. (Raimundo Magalhães Júnior. A vida turbulenta de José do Patrocínio. Apud. ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 127.

¹⁰² *Idem*, p. 127.

¹⁰³ ROMERO, S.. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. *op.cit.*, 1897, p. 18.

¹⁰⁴ LIMA, A. A.. Três Ensaios sobre Machado de Assis. Rio de Janeiro, p. Bluhm, 1941, p. 13.

sobre Machado de Assis (mesmo os mais positivos) têm como ponto nodal o seu corpo negro. Como destaca Ana Flávia, “a despeito das várias tentativas de construir uma história do pensamento brasileiro sem considerar o impacto do racismo, esse, vira e mexe, aparece como um elefante branco no meio da sala de estar repleta de visitas”.¹⁰⁵ O mesmo pode ser dito da fortuna crítica machadiana: se, por um lado, e ancorado na “referência implícita” das críticas romerianas, disseminou-se um imaginário que muitas vezes desandou em racismo; por outro, mesmo os amigos, na ânsia de melhor apreciar, acabavam escamoteando o corpo negro machadiano, em alguns casos até mesmo sugerindo ser esta a postura do escritor.

Apesar das dificuldades, analisar o imaginário contrário a Machado de Assis pode ser útil em vários sentidos. Primeiro porque ajuda a desconstruir a ideia de que a trajetória desse autor, sua construção canônica e consolidação como “símbolo nacional” se deram sem tensões e contradições; nesse sentido, parece compreensível que os amigos, em posse de um conhecimento da intimidade, tenham trabalhado em prol da figuração de um Machado de Assis bondoso – coisa que, além de ser, para esses críticos-amigos, um ato de justiça, era ainda um movimento importante para a assunção machadiana ao politeísmo cívico republicano. Segundo porque uma parte dessas críticas tem valia, como a percepção de Augusto Meyer de uma Machado de Assis analista ou, nas leituras mais positivadas, moralista. Terceiro porque a “referência implícita” dos pressupostos racistas de Romero, ao ser compartilhada e endossada por muitos críticos, acaba por evidenciar processos mais amplos. Nesse sentido, explica Ana Flávia que

Tendo as formulações acerca de cor e raça (conceito biológico ou sociológico) um papel fundamental no entendimento do Brasil sobre si mesmo, e uma vez que essa dinâmica nunca levou a um rompimento do círculo vicioso que alimenta o racismo nesta sociedade, Romero nada mais foi e é do que um espelho côncavo, daqueles que ampliam a imagem refletida e deixam seus detalhes mais evidentes.¹⁰⁶

Sobre a hipótese do absentismo machadiano

Calcado na hipótese do absentismo machadiano, esse imaginário negativo teve grande circularidade sobretudo na primeira metade do século XX. Ainda hoje, entretanto, é possível perceber a persistência de alguns desses enunciados (em 2007, por exemplo, um comercial da

¹⁰⁵ PINTO, A. F. M.. Escritos de liberdade. *op.cit.*, 2018, p. 172.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 169-70.

Caixa Econômica Federal veiculou um comercial em que Machado de Assis era apresentado como um homem branco). Seja como for, partindo de contribuições de críticos coetâneos ao escritor e daqueles que produziram a partir da década de 1930, a crítica especializada, a partir de 1970, começou, de forma mais categórica, a combater o suposto absentismo machadiano, atacando-o em suas bases: absentismo político, social e moral.

Embora não esgote a discussão, e sem querer apontar um caminho único para analisar a monumental fortuna crítica machadiana, as obras abaixo servem apenas para demonstrar como alguns elementos do imaginário contrário a Machado de Assis vêm sendo desconstruídos. A figuração caleidoscópica suscitada pela fortuna crítica, tem sido, portanto, colocada a serviço de um movimento que visa compreender como construída a ideia de que Machado de Assis “não só buscou integrar-se à cidade letrada dos brancos, como o próprio cidadão esteve presente muito mais nos espaços das elites do que nos do mundo pobre de onde proveio”.¹⁰⁷

Em 1974, Raymundo Faoro publicou *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. A obra é um esforço considerável do historiador de ver a obra machadiana à luz de seu tempo. No entanto, dada a pouca distância temporal da publicação daquele que talvez seja o livro mais importante de Faoro, *Os donos do poder*, a tendência visualizada é aquela segundo a qual “a ficção de Machado deveria espelhar a estrutura do Brasil imperial desvendada pelo cientista político de amplo horizonte que foi Raymundo Faoro”.¹⁰⁸ Embora, como lembra Alfredo Bosi, seja importante “um mínimo de cautela metodológica” para ler Raymundo Faoro, leitor de Machado de Assis, é razoavelmente fácil perceber os pontos de contato entre as obras.¹⁰⁹ Faoro vê em Machado o homem que “desvenda o quadro social do Segundo Reinado”, mas o faz de modo tímido, sombreado, “emparedado nos preconceitos e na perspectiva do seu tempo”; é como se Machado caminhasse tateando “o terreno, passo a passo, avançando e recuando”.¹¹⁰ É o distanciamento do historiador e uma interpretação consistente da história do Brasil (como a apresentada em *Os donos do poder*) que traria nitidez e profundidade ao “esfumado retrato machadiano”. Embora seja

¹⁰⁷ DUARTE, E. A.. (Org.). Machado de Assis afro-descendente. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida. 2ª ed., 2009; 1 ed., 2007, p. 8.

¹⁰⁸ BOSI, A.. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. ESTUDOS AVANÇADOS 18 (51), 2004, p. 355-376, p. 335.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 335.

¹¹⁰ FAORO, R.. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, Secr. Cult. Ciência e Tecn, Est. S. P. p., 1976, p. 485.

notável a leitura que Faoro faz da obra de Machado, parece ser, em grande medida, a voz de Faoro e não a de Machado a que escutamos.

A contribuição de Roberto Schwarz ilumina outros ângulos da discussão. Em 1977, o crítico publicou *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. O próprio título do livro indica a perspectiva geral da obra: forma literária e processo social. Quer dizer, a partir daí, a crítica literária, sobretudo a de extração sociológica, se constituiu a partir de uma articulação dinâmica e criativa com os textos de Machado e com os processos sociais que lhe eram contemporâneos (perspectiva que Abel Barros Baptista nomeou o “paradigma do pé atrás”). Para João Cezar de Castro Rocha, por exemplo, “a contribuição do autor de *Um mestre na periferia do capitalismo* tornou obsoleta uma tradição crítica que insistia em assinalar o pretense absentismo machadiano como marca de sua visão de mundo e de sua literatura”.¹¹¹ O trabalho de Schwarz reverberou em vários outros pesquisadores. John Gledson é explícito quando comenta a importância de Schwarz para a transformação de seu modo de ler a obra machadiana. O seu *Machado de Assis: ficção e história*, resultado dessa influência, foi publicado em 1986. Nesse livro, o crítico inglês desenvolve o conceito de Realismo Enganoso: “ou seja, está oculto do leitor, de maneira que se torna necessário ler nas entrelinhas para entender o romance”.¹¹² Para Nicolau Sevcenko, em prefácio a segunda edição de *Ficção e História*, o realismo enganoso “não é a ausência ou negação do referente, mas o desafio para que o leitor o encontre lendo os textos a contrapelo da narrativa, buscando seus lapsos, seus atos falhos, suas hesitações, suas referências cifradas e seu substrato histórico”.¹¹³

Nesse sentido, “as transformações das particularidades do sistema brasileiro em fatores estéticos”,¹¹⁴ na obra machadiana, vem sendo privilegiada em relação a um discurso que instava desvinculá-la de seu tempo. Para Gabriela Betella, estudiosa das crônicas machadianas, quando lemos a obra de Machado de Assis, “estamos nos deparando com o modo machadiano de relativizar e de integralizar no texto da crônica (etc.) a crueldade da formação social brasileira valendo-se de operações cuidadosas de disfarce frasais e revelações semânticas subjacentes”.¹¹⁵ A

¹¹¹ ROCHA, J.C. C.. Machado de Assis: Por uma poética da emulação. *op.cit.*, 2013, p. 31.

¹¹² GLEDSON, J.. Machado de Assis: ficção e história; tradução, Sonia Coutinho – 2.ed. ver. - São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 23.

¹¹³ *Idem*, p. 15.

¹¹⁴ BETELLA, G. K.. BONS DIAS! O funcionamento preciso da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 23.

¹¹⁵ *Idem*, p. 23.

própria dimensão sórdida de Machado de Assis, tantas vezes questionada pelos seus contemporâneos, tornou-se, na pena de Alfredo Bosi, o universo do moralismo, no sentido setecentista do termo, que dá a ver o sujeito que contempla e comenta, sem necessariamente condenar como moralmente inaceitável, os movimentos contraditórios da alma humana.¹¹⁶

Esse processo de complexificação das análises e a visualização cada vez mais constante da articulação entre autor, narrador, narratário e leitor, mobilizada por Machado para dotar o texto de determinados efeitos estéticos e políticos, permitiram que tanto a crítica literária quanto outros campos, como a História, começassem a ler Machado de Assis – o homem e a obra – de outras formas que não aqueles predominantes durante a primeira metade do século XX. Em *Machado de Assis, historiador*, de Sidney Chalhoub, embora outras fontes sejam mobilizadas – como jornais, processos civis e documentos da Secretaria de Agricultura –, são as obras de Machado (*Helena, Iaiá Garcia, Memórias Póstumas de Brás Cubas*) que oferecem de forma mais clara as possibilidades de compreensão das dinâmicas sócio-políticas daquele tempo pela ótica de Machado. Além de argumentar que existe uma crítica de Machado a sociedade de seu tempo mesmo em obras de primeira fase (*Helena, Iaiá Garcia*), fica demonstrado que o Machado de Assis, funcionário público, defendeu e se empenhou em fazer valer a Lei de 28 de setembro 1871. Astrojildo Pereira, antes de Chalhoub, já havia apontado caminho semelhante.¹¹⁷

No *Machado de Assis: afro-descendente*, Eduardo de Assis Duarte, após reconhecer a maneira discreta e “encaramujada” adotada por Machado para falar de questões polêmicas sem se expor demasiadamente, complementa: “é preciso destacar que o perfil de indiferente ou de omissor perante os problemas de seu tempo é antes de tudo, uma *leitura* e, como tal, uma *construção*, fruto do processo de recepção literária, e sujeito a contestações inúmeras”.¹¹⁸ Antes de Duarte, no livro *Imagens, Mascaras e Mitos: o negro na literatura brasileira no tempo de Machado de Assis*, Mailde Trípoli, após identificar a presença por tipos do negro na literatura do século XIX, insistirá que Machado, ao contrário, buscou construir uma representação humanizada do negro.¹¹⁹ Em

¹¹⁶ BOSI, A. Machado de Assis: O enigma do olhar. São Paulo, Ática, 1999.

¹¹⁷ Nota retirada do livro *Machado de Assis: afro-descendente* (Pág. 10): “Astrojildo Pereira (1991:79) cita depoimento do jornalista Francisco de Paula Barros, publicado na revista *Il Brasile*, em agosto de 1888: “o trabalho do elemento servil foi sempre um dos mais bem cuidados da Secretaria da Agricultura. (...) A esse grupo de distintos funcionários deve-se a liberdade de milhares de escravos, liberdade que provinha da fiscalização vigilante dos dinheiros públicos, e da qual resultava grande aumento do número de alforrias pela diminuição do exagerado valor do escravo, pela irregularidade de matrículas e não cumprimento de processos legais”.

¹¹⁸ DUARTE, E. A. (Org.). Machado de Assis afro-descendente. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida. 2ª ed., 2009; 1 ed., 2007, p. 9.

¹¹⁹ TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. Imagens, máscaras e mitos: o negro na literatura brasileira no tempo de Machado de Assis – Campinas, SP: [s.n.], 1997. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem.

outro lugar ele diz que Machado de Assis “não transformou o negro em herói ou ser extraordinário, nem o pintou com as cores miseráveis da ideologia dominante. Ele o apresenta como ser humano que é, sujeito em sua condição de oprimido”.¹²⁰ Duarte continua no mesmo caminho: “nos escritos machadianos não se veem em nenhum momento palavras de apoio, mesmo que implícito ou subentendido, à escravidão. Nem se encontram os estereótipos recorrentes cujo foco é a desumanização dos afro-descendentes”.¹²¹

Ana Flávia Magalhães Pinto, além de apresentar um Machado em interlocução, direta ou indireta, com outros pensadores negros do Oitocentos brasileiro, insiste ainda que Machado “não fez muito alarde sobre a sua identidade racial”. Mesmo assim, destaca a pesquisadora, ele “não dourou a pílula quando a questão era trabalhar narrativamente as mazelas de seu tempo, e deixou um sem-número de pistas de como processou individualmente os limites impostos pela escravidão aos descendentes de africanos na sociedade brasileira”. Por esse ângulo, ele estaria mais “próximo da maioria dos homens livres de cor do seu tempo do que os três ícones citados [Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio] – pelo menos até onde sabemos”.¹²²

Menos que analisar, pormenorizadamente, a fala de figuras como Hemetério José dos Santos, Silvio Romero e Luís Murat (e, desse modo, explicitar os pressupostos epistemológicos de crítica literária e/ou biográfica que mobilizam), interessou mais compreender a constituição de um imaginário contrário à memória de Machado de Assis. A despeito de estarem superadas pela crítica especialista, que destaca o caráter injusto de muitas dessas agressões (como vimos acima), essas poucas alusões críticas visaram destacar que o processo de canonização machadiano não se deu sem conflitos e tensões. Não se trata, portanto, de dar visibilidade para as críticas, nem todavia se perder nas armadilhas do louvor, mas sim explicitar e compreender os embates por meio dos quais Machado de Assis foi construído e apresentado ao longo do século XX.

¹²⁰ TRÍPOLI, M. J. Machado de Assis e a escravidão. *Jornal da UNICAMP*. Campinas, 8 a 14 de setembro de 2008. Site <http://www.unicamp.br/ju>.

¹²¹ DUARTE, E. A. (Org.). Machado de Assis afro-descendente. *op.cit.*, 2007, p. 252-3.

¹²² PINTO, A. F. M.. Escritos de liberdade. *op.cit.*, 2018, p. 184.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M.. Biógrafos e críticos de Machado de Assis. Rio de Janeiro : Academia Carioca de Letras, 1939

ABREU, R. M. R. M. O enigma de Os Sertões. Rio de Janeiro : Funarte : Rocco, 1998.

_____. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 205-230, 1994.

ALBUQUERQUE, S. L.; BOTO, C.. Impressos da instrução pública no Império brasileiro sob as lentes da Filologia. Filologia e Linguística Portuguesa (Online), v. 20, p. 115-125, 2018.

ALCÂNTARA FILHO, W. A.. Da negação do nacional ao nacional negativo: a crítica sobre Machado de Assis (do oitocentos ao contemporâneo). Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. – 2017.

ALENCAR, J.. Como e porque sou romancista. Rio de Janeiro : Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

_____. Iracema. - São Paulo : Nobel, 2009.

ANDERSON, B.. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDRADE, C. D.. Amor nenhum dispensa uma gota de cólera: escritos de Carlos Drummond de Andrade sobre Machado de Assis. Organização e apresentação Hélio de Seixas Guimaraes. – São Paulo, SP: Três Estrelas, 2019.

ARANHA, G.. Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. São Paulo : Monteiro Lobato & Editores, 1923.

ASSIS, M.. Memórias Póstumas de Brás Cubas. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

AZEVEDO, A. A. A. A linguagem de Machado de Assis: ligeiras anotações a um artigo do prof. Silveira Bueno. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais (LTDA). São Paulo, 1944.

AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs.). Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. - 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BACZKO, B.. A imaginação social. In. LEACH, Et. al.]. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BALTASAR, B.. La muerte y sus vínculos. In *Necrológicas. Veinte años de muertos ilustres*. Bitzoc, Palma de Mallorca, 1997.

BAPTISTA, A. B.. *Autobibliografias: solicitações do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2003.

BARBOSA, I. S. A língua portuguesa e a unidade do Brasil. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1977.

BARRETO FILHO, J.. *Introdução a Machado de Assis e outros ensaios*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

BARRETO, L.. *Triste fim de Policarpo Quaresma [recurso eletrônico]*. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BECHARA, E.. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*. n.º 2 / 2009.

BELLEI, S. L. P.. *Nacionalidade e literatura: os caminhos da alteridade*. Florianópolis: UFSC, 1992.

BELO, J. M.. *Inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa - síntese da evolução literária do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

BETELLA, G. K.. *BONS DIAS! O funcionamento preciso da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BONAFE, L. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, 2008.

BOSI, A.. Augusto Meyer: crítica machadiana e memória. In. GUIMARAES, H. S.; SENA, M. (orgs.). *Machado de Assis: permanências*. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018.

_____. *Machado de Assis: O enigma do olhar*. São Paulo, Ática, 1999.

_____. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. *ESTUDOS AVANÇADOS* 18 (51), 2004, p. 355-376.

BOURDIEU, P.. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BROCA, B. Na década modernista: Machado de Assis “Au dessus de la mêlée”. Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 11 - Ano III, p. 37-44, setembro, 1958.

CALHEIROS, P.. A recepção de Machado de Assis em Portugal. Travessia – Revista de Literatura do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 27, p. 52-95.

CÂMARA JR., J. M. Ensaios Machadianos: língua e estilo. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

CÂNDIDO, A.. Esquema de Machado de Assis. In: Vários escritos, São Paulo: Duas Cidades, 1970.

_____. Literatura e sociedade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARDOSO, A. M.. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras.” In: JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

CARPEAUX, O. Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira. Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1951.

CARVALHO, J. M.. Os bestializados: o rio de Janeiro e a República que não foi. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CATROGA, F.. Memória, história e historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

_____. O culto dos mortos como uma poética da ausência. ArtCultura, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

_____. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Org.). Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CHALHOUB, S.. Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COELHO, G. M.. A cultura de Belém da Belle Époque e a estética da morte de Carlos Gomes. In: ANDRADE, R.; FIGUEIREDO, G. A.; DILLMANN, M.. (Org.). Morte, arte fúnebre e patrimônio: lugares de memória, simbolismo e documentos post mortem. 1ed. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2020, v. 1.

DIAS, L. F.. Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. 1995. 161f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

DILLMANN, M.. Morte e prática fúnebres na secularizada República. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

DUARTE, E. A. (Org.). Machado de Assis afro-descendente. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida. 2ª ed., 2009; 1 ed., 2007.

ELIA, S. A língua portuguesa no mundo. São Paulo ; Editora Ática. 2ª ed., 3ª reimp. (Série Princípios), 2001.

_____. O problema da língua brasileira. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1961.

ENDERS, A.. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2014.

FAGUNDES, L. P. . E quando é morto o imperador? Batalhas memoriais nos funerais de D. Pedro II (1891). Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e morrer , v. 1, p. 27-52, 2016.

_____. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prismas, 2017.

FAORO, R.. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, Secr. Cult. Ciência e Tecn, Est. S. P. p., 1976.

FÁVERO, L. L; MOLINA, M. A. G.. As Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil. São Paulo: Lucerna, 2006.

FERREIRA, A. B. H.. Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto; prefácio Evanildo Cavalcante Bechara. – Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2007.

FERREIRA, G. M.. A crítica machadiana durante o Estado Novo. 2011. 120 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FERREIRA, M. M.; MONTALVÃO, S. (s/d). Verbete Jornal do Brasil. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV.

FONSECA, L. P.. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. 2008. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FONSECA, M. J. G.. Machado de Assis e o hipopótamo. Uma revolução biográfica. 3. ed., São Paulo : Editora Fulgor, [s/d].

FORTES, H. P.. A questão da língua brasileira. Rio de Janeiro : GRD [s/d].

FRANÇA, E. M.. A recepção de Machado de Assis em Portugal no século XIX. ANTARES: LETRAS E HUMANIDADES, v. 10, p. 94-110, 2018.

GENNEP, A.. Os ritos de passagem. Tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 4. Ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

GLEDSON, J.. Machado de Assis: ficção e história; tradução, Sonia Coutinho – 2.ed. ver. - São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, A. M. C.. A Republica, a história e o IHGB. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

GOMES, W. F.. Abolicionistas e republicanos na série Bons Dias!, de Machado de Assis. TEMPORALIDADES, v. 11, p. 315-345, 2019.

GOMES, W. F.; SILVA, T. C. . Júlia Lopes de Almeida: Lembrança e Esquecimento. MOSAICO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO), v. 17, p. 343-360, 2018.

GONÇALVES, J. F.. "As Imponentes Festas do Sol': o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em - 1918", in Estudos históricos sobre Rui Barbosa/ Isabel Lustosa... [et al.]. - Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

_____. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000.

GRANJA, L.. Um amigo português de Machado de Assis. Antonio Moutinho de Sousa. Machado Assis linha, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, p. 10-25, 2012.

GUIMARÃES, H. S.. "Um apólogo – Machado de Assis" – do escritor singular ao brasileiro exemplar. Machado de Assis em linha n. 8. Rio de Janeiro; São Paulo, dez. 2011.

_____. Machado de Assis, o escritor que nos lê. 1º ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. O escritor que nos lê. Cadernos de literatura brasileira, p. 273- 292, jul. 2008, n.23/24.

_____. Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura do século 19. 2001. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

_____. Presença inquietante: sobre a incorporação de Machado de Assis ao cânone literário moderno (1908-1958). In. GUIMARAES, H. S.; SENNA, M.. Machado de Assis: permanências. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018.

GUIMARAES, H. S.; LEBENSZTAYN, L. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. 2 v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

GUIMARÃES, L.. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In. SOIHET, R. , ALMEIDA, M. R. C. de, AZEVEDO, C e GONTIJO, R. (orgs.). Mitos, projetos e práticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, M. L. S.. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In. CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (org.). Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009.

GUTIÉRREZ, A.. A fascinação de Machado por Alencar. In. FREITAS, L. F.; M.H.C. TORRES; COSTA, W. C. Literatura traduzida: Antologias, coletâneas e coleções. Fortaleza : Substância, 2018, p. 199-213.

HIDALGO, A. L.. La necrológica, como género periodístico. In: Revista Latina de Comunicación Social, n. 15, p. 89-105, 2009.

HOLDERLIN, F.. Poemas. Seleção, tradução, introdução e notas de José Paulo Paes. – São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

HUYSEN, A.. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In. HUYSEN, A.. Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JOBIN, J. L.. Machado de Assis e o nacionalismo: o caso das Americanas. In. CASTRO ROCHA, J. C. Machado de Assis: lido e relido. 1 ed. São Paulo, SP : Alameda, Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2016.

JUCÁ FILHO, C.. O Pensamento e a Expressão em Machado de Assis. Rio de Janeiro, L. Fernandes, 1939.

LEAL, E. C.. Floriano Peixoto e seus consagradores: um estudo sobre cultura cívica republicana (1891-1894). Revista Estudos Políticos, v. 5, p. 229-247, 2014.

LESSA, R.. A invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira. 3º ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LIMA, A. A.. Três Ensaios sobre Machado de Assis. Rio de Janeiro, p. Bluhm, 1941.

LUCA, T. R.. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. Fontes Históricas (p. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005.

LUZ, E.. Três faces da crítica nacionalista de Machado de Assis. In. FREITAS, L. F.; M.H.C. TORRES; COSTA, W. C. Literatura traduzida: Antologias, coletâneas e coleções. Fortaleza : Substância, 2018.

MACHADO, U.. Machado de Assis. Roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

_____. Três vezes Machado de Assis. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes., 2007.

MAGALHÃES JUNIOR, R. Machado de Assis, funcionário público. Rio de Janeiro: Editora Ministério de Viação e Obras - Serviço de Documentação, 2 ed. 1970.

_____. Vida e Obra de Machado de Assis, 4 v.. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARCELINO, D. A.. Historiador, fotógrafo da morte: a escrita da história a partir de cinco filmes. 1º ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021.

_____. Historiografia, morte e imaginário: estudos sobre racionalidades e sensibilidades públicas. 1º ed. São Paulo : Alameda, 2017.

_____. O corpo da Nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2015.

_____. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. Revista Brasileira de História (Impresso), v. 31, p. 125-144, 2011.

_____. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do império à república. TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 22, p. 260-282, 2016.

MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.. (Org.). Gêneros Textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARTINO, A. S... Machado de Assis e a Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, A. (org.). O mais potente dos afetos: Spinoza e Nietzsche. Revisão técnica Danilo Bilate. São Paulo : Editora WFM Martins Fontes, 2009.

MASSA, J. M.. A juventude de Machado de Assis: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATOS, M.. Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

MAYA, A.. Machado de Assis: algumas notas sobre humor. 3º ed. rev. – Porto Alegre: Movimento / Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2007.

MEYER, A.. Machado de Assis, 1935-1958. Apresentação Alberto da Costa e Silva. 4º ed. - Rio de Janeiro : José Olympio, ABL, 2008.

MONTEIRO, P. M.. Uma flor desajeitada no jardim modernista. In. GUIMARAES, H. S.; SENNA, M.. Machado de Assis: permanências. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7Letras, 2018.

MONTELLO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998.

- NETO, S. S. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Grifo, 1976.
- NORA, P.. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.
- OLIVEIRA, L. L... As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- OLIVEIRA, M. G.. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2011.
- ORLANDI, E. L. P.. A língua brasileira. Ciência e Cultura (SBPC), São Paulo, 2005.
- PAGLIARO, A.. A Vida do Sinal. Ensaios sobre a língua e outros símbolos. 2 ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PEREIRA, A.. Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos. Oficina de Livro, Belo Horizonte, 1991.
- PEREIRA, L. M.. História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo : Companhia Editora Nacional. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira (5ª série, vol. 73), 1936.
- PERRONE-MOISÉS, L.. Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PINTO, A. F. M.. Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- PUJOL. A.. Machado de Assis: conferências. Sociedade de Cultura Artística - Typographia Levi, São Paulo, 1917.
- REIS, J. C.. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- RIBEIRO, J.. A Língua Nacional e outros estudos linguísticos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Editora Vozes : Aracaju : Governo do Estado de Sergipe, 1979.
- RICOEUR, P.. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, J. C. C.. Machado de Assis: Por uma poética da emulação. – 1º Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- RODRIGUES, C.. A morte por companhia na construção de uma trajetória acadêmica no campo das religiões e das religiosidades. In: Mauro Dillmann; Caio Mohamed Ibrahim Katrib. (Org.).

História & Religiosidades o Brasil: a produção de um campo a partir de narrativas de historiadores. 1ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 181-201.

_____. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, J. C.. Tabu da morte. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

RODRIGUES, J. P. C. S.. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930. 2002. 314 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018.

RODRIGUES, T. L. M.. Hemetério José dos Santos: educador, homem de letras e sua obra. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil - Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá-MT, 2013.

ROMERO, S.. Estudos de literatura contemporânea: (edição comemorativa). Organização, Luiz Antonio Barreto. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

_____. Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897.

SALLA, T. M.. O Estado Novo e as críticas a Machado de Assis na primeira metade dos anos 1940. MACHADO DE ASSIS EM LINHA, v. 5, p. 83-101, 2012.

SANTANA, F. J. S.. A tradição discursiva epitáfio em lápides do século XIX. SOLETRAS (UERJ), v. 15, p. 90-100, 2008.

SANTIAGO, S.. Machado. São Paulo: Companhia das Letras (versão e-book), 2016.

SARAIVA, A.. Machado de Assis em Portugal. In. CASTRO ROCHA, J. C. Machado de Assis: lido e relido. 1 ed. São Paulo, SP : Alameda, Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2016.

SCHNEIDER, A. L. “Sílvia Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos”. Intelligere, Revista de História Intelectual, São Paulo, v. 2, n 2 [3], p. 49-67. 2016. ISSN 2447-9020.

SCHWARCZ, L. M.. Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, R.. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012 (2ª edição).

SOARES, E. C. M. C.. General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História. 2012.

SOUSA, N. S.. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. – Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

SOUTO, I. P.. Prometeu: Fragmento Dramático, de Goethe. Cadernos de Literatura em Tradução, [S. l.], n. 11, p. 203-241, 2010. DOI: 10.11606/issn.2359-5388.i11p203-241. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/49495>. Acesso em: 26 nov. 2020.

TELES, A. C. S.. Sobre uma carta de Machado de Assis a José Feliciano Castilho (1865). Letrônica, v. 8, p. 195-204, 2015.

TRAVAGLIA, L. C.. Verbete Competência Linguística. Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores / Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Maria da Graça Costa Val, Maria das Graças de Castro Bregunci (orgs). Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2014.

TRÍPOLI, M. J.. Imagens, máscaras e mitos: o negro na literatura brasileira no tempo de Machado de Assis – Campinas, SP: [s.n], 1997. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem.

VASCONCELOS, C. B.. Verbete Oliveira, Jose Simeão de.. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV.

VELLINHO, M.. Machado de Assis: aspectos de sua vida e de sua obra. Oficina Gráfica da Livraria do Globo - Porto Alegre, 1939.

VIANA FILHO, L.. A vida de Machado de Assis. Livraria Martins Editora - São Paulo, 1965.

VIEIRA, W. O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade. 2014. 193 f. Dissertação (mestrado em Filosofia) - PPG em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, 2014.

VISONI, R. M.. Como Augusto Severo eliminou a tangagem. REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA (ONLINE), v. 35, p. 1-8, 2013.

WERNECK, M. V.. O Homem Encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis. 3a.. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

XAVIER, L.. Machado de Assis no tempo e no espaço. Coeditora Brasflica - cooperativa, Rio de Janeiro, 1940.

ANEXO

MACHADO DE ASSIS, *IN MEMORIAM*

APRESENTAÇÃO

A Academia Brasileira de Letras (ABL), em sua primeira reunião após o falecimento de Machado de Assis, presidida por Euclides da Cunha, e realizada em 3 outubro de 1908, resolveu “reunir e publicar os artigos de imprensa, notícias e discursos pronunciados em homenagem ao grande literato, tendo a obra o título: ‘Machado de Assis, *ad memoriam*’”.¹ Passada, entretanto, a comoção da morte, o esforço em torno do livro esmoreceu-se, e só voltou à pauta da ABL em 3 de outubro do ano seguinte, quando, eleito Rui Barbosa para a presidência da instituição, na vaga de Machado de Assis, resolveram os acadêmicos buscar formas de viabilizar a publicação desse conjunto de textos póstumos, agora nomeado *In memoriam*.² Pouco tempo depois, o Ministro da Fazenda autorizou a Imprensa Nacional a imprimir gratuitamente o volume. No entanto, em 15 de setembro de 1911 um incêndio destruiu o prédio da IN, situado na Rua da Guarda Velha. Infelizmente, entre os itens consumidos pelas chamas estava o “volume *In memoriam*, já pronto, e cuja distribuição estava prestes a ser feita”.³ Nesse sentido, “como foram também perdidos os originais de muitos artigos”, a ABL pediu “aos seus autores e as redações dos jornais que os publicaram a fineza de remeter novas cópias à secretaria da Academia”.⁴ Ao que tudo indica, não vingou a iniciativa, e o livro, que tudo tinha para ocupar um lugar importante na fortuna crítica machadiana, parece ter-se perdido para sempre.

¹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

² Domingo, 3 de outubro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

³ Domingo, 22 de outubro de 1911, *Gazeta de Notícias*.

⁴ Domingo, 22 de outubro de 1911, *Gazeta de Notícias*.

Os artigos, crônicas, colunas, necrológios e discursos que seguem não são, é escusado dizê-lo, a reprodução exata do livro aparentemente perdido. Todavia, tendo em vista a dificuldade de acesso e, em ampla medida, o pouco conhecimento dos textos publicados sobre Machado de Assis na circunstancialidade da sua morte,⁵ busquei reunir aqui uma parcela dos textos que, naquele momento, estariam disponíveis para compor o volume.

Conforme discuti no decorrer da pesquisa,⁶ os textos mobilizados como fonte para esta pesquisa foram organizados a partir do que nomeei como *função-necrológico*. Esse conceito acabou funcionando, aqui também, como critério de seleção dos textos. Foram privilegiados, em um primeiro momento, os textos com autoria definida (mesmo que por pseudônimo), uma vez que a proximidade (afetiva ou intelectual) para com o morto define um critério formal e funcional do necrológico. Ficaram de fora, portanto, reportagens (comentários sem autoria definida) e artigos necrológicos (narrativas descritivas de aspectos da vida profissional e das obras publicadas). Também não foram incorporados os textos que ultrapassaram o recorte temporal adotado para a pesquisa (1908-1909).

Os textos foram organizados em ordem alfabética (nome do autor). Aos textos sem título, ou cujo título era genérico (como “coluna”), foram adicionados uma identificação, destacada entre colchetes ([]). Os colchetes, quando no corpo do texto, indicam que uma palavra, frase ou parágrafo está ilegível no original ou que houve uma interferência no texto para correção, coerência e concordância. O asterisco (*) indica alguma supressão. A escrita foi atualizada e, quando necessário, a pontuação foi alterada ou corrigida. A fonte de onde foram retirados os textos segue em nota de rodapé. Quando não indicado o contrário, os jornais foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os jornais, se seguem sem indicação contrária, foram publicados no Rio de Janeiro.

⁵ Hélio de Seixas Guimarães e Ieda Lebensztay reuniram alguns textos póstumos sobre Machado de Assis, são eles: O adeus da Academia, de Rui Barbosa; Palestra (aqui como O escritor de nascença), de Arthur Azevedo; A última visita, de Euclides da Cunha; A morte de Machado de Assis, de Osório Duque-Estrada; O grande morto, de Araripe Júnior; Saudades, de Júlia Lopes de Almeida; Machado de Assis. A comemoração de ontem. O discurso de Olavo Bilac, deste autor; e Machado de Assis: páginas de saudade, de Mário de Alencar. Em alguns casos, indicados oportunamente, a versão presente do livro de Guimarães e Lebensztay foi tomada como base para os textos aqui reunidos. Cf. GUIMARAES, H. S.; LEBENSZTAY, L. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. 1908-1939. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

⁶ Cf. Parte I, cap. 1. O fascínio da morte.

SUMÁRIO

[Alma grega]	6
Antônio Salles	
[Nem tudo passa sobre a terra]	7
Alcindo Guanabara	
Machado de Assis	11
Araripe Júnior	
[Visita ao mestre]	17
Arthur Azevedo (A.A.)	
[O escritor de nascença]	19
Arthur Azevedo (A.A.)	
[Um enterro de primeira classe]	21
Arthur Azevedo (A.A.)	
[A indústria do livro]	23
Arthur Azevedo (A.A.)	
[A pátria não sabe o que perdeu]	24
Belmiro Braga	
A morte de Machado de Assis	26
Carlos de Laet	
[Das mãos ao túmulo]	31
Carlos Magalhães de Azeredo	
[Uma homenagem]	40
Carmen Dolores	
[O último sobrevivente]	43
E. C. (Pseudônimo)	
[Rio de Janeiro: berço e túmulo]	45
Eduardo Raboeira	
[O sumo pontífice da literatura nacional]	49
Enéas Galvão	
[O grão de areia na vastidão da praia]	51
Escritor anônimo	
Última visita	54

Euclides da Cunha	
[Comoção nacional].....	56
Euclides da Cunha	
Três líras.....	58
F.V (pseudônimo)	
O culto do vernáculo.....	61
Hélio Lobo	
[O Calabar literato]	64
Hemetério José dos Santos	
Saudades	74
Julia Lopes de Almeida	
[O velho poeta]	77
Lindolpho Xavier	
Páginas de saudade	83
Mário de Alencar	
[“Acabara o suplício e acabara o homem”].....	97
Olavo Bilac (O.B)	
[Honras ao mestre]	101
Olavo Bilac	
[O mais carioca dos cariocas]	103
Olavo Bilac	
Inauguração da Placa.....	104
Olavo Bilac	
Machado de Assis e sua obra literária.....	108
Oliveira Lima	
O grande morto.....	134
Osorio Duque-Estrada	
[Consagração em Paris].....	137
Osorio Duque-Estrada	
[Nas rodas cariocas].....	140
Osório Dutra	
O adeus da Academia.....	144
Rui Barbosa	
[A vida de um justo]	148
Sousa Bandeira	
Porta de livreria.....	152
Thomaz Lopes	
Casos e cousas.....	154
Tic. Tac. (Anônima)	

[Alma grega]

Antônio Salles ¹

Alma grega exilada em nossos lares,
Trazendo a luz da perfeição divina
Na inspiração dos teus gentis cantares,
Na arte sutil que em teu labor domina!

Tu nos deixaste, em formas lapidares,
Intangíveis do século ruína,
Monumento de graças singulares,
Maravilhas de ideia peregrina,

Foste feliz... Na humana trajetória
Não te falou o pábulo da glória,
Nem do carinho o tépido conforto...

Não conhecestes os ódios e os revezes,
E, se dos maus sorrreste algumas vezes,
Só o fizeste chorar depois de morto.

¹ Quinta-feira, 5 de outubro de 1908, *O Pharol*.

[Nem tudo passa sobre a terra]

Alcindo Guanabara *²

Não é, certamente, excessiva essa homenagem. O Brasil inteiro orgulha-se de ter produzido o grande espírito que se acaba de extinguir (Muito bem!) e a Câmara é bem a representante do Brasil inteiro. Acentuando o seu respeito e a sua veneração por essa entidade singular no campo de ação em que se moveu, dá a Câmara testemunho de que o país venera os que representam a sua intelectualidade e rende o devido preito de gratidão aos que lhe [encheram] a cultura. Machado de Assis sintetiza e completa admiravelmente o nosso grão de cultura mental. Ele é o chefe superior e incontestado da nossa literatura. Direi mais: ele parece a expressão única da literatura brasileira, sob esse aspecto da nacionalidade – palmeira solitária, no meio do oásis! (Muito bem!)

Ninguém, como ele, afirmou, na obra literária, a sua individualidade e a nossa nacionalidade. Antes dele, contemporaneamente com ele, Gonçalves Dias e José de Alencar, de quem, aliás, ele mesmo dizia que encarnou como ninguém a alma brasileira, falavam do Brasil, mas do Brasil que nós não conhecemos, de um Brasil pré-histórico, do Brasil dos selvagens romantizados e poetizados, que é, para nós outros, quase um Brasil de ficção. Machado de Assis disse de sua gente, de seu tempo e de seu meio. O seu campo de atividade foi a sociedade em que vivemos. Não tinha imaginação, ou não se servia dela: falava como filósofo, como contador, como crítico.

Assim, a sua ação é dupla: mental e social. Por outra: a sua atividade literária teve sempre reflexo na atividade social. Ele era um calmo, um letrado, um tímido, e, não obstante, foi considerável e intensa sua influência sobre as classes cultas da sociedade. De fato, basta percorrer as obras que deixou, para se sentir que nenhum fenômeno social se produziu sem que para ele o [artista] houvesse contribuído, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, na crônica ou no romance: ativamente pela propaganda esboçada nos seus personagens; passivamente pela crítica irônica que lhe era peculiar. Tinha um estilo seu, próprio, singular, único na nossa e, quiçá, em alheias línguas. Não sei se direi demais, dizendo que tinha, ou que fizera, uma língua nova, que novo ou, pelo menos inconfundível, era o [português] que tratava. Era um irônico de uma

² Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

[ilegível] não era, [nem se parecia], com [o espírito] dos franceses, nem o “humor” dos ingleses; uma ironia que superava a de Sterne ou de Xavier de Maistre e dir-se-ia filha da de Anatole France, se não o houvera precedido. Original e único, era um filósofo, um comentador, um crítico e um analista – analista das coisas e dos homens, das almas e dos costumes, dos indivíduos e do meio, das paixões grandes e dos pequenos vícios. Não tinha o sarcasmo dissolvente, mas um doce e benévolo ceticismo. Era um anotador, comentando a situação, os costumes e as ideias, aplaudindo ou combatendo com bondade, sublinhando o risível com o sorriso. Tinha também as grandes paixões; mas revela-as com uma inexcedível suavidade de forma.

Era um liberal. Não amava a política, que o não fizera Deus para condutor de homens. Ele mesmo conta como entrou para a imprensa em 1860. Ao sair do Provisório, indo tomar chá num restaurante da Rua dos Latoeiros, Quintino Bocaiuva sondou-o sobre política, coisa de que nunca havia falado. No dia seguinte, era convidado para trabalhar no *Diário do Rio*, que se fundava sob a direção de Saldanha Marinho, redigido por Quintino. Era a Idade de Ouro da imprensa fluminense: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva, Bernardo Guimarães, Pedro Luiz ...

Era o tempo dos grandes nomes e das grandes lutas. Sentia-se o rumor das águas que se avolumaram e vieram e vieram submergir o Império. É curioso ver numa crônica, página dulcíssima de saudade, que Machado de Assis escreveu trinta anos depois, a impressão que lhe causara esse formidável Senado de 1860: era a impressão de respeito diante desses homens que fizeram a história dos primeiros dias da vida do Império, no seio dos quais a figura de Montezuma, ainda com o prestígio de autor de 1823; era a impressão do artista diante dos que mantinham a linha da estética, era a impressão do intelectual, saudoso ainda da oração tremenda do primeiro Rio Branco, falando oito horas a fio em defesa da missão de 1851... A política, propriamente, não o impressionava: interessavam-no a ideia, o quadro e o ator. Mas a sua entrada na imprensa entre esses dois polos – Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva – mostra bem o seu espírito; e depois, toda a sua obra revela-o um liberal.

Era panteísta: adorava a natureza. Adorava-a e temi-a. Reside talvez nesse temor que lhe causava o espetáculo da força invencível da natureza, a causa indefinida da sua timidez.

Na mesma força, confundia-se para ele o bem e o mal, a vida e a morte. Por isso, amava e temia a força universal. *

Era um afetivo. Esse *Memorial de Aires*, livro ainda publicado este mês e que lhe prolongou a vida, como se só vivesse para acabá-lo, é um discreto livro de amor, é um monumento à memória da que lhe foi a companheira querida da vida e que lhe vai ainda ser companheira na morte. Não sabia ele de melhor tarefa na vida, que essa de amar.

Esse coração de ouro, esse espírito de cristal desapareceu. Rendo-lhe, neste momento, um preito pessoal de estima, de veneração e do respeito que sempre nutri por ele, desde que, ainda adolescente, o conheci, [sofrendo diante de si como ele em relação a Alencar], a admiração do menino [Fline] por Napoleão. Releve-me a Câmara o que de pessoal parece haver nestas palavras. No fundo, esse preito não o tendo eu só; senão todos os que nesta terra tem algum cultivo, e conhecem a arte e a amam

Por isso mesmo, confio em que a Câmara renderá aos restos mortais de Machado de Assis a homenagem que dela solicito. Não solicito por ela, mas pelo país. Sei, pelos seus personagens, o que ele pensava dessas homenagens *post-mortem*, o que ele pensava da morte e do que ia para cemitério. “Teve – põe ele na boca de um dos seus heróis –, teve a morte vagarosa, a morte de um vinho filtrado, que sai impuro de uma garrafa para entrar purificado na outra: a borra iria para o cemitério”. Nem vale a pena indagar que cemitério é. Naquela crônica de memórias de trinta anos passados, falava-nos ele de um personagem de casaca de seda preta, calção e meias de seda e sapato de fivela. Era o porteiro do velho Senado de 1860, que se ia enfiando por um longo e infinito corredor escuro e desapareceria num cemitério – que não valia a pena indagar qual fosse porque “todos os cemitérios se parecem!”.

Empenhemo-nos, senhores, por desmentir esta asserção, no que lhe respeita! Empenhemo-nos para que o cemitério em que se vão recolher os restos mortais de Machado de Assis não se pareça com nenhum outro, concentrando-se nele o pensamento brasileiro para render a homenagem de sua veneração à mais alta expressão que ele teve nesta terra! Empenhemo-nos para que o Brasil ateste nesta solene homenagem a sua própria glória, o próprio desvanecimento de constituir um meio capaz de permitir a eclosão de um espírito, superior sob tantas faces, como o de Machado de Assis.³

³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Correio Paulista*.

Diante da estátua de José de Alencar, que ele inaugurava, Machado de Assis disse: “Concluindo o livro de Iracema, escreveu Alencar esta palavra melancólica: ‘A jandaia cantava ainda no olho do coqueiro, mas não repetia já o mavioso nome de Iracema. Tudo passa sobre a terra’. Senhores, a filosofia do livro não podia ser outra, mas a posteridade é aquela jandaia que não deixa o coqueiro e que ao contrário da que emudecera na novela, repete e repetirá o nome da linda tabajara e do seu imortal cantor”.

Nem tudo passa sobre a terra. Senhores, confirmemos essa palavra. Nem tudo passa sobre a terra”. A memória de Machado de Assis não passará: permanecerá fiel e firme e brilhante, honrando-nos e distinguindo-nos e elevando-nos. Correspondamos a esse favor, rendendo a este grande espírito a homenagem que o Brasil lhe deve e que nós que representamos o Brasil lhe não podemos regatear.

Senhores, nem todos os cemitérios se parecem!

Nem tudo passa sobre a terra.

Machado de Assis

Araripe Júnior ⁴

Em 1898, portanto há dez anos, escrevia eu, num ensaio publicado na Revista Brasileira, as seguintes palavras acerca do escritor que se extinguiu no dia 29 do mês passado:

Tipo acabado de homem de letras, beneditino na arte, Machado de Assis constitui, no Brasil, um dos raros exemplos de poetas e romanista que, resistindo ao meio e vencendo as hostilidades do próprio temperamento, fiel à vocação, conseguiu completar uma vida e uma carreira.

A esse tempo, não haviam ainda saído dos prelos *Dom Casmurro*, *Esau e Jacó*, nem esse suavíssimo poema wagneriano da saudade chamado *Memorial de Aires*. Foi nesse poema que o poeta sonhou, despedindo-se da Terra, dos seus amores íntimos, das suas afeições literárias e da própria capacidade de ter saudades, diluindo, outrossim, o coração, que constituía a víscera principal da arte estranha dos seus livros, no ambiente em que vivera, onde se formara e que, amando-o como planta excêntrica de uma flora todavia original, não poucas vezes reverteu contra o escritor a ironia que, nele, era um sorriso acemente adulterado de interrogações cétricas, transformando-o sumo corrosivo de frutos tropicais, muita vez mortíferos.

Quando se divulgaram as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, quem escreve estas linhas teve o grande prazer de declarar, nos *Lucros e Perdas* (1885), revista mensal dada à estampa em colaboração com Sílvio Romero, que esse livro era o mais esquisito de quantos se têm publicado em língua portuguesa.

Coincidia com o aparecimento d'“O alienista”, o conto mais terrível de descoroçoamento humano que saiu da pena de Machado de Assis, da qual vertiam, para essa época, frases à Swift, deste feitio, postas na boca de um suicida: “Deus é um invejoso”, a “felicidade, um par de botas”.

Contudo, a alma cândida que tolerava lampejos infernais, como os que refuzilam no “Último capítulo”, fulgurações diabólicas que lhe atravessavam a imaginação, quando a tristeza

⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Commercio*. Aproveito a transcrição feita por Hélio de Seixas Guimaraes e Ieda Lebensztayn. Cf. GUIMARAES, H. S.; LEBENSZTAYN, L. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. 1908-1939. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

dos dias aziagos ferrava-lhe os dedos crispados na nuca e o constrangia a debruçar-se sobre o abismo das ruindades da Terra; essa alma terna, blandiciosa e delicada viveu algumas vezes ausente da pátria, do próprio temperamento, porque semelhante temperamento, suscetível de certas irritações, de onde brotaram, aliás, páginas admiráveis, era o da rola aflita que precisava daquele sossego florestal, ribeirinho, macio, capitoso, embalsamado, que os arminhos de uma consciência espantadiça exigiam como penhor da plena eflorescência da vida, coisa vaga, deambulatória, cheia de espasmos de ansiedade, quando se mete a filosofar, jucunda, menos transitória, prazenteiras, se, afastada do ruído das ambições pedestres, deflui e depois derrama-se em perpétua comunhão com as harmonias da natureza.

Escrevendo, neste instante, sobre o grande extinto, surge-me, diante dos olhos, vivo, lícido, dolente, o Machado de Assis que eu encontrei um dia na Livraria Garnier.

Ele tinha publicado o *Quincas Borba*. Esta obra me impressionara com a mesma intensidade que as *Memórias Póstumas de Brass Cubas*. Na *Gazeta de Notícias*, então, eu havia escrito quatro artigos, três sobre as tendências gerais do livro e um especialmente dedicado à análise do personagem principal, sob o título de “Ideias e sandices do ignaro Rubião”, um tolo, herdeiro do dinheiro de um avisado e curador do cão de um falecido Quincas Borba, que acertara dar-lhe a sua fortuna.

Naqueles três primeiros artigos se aludia à castidade da pena do autor, que nunca se dera aos dislates descritivos dos casos passionais e equivocadamente pornográficos da escola então voga.

E. Zola regia como senhor feudal aos domínios do romance; e ferreteava a sociedade francesa, exagerando as duas abominações sexuais. Bourget, Marcel Prévost, Rod Guy de Maupassant exerciam sobre os salões *smarts*, conforme se diria hoje, a fascinação das coisas proibidas, por meio de um estilo fluorescente, graças ao qual, substituindo os pregadores elegantes e alternando a devoção deliquesciente das viscondessinhas catitas e petulantes do Rosário de Maria, faziam essa gente engolir lagartas de fogo e licores pútridos, como ensinamentos de moral, pela lição das coisas, entre uma missa orquestrada por Métra ou Strauss e uma saturnal de caridade no cinematógrafo Lumière.

Ora, nos romances de salão de Machado de Assis, não se admitiam esses vícios neronianos. Nem a sociedade fluminense os conhecia ainda, senão em círculo restritíssimo.

No *Quincas Borba*, há uma Sofia um tanto espeloteada, com sua pontinha de histerismo, casa com um sr. Palha E como a Machado de Assis sempre repugnou o culto da careta, bem como o tique literário do sensualismo, essa Sofia, que é uma mulher extremamente bela e muito interessante pelo físico, atravessa o romance incólume dos arquivos costumeiros nesse gênero de personagens.

Nos citados artigos, ocupara-me do casal Palha.

Machado de Assis, encontrando-me, disse:

- Até quando pretende você dar-me pancada?

Fiquei assombrado. No meu trabalho, tudo resumava a mais franca e sincera retribuição do gozo literário que as páginas do livro tinham-me levado à alma.

O que seria? O meu bom amigo sorria amargamente. Convenci-me, pois, de que, nos artigos, alguma coisa escapara, inconscientemente, que o magoou, razão por que deixei inédito o último artigo, que seria oportuno publicar agora.

Voltando a casa, reli o meu trabalho e encontrei o seguinte trecho, no segundo artigo:

“As mulheres do autor de *Quincas Borba* são, em regra, incolores, sem expressão.

O motivo deste defeito acha-se na estrutura do talento de quem as imaginou. Os grandes pintores do gênero feminino foram sempre eméritos conquistadores, como Boccaccio, Shakespeare, Dumas pai etc., ou insignes mexeriqueiros, como Brantôme, Saint-Simon, Balzac. Para bem retratar mulheres, é indispensável senti-las ao pé de si e cheirar-lhes o pescoço, ou brigar com elas, intervindo e perturbando os seus negócios.

Machado de Assis, asceta dos livros e retraído ao gabinete, não as invadiu por nenhum destes aspectos; e, por isso, as suas heroínas não despedem de si esse *odorem feminae*, que se expira ainda nos tipos mais evangélicos de Shakespeare, como, por exemplo, Desdemona. outro tanto não sucede relativamente aos seus tipos masculinos, que são fortemente acentuados”.

Fora, sem dúvida, esse período que suscetibilizara o nosso grande autor.

No primeiro encontro que tivemos, depois disto, liquidamos a partida.

Lobriguei, no decurso da conversa, o motivo decisório da interpretação que o magoara. Machado de Assis tudo tolerava; menos que o supusessem ingênuo. Por sinal que, uma vez, interpelando-o sobre o seu schopenhauerismo, vi-lhe um fuzil nos olhos, estranho, quase

agressivo, porque eu o tinha apertado com um argumento de otimista, o que, seguramente, me teria magoada também, se eu fosse suscetível a enfezar-me com a opinião do filósofo, para mim indiferente, de quem quer que seja, sobre a vida futura, os destinos do mundo, a natureza da alma, a existência de um deus e de um diabo, as condições da Terra, já não digo daqui a um milhão de anos, mas daqui a dois mil anos.

E querem saber o que me disse o autor de *Memorial de Aires*?

- Tudo! meu amigo, tudo! Menos viver como um perpétuo empulhado!

Pois, meu caro mestre – retorqui-lhe – *il maufragare in questo mara di svillaneggiamente* (empulhação) m'e dolce.

Ele riu incredulamente.

Quanto a crítica ao *Quincas Borba*, chegamos a perto acordo.

Expliquei-lhe meu pensamento. Sabia das suas rígidas virtudes domésticas e do seu amor entranhado pela esposa, da sua dedicação ardente ao lar, e que os encantos desse dueto bastavam para encher-lhe de luz azulada a alma, de parceria com a poesia, com a arte, que tanto pregava.

Longe de mim a ideia, menos delicada, de considerá-lo um empulhado nesse assunto, tanto mais quanto, noutras ocasiões, lhe referira caso idêntico de alma muito enérgica e executiva, bem vizinha de mim pelo parentesco ascendente, sobre a qual nunca falava sem profunda comoção e lágrimas nos olhos.

Como, pois, podia eu quebrar tais sentimentos, para aludir pejorativamente, como se se tratasse de alguma bigoterie mal-amanhada, lembrando-me de Sofia?

Ora, há uma cena, em *Quincas Borba*, que se passe, senão me falha a memória, durante um passeio do casal Palha na Tijuca. Sofia era extremamente bela e sedutora; Palha, um jagodes de marca maior, mas que sabia levar a vida. Os dois estavam ainda no período melífluo do casamento.

Cai a liga da perna de Sofia. O que faz Palha? Ele, que mais tarde havia de se tornar um clássico patife de marido, tipo *good average*, oferece-se para endireitar-lhe a liga. Sofia coloca o pé, *cambré* e abotinado, na ponta de um banco de jardim; Palha ajoelha-se e cuidadosamente suspende a fímbria do vestido, descobrindo um palminho de perna acetinada e rechonchuda que lhe faz água à boca. Fincou os olhos rafeiros nos da mulher, que estava distraída, abotoou a liga e não [sei] (não estou bem lembrado disso) se fez um gesto de oscular aquela deliciosa perna, muito sua,

indisputavelmente sua, em usufruto firmado pelo sacramento tridentino. Recolheu o olhar; recolheu o beijo; e, naquele dia, as coisas, ao que parece, não passaram disso.

Eis o limite até onde chegara o sensualismo do nosso romancista.

Afirmei-lhe que fora esta cena de pérvido refluxo sensual da natureza a determinante do meu juízo crítico, o qual, lançado ao correr da pena, não fora, talvez, redigido com a devida e conveniente correção.

No que dizia respeito ao pouco colorido dos tipos femininos, compreende-se que não era lícito dizer outra coisa.

Os romances da primeira maneira eram influenciados por Octave Feuillet. Destes tipos cloróticos, não cuidava. Os admiráveis perfis de mulher que se encontraram depois, em *Esau e Jacó* e no *Memorial de Aires*, estavam nas linhas do pensamento do autor. Não eram ainda nados.

Ora, o jogo dos paradoxos literários, empregado nas *Memórias Póstumas* e no *Quincas Borba*, era tão cerrado, que asfixiaria qualquer mulher que tentasse emergir de entre os vultos estranhos necessários à trama do livro. Foi o que sucedeu. Só o sensualismo poderia tê-las salvado no meio desse mar revolto de pessimismo, que já considere uma vez um recurso de estilo, muito original, de que o romancista usou, e até abusou, truncando a vida real para dar relevo aos seus personagens, verdadeiros *souffew-douleurs* das torturas filosóficas do autor.

Heroínas propriamente feminis não podiam, portanto, coexistir naquele meio, com os ascetas da vida paradoxal descritos nas obras acima apontadas.

Todavia, em *Quincas Borba* passa fugitivamente essa Sofia, que leva a sua complacência até a curva de uma perna, que só ao marido faz aguar a boca.

Não era da massa de que Dante fabricou a Fracessa, a ardente Figliuola de Messer Guido da Polenta; nem o corretor Palha tinha aspecto sequer desse Paolo, que leu o Galeoto para interromper num beijo *tutto tremante* a fatal leitura e morrer, logo depois, à maneira dos costumes trágicos do medievo.

Sofia, boa mulher, apenas um pouquinho espeloteada, era, afinal, não a amante, mas a mulher de um Paolo corretor, prosaico e assaz canalha.

O signatário destas linhas pensou, sem embargo disso, por ilusão de simpatia e boa vontade, que o incolor que havia acusado Machado de Assis se remiria, mais adiante, publicando

o romancista as Memórias de Sofia; e, dadas as explicações que vão acima, nunca o topava sem que lhe perguntasse como ia o romance de Sofia.

Machado de Assis sorria, retorquindo algumas vezes com um – “veremos”, outras: – “talvez seja incongruente”.

Era incongruente; e nessa evasiva, o autor do *Memorial de Aires* denotava o mais completo senso artístico e acabada cultura literária.

O *tutto tremante* de Paolo não era coisa que permitisse a Palha, um marido pulha: nem a liga da perna rechonchuda de Sofia era matéria que se pudesse aplicar na larga antinomia do amor extraconjugal.

A esposa de Palha, portanto, através de um romance, só daria para o estudo de uma hetaira de amores epidérmicos, sem nenhuma singularidade que justificasse as indiscrições de um escritor consciencioso.

Não lhe falei mais nisto, senão poucos dias antes da sua enfermidade.

A heroína de *Esau e Jacó*, cuja psicologia, na simplicidade da exposição, é uma das mais complicadas que conheço, a da dualidade do amor, que se não resolve nunca, pela razão muito simples da lei similar de que dois átomos coexistem, mas não podem existir ao mesmo tempo ocupando o mesmo ponto do espaço; bem como essa adorabilíssima Fidélia, do *Memorial de Aires*, a qual, não sabemos se pela bondade de que se veste e naturalmente se adorna, faz chorar ou rir de contentamento e de adoração familiar; esses dois tipos de mulheres encantadoras seriam suficientes, como compensação, para remir todas lacunas que porventura se encontram nos romances de Machado de Assis, relativamente, a mulheres, não digo sensuais, mas cheias de escorpiões no coração e de flutuações abomináveis na inteligência.

[Visita ao mestre]

Arthur Azevedo (A.A.)⁵

Abrindo anteontem, domingo, o *Diário de Santos*, que me é obsequiosamente remetido pelo seu proprietário, o meu ilustre amigo dr. Isidoro de Campos, fui surpreendido por um telegrama, expedido desta capital, dizendo terem se agravado os padecimentos de Machado de Assis.

Eu sabia que o grande Mestre passara por um ligeiro incômodo nervoso, coisa que não era para gemer os prelos e muito menos vibrarem os fios telegráficos; mas fiquei assustado, porque, se realmente ele tivesse uma enfermidade grave, não seria a primeira notícia desse gênero que eu recebesse com escalas pelos Estados.

Depois do almoço vesti-me e saí para ir à casa de Machado de Assis; mas a viagem foi tão agradável, o dia estava tão bonito, o sol tão radiante, os bondes tão cheios, a Lapa, a Glória, o Cattete, as Laranjeiras, tão alegres, passam tantos carros e automóveis para os lados de Botafogo, onde havia regatas, e onde os trabalhos de Exposição atraem todos os domingos milhares de pessoas, que eu, durante o percurso da Avenida Central ao Cosme Velho, levei no coração a esperança, a quase certeza de não encontrar de cama o grande prosador.

Felizmente não me enganava: Machado de Assis estava à porta de casa, conversando com um amigo que se retirava, e logo à primeira vista me pareceu tão bem disposto, como na última vez em que estivemos juntos.

Ele fez-me atravessar o jardim e entrar na sala, onde os móveis, os objetos de arte, as menores coisas falam da extremosa companheira que desapareceu, e de cuja ausência o Mestre não se consolará jamais.

Ele tem a religião da sua morta, e conservou a casa tal qual ela deixou, quando partiu. É esse o único meio de estar com ela, de vê-la todos os dias a todas as horas. Não sei de viuvez mais digna nem mais comovedora.

O “enfermo” disse-me que estava bom, que nada mais sentia, graças a um bom calmante e algumas horas de um sono plácido e reparador. Apenas precisava de alguns dias de descanso.

⁵ Terça-feira, 9 de junho de 1908, *O Paiz* – Palestra.

Por que não vem dar um passeio? Perguntei-lhe. O dia está tão bonito!

Não; o meu médico recomendou que só saísse amanhã, respondeu o autor de Não ...
consultes médico.

E aqui estão estas linhas para desfazerem quaisquer apreensões que possam ter os leitores sobre a saúde de Machado de Assis. O primeiro escritor da nossa terra ainda tem vida para muitos anos e talento para muitos livros.

[O escritor de nascença]

Arthur Azevedo (A.A.)⁶

Há tempos encontrei numa livraria da rua S. José um folheto impresso em 1861, na famosa tipografia do Paula Brito; intitulava-se *Quedas que as mulheres têm para os tolos*, e o texto era traduzido do francês por Machado de Assis.

Levei comigo o folheto, não curioso de conhecer aquela singularidade do coração feminino, que não era uma novidade para mim; mas desejoso de ler alguma coisa escrita por Machado de Assis, em que houvesse defeitos de linguagem.

Perversidade inútil: o autor do Brás Cubas já possuía, aos vinte e dois anos, a mesma pena com que ultimamente escreveu o doloroso romance *Memorial de Aires*. Apenas desta vez não a ensopou em tinta, senão em lágrimas.

O meu querido Arthur Barreiros bem disse que Machado de Assis era escritor de nascença.

Calculem como devo estar comovido diante do cadáver do companheiro, amigo e mestre com quem durante trinta e quatro anos me encontrei quase todos os dias, sobre o mesmo teto! Calculem que mundo de recordações e de saudades desperta esse grande morto no meu espírito e no meu coração!

Pois bem, não o choro, não quero chora-lo, porque a morte foi um alívio para aquele corpo torturado e aquela alma dolorida. Há quanto tempo o mestre, que antes falava de tudo, e de tudo sorria, não falava senão da morte, e não sorria mais ... De vez em quando um fato público, de sensação, parecia reanimá-lo e despertar a sua antiga verve de cronista; houve mesmo ocasiões em que ele começou a fazer deliciosos folhetins falados; mas isso pouco durava: o seu infortúnio era um déspota, e o mestre amado não tinha um coração que esquecesse.

A sua esposa, quando saiu de casa [a] caminho [do] cemitério, deixou ali outro cadáver: o dele, galvanizado pelo espírito mais forte, pela vontade mais formidável que tenho conhecido.

⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz* – Palestra.

E como era triste comparar o Machado de Assis dos últimos tempos com de outrora, alegre, cheio de vivacidade, eternamente rapaz, dizendo um bom dito a propósito de tudo, e rindo, rindo sempre!

Reparem que a qualidade predominante em toda a sua obra é o bom humor: encontra-se o riso no fundo de todos os seus livros, embora ele o quisesse disfarçar, porque estava convencido de que o riso não lhe ficava bem.

Se Machado de Assis não fosse um tímido, ninguém com mais impetuosidade nem com mais brilhantismo teria atacado de frente os ridículos da sociedade. Bastava para isso que ele escrevesse como falava. O melhor, talvez, da sua obra ficou inédito, e para conhecê-lo seria preciso ouvi-lo, mas ouvi-lo antes que aquela viuvez inesperada e terrível o deixasse sozinho no quarto da sua morte, “loucamente abraçando a sombra dela”, como no soneto imortal de Luiz Delphine.

Mas o que escreveu, o que deixou nos seus livros, constitui, ainda assim, o melhor do nosso patrimônio literário. É um legado precioso, um tesouro que devemos carinhosamente guardar e transmitir aos nossos filhos com todas as recomendações para que continuem a estimá-lo – tanto mais que com a aurora de ontem, iluminando aquela madrugada de morte, começou a imortalidade para Machado de Assis.

[Um enterro de primeira classe]

Arthur Azevedo (A.A.)⁷

Quando transformaram a Secretaria da Agricultura em Secretaria da Indústria, deixaram Machado de Assis fora do quadro do pessoal efetivo e adido à repartição.

Todos sabem que no funcionalismo público o ficar adido é o ideal do vadio e o desespero do laborioso. Machado de Assis, que foi sempre um grande trabalhador, e não merecia, escusado é dizê-lo, a desconsideração com que o trataram, sofreu um desgosto sério com essa espécie de aposentação, com todos os vencimentos, com esse odioso diploma de funcionário inútil.

Para dourar a pílula, o ministro, um grande homem de quem já se não fala, e na política do nosso país deixou de figurar mesmo entre os adidos, enviou a Machado de Assis um pouco de “mel pelos beiços”, num aviso em que lhe dizia coisas muito amáveis em estilo oficial, esperando que ele, embora afastado do serviço da Secretaria, continuasse a esclarecer o Ministério com as luzes da sua profunda inteligência e do seu enorme talento, honra e glória das letras nacionais.

Imaginem o sorriso com que o maravilhoso ironista do *Brás Cubas* leu esse documento, que será encontrado, talvez, entre os seus papéis, com algumas anotações à margem.

Naquela ocasião o seu comentário foi o seguinte, que ouvi:

- Fazem-me um enterro de primeira classe.

Anteontem à noite, contemplando o cadáver do mestre metido num caixão agalado, sobre uma eça franjeada de ouro, rodeado de magníficos tocheiros de prata, numa sala forrada de veludo preto, acudiram-me à lembrança aquelas palavras amargas, que de novo bailaram no meu espírito, quando o cortejo fúnebre seguiu, avenida Beira Mar fora, caminho do cemitério. Foi o seu segundo enterro de primeira classe.

Mas desta vez só há motivos para louvar o governo, e agradecer-lhe estas honras que, feitas a Machado de Assis, refletem intensamente sobre toda a intelectualidade literária e artística da nossa terra; todos nós, homens de letras, companheiros e discípulos de Machado de Assis, temos o nosso quinhão nesses favores oficiais, e devemos bendizer a sua memória por este serviço que ele

⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz* – Palestra.

nos presta depois de morto, de convencer os poderes públicos de que também os escritores podem ser beneméritos da pátria.

Mas não era sobre o enterro de Machado de Assis que eu pretendia escrever hoje. Contando, como sabe contar, o episódio comente daquele moço desconhecido que apareceu em casa do Mestre, durante a sua tremenda agonia, e pediu que o deixassem beijar-lhe a mão, Euclides da Cunha roubou-me o assunto deste artigo.

Aquela visita, que fez chorar o velho poetas das *Crisálidas*, foi a mais doce das consolações que lhe levaram ao leito de morte, e estou certo de que, se ele pudesse ver lá de cima todas as honras de que cercaram o seu corpo, ainda assim preferiria a tudo o carinhoso beijo daquele moço. São tão raros e tão preciosos esses beijos.

Tenho a boa fortuna de poder publicar um delicado soneto inédito de Machado de Assis, datado de 31 de dezembro de 1892 e oferecido a exma. noiva, hoje viúva do dr. Heitor Cordeiro. Ei-lo.

À Francisca

Nunca faltaram aos poetas (quando
Poetas são de veia e de arte pura),
Para cantar a doce formosura,
Rima canora, verso meigo e brando.

Mas eu triste poeta miserando,
Só tenho áspero verso e rima dura;
Em vão minh'alma sôfrega procura
Aqueles sons que outrora achava em bando.

Assim, gentil Francisca delicada,
Não achando uma rima em que te veja
Harmoniosamente bem rimada,
Recorrerei à Santa Madre Igreja
Que rime o nome de Francisca amada

Com o nome de Heitor, que amado seja.

[A indústria do livro]

Arthur Azevedo (A.A.)⁸

Com dois acontecimentos de natureza muito diversas entre si – o enterro de Machado de Assis e a inauguração do palácio do *Jornal do Comércio* – o dia primeiro de outubro de 1908 marca uma data na história da renovação dos nossos costumes.

Nenhum outro escritor brasileiro – prosador ou poeta, recebeu, morrendo, as honras excepcionais que se fizeram ao autor das *Memórias Póstumas*; nenhum outro recebeu à beira da sepultura, o adeus da pátria, soluçado pela voz de um ministro de Estado; nenhum outro foi tão recomendado ao carinho e à admiração da posteridade.

É certo que também nenhum outro subiu tão alto, nem com tanta largueza e magnificência acrescentou [ao] nosso patrimônio literário; mas, francamente, anos atrás, o enterro de Machado de Assis seria um enterro como outro qualquer, e não o de anteontem, que tomou as proporções de uma enorme procissão cívica.

Mas é preciso que a renovação de costumes não aproveite somente aos mortos; é preciso que os seus benefícios se estendam também aos vivos; é preciso que a profissão das letras não seja uma profissão assessoria, e dê ao literato o direito de não morrer de fome. Segundo me dizem, Machado de Assis vendeu, há tempos, a propriedade de todas as suas obras por uma quantia tão ridícula, que não me atrevo a escrevê-la aqui. Algumas das minhas frioleiras de teatro, envergonhado o confesso, me valeram alguns níqueis mais.

A indústria do livro não figura ainda na renovação dos costumes; não temos ainda editores, ou, por outra, temos os mesmo que tínhamos quanto o ser homem de letras era uma coisa quase inconfessável, e José de Alencar vendia os seus romances por dez réis de mel coado.

Que meios devem ser empregados para melhorar a situação dos nossos escritores? Não sei, não os estudei; mas a Academia Brasileira, cuja missão é cuidar dos interesses da literatura nacional, bem poderia tomar a peito essa questão capital. Não é justo que um homem laborioso morra na miséria, embora lhe façam um bonito enterro de graça. *

⁸ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz* – Palestra.

[A pátria não sabe o que perdeu]

Belmiro Braga ⁹

Sempre que um escritor desaparece no seio da Morte, dizem os jornais: as letras pátrias estão de luto. Morreu Machado de Assis e essa morte põe de luto as letras de toda a humanidade. A sua obra não cabe no século que atravessam e não é a geração atual que lhe pode avaliar o mérito. Os vindouros, quando se abeirarem desse oceano de filosofia e humor, é que lhe farão justiça.

O espólio literário de Machado de Assis há de ser transmitido de geração em geração como os *Lusíadas* em Portugal, que as obras de gênio não envelhecem.

Ainda há poucos meses uma revista fluminense estampava, como inéditas, umas estrofes do poeta e gabava-lhes a frescura. Pois bem, essas estrofes são de 1862 e vêm nas *Crisálidas*.

Machado de Assis foi contemporâneo de Castro Alves e de Casimiro de Abreu e, enquanto os livros destes dois grandes poetas ficam na data em que foram escritos, os do nosso grande morto de hoje parecem terem sido lapidados ontem.

Nunca a língua portuguesa possuiu até hoje, um escritor tão original e daí a razão por que não teve a popularidade que outros, que lhe não valem a metade, gozam aqui e em Portugal.

O imoral autor do *Brás Cubas*, tem muita coisa de Almeida Garret, mas lhe foi maior quer na prosa e quer no verso.

Machado de Assis de 1890 a 1895 manteve uma seção “A semana”, na *Gazeta*, que até hoje não teve imitador.

Os seus contos são os melhores que possuímos, os seus romances os mais originais da nossa língua e as suas crônicas únicas que, reunida em livro, hão de ficar em nossa literatura.

Esse homem que tanto cresceu aos olhos da pátria, que o não chora devidamente porque não sabe ainda o que perdeu, teve por berço um humilde casebre de operários. Saiu da escola primária para ocupar um cargo de sacristão e daí para ser tipógrafo nas oficinas de Paula Brito.

Aos 25 anos (1884) publicou as *Crisálidas* e o *Teatro*, os seus dois primeiros volumes, e, no outro dia, aos sessenta e nove anos, *Memorial de Aires*, a sua última obra. Durante os quarenta

⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol*.

e quatro anos, que vão de [18]64 a [1]908, sempre e sempre trabalhou, elevando nossas letras a uma altura que nunca foram atingidas.

Não tive a ventura de o conhecer pessoalmente, mas, entre o melhor dos bens que posso legar ao meu filho, está o maço de suas cartas.

Em 1906, agradecendo-me às felicitações pelo seu aniversário, escreveu-me ele:

Gostei de ler, com a restrição que lhes põe de que tal data não é já de alegrias para mim, depois que perdi a minha boa companheira de trinta e cinco anos. Assim é, muito obrigado. Estou aqui um triste velho desamparado, contando alguns poucos amigos, entre os quais figura o seu nome de moço etc etc.

E a essa carta juntou o mestre querido, por sua letra, o seguinte soneto que vale os melhores de Camões:

A Carolina

Querida! Ao pé do leito derradeiro,
em que descansas desta longa vida,
aqui venho e virei, pobre querida,
trazer-te o coração de companheiro.

Pulsa-lhe aquele afeto verdadeiro
que, a despeito de toda a humana lida,
fez a nossa existência apeteçada
e num recanto pôs um mundo inteiro...

Trago-te flores - restos arrancados
da terra que nos viu passar unidos
e ora mortos nos deixa e separados;

que eu, se tenho, nos olhos mal feridos,
pensamentos de vida formulados,
são pensamentos idos e vividos

Machado de Assis era viúvo de d. Carolina Xavier de Novais, irmã de Faustino Xavier de Novaes, não teve irmãos e não deixa descendente, mas, para chorar-lhe a morte, deixou todo o Brasil e Portugal, que o conheceram através de suas obras imorredouras.

E aqui ficam estas linhas escritas ao correr da pena como preito ao escritor que mais estimei na vida.

A morte de Machado de Assis

Carlos de Laet ¹⁰

Desejara não escrever sobre o caro morto. Outros já tem feito. Outros ainda o farão melhor. Em sua glória, aliás, e definitiva colocação no panteão literário, nada pode influir o meu juízo nestas páginas efêmeras de imprensa, amanhã já dispersas, e que com razão têm sido comparadas aos antigos oráculos de Dodona, lançados em folhas de carvalho, com pretensões a dirigirem os povos, e logo tomados pelo vento e por ele arrastados ao limbo do olvido. Mas ninguém faz como quer. Insensivelmente se me volve o espírito para a câmara ardente onde, no seu esquife enflorado, se embarca o velho amigo, [a] caminho da eternidade.

Eu não ignorava que Machado de Assis estava enfermo; e só me admira a resistência daquele débil organismo, quando bem a cheio no coração o sabia ferido, desde que, de súbito, o colheu a irreparável desgraça – a perda da mulher, em quem mais do que em nenhuma cabia o doce epíteto de *consorte*.

Dolorido, ainda não há muito o víamos aí pela rua, ou na Livraria Garnier; mas singularmente se enganava quem o supunha vivo. Nem sempre se agoniza no leito. “Agonia” é luta, luta com a morte, que afinal sempre entoa o canto da vitória. O pobre Machado agonizava de pé, e ocultando na sua impassibilidade de moderno estoico os tremendos combates que lá por dentro se lhe travavam.

Quando quem escreve estas linhas começou a entender de literatura, já o nome de Machado de Assis era apontado como de exímio cultor das letras. Sua obra poética, primeiro ensaiada em jornais e revistas, ia tomando vulto e formava volumes. Suas crônicas, seus contos, suas novelas repetidamente acusavam o lavor de um artista da palavra. De vez em quando, apareciam no teatro algumas das suas tentativas dramáticas, e todas deixavam a impressão de um talento mesurado, eurrítmico, isto é, em que, por principal mérito de forma, houvesse o sentimento de comedido e decoroso, no sentido em que tomava a estético dos clássicos.

¹⁰ 1 de outubro de 1908, Jornal do Brasil. Aproveito a transcrição feita por Hélio de Seixas Guimaraes e Ieda Lebensztayn. Cf. GUIMARAES, H. S.; LEBENSZTAYN, L. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. 1908-1939. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

Porque ele o era, um clássico verdadeiro, no tocante à forma, no minucioso estudo da língua, e no escrupuloso cuidado com que se apartava de quanto se lhe afigurasse dissonância.

O espírito assim conformado, claro está que não se podia alar em grandes surtos aos extremos em que por vezes o rigor da crítica apanha os geniais desvarios de um Shakespeare no drama, de Hugo no tentame lírico, ou de Hoffmann no conto. O famoso *ne quid nimis* achou no glorioso extinto impecável observante. Sabe-se que os termômetros comuns podem marcar desde os grandes frios, mais gélidos ainda que o próprio gelo, até a cálida temperatura em que a água se faz vapor; mas, por perfeita que seja a gradação, só aproximativas se revelam as indicações do instrumento. Nos extremos, então, muito é possível errar a observação termométrica. Quando, porém, para as temperaturas médias, dos aposentos ou dos corpos humanos, a coluna está preparada de modo que só funciona entre os próximos limites, não é difícil apanhar com justeza diferenças mínimas, em décimos de grau. O termómetro estético do nosso Machado era um desses aparelhos de precisão, impróprio para as temperaturas violentas das paixões, mas admiravelmente calibrado para indicar e traduzir, com máxima exaçaõ, toda a gama das modalidades psíquicas entre dados limites, que aliás são os comuns na vida social.

A religião e a política – eis as duas causas por que mais se apaixonam os homens; e nunca ninguém as viu discutir pelo extinto chefe literário. É que isso, e com razão, lhe parecia uma luta, e ele absolutamente não se propunha lutar. Seu campo de ação ele o delimitara na expressão dos afetos brandos ou na crítica impessoal dos costumes – crítica em que jamais se demasiava, não direi até à ferroadada, porém, mesmo até à picada de alfinete. As personagens mais ridículas e censuráveis, nos contos e escritos de Machado, nunca tanto o são que deixam de ser socialmente aceitáveis. Se fora a charge uma “publicação a pedido”, nenhum dos criticados acharia motivos para um processo por injúria.

Temperamentos assim tímidos e moderados não é raro que descaiam na fraqueza ou pusilanimidade: mas tal não sucedia com o nosso querido morto. Sua “eurythmia” (peço licença de voltar ao termo tão bem feito para dizer a minha ideia), a sua eurythmia estética prolongava-se no terreno moral. Incapaz de censurar com veemência um abuso, ele também o era de baixar à lisonja. Em suas relações oficiais sabia guardar conveniências, mas não se vergava a elas. Impoluto, impoluível no tocante a interesses pecuniários, tão absurdo lhe fora um conchavo, uma culposa

complacência, quanto um solecismo ou uma vulgaridade estilística. Sabe-se que o arminho tem à lama horror instintivo, asseio que se exagera contando-se que, se acaso se mancha, logo morre de nojo. Daí aqueles altivos brasões dos Rohan da Bretanha, onde figura o arminho com a legenda – *Potius mori quam foedari*. Antes de morrer que manchar-se. Soberbo lema de fidalgos; e que sem deslize da verdade também se poderia insculpir sobre a lápide deste honrado homem do povo, tão fidalgo, ele também na imaculável probidade.

Modesto nas suas origens, porque começou a trabalhar com simples operário tipógrafo, ele cresceu até às alturas em que o vimos, não por um desses abalos sísmicos com que frequentes vezes emergem celebridades, como no oceano Pacífico se improvisam ilhas; e antes a compararíamos, a fama literária do extinto amigo, àquelas outras formações madreporas, que, lentas e lentas, se vão erguendo do abismo, pelo trabalho acumulado de muitos anos. O que fora recife, alteia-se finalmente exornado de plantas, que um dia serão árvores, desatando-se em flores e frutos de bênção.

Quando se fez a Academia de Letras, realizada em meio da República essa criação aristocrática, ante a qual tinha recuado a democracia zombeteira do Império, se um por um se tomassem os votos para a escolha do chefe, creio que ninguém discrepância na escolha de Machado. Simpático aos mais velhos, porque com eles tinha vivido, ou de pouco precedera; bem-querido dos novos, para quem sempre usava de benevolência, escusando senões e propiciando tentativas – Machado foi o cabeça unanimemente aceito pela indisciplinada grei dos homens de letras. Ninguém lhe tinha que exprobrar um ataque ou perdoar uma invectiva.

Quem isto escreve, entrou para a Academia sem saber como. Ouviu dizer que foi sua inclusão no douto grêmio obra de um confrade com quem outrora havia mantido peleja, e talvez demasiado viva, o sr. dr. Lúcio de Mendonça. Se o boato é verdadeiro, só pode redundar em prol do imparcial confrade, que talvez errou, mas supondo fazer justiça a um adversário. Humilde lidador da imprensa, o escrevedor destas linhas ali tão deslocado se acha como, por exemplo, um soldado raso, todo empoeirado das suas marchas e do seu trabalho de sapa, entre os donairosos generais, que em sábias manobras ideam batalhas incruentas. Mas dos motivos por que acredita estar ali condecorado, sobressai o ter como pares alguns brasileiros de incontestado mérito. Era Machado o primeiro desses.

Impossível seria que em vida quase septuagenária, através da administração e das letras, ele não houvesse, muito sem o querer, gerado antipatias, não direi inimizades, e provocado indébitas agressões. Lá pelos intermundos burocráticos não sei o que tenha corrido. Aqui nos literários, época houve em que Machado foi objeto de rijo e porfiados assaltos ... Mas nunca respondeu. A brincar com ele, uma vez eu lhe disse que ainda o havia de obrigar a ter comigo polêmica.

- Não faça tal, respondeu-me a gaguejar ligeiramente, que os partidos não seriam iguais: isto para você seria uma festa, uma missa cantada na sua capela, e para mim uma aflição...

Nunca verdadeiramente privei com Machado de Assis, mas de uma vez se me desvendou o homem íntimo e pelo seu lado meigamente ativo. Estava eu a conversar com alguém na rua Gonçalves Dias, quando de nós se acercou o Machado e dirigiu-me palavras em que não percebi nexos. Encarei-o surpreso e achei-lhe demudada a fisionomia. Sabendo que de tempos em tempos o salteavam incômodos nervosos, despedi-me do outro cavaleiro, dei o braço ao amigo enfermo, fi-lo tomar um cordial na mais próxima farmácia e só o deixei no bonde das Laranjeiras, quando o vi de todo restabelecido, a proibir-me que o acompanhasse até a casa.

Tão insignificante fineza, que ninguém passaria ao primeiro transeunte, pareceu grande coisa àquela natureza retraída, mas amorável. Procurou-me de propósito para me agradecer e, na longa conversação que então travamos, descobriu-me o coração ulcerado pela recente morte da “sua Carolina”. Após uma crise de lágrimas, ele me deixou profundamente entristecido: triste por vê-lo assim malferido, triste pela convicção de que para tal golpe não havia bálsamo possível.

Ao tempo em que, por vezes, nos encontrávamos em festas, tinha o Machado uma frase feita, para designar a sua discreta desapareição, sem rumor nem despedidas: “Vou raspar-me à francesa”. Talvez por isto me parece que, às pombas do oficialismo, ele preferiria que mais depressa o levassem para junto de um túmulo querido. Mas não censuro, antes aplaudo o ato do governo com essas honras excepcionais a um homem que nada foi na política e que não deixa filhos nem parentes poderosos.

“Vale”. Tem saúde – diziam os romanos aos mortos bem-amados; fórmula absurda, porque só aplicável aos vivos. “Xaire”. Regozija-te – exclamavam os gregos, e sem razão maior. No cristianismo, que não é só a mais pura, porém a mais belas das sínteses filosóficas, quão melhor nos exprimimos com o nosso “adeus!”.

Ela é uma prece, uma suprema recomendação do viajor ao grande Espírito de amor e misericórdia. Adeus, irmão e amigo!

[Das mãos ao túmulo]

Carlos Magalhães de Azeredo ¹¹

Não conterão certamente estas palavras a maior nem a melhor das homenagens, que, em dias de tão grande dor para mim, eu quero, eu devo prestar a Machado de Assis. A maior, em cumprimento de espontâneo e não recinto voto meu, que a ele mesmo era caro, será um dos empenhos prediletos da minha atividade literária – e Deus me ajude, com o tempo, [na] firmeza do propósito, [na] meditação, [no] estudo, a torná-la um pouco digna de tão rico e elevado espírito criador. A melhor, essa, está na minha afeição de sempre, e no meu luto de agora; na fidelidade com que desde a adolescência extremosamente o prezei e venerei, na fervorosa continuidade das nossas relações de vinte anos através de ausências longas e vicissitudes diversas, no meu interesse nunca desmentido por tudo o que lhe tocasse o engenho ou o coração, na assídua leitura atenta e comovida dos seus escritos, no culto convicto e documentado da sua glória, na ansiedade com que de longe – tão pesaroso por não ser de perto! – interroguei e segui as últimas fases do seu desaparecimento físico, no silêncio terrível em que me prostrou a notícia [fatal], na incessante presença do amigo extinto à minha memória e aos meus olhos, enfim, no sentimento que tenho de ser a sua perda uma dos mais profundos desgostos da minha vida.

Escritor eu mesmo, entretanto, ligado ao [mais] insigníssimo dos nossos escritores por todos esses vínculos intelectuais e morais, é justo [o] público testemunho de gratidão ao seu espírito, à sua obra, que para a beira do túmulo ainda entreaberto e cercado, por honra nossa, de quanto a nação conta de mais ilustre, leve eu também a estrofe da minha admiração ao hino da sua imortalidade ... Mas a mágoa é demasiada violenta e nova para que as palavras possam ir além de uma expansão pessoal: a outros, nestes dias, a tarefa de recolher e inventariar o cabedal de ideias, de imagens, de observações, de emoções, de ensinamentos estéticos e filosóficos, acumulados pelo seu trabalho de quase meio século consagrado integralmente e entusiasticamente às letras ... Por grande que seja – e é imenso – o meu pesar pelo desaparecimento desse valor literário excepcional, que nos enaltece diante dos outros povos e na nossa própria consciência, sobrepujando-a agora a

¹¹ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

consternação íntima pela morte de um dos amigos a quem mais tenho querido neste mundo. E quem compreende o que é sentimento humano achará legítimo e santo este egoísmo do meu afeto.

Para os que conhecem e prezam Machado de Assis, somente através dos seus livros, será válido conforto a segurança de que com a parte perecível da sua eminente individualidade não desceu a terra a parte imortal, o legado do seu gênio às idades futuras. A nós que longamente o frequentamos, que o amamos em si e por si mesmo, essa parte perecível – talvez até porque perecível – não era menos cara; tanto mais que no homem, no seu gesto, na sua palavra viva, no seu trato cortês, leal, carinhoso, de todos os dias, os finos quilates do talento e do coração se revelavam não menos que nos seus livros. A mim, arrancam lágrimas e deixa-me inconsolável a certeza de que nunca mais o verei. Já me não alentarão, com o aperto das suas mãos sinceras, aquela simpatia e aqueles conselhos preciosos que lhe devi sempre, desde as minhas primeiras tentativas literárias ainda estranhas ao público; já me não chegarão do Brasil essas cartas tão afetuosas, tão argutas, tão amenas, tão naturais, tão encantadoras no pensamento e no estilo, lidas, relidas, zelosamente guardadas e de agora avante me faltará ali o que constitui um dos máximos prazeres de cada regresso à pátria, o seu abraço a que eu estava acostumado, a benignidade cordial e nobre desse rosto que me sorria como de alguém verdadeiramente meu.

E estou certo de que para ele, último da sua família, extinto em um lar deserto, sem ter transmitido a criatura alguma esse “legado da nossa miséria” que é, todavia, vínculo tradicionalmente caro pela solidariedade do nome e do sangue, era a esperança de comemorações como estas a que espargia algum afago de luz e suavidade na fria treva crescente dos dias derradeiros. “Ainda bem que a sua amizade dura há tantos anos – escrevia-me ele a 1 de Agosto, na última carta sua que recebi – e eu posso ir da vida sabendo que deixo a sua entre outras saudades verdadeiras”. E há anos, em outra página íntima: “Feliz seria se deixar alguma saudade no coração dos amigos”.

Empolgado pelo vértice fulgurante de uma apoteose nacional ou universal, o homem deve achar-se como perdido, inatingível para si mesmo, na vastidão do seu vulto infinitamente dilatado. Por maior que ele realmente seja, por mais impessoal à força de representativo, por mais pujante que se lhe desenvolva a capacidade de sair do seu próprio ser para multiplicar-se pelas almas e fisionomias alheias em um sem número de simultâneas encarnações, ficam-lhe sempre, se o

orgulho da sua glória lhe não esterilizou de todo as fontes de afeto, o desejo e a precisão daquele ambiente de intimidade familiar, que se liga aos sentimentos primitivos e fundamentais da espécie. Mera significativa, porventura, mas sob certos aspectos mais verdadeira que a existência subtraída às contingências domésticas e entregue ao domínio público como patrimônio comum, persiste sempre nele o indivíduo concreto, jungido a certos hábitos e a certas tradições, confinado em certos círculos de interesses, de preferências, de alianças; esse também nutre, como os mais humildes e obscuros, as aspirações próprias de um tal estado de alma, e nenhum esplendor de celebridade o consola de as ver frustradas. A volúpia de ouvir o próprio nome repetido através do espaço e do tempo pelos mil ecos da fama não vale, ou, pelo menos, não substitui, o que há de delícias para a coroação esse mesmo nome pronunciado por lábios de filho, de irmão ou de amigo dileto.

Machado de Assis, por mais que a filosofia pessimista e um tanto misantrópica dos seus escritos fizesse supor contrário a observadores apressados ou malévolos, era, no fundo, um sensível, um afetivo, um terno, não tinha, é exato, aquele [exuberante balanço], tão brasileiro, com que muitos distribuem abraços às dúzias cada dia, pondo naturalmente em cada um deles pouco – oh! pouquíssimo! – de alma e até de atenção. Mas, na segurança de algumas amizades antigas e sólidas, revela tesouros de ativa e carinhosa bondade, correspondendo cordialmente à cordialidade daqueles em que tinha razão de confiar. Não era o homem exclusivamente cerebral que muitos erradamente imaginaram: nem o aplauso das gentes, nem a pura contemplação da verdade e da beleza, nem o exímio culto da perfeição e a consciência dos seus muitos contatos com ela, bastavam para recompensá-lo; ele precisava de sentir em torno de si o amor dos seus.

Sem dúvida, a sua obra se baseia na convicção da mediocridade, não só intelectual, mas moral da imensa maioria dos nossos semelhantes; e porventura essa convicção não é rigorosamente exata? Sem dúvida, no dualismo ético que a penetra toda, tão presente sempre ao seu espírito como ao de um sábio persa ou de um amigo maniqueu, mais vezes triunfou o mal que o bem (resultado igualmente muito conforme a experiência), e mesmo nos sentimentos e atos em que o bem acaba por vencer o seu adversário eterno, o Atimane, o Satanar, o Mefistofeles, a *potestes tenenbrum*, o geio enfim das calamidades orientais e ocidentais, lá consegue deixar não raro o negro vinco tortuoso da sua passagem, como num lírio fresco e cândido se alastra a baba do réptil venenoso que pelas suas pétalas deslisou perfidamente. E dessas inevitáveis constatações parece resultar de

quando em quando uma viagem de desestima pelos homens; de desestima talvez, não de ódio, nem de antipatia. Não é dos homens a culpa: é da vida que os arrebatada, pobres pigmentos, racionais e irracionais, caliginoso redemoinho das suas elucubrações e maquinações; é ela que lhe põe tantos ingredientes diversos e adversos no sangue, nos nervos, na alma, ofuscando-lhes o entendimento e envenilhando-lhes a vontade, conduzindo-os por vias ocultas a fins ignotos, e esmagando-os, ao cabo, exaustos de lidas e padecer, ou alvoroçadamente cúpidos de viver ainda, de viver sempre, no enleio das suas ilusões, na ebriedade dos seus triunfos.

Com que intuito? Pelo mero desenho de uma comédia infernal, fantasticamente monstruosa? No interesse de uma harmonia superior, transcendente, cujas leis nos escapam ou apenas confusamente de longe logramos entrevê-las? O pensador não ousa responder; deixa intacto o problema, para que cada um os resolva à luz da sua filosofia, ou, se o prefere, ao sabor do seu temperamento. Ficarà sempre largo saldo de mistério e de dor.

Mas quer isso dizer que os míseros [ilegível] pensantes com todas as suas tachas e fraquezas só merecem desdém? Não; merecem pena, e nessa pena bem se pode inocular o leite de humana ternura, relevado embora, para se não tornar porventura insosso e fastiento, com o sal da mais fina ironia. E não haverà, ainda, almas bem nascidas, almas belas, almas fortes, almas felizes, almas de exceção, em suma? Almas que subjuguem a vida, que a dobrem ao seu império, ou, vencidas por ela, a obriguem quase a envergonhar-se de ser tão perversa? Quantas dessas nos surgem da obra mesma do glorioso escritor, obra onde há vastas páginas amargas, mas nem uma vulgar, ainda quando o ambiente da ação é acanhado e mesquinho, porque a nativa aristocracia do narrador saber espargir-lhe as suas graças eletivas e sóbrias, e despertar por vezes de humildes berços criaturas de prestígio principesco ou angelical! É só folhear os seus livros, até os últimos, e elas de lá nos virão formosas e airosas, risonhas ou graves, simples ou enigmáticas, funestas ou benfazejas, com olhos cheios de auroras e as mãos cheias de primaveras.

Se a vida é quase sempre triste e vã, se nós somos quase sempre artífices de erros, de culpas e de mágoas, não é uma consolação ver que, além do céu azul, da verde paisagem, das rosas, dos pássaros e dos astros, a natureza nos enriquece com o dom de criatura tais?

Dirão que para o seu próprio criador elas [ilegível] o chamaria, o lenocínio com que ao gênio da espécie perpetua a existência e com a existência a dor, segundo a concepção do seu dileto

Schopenhauer, e portanto a presença delas gentil e deleitosa é uma agravante [a] mais contra o Destino? Que importa se muitas dessas mulheres perpetuariam também o que na existência há de mais belo, o que na dor há de mais nobre? Se para o filósofo que lhe deu o ser o substrato da vida é uma áspera trama pungente, onde se encontram mil fios de ferro por um só de ouro, que importa quando nesse fio único ele não vê a satisfação dos baixos instintos bestiais, mas a consagração dos mais altos estímulos e desejos?

Se ele pensa acaso que a virtude não é na luta social um elemento de vitória, mas antes constitui com frequência uma causa de insucesso, que importa desde que nem por fraca e indefesa a representou desatratante, mas a amou e a fez amar? E não é ainda uma prova de reverência por ela o impulso de arrancar delicadamente a máscara a certas aparências claudicantes e intrigantes de virtude, que profanam e ultrajam com paródias torpes a santidade da autêntica virtude? E não é exaltá-la sobre todas as coisas mostrando-a desataviada de feitiços, adornos, na só beleza sua, austera e divina mercê da qual unicamente alguns – pouco talvez, mas por isso mesmo mais augusto – a serviram, a adoraram, chegando, se foi preciso, a imolar-se por ela?

Nem a Machado de Assis faltaram emoções e simpatia pelo sofrimento humano, como a mais de um crítico se lhe afigurou, por ter ele exposto com singeleza de narrador verídico alguns dos casos grotescamente dolorosos que a existência nos oferece a cada passo, por ter salientado com sapiente humorismo decepções nascidas da imbecilidade ou da jactância, e com vingador sarcasmo humilhante derrotas de iníquos ou de fraudulentos, privados do fruto dos seus tenebrosos planos. Nunca, porém, nem numa só página, nem num só período ele recusou o piedoso tributo do seu respeito a um infortúnio digno de respeito; nunca ele agravou com uma palavra motejadora ou ligeira aflição de uma criatura débil, injustamente oprimida. Certo, a alma de um escritor não está jamais toda nos seus livros, e o abusado aforismo de que “o estilo é o homem” é falsíssimo na estreita interpretação que se lhe dá de ordinário. Mas, sem sairmos da obra de Machado de Assis, lendo-a e compreendendo-a em conjunto, sem preconceitos e sem o intuito de a subordinar a um julgamento sistemático, nitidamente se nos evidencia que se na existência comum, no nosso fadário de cada dia, a parte das “coisas vans e grosseiras” lhe parecia deveras excessivas, ninguém melhor que ele sentia acima dessa atmosfera, já pesada e impura para um simples homem de bem, e muitas vezes quase irrespirável para um homem superior, o puro azul

de outras atmosferas mais sã, mais serena, mais luminosa. E para essa é que também [dirigia] os seus esforços; nessa é que ele se refugiava e queria viver quanto lhe era possível. A cada passo lhe ouvimos a palavra evangélica: “O meu reino não é deste mundo”. A este só o prendia – dignificando aliás os trabalhos mais ácidos – o cumprimento exato e pontual do dever; mas sem ambições e sem ilusões. Os seus sonhos pairavam mais longe e mais alto; embebiam-se no culto da índia e da arte; acolhiam-se nos braços nunca enganadores dessa Musa [coneolettris], que ele celebrara em tão lindos versos aos vinte anos, e que ficou amando para sempre com raro e exemplar amor. Nesse sentido ele era – conclusão que a muitos acaso espantará – um genuíno, um grande idealista. Como nas almas religiosa, nas almas cristãs, que das injustiças do mundo apelaram para a imortalidade e a posse de Deus, também a sua concepção pessimista da vida se resolvia, não em materialismo grosseiro ou em descuidado e cético epicurismo, mas em ânsia de libertação, de redenção ...

Ai campi eterni, al premio
che i desiderii avanza!

Não os punha ele talvez num reino sobrenatural; punha-os de certo numa vida superior de pensamento e de sentimento. Não foi seguramente em vão que ele atravessou a escola moral do Cristianismo. Como todos os modernos, mesmo descrentes, e mais que muitos destes, colheu ele no Evangelho germens imperecíveis de sabedoria e virtude.

Ele provava em si a atração das culminâncias morais. Não o iludiam arremedos de heroísmo nos indivíduos ou nos povos, mas estava bem persuadido de que o heroísmo é uma realidade, e uma realidade fecunda. É bem possível, é natural que mais de uma vez na sua longa existência estremeceu de repugnância e de horror, diante das cruezas, das vilezas, das ignominiosas versatilidades da plebe avinhada ou sanguinária; mas tinha o instinto e o entendimento sociais, conhecia o que é civismo, arte governativa, gênio político, o que na pátria e fora dela nos honra, nos eleva, e nos infunde o nobre orgulho de sermos homens. Porque Machado de Assis possuía em sumo grau a intuição da história e da cultura universal. Ele foi, na mais bela e na mais vasta acepção do termo, um dos maiores humanistas, senão o maior, de toda a nossa literatura. E por isso mesmo, por ser profundamente nacional e moderno, foi também por excelência um clássico, isto é, um espírito de todas as épocas e de todos os climas de civilização. E deve ser justo motivo de

ufania para a nossa ter podido nascer, formar-se, desenvolver-se dentro dela, e sem jamais dos seus âmbitos ter saído senão pelo contato dos livros, atingir a sua máxima perfeição, uma organização intelectual como a do romancista do *Brás Cubas*, do poeta de “Prometeu” e do “Círculo Vicioso”.

Quem sabe o que as viagens teriam acrescentado aos seus dotes nativos e adquiridos? Mas ele nunca viajou – em um tempo em que viajara quase todos. Ele nunca transpôs esse Atlântico que separa as jovens sociedades americanas das regiões celebradas de onde lhes vem, com a luz do sol, os eternos ideais humanos. E não é que ele não provasse a curiosidade de outras terras e outras gentes, não reconhecesse na sua imobilidade “uma das lacunas da sua vida”, como tantas vezes me confessou escrevendo e falando, a mim que, viajante desde quase a adolescência, era em cartas ou conversas um dos seus fornecedores habituais de crônicas e quadros estrangeiros. Mas ou as circunstâncias lhe foram impedindo de ano em ano a realização de algum vago projeto de travessia, ou, como é mais provável, no próprio temperamento indeciso e tímido, além de melancólico, nunca achou o impulso necessário para arrancar-se ao seu nativo Rio de Janeiro, e partir. E assim não soube o que é ver novos astros em novos céus, passar quase repentinamente do verão dos trópicos as neves da Europa, e ouvir falar por multidões inteiras as línguas estranhas que raro em raro horas lhe falam. Não soube o que é pisar com o coração palpitante e o cérebro cheio de memórias e visões um solo sagrado, e descortinar de um gole como cenário fantástico um daqueles impérios com que Lúcifer tentou no deserto a Jesus, um daqueles impérios que gerações de heróis fizeram grandes, e gerações de poetas e artistas fizeram belos, que gerações de amantes, adorando-se, gozando, sofrendo, entre acontecimentos capitais jubilosos ou trágicos, fazem sugestivos e lendários, no seio de uma paisagem semeada de ruínas que alvoroçam a alma, como não podem alvoroça-la paisagem novas, paisagens de uma terra que ainda não consumou as suas núpcias com o homem. Não soube o que é caminhar solitário ao crepúsculo por alguma velha cidade quieta e remota onde não se conhece ninguém, através de ruas e palácios e templos cuja arquitetura nunca vista denuncia outra estética, outras tradições, outros costumes, e sentir de súbito, como uma revelação consoladora, uma aleluia canora e radiante, a impressão de que todos somos como irmãos, recordando que talvez do trabalho daquela mesma cidade longínqua nos vem alguma coisa essencial à nossa própria vida, a lã das vestes que nos aquecem, quem sabe? O trigo que se transforma em alvo pão para nos alimentar ...

E, entretanto, ninguém mais idôneo que ele, e mais bem nascido para colher em cada canto do mundo as finas flores de beleza e bondade que ali visassem ... Ele seria sem esforço um cidadão de Atenas na era Péricles ou de Roma no século áureo da latinidade; seria bem-vindo em Florença no palácio dos Médicis e em Lisboa na corte de D. Manoel, em Perigord ou em Paris nas nobres casas de Montaigne, e em Amsterdam no pobre tugúrio de Spinoza, em Versailles nos salões de Luís XIV, onde brilharia [o] mestre [com] Saint-Simon e La Bruyere na conversação de Fenelen, de Racine, de La Fontaine, e em Weimar nas estâncias ducais, onde Carlos Augusto, Goethe, Schiller e Wieland lhe dariam hospitaleiros um bom lugar nas suas íntimas palestras de poesia e filosofia... E em nosso tempo, que assembleia literária na mais culta das capitais europeias não se declararia honrada de possuir entre os seus um pensador, um estilista, como Machado de Assis?

Há três anos, em festa significativamente intelectual, inolvidável mesmo para os que só de longe e em espírito tomaram parte nela, ao Mestre venerado foi oferecida uma tocante e preciosa relíquia: um ramo de carvalho que viu as meditações e as lágrimas últimas do Tasso, e até hoje, nas faldas do Janículo, contorcido pela velhice e pelas tormentas, ferido pelo raio como o próprio poeta fora ferido pela desgraça, recolhe na galeria mutilada mas sempre frondosa as grandes vozes de Roma eterna. No próximo jubileu do seu septuagésimo aniversário, que os seus amigos e admiradores contávamos fosse o sinal da sua apoteose em vida, eu queria completar a homenagem, enviando-lhe uma braçada de folhas e flores, que, se não teriam a fresca seiva das que dão sombra e perfume às matas brasileiras, levariam em si outra ainda mais pujante e misteriosa, a dos grandes corações encerrados na terra em que elas nasceram. Ai! ele já não verá a aurora com que sonhávamos! Essas folhas e flores não lhe acariciarão mais as cansadas mãos que já são gelo e breve serão pó ... mas irão adornar-lhe o túmulo sob as palmeiras inertes, ao sussurro do mar de Guanabara.

Sim; eu colherei para ele essa [ilegível] simbólica na via Appia e na [ilegível] Sacra, entre os colossos derrocados do palatino e as pedras adustas do Capitólio no Túsulo onde filosofavam Cícero e em Tibur onde poetava Horácio. Eu subirei a escura e melancólica gruta de Pausilipo, onde [fora?] o doce Virgílio, e de lá trarei umas frondes daquele laurel, mais piedoso que a memória dos homens, inclinado sempre e vigilante, sobre o sono do cantos das Geórgias e da Eneida. E se não posso ir eu mesmo à Grécia, alguém cortará por mim um galho de oliveira de

Pallas entre as ruínas da Acrópole, onde ele ergueria como Renan um hino de beleza à suprema beleza ... Mas não só lhe mandarei folhas e flores pagãs: entretecerei com elas umas palmas e uns espinhos da palestina, porque entre os educadores do seu espírito e do seus caráter, foi ainda Jesus aquele a quem mais ele deveu; e se os seus lábios desaprenderam o Credo, o seu coração não desprezou nem esqueceu o Evangelho ... Ele foi também o poeta dos Semeadores, de Anchieta e de Potyre ...

O' Cristo, em que alma penetrou teu nome
Que lhe não desse o bálsamo da vida?

Simbolizarão essas folhas e flores o pensamento das três grandes progenitoras da nossa civilização – Jerusalém, Atenas, Ramos – ao pé de um dos homens que na nossa terra jovem mais esplendidamente sentira e representara o prestígio das coisas que não morrem! E simbolizarão também um voto augural: que ao passado se una o futuro, não já em torno à campa muda, mas em torno ao verbo fecundo que ele deixou a protestar contra a mudez da campa ...

“A minha fortuna – escrevia-me ele uma vez – tem sido que me entendam as novas gerações”. E em outra ocasião: “Algum dia se lembrará de mim como de um velho amigo que amou os moços e crer não ter feito nada para ser desamado”.

Nós que, mais jovens do que ele, entrando na vida quando ele entrava na glória, tivemos a dupla ventura de amá-lo e de sabê-lo imortal, transmitiremos o seu nome, a sua obra, consagraremos a ele nosso culto aos que nos sucederem, para que de geração em geração se perpetue essa herança nacional. E assim possa o Brasil um dia quando o nosso formoso idioma, pensado e falado por cem milhões de homens, se impuser à atenção e ao conhecimento do mundo inteiro, possa o Brasil então mostrar com orgulho aos outros povos as altas, perfeitas e geniais criações, com que um brasileiro do século XIX adquiriu o direito de ser contado entre os grandes artistas universais

[Uma homenagem]

Carmen Dolores ¹²

Eu e o ilustre morto da semana fomos grandes camaradas; e ao ver nos jornais o seu retrato, reavivou-me na memória a lembrança do macio e um pouco misterioso sorriso com que ele dantes me acolhia sempre – e que me era grato.

Foi um terceiro que nos apresentou – esse inolvidável Visconde de Taunay, outro imortal, independente da Academia, de quem agora mesmo aparece a obra póstuma de *Reminiscências*, contendo as mais interessantes notas sobre o Segundo Império, em que ele teve papel culminante. E uma apresentação do Taunay significava então recomendação de valor, de modo que eu e Machado de Assis ficamos logo sendo cordiais amigos. Ademais, a doçura sutil do recente finado, certa forma enigmática ou interrogativa do pensamento, qualquer coisa de oriental na tez bronzada de faquir e no silêncio risonho dos lábios prudentes, tudo isso interessava, agradava, pendia.

Ainda não esmoecera então a efervescência produzida pelo seu romance: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, cujo feitio bizarro e original desorientara um tanto as opiniões do tempo, divididas em favoráveis, entusiásticas, e irônicas, perplexas ou mesmo contrárias. O livro não era fácil de compreender, com o seu sentido não raro obscuro, filosófico, e a corrente dos pareceres tomava direções diversas. Mas já se anunciava outro: *Quincas Borba*, ainda em preparo – e foi nesse intervalo que eu conheci Machado de Assis, coreto, sereno, amável.

Havia nessa ocasião uma série de concertos que atraía todo o mundo *chic*, que hoje seria *smart*, a esse Clube Beethoven da rua da Glória, preparado brilhantemente para sessões musicais, templo da arte todo em colunatas gregas, com bustos em mármore dos grandes compositores antigos – e atualmente servindo de trivial casa de pensão, onde se come e dorme a tantos mil réis por dia. Pelo seu pórtico todo branco, ao fundo do jardim, não esvoaçam mais [as] nobres sombras de mestres, evocadas pelo ritmos clássicos da sonata, mas sim aventais claros de criados que transportam para a mesa a terrina fumegante de sopa ou a travessa com o peixe ou o *roast-beef*.

¹² Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Nessa época, porém, o nome de Beethoven não batizara ainda uma casa de hóspedes: servia de justificado frontispício a um asilo da música, só dela, sendo um regalo frequentar tão apropriado centro da arte, sítio em ponto tão formoso da cidade.

Os convites para esses concertos Beethoven andavam por empenho – e lá me achava eu sempre, numa roda amiga de senhoras elegantes e intelectuais festejados, de que fazia infalivelmente parte o escritor que a pátria neste momento chora com razão.

O lugar de Machado de Assis era na ponta de um fila de poltrona, ao meu lado: e com saudades recorro as nossas vivas palavras de então, ditos de espírito, juízos sobre cada trecho de música ou cada executante, que lançávamos ali – alguns de nós com arrojo, mas ele com finas restrições, que o sorriso sublinhava, luzindo-lhe as lentes sobre a face doentia e macerada, em que a doçura punha uma nota simpática.

“Ouça isto com atenção, seu Machado de Assis!”, recomendava a voz descansada e não raro *gouvailleuse* do Visconde de Taunay, que ia marcando o compasso com a sua bela cabeça poderosa de artista. E o morto de agora sorria, aquiescia.

De um feita, interpretava certo cantor o lindíssimo arioso do Rei de Lahore, gritando furiosamente; “O’sita, viens, jetáttendeds, je táime, ma main te garde un diadème ...”. Curvou-se então Machado de Assis e murmurou discretamente:

- “O seu Taunay, eu, no caso da Sita, fugia, que um diadema prometido por aquela forma deve doer muito, hein?”

Foi a crítica mais ferina que lhe ouvi. Às vezes, depois disso, encontrava-o a rua do ouvidor e conversávamos junto a algumas vitrinas, largas horas.

Mas os tempos correram, correram ... Há cinco anos, talvez, procurei-o na Secretaria de Indústria e Viação, para consultar sobre o projeto que já se definia em meu espírito de escrever para jornais. Achei-o gentilíssimo, amável, com o macio sorriso de sempre: mas nessa gentileza um pouco negativa, nessa doçura talvez enigmática, senti a falta de apoio intelectual que lhe pedia. E afastei-me, entristecida.

Tudo, aliás, mudara em meu horizonte. O ilustre escritor, porém, subia no meio da geração nova que o cercava de admirações, e foi ao clarão dessa apoteose que o perdi de vista, só tornando e encontrá-lo quinta-feira, à gloriosa saída do seu corpo das portas do Silogeu para o

cemitério, entre pompas fúnebres e bandeiras nacionais. Acompanhou-o o meu olhar saudoso e húmido. Tê-lo-á sentido a sua alma, nessa imortalidade em que já penetra?

A propósito do seu nome, lembrou alguém que se criasse aqui um Pantheon, lugar de glorificação permanente para os restos mortais dos nossos homens ilustres.

Mas então, consintam-me dizer, se criarem esse Pantheon, é rigorosamente preciso que antes de qualquer outro brasileiro morto, digno dessa grandiosa homenagem, venha de S. Vicente de Fora o corpo embalsamado de D. Pedro II, que espera no seu sarcófago, em terras de exílio, essa consagração patriótica a que tem direito sobre todos os mais, por muito notáveis que sejam. Venham os seus restos; venham os da santa velhinha que foi a sua companheira; e só depois de agasalhadas no Pantheon essas relíquias sagradas, abram-se então largamente as suas portas aos nossos homens gloriosos por qualquer título, que não devam acabar com a morte, como os anônimos que passam e somem-se no corredor da vida.

Estas linhas são de homenagem a Machado de Assis. E lembrar o seu sorriso feliz ou pelo menos tranquilo e doce, a esta hora em que sua boca já não mais sorri, aos que festejam com tamanho ardor, é dizer que dele, como homem e escritor, uma saudade sincera me toca e aqui a exprimo, como a sinto, simplesmente, despretensiosamente, sem atavios de retórica nem exagero de linguagem.

[O último sobrevivente]

E. C. (Pseudônimo) ¹³

Machado de Assis, que ontem desceu à cova, foi o maior literato brasileiro. Não só entre todos os seus contemporâneos, mas, ainda agora, septuagenário, último sobrevivente de uma geração extinta, nenhum o sublevou jamais no alto merecimento da obra puramente literária.

Nunca houve, aqui, um romancista, um *conteur*, tão profundo e, ao mesmo tempo, tão sutil, tão perfeito, tão completo; nenhum realizou uma tão vasta obra prima, como essa maravilhosa série, que se desenvolve em um aperfeiçoamento contínuo, do *Brás Cubas* ao *Memorial de Aires*; nenhum aliou à tanta meiguice, tão suave ironia, tão penetrante conhecimento das paixões humanas; nenhum teve o estilo puro, gracioso, encantador, que era o dele ...

Nem é dado prever quando, ou se algum dia, se associarão, de novo, em um homem nascido nestas terras e criado nelas, as extraordinárias faculdades de pensamentos e de expressão que se reuniram em Machado de Assis; ele é, verdadeiramente, na história de nossa cultura, um fenômeno quase inexplicável. Mal se pode conceber, em tão estrito e acanhado meio, o surto deslumbramento dessa obra literária – que, pela forma e pelo fundo, tanto excede e se aparta de tudo o que a cercou ...

Real, vivida, sentida – essa obra maravilhosa nada apresenta, porém, das condições prementes do meio, que a desfigure ou afete.

Este humilde, este plebeu – que começara como tipografo, filho de pais obscuros, adquire uma cultura vasta e sólida, atinge a intestada culminância na literatura de seu país, sente a prestigiosa veneração de todos os que ali leem e pensam – e, no entanto, não traduz na sua obra imensa vestígio algum de imoderada vaidade, da grosseira satisfação do arrivismo, da pretenciosa sabedoria, de intolerância ou de rancor; ao contrário, a sua qualidade mais sedutora é uma natural distinção, uma nobreza, que não consiste, aliás, em contar as aventuras galantes dos fidalgotes ...

Este método, cético, vendo, claramente, em todas as coisas, os aspectos descontraídos, que impedem as afirmativas categóricas, realizou uma revolução formidável, não criando uma

¹³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

escola – que os discípulos precisariam de ter a soberba envergadura do mestre – mas, renovando, talvez, a literatura nacional, dando-lhe o sentimento de harmonia, de medida, de bom, gosto, do culto da língua escrita.

É impossível avaliar, ainda agora, a extensão em que ele terá direta e indiretamente influído nesse sentido. Entretanto, Machado de Assis não foi um escritor popular, como, aliás, raros outros tem sido entre nós. Nem mesmo nas rodas, que se presumem de literárias, sua obra é sequer bem conhecida, e uma suposição, errada e tola, de que cada um dos seus últimos romances apenas repetiu o *Brás Cubas*, dispensou muita gente de os ler ... Nem ele aspirava, porém, a essa popularidade fácil; no prefácio das *Memórias Póstumas*, começava recordando Stendhal, que escrevia seu livros para 50 leitores.

Ainda ontem, no admirável e sentidíssimo artigo em que Euclides da Cunha prestou ao grande morto a mais bela de todas as homenagens que se tem rendido, acentuava o vibrante prosador a dolorosa indiferença, a lamentável inconsciência da calamidade, com que o país assistiu à agonia de Machado de Assis.

Mas, de fato, ele apresentava uma desconformidade notável dos atributos comuns da gente de sua terra e do seu tempo, em que Ferrero denunciava brilhantemente um dos indícios de genialidade. E se [cabe] a alguém – na nossa história literária – esse qualificativo, é certamente a ele. Excedeu, em uma desproporção esmagadora, tudo o que rodeava – tal, segundo a expressão de Nabuco, a palmeira solitária do oásis.

Em uma terra de precoces, de desalentados, de estéreis – Machado de Assis, perto de 50 anos de labor literário, nunca desfaleceu, nunca interrompeu a sua obra; evoluindo, sem sintoma algum de decadência, impregnou-a, até a última página, de encanto e suavidade.

Não há, também, nela, vestígio de precipitação – é um prazer doce e calmo, que ela prolonga: sente-se-lhe o meticoloso, o amoroso cuidado da composição, a atenta minúcia dos detalhes, de que se não esquece, antes gosta de recordar.

É certo que ainda há pouco um crítico ilustre apontara, como uma falha do *Memorial de Aires*, o fato de ser um diário íntimo, que se ocupava apenas de uma família estranha. Mas, não; a observação é infundada – porque, precisamente, no prefácio, Machado de Assis advertia que ali se encontram apenas as páginas referentes a um episódio.

Mas, além de tudo, Machado de Assis, como já se tem dito, caracterizava-se por um recato natural, que o afastava do demasiado – do demasiado ceticismo, da demasiada melancolia, como da demasia alegria.

Esse homem de tão apurada sensibilidade, tão friamente emotivo, sentiu, agudamente, a graça feminina. Ficam, na sua obra, algumas figuras femininas, friamente delineadas, como essa Capitu, de “olhar oblíquo e dissimulado”; e, além disso, alguns tipos inconfundíveis de resignados, de contemplativos, de sofredores. O *Brás Cubas* era escrito com “a pena da galhofa e a tinta da melancolia”; o riso esvaeceu-se lentamente, e o *Memorial de Aires* é a mais triste de todas as suas obras, velada por essa tristeza opressiva do isolamento e da separação irremediável.

A serenidade é um traço impressionante da vida de Machado de Assis, como foi de sua morte. Inspirando, talvez, esta nobre existência de pensador, de moralista e de psicólogo a máxima de Brás Cubas: “Crê em ti, mas nem sempre duvides dos outros...”

Ele seguiu, superiormente, o conselho de Anatole France, de que tanto se aproximava, como observou José Veríssimo: a ironia e a piedade são duas grandes mestras da vida.

[Rio de Janeiro: berço e túmulo]

Eduardo Raboeira ¹⁴

Como ontem noticiamos, o Conselho Municipal, por proposta do Intendente Tenente-Coronel Eduardo Raboeira, além de consignar na ata da sua sessão de anteontem um voto de pesar pelo falecimento do escritor Machado de Assis, fez-se representar nos funerais do mesmo homem de letras por uma comissão composta daquele Intendente e dos Srs. Zoroastro Cunha e Bethencourt Filho.

Justificando a proposta daquele voto de pesar e da nomeação dessa comissão, o Sr. Eduardo Raboeira pronunciou o seguinte discurso:

O sr. Eduardo Raboeira, vindo à tribuna, obedece apenas ao impulso do sentimento que magoa a alma do Conselho, como tem magoado a alma nacional.

Dentro em poucas horas, desaparecerá objetivamente o corpo inanimado do grande homem de letras, cujo passamento a nossa pátria sentidamente chora, imersa em um sincero luto.

Dizer desse mestre que se chamou Machado de Assis, seria neste momento supérflua ou temerária tarefa. Supérflua, porque a uma assembleia culta, como é Conselho Municipal, de certo não escapa, independentemente de qualquer sugestões, a justa apreciação do imenso valor do exímio cultor da nossa língua; temerária, porque para falar das excelsas qualidades de coração, de inteligência e de caráter de Machado de Assis – para deixar em relevo a sua amantíssima personalidade; para tratar com justiça da sua obra literária, da sua primorosa ironia, do seu impecável estilo; para dar o conveniente destaque à sua figura de público; indispensável fora uma imaginação mais viva, uma palavra mais colorida e uma crítica mais sagaz do que aquelas de que dispõe o orador. (Não apoiado!)

Não tomará, pois, a responsabilidade desse encargo, certo, então está, de que à venerada memória não há de faltar o culto a que ela tem o mais merecido direito ... Outros com o preciso valor que pontifiquem nessa religião de amor, de saudade e de admiração ...

¹⁴ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

Há, porém, na vida de Machado de Assis uma circunstância que não deve ficar deslembrada do Conselho Municipal, e que, por inteiramente fortuita nem por isso contribuirá menos para tornar ainda mais cara aos representantes diretos desta cidade a memória daquele cujo corpo irá dentro em pouco a caminho da eterna morada. Foi no Rio de Janeiro, foi aqui, nesta formosa cidade cujo pitoresco aspecto lhe serviu outrora de fundo a tantos quadros, que nasceu Machado de Assis; aqui passou de criança a adolescente e aqui sentiu as primeiras dificuldades da luta pela vida; aqui viu desabrochar o seu talento e aqui conseguiu aprimorar a sua pena até trazê-la a esse extraordinário grau de clareza, de elegância, de sonoridade, de colorido; aqui, ao contato desse povo que ele conheceu em gerações sucessivas e cuja feição, cujos hábitos, cujas virtudes e cujos vícios ele soube tão bem fotografar, viu o seu nome crescer, crescer sempre até as cumeadas da glorificação a que atingiu; aqui foi unanimemente aclamado príncipe das letras, recebendo a sua consagração oficial com a investidura de Presidente da Academia, a que pertence a maior parte da nossa mentalidade; aqui recebeu da administração pública a demonstração do justo reconhecimento do seu valor, chegando até a elevada posição de Diretor de um dos departamentos da Secretaria da Indústria; aqui viveu quase setenta anos sem nunca se afastar desta cidade que ele tanto amara; aqui fruiu a inigualável delícia da estima pública tão merecidamente conquistada e aqui sentiu as mais vivas palpitações de felicidade, mas aqui também enlutou-se-lhe o coração doce e meigo de poeta ao golpe brutalíssimo que lhe arrematou a idolatrada e nunca esquecida esposa, a quem ele com pouca demora se vai unir de novo e para sempre. (Muito bem. Muito Bem!)

O Conselho Municipal não pode deixar sem uma significativa manifestação do sentimento que dolorosamente emociona a grande perda que, não já o Rio de Janeiro, mas a Pátria toda acaba de sofrer. Quisera que os representantes mais diretos desta cidade, que é o berço e o túmulo de Machado de Assis, pudessem prestar a inolvidável memória deste que tão intenso fulgor deu às nossas letras uma homenagem que se distinguisse tanto das que lhe são permitidas, quanto ele se distinguiu da maioria dos seus contemporâneos.

Infelizmente, porém sente-se [manietado] pelo regimento em cadeias de aço e por isso propor apenas que insira na ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo passamento de Machado de Assis e, como demonstração especial, que fique a Mesa autorizada a nomear uma

comissão de Intendentes para representar o Conselho em todas as cerimônias que se prestarem a tão cara memória. (Muito bem. Muito bem!)

[O sumo pontífice da literatura nacional]

Enéas Galvão ¹⁵

Na sessão das câmaras reunidas na corte de apelação, que se realizou no dia 30 do mês passado, o desembargador Enéas Galvão justificou com as seguintes palavras o voto de pesar e [a presença] daquele Tribunal nos funerais de Machado de Assis:

*

Não pareça exagerado da parte do Tribunal essa reverência, por não se tratar de cidadão que houvesse distinguido, nas letras jurídicas ou magistrado: há personalidades, cujo prestígio, cuja influência não se limitam ao círculo de profissionais onde viveram, irradiam para horizontes mais vastos e os envolvem na mesma luz.

A influência de Machado de Assis não atingiu apenas o espírito dos poetas e escritores, mas de todos os que vivem do pensamento, no falar e no escrever a língua portuguesa.

Enriquecendo e cultivando com esmero o idioma nacional, Machado de Assis colaborou, ainda que indiretamente, na obra do legislador e do juiz, pois que a perfeição dos códigos também se assinala pela pureza do estilo, do mesmo modo que, na correção da frase, na propriedade e na precisão dos vocábulos, se revela em grande parte a alma do julgador.

Concorrendo, destarte, para o apuro da forma desses produtos abstratos da inteligência humana, Machado de Assis forneceu um elemento de cultura para os homens da lei.

Essas homenagens, eu as transformaria, se pudesse, em uma demonstração nacional.

As nações se revelam ao mundo culto não somente pelo símbolo sagrado da pátria, pela identidade dos seus costumes, da sua crença religiosa, de suas leis e de seus Tribunais de Justiça, mas ainda pela unidade da língua do país, o mais natural, e por isso mesmo, o mais forte elo da comunhão social.

Ora, neste ponto de vista, Machado de Assis era um genuíno e glorioso representante da nossa nacionalidade, um príncipe do saber, porque era um dos primeiros dentre os maiores escritores da língua portuguesa, sua obra literária lhe assegura um posto de elite dentre os que com

¹⁵ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

maior brilho cultivaram a língua do cantor do *Lusiadas*. Desse gênero literário, que se chamou Machado de Assis e atravessou a vida como um sábio, um bem e um justo, se pode dizer com justiça que era o sumo pontífice da literatura nacional.

[O grão de areia na vastidão da praia]

Escritor anônimo ¹⁶

A imortalidade de Machado de Assis, decretada pela convenção dos homens de letras que constituíram a Academia, não deixa de subsistir com o falecimento do mais graduado dos nossos imortais, porque os grandes vultos da literatura e da arte só começam realmente a viver no culto de seus discípulos e admiradores depois que o seu espírito criador se desembaraça do invólucro material que animou durante a passagem por este mundo.

Machado de Assis era na atualidade o maior vulto da literatura luso-brasileira, e a notícia de sua morte não produzirá no velho reino d'alem mar, em que a sua obra talvez fosse mais divulgada do que aqui, menos sensação nem pesar menos sincero.

Esse notável romancista que acaba de ser eliminado da literatura nacional aos 70 anos de idade, era admirado pelos que apenas o conheciam através dos seus trabalhos, e amado, adorado, carinhosamente venerado, por todos quanto tiveram a felicidade de algum dia se aproximar desse homem, cuja convivência era um encanto, desse *gentleman* de uma correção, de uma linda, de uma doçura e suavidade de maneiras, que ninguém poderia suspeitar que tão fino e fidalgo cavaleiro tivesse a origem modesta de um berço humilde.

Tímido e meigo como uma criança, Machado de Assis era de uma susceptibilidade sensitiva, e os que com ele conviveram, tinham um cuidado especial de não avançar na sua presença um conceito, uma frase, uma palavra que melindrasse a quem quer que fosse, porque a bondade desse generoso coração ia ao ponto de magoar-se com uma pilhéria, ou com um dito que pudesse ferir a terceiro.

Quando um homem chega a inspirar não só uma profunda admiração dos contemporâneos, mas a incutir esse religioso respeito no meio em que vive, é porque esse homem alia ao talento uma feição moral, acima da carreira comum, é porque a natureza o dotou com qualidades extraordinárias de intelectualidade e de sentimento, que fazem dele uma figura de grande relevo, como era indiscutivelmente o ilustre morto de ontem.

¹⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

Na imprensa, onde como tipógrafo começou sua carreira, chegou a ocupar lugar eminente, como cronista, escrevendo [as] deliciosas Semanas, da *Gazeta*, nos números de domingo, seção que ainda perdura, a cargo da pena fulgurante de Olavo Bilac, que continua com glória as inesquecíveis tradições do mestre querido.

Ninguém o excedeu no conto, pela originalidade, pela profunda psicologia das suas observações, pela imensidade de diálogos, pela movimentação das cenas, pelo fino humorismo e pela doce ironia com que contava os nossos costumes e com que, ao de leve, frisava as fraquezas e os ridículos da vida contemporânea.

Os seus romances são obras primas, de que a literatura brasileira se pode orgulhar, e dos escritores do seu tempo, que escreveram livros portugueses, só Eça de Queiroz o excedeu nesse gênero de literatura.

Os raros que gozaram da intimidade desse grande espírito, são acordes em atribuir à saudade da esposa adorada, a companheira das suas amarguras e dos dias felizes de glória, a sucessão continuada das crises que lhe minaram o alquebrado organismo e que apressaram o desenlace fatal.

Os trabalhos produzidos no período da sua inconsolável viuvez são o reflexo desse estado d'alma, revelam nitidamente que esse homem retraído, pouco acessível à popularidade e avaro das suas poucas relações, que não procurava aumentar, se sentia abandonado na vida, tinha o coração confrangido pela mágoa irremediável e no seu íntimo o seu pensamento estava permanentemente longe deste mundo, repetindo em mente os sentidos versos do soneto do grande épico: “Roga a Deus que teus anos encurtou, que tão cedo de cá me leva a ver-te quão cedo de meus olhos te levou”

Chegou afinal o momento de poder essa alma ir encontrar-se no além com a alma gêmea da sua, por cuja companhia, experimentada em uma longa convivência, ansiava com desespero nos últimos tempos ...

A emoção causada em todas as classes da sociedade brasileira pela perda irreparável de Machado de Assis, é a prova evidente do seu grande valor, reveladora da compreensão nítida que o povo tem da extensão desse grande desastre, que justamente é considerado um desastre nacional,

como bem o interpretou o governa da República, decretando, como lhe cumpria, que os funerais do glorioso homem de letras fossem feitos com toda a pompa, a expensas do Estado.

Uma queixa apenas, uma única queixa, temos que articular contra o consagrado mestre da literatura brasileira; mas essa queixa em nada pode contribuir para ofuscar o brilho de sua glória.

Não nos conformamos com a cumplicidade de Machado de Assis nessa ridícula e pretenciosa reforma ortográfica da língua portuguesa, decretada pela Academia de Letras, instituição temporã, que se salvou do ridículo pelo prestígio do seu ilustre presidente.

É para lastimar que esse escritor, que tanto honrou o idioma que herdamos do velho Portugal, se deixasse imbuir por condescendências e fantasias de um artifício instável e passageiro, dando a responsabilidade do seu nome glorioso a esse crime atentatório da pureza da língua de Camões, assinalando a excêntrica alteração ortográfica e escrevendo os seus últimos trabalhos mais ou menos de acordo com a nova lei da reforma do sr. Medeiros e Albuquerque.

Como passivo, na conta corrente do consagrado escritor, que se despede da vida deixando tão considerável ativo em [nome] das letras pátrias, esse senão é um grão de areia comparado com a vastidão de uma praia.

Última visita

Euclides da Cunha ¹⁷

Na noite em que faleceu Machado de Assis, quem penetrasse na vivenda do poeta, em Laranjeiras, não acreditaria que estivesse tão próximo o triste desenlace da sua enfermidade. Na sala de jantar, para onde dava o quarto do querido mestre, um grupo de senhoras – ontem meninas, que ele carregava nos braços carinhosos, hoje nobilíssimas mães de famílias – comentavam-lhe os lances encantadores da vida e reliam-lhe antigos versos, ainda inéditos, avaramente guardados nos álbuns caprichosos. As vozes eram discretas, as mágoas apenas rebrilhavam nos olhos marejados de lágrimas, e a palidez completa no recinto onde a saudade glorificava uma existência, além da morte.

No salão de visitas viam-se alguns discípulos dedicados, também aparentemente tranquilos.

E compreendia-se desde logo a antilogia de corações tão ao parecer tranquilos na iminência de uma catástrofe. Era o contágio da própria serenidade incompatível e emocionante em que ia a pouco e pouco extinguindo-se o extraordinário escritor. Realmente, na fase aguda de sua moléstia, Machado de Assis, se por acaso traía com um gemido e uma contração mais viva o sofrimento, apressava-se em pedir desculpas aos que o assistiam, na ânsia e no apuro gentilíssimo de quem corrige um descuido ou involuntário deslize. Timbravam em sua primeira e última dissimulação: a dissimulação da própria agonia, para não nos magoar com o reflexo de sua dor. A sua infinita delicadeza de pensar, de sentir, e de agir, que no trato vulgar dos homens se exteriorizava em timidez embaraçadora e recatado retraimento, transfigurava-se em fortaleza tranquila e soberana.

E gentilissimamente bom durante a vida, ele se tornava gentilmente heroico na morte ...

Desapontamento. Mas aquela placidez augusta despertava na sala principal, onde se reuniam Coelho Neto, Graça Aranha, Mário de Alencar, José Veríssimo, Raimundo Correia e Rodrigo Octavio, comentários divergentes. Resumia-os um amargo desapontamento. De um modo geral, não se compreendia que uma vida que tanto viveu as outras vidas, assimilando-as através de análises sutilíssimas, para nelas transfigurar e ampliar, aformoseadas em sínteses

¹⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

radiosas – que uma vida de tal porte desaparecesse no meio de tamanha indiferença, num círculo limitadíssimo de corações amigos. Um escritor da estatura de Machado de Assis só deveria extinguir-se dentro de uma grande e nobilitadora comoção nacional.

Era pelo menos desanimador tanto descaso – a cidade inteira, sem a vibração de um abalo, derivando imperturbavelmente na normalidade de uma existência complexa – quando faltavam poucos minutos para que se cerrassem 40 anos de literatura gloriosa ...

Neste momento, precisamente ao anunciar-se esse juízo desalentado, ouviram-se umas tímidas pancadas na porta principal da entrada.

Abriam-na. Apareceu um desconhecido: um adolescente, de 16 ou 18 anos, no máximo. Perguntaram-lhe o nome. Declarou ser desnecessário dizê-lo: ninguém ali o conhecia; não conhecia por sua vez ninguém; não conhecia o próprio dono da casa, a não ser pela leitura de seus livros, que o encantava. Por isso, ao ler nos jornais da tarde que o escritor se achava em estado gravíssimo, tivera o pensamento de visitá-lo. Relutara contra essa ideia, não tendo quem o apresentasse: mas não lograva vencê-la. Que o desculpassem, portanto. Se lhe não era dado ver o enfermo, dessem-lhe ao menos notícias certas de seu estado.

E o anônimo juvenil – vindo da noite – foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre, beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-o depois por algum tempo ao peito. Levantou-se e, sem dizer palavra, saiu.

À porta, José Veríssimo perguntou-lhe o nome. Disse-lho.

Mas deve ficar anônimo. Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca mais subirá tanto na vida. Naquele momento o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade. Naquele meio segundo – no meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis, aquele menino foi o maior homem de sua terra. Ele saiu – e houve na sala, há pouco invadida de desalentos, uma transfiguração.

No fastígio de certos estados morais concretizam-se às vezes as maiores idealizações. Pelos nossos olhos passara a impressão visual da Posteridade ...

[Comoção nacional]

Euclides da Cunha ¹⁸

A propósito da morte de Machado de Assis, assim se pronuncia o eminente literato Euclides da Cunha, na carta que abaixo publicamos, agradecendo ao dr. Regueira Costa as palavras que lhe dirigiu, a respeito, em nome do Instituto Arqueológico:

Rio, 7 de outubro de 1908

Dr. Regueira Costa. É ainda sob comoção profunda da morte do querido mestre que mando ao meu bom e saudoso amigo esta carta, para agradecer-lhe em nome de todos os companheiros da Academia, as generosas palavras que nos enviou, em nome do Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Elas, como tantas outras que nos acudiram, providas dos mais remotos pontos da nossa terra, demonstram que Machado de Assis deixou esta vida, como desejáramos que ele a deixasse: dentro de uma grande e reabilitadora comoção nacional.

Realmente, ele que fora tão esquivo, tão tímido, tão retraído, que a multidão parecia começar-lhe a partir de três ou quatro pessoas; tão recatado no trato dos homens que resumia em meia dúzia de entes queridos todo o gênero humano; tão aparentemente fugitivo à popularidade – teve os funerais de um triunfador. E a sua morte – uma resplandecente apoteose – revelou, de golpe, que não foram perdidos os seus quarenta anos de vida literária – porque nas manifestações que a rodearam, e foram as maiores que ainda fizeram neste país, a um escritor – se observou pela primeira vez entre nós, abalando todas as camadas sociais, o prestígio da magistratura superior do pensamento. Deste modo, o mestre foi um triunfador: não lhe bastou criar, a golpes de talento, a própria imortalidade; senão também que, ao mesmo passo, contribuiu para se educar o meio capaz de a compreender e conservar.

¹⁸ Domingo, 25 de outubro de 1908, *Diário de Pernambuco*.

Com este pensamento consolador, mando ao meu prezado amigo o meu agradecimento e as minhas saudades; e peço-lhe que envie sempre notícias suas a quem se subscreve, com a maior veneração, Euclides Cunha. R. Humaytá 61.

[Três liras]

F.V (pseudônimo) ¹⁹

Foi poucos dias depois da morte de Machado de Assis, cujo primeiro aniversário anteontem passou, que eu li, de um fôlego só, em um tranquilo e anuviado domingo de outubro, o seu último livro, o seu canto de cisne, o seu *Memorial de Aires*.

Havia nessa leitura um quê de saudade e de vaga tristeza.

Eu não conheci Machado de Assis, senão, como toda a gente, de vê-lo sair, à tarde, da Secretaria da Viação, atravessar duas ou três ruas da cidade, no seu passo miúdo e leve, de face macilenta e de ar desconfiado, parar à porta do Garnier, ora sozinho, como era muito do seu gosto e de seu feitio, ora cercado de outros literatos; ou de vê-lo subir no bonde de Águas Férreas, caminho do seu lar estremecido, procurando conforto da sua velha e amada Carolina, que lhe arrancou mais tarde, do fundo da alma, este soneto cheio de emoção: *

Eu não conhecia, pessoalmente, intimamente, o autor de *Brás Cubas* e *Dom casmurro*. Falara-lhe uma única vez, havia quase faz anos, no gabinete ministerial, quando ele era secretário, isso mesmo a propósito de coisas que não eram de arte nem de sentimentos – de umas publicações de propaganda em uma revista argentina. Mas os escritores de raça conhecem-se-os bem, como se fossem nossos íntimos, através dos seus livros, dos seus personagens, das suas ideias, dos seus sentimentos. E a morte de Machado de Assis, dias antes largamente divulgada e largamente sentida, dava aos jornais o ensejo de lhe exporem toda a vida ao público: destacarem-lhe fatos, tendências e aspirações, pequeninas e delicadas intimidades; e esse golpe feroz, implacável, de que ele jamais de consolara, que lhe trouxera a dor suprema, agravada pela velhice já desiludida – a morte da sua querida companheira de tantos anos e tantas provocações.

Essas recordações, evocadas no correr das páginas do *Memorial de Aires*, evocadas pelo leitor, que sente também as evocações do autor; e essa leitura, de uma ironia amarga, feita à Heine, deixavam-me, às vezes, sorrir, porque o saudosista romancista era de um comentário incisivo e requintadamente malicioso, e fazia-me, outras vezes, sentir uma emoção de ligeira amargura, de afetuosa e nobre piedade, porque ali se vê a alma de Machado de Assis na sua derradeira vibração,

¹⁹ Sexta-feira, 1 de outubro de 1909, *O Paiz*.

doentia, cheia de angústia, vivendo do passado, de uma observação aguda, amadurecida e penetrante, com uns risos deliciosos de lirismo – mas requeimada, magoada, cética, sem esperanças, sem ilusões, sem alegrias.

Pode-se bem dizer que no *Memorial de Aires* está seguramente o último quartel da vida recatada e sóbria do seu autor, da sua vida simples, discreta, cheia de descrença, mas cheia de filosofia – dessa filosofia individual e inconfundível, que é um composto do que dizem os livros e do que o homem vê com seus próprios olhos, sente com sua própria alma, analisa com suas próprias faculdades, durante longos anos de observação paciente e meticulosa, [ilegível] quando esse homem, como Machado de Assis, tinha por hábito observar de um canto, sem deixar quase perceber, surpreendendo as coisas e os homens em flagrante, sorrindo das suas futilidades, comprazendo-se em conhecer as fraquezas e os ridículos humanos.

Quem não reconhece a segurança do psicologista na pintura dos caracteres desse casal Aguiar, da encantadora viúva Fidélia, de d. Carmo, do Conselheiro Aires, da mana Rita, da malévola Cesaria e de tantos outros personagens do *Memorial*? Nós todos os conhecemos, mais ou menos; são nossos vizinhos, alguns; alguns são nossos parentes; são, alguns, nossos amigos ...

É um aspecto da vida de nossa cidade em 1888. É um diário do Conselheiro Aires, onde ele registra, à noite, quase sempre, ao deitar-se, as suas observações do dia, suas visitas, o encontro com seus amigos, certos fatos capitais. Lá está, a 10 de março, esta nota curta, seca, mas finalmente espirituosa: “Afimil houve sempre mudança de gabinete. O Conselheiro João Alfredo organizou hoje outro. Daqui a três ou quatro dias irei apresentar as minhas felicitações ao novo ministro dos negócios estrangeiros”. (O conselheiro Aires era diplomata). Lá está esta frase cética, no final de outra nota diária, em que se percebe uma vaga e velada queixa do autor contra os que não souberam compreender a sua bondade: “Se alguém lesse achar-me-ia mau, e não se perde nada em parecer mau; ganha-se quase tanto como em sê-lo. Rita escreveu-me pedindo informações de um leiloeiro. Parece-me caçoada. Que sei eu de leiloeiros nem de leilões? Quando eu morrer podem vender em particular o pouco que deixo, com abatimento ou sem ele, e a minha pele com o resto; não é nova, não é bela, não é fina, mas sempre dará para algum tambor ou pandeiro rústico. Não é preciso chamar um leiloeiro. Vou responder isto mesmo à mana Rita, acrescentando algumas notícias que trouxe da rua – a carta do Tristão, por exemplo, os agradecimentos do barão à filha,

e esta grande petta: que a viúva resolveu casar comigo ... Mas não; se lhe digo isto, ela não me crê, ri, e vem cá logo. Justamente o que eu não desejo. Preciso de me lavar da companhia dos outros, ainda mesmo dela, apesar de gostar dela. Mando-lhe só dizer que o leiloeiro morreu; provavelmente ainda vive, mas há de morrer algum dia”.

Não estão ali, é claro, os trechos mais empolgantes e mais belos da vasta obra de Machado de Assis. Mas estão alguns daqueles, dentre muitos, que melhor definem o seu estado d’alma nos últimos meses de existência. E era isso, sobretudo, o que o grande morto mais venerava na arte: a representação da alma do artista ou do seu personagem. No prólogo do seu livro de poesias *Americanas*, ele dizia que “o capacete de Ajax é mais clássico e polido que o Kamitar de Itajubá; a sandália de Calypso é um primor de arte, que não achamos na planta nua de Lindoya. Esta é, porém, a parte inferior da poesia, a parte acessória, o essencial é a alma do homem”. Ora, foi esse essencial que Machado de Assis conservou em toda a sua copiosa produção, desde as suas primeiras composições, desde as referidas *Americanas*, publicadas em 1875, até esse amargo e irônico *Memorial de Aires*, onde foram derramadas, com infinita saudade, as últimas palavras do escritor, onde, pela última vez, a alma do artista e do pensador, vibrou com aquela moção inimitável.

O culto do vernáculo

Hélio Lobo ²⁰

O que mais me seduz nessa individualidade do extinto, não é a ironia primorosa da obra, senão o culto austero do vernáculo. De mim, e entre nós, não sei quem o sobrelevasse no carinho do escrever, a não ser talvez esse que foi chamado a lhe receber a herança do seio da Academia.

Machado de Assis era, mais do que tudo, o purista da língua, de cujos preciosos segredos estava senhor. Outros, para quem o manejo da farpa constituía a nota mais encantadoramente humana de sua produção literária, partiram-se para o ultramar em busca do paralelo de Anatole France. O Brasil, com o brilho suave de suas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, não se deixaria rechaçar pela Gália, com o encanto memorável do seu (rime de Sylvestre Bonnard)...*

Era, para honra nossa, altamente lisonjeiro o símile. Mas não derrotaria a outra feição do brasileiro, superiormente nobre porque superiormente trabalhada.

Como o nosso, o filho direto de Renan maneja a fina arte do humorismo. Ao nosso, porém, mereceu-lhe bem mais que isso o estudo do seu idioma, que nele foi profundo e tenaz, e, ainda mais, quase religioso. Teve só imensa razão o seu substituto, egrégio como ele no amor entranhado da boa linguagem, quando, à beira do copo frio consagrou naquele merecido gabo de suas qualidades criadoras, o “sentimento da língua pátria, em que prosava como Luiz de Souza, e cantava como Luiz de Camões”.

Em Machado de Assis, a ironia delicada era-lhe, por assim dizer, orgânica. Nascera com ele para com ele perpetuar-se seu bom nome. Não se vai impunemente de sacristão da Lampadosa ao mais alto serro das letras nacionais sem se arrastar na alma lacerada alguns espinhos do caminho feito. O Machado de Assis ironista e cético talvez surgisse dali. A ironia aparece assim nas almas bem formadas, como a cicatriz de uma grande luta empenhada com a vida. E, a este jeito, muito mais feliz do que ele foi o seu êmulo, porque pôde desvencilhar-se das amarguras da vida, que ao nosso atormentavam, e livrar-se à região serena de Sirius em cuja filosofia consoladora se envolveu ditoso. Lá, da formosa estrela, sem cantas, como o poeta, o “gozo supremo da ventura”, nem padecer, como Goethe, a inefável “volúpia da melancolia”, Anatole vê girar o planeta,

²⁰ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol*.

acompanhando-lhe o viver de mágoas e alegrias com a sublinha encantadora de seu sorriso caprichoso.

Ao passo que o outro, o Machado de Assis prosador e linguista, nasceu de um desmarcado estudo, senão incomensurável afeto do português. Sua torre de marfim estava ali, nesse limar eterno da frase destinada a transfundir-lhe, com o pensamento, os encantos e graças de que foi tão pródigo. E hoje que caminham em tamanho desamparo essas coisas formosas da pura linguagem, o seu exemplo é altamente educador.

Não que ele, joalheiro da frase, fosse um “gramático”, na genuína expressão do vocábulo. Não o era porque toda a sua obra constituía a negação dessa individualidade pretensiosa afeita a testilha sempre com as qualidades superiores da língua. O gramático é mau escritor. E Machado de Assis esquivou, a todo seu poder, o cenáculo dos da casa dos *grammatici certant*, ele que, para luzimento do livro e na expressão de Castilho António, nunca se desprezou de “chamar e a tornar a chamar dez vez à unha a obra já perfeita”, e escrevia e reescrevia como a raça insigne de Alexandre Herculano e Francisco Manuel de Mello, em terras portuguesas.

E, por tal, o Machado de Assis, vernaculista, sobre-excede em viço, vigor e merecimento ao outro Machado de Assis, filósofo e cético, e cuja doce ironia, de tão delicada, agora nos fica, a cada linha do papel impresso, a exortar perdão à chaga que apenas tocou de leve. A límpida e cristalina linguagem não é dom que se adquire com o berço, pelo só transmitir de pai a filho a sedução de uma inteligência aprimorada e sem igual. É um resultante de esforços infinitos, de vigílias aturadas, de consultas diárias aos grandes da pena, um como que debruçar eterno sobre a herança magnífica dos imortais da palavra escrita. Só a fortaleza da vontade a faz surgir, e aqui ela nos aparece como a “aptidão à paciência” aplicada ao gênio em geral pela intuição soberana de Buffon.

À fama do morto não vai desprimor, antes lustre, na fórmula enunciada. Porque, para a paciência nesse sublimado grau, não se fizeram as mínimas, mas as grandes criaturas. Saber é querer, e a “neurastenia generalizada” que gera o “dialeto brasileiro” mercedamente fustigado no livro *Réplica*, inibe a maioria pensante de fugir à literatura da rua, e hospedar-se na tenda onde se aprimoram o estilo imperecível, fruto abençoado daqueles que nele depositaram aturado esforço e pertinaz engenho.

Deste particular, Machado de Assis não sofre, entre nós, paralelo. O seu sucesso mesmo, aquinhado de direito com o governo da casa a que ele tão bem soube presidir, levou em gosto dar dilatada parte de seu tempo às agitações estéreis da política, sacrificadora insaciável das horas e lazeres aos homens reflexivos. E por isso Machado de Assis muito merece do país; e creio que mais do que por sua cintilante ironia, que é grandemente brasileira, mas que não trouxe, no mesmo grau que elas, para o tesouro desamparado da língua, essas joias de acabado labor, hoje, como em todos os tempos, sacrificada ao ataranto indesculpável de alguns, e ao descaso criminoso de quase todos.

[O Calabar literato]

Hemetério José dos Santos ²¹

Amigo Fábio Luz.

Quando estive, nos primeiros dias de outubro, conversando no Café-lógeo sobre o valor de Machado de Assis, notei que estavam na roda dois rubros fanáticos, e então achei de boa gentileza não fundamentar o juízo que, sinceramente, fiz e faço do poeta, do romancista e do escritor, mestre oficial dos artistas, dos artesãos da palavra, fora e dentro da Academia Brasileira.

Guardei silêncio de honesto comedimento, como de costume, quando vejo paradoxais as minhas asserções; você insistiu em saber a causa íntima do meu proceder, e eu dei de ombros, num mutismo desconsolado e triste. E todos me tiveram por um sujeito de ideias irreverentes e exóticas.

À noite, por ocasião de rezar o decorrido durante o dia, vi a necessidade de uma explicação, não já perante os nossos companheiros de ágape, no Café-lógeo, mas diante de todos os que vivem de letras, por amá-las carinhosamente, ou por prostituí-las, ordenhando-as com brutalidade e imperícia.

Adiei a explicação, que hoje venho dar.

Tive sempre pela obra do Machado de Assis o sentimento que desperta o trabalho chinês de acurada paciência em papelão, lata ou chumbo derretido: efêmero, porque a ausência de fundo que se nota não tem força de eternizar a forma; passageiro, porque essa mesma forma não se estima, e não se valoriza pela excelência na construção e pela variedade dos materiais.

Machado de Assis não foi um observador fiel do nosso modo de ser, um psicólogo, mesmo no corrente sentido desta palavra, durante a sua vida muito alongada, e sempre bafejada pelos carinhos dos seus e pelo aconchego que sempre teve de estranhos, o que o elevou às posições culminantes no nosso mundo burocrático e literário.

Nascido em junho de 1839, sendo pois mais moço do que Gonçalves Dias, apenas de 16 anos, com idêntica força que o preconceito dá para lutar; em “meio” mais culto e tolerante, e tendo

²¹ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

sobrevivido ao poeta brasileiro 44 anos, a bagagem que nos deixa é relativamente apoucada e pequena.

O problema do “negro”, que assumiu em nossa vida de nação talvez um fulgor de vontade único, sem igual, nem nos tempos antigos pelos cativeiros de guerra nem nos tempos modernos pela escravidão colonial, não mereceu do romancista e do poeta senão pálidas e aquareladas pinturas, tão tímidas que claramente revelam que do artista primeiro partiam as ideias preconcebidas contra a sua cor e procedência.

Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias, logo nos verdes anos, nas suas Meditações, Manoel de Almeida, Agrário de Menezes, Trajano Galvão, Castro Alves, de tuba tronissonante, e tantos e tantos outros não deixaram de molhar a pena nesse tinteiro de dor e de vergonha nossa, sem falar daqueles que, como o Visconde do Rio Branco, Patrocínio, Arthur e Aluísio Azevedo, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Rui Barbosa e vários em legião juntaram a mente às musas dada, ao braço às armas feito.

As nossas guerras e as nossas questões externas, resolvidas pelas lutas pacíficas e remansadas do talento e da diplomacia, não existem, para quem as procurar, nos livros de Machado, ou, se existem, são simples episódios tênues e fugitivos de uma sociedade que morreu nascendo, às mãos das Virgílias e Capitus, e outras hetairas tolhidas de sua desenvoltura pelos casamentos interesseiros e sórdidos.

E, no entanto, foi de virtudes o lar em que Machado passou os primeiros anos da sua juventude.

Seu pai, o pintor e dourador Francisco José de Assis, era um artista inteligente e de alguma leitura.

Vendo que a carreira das Letras podia retardar a colocação do filho em posto que lhe assegurasse a subsistência antes de sua morte, era com viva dor contrário à inclinação pronunciada de Joaquim Maria.

Sua mulher, dona Maria Inês de Assis, não concordava; e, acompanhando a aplicação apaixonada e teimosa do enteado, ensinava-lhe todas as noites, e às escondidas, o pouco de suas letras, quando o marido ia dissertar com o vigário de São Cristóvão, onde moravam, ou ia com os companheiros jogar as cartas em família e à puridade, conforme o costume daqueles tempos.

Bem depressa, a boa e inquieta madrastra, antes mãe cuidadosa e caroável, já nada mais tinha a transmitir ao menino; foi então que pediu ao forneiro de Madame Gallot, com padaria à Rua de S. Luiz Gonzaga, que lhe ensinasse o francês, que depressa aprendeu a ler, traduzir e falar regularmente, porque em dedicação o mestre corria parelhas com o discípulo.

Eu conheci essa boa mulata velha, comendo de estranhos, com amor, e conforto máximo, chorando, porém, pelo abandono nojoso em que a lançara o enteado de outrora, nunca mais a procurando desde a sua mudança de S. Cristóvão, lugarejo de operários, para o opulento nicho de glória nas Laranjeiras.

Quatorze anos de paz a retiveram na casa de Eduardo Marcelino da Paixão, onde morreu abençoada de todos, pela grandeza do seu coração, e por ter sido o anjo tutelar de Machado de Assis.

Pelo francês, se lhe abriram todas as portas literárias, e na casa de Paula Brito foi então recebido no convívio dos grandes homens do tempo – políticos, poetas, romancistas e jornalistas.

Viu tudo, e sentiu todo o passado nas palestras diárias da loja do “Canto”; foi colaborador da “Marmota” e de outras revistas e produções que ali se editaram.

A sua poesia foi tão incolor, como os seus trabalhos ulteriores: desde o título chinês até ao fundo, que sinceramente não traduziu esse estado de alma pungente e dilacerado, como se nos mostra, no juízo de todos os seus críticos e companheiros de arte.

Pode-se dizer que, excetuado o admirado soneto à “Carolina”, posto à frente das *Relíquias da Casa Velha*, * todas as suas produções foram um belo exercício para formar o estimado prosador, de maneira untuosa e de uma “preciosidade” coleante e serpentina, que foi, em tão grande e tão comprido desenrolar de anos sossegados e tranquilos, como não há igual, nem nos tempos antigos nem nos modernos, quer em Portugal quer no Brasil.

Para no verso produzir poemas que os de sua raça – portugueses, negros e mestiços – haviam traçado com o coração e o braço, teve exemplos desde o raiar da nossa vida para a arte da palavra, até aos nossos dias.

Em 26 de Março de 1535, um belga, Nicolau Clenardo, escrevendo ao seu amigo Latomus, notou admirado que em Portugal, e sobretudo em Lisboa e Évora, havia muitos negros, que em número excediam à população branca.

“Os escravos pululam por todos os lados. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Há em Lisboa uma tal quantidade dessa fazenda, que se acreditaria que excede em número os portugueses livres. Mas apenas pus pé em Évora, julguei-me transportado a uma cidade do inferno: por toda a parte via negros, raça que me inspira uma tal aversão, que isso bastaria para me fazer abalar”.

Gil Vicente não desprezou o fato, e o pôs de mil modos nas suas farsas. E como o preto era o roubado, era sempre o espoliado, até na produção, porque os filhos logo na segunda geração lhe saíam louros, isto é, já não lhe pertenciam, Gil Vicente tinha em cada negro um comparsa ladrão!

Ainda até mesmo nos romances populares, a musa do povo não se esquivou, não se vilipendiou de tratar do negro:

Deu sete voltas à cerca,
Sem nada poder encontrar;
Viu lá entrar uma preta
Que se estava a pentear.

Oliveira Martins, na História de Portugal, não deixou de mencionar que, no reinado de D. Manuel, crescido e espantoso era o número de negros no reino, conforme a estatística do tempo; e as Ordenações também o registram pela maneira cuidosa de regular as reuniões dessa gente, que se incorporava à sociedade pelo serviço que prestava.

E por que Machado não quis, dando lenitivo à dor que o acabrunha, levantar com os seus talentos a pedra que injustamente esmagou os seus irmãos de cor e de sofrer?

Por que não teve, seguindo o exemplo do Padre António Vieira, o desassombro de dizer ao Sr. Graça Aranha, o pai infeliz do aborto *Canaã*, e de provar com os fatos que a obra do português e do negro, na América, é sem par no mundo, pela bondade e pela candura que ambos derramaram por toda a parte, nessa construção de amor e tolerância que se chama o Brasil?

A sociedade brasileira é sem modelo na história, pelos exemplos de altas virtudes, constantes, múltiplas e variadas, desses três tipos que se irmanaram pelo sentimento, tornando-se um só espírito para a cultura do bem, desde os tempos de Vieira e Gregório.

Por que o inglês, que tem alguns domínios da América do Sul, não faz um Brasil?

Por que não se impôs o holandês à obra final da formação da nossa nacionalidade?

Por que não faz surgir das suas Guianas, opulentas de vida natural, uma nova Holanda que seja a suplantadora do Brasil–Norte?

Por que não faz a França uma república que seja a encarnação de todas as virtudes que prega, de toda a sua humana ciência, e que traduza o ideal de seus filhos nas ubérrimas e auríferas terras do Orinoco?

Onde está a obra de agremiação humana, bondosamente feita pela nebulosa Alemanha?

Só imaginariamente na *Canaã*, que ficará como um tema certo de colegial esperto e aplicado.

A arte de Machado de Assis esgota as energias; não tem ela nem uma relação com o sentimento nacional que, apesar dos prismas pigmentais, já se impõe naturalmente ao observador, porque primeiro não o excita e não o satisfaz.

É uma arte doentia, de uma perversidade fria, não sentida diretamente do meio, mas copiada de leituras parcialmente ruminadas de romances franceses e ingleses, de almanaques que representam, para a vida dos amores e das conquistas, o mesmo papel que faz e fez, para a economia doméstica, a vida do *Bom Homem Ricardo*, de Benjamin Franklin.

Por ser mulato, Machado não tinha razão plausível para desfigurar a nossa moral simples e tradicional.

Um Calabar literário, contorcido e fugitivo nos seus membros enigmáticos, não é menos criminoso do que um Calabar que deserta nos seus pela porta da traição e do suborno.

O elogio exagerado, que vai além do valor real, é um filtro tão sutil como o mel de abelha: empolga e envenena.

Mulatos outros o foram antes de os haver no Brasil, houve muitos alhures e em Portugal; e por êmulo de Gil Vicente se notabilizou o mulato Afonso Álvares, que primeiro teve, na nossa raça, verdadeira intuição artística, vivendo e vibrando com os tipos verdadeiros, e apanhados da massa muscular popular, e não com os tipos imaginários, e não encontrados pelo leitor ao descansar nos finais dos capítulos e dos episódios de qualquer composição de fôlego.

O segredo da arte de Machado de Assis é primário e rudimentar: está no vocabulário minguaço e pobre, repetido tão amiúde, indo e tornando, passado incessantemente sobre uma mesma tônica, que o leitor acaba por adormecer.

Quem ler duas ou três páginas de *Dom Casmurro*, *Brás Cubas* e *Memorial de Aires*, tem lido toda a sua obra.

Esse ódio disfarçado e felino que Machado teve para com todos, parentes e íntimos, amigos e patrícios, revelando-o ora pelo silêncio, que esmaga e anula, ora pela criação de hetairas em época que não as tínhamos em família, porque a escravidão era o trabalho que conforta e a luxúria que alivia, teve-o ele sinceramente, ou foi uma simples e inocente ficção neurótica?

Nas sociedades em desequilíbrio, e em que a moral, de fato, ainda não igualou os tipos vários que a compõem, já porém, igualados pelas leis e pelos conceitos, as ligações de amor ou casamento obedecem a uma corrente uniforme, como as que por impulso se estabelecem maravilhosas na grande massa da água dos oceanos.

Machado assim não procedeu. Não cobriu e não amparou com a reputação do seu nome uma que fosse do mesmo ciclo de sua dor, nem elegeu por companheira qualquer da roda aristocrática por educação, onde teve assento e carinhos singulares, e posição de mando, diretor e chefe.

Para evitar encontros de Capitus e Virgílias, Machado teve por consorte uma portuguesa que puramente lhe foi pela vida inteira um clarão de singulares virtudes domésticas.

Ainda bem que foi uma portuguesa, porque se houve, consoante com a sua obra, alguma ofensa, esta não chegou a ser profunda e lacerante, por ter sido dos nossos corações o coração que o acolheu.

Muito tem sido gabada forma de Machado; e no entanto nada talvez haja mais acoimado de imperfeições. É banal – que as coisas nos ferem somente pelo modo por que são ditas, pois o estilo está antes no valor das palavras, e nas suas relações orquestrais, do que em qualquer outro artifício: não há literatura sem língua, como não há estilo sem gramática.

O nosso léxico é o mais rico de todos os povos civilizados. Ele se compõe de todas as palavras da baixa latinidade, acrescidas dos termos eruditos da alta literatura latina, dos vocábulos asiáticos, porque nós fomos os primeiros a auscultar as civilizações e as religiões do Oriente pela pena observadora e assombrosa de Fernão Mendes Pinto e pela piedade e submissão de Francisco Xavier; de vocábulos germânicos e árabes que conosco comungaram na península; pelos dizeres regionais da África que foi lavrar primeiro o solo europeu e veio depois desbravar a luxuriosa

vegetação da América; dos vocábulos nos nossos indígenas e dos novos termos criados na sua convivência pelos padres que primeiro os chamaram à civilização; e finalmente pelos termos e expressões científicas criados aqui e ali que imediatamente se ajeitam e se acomodam, assimilados ao nosso dicionário.

Com estes elementos, o escritor “cria novas palavras” usando as mesmas do fundo da língua, infiltrando-lhes porém novos aspectos nas relações que entre elas deve estabelecer.

Machado não o consegue: o seu vocabulário tem o resumido número de escritor que começa e a sua sintaxe geralmente se insubordina às leis surpreendidas.

Por vezes parece um artista novel que se queixa dos instrumentos, torcendo-os e conformando-os a seu talento.

V. sabe, meu carro Fábio, que eu não aprecio exóticos que toquem flauta com o nariz, nem prodigiosos que, com os artilhos, corram o teclado do piano.

É comum na língua portuguesa dar-se a atração dos pronomes nos casos gerais e no entanto Machado, contra a lição de todos os escritores até nós, faz sistematicamente o contrário, conseguindo arranhar os ouvidos, pela forma, e molestar-nos a alma, pelo fundo.

Vejamos Brás Cubas, 4ª edição, mais de oito vezes, visto e corrigido: - “Eu” deixei-“me” estar a contemplá-la. -”Eu” deixo-“me” estar entre o poeta e o sábio. E - “eu” via-“a” agora não qual era... - ... outros minguaram, “outros” perderam-“se” no ambiente. E “eu” seguia-“a”, tão pajem como o outro. E “eu” segurei-“lhe” nas mãos. . E “eu” sentia-“me” feliz com vê-la assim. “Eu” agradecei- “lh’o” com os olhos úmidos. “Ele” recebeu-“m’a” com os olhos cintilantes de cobiça. “Ela” percebeu- “o” nos meus olhos.

E “eu” disse- “lh”o” com ternura com sinceridade.

Assim vai, sempre contra todas as lições de Camões, Vieira, Bernardes, que lhe são conhecidos como amiúde o repete, até produzir frases como esta: - “Pois dou-t’a eu, égua piedosa”... - “Ele, Cotrim”, acompanhava-“me” de longe. Assim em todas as páginas. Só algumas vezes disse com acerto: - “Tudo” isso “me” levou a fazer uma coisa única. “Tudo se” deve dizer. “Quem lhe” disse isso? “Ninguém me” visitava.

Com qualquer pronome, todo o clássico usa da anteposição pronominal, salvo nas formas de imperativo. Vejamos Camões, Cartas e Autos: “Ela nos” trata somente como alheios de si... “Ambos lhe” saem das mãos virgens.

“Eu vo-lo” direi... “Este” pantufo “se” perdeu ali.

“Eu o” tomei à cala de sua boa fama. E “eu” por gracioso “o” tomei.

Francisco de Moraes: ... e “isso me” fazia triste.

“Tudo se” faça hoje à tua vontade e tudo seja festa. - “Ele mesmo me” convidava pouco há.

- Encomendamo-nos a Deus e “ele nos” encha do seu espírito.

Frei Luiz de Souza: E “ele me” vigia a mim... “este me” avisa que não deixe de acudir.

Rodrigues Lobo: “Ambos se” temiam de outra... E “cada um dos dois me” fez inveja... “Já eu me” quisera meter em meios.

Falo com o rei, e “cada um se” entende, conforme a roupa com que se cobre. “Eu vos” desengano.

Padre Antônio Vieira: E “eu” também “me” admiro dos que fazem o que ele fez. “Tudo isso se” fazia ao som de trombetas.

Assim todos os clássicos, não só no verso como na prosa, numa razão de noventa por cento.

E para que não se diga que os exemplos são velhos, e que são de “portugueses”, darei exemplos de Rui Barbosa, em discursos que são peças não cuidadas: Por mais áspera que seja, “eu a” declaro. - “Eu a” reconheço, e saúdo. - “Nós nos” aliamos contra vós. - “Todos a” entendiam porque ela era a clareza e a lisura. - “Ninguém o” compreende.

Nas frases de conjunção, todas as páginas estão cheias de ofensas à gramática e ao estilo, porque as posições de pronome não formam versos regulares, o que justificaria a infração idiomática:

“Porque” os contornos perdiam-“se”. “Porque” meu pai tinha-“me” em grande admiração. - “Que ela” amara-“me” à tonta, devia de sentir alguma coisa. - “Porque eu” tinha-“lhe” voltado as costas. - “Porque” em tal caso poupa-“se” o vexame. - Lembra-me, sim, “que, em certa noite”, abotoou-“se” a flor, ou beijo, se assim lhe quiserem chamar, um beijo que ela me deu...

Destes senões, *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires* estão cheios, bem como de períodos rimados e do emprego abusivo e fastidioso dos pronomes pessoais.

Outras vezes cacofonias e francesismos que ferem de frente o modo consagrado:

“O Xavier, com todos os seus tubérculos, presidia ao banquete noturno, em que eu “pouco ou nada” comi, porque só tinha olhos para a dona de casa”.

No *Memorial de Aires*: - Quando faltavam “pouco ou nada”, o silêncio dizia mais que as palavras. - Na escola não brinquei “com ninguém”, ouvia ao mestre, ouvia aos companheiros.

No *Brás Cubas*: “Ouço daqui uma objeção do leitor: - Como pode ser assim, diz ele, se “nunca jamais ninguém não viu estarem os homens” a contemplar o seu próprio nariz?”

Ve. me pode dispensar o comentário, ou melhor os comentários, e somente dizer comigo - “Não nos deixeis, senhor, cair em tentação...”

Há plebeísmos, no dizer, em quase todas as páginas do *Brás Cubas* e *Memorial de Aires*, como estes: “Pouco dissemos: notícias do Barão que está “melhor e do Aguiar, que está “bom”, e despedimo-nos.

É comum aos iletrados dizer de “melhor” [ilegível] “doente”. Não seria [acertado dizer]: notícias do barão que está bom, ou que vai [melhorar]?

[Parágrafo ilegível]

[Parágrafo ilegível]

[Parágrafo ilegível]

A cada movimento se [notam] expressões como estas [ilegíveis].

[Parágrafo ilegível]

O abuso do pronome [pessoal] e as repetições de um mesmo termo, [mais] e mais vezes na mesma frase [ilegível], e outros [legível] sérios, eu não os traslado aqui, pois seria copiar qualquer livro de Machado de Assis.

[V. sabe que não fui eu o inventor da gramática que, por si só, é bastante, segundo Erasmo, para a tortura lançar na vida inteira de um homem, não deixando, entretanto, de ser o desenho linear do literato.

Não fui eu tampouco quem primeiro viu que uma língua sem disciplina denuncia, em geral, um povo sem cultura, e revela, na arte, um escritor sem visão própria, falando sempre sob influência de outrem de outrem, já velhas, já cediças, já banais.]²²

O *Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, tantas vezes lidos e relidos pelo autor, seriam um belo tratado das misérias humanas, um abecê doirado para os mancebos libertinos, se não tivessem tantas e tão variadas incorreções de forma e de estilo.

Em suma, meu Fábio, como Ve. vê, o Machado não é um clássico, porque não se inspirou diretamente nos antigos; não é um romântico à provençalesca, porque lhe falta a bondade que é o amor para com seus e um culto para as coisas do Além; e nem ao modo da escola mineira dos Inconfidentes, porque não nos fez ver, por um prisma todo seu, completamente novo, os sucessos que presenciou na sua longa vida de calma e sossego sempre remunerado; nem na bitola dos de 1830, na fase de Porto Alegre, ou na de Gonçalves Dias, porque não soube aproveitar o grande arsenal de materiais pacientemente acumulados por mais de uma geração, que honrou a língua, eternizando as coisas boas do seu tempo e da sua pátria.

Adeus: Machado de Assis ficará na história literária do nosso país ao lado de Magalhães que, apesar de branco, foi também corroído pelas misérias da vida e pelos preconceitos vesgos e zarolhos que também roeram o criador de *Quincas Borba*.

Rua Barão de Ubá, 21. 16 de novembro de 1908

Hemetério dos Santos

²² Trecho ilegível no original da Hemeroteca digital. Confio na transcrição de Josué Montello, feita a partir da publicação do texto no Almanaque Garnier, em 1910. Cf. MONTELO, J.. Os inimigos de Machado de Assis. – Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998.

Saudades

Julia Lopes de Almeida ²³

O primeiro romancista brasileiro de quem ouvi ler trabalhos, quando ainda apenas soletrava, foi Machado de Assis. O primeiro escritor que pessoalmente conheci em minha vida, e a quem apertei a mão com o alvoroço de uma admiração de criança imaginosa, foi Machado de Assis. A primeira vez que dancei em um salão de cerimônia, foi com Machado de Assis. Eu era uma menina espigada e alegre, cujos vestidos mal tocavam o chão, ele andava pelos seus quarenta anos, acedendo em dançar, por gentileza, para com a dona da casa. Ao levantar-me da cadeira para dar-lhe o braço, eu tremia. Que iria eu dizer ao poeta de tão lindos versos?

E, se além de não atinar com o que dizer, ainda errasse na dança? Não errei, e ao influxo da sua simpatia, da maneira por que se fez simples para ser compreendido por mim, achei que dizer e rimo-nos muito.

Eu tinha voltado cansada dos funerais e sentara-me à varanda do meu quarto, recordando essas coisas a olhar para o céu nebuloso e para as altas copas das mangueiras queridas. A noite avizinhava-se com uma grande tristeza. Àquela hora deveriam estar chegando ao cemitério. Eu não tinha tido coragem de ir até lá. Mas queria acompanhar o morto em pensamento, aquele bom homem que eu nunca vira senão com um sorriso de simpatia e um modo afável e em cujas páginas li tanta coisa encantadora e inolvidável.

Eu revia mentalmente certas passagens dos seus livros – era um modo de rezar pelo poeta – quando, no fundo do meu espírito, esboçou-se um quadro que logo se desvaneceu. Ficou, entretanto, alguma coisa dessa visão interior e rápida. Era isto:

Sob um céu azul de primavera, que diluía em claridades doces o ouro forte do sol, aparecia um pequenino trecho de cemitério; nesse pequeno canto de terra havia uma árvore velha, de ramagens finas e duas colunas truncadas de um túmulo, fortemente enlaçadas pela hera, símbolo da constância no amor. Nesse velho túmulo, de estilo grego, li em sílabas entrecortadas e já

²³ Terça-feira, 6 de outubro de 1908, *O Paiz*.

denegridas o nome do mestre por quem andamos de luto. Sentada à beira do mármore, uma mulher de trinta anos lia um livro de versos. Era um livro dele. Nada mais? Nada mais.

Sei que a visão escultural do quadro me foi sugerida pelo fino espírito ateniense do nosso escritor e pelas qualidades afetivas do seu coração, representando o estilo do túmulo o da sua prosa inconfundível, e os braços flexuosos, mas inflexíveis da hera, o seu amor eterno.

De toda essa cena, que não foi confeccionada pela reflexão, e se me apresentara no espírito subitamente, como uma vista cinematográfica em uma câmara escura, emanava-se a significação consoladora de que daqui a muitos anos, tantos que os mármore do seu túmulo (ainda nessa hora não fechados) já estejam carcomidos, as letras do seu nome, em parte apagadas, e a hera, que sobe lentamente, tenha revestido as duas colunas, partidas com seus abraços eternos, ainda os seus livros serão lidos com o maior recolhimento, por espíritos delicados que procurem aproximar-se dele através da vertiginosa distância de muitos, muitos anos passados ...

A essa hora estariam fazendo o primeiro discurso à beira da cova do finado escritor. Não sei se a pedra sob que ele dorme tem ou não tem arquitetura, e nem isso embarçaria a minha imaginação. Assim como, na doutrina dos antigos, a alma dos mortos penetrava em tudo, revestindo as coisas inertes com a expressão do seu sentimento, assim, desse túmulo imaginário, me pareceu emanar-se a doce ironia do velho autor brasileiro.

Que a terra lhe seja leve, como leve foi a sua pena no aludido mal.

É sabido que os dias correm para a morte, como as águas de um rio correm para o mar; todavia, parecemos contar com a eternidade deste curso, tal a surpresa que sempre o seu fim nos causa! Por que não teriam os primeiros poetas fabulistas dado à morte uma feição pura e suave que espantasse o terror que todos os homens, talvez mesmo todos os animais, têm por ela? Por que acrescentar essa impressão de susto, materializando-lhe a imagem em um esqueleto álgido e branco, sem regaço para um sono, sem lábios para um beijo, sem voz para uma cantiga embaladora, como as das pobres mães junto aos berços dos filhos pequeninos?

Por que terem dado à filha do Somno e da Noite dedos descarnados em vez de mãos macias com que cerrasse pálpebras cansadas e gestos hirtos e implacáveis, em vez de aspecto [acolhedor] e brando? Toda a imaginação tem infantilidades: por que agravar a nossa, com fantasmas quiméricos, mas, sem por isso, menos impressionantes?

Ao menos a crença grega deu à figura da morte uma forma humana harmoniosa. Thanatos, irmão gêmeo do Somno e seu companheiro inseparável, tinha braços para embalar no esquecimento das coisas as criaturas que ia arrancando à vida. Assim, à ideia tenebrosa de cessar de existir, à impressão aflitiva de ir sozinho para o desconhecido, não associava o homem o pavor de uma visão material execrável.

Seria ridículo, bem sei, supor que a figura da morte, tal qual a pintam, de foice afiada nas mãos, ossos alvejantes e secos, órbitas vazias, pudesse de algum modo aumentar o medo que ela só por si nos causa, se todos nós soubéssemos quanto é tremenda a força das puerilidades ...

Digam, embora, que a gente não morre senão uma vez, a verdade é que o terror do último momento diminuiria se nos lembrássemos que em cada fase da nossa vida fica enterrado um pouco de nós mesmos, que nunca mais ressuscita[rá]! A infância, a mocidade, modos de ser e modos de sentir, que se transformam, são mortes sucessivas no decorrer da existência, mas que nem por isso nos preparam com mais calma para a outra, a definitiva, cuja aproximação [faz] todo indivíduo consciente sentir saudades da vida, como ao bondoso mestre Machado de Assis ...

[O velho poeta]

Lindolpho Xavier ²⁴

Serenamente, como um grande resignado, finou-se este vulto insigne, glória do Brasil, estímulo de todos nós que estudamos e escrevemos.

Há em nós uma saudade infinita e há uma longa resignação ao vê-lo partir. É que nós sabemos que ele não morre. Continua a atuar sobre nós aquele espírito bom, cheio de vida e esplendor, que derramou sobre a alma brasileira, durante gerações seguidas, a ampla luz da sua alma afetuosa de artista máximo.

Não há um coração de brasileiro que não tenha sentido um estremeção e uma longa ternura ao saber a notícia da morte deste grande artista. Muitos não o leram; muitos o conheceram só por ouvir falar. Mas mesmo assim, a corrente de simpatia em torno do seu nome é tão grande, e dele se fala tanto bem, que mesmo não conhecendo a sua obra, é ele amado e admirado. Nestas condições creio que está grande parte do povo brasileiro, onde tão pouco se lê e onde tão pouco se fala da arte e do artista.

Mas para os que o leram, para os que mergulharam nessa onda sonora que é toda a sua obra, a emoção da sua morte é grande e única.

Para quem teve então a ventura de privar com ele, de gozar da sua lhana e adorável companhia, a sua perda assume proporções de verdadeira dor.

Nestas condições está o autor destas despretensiosas linhas, cuja convivência de perto dos dois anos com o ilustre mestre lhe pôde mostrar quantas facetas havia naquela alma querida e bem formada.

Machado de Assis parte com a saudade de todos nós e a sua memória será daqui por adiante verdadeiro culto.

A sua perda, porém, tem justos e agradáveis consolos. Ele estava velho e enfermo, e a sua obra estava feita.

Nestas condições, a morte não é uma coisa triste. É uma glória.

²⁴ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

Machado de Assis estava há muito tempo penando neste planeta, arrastando uma vida difícil, árdua e dolorosa. Havia chegado à idade em que o homem nada mais tem que fazer sobre a terra, e o único descanso, o único consolo, é o desaparecimento.

A sua obra completa, o seu nome havia chegado aos mais altos [patíbulos?] da glória, a sua ação tinha-se feito sentir no seu mais perfeito grau de intensidade.

A idade chegou-lhe, avançada, a enfermidade havia-lhe minado a vida ao ponto de fazer-lhe esta penosa e difícil; por outro lado, o seu coração vinha há muito tempo varado de uma dor intensa, acabrunhadora, pela perda da sua companheira adorada.

Não sei que mais admirar em Machado de Assis: se a resignação com que passou esse largo período de sua vida, se a constância com que soube fazer dessa dor um poema de carinho e de afetos concentrados.

Dizem que todos os dias Machado de Assis beijava o retrato de sua esposa, e ia ao cemitério de S. João batista levar-lhe flores. Isto constituía um dever, uma religião de todos os dias, lá guardava-lhe os objetos que lhe serviram em vida, procurando conservar intacta a memória de tudo de maneira a reviver-lhe no espírito a lembrança da mulher querida, que foi sua companheira durante anos suavíssimos de conforto e de amor.

Nunca ouvi de um afeto mais puro, de uma amizade mais constante, de uma união mais santa.

Ela, a santa mulher, soube compreender que seu marido era um homem raro, genial, e [que] precisava conservar aquela preciosidade; ele encontrou nela o anjo tutelar da sua vida, e ao seu lado pôde conceber e criar, embalado no doce ambiente do seu carinho e do seu amor, o que é tão próprio aos grandes espíritos dos poetas.

E foi nessa atmosfera de amor e suavidade que Machado de Assis compôs a sua longa obra, por anos e anos seguidos, formando dela um conjunto harmônico e forte, de uma vasta inspiração, de um largo sopro de humanidade.

Através desses anos suaves de harmonia conjugal e inextinguíveis afetos, a sua pena diamantina pode espriar-se nos mais vastos domínios da arte, e unvida, banhada de todos os eflúvios, arrancar dos arcanos da alma as florações ricas que engastam a sua obra, cada vez mais nítida, cada vez mais imperecível.

E cada ano caia-lhe das mãos um livro, e cada livro era melhor, e cada vez mais [subia].

A mais pura filosofia ali vivia: o mais largo sopro de piedade humana ali perpassava; a mais delicada cristalização dos nossos afetos ali achava forma; e tudo isso saía [vazado] em moldes raros, do mais puro estilo e na mais castiça linguagem.

E era, no fundo, um humilde, era um filho do nada, era um filho do [ilegível]. Era tudo quando deveria não ser nada. Foi sacristão, foi tipógrafo, foi depois chefe da literatura nacional. Foi humilde no princípio, não teve nome, não lhe deram nem instrução. Filho de pais paupérrimos, ele, paupérrimo, e desprotegido, entrou no mundo só e saiu acompanhado de um povo inteiro. Entrou como um desconhecido e um pigmeu; saiu como um gigante e um príncipe.

O tipógrafo fez-se jornalista e poeta; o sacristão fez-se romancista e filósofo; o filho do povo tornou-se Diretor Geral da Contabilidade do Ministério da Indústria.

O humilde operário fez-se Presidente da Academia Brasileira de Letras e chefe supremo e incontestado da literatura nacional.

A sua obra ali está, é um monumento de energia e de beleza. É sobretudo um patrimônio nacional.

Nessa obra gigante há duas faces a admirar: o poeta, que subiu mais alto grau; e o homem, que se ergueu no mais honroso posto. Há dois exemplos do cidadão. Um, ensina-nos a amar a arte e a cultivá-la com ardor; outro, ensina-nos o exemplo da força de vontade e do caráter.

Ao mesmo tempo que Machado de Assis poderia entrar na galeria dos poetas de Augusto Comte, poderia como homem figurar entre os grandes modelos de Samuel Smiles. Eu o conheci de perto. Durante quase dois anos tive a ventura da companhia diária desse grande espírito. E cada dia a minha admiração crescia mais por esse vulto.

Não sabia o que mais devia admirar nele: se a modéstia, se a bondade, se a correção.

No Ministério da Indústria, onde a sorte me ligou a esse homem, eu tinha ocasião diariamente de ver as facetas desse caráter. Era o funcionário exemplar, rigorosamente pontual, chegando e saindo a hora certas, zeloso dos seus deveres, não deixando para o dia seguinte o que lhe estava afecto; era o escrúpulo em pessoa, não cedendo uma linha no cumprimento do dever; era funcionário eficiente, que não se contentava com o exame perfunctório dos assuntos, mas os dissecava rigorosa e minuciosamente para emitir parecer. E quando duvidava, consultava, ouvia

os companheiros, atenta e curiosamente, sem orgulho ou presunção. Depois de acabado o expediente da Secretaria, ele se reunia sempre aos irmãos de arte para palestrar e trocar ideias.

À noite distraía-se com as relações de família, contando-as as mais delicadas e afetuosas.

E entre esses intervalos, a qualquer hora que o espírito se lhe desembaraçasse, compunha as suas obras, escrevi-as ou retinha-as para escrever depois.

Há cerca de quatro meses, o mestre adoeceu seriamente, vendo-se impossibilitado de continuar seu afanoso trabalho na Secretaria da Viação. Não quis pedir licença. Teimou por alguns dias em trabalhar, com ingentes sacrifícios.

Vendo que lhe era absolutamente impossível prosseguir, pois que a sua natureza psíquica dava parte da sua fraqueza, recolheu-se à casa, quando o Sr. Ministro daquela pasta, o Sr. Miguel Calmon, interpretando com fino tato os sentimentos do seu ilustre subordinado e querendo dar mostras do seu coração cavalheiro, e digno, mandou cientificar o grande escritor de que não precisava voltar ao trabalho enquanto lhe durassem os padecimentos, e que desejava que ele gozasse de um reparador descanso, para prolongar-lhe a preciosa vida. Ao mesmo tempo, cientificava o Sr. Ministro de que os seus ordenados, não obstante o seu não comparecimento à Secretaria, ser-lhe-iam contados pontualmente.

Quem escreve estas linhas teve a honra de desempenhar essa grata incumbência e a ventura de ver que ela contribuiu para serenar o espírito do insigne poeta, que dali por diante gozou tranquilamente de um necessário e forçado descanso.

Mas de nada lhe valeu. A saúde estava minada: a morte era inevitável.

O ilustre enfermo estava em uma excitação nervosa extrema: tinha crises horríveis, em que se espírito decaía em verdadeiros mistérios. Sentia impressões tétricas: tinha a todo momento sensações da morte e ficava em funda prostração, presa de um excessivo nervosismo.

Nesta situação, disse-me ele um dia que não sabia porque a sociedade não adotara até hoje a eliminação dos velhos enfermos ...

E acrescentou: - Creio que muito em breve este uso será uma realidade entre os povos civilizados.

Triste tirada de um filósofo que tão resignado se mostrou durante toda a sua existência!

Entretanto foi neste período último, depois de viúvo e desolado, que ele escreveu esse delicioso poema de saudade que se chama *Memorial de Aires*, e onde não há um gesto descompassado, e onde tudo é paz e resignação.

O seu lar era agora velado pelos amigos delicados e por distintas famílias, que o rodeavam com o mais constante e devotado carinho. A memória da esposa perdurava naquela casa, como uma relíquia santa, onde tudo cheirava a saudade.

E Machado de Assis tinha a certeza de que a sua hora era chegada. Felicitando-o pelos seus 69 anos, ele dizia aos amigos que aquele era o seu último aniversário.

Ao ver os amigos vaticinarem-lhe ainda longos anos de vida, ele, como que chocado por íntimas [contradições], exclamava tristemente:

- E a dor de viver?

Esta frase última ouvia-se-lhe muitas vezes dos lábios, nos meses finais de sua gloriosa vida. Neste último lance de sua carreira na terra, a vida resumia-se para ele nesta palavra: dor.

Mas nos últimos momentos, quando o seu leito era cercado pelos amigos que esperavam cerrar-lhe os olhos, ele declarou ter saudades da vida. A despedida de uma existência como essa não se pode fazer sem saudade.

A sua alma viveu sempre cheia. Cheia de amor, cheia de afetos, cheia de concepções, cheia de sonhos, cheia de ironia e de piedade e cheia, infelizmente, de saudade e de dor. Mas sempre cheia. Por isso viveu. Viveu plenamente.

Em uma roda de amigos, falávamos no desejo que todos tinham de ver o mestre amado escrever mais uma obra, após o *Memorial de Aires*.

Respondeu-nos ele com estas categóricas palavras:

- Um livro é uma coisa muito séria. Quando se começa a escrevê-lo, é uma empresa que não se deve deixar em meio. E não se o deve começar, quando se tem a certeza de o não poder acabar.

Tal era o pressentimento exato dos seus curtos dias. E não havia realmente necessidade de mais livro algum para acrescentar à sua glória. A sua obra está completa, alta, harmoniosa, soberba e gigantesca.

[inegível] poderão chegar-lhe nas elevadas curvas da estatura.

A sua elevação transcende a tudo quanto já aqui se fez.

Ele era o maior, e em certos pontos era o único.

Para mim, há dois grandes prosadores na língua portuguesa que mais me agradam: Eça de Queiroz e Machado de Assis.

Depois dele há muitos, em Portugal e Brasil; há aqui e lá cronistas fulgurantes, *conteurs*, jornalistas e romancistas da mais fina têmpera. Mas na prosa castiça e louçã, na novidade da expressão, no imprevisto da frase, no raro boleio dos períodos, na bizarra da ideia, arroubada, profunda e forte, só conheço, que se igualem, esses dois irmãos gigantes: Eça de Queiroz e Machado de Assis.

Eu os amo igualmente, e no meu culto eles figuram como as individualidades olímpicas culminando sobre as duas nações, aves raras do Ideal, sonhadores da Perfeição, almas eleitas de semideuses.

O outro já se findou há muito. Esta parte agora, e já paira amplamente na região do Incognoscível.

Mas o seu exemplo, a sua obra, a sua recordação ali fica para estímulo de todos nós, para guia de todos nós, para modelo dos que queiram seguir um Ideal de arte e de amor.

Páginas de saudade

Mário de Alencar²⁵

Comecei a escrever estas páginas algumas horas antes de morrer Machado de Assis; retomei-as um mês depois, e pelo tempo adiante, sem outro pensamento que o de falar a saudade. Vão como saíram, um pouco desconexas, conforme é o caráter delas, de páginas soltas. Não cuidei de escrever sobre a obra do escritor, senão do homem, contando as impressões de nossa convivência de alguns anos. Era inevitável por isso falar também de mim; mas ninguém achará que pretendi pôr-me em realce à custa da lembrança de meu grande amigo.

28 de Setembro de 1908

Venho da casa de Machado de Assis. Lá estive todo o dia de sábado, ontem e hoje, e agora estou sem ânimo de continuar a ver-lhe o sofrimento: tenho receio de assistir ao fim que eu desejo não tarde. Eu, seu amigo e seu admirador grande, desejo que ele morra, mas não tenho coragem de o ver morrer. O meu pensamento está com ele, e escrever sobre ele agora é um modo de acompanhá-lo, de velar carinhosamente a seu lado nos últimos instantes em que possa ainda aquele nobre e alto espírito pousar no frágil corpo trabalhado.

Ele ignora o horrível mau que o vai devastando; porém sofre: e o que ele temia era o sofrimento físico, que anula o valor moral, e afeta e entorpece a criatura. Ouvi-lhe uma vez estas palavras acerca de Arthur de Oliveira: - Levou tempo [morrendo] de uma moléstia grave. Uma moléstia grave não se contenta de uma merenda ligeira, à ponta de uma mesa; não, ela quer comer sentada e a fartar, e devagarinho, saboreando ...

Não lhe perdoou essa ironia o acaso, mestre ou inimigo de ironias. Era fina e justa a imagem, e a sorte para mostrar que o era, deu-lhe uma moléstia grave por companheira inseparável dos seus últimos dias. Não bastava que ele sofresse na alma; e eu sei quanto ele sofreu, desde que ficou só no mundo, há cinco anos. Ouvia-lhe as falas íntimas e posso afirmar que lhe fiquei conhecendo a feição de bondade que ele trazia talvez velada para o mundo.

²⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

Era essencialmente bom e puro, de uma delicadeza e sensibilidade que não podia, por mais que o quisessem, acomodar-se à rudeza das coisas e dos homens. Essa mesma delicadeza e sensibilidade o fez tímido e aparentemente fraco, a ele que foi um forte. Contradição da natureza, que tão bem se exprimiu no genial humor de toda a sua obra. Os que só conheceram o escritor, não adivinharão o homem, e os que só tiverem lido superficialmente o homem e o escritor, entenderão que houve nele duas figuras distintas e opostas, que entretanto não eram nem distintas nem opostas, senão uma só figura, que se velava ou descobria voluntariamente, pelo respeito de si mesma e o receito de não parecer sincera aos olhos dos outros.

A beleza foi a sua inspiradora e guia, a beleza divina, que é a perfeição moral e plástica; repousada para a atitude que forma a estátua e medita para a eternidade contra a ação do tempo, que é como um vento forte – onde lhe embaraçam o caminho com o excessivo, ali tudo ele abate e destrói. Capaz de ser terno, com abundância de coração, Machado de Assis escondeu no escritor a ternura do homem, e na intimidade do afeto reservara a manifestação do seu sentimento à eloquência do gesto sóbrio. Certa maneira de apertar a mão equivalia nele a um grito de alma: o seu olhar sabia suprir toda a piedade e simpatia que a voz temia dizer, fugindo à ênfase de convenção ou à palavra banal.

Era por instinto e por estudo um elegante na alma e na inteligência. Jamais lhe surpreendi o gosto da maledicência; mais propenso a dizer e pensar o bem que o mal, não dizia logo, sem a certeza de o dizer acertado, para não desmoralizar o bem que dissesse. Do mal que pensava, tudo ou quase tudo provinha da suspicácia, própria de um tímido e de um experimentado, que sabe discernir e raciocinar o sofrimento.

Tinha o espírito formado de uma filosofia forte, que lhe dera a própria vida e a cultura. Sabia que o que é, é, porque tem de ser. Compreendia a maldade e a bondade, admirava o idealismo da regeneração humana, entendendo a sua inutilidade e ineficácia; não tinha nenhuma forma de religião e admitia e respeitava todas as religiões. Tudo era expressão humana, e não lhe cabia senão olhar e comentar os homens. Não os acusava, reproduzia-os; e à natureza má opunha o sorriso inteligente, que é o gosto adequado à beleza, melhor que as lágrimas indiscretas. Era um puro, nobre e grande artista, superior às modalidades de escolas. Com o decorrer do tempo, agora que vai acabar a presença corpórea do escritor, crescerá a admiração da sua obra e ficará para sempre.

Valeu-lhe sobretudo, para a fazer tão igual, um gosto instintivo, que, dirigindo-lhe a cultura, na mesma cultura se apurou e se firmou, e evitou-lhe o erro em pontos de arte e estilo.

30 de outubro de 1908

É morto Machado de Assis. Morreu há um mês, poucas horas depois de escritas estas linhas com que eu procurava consolar-me da saudade dele. Na manhã seguinte chegou a notícia que eu esperava. A realidade, porém, da morte, posto que prevista, é misteriosa e perturbadora. Tive um grande abalo de coração, e o aspecto daquele querido corpo sem alma entrou-me pelos olhos como a sensação de uma ruína inesperada.

Foi breve o espanto e o atordoamento. A agitação da vida que faz em torno da morte distrai da visão real. Senti então ainda uma vez como na hora extrema vale a solidariedade humana. Engenhosa combinação de instintos, intuitos, pensamentos e sentimentos, é esse aconchego de vivos juntos ao corpo que viveu. Em presença da morte nenhum vivo tem a cogitação da sua própria morte. Há uma segurança recíproca de apoio, uma convergência de atenções para o espetáculo que vai findando, e no íntimo de todos fica um estado de consciência de eternidade individual. E a morte alheia, se a não trouxe a surpresa de um acidente ou o contágio de moléstia devastadora, entra na percepção dos assistentes como um ato da mesma vida.

Entre os que assistiram na casa de Machado de Assis e mais lhe recordavam os tipos de espírito, estava Arthur Azevedo. Não me pareceu enfermo, nem ele próprio se julgava um enfermo para viver. A presença da morte não lhe acordou o receio de que ele podia ser atingido tão breve. Ele e nós todos vimos o espetáculo, e ficava-nos aquela esperança com que Prometeu velou os olhos humanos para não pressentirem o próprio fim.

Caído o pano, foram as [atendendo] as lembranças da cena e confundindo, numa vaga ideia de ausência. Até hoje não senti ainda nitidamente a morte de Machado de Assis. Junto ao seu cadáver, pousado na sala da Academia, durante alguns momentos em que fiquei sozinho velando-o, eu a cada instante me voltava como a fixar-lhe o vulto vivo que viesse ao meu encontro. Durante o enterro não realizei em espírito que fosse ele quem eu acompanhava para o deixar fechado sob a terra. Agora é menos real que antes o seu acabamento. Fora da certeza da razão, mas ao alcance do meu sentido afetivo, para mim Machado de Assis ainda vive, ausente sim, sem determinação de

prazo, mas se a impossibilidade dolorosa de existir, de reaparecer a meus olhos no conjunto que a natureza lhe deu, animado por aquele espírito que, não sendo da terra, a terra, a contingência, a fragilidade das coisas não podem tocar o extinguir.

Entretanto a ilusão de ausência temporária não basta para recompor-lhe a figura; não bastam os seus retratos, ainda o que ele tirou há dois anos. Alguma coisa é fugidia, que aparece nas retinas fechadas ao mundo exterior e logo se desfaz, quando procuro fixá-la. É então que eu sinto a distância como é longa e invencível. Assim é do aspecto corpóreo dele, e mais é daquela alma, que ainda em vida poucos entenderiam, escondida que ele a trouxe, de vontade ou por modo de ser superior à vontade. Eu mesmo, que lhe mereci nestes últimos quatro anos tanta [confidência] das mais íntimas, em horas de sofrimento que não dá ao espírito o vagar e o gosto de vestir-se; eu mesmo não sei se me ficou o conhecimento exato daquela alma esquisita. Nunca a espiei com olhos de observação predisposta: nem é de amigos que se há de esperar essa pesquisa interesseira de segredos reveladores. A amizade é por essência despreocupada de atitudes; e a minha foi de absoluto desinteresse, sem cálculo de nenhuma espécie.

Do nosso primeiro encontro não guardo notícia particular. Era eu ainda menino e já tímido; entretanto a [franqueza] e modéstia do homem descreveu o embaraço que eu devia sentir na presença de escritor ilustre. Outras vezes que lhe falei, tratou-me sempre com a mesma bondade; e embora eu não lhe frequentasse a companhia, não tive receio de lhe mostrar de uma feita uns versos, que hoje sei que não seriam bons. Leu-os complacentemente, fez-me com delicadeza uma observação a respeito da alternância de rimas agudas e graves e animou-me a publicá-los em livro. Não me falava o crítico, nem ele o queria ser, senão a pessoa polida e fina, e o mestre condescendente, sem orgulho, que se fazia pequeno para não magoar a pequenez do discípulo. Foi esta feição do homem, mais do que o valor do escritor, que gerou a minha simpatia e respeito. Mais tarde, com o amadurecer da razão, entrei a receiar-lhe o julgamento, apesar das suas maneiras delicadas e confiantes, e esquivava-me aos encontros a sós com ele como quem tem a perder em ser ouvido. Admirava o escritor e temia-lhe a observação. Gostava de vê-lo e ouvi-lo nas palestras da Revista Brasileira, mas nunca me animei a pedir-lhe intimidade. Esta foi ele que me deu, afetuosa e completamente inalterada até a sua morte.

Quebrara-lhe o sofrimento da viuvez os hábitos de reserva de espírito, e a solidão criou-lhe a necessidade de alguém que o ouvisse com afeto e lhe entendesse as penas e o confortasse com palavras amigas.

Víamos-nos diariamente; e era hábito seu depois das palestras do Garnier acompanhar-me todas as tardes de bonde até o largo do Machado. Não raro ia ver-me na Secretaria, durante as horas de folga do trabalho, às vezes antes do trabalho. Ali, como em tudo, notava-se a extrema delicadeza da sua educação. Feitio de temperamento é que era, que a educação apenas apurou, pois não há disciplina ou estudo que produza aquele misto de finura e de timidez, que me espantava a mim, tímido entre os tímidos.

Parece-me estar a vê-lo apontar à porta do salão da Biblioteca da Câmara. Parava indeciso, como a pedir licenças, a pedir desculpa de importunar os raros leitores, que continuavam a ler sem dar pelo visitante ilustre. Entrava pisando pé ante pé, sem fazer ruído, e de longe acenava-me que não fosse ao seu encontro para não chamar a atenção sobre ele. Antes de sentar-se, indagava se não me ia incomodar, interromper o trabalho. O que o levava ali era às vezes uma preocupação de saúde, uma queixa do seu mal, para achar confronto, às vezes uma impressão de notícias do dia, às vezes coisa nenhuma, o simples gosto de conversar.

A preocupação de saúde era frequente: ou havia os efeitos de um acesso do mal terrível ou a iminência dele. Falava-me como a seu próprio médico, confiando-me tudo, consultando-me sobre minúcias da moléstia e o que havia de dizer ao seu facultativo; e era de uma docilidade extraordinária num cético às minhas opiniões e às minhas advertências; deixava-se persuadir e tinha prazer de ficar persuadido.

Custava-lhe mais a resignação ao sofrimento moral, ao abandono em que o deixou a sorte, matando-lhe a companheira de tantos anos. Falava-me com os olhos velado de lágrimas; eu dava-lhe o conforto que podia, em palavras de afeto sincero, e com a habilidade inspirada por essa afetividade ia desviando o seu cuidado para a arte, a outra companheira querida de toda a sua vida. Ao cabo via-o sorrir e sentia o seu agradecimento no aperto de mão com que se despedia.

Nas horas de bom humor, os seus comentários sobre as notícias ou artigos de jornais eram, nem podiam deixar de ser, muito interessantes. Não sei de outro leitor mais assíduo de jornais do que foi Machado de Assis; admirava-me que ele tivesse tempo e o gosto de aplicar a atenção a tanta

coisa somenos, sem prejudicar a leitura dos grandes autores e o seu próprio trabalho literário. Concordava em que já devia abster-se deles, mas era um vício de mocidade. O que lhe valia era o método de trabalho e a rapidez com que sabia ler.

Pela manhã, bebia o café, escrevia; depois do banho, lia os seus autores passeando pelo gabinete. Finda a tarefa diária, entregava-se aos jornais antes, durante e depois do almoço e no bonde. Era tempo suficiente para percorrê-los de ponta a ponta, a *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Comércio*, *O Paiz*, o *Diário Oficial* e às quintas feiras o folhetim do dr. C. de Laet, no *Jornal do Brasil*. Aborrecia, mas não deixava de ler a “Seção Livre” do *Jornal do Commercio*. Dava-lhe tema copioso para o comentário dos homens. A propósito dela, dizia-me como certos costumes e instituições na Europa se modificam e degeneram no nosso meio. O quiosque, estação de jornais, aqui baixara à condição de botequim de última classe. O “comunicanos” ainda hoje nos jornais ingleses é de rigor sobre assuntos públicos. E comparava o redator do jornal a um senhor que está em sua própria casa.

- Lá na Inglaterra o comunicante bate palmas à porta, é recebido cerimoniosamente como visita que é, dá o seu recado, que o outro escuta com interesse; e retira-se atencioso e agradecido. Aqui a princípio foi mais ou menos assim. Depois veio o abuso. O sujeito já não batia palmas nem pedia licença; mais tarde começou a entrar de chapéu na cabeça, por último nem mesmo se dirigia ao dono da casa; nem já o levava negócio de interesses geral. Tinha que dizer alguma coisa pesada a João Fernandes, e como a casa do jornal dominava a praça pública e ele podia ser melhor ouvido, lá ia ele de chapéu no alto da cabeça, armado de bengalão, ou de faca ou de revólver e sem dar o bom dia ao redator, atravessava-lhe a sala, e da janela entrava a gritar ao João Fernandes: ó João Fernandes, tu és biltre, és ladrão, etc. Quando não ia para a janela namorar uma dama do vizinho.

Era curioso ouvi-lo a exemplificar os vários tipos de comunicantes. Fazia-o com graça, com humor de espírito fino a que irritava a indiscrição, a falta de gosto, a descompostura dos vários “A pedidos”. Ele era um delicado, a discrição em pessoa, a reserva exagerada; e não sei como resistiu tantos anos ao sentimento de repugnância de meio tão adverso ao seu temperamento.

Imagino o que não teria passado na sua vida de funcionário público exemplar. Contava Arthur Azevedo, que uma vez um interessado em negócio da Secretaria da Indústria procurara Machado de Assis para falar sobre o respectivo papel, pendente de sua informação. Machado de Assis disse-lhe o que julgava e era contrário à petição; a pessoa insistiu e, não se conformando à réplica, discorreu sobre o assunto; Machado de Assis ouvi-o calado e atento e ao cabo ergueu-se,

convidou-o a sentar-se à Secretaria e, quando o viu sentado, delicadamente lhe disse: - O sr. diretor tenha a bondade de lavrar o parecer. Só então o pretendente deu pela sua inconveniência e abalou.

Sem ter o ar distante, ao contrário, sendo afável, de maneiras quase humildes, Machado de Assis opunha um polido embaraço à sem cerimônia, à exuberância, ao excesso de qualquer natureza no trato pessoal. Desconfiava dos muito amáveis.

Lembro-me agora de uma ocasião em que um velho conhecido seu, dirigindo-se a ele com grandes gestos e palavras de entusiasmo, de mistura com a intimidade brasileira, entrou a louvar-lhe um livro recente. Ele escutava-o com ar desagradado de quem estivesse a ouvir desaforos. Seguiu o homem o seu caminho, e eu que notara a sinceridade do louvor, disse a Machado a minha impressão curioso de entender a sua. Explicou-a numa palavra: “É um sujeito derramado. Faz-me mal aos nervos”.

O derramado, realmente, definia o homem e o contraste dos temperamentos.

Compreendendo a sua suspicácia, creio que jamais o desagradei pessoalmente, e a isso atribuo o haver mantido inteira a confiança dele, e a afeição que me tinha. Essa afeição surpreendia-me às vezes, como em regra me surpreenderam todas as afeições que tenho a ventura de merecer. Analiso-as, busco-lhes a razão de origem, não acho em mim qualidades que as valham, e acabo sempre receando perdê-las, porque as tenho como mera generosidade de bons corações iludidos por impressão passageira. A que ele me tinha cheguei a concluir que nascera da afinidade do meu temperamento com o dele na afeição principal da timidez doentia. Não alimentei o engano presunçoso de uma afinidade intelectual; posto que me acercasse dele a princípio, por admiração do escritor, e aprendendo com ele, afeiçoasse o meu gosto ao seu, pareceu-me sempre que não [era] o atrativo literário que ele buscava na minha conversa. Eu era apenas um interlocutor pronto a escutá-lo com amizade inteligente, capaz de interromper-lhe a solidão moral, dolorosa. E a esse benefício que eu lhe dava, retribuía-me com todo o seu coração agradecido.

O próprio fato da minha candidatura à Academia Brasileira, é assim que eu o explico, por um movimento de amizade generosa.

Tendo assistido aos preliminares da fundação da Academia, não me ocorrera nem o desejo nem a ideia de associar-me a ela. Resolvida a fundação, propositalmente me ausentei do escritório da Revista Brasileira, onde se reuniam os fundadores, e não estranhei, não demorei o espírito um

momento em notar que não se tivessem lembrado de mim. Julgava-me, como ainda hoje, um aprendiz de literatura, com muitas esperanças, a cada passo abaladas e quase desfeitas pela dúvida de mim mesmo. A responsabilidade individual me era já pesada; e o meu amor próprio sofria da desproporção dos meus esforços com a minha escassa produção, fragmentada, interrompida e imperfeita. Consciente do que ela valia, eu estava isento de susceptibilidades e pude sem constrangimento voltar a ser assíduo à Revista Brasileira e assistir, então e mais tarde, como camarada, aos trabalhos da Academia. A minha atitude não denunciava o interesse de aproveitar a simpatia pessoal, que me dispensavam quase que todos os acadêmicos. E, assim, passei alguns anos e passaria o resto da minha vida, sem pretender um lugar nessa associação, a que me honro hoje de pertencer.

No dia em que faleceu Jose do Patrocínio, conversávamos, como de costume, no Garnier, e eu tendo lido a notícia, disse naturalmente, lamentado a morte do escritor: mais uma vaga na Academia! Retirando-nos pouco depois, Machado de Assis perguntou-me: Por que não se apresenta candidato? - A quê, sr. Machado? À Academia. - Eu? À Academia?

O meu espantou deixou-me aturdido. Não lhe entendia a pergunta nem a intenção. Zombaria não era, porque o seu ar não era zombeteiro, nem eu lhe merecia a desafeição de uma ironia. Cuidei que ele houvesse interpretado a minha frase como a expressão disfarçada de um antigo desejo. Disse-lhe, então, claramente que não desejava pertencer à Academia, posto que a prezasse muito. Não possuía uma obra que me qualificasse dignamente para candidato. Não faltariam outros mais capazes. E acrescia a razão principal da minha timidez, que não suportava a responsabilidade de uma obra futura, a qual eu me obrigaria solicitando um lugar entre os homens de letras de maior renome. Respondeu-me que essa razão, ao contrário, aconselhava a apresentar-me. Como tímido que era, sabia o valor dessa responsabilidade, que eu precisava contrair para vencer pelo trabalho a dúvida do meu espírito.

Teimei na recusa. Mas o meu bom amigo não se deixou convencer das minhas alegações, e durante dois meses insistiu comigo. Ia terminar o prazo da inscrição e eu contava com o esquecimento dele para esquivar-me à obrigação penosa. Na manhã do último dia, porém, Machado de Assis foi à secretaria do Interior, onde eu trabalhava, e interpelou-me sobre aquele assunto. Quiz reusar ainda, mas a sua fisionomia revelou-me o seu desgosto e nas suas palavras

senti um pouco de irritação. Receei magoá-lo e declarei-lhe que me apresentava, mas que ele teria a responsabilidade do futuro acadêmico. Advertiu-me ainda que era o último dia da inscrição, e saiu com a promessa de receber à tarde a minha carta de apresentação. Horas depois apareceu-me o nosso amigo João Ribeiro, a quem ele, desconfiado da minha palavra, pedira que me obtivesse a carta.

Assim me apresentei candidato à Academia, para sofrer, com a minha eleição, a sinceridade de tanta gente que me negou tudo, comesquinhando-me a produção literária. Essa crítica não me doeu, pois não me dizia mal que eu já não sentisse. Quem mais se magoou dela foi o meu saudoso amigo e ouvi-lhe então palavras de espontâneo conforto. Ele, em verdade, era o culpado de me terem eleitor acadêmico; e estou certo ainda agora que foi por fraqueza, por bondade de coração. Se houvesse subordinado a escolha ao juízo do seu espírito justo e esclarecido, estou que lhe bastaria qualquer dos outros candidatos. A sua preferência obedeceu a um impulso de alma boa; e supondo fazer-me bem, e ser num certo sentido [útil] à corporação que prezava muito, quebrou a sua reserva habitual, venceu sua timidez, e caso sem exemplo em toda a sua vida – fez-se até cabalista eleitoral na Academia.

Haverá quem me argua de vaidoso no recordar esse ato de Machado de Assis. Havia motivo para o ser, mas se o lembrei foi no puro intento de revelar a sua feição menos conhecida: a capacidade afetiva do seu coração, sensível e grato às demonstrações da amizade.

Memorial de Aires, último livro dele, tem muito de autobiográfico, e é talvez por isso o único dos seus livros em que a observação do romancista reduziu ao mínimo a maldade do mundo. O seu sentimento pessoal está repartido entre Aires e Aguiar; e esposa deste, d. Carmo, é a reprodução da companheira querida da sua existência.

Não era fácil reconhecê-lo aos íntimos da casa ou a quem tivesse merecido de Machado de Assis as confidências do seu coração viúvo. A saudade da esposa era nele intensa e viva, e durou até o último instante do seu espírito. Costumava repetir-me o que ouvira a uma amiga de d. Carolina, que era desejo dela sobreviver ao marido. A abnegação deste sentimento ele a compreendia em toda a sua extensão, e contando-o tinha sempre os olhos molhados de lágrimas.

Continuava na viuvez a existência de casado, com os mesmos hábitos, como se a pessoa dela presidisse ainda ao governo da casa. Ajudava a ilusão, no que respeitava ao arranjo material, a

inteligente dedicação de uma criada antiga. Não se deslocou um móvel em toda a casa; nos aposentos da morta o toalete e o lavatório ficaram sempre como o eram ao tempo dela, com toalhas e panos bordados ou feitos por suas mãos; na sala de jantar estava no mesmo sítio a cadeira de balanço de dois assentos opostos, na qual os dois velhos, como o casal Aguiar, passavam conversando as horas do convívio e a sós; e à mesa a boa criada teve o cuidado de dispor os pratos de modo a parecer que a dona ainda ocupava o seu lugar à cabeceira; Machado de Assis teve no primeiro momento uma forte emoção, entendeu a delicadeza da criada e ficou-lhe grato. Ela efetivamente obedecia ainda às ordens e às normas da dona ausente, e prevalecia-se disso para vencer alguma relutância do escritor ao regime que a senhora estabelecera por higiene dele. À Machado de Assis aborrecia o leite, mas a senhora conseguira carinhosamente substituí-lo ao chá da noite, de que ele gostava e abusava. Esse hábito continuava, porque a criada lhe foi dar a primeira noite lembrando que era como queria a sua ama.

E, assim, tudo o mais na casa, e tudo ali procurava disfarçar a solidão que deixara a ausência insuportável da dona. O mesmo exemplar de *Esau e Jacó* que ele começara a ler e interrompera, ao piorar a moléstia, era conservado como relíquia, com a marca na página interrompida.

A alma religiosa de Machado de Assis achara, enfim, na dor da saudade a forma de uma religião. Os quatro anos últimos de sua vida foram dedicados ao culto da esposa. Ignoro se rezava, mas valia a melhor das orações a concentração do seu espírito nas primeiras horas do domingo que ele passava junto ao túmulo querido. Não havia mau tempo que o demosse da piedosa visita semanal; voltava aliviado, como os crentes depois de ouvida a missa. Vivia no seu coração a imagem da companheira morta e era natural que ela vivesse também na sua obra literária.

O primeiro livro que publicou então, *Relíquias da Casa Velha*, coleção de páginas antigas, trouxe a dedicatória deliciosa, que vem a propósito reproduzir: *

No outro livro, *Memorial de Aires*, todo escrito durante a viuvez, era ela a principal figura, como era a principal preocupação da alma do escritor. Tive notícia do livro, antes de ser entregue ao prelo. Era a primeira exceção à demasiada reserva com que de todos ocultava os seus projetos literários. É que ele pressentia a morte e receava não acabar o trabalho ou, acabando, não poder revê-lo. Confiava neste último caso o cuidado de revisão aos seus amigos José Veríssimo, Graça Aranha, Magalhães de Azeredo (se aqui estivesse) e a mim. Chegou-lhe à vida para rever as provas;

reviu-as e, não sei com que pensamento, deu-me as para ler. Era a maior prova da sua afeição e estima, e aqui, sim, dizendo-o, eu cedo a um movimento de justo orgulho e satisfação. Devolvi-lhas com uma carta a que ele respondeu com esta, de 22 de dezembro de 1907:

Meu querido amigo - Confiando-lhe a leitura do meu próximo livro, antes de ninguém, correspondi ao sentimento de simpatia que sempre me manifestou, e em mim sempre existiu sem quebra em interrupção de um dia; não há que agradecer este ato. Queria a impressão direta e primeira do seu espírito culto, embora certo de que aquele mesmo sentimento o predispunha à boa vontade.

Assim foi; a carta que me mandou respira toda a um entusiasmo que estava longe de merecer, mas é sincera, e mostrou que me leu com alma. Foi também por isso que achou o modelo íntimo de uma das pessoas do livro, que eu busquei fazer completa, sem designação particular, nem outra evidência que a da verdade humana.

Repito o que lhe disse verbalmente, meu querido Mário; creio que este será o último livro; faltam-me forças e olhos para outros; além disso, o tempo é escasso e o trabalho lento. Vou devolver as provas ao editor e aguardar a publicação do meu Memorial de Aires.

Adeus, meu querido Mário, ainda uma vez agradeço a sua boa amizade ao pobre e velho amigo

Machado de Assis.

Em outra carta, de 8 de fevereiro de 1908, escrevia-me para a Tijuca, onde eu permanecia de verão:

... sobre o meu livro, nada; talvez na semana próxima venha resposta, e diz o Lansac que, provavelmente, o livro chegará em meado de Março; espero. Aproveito a ocasião para lhe recomendar muito que, a respeito do modelo de Carmo, nada confie a ninguém; fica entre nós dois. Aqui há dias uma senhora e um rapaz disseram-me ter ouvido que eu estava publicando um livro; ele emendou para escrevendo; eu neguei uma e outra coisa. Pouco antes em um grupo no Garnier, perguntando-me alguém se tinha alguma coisa no prelo, outro alguém respondeu: “Tem, tem ...” Podia ser conjectura, mas podia também ser notícia. Talvez não valha a pena tanto silêncio da parte do autor”.

Podia parecer que fora eu o divulgador da notícia do livro, disse-lho afirmando o meu silêncio a respeito da publicação. Escreveu-me então em outra carta:

Está (a minha carta) é quase toda de explicações e mostra a impressão que lhe deu a minha acerca do Memorial de Aires. Agradeço-lhe-as, mas não valia a pena, já porque, dado a viesse, seria ainda um sinal da afeição que me tem. Não, meu querido Mário, o que lhe contei na última carta fi-lo por lhe confiar estes incidentes, e foi bem que o fizesse, visto o que me recordou agora desde a minha resposta ao Pinheiro Machado, até as confidencia ao Graça e ao José Veríssimo. Quer saber? Na mesma data da sua carta (20) comuniquei ao José Veríssimo a notícia do livro, como se fosse inteiramente nova; é certo que ele não se deu por achado. Acrescentei-lhe a primeira ideia de confiar ao outro (o Magalhães de Azeredo não podia entrar por estar em Roma) a publicação do manuscrito, caso eu viesse a falecer. Repita tudo isso consigo e digam-me se há nada mais indiscreto que um autor, ainda quase septuagenário como eu. E diga-me também, porque leu as provas, se o livro vale a tantas cautelas e resguardos.

Chegou-lhe ainda à vida para receber e reler o livro, e ouvir a impressão do público. Perdurara, entretanto, o pressentimento da morte próxima, e tinha agora em que fundá-lo, pois, além do seu mal antigo, vieram outros e graves, que lhe amarguraram muito os três últimos meses. Sofria sempre, e a ponto que já se deixava ficar em casa, durante o dia; e isto era um real sacrifício para ele que fugia à solidão e ao silêncio.

Contumava então repetir a sós, e às vezes recitava-mo, o “Mal Secreto”, de Raymundo Corrêa. Quadrava o sentimento dos versos ao estado do seu espírito; e ouvi-lhe que era um dos sonetos mais belos da língua portuguesa. Compreendi-o agora como era verdadeiro e profundo.

Tudo conspirava contra ele no final da vida; a moléstia fazia maior a solidão e, obrigado a permanecer em casa, sentia-se num meio hostil, porque a antiga empregada já o havia deixado e as novas ele desconfiava delas, e não se resolvia a agir com receio de que fosse pior. O refúgio do espírito também lhe começava a faltar. Previa não ter forças para um novo trabalho, nem o estímulo, pois em torno do seu livro, se fazia um silêncio ingrato na imprensa. Eu procurava reanima-lo, e inventar razões para explicar a falta de apreciação ou mesmo de notícias sobre o *Memorial de Aires*. Com as minhas palavras levava-lhe algum consolo. Escrevia-me em 20 de julho:

Muito obrigado também pelo que me diz do livro. aguardo o seu artigo amanhã; não escrevo mais por causa dos olhos, mas, sempre há vista para acrescentar que os seus carinhos me vão animando neste final de vida

Em outra carta de 1 de agosto:

Muito obrigado pelas boas novas. Vou ler o artigo do Adelindo e escrevo esta para não demorar a resposta. Folgo de saber o que o Feliz e o João Luso lhe disseram, e ainda bem que o livro agrada. Como é definitivamente o meu último, não quisera declínio. O seu cuidado, porém, mandando uma boa palavra a esta solidão é um realce mais e fala ao coração.

Por esse tempo, agravando-se-lhe o mal, faltava-me o ânimo de ir mais frequentemente visitá-lo. Mais ia vê-lo sempre que pedia, e Deus sabe com que angústia de espírito, com que pavor doentio, próprio dos meus nervos, e de quem já o assistira em crises agudas, que pareciam trazer o desfecho àquela vida preciosa. Machado de Assis conhecia o meu estado e entendia que o meu interesse de amigo fora permanecer o maior tempo possível ao seu lado, se mo permitira a saúde. Quando não ia vê-lo ou não o tinha visto na cidade, visitava-o por carta. Alguns trechos dos seus

bilhetes de resposta são muito significativos: “Estou passando a noite a jogar paciências; o dia passei-o a reler a *Oração sobre a Acrópole* e um livro de Schopenhauer.”. “Meu querido amigo, hoje à tarde reli uma página de biografia de Flaubert; achei a mesma solidão e tristeza, e até o mesmo mal, como saber, o outro ...”. “Aqui estou em silêncio, e a sua carta valeu por gente...”.

Um dos seus grandes sentimentos, nesses últimos dias, foi o que ele próprio chamou, no *Memorial*, de orfandade às avessas. Chegava a não entender mais o pensamento derradeiro de Brás Cubas, e tinha saudade dos filhos que não tivera. Sentia, e não se vexava de confessá-la, inveja de quem os havia, não importava em que número. O essencial, o bom era tê-los, para a animação e consolo da vida, particularmente da de um solitário como ele de alma e corpo. Amava as crianças, e há páginas que o revelam no *Memorial*, posto que sabia que também a maldade se ararinha ou já vem formada no coração das crianças. O que em outra época lhe havia merecido a crítica, parecia-lhe agora desculpável e amável. Era de ver o gosto com que acariciava os pequeninos. Sei que fazem sofrer os pais, dizia-me, mas o bem que dão compensa todos os sacrifícios. E escrevia-me que os carinhos de mãe e esposa e filhos era o melhor viático para a saúde.

Tinha razão e não tinha. Nada é absoluto, e eu refletia sem dizer-lhe, que os filhos, se podiam, se haviam de ser o consolo da sua velhice, podiam ter sido um tropeço ao escritor nos primeiros tempos da sua vida. Penso que sim. Ele fora feliz, relativamente feliz, durante trinta e poucos anos de casado. Era modesto, a esposa também, e os recursos do emprego chegavam para assegurar o ambiente confortável em que ele veio compondo as suas obras. Que faria, porém, se a natureza lhe desse pouco depois do casamento a alegria turbulenta dos filhos? Como o pai, doente e apreensivo, suportaria os pavores das moléstias dos pequeninos; e cuidaria do futuro deles? E como havia de aumentar os recursos da substância? Seria um pai carinho e dedicado e acrescentaria os seus bens para alimentá-los e educá-los; mas, o escritor seria vencido e sacrificado pelo pai, e a literatura brasileira não possuiria talvez as melhores obras que ele deixou, concebidas e escritas com o vagar e o amor da arte, num meio tranquilo, no qual a presença da esposa inteligente lhe serviu de abrigo contra todas as importunações e embaraços da vida material.

Sim, foi um bem para ele não ter sido pai. No momento em que os filhos lhe deviam ser indispensáveis, houve carinhosas criaturas que lhe suprimam a falta. Fui testemunha da ternura filial com que o acompanharam, durante a moléstia, velando-o dia e noite. Não lhe faltavam

também os amigos; e as últimas horas vieram outros, novos e velhos, e o seu enterro foi uma glorificação.

Ele não podia, caso houvesse orgulho ainda excessivo, prever que deixaria assim a vida. Se o pudesse, não sei se acharia o contentamento do espírito. A suspicácia roera-lhe o cerne; e a observação do mundo com aqueles olhos agudos de romancista, tirara-lhe o prazer da ilusão. Ele discernia, antecipando ao tempo, na multidão dos homens, os traços humanos que os diferenciam, os gestos que inculcam a natureza do sentimento, as palavras que traem as intenções; mas que nos outros não discernimos nem analisamos, nem comparamos, nem entendemos, e por isso nos contentam e nos bastam para a alegria de viver. E ainda bem que é assim. Para que distinguir o mau do bom? E onde há o mau e onde há o bom, distintamente? A vida é já em si mesmo o sofrimento: é um fruto amargo, a que a continuidade do hábito faz esquecer o amargor; e o amargor que se não sente é como se fosse doce. Felizes os que o gostam sem a curiosidade de achar-lhe o travo. Machado de Assis não teve essa ventura; provou-o até o fim, adivinhando-o e criando-o onde ele podia deixar de estar. Valeu-lhe isso a glória, é certo; mas o que me está na lembrança é o homem, e eu vacilo em ambicionar tamanha glória em troca do que ela lhe valeu. Ao pé da morte, doía-lhe a saudade da vida e ele não tinha coragem de viver. Não sentia a dúvida de Hamlet; não tinha as afeições que justificassem o gosto do sofrimento; mas faltava-lhe o essencial, que o seu gênio ajudou a perder para sempre, a doce ilusão, que vive de esperança e de sonho, a boa ilusão que faz amar os homens, que faz prezar a vida, absolutamente, como um dom dos deuses e a serviço dos deuses.

[“Acabara o suplício e acabou o homem”]

Olavo Bilac (O.B)²⁶

“Acabara o suplício e acabou o homem” – escreveu alguém, no fecho de um severo soneto, em que se descreve a última hora de Prometeu, libertado pela Morte piedosa. Esse alguém também acabou há pouco dias, e acabou o seu suplício.

Todo o homem de pensamento é filho e herdeiro do sofrimento de Prometeu. Porém raros terão sabido sofrer tanto e tão nobremente como Machado de Assis, autor desse soneto severo.

Ninguém como ele estudou, sondou, analisou, compreendeu essa “criatura antiga e formidável, que a ela mesma devora os membros e as entranhas – “Com a sofreguidão da fome insaciável”.

- Vida fria, impassível, imperturbável, que é fonte de todo o bem e todo o mal. Desse estudo e dessa análise, outro qualquer homem sairia desesperado e inútil para qualquer trabalho. Machado de Assis saiu dele desenganado, mas sereno. E fez do seu desengano uma série de obras primas, em que o ceticismo, pela graça de que se vestem, chega a ser consolador como uma crença.

A tristeza endurece, irrita, encoleriza o comum dos homens. O analista das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que foi sempre um triste, um oprimido de aflições psíquicas e morais, não foi nisso, como não foi em tudo mais, um homem vulgar: da sua tristeza nasceu a sua bondade, uma bondade larga de compassivo; Machado de Assis não odiou os homens; teve pena de todos eles, porque teve pena de si mesmo.

Dentro do eterno “círculo vicioso” que é a Vida – em que o vagalume inveja a estrela, em que estrela inveja a lua, em que a lua inveja o sol, e em que o sol pergunta com desespero “por que não nasci eu um simples vagalume?” – a alma desse homem raro compreendeu que todos os homens, todas coisas, todo o Universo merecem apenas compaixão. Nunca em seus versos e em sua prosa houve um grito de raiva nem um movimento de asco. A sua ironia foi mansa: não feria – perdoava. Alguns dos tipos das suas novelas são modelos de egoísmo, de maldade fria, de dureza de alma; parece, porém, que ao acentuar esses defeitos, o novelista está dizendo nas entrelinhas da

²⁶ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

narração: “coitados! são o que tinham de ser; não são o que desejariam ser, se lhes fosse permitido o desejo de melhorar...”.

Pudesse ele, e fecharia os olhos e a alma de todos os seus semelhantes ao arcano triste dos segredos da Vida, que os seus olhos e a sua alma haviam sondado.

Em sua opinião, perder as ilusões era a pior das desgraças.

Foi ele mesmo quem cantou, em versos imortais, a história daquele triste poleá que encontrou um dia uma mosca azul,

Que zumbia e voava, e voava e zumbia,
Refulgindo ao clarão do sol
E da lua — melhor do que refulgiria
Um brilhante do Grão-Mogol

O poeta, que tinha imitado o poleá, estimaria que nenhum outro homem o imitasse, e que cada um guardasse inviolável a sua mosca azul.

À porta dos setenta anos, o Mestre sentiu que a amargura da sua existência era demasiada. O cálice transbordava. Mas o seu grande espírito ainda encontrou forças para suportar com tranquilidade o último golpe. Ninguém ouviu da boca desse homem superior uma blasfêmia, no transe acerbo. Tinha a dignidade de uma velha e nobre águia ferida de morte; e nessa dignidade morreu.

Dele, nos últimos dias da existência, outro poeta poderia dizer o que ele disse de Arthur Oliveira enfermo:

Veras num largo rosto humano
Teu próprio rosto;

E hás de rir, não do riso antigo
Potente e largo,
Riso de eterno moço amigo
Mas de outro amargo,

Como o riso de um deus Enfermo,
Que se aborrece
Da divindade e que apetece
Também um termo ...

Só um adjetivo dos que há nesses versos, não poderia ser conservado: “amargo”. O riso com que o Mestre morreu foi suave, de repouso e alegria. A sua morte epilogou dignamente a sua vida. Foi tranquila como um crepúsculo.

Há um sonete seu, *No alto*, que sintetiza numa bela ficção a tragédia do passo tremendo que separa a virilidade da velhice:

O poeta chegara ao alto da montanha,
E quando ia a descer a vertente do oeste,
Viu uma cousa estranha,
Uma figura má.

Então, volvendo o olhar ao subtil, ao celeste,
Ao gracioso Ariel, que de baixo o acompanha,
Num tom medroso e agreste
Pergunta o que será.

Como se perde no ar um som festivo e doce,
Ou bem como se fosse
Um pensamento vão,

Ariel se desfez sem lhe dar mais resposta.
Para descer a encosta
O outro lhe deu a mão.

O “Outro”, quem? Caliban, a revolta, o desespero, a maldade ... Mais feliz, porém, do que esse poeta, Machado de Assis não teve o “outro” como sócio e companheiro na lúgubre descida.

Ariel, compassivo, não o abandonou. Foi com ele até o último declive, até o fundo do vale sombrio.

Grande e nobre Mestre! Não sei o que diga da sua memória sagrada, nesta coluna da *Gazeta*, que por tanto tempo foi sua. Coube-me a honra esmagadora de substituí-lo aqui, e este artigo deveria ser a sua apoteose.

Mas que valem palavras, depois do que disse a cidade na muda homenagem daquele préstito que levou ao cemitério o despojo do escritor exemplar?

Há nas *Relíquias de Casa Velha*, penúltimo livro de Machado de Assis, à página 141, uma frase que a cidade compreendeu e cumpriu: “A veneração dos grandes homens é uma virtude das cidades ...”. Nobre e extraordinária virtude que a capital do Brasil demonstrou possuir.

O féretro do Mestre amado foi para o cemitério arrastado numa onda de amor, oscilando sobre o vasto coração palpitante do Rio de Janeiro. À frente, as bandeiras das Escolas, os pendões dos moços, tremiam e arfavam como grandes asas luminosas; e o rumor que as rodas da carreta arrancavam das pedras das ruas era como o soluço da terra carioca.

Quando o féretro parou um momento junto do monumento de José de Alencar, eu cuidei ver um sorriso apontar na face de bronze da estátua, adoçada na luz meiga da tarde que morria. E parece-me que Alencar estava dizendo a Machado de Assis, com ligeira alteração, o que Machado de Assis carioca disse um dia a Alencar cearense:

Hão de anos volver, - não como as neves
De alheios climas, de geladas cores;
Hão de os anos volver, mas como as flores,
Sobre o teu nome, vívidos e leves...

Tu, cearense musa, que os amores
Meigos e tristes, rústicos e breves,
Da indiana escreveste, - ora os escreves
No volume dos pátrios esplendores.

E ao tornar este sol, que te há levado,
Já não acha a tristeza. Extinto é o dia
Da nossa dor, do nosso amargo espanto.

Porque o tempo implacável e pausado,
Que o homem consumiu na terra fria,
Não consumiu o engenho, a flor, o encanto...

[Honras ao mestre]

Olavo Bilac ²⁷

Essa nobre alma, que tanto brilhou nesta terra, era, há alguns anos, uma alma ferida mortalmente, debatendo-se em uma agonia torturante: depois da perda da alma irmã, que a amara e sustentara no mundo, errava tonta e ansiosa, pedindo azas que a levasse do mundo, para reconquistar o

(...) afeto verdadeiro
que, a despeito de toda a humana lida,
fez a nossa existência apetejada
e num recanto pôs um mundo inteiro...

A agonia moral foi longa, muito mais longa e dolorosa do que a física. Mas ainda as letras brasileiras tiveram um grande lucro com essa tortura, que produziu o último livro do Mestre: o sereno e suave *Memorial de Aires*, um poema de pureza e saudade, que é a glorificação dos “bem-casados”, o canto luminoso erguido em louvor das almas que nascem aos pares.

Não me é possível dizer agora, neste momento em que a notícia da morte de Machado de Assis me acabrunha, o que sinto e o que penso desse homem raro e talvez único, que foi uma esfinge para muita gente. E dizê-lo, para que? Que palavras de entusiasmo ou carinho podem aumentar a glória desse nome sem igual, que fica sendo a mais pura tradução da nossa vida literária.

O que é preciso fazer sem demora é sopitar a dor causada pela notícia terrível, e tratar imediatamente de honrar a memória do morto com a grandeza e com a significação que a homenagem reclama.

Suponho que o funeral de Machado de Assis será feito pelo Estado, com decretação de luto oficial.

Isso, porém, não basta. É preciso que o Brasil vibre e se comova. É preciso que o funeral do admirável escritor seja a apoteose da inteligência do Brasil. E é a mocidade das Escolas que deve realizar essa exaltação do Mestre.

²⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol*.

Apelo daqui para o patriotismo e para o entusiasmo dos moços. Que todas as bandeiras das Academias e das faculdades acompanhem este féretro à cova pairando sobre ele e abençoando-o! É preciso que a mocidade se encarregue da glorificação deste velho trabalhador que, aos setenta anos, à beira da sepultura, ainda tinha no espírito criador e sublime, apenas amargurado pelas misérias da vida, uma exuberante primeira de lirismo. *

[O mais carioca dos cariocas]

Olavo Bilac²⁸

É oportuno lembrar, neste dia em que a cidade presta as suas últimas homenagens ao cadáver de Machado de Assis, que esse homem glorioso foi um legítimo, um puro, um extremado carioca – o mais carioca dos cariocas.

Machado de Assis nasceu, viveu e morreu no Rio, sem nunca ter saído daqui. Nunca o tentaram viagens, nunca teve a curiosidade de ver a Europa, nunca viu São Paulo, nem Minas. Creio que a Niterói algumas vezes: mas que é Niterói, senão um arrabalde do Rio.

O mundo, para esse fino espírito, sempre foi o Rio de Janeiro: e ele foi o cantor, o analista, o crítico deste pequeno mundo.

Em todos os seus livros, do primeiro ao último, só houve um estudo: o da vida carioca, que sendo a vida de uma cidade cosmopolita, é, afinal, toda a vida humana em ponto pequeno.

Esta cidade já teve e ainda tem muitos cronistas; mas a sua verdadeira crônica, autêntica, minuciosa e completa, está fixada nos romances deste escritor “regional”, que, em cinquenta anos de trabalho literário, banuiu dos seus livros todo o assunto estranho ao seu nativismo, como banuiu do seu estilo toda a influência de idiomas forasteiros. O velho Rio de Janeiro, hoje quase desaparecido, teve nele o seu Mery. Mery, [que] confessava-se irremediavelmente intoxicado apela “parisine”. Machado de Assis também se mithiridatisou lentamente com outro venenoso alcalóide, a “fluminina”, tóxico delicioso que vive no ar, na água, na vegetação, nas soalheiras, nos luars do Rio de Janeiro.

Nascido aqui, crescido aqui, Machado de Assis viu todos os horrores da escravidão, toda a molle beatice, todo o sórdido mercantilismo, toda a baixa política, toda a vil mexeriquice da cidade de 1850, que, pelo atraso, pelo carrancismo, pela carolice e pela ausência de ideias, ainda era a mesma cidade colonial de 1800.

Há nos seus romances toda a história dos últimos anos do Rio-Carrança. Ficarão sabendo os pósteros, que lerem esses romances, o que foram Aljube, a Presiganga, o capitão do mato, a

²⁸ Quinta-feira, 4 de outubro de 1908, *O Pharol*.

“Roda” as “casas de comissão”, as procissões, as patriotadas do dia 7 de setembro, as eleições nas igrejas, os capoeiras; e, ainda no último trabalho que saiu do maravilhoso tear desse grande artífice das letras, o *Memorial de Aires*, o Mestre, como para fechar o ciclo da crônica, achou meio de, ao lado do drama descrito, registrar a vida dos últimos dias da monarquia e dos primeiros anos da república.

O homem, a cujo cadáver a cidade presta hoje as suas últimas homenagens, foi, repito, o mais carioca dos cariocas.

Inauguração da Placa

Olavo Bilac²⁹

Discurso proferido no dia 29 de setembro de 1909, por ocasião de ser afixada uma placa de bronze na casa onde viveu Machado de Assis.

Poucas palavras, poucas e carinhosas, devem ser ditas aqui, para que em tudo a comemoração seja digna do comemorado. Seria uma ofensa à memória do Mestre qualquer manifestação que destoasse da sobriedade encantadora e do recato severo que governaram a sua vida artística e a sua vida íntima, a sua teoria literária e o seu estilo. O culto deve ser sempre adequado ao nune: bulhento e borbulhante, para os que tiveram ou têm o amor da adoração pomposa – e simples e pensado, e mais tecido de ternura e de respeito do que de entusiasmo, para aqueles cuja sublimidade reside mais na solidez do que no brilho, mais na verdade do que na aparência, mais na harmonia temperada e justa do que no exaltamento nem sempre fecundo.

Quando se dirige a certos homens, ainda a mais ardente admiração há de ser calma e raciocinada, se quiser honrar o seu objeto. Machado de Assis temia acima de tudo o barulho e a cintilação das palavras vazias, que tanto agradam aos espíritos fúteis. A sua face triste e suave, o seu modo natural, a brandura da sua palavra e de seu gesto, a modéstia dos seus gostos, a moderação dos seus juízos, a sua filosofia que condenava como crimes as cegueiras da paixão, e o seu estilo que repudiava como vícios os exageros retóricos – tudo nele aconselhava e pedia, não o aplauso frenético, mas a afeição sincera e a consideração inteligente; tudo nele parecia dizer: não me admireis; amai-me, e compreendei-me ...

Amaram-no com extremada ternura os seus íntimos; compreenderam-no e compreendem-no os seus companheiros e discípulos, os seus irmãos em arte, aqueles que, pelo hábito de pensar e de escrever, podem sentir e entender o inigualável tesouro de ideias e de expressões que se encerra nos seus livros, monumento perene votado à glória da língua vernácula. Não o compreendeu ainda todo o seu país, porque ele foi de algum modo um homem superior à sua época e ao seu meio; mas essa compreensão unânime há de vir com o tempo, com o

²⁹ 30 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

aperfeiçoamento progressivo e fatal dos homens, com a fixação definitiva de uma cultura geral que já começa a afirmar-se. Então, o Mestre será admirado, com a admiração consciente e precisa que a sua obra requer; e a história da nossa civilização há de guardar com orgulho esse formoso legado, esses livros em que o ceticismo vive de par com a piedade, em que a misericórdia pela miséria humana tempera o amargo da ironia, em que a descrença é adoçada pela bondade e em que as ideias meigas ou duras, de tolerância ou de revolta, sempre se vestem de uma forma pura e nobre, simples e majestosa, aliando a força à graça, a energia ao bom gosto.

A cerimônia de hoje é íntima. É a romaria dos primeiros fiéis. É a primeira peregrinação dos que assentam as bases do culto. E é a homenagem da família literária ao chefe que perdeu.

Um dia, descrevendo a austera figura de Spinoza, em um soneto de rara beleza, Machado de Assis mostrou-nos o filósofo, grave e solitário, no seu retiro de lida e pensamento, apartado das vãs ambições e das cobiças grosseiras, cativo apenas do mundo interior das suas ideias:

Soem cá fora agitações e lutas,
sibile o bafo aspérrimo do inverno,
tu trabalhas, tu pensas e executas,

sóbrio e tranquilo, desvelado e terno,
a lei comum, e morres, e transmutas
o suado labor no prêmio eterno ...

Inspirou e ditou estes versos uma afinidade real entre dois espíritos de eleição. Sem o temperamento combativo do sombrio Spinoza, o nosso grande escritor teve a mesma dignidade de vida, a mesma abnegação modesta, a mesma escravização ao domínio exclusivo das ideias – e o mesmo gosto da solidão, que em certos homens não é timidez nem orgulho, mas somente a tristeza de quem se reconhece diverso do comum das gentes e fadado a viver, se não ignorado, ao menos mal entendido dos seus contemporâneos.

Como não recordar esses versos, na visita que hoje fazemos à casa do escritor filósofo, um ano depois da extinção da sua vida?

Aqui viveu Machado de Assis vinte e quatro anos de trabalho sem trégua e de pensamento incessante. Neste quieto recanto da cidade, longe de “agitações e lutas”, fugindo à curiosidade pública, ao louvor da multidão, à popularidade fácil, e à sedução brilhante, mas estéril da política – dividiu ele o melhor da sua existência, vinte e quatro anos da sua maturidade fecunda, entre o gozo recatado da sua felicidade doméstica e o gozo igualmente discreto da sua arte. Aqui sonhou,

aqui pensou, aqui edificou a sua glória. Noite alta, entre estas folhagens amigas, que resguardavam zelosamente o ninho do seu afeto e a oficina do seu pensamento, brilhava o clarão da lâmpada que alumia a sua operosa vigília. Conheciam-no bem estas árvores, estas flores, e as aves que o saudavam ao romper da manhã; todas as coisas inanimadas e todos os seres inocentes deste poético retiro conheciam e amavam aquele austero poeta e aquele meigo beneditino, voluntariamente clausurado na tarefa paciente e no sonho criador. Aqui experimentou ele, com a satisfação de ser amado e com as agruras dos padecimentos físicos, o prazer de tratar o idioma que prezava tanto, as torturas da análise interior, os sobressaltos e angústias da criação literária, a febre a um tempo deliciosa e cruel da composição, e a ânsia dos que correm atrás da perfeição esquiva ... Daqui saíram muitos dos seus melhores livros, vasta cadeia de primores, coroada por essa flor de saudade e amargura, por esse amável *Memorial de Aires*, onde, sob o véu de uma ficção romanesca, a alma viúva e ferida do escritor celebra na virtude e na ventura de um lar modelo a antiga ventura e a antiga virtude do seu próprio lar enlutado.

Aqui, por vinte e quatro anos, ele trabalhou, pensou, executou a lei comum, e morreu e transmutou “o suado labor no prêmio eterno ...”.

E aqui vem hoje a Academia Brasileira trazer-lhe a expressão comovida do seu respeito e da sua saudade. Perdendo o Mestre não perdemos o exemplo constante, a viva lição, o modelo nobre que ele sempre nos foi. Há de acompanhá-lo na morte o mesmo afeto que lhe dedicamos em vida. Aqui vimos, e viremos; e aqui virão quando tivermos desaparecido, aqueles que nos sucederem. Já três de nós, depois de Machado de Assis, no escasso prazo de um ano, desertaram também, levados pela morte, o seio da Companhia. Mas toda a nossa força reside na continuidade moral da nossa missão. Não nos sucedemos apenas: também nos continuamos; mudam-se os nomes, mas fica o ideal que os encadeia: há de perdurar na Academia, exemplar e consoladora, a memória do Mestre. E há de o tempo morder e devorar esta placa de bronze; hão de as soalheiras e as chuvas arruinar e aluir esta casa – mas, se um horroroso cataclismo social não dispersar esta nossa raça, e não aniquilar a língua que falamos, a nossa romaria de hoje terá sido o início de uma glória perpétua.

Machado de Assis e sua obra literária

Oliveira Lima³⁰

Os imponentes funerais que a população do Rio de Janeiro promoveu em setembro último por ocasião do passamento do grande escritor de quem aqui viemos hoje, respeitosa e piedosamente, celebrar a memória, cara como deve ser a toda a raça latina por ele ilustrada, além-mar, denotam um estado de cultura deveras adiantado entre o povo brasileiro, pois que aqueles funerais não foram somente oficiais ou, por outro, pouco tiveram de oficiais. Não que o Governo tivesse deixado de colaborar com todas as suas pompas civis e o maior luzimento militar. Tratava-se, aliás, do Presidente da Academia Brasileira, que é quase um estabelecimento do Estado.

A nota predominante e particularmente comovente foi, porém, fornecida pela espontânea adesão, pela participação efetiva e pressurosa dos estudantes, dos professores, dos funcionários, dos negociantes, dos industriais, do que se chama, com razão, o mundo intelectual e bem assim do que alguns chamam, sem razão, o mundo não intelectual, esquecidos de que a inteligência assume numerosos aspectos e se vale até de disfarces, não constituindo a expressão de tal homenagem única.

Ninguém mais se surpreenderia de tal homenagem do que o próprio Machado de Assis, que em vida jamais a procurou, o que torna esta tanto mais lisonjeira para o seu renome como honrosa para os que a prestaram, dando assim mostra de apreciar no seu justo valor o merecimento de um escritor que não parecia exatamente destinado a ser tão bem compreendido pela multidão. Eis porque digo que a homenagem abona os que lhe associaram com semelhante fervor.

Verdade é que nós outros, do ofício, o sagráramos mestre, mas eu pessoalmente haveria jurado que sua influência, conquanto ultrapassasse marcadamente uma roda de homens de letras e de artistas, não transpunha os limites de um largo círculo de pessoas cultas ou, se preferis, lidas. Eu acreditava, e quanto estimo ter-me enganado, que a sua glória não brilhava para o vulgo.

³⁰ Discurso proferido em francês por Oliveira Lima em evento realizado em homenagem a Machado de Assis em abril de 1909 na Sorbonne. Pouco tempo depois foi publicado um opúsculo, também em francês, com o discurso e outros textos. Aproveito aqui a tradução da conferência publicada na Revista do Livro em 1958. In. Revista do Livro, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro, 1957. Os outros textos, transcrições de discursos, podem ser consultados na versão disponibilizada pelo The Project Gutenberg: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/57360/pg57360-images.html>.

Começa porque Machado de Assis não era o que se pode denominar um escritor patriótico: exteriormente, intencionalmente patriótico, bem entendido. Era-o contudo na alma, pois, como ele próprio escrevia a propósito de José de Alencar, “há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas”. E juntava ser Racine, “que só fez falar a antigos, o mais francês dos trágicos franceses”; mas será, porventura, também o mais popular?

Não é de surpreender no Brasil a popularidade retumbante e duradoura de Gonçalves Dias, de Casimiro de Abreu, de Castro Alves, dos poetas magnos da escola romântica. Além de que se dirigiam de preferência à sensibilidade em vez e fazê-lo à inteligência de que traduziam com uma ternura esquisita as mágoas do coração a que ninguém é alheio, decantaram eles adrede, com acentos muito embora sinceros, tocantes e incomparáveis as belezas da natureza brasileira, a doçura do viver brasileiro, as ilusões, as esperanças e os devaneios da alma brasileira. É, portanto, justo que seus compatriotas os hajam recompensado, gravando na memória suas mais formosas composições.

Qualquer brasileiro vos recitará sem hesitação a “Canção do exílio”, ou “Minha alma é triste”, ou as “Vozes d’África”. Um poeta de fino espírito observa-me um dia com justeza que ler algumas dessas estrofes em que se desfiam as maravilhas do céu do Brasil equivalia a juntar o melhor comentário escrito à gravura do livro de Emmanuel Liais que reproduz em cores esse firmamento suntuosamente estrelado de onde se desprendem a volúpia da imaginação e a embriaguez do amor.

Machado de Assis, se bem que poeta, era outra coisa. Tinha-se libertado dos liames mais estreitos do nacionalismo, que frequente vezes toca no nativismo e também invade os versos, e elevara-se a uma concepção mais geral, digamos o termo, humana da vida, sem por isso deixar de ser essencialmente nacional. Nos caracteres que desenhou não aspirou talvez a tanto; mas o fato é que eles se tornaram sintéticos sob seu lápis, o que é o melhor meio de chegarem a universais. Nos seus contos e nos seus romances é o enredo curto e fácil, para não dizer esguio e pálido. Esta falta de vigor da contextura aparecia, porém, no seu caso, não tanto um artifício como um atrativo, visto primar ele em envolvê-la toda, com a túnica sedosa da sua filosofia discreta e recobri-la com o manto de corte elegante do seu estilo límpido e impecável.

Reparo que acabo de mencionar, sem querer, as qualidades primordiais deste escritor que seria notável em qualquer literatura e que muito assimilara das literaturas estrangeiras, de Sterne a Renan e de Heine a Anatole France. Tais qualidades são a agilidade na composição, a medida na ironia, a harmonia no conjunto. Com semelhante dotes, combinados segundo uma receita de que ele possuía o segredo, fez-se inevitável, posto que provocando numerosos imitadores, prova certa e até indiscutível de superioridade. Não degenerou ele próprio em imitador, apesar do seu estudo aprofundado dos modelos.

Pode-se ser um pintor prendado com originalidade e talento e trair-se claramente a influência dos mestres. A discussão creio estar encerrada na matéria. Rubens estudou longamente na Itália a maneira composta e nobre dos artistas da península e não foi por isso menos flamengo na sua exuberância. Fromentin escreveu sobre os grandes pintores flamengo e holandeses páginas admiráveis pela animação e pela verdade e que, negação do claro-escuro, não são menos luminosas do que as suas telas do Saara.

Acontece outro tanto com os escritores. Machado de Assis foi um leitor assíduo dos melhores autores do seu idioma e de outros idiomas. Estimava imenso os clássicos portugueses e muito especialmente admirava Almeida Garret, de cuja linguagem a sua, de uma grande pureza, se aproximava pela simplicidade voluntária e pela graça circunspecta. Do mesmo modo que seu predecessor, que foi o mais ilustre dos românticos portugueses, ele se não dobrava escrupulosamente a formas obsoletas ou a regras antiquadas, mas conservava em seu espírito de novidade o sentimento da disciplina que impedia essa tendência de transbordar e levava-o a cinzelar seu estilo com a delicadeza de um ourives que fosse, não somente um artífice, mas também um artista. Foi, todavia, manejando pacientemente seu buril que ele alcançou aquela sua perfeição relativa – não quero dizer absoluta, que não era complicada nem alindada, nunca o sendo as coisas belas, que devem apresentar a limpidez e a regularidade do cristal, a simplicidade geométrica e a precisão química.

O estilo de Machado de Assis adquirira por fim um acabado extraordinário, sem que parecesse jamais pretensioso, menos ainda precioso, e sem que o espírito de detalhe prejudicasse no mínimo a unidade da concepção. O autor é taxado frequentemente de hesitante; quanto às ideias, porque quanto à linguagem, fluente sempre ao mesmo tempo que sóbria, escritor algum de

raça portuguesa conhecia melhor o idioma vernáculo e dele sabia servir-se com superior mestria no momento literário que coincidiu com a sua morte.

Essa hesitação, empregada muito por propósito, e muito por temperamento, tornara-se, com efeito, um hábito seu e não raro lhe serviu de recurso; ficou-lhe mesmo como um característico da sua maneira, aumentando-lhe o encanto e não ofendendo, por conseguinte, a forma. Decorria ela da sua filosofia, expressão pela qual entendo o modo de ver e de compreender o universo, definição que é antiga e me parece porventura vulgar, mas assaz precisa para resumir o que seja filosofia. O autor esforçava-se por enxergar este universo através de uma ironia cética e tranquila, escondendo quanto podia suas inquietações e descobrindo por vezes uma ponta de emoção que tratava também de dissimular, porque acima de tudo aspirava aparecer impessoal. Se o não conseguia, a razão primeira está em que o escritor provinha diretamente da época mais pessoal das letras, que foi a época romântica.

Esqueciam facilmente os que [o] viam trabalhar com porfia e produzir ainda que sem azáfama até seus últimos momentos – o derradeiro dos seus livros apareceu poucas semanas antes da sua morte – que Machado de Assis era em literatura um antepassado. Seus primeiros versos e sua primeira prosa datam de quase meio século. Num dos seus romances pondera ele que há solteirões na política, que são aqueles que alcançaram a idade mais que ingrata sem terem conhecido a beatitude dos casados ... com uma pasta. Não [era] este o seu caso na vida literária, pois que cedo encontrara o êxito e desposara moço a fama.

Se o escritor não envelhecera como tal, é porque, em vez de pertencer a uma escola, representava tão somente, e fundamentalmente, a sua individualidade, a qual fica tendo um lugar à parte nos nossos fastos literários, distinguindo-se de qualquer outra. A circunstância de ter sido tomado por modelo prova mais a sua semelhança das personalidades contemporâneas, visto que se não copiam as imitações: não lhes compete tão grande honra.

À força de querer ser impessoal, a saber de não querer aparentemente escravizar sua subjetividade à sua obra, antes compondo-a com elementos objetivos, Machado de Assis como que se tornou indefinido no tempo, deixando seus personagens de pertencer a uma época determinada, de ser o resultado direto e circunscrito de tal época. Falta no geral uma ligação íntima entre o mundo dos atores da pequena comédia humana criada pela sua imaginação e a data

escolhida para sua atividade. Entretanto, se alguns dos personagens acham-se pintados a meias tintas, a exemplo de tantos que atravessam a existências apagados e quase despercebidos, outros há, mais em evidência, que traem simplesmente a psicologia humana sem recorrerem à modalidade de uma época.

Por acaso Harpagão, Alceste, o sr. Jourdain, Tartufo, na literatura francesa, são caracteres próprios ao século XVII? Dominaria o espírito de Molière uma preocupação de sincronismo ou, pelo contrário, tomam os tipos do seu teatro imortal de empréstimo, para surgirem no palco, as casacas bordadas, os bofes de rendas e as cabeleiras frisadas do grande século, do mesmo modo que teriam envergado a sobrecasaca negra e o chapéu alto das nossas gerações?

Os personagens de Machado de Assis usam as vestimentas dos nossos dias exatamente como poderiam, sem anacronismo, usar as de um outro século. A humanidade é de resto uniforme sob seus vários aspectos, idêntica através da evolução da moda: feliz daquele que consegue fixar-lhe os traços gerais, pois que as feições locais apenas dissimulam o fundo comum e universal. O Timão de Shakespeare tanto pode ser de Londres como de Atenas; aqui ou ali será sempre o desiludido da lisonja, assim como a sua Cleópatra, o menos egípcia possível, é sobretudo a grande amorosa da legenda que os historiadores à cata de novidades não alcançam destruir.

Ocasões e não raras havia – deixai-me repetir – em que Machado de Assis não era tão impessoal quanto o pretendia ser. Pode mesmo dizer-se que em muitos pontos depara-se-nos uma estreita correlação entre a sua obra e a sua personalidade. Brás Cubas, por exemplo, de que escreveu as memórias póstumas – artifício literário muito da sua predileção e que se pode ter como uma manifestação mais da índole frequentemente pessoal da sua obra – Brás Cubas, digo, é ele próprio sem tirar nem por. Não é a sua filosofia que se acha ali descrita por alguém “já desafrentado da brevidade do século, com uma filosofia desigual, agora austera, logo brincalhona, coisa que não edifica nem destrói; não inflama nem regela, e é todavia mais do que passatempo e menos do que apostolado?”.

Assim também, na descrição do casal Aguiar, do seu último livro – *Memorial de Aires*, desta vez ainda memórias – concordaram todos em reconhecer o seu lar honesto e feliz, donde a companheira querida de uma longa existência comum de afeição e de trabalho desaparecera não havia muito, com ela desaparecendo a confidente dos pensamentos, das tristezas, e das alegrias do

homem e do escritor. Eis por que palavras recolhe Aires no seu diário íntimo as impressões trazidas de uma festa da família em casa dos Aguiar, por ocasião das suas bodas de prata: “Não podiam ser melhores. A primeira delas foi a união do casal. Sei que não é seguro julgar por uma festa de algumas horas a situação moral de duas pessoas. Naturalmente, a ocasião aviva a memória dos tempos passados e a afeição dos outros com que ajuda a duplicar a própria. Mas não é isso. Há neles alguma coisa superior à oportunidade e diversa da alegria alheia. Senti que os anos tinham ali reforçado e apurado a natureza, e que as duas pessoas eram, ao cabo, uma só e única. Não senti, não podia sentir, isto logo que entrei, mas foi o total da noite”.

Machado de Assis sofria muito da sua viuvez, mas como possuía num alto grau o pudor de sofrimento, apenas deixava entrever toda a extensão da sua solidão moral. Esse pudor gerava nele uma verdadeira repugnância a exhibir a sua dor, e é muito por tal razão que lhe emprestou nessa ocasião o disfarce literário. À sombra deste disfarce, foi-lhe dado esboçar com liberdade o doce perfil da ausente, a criatura boa e dedicada de quem ele se recordava cada dia sem o proclamar em altas vozes, achando assim um meio de derramar sua saudade e depor sua piedosa oferenda sem tentar a comédia de uma apoteose.

Permiti a este propósito uma nota pessoal. A publicação de *Esau e Jacó*, a história desses gêmeos hostis pelos seus gostos diferentes e pelo seu amor comum, coincidiu, quase, com o falecimento da esposa de Machado de Assis. Escrevendo-me, já depois de a ter perdido, para agradecer-me um artigo que eu publicara sobre o romance, ele não podia furtar-se a evocar aquela que não lera mais a crítica, e fazia-o nestes termos de uma emoção contida e no entanto profunda: “Minha mulher se pudesse ter lido o artigo, sentiria o mesmo que eu; mas nem sequer leu o livro, posto me dissesse que o leria [uma] segunda vez; apenas leu algum trecho, o que me foi confirmado por uma de suas amigas, a quem ela o confessou como prova do estado em que se achava”.

A partir do dia em que ela desapareceu, a sua memória querida acompanhou-o, absorveu-o. Deixou de viver pelo sentimento para o resto do mundo, melhor dito, associou seu sentir à esperança do além-túmulo. A vida intelectual levou mais tempo a extinguir-se nele. Não cessou de trabalhar, sendo-lhe mesmo o trabalho literário um consolo e uma necessidade, que foi causa das suas últimas alegrias, pois que a própria tristeza tem seus gozos.

Sob o título sugestivo de *Relíquias da Casa Velha*, reuniu algumas páginas antigas que, entre as dispersas mais lhe agradavam, e dedicou a coleção aquela a quem “essas” páginas eram familiares. Em seguida, redigiu o diário do diplomata aposentado que trazia a ironia na retina: expressão sua sobre o personagem que poderia perfeitamente ser aplicado ao autor com relação à ironia que o distinguiu, fina sem ser maldosa, mais superficial do que incisiva, e no entanto verdadeira, de preferência indulgente, mas certa, que percebia sempre o lado ridículo das coisas, mas somente o expunha com um zombaria sorridente e amável.

É deveras para lastimar que, ao lado do diário imaginário do Conselheiro Aires, não tivesse Machado de Assis legado o seu próprio, o verídico; tanto mais quanto a observação é dele, a propósito dos pais velhos condenados ao fogo por aquele precavido homem de sociedade, “que a gente traz na cabeça outros papéis velhos que não ardem nunca nem se perdem por malas antigas”. Um capítulo de memórias deixado por ele, e denominado “O Velho Senado”, é de natureza a avivar mais este pesar. Trata-se de um bosquejo delicado e ao mesmo tempo impressionante do Senado do Império de 1860, ao tempo da mocidade do jornalista: assembleia em que se agrupavam parlamentares dos primeiros tempos, da Constituinte tempestuosa; defensores da maioria do jovem monarca em ódio a uma regência enfraquecida pela discórdia civil, e os benjamins dessa oligarquia esclarecida e grave que era nessa câmara alta de então.

“Aqueles homens – reproduzo suas palavras – que eu vi ali juntos, todos os dias, tinham feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regime, e eu era um adolescente espantado e curioso. Achava-lhes uma afeição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição. Paralelamente, iam-me lembrando os apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles e sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tirava-lhes as cãs e as rugas, e fazia-os outra vez moços, árdigos e agitados. Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa. Trazia comigo a ‘oligarquia, o golpe de Estado de 1848’, e outras notas da política em oposição ao domínio conservador, e ao ver os cabos deste partido, risonhos, familiares, gracejando entre si e com os outros, tomando juntos café e rapé, perguntava a mim mesmo se eram eles que podiam fazer, desfazer e refazer os elementos e governar com a mão de ferro este país”.

Alguns debuxos individuais desse “Velho Senado” são admiráveis e não resisto a aceitá-los em parte. Vede por exemplo o Marquês de Itanhaém, o antigo tutor do Imperador, a quem a idade tornava menos assíduo às sessões, “mas ainda assim era-o mais do que cabia esperar dele. Mal se podia apear do carro, e subir as escadas; arrastava os pés até à cadeira que ficava do lado direito da mesa. Era seco e mirrado, usava cabeleira e trazia óculos fortes. Nas cerimônias de abertura e encerramento, agravava o aspecto com a farda de Senador. Se usasse barba, poderia disfarçar o chupado e engelhado dos tecidos. A cara rapada acentuava-lhe a decrepitude; mas a cara rapada era o costume de outra quadra, que ainda existia na maioria do Senado”. Parecem ressoar nessas páginas “os efeitos de sons gatunais que tornavam mais penetrante e irritante a palavra rápida, fina e cortante” de Zacarias, esse mestre consumado do sarcasmo. Esquecidos há que são lembrados, como Ribeiro, o Visconde do Rio Grande, “filósofo e filólogo, que não falava nunca, mas tinha junto de si, no tapete, encostado ao pé da cadeira, um exemplar do dicionário de Morais, sendo comum vê-lo consultar um e outro tomo, no correr de um debate, quando ouvia algum vocábulo que lhe parecia de incerta origem ou duvidosa aceitação”.

O grande escritor compensou de algum modo a lacuna da sua obra – lacuna tanto mais sensível quanto todos concordam em deplorar a raridade extrema das memórias na nossa literatura – deixando confiadas ao seu excelente amigo, o homem de talento e de coração que é o sr. José Veríssimo, a tarefa de publicar sua correspondência. O sr. José Veríssimo pedira-lhe muitas vezes que escrevesse suas memórias, mas penso que Machado de Assis hesitava não tanto em razão da sua modéstia – não se concebe uma tão exagerada modéstia em quem possui a consciência do seu valor – quanto da sua circunspeção. Não gostava de abrir-se inteiramente, quero dizer, não lhe agradava patentear o âmago do seu pensamento. Guardava para si mesmo alguma coisa, fosse por polidez, fosse por altivez, pois que esse tímido tinha a dignidade do orgulho – o orgulho que ele uma vez qualificou de irradiação da consciência – e esse humorista recuava sempre diante da ideia de ferir os outros.

Que vos não surpreenda a contradição de semelhantes termos. A timidez não exclui o vigor da alma, e este céptico a aninhava sob seus modos um pouco embaraçados e seu aspecto quase acanhado. Zelava até apaixonadamente algumas opiniões, digamos alguns artigos de fé – a probidade literária, a independência do espírito, a nobreza do seu trabalho profissional, como

também permaneceu constantemente fiel às suas admirações intelectuais e às suas afeições. Entretanto, não tinha, por assim dizer, amigos íntimos, se bem que estivesse longe de afetar o conhecido “ar distante” de Merimée, um dos seus ídolos literários. Renan era outro, pelo estilo e também pelo ceticismo otimista que num pequeno e encantador ensaio o nosso escritor confrontou com a melancolia pessimista da sisuda e boa Enriqueta, ao evocar-lhe a ternura egoísta e o robusto espírito de sacrifício.

Deixei há pouco escapar a palavra cético. É uma expressão cômoda que se emprega a cada passo e que, aliás, corresponde a alguma coisa de preciso. Pode-se deixar de ser mais ou menos cético quando se assistiu a muitos acontecimentos, quando se participou em muita coisa, e é quase impossível suceder diversamente em nossos dias por menos intensa que a alguns corra a vida? Um crítico inglês escrevia recentemente sobre John Morley, por ocasião da sua última publicação: “Encarou crenças em demasia para se deixar desconcertar pelas mais novas; acompanhou o curso de movimentos em demasia na história para se deixar iludir por miragens”. Lembrai-vos de tudo quanto Machado de Assis viu durante seu meio século de atividade.

Estreara-se nas letras aproximadamente em 1860, quando o Imperador atingia a sua florescência, assegurada a paz interior, próspera a agricultura, desenvolvido o comércio. Os últimos românticos decantavam seus amores melancólicos que já não encontravam eco nesse meio acalmado e utilitário. Machado de Assis, então, compôs versos, e na verdade mui belos. Não se é impunemente jovem e sensível, e ele o ficou da alma. Esses primeiros versos já apresentavam, contudo, um inequívoco aspecto intelectual além da sua forma cuidada e da sua rara delicadeza, a qual mais tarde se converteu por vezes numa graça ligeiramente amaneirada. O amor, é fato, não bastava ao seu lirismo; fazia-se-lhe mister a vibração do cérebro ao mesmo tempo que a do coração. Lamartine e Musset não eram mais os únicos a nutrir seu estro, que caria do estimulante macabro de Edgar Poe, ao mesmo tempo que do condimento imaginativo de Henri Heine.

Também fez poesia política: estava-se no tempo dos Châtiments. No seu primeiro esdrúxulo de poesia – *Crisálidas* – que data de 1864, o destino da Polônia e do México, representantes naquela época dos povos escravizados e das nações esmagadas, levanta naturalmente sua indignação e inflama esse sentimento liberal que palpita no coração de todo brasileiro. Nesse instante justamente surgia entre nós a guerra estrangeira, provocada pelo Paraguai. Machado de

Assis ressentiu como qualquer outro a febre patriótica desses dias de ansiedade, seguidos de dias de delírio. Encontra-se o reflexo nalgumas páginas de *Iaiá Garcia*, em que se faz justiça às nossas virtudes militares em frente do perigo; mas a impressão mais duradoura que ele conservou desses tempos, não foi, penso, uma impressão belicosa. Pelo menos nunca o ouvi testemunhar simpatia à guerra nem prestar homenagens ao espírito de conquista.

Se bem que a sua obra a não traduza, ele guardava uma recordação mais comovida das lutas de tribuna e de imprensa, pacíficas, posto que acerbas e violentas, entre os que queriam retardar e os que queriam precipitar a abolição da escravidão. De 1871 a 1888 foi esta a questão máxima, sobre que se edificavam as combinações políticas, o problema absorvente da existência nacional que erguia e derrubava ministérios e concebia alternativamente a vitória aos partidos e grupos em franca e infatigável hostilidade. Sabeis de que forma rápida, calma e digna se realizou a reforma por excelência: nada faz mais honra à nossa história e melhor abona nossa cultura.

A literatura, entretanto, passava por uma transformação [a] mais na sua evolução. A musa nacional havia sido patriótica e guerreira com Tobias Barreto, filantrópica e apaixonada de equidade social com Castro Alves, ambos sob a influência de Victor Hugo. Acabou, porém, por cansar-se dos grandes voos e pôs-se a cultivar a forma com esmero. Foi o triunfo da arte pela arte. A placidez parnasiana imperou, com ocasionais reminiscências sentimentais e excursões no domínio científico. Leconte de Lisle, Sully-Prudhomme, Coppée, Herédia apareciam como modelos e foram os deuses do novo Olímpio.

Machado de Assis não teve dificuldade em acompanhar esta mudança, para a qual já se achava preparado; mas encontrou na prosa, melhor ainda do que na poesia, o ensejo e o instrumento mais próprio para exercitar seus talentos literários. Foi um cronista delicioso, no tempo em que florescia a crônica, sucedendo ao folhetim, e a tal ponto se dedicou a esse gênero que num dos seus romances a vida conjugal é comparada a uma crônica, porque não carece, na sua explicação, senão de fidelidade e de algum estilo.

Estilo não faltava a ele com certeza e seu progresso foi gradual e notável até atingir o grau de sedução que todos concordavam em lhe reconhecer. Para percebê-lo basta reler cronologicamente sua obra. Ver-se-á como o escritor chegou a expelir os artifícios, de começo visíveis, a despir toda a convenção, a eliminar os lugares comuns sem recorrer às extravagâncias,

alcançar uma ausência de pretensão aliada a uma procura do belo na simplicidade que são arte da melhor. A impressão vale a que se teria numa exposição de modas retrospectivas, passando de uma sala de anquinhas do mais gracioso estofado Pompadour, a uma túnica grega de dobras harmoniosas, velando o suficiente para destacar a natureza; de uma imaginosa cabeleira empoadada à Luís XVI, aos negros bandós lisos das virgens helênicas.

O espírito do cronista possuía o sainete ateniense. Dir-se-ia a medida de Henry Fouquier suavizando a veia zombeteira de Alphonse Karr e ostentando um enlevo todo pessoal, que nenhum outro escritor denunciou entre nós, derivado de um modo peculiar a ele só de considerar os acontecimentos, de não parecer surpreendido por estes, de explicá-los mediante proposições dubitáveis, com arremedos de cautela, hipóteses engenhosas, interrogações curiosas, em duas palavras com uma antiga e uma finura fascinantes.

O conto é para o romance o que é a crônica para o ensaio; um esforço, com o qual se obtém efeitos admiráveis. Machado de Assis primou no conto: ninguém no Brasil o emparelhou. Não são as suas narrativas condensadas, vigorosas e dramáticas como as de Guy de Maupassant; seu gênio literário, nutrido embora de lógica, não se caracterizava pelo arrojo. Poderíamos antes compará-los, se o paralelo que se quer estabelecer se não esquivasse antes por outras feições, a composições no gênero das de Alphonse Daudet, acusando, em vez do relevo da pintura a óleo, a fluidez do pastel, com um toque de emoção que anima o colorido e lhe faz a tonalidade mais doce e [agraciadora].

Para a espécie de talento de Machado de Assis, o conto oferece uma vantagem: a de ser mais curto, o que significa um andamento mais rápido e uma ação mais condensada. O enredo não ameaça perder-se nas observações acessórias, mesmo na análise direta, e tanto a ironia como a emoção ficam assim muito mais à superfície. O romance não obstante foi o seu terreno de eleição – não a novela de intriga, como já vos preveni, mas o romance psicológico, de uma psicologia sutil sem afetação e verdadeira, sem brutalidade, que vos empolga e doma pelo seu desenvolvimento ondeante, sem vos impor suas deduções demasiado sábias e demasiado inexoráveis. Essa psicologia, se é sóbria, é também viva, esforçando-se embora por não parecer muito e o que é na realidade, tratando de não resultar tediosa, tendo ares de proceder por distração, inteiramente à sua vontade, motejando das opiniões em vez de dissecar corações.

As primeiras novelas de Machado de Assis trazem o cunho romântico na sua maneira mais do que na sua essência. São de um romanesco muito intercalado de bom-senso, e de uma preocupação de espiritualidade que o naturalismo já tempera a cada passo. Há nelas indícios de Feuillet e de Merimée. Apenas nas mais recentes, quero dizer, a partir de *Brás Cubas*, que data de 1879, os conflitos agudos e violentos de almas cedem o campo aos contrastes quotidianos de sentimentos, aos cambiantes psicológicos, às simples divergências de vistas, que bastam para encher suas páginas como bastam, aliás, para encher a existência.

Desde sua estreia no gênero, no prefácio mesmo da sua primeira tentativa – *Ressurreição* – declarava ele visar tão somente ao romance de análise. “Não quis fazer romance de costumes; tentei o esboço de uma situação e o contraste de dois caracteres; com esses simples elementos busquei o interesse do livro”. Os dois caracteres em presença, ou melhor, em oposição são os de Lívia, a jovem viúva amante e confiada no seu transporte imaginativo, e Félix, o médico suspicaz no seu sentimento amoroso e, no íntimo, desprezando as mulheres tanto quanto Monsieur de Camors.

Seus personagens cada vez menos categóricos, cada vez mais em meias tintas que os impedem de se destacar, acabam por se não agitar com o convencionalismo da arte, movem-se com a naturalidade da vida e permanecem apesar disso gravados na memória como antigos conhecimentos. Não podendo, com grande pena minha, evocar um grande número nesta ocasião, apontarei como um exemplo Aires, o diplomata metódico nos seus hábitos e nos seus sentimentos, a quem os ministérios e os salões roubaram a espontaneidade, mas que conservou seu senso comum, que se observa ou se poupa e parece um egoísta, porque se não sacrifica, consistindo porém sua caridade em não sacrificar os outros.

Apontarei ainda José Dias, o homem dos superlativos – “Um modo de dar feição monumental às ideias, e não as havendo, servia a prolongar as frases” –, ó parasita que se não contenta com o seu lugar à mesa, mas que se instalou na casa, onde se tornou útil e por fim necessário pela sua direção, seus pequenos talentos domésticos, a sinceridade que põe na hipocrisia forçada, a naturalidade e a dignidade com que pratica, mais do que sofre, sua dependência.

Quase trágica é a história desse Rubião, herdeiro inesperado dos bens e das doutrinas de um filósofo tresloucado, mergulhando voluptuosamente na ociosidade sentimental, deixando-se

roubar a torto e a direto – um dos seus exploradores, Camacho, o jornalista doutrinário, é um tipo inolvidável – e acabando por se afundar na miséria e no delírio das grandezas.

Em seus personagens femininos abunda geralmente a vontade. Desde Helena até Fidélia, passando por Estela – a vítima da altivez, do pudor e da [dedicação] –, são mulheres de razão clara e forte, que apenas [denunciam] moralmente o seu sexo porque sabem bem exercer a arte da dissimulação, a qual, de resto, pode muita vez ser uma virtude. “A dissimulação é um dever – lê-se no seu romance Helena, que data de 1876 – quando a sinceridade é um perigo”.

A dissimulação é virtuosa na Sofia do *Quincas Borba*, faceira que por falta de temperamento e uma porção de considerações sociais não procura o pecado, mas que se abandonaria se fosse muito instada, despeitada de o não ser por quem ela desejaria bem, e, senão indiferente às homenagens, pois que é mulher até as pontas dos cabelos e portanto vaidosa, surda pelo menos ao apelo dos outros; perguntando afinal a si mesmo um belo dia, ou melhor, num dia chuvoso, por que motivo repelira todos os seus adoradores – “pergunta sem palavras que lhes correu assim pelas veias, pelos nervos, pelo cérebro, sem outra resposta mais que a agitação e curiosidade”. O sentido psicológico do autor intervém aqui para explicar:

“Se me perguntardes por algum remorso de Sofia, não sei que vos diga. Há uma escala de ressentimento e de reprovação. Não é só nas ações que a consciência passa gradualmente da novidade ao costume, e do temor à indiferença. Os simples pecados de pensamento são sujeitos a essa mesma alteração, e o uso de cuidar das coisas afeiçoa tanto a elas, que, afinal, o espírito não as estranha nem as repele”.

Dir-se-ia, e com razão, diante da reserva com que são desenhados todos os seus caracteres femininos, respeitáveis quase sem exceção, e a julgar também pelo conjunto da sua obra, de um humorismo sem grosseira como sem maldade, que Machado de Assis viveu muito da intimidade intelectual dos escritores ingleses. De fato, segundo há sido frequentemente notado, tinha ele um fraco pelos humoristas britânicos do século XVIII, Sterne, Fielding e Swift, e bem assim pelos romancistas do século XIX, Dickens, Eliot e Thackray. Admirava muito Shakespeare, considerando-o uma árvore colossal e frondosa, de florescência maravilhosa, tipo de força e de beleza; mas era de preferência aqueles outros que iam suas melhores simpatias, porquanto ressentia todo o seu enternecimento diante da vida, aliás buscando, como eles, esconder tal

sentimento sob a máscara de uma ironia sempre alerta, mas nunca cruel. O seu sarcasmo, ainda que tenha sido diversamente trato[do], como uma manifestação amarga, era antes da natureza do atribuído a um dos personagens do seu primeiro romance: “benévolo e anódino, sabendo misturar os espinhos com as rosas”.

Este escritor esmerado era também um dos homens mais bem criados que eu tenha conhecido. A urbanidade aparecia em Machado de Assis constitucional e espontânea, quero dizer, que o seu primeiro impulso dava sempre como resultado um movimento polido. Ao contrário de tantos outros, da melhor sociedade, ele não era obrigado a um esforço sobre si mesmo para não ferir ou melindrar outrem, pois que lhe era, por assim dizer, orgânica aquela faculdade de uma cortesia superior; constituía um dom da natureza muito mais do que um produto da educação. Para julgar os acontecimentos, tinha invariavelmente uma frase espirituosa, mas dos homens em geral fazia abstração como indivíduos.

Pela boca de um dos seus personagens, ensinou Machado de Assis que o valor dos homens se mede de diferentes modos, mas que o meio mais seguro é o de valer pela opinião dos outros. Não seria ele, em todo o caso, que se encarregaria disso, pelo menos com um propósito contrário. Não asseguro que ele não pensasse mal de alguns dos seus semelhantes, mas por princípio de ninguém dizia mal. Quando muito sublinhava, repetindo-o com seu ligeiro gaguejar e um fino sorriso nos seus olhos coado pela luneta, um juízo menos azedo que tivesse ouvido e com que concordasse. Entretanto, quanta malícia não espuma nalgumas das suas frases, todas lançadas despreocupadamente, como que a esmo. Escutei esta, por exemplo: “Nem tudo se perde nos bancos: o mesmo dinheiro quando alguma vez se perder, muda apenas de dono”.

Sua extrema polidez derivava de uma indulgência que estava longe de ser cinismo; que era, pelo contrário, uma tolerância feita em partes iguais de bondade e de dúvida. A bondade, estava-lhe na alma; a dúvida, adquirira-a acotovelando as coisas e as pessoas, observando o mundo, ou melhor, os mundos que conheceu, pois que a sociedade de sua mocidade, de 1860, variara inteiramente ao tempo da sua maturidade, e a de 1888 parece distante de sessenta anos pelo menos comparada com a sociedade de hoje.

“Venha ver o Rio nas suas galas novas – escrevia-me ele para Caracas há quatro anos. Custar-lhe-á a reconhecê-lo. É uma metamorfose de surpreender, mesmo a quem, como eu, viu sair a borboleta”.

Surpreso estava e ao mesmo tempo encantado, pois que era muito grande o amor que professava por essa cidade do Rio, incomparavelmente formosa, de onde ele nunca saiu e da qual tão inteligentemente sondou a alma e tão finamente adivinhou as molas ocultas. Se as páginas descritivas falecem singularmente na sua obra, sobre a qual se não projeta a mais leve sombra de uma paisagem brasileira, urbana ou rural, é que a natureza, rústica, domesticada ou ataviada, o não prendia quase; pelo menos não há mostras de que exercesse influência sobre os seus sentidos. Se por acaso era forçosa uma referência desse gênero, formulava-a, como se a natureza se animasse aos seus olhos ao ponto de assumir um aspecto humano. Cito um abono e ao azar esta frase do *Quincas Borba*: “Nisto a chuva cessou um pouco, e um raio de sol logrou romper o nevoeiro – um desses raios úmidos que parecem vir de olhos que choraram”.

A visão moral era a única a fixar-se na sua retina. As florestas de almas, as paisagens de corações absorviam sua atenção não obstante ou talvez por causa da importância exagerada atribuída pelos românticos indianistas brasileiros à sensação vivida do meio indígena. A alma indígena, entretanto, descerra-lhe seus mistérios e servira de feliz inspiração ao seu estro, do que faz fé a sua coleção de poesias – *Americanas* – de 1875. Pode dizer-se que o indianismo nada produziu entre nós de mais terno e de mais comovente do que esses quadros dos primeiros tempos da nossa vida colonial.

Mas amor que entranha n’alma
E a vida sói acabar,
Amor é de todo o clima,
Bem como a luz, como o ar.

Assim reza um dos poemas daquela coleção. As mulheres indígenas que aí são cantadas sentem o amor do mesmo modo exatamente que as de raça europeia. Potira ostenta o pudor arisco das primeiras mártires cristãs e Niani a paixão sombria de uma infanta abandonada.

A licença poética facultava-lhe tais aproximações psicológicas que a prosa, mais severa, lhe vedava, pois que as criações das suas novelas, se podem convir indistintamente a fases diferentes de uma mesma época, pertencem realmente ao seu meio, isto é, são inteiramente locais. O Brasil

todo chorou em Machado de Assis um mestre da nossa língua portuguesa, e com efeito, desde os grande líricos, Gonçalves Dias à frente, e depois do poderoso e delicado José de Alencar, o pintor da existência indígena e da existência civilizada, da vida das cidades e da vida de campo – o qual, na frase do escritor que celebramos compôs com a diversidade dos costumes, das zonas e dos tempos a unidade nacional da sua obra – ninguém entre nós conquistou a mesma autoridade exerceu a mesma influência sobre a opinião ou, melhor dito, o gosto esclarecido do público. O autor de *Brás Cubas* aparece-nos, contudo, como o menos repenicado dos nossos escritores.

Contos Fluminenses – equivalente em França seria *Contos Parisienses* – chamavam-se os primeiros que ele compôs, e fluminenses ficaram todos sendo. Esses tipos que ele esboçou, esses caracteres de que ele registrou a evolução, notando com uma arte maravilhosa os pormenores que parecem insignificantes ao vulgo, mas que nunca o são para o analisador – as coisas insignificantes tendo todas seu valor e sua importância e constituindo no seu caso o objeto de uma ciência a mais positiva – pertencem a uma sociedade de ideias mais largas ou pelo menos mais concludentes, de hábitos mais doces e de relações mais fáceis.

O autor reputa essa sociedade – e faz com que partilhemos sua opinião – excessivamente interessante, porquanto nada lhe é indiferente do seu desenvolvimento. Não pretende que ela seja extraordinária; contenta-se com o que ela é, achando tema suficiente de sugestão. No *Quincas Borba* se diz que a vida se compõe de quatro ou cinco situações que as circunstâncias variam e multiplicam aos nossos olhos, e o *Memorial de Aires* se encontra a mesma ideia exposta nas seguintes palavras: “A vida, entretanto, é assim mesmo, uma repetição de atos e maneios, como nas recepções, comidas, visitas e outros folgares; nos trabalhos é a mesma coisa. Os sucessos, por mais que o caso os teça e devolva, saem muita vez iguais no tempo e nas circunstâncias; assim a história, assim o resto”.

Machado de Assis empregou de certo muito mais sensibilidade no estudo do moral feminino do que no moral masculino. Para começar, era pouca sua estima pela vaidade dos homens, se bem que ele a explique com relação ao amor por uma forma engenhosa: “Em pontos de aventura amorosa, achei homens que sorriam ou negavam a custo, de um modo frio, monossilábico etc., ao passo que as parceiras não davam por si e jurariam aos Santos Evangelhos que era tudo uma calúnia. A razão desta diferença é que a mulher entrega-se por amor ou seja o

amor-paixão de Stendhal, ou o puramente físico de algumas damas romanas, por exemplo, ou polinésias, lapônias, cafres e pode ser que outras raças civilizadas; mas o homem – falo do homem de uma sociedade culta e elegante – o homem conjuga a sua vaidade ao outro sentimento. Além disso (e refiro-me sempre aos casos defesos), a mulher, quando ama outro homem, parece-lhe que mente a um dever, e portanto tem de dissimular com arte maior, tem de refinar a aleivosia ao passo que o homem, sentindo-se causa da infração e vencedor de outro homem, fica legitimamente orgulhoso e logo passa a outro sentimento menos ríspido e menos secreto – essa boa fatuidade que é a transpiração luminosa do mérito”.

Descendendo em linha reta e por sucessão imediata do romantismo, um pouco paladino, por conseguinte, da mulher, Machado de Assis nunca se deixou embalar pela ilusão das reabilitações tão caras ao sentimentalismo da escola. Escutemo-lo zombar das tristezas de Meneses, no mais antigo dos seus romances: “Vivia ele maritalmente com uma pérola que pouco antes encontrara no lodo. Na véspera descobriu em casa vestígios de outro amador de pedras finas. Estava certo da infidelidade da amante; pedia conselho”.

O escritor, bem o vedes, está todo em embrião nas suas produções mais remotas; em seus primeiros contos já ressoa a nota delicada e espiritual dos últimos, assim como nos seus romances de estreia se nos depara a pesquisa minuciosa e simpática da alma humana que distingue os mais modernos. É natural que tivesse havido alteração no estilo o qual adquiriu constantemente novos dotes até se tornar impecável; mas de princípio mesmo, na sua fase romanesca, esse estilo nunca foi retórico nem difuso. Tê-lo-ia empatado o bom gosto, predicado fundamental do escritor e que lhe era natural, se não bastasse para salvá-lo dos piores defeitos da escola, o cunho todo pessoal da sua obra, que a torna, por assim dizer, única na nossa literatura.

Já foi qualificada de distinção essa faculdade literária do bom gosto que Machado de Assis revelou possuir em tão alto grau, e que, sem o converter num moralizador, fez dele um moralista. Sua obra, sã e honesta, é o documento palpável de que a vida pode ser considerada mesmo no que diz respeito às relações sexuais, sem que seja necessário ou útil descambar na imoralidade. Nos tipos femininos, procriados pela sua imaginação, existe sempre uma reserva, para empregar o termo exato, um pudor, que não representa por certo um obstáculo ao seu ardor sentimental – Raquel, Livia, Iaiá Garcia são perfeitos tipos de amorosas – mas que as mantêm num decoro que

é, de resto, uma regra de vida felizmente ainda bastante observada. O decoro não obsta, pois, que caracteres tão delicados sejam traduzidos com fidelidade, a par da decência.

Machado de Assis não blazonava contudo de conhecer as mulheres. *Ressurreição*, seu primeiro ensaio de romance, encerra mesmo a seguinte frase de suspicaz psicologia: “Não basta ver uma mulher para a conhecer é preciso ouvi-la também; ainda que muitas vezes basta ouvi-la para a não conhecer jamais”. Aliás ele se não gabava de coisa alguma, não afixando espécie alguma de pretensão e sendo no fundo um tímido. Foi mesmo esta timidez que o impedia de dar mais liberdade à sua fantasia, que pelo que mostram suas poesias, estava muito longe de serem acanhadas, e até nalguns contos e nalgumas crônicas não trepidou em usar com desenvoltura o disfarce de outras épocas e de outras civilizações.

A poesia, é claro que não poderia dispensar a fantasia, e os seus versos denotam uma fantasia que, sem ser descabelada, antes comedida, é todavia perturbadora, pois que bole com todos os problemas da vida e da morte, nos seus aspectos complexos e na sua solução única. É o que num transporte comovido ele denominou o “mundo da lua” – “esse desvão luminoso e reservado do cérebro, que não é senão a afirmação desdenhosa da nossa liberdade espiritual”. No romance, o autor intencionalmente se circunscreveu ao planeta terrestre, e mesmo a um pontozinho deste planeta.

Suas criações femininas, em particular, provêm do meio fluminense. São produtos legítimos da capital essas mulheres a quem ele frequentemente dotou de um orgulho casto e de um coração sagaz de quem a reserva constitui uma virtude, sem por isso serem menos sedutoras, porque tal reserva não exclui inteligência, do mesmo modo que noutras, raras em sua obra, a malícia tampouco se separa da inteligência. “Esta senhora – escrevia sobre d. Cesária o Conselheiro Aires em seu diário – se não tivesse fel talvez não prestasse; eu nunca a vejo sem ele, e é uma delícia ... Há ocasiões em que a graça de d. Cesária é tanta que a gente tem pena de que não seja verdade o que ela diz, e facilmente lhe perdoa”.

Posto que usando de delicadeza para com todas as idades, a velhice especialmente lhe merecia um terno respeito. Que criatura adorável não é essa d. Carmo, mulher do Aguiar, ou antes, sua própria mulher, que “possui o dom de falar e viver por todas as feições, e um poder de atrair

as pessoas, como terei visto em poucas mulheres, ou raras. Os seus cabelos brancos, colhidos com arte e gosto, dão à velhice um relevo particular e fazem casar nela todas as idades!”.

Serão porventura menos encantadoras as suas moças? Bastaria como exemplo em contrário essa linda Capitu, a rapariguinha de espírito precoce que, num adorável idílio infantil, tão simples e atraente, guia, aconselha e domina já, por meio da sua decisão perspicaz, o menino de vontade mais fraca que mais tarde ela enganará mergulhando nos dele os seus “olhos de ressaca” – “olhos que traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia nos dias de ressaca”.

O despertar do amor em Bentinho, suas conseqüentes surpresas, a sensação do primeiro beijo, a consciência do seu sentimento, tudo se acha descrito com uma leveza de toque e um grão de malícia que são de uma arte consumada. O romance psicológico surge aí aos nossos olhos, sem falhas, com seus inquéritos esquadrihadoras, se bem que se esforço algum aparente, como se se tratasse de uma série de raciocínios fáceis, ao alcance de toda gente e de que toda gente seria capaz, entretanto tão habilmente deduzidos e conduzidos com tal maestria, que justamente os mais argutos são os que parece de uma lógica mais folgada.

Uma observação que logo se impõe, ao reler-se a obra completa de Machado de Assis – uns quinze volumes, pois que ele se não prodigalizou – é que nos últimos livros desapareceu de todo a preocupação dos incidentes fora do comum; não digo dos singulares ou dramáticos, porque deste se conservou sempre o escritor cuidadosamente a distância, contentando-se com ver correr a vida na sua vulgaridade e tranquilidade habituais. Estava certo de encontrar nesta vida corriqueira matéria ampla de observação, como a havia de meditação na sua espécie de diálogo com a imaginação, quando as ideias, segundo exprime uma das suas belas frases, abrem as asas e entram a batê-las de um lado para outro, assim mostrando que querem sair.

Dir-se-ia que os personagens femininos de Machado de Assis denotam mais sagacidade e mais energia que os masculinos, ainda que o escritor se não haja mostrado inflexivelmente descarinhoso para o seu sexo. Estácio e Jorge, por exemplo, são antes modelos de retidão e de lisura. Somente, em dadas ocasiões, conseguem eles menos dominar seus sentimentos. Como aproximá-los de uma Iaiá Garcia, a criança viva e esperta que, de repente, mercê de um segredo adivinhado, atinge a puberdade moral, pois que nela desabrocha sutilmente o sentimento do amor, e não

somente verifica estremecer aquele que julgava detestar, como decide tê-lo para si sem partilha, disputando-o na outra afeição, recalcada, mas que pode de novo rebentar, envolvendo-o na trama da sua meiguice picante, e conquistando-o pela força exclusiva do seu temperamento.

Machado de Assis não se esforçava por ocultar uma ternura particular pelas viúvas jovens: Lívia e Fidélia foram sua primeira e sua última criação. Não se pode dizer que o perturbasse a alma das meninas – acabamos de citar criações que desmentiram tal asserção – mas parecia que ele de antemão se escusava de procurar caracteres excepcionais, achando no geral nos corações moços demasiada ingenuidade e resistência em extremo débil à paixão. Ao contrário, nunca se fatigava de observar a luta do sentimento novo contra o sentimento passado, e parecia mesmo se comprazer em deixar levar de vencida a saudade pela esperança, o que é uma forma assaz bela e assaz feliz de compreender a vida. “A vida, escreveu ele uma vez pela pena autobiográfica de Dom Casmurro, é tão bela que a mesma ideia da morte precisa de vir primeiro a ela, antes de se ver cumprida”.

Pessimismo, e do mais negro, tem sido contudo notado, e até com frequência, na ironia de Machado de Assis. Quer-me, porém, antes parecer que a velha distinção, tão formal, entre otimismo e pessimismo faz uma vez mais bancarrota. O escritor não pertence exclusivamente a qualquer das duas escolas: nem é Demócrito, nem Heráclito. De resto, a transação faz parte da sua natureza. Não escreveu ele um dia que “o céu sido feito no segundo dia e a terra no terceiro?”.

O que sobretudo ele é deriva de si próprio, constitui sua individualidade inconfundível, na qual se deixa ver um fundo de melancolia orgânica que, sem chegar completamente ao amargor, algumas vezes desabrocha num sorriso – esse sorriso de quem fala o autor, que aponta nos nossos lábios quando aprovamos intimamente alguma coisa que está de acordo com nossa alma – e muitas vezes numa lágrima que apenas umedece a pálpebra e não vem acompanhada de soluço, visto que, consoante sua observação relativa a um dos seus personagens, a intensidade está mais no sentimento do que na expressão.

Sua melancolia era tanto o resultado da hipocondria, essa flor que ele descreveu “amarela, solitária e mórbida, de um cheiro inebriante e sutil”. A hipocondria conta, no entanto, seus gozos: existe mesmo uma volúpia do aborrecimento, que o autor considera “Uma das sensações mais sutis desse mundo e daquele tempo”. Por outro lado, o seu otimismo era frequentemente parente do cinismo, bem entendido na acepção filosófica do termo, cujo espírito remonta a moral socrática e

corresponde à glorificação da virtude pela renúncia do vício. É fato que Brás Cubas deduzia de certas reflexões que o vício não raro serve de estrume à virtude, o que não impedia, porém, de estimar a virtude como uma flor odorífera e saudável.

Na verdade, Machado de Assis alcançara, por meio de uma evolução assaz longa, o equilíbrio perfeito da sensibilidade, cujo reflexo se encontra como num espelho de fino cristal no seu estilo pacientemente trabalhado, mas na aparência corrente, claro e natural. Suas primeiras produções ligavam-se estreitamente ao romantismo, não tanto o primitivo de sentimento hiperbólico – deste, acham-se vestígios no conto “Frei Simão”, bastantes mesmo nos primeiros romances, sobretudo em *Helena* – mas o romantismo da última fase, mais convencional do que excessivo, em que o amor triunfa pela sua fatalidade muito mais do que pelo seu arrebatamento.

Virgília, a senhora da sociedade amante de Brás Cubas, de quem fora quase noiva, já não ama porém com ardor; em ambos expirara o romanesco. Amava com certeza, mas o seu sentimento era feito de ociosidade e de volúpia; havia que reacendê-lo dia depois de dia, e afinal se extingue sem tragédia. Tornamos a encontrá-la viúva, afetuosa e meiga, à cabeceira do amante envelhecido e moribundo, como a melhor recordação distante da sua vida e um bom pensamento em ação lançando assim um desmentido imediato ao pessimismo do solteirão desocupado e cismador.

Já no tempo em que os [casais] de amorosos costeavam o abismo, teimando em não lobrigar lá no fundo “mais do que um reflexo da abóbada celeste”, enxergava ele as coisas diversamente: a ironia rompia a crosta literária, e tanto sorria dos artifícios do sentimento como dos da linguagem. “O ridículo, ponderava o romancista nos seus começos, é uma espécie de lastro que a alma leva ao penetrar no oceano da vida. Algumas há que fazem toda a navegação com esta única carga”. Exercendo-se às custas de semelhante alma, a ironia foi que o sustentou, o distinguiu e o exalçou: ela ressumbra e toda a sua obra, da qual constitui o fundo permanente e sólido, posto hesite em abandonar-se, se recupere, se observe e ensaie toda a sua faceirice antes de se manifestar.

Pelo seu extraordinário talento de escritor e pela sua profunda dignidade literária, pela unidade da sua vida inteiramente devotada ao culto da beleza intelectual e pelo prestígio que irradiam sua obra e sua personalidade, Machado de Assis, se bem que o menos ruidoso dos homens, o menos disposto a se pôr em evidência, chegara a ser tido e respeitado como o primeiro entre seus pares, o mais ilustre dos homens de letras do país, o chefe, se é que esta expressão

corresponde em caso tal à ideia, de uma literatura nova, mas que já possui suas tradições e, sobretudo, preza suas glórias. Ele se não mostrava, com efeito, ávido de louvaminhas, nem mesmo, preso aos seus hábitos, saía fora do seu círculo, posto fosse um excelente conversador, espirituoso e, o que mais é, atento.

Sua vida não podia ser mais regrada e tranquila depois que deixara o escritor o jornalista militante, pois que começara, como qualquer outro, pela crônica parlamentar, os ecos do dia e a crítica dramática.

Passava-se a manhã no labor literário, na simpática casa do Cosme Velho, onde Machado de Assis foi tão feliz e tão desventuroso, onde compôs suas obras primas, viu expirar sua esposa e ele próprio sentiu chegar a morte, tendo a consciência deste chamado e mantendo a perfeita lucidez do seu espírito.

Sua memória ficará por longo tempo, para sempre espero, associada a essa garganta verde e fresca aberta entre as montanhas graníticas, onde árvores imensas formam com sua folhagem um dossel eterno e fontes cristalinas sussurram deslizando. É um dos sítios mais umbrosos e mais pitorescos – o que não é dizer pouco onde tamanha abundância existe – do Rio de Janeiro, e o único talvez que não passou ainda por grande transformação, onde a arte se tem absterido de embelezar a natureza, onde conservam sua atualidade as velhas estampas que representam aquele risonho local frequentado por tafuis cavaleiros e cabeças vistosas.

Durante o dia era certo na sua repartição, pois que o escritor pertencia à tribo numerosa dos empregados públicos; assíduo, porém, pontual e zeloso como raro, desempenhando suas funções com uma gravidade e uma consciência que a sua ironia denominaria patéticas, indiferente por dever de ofício às mudanças de partido. Não que fosse insensível – longe disso – às coisas de interesse nacional.

Pensava nelas, e com um sentimento mais intenso do que o deixava acreditar, mas as brigas de grupos à caça das posições e os desaguisados de concorrentes políticos desafiavam sua malícia e excitavam facilmente sua zombaria. “A reconciliação eterna, entre dois adversários eleitorais, deve ser exatamente um castigo infinito – notava no diário íntimo o seu Conselheiro Aires. Não conheço igual a Divina Comédia. Deus, quando quer ser Dante, é maior que Dante”.

Ao cair da tarde, depois das quatro, encontrava-se invariavelmente o autor em casa do seu antigo editor, na Livraria Garnier, onde tem sua sede um círculo, diria um cenáculo se não fosse franco a todas as opiniões e aberto a todas as ideias. Este *five o'clocks* [de] intelectuais já se tornara mesmo uma tradição, pois que datam de meio século. Machado de Assis, que lhes ficou de todo tempo fiel, serviu de traço de união entre épocas diferentes e gerações literárias também diferentes. Numa das suas crônicas refere-se ele aos amiudados encontros que ali tivera outrora com José de Alencar, quando, sentando os dois, frente à rua, tratavam desses assuntos de arte e de poesia, de estilo e de imaginação, que valem todas as canseiras deste mundo.

Passava-se isto no estreito armazém do tempo do Império. Há mais espaço ... e mais cadeiras no novo e magnífico estabelecimento. O que somente não variou foi a natureza das conversações. Comentam-se sempre as coisas do país e as do estrangeiro; discutem-se coisas políticas e de preferência coisas literárias; trocam-se muitos juízos e alguns paradoxos; horas todas encantadoras, e para mim inolvidáveis. Machado de Assis demorava-se mais do que qualquer outro, não tendo por costume voltar para casa antes das seis ou sete. Gracejávamos com ele, ao dispersarmo-nos, ao vê-lo buscar pretextos para subir e descer a Rua do Ouvidor.

Uma vez por semana, excetuadas as férias, presidia as sessões da Academia, que decorrem com a placidez proverbial dessas companhias, salvo por ocasião da discussão sobre a reforma ortográfica – questão que tem a propriedade de levantar em toda parte discussões apaixonadas, provavelmente porque ninguém conhece exatamente essa parte da gramática.

A noite passava-se geralmente em casa de amigos de longa data, vizinhos de campo, se poderia quase dizer, por tal forma parece o Cosme Velho à noite, distante das luzes e da algazarra da cidade. Palestrava-se, jogava-se o voltarete e nos últimos tempos o bridge, tocava-se, e na sociedade da gente moça deparava-se-lhe o manancial de bom humor e de animação para o dia imediato. Indo de um a outro grupo com o seu ar discreto e sua polidez refinada precisamente porque era espontânea, Machado de Assis evitaria em todo o caso muito ao sério sentar-se no canapé, pois que nutria a respeito deste móvel ideias peculiares. Via bem que faz aliar a intimidade e o decoro, mas não lhe era possível deixar de ajuntar: “Dois homens sentados nele podem debater o destino de um Império, e duas mulheres a graça de um vestido; mas, um homem e uma mulher só por aberração das leis naturais dirão outra coisa que não seja de si mesmos”.

Foi assim que envelheceu, mantendo essa dignidade austera que, segundo ele, é toda a graça do ancião, pois que, em suas palavras, a velhice ridícula é talvez a mais triste e a mais baixa surpresa da natureza humana. A velhice solitária pesava-lhe, porém, como um fardo. No seu horror de ser banal e na sua preocupação de ser cortês, chegara ao ponto de perguntar de si mesmo – tal impressão foi-me comunidade por um dos seus amigos mais delicados – se se não tornara indiferente para dever ceder o campo aos novos, e se não produziria durante um espaço de tempo demasiado longo para não fazer sombra a outros?

A velhice! Foi com mágoa que ele extraiu sua filosofia ao fazer correr da pena de Dom Casmurro as reflexões seguintes, depois que este personagem edificou uma casa inteiramente idêntica àquele em que tinham deslizado sua infância e sua mocidade, assim restabelecendo o cenário da quadra mais feliz da sua existência: “O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mas falta eu mesmo e esta lacuna é tudo. O que aqui está é, mal comparando, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos e que apenas conserva o hábito externo, como se diz nas autópsias; o interno, não aguenta tinta. Uma certidão que me desse vinte anos de idade poderia enganar os estranhos, como todos os documentos falsos, mas não a mim. Os amigos que me restam são da data recente; todos os antigos foram estudar a geologia dos campos santos. Quanto às amigas, algumas datam de quinze anos, outras de menos, e quase todas creem na mocidade. Duas ou três fariam crer nela aos outros, mas a língua que falam obriga muita vez a consultar os dicionários, e tal frequência, é cansativa”.

Se Machado de Assis viu a morte com certo pavor, é porque tinha repugnância à degradação física e amava demasiada beleza das coisas para encarar com estoicismo o sofrimento, que traz quase sempre a decadência. Foi-lhe poupada esta macieira. Sua agonia foi cruel, mas curta, e até o último suspiro ele conservou a agilidade do espírito que foi sua faculdade essencial e de que seu estilo constituía a imagem. Escapou ao estremecimento de verificar em si mesmo essa coisa terrível que um escritor britânico denominou, com a propriedade da língua inglesa, a esclerose intelectual, e que vem a ser o endurecimento progressivo das artérias da inteligência e da sensibilidade.

Muito pelo contrário, [produziu] ele belos livros até o remate. Somente, ao remeter-me o último da série, escrevia-me, menos de dois meses antes da sua morte: “Mas este livro novo é deveras o último. Agora já não tenho forças nem disposição para me sentar e começar outro; estou velho e acabado”. E, quando se julgou literariamente gasto, considerou terminada a sua tarefa, e tarefa para ele queria dizer a vida. Esta chegara a significar-lhe o que ele um dia definira um tumulto que não é a vida e um silêncio que não é a quietação. Não se poderia conceber um artista morte mais propícia.

Duas palavras ainda ... Já travamos conhecimento com a filosofia de Machado de Assis, ou, mais precisamente, com a filosofia de Brás Cubas, cujas memórias, verdadeiramente de além-campa, são a obra prima literária do autor e a fotografia da sua alma; não digo, notai bem, da sua existência, porque a parte anedótica é de pura imaginação; apenas a parte psicológica possui um carácter pessoal. Nenhum dos seus livros é realmente escrito com tanta vivacidade, e nenhum encerra tamanho pessimismo, sobretudo um sentimento tão penetrante das injustiças da sorte, uma visão do aspecto lamentavelmente cômico das coisas misturada com uma ternura inquieta de Pierrot. A morte da mãe comove-o, por exemplo, mais por aquela impressão de iniquidade social do que pela própria aflição filial: “Quê? exclama Brás Cubas; uma criatura tão dócil, tão meiga, tão santa, que nunca jamais fizera verter uma lágrima de desgosto, mãe carinhosa, esposa imaculada, era força que morresse assim, tratada, mordida pelo dente tenaz de uma doença sem misericórdia? Confesso que tudo aquilo me pareceu obscuro, incongruente, insano ...”.

Se há amargor nesta filosofia – e qual é o humorismo que o não conte? – a razão principal está em que ela provém do outro mundo, sincera e franca, pois, liberta de prejuízos e de contemporizações. “Talvez espante ao leitor, escrevia Brás Cubas nas *Memórias Póstumas*, a franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças, obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa, e a hipocrisia, que é um vício hediondo. Mas, na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o

que deixou de ser! Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há plateia. O olhar da opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude logo que pisamos o território da morte: não digo que ele não se estenda para cá e nos não examine e julgue; mas a nós é que não se nos dá do exame nem do julgamento. Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados”.

Paris, 3 de abril de 1909

O grande morto

Osorio Duque-Estrada ³¹

Uma dura verdade pode ser invocada por quem quiser explicar o insucesso das vocações literárias na nossa terra: a população brasileira é, na avultada proporção de 70, composta de analfabetos; os outros 30, insignificantes minoria, não tem o hábito da leitura, ou não sabem ler com discernimento e não compreendem, sequer, a obra do gênio.

O nosso meio, eivado de um smartismo cretino que cuida mais do corpo do que do espírito e atola-se na imbecilidade de admirar e preferir tudo quanto é fútil e vazio, mal pode assimilar a espiritualidade de um estilista e de um psicólogo, babando-se ainda hoje o mais lorpamente que é possível diante do rançoso lirismo de uma visconde de Araguaia e dos romances de enredo, de velha retórica piegas e açucarada de algumas mediocridades a que a admiração dos parvos vai levantando estátuas, tanto nesta capital como nos Estados.

É talvez, por essa razão, que ainda não se avaliou bem o peso da catástrofe que acaba de enlutar o país com a morte desse formidável batalhador das letras, legítima glória da nossa raça, que se chamou em vida Machado de Assis.

Meia dúzias de intelectuais compreendeu e amou a obra do mestre querido, e bem se pode avaliar da grandeza do astro agora desaparecido pelo consenso unânime de uma classe que, dividida sempre por ódios, despeitos e rivalidades, às vezes irreconciliáveis, jamais deixou de reconhecê-lo mestre e de proclamá-lo com orgulho o maior vulto da intelectualidade brasileira.

Em verdade, ninguém lhe disputou esse posto, e há cerca de trinta anos que Machado de Assis exercia entre nós o generalato das letras. Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós dedicavam-lhe uma profunda admiração. Toda uma brilhante constelação de poetas e de escritores inspirou-se na sua obra, refletiu o fulgor diamantino da sua luz, porque Machado de Assis foi um desses homens-sínteses de que fala Hypólito Taine, organizações privilegiadas que refletem toda a mentalidade de uma época. Foi o astro maior, o centro de todo um sistema planetário. Cada página de seus livros cintila de espiritualidade. Coerente com toda a sua vida de artista e filósofo,

³¹ 1 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*. Aproveito a transcrição feita por Hélio de Seixas Guimaraes e Ieda Lebensztayn. Cf. GUIMARAES, H. S.; LEBENSZTAYN, L. Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares. 1908-1939. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

mostrou-se ainda nos últimos momentos um resignado e um estoico, porque, como já observou alguém, nunca o preocupou a parte material da sua personalidade. Euclides da Cunha contou-me compungido que o Mestre lhe pedira desculpas quando havia apenas iniciado a narração da sua moléstia.

A uma senhora que o fora ver, alegando delicadamente a saudade como pretexto da sua visita, respondeu que também já sentia saudades da vida.

Compungiram a todos os admiradores de Machado de Assis as notícias dessas frases pronunciadas quase à beira do túmulo, desprendendo-se como os últimos lampejos de um sol que forceja ainda por iluminar o horizonte. Pesava mais nele o espírito do que o corpo, e é essa distinção capital entre os indivíduos superiores e os inferiores, principalmente as mulheres que só se ocupam do segundo.

A carcaça do herói vai apodrecer em breve na restituição com que a fatalidade a incorpora de novo ao lodo originário; o espírito, porém, não perecerá, porque há de ficar refulgindo com eternos e deslumbrados clarões na obra intensa de vida e de sinceridade que ele nos deixou – obra formidável e rutilante que consegue refletir, em cada uma das suas páginas, todo o brilho de uma constelação.

Não posso fixar nestas linhas saudosas, nem mesmo nos estreitos limites de uma síntese, os traços gerais dessa obra que despertou ininterrompidamente o pasmo de três gerações sucessivas e que há de perdurar, sem dúvida, como o mais alto e o mais impecável monumento da nossa Literatura.

Basta ler a obra-prima das nossas letras – *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – para se avaliar da envergadura do espírito que concebeu e fixou na língua de Camões a incomparável beleza dessas páginas imortais.

Quincas Borba, Dom Casmurro, Várias Histórias, A mão e Luva, Crisálidas, Falenas, Americanas, Contos Fluminenses, Histórias Sem Data, Relíquias da Casa Velha, Histórias da meia-noite, Esaú e Jacó, Ressurreição, Helena, Iaiá Garcia, além de uns quinze ou vinte volumes mais e, ainda por cima, a avultada produção anônima que espalhou pela imprensa durante um período de quarenta anos, formam a prodigiosa bagagem literária do mais notável e mais fecundo de todos os nossos escritores.

Das qualidades máximas que o distinguiam como cultor da forma, como artista e como psicólogo, deixou Artur Barreiros gravada em traços indeléveis em uma apreciação que traduz o consenso dos contemporâneos e é, ao mesmo tempo, um perfil quase que fotográfico do grande Mestre.

Quem trabalhou como Machado de Assis, que, a par de funcionário público dos mais competentes e exemplares, legou à pátria uma dezenas de monumentos imperecíveis, proclamadores de uma glória que tanto eleva o nome do Brasil; quem foi, como ele, o primeiro homem de letras da nossa terra, sem que durante o longo período de meio século, ousasse alguém disputar-lhe essa supremacia; quem foi o mestre querido e amado de três gerações literárias, em que avultam sempre as [ilegível] do pensamento nacional; [a] quem se chamou, em suma, José Maria Machado de Assis, [que] te der toda a população fluminense a glorificação suprema que só se concede a esses heróis iluminados de gênio que são o orgulho de um povo e, mais do que isso, a glória de uma raça.

O autor de *Brás Cubas* há de ter o seu monumento em uma das famosas avenidas desta capital; mas é preciso que não fique só nessas homenagens, promovida apenas por iniciativa natural dos seus companheiros de letras, a poderosos que o Brasil inteiro deve levar ao mais extraordinário dos seus escritores.

É preciso que todas as classes da nossa sociedade se associem às manifestações que vão ser tributadas ao grande Mestre e que a morte Machado de Assis seja assinalada, pelo menos, por um dia de luto nacional na nossa terra.

Deveria ser adotada no Brasil, em relação a Machado de Assis, a proposta de Dumas Filho feita à Academia Francesa por ocasião dos funerais de Victor Hugo: “que todo francês que soubesse ler e escrever trajava luto nos dias de aniversário da morte do grande poeta”.

Não temos ainda, como a França, esse culto pelas memórias veneráveis. É tempo, porém, de pregar entre nós essa religião de civismo e de amor que tanto dignifica e consolada.

A memória de Machado de Assis é uma memória sagrada

[Consagração em Paris]

Osorio Duque-Estrada ³²

Publicado em Paris, sob os auspícios da Comissão de Propaganda do Brasil na Europa, acaba de me chegar às mãos o precioso livro que tem por título as palavras contidas acima, na epígrafe deste Registro [Machado de Assis Son Oevre Littéraire].

Avultam no texto: os principais discursos pronunciados na Sorbonne, em 3 de abril de 1909, por ocasião da Festa da Intelectualidade Brasileira, que se realizou no anfiteatro Richelieu, sob a presidência de Anatole France e por iniciativa da Sociedade dos Estudos Portugueses de Paris; e a versão, em língua francesa, de alguns trabalhos de Machado de Assis e de vários artigos e discursos produzidos aqui, por ocasião do transpasse do nosso glorioso compatriota.

Serve de introito à brochura uma empolgante página de Anatole: a alocução por ele proferida acerca do gênio latino e da influência deste nas mais assinaladas conquistas da liberdade, da ciência e da arte.

Vai adiante, transcrita, para regalo de quem a ler, a última parte dessa luminosa oração: *

A esse período, sucede um substancioso estudo, que foi para mim uma revelação das notáveis aptidões críticas de seu autor: aludo ao esmerado e bem polido trabalho do sr. Oliveira Lima sobre Machado de Assis. A muita estima que o ligou, em vida, ao grande literato, transbordamento, parece, apurou no autor as faculdades do analista, dando-lhe a visão aguda, descortinada e segura, pela qual soube compreender a primor a complexidade quase indecifrável daquela privilegiada organização de filósofo e de esteta, que era o mestre incontestado e a maior glória das nossas letras.

Todas as feições do espírito e do caráter de Machado de Assis foram admiravelmente surpreendidas, apanhadas em flagrante e reproduzidas, com fidelidade, pela perspicácia do literato e a argúcia prevenida e aparelhada do psicólogo.

Alguns traços mais característicos da fisionomia do mestre, inteligentemente postos em destaque pelo crítico, resumem a personalidade originalíssima do famigerado estilista de *Brás Cubas*. *

³² Segunda-feira, 1 de novembro de 1909, *Correio da Manhã* – Registro Literário.

Machado de Assis libertou-se límpido e sem jaça. *

Não é só; a par dessa compreensão das qualidades características do mestre, que se resumem na sobriedade e na harmonia, destaca também o crítico as do estilista inimitável e personalíssimo, a natureza filosófica, sempre contida nas raias de uma ironia cética, mas branda, e a suposta impersonalidade do escritor, que só existe em algumas páginas de sua obra desmentindo-se em outras, como mais acentuadamente acontece no *Memorial de Aires*, que reflete a última fase da vida do poeta, ao entardecer da existência, que se tornou melancólica e enevoada pelas sombras da viuvez e da saudade.

Outra página de verdadeiro observador e de crítico é aquela em que estuda o autor a evolução literária do século XIX e a decidida influência que tiveram as várias escolas poéticas no movimento espiritual do Brasil, sobretudo a parnasiana, em cuja lista de campeões esqueceu-lhe apenas de inscrever o nome daquele que mais decidida influência exerceu no nosso meio, porque foi, de todos, o mais imitado: Théophile Gautier, de cujos versos perfeitos se fizeram, em certa época, centenas de traduções.

A mesma felicidade e a mesma argúcia de penetração animam, por sua vez, o brilhante ensaio crítico de Victor Orban, que estudou a personalidade literária de Machado de Assis através destas manifestações máximas do seu engenho: o romance, o conto e a poesia. Nesta última parte, destaca o seu clarividente senso crítico, acompanhando-a de acentuados ganhos de excelência, a seguinte produção poética, em original francês, da lavra do autor das *Falenas*, e que tem por título – “Un Vicus pays”: *

Deve ser um justo motivo de orgulho para a nossa pátria e, sobretudo, para a geração a que pertenceu Machado de Assis, tudo o que se contém nessas páginas, saídas da pena de um escritor como Victor Orban, que, se é grande e reputado pelo seu talento, é ainda maior e mais acreditado pela sua independência.

A ele se deve também a versão de alguns trabalhos de Machado de Assis, encartados no volume: “O enfermeiro”, “Círculo vicioso” e “Menina e moça”.

Transcreverei a do segundo, por mais abreviada e perfeita: *

Neste pequeno círculo vicioso, que se encerra entre o sol e o vagalume, vai a melhor amostra da grande intuição psicológica do poeta que o concebeu.

Já me vai faltando espaço para transcrever os excertos de artigos e discursos compilados no Apêndice: dentre esses fulgura uma página de Ruy Barbosa ... Não é preciso mais para dizer quanto vale o volume, em tão boa hora dado à luz, como inestimável padrão de glória para as letras da nossa terra.

Ao intemerato patriota e gentilíssimo amigo, dr. Paulo Ramos, deixo aqui a expressão do meu reconhecimento, pela valiosa oferta que me fez de tão precioso e inestimável trabalho.

É ainda à gentileza do dr. Paulo Ramos, acérrimo entusiasta de quanto diz respeito às glórias da nossa terra, que devo alguns momentos de gozo espiritual, proporcionado pela repetida leitura deste folheto, em que a par de uma pequena, mas eloquente alocução de Anatole France, palpita, canta e fulguram no idioma de Renan, o magistral discurso do sr. Ruy Barbosa, proferido, em nome da Academia de letras, na recepção que aqui fizeram alguns intelectuais ao mágico estilista das “Noces corynthesiennes”.

Página brilhante de psicologia e de análise, de erudição e de estilo, vazada em uma língua estrangeira, o discurso do incomparável orador e polígrafo brasileiro é mais um atestado vivo da cultura, da eloquência e da genialidade desse homem que – como Camões, no dizer de Schlegel – vale, por si só, uma literatura inteira, resumindo, numa síntese fulgurante, todo o espírito e toda a sentimentalidade de uma época.

Na impossibilidade de transcrever todo o discurso, transplanto para aqui alguns molhos de flores, das mais perfumosas e luxuriantes, colhidas por indicação, não só do olfato como da vista, entre as galas luminosas daquele maravilhoso jardim: *

O sr. Ruy Barbosa – em cujo último discurso a miopia do despeito, engrossador das mediocridades, anda, pela pena de professores incompetentes e articulistas asnáticos, a farejar a eiva de supostos erros de colocação de pronomes – é, não só na língua vernácula, como também na francesa, um escritor de raça e um estilista quase impecável.

Acerca dos trechos que acima apontei, extraídos da sua maravilhosa oração literária, externo aqui um conceito que vale pelo melhor elogio a todas as páginas desse magnífico trabalho de prosa francesa: o próprio Anatole talvez não as fizesse melhor ...

[Nas rodas cariocas]

Osório Dutra³³

Conselheiro Acácio tem razão quando diz que os homens, com raras exceções, são tolos e pueris.

A morte de Machado de Assis deu-nos mais uma prova esmagadora desse conceito absolutamente verdadeiro. Os homens, na sua maioria, são tolos, ignorantes, cretinos; não raciocinam e não estudam, pensam pouco e falam muito. Se ainda falassem com razão, vá lá que se lhes perdoasse tal moléstia ... Dá-se, no entanto, exatamente o contrário: os homens falam muito, mas quase que maquinalmente, sem fundamentos e sem princípios; falam muito, mas por ouvir dizer; defendem esta ou aquela teoria, porque fulano assim diz; acusam o romancista G. porque o dr. X o acusou também.

É assim, na realidade, a maioria dos homens, na Inglaterra, na Itália, na Bolívia ou no Brasil. Entende de tudo, sem entender de nada, sabe a fundo latim e desconhece Horácio, estuda a mitologia e ignora quem foi Zeus.

Cá pelo nosso Rio, então, os nossos homens, ainda mais profundos e versados em ciências e línguas, conhecem tudo ... Dados tais conhecimentos, falam de todos os escritores, criticando, convencidos e imperturbáveis, Victor Hugo e Eça de Queiroz, Tirso de Molina e Olavo Bilac, Petrarca e Machado de Assis.

São impagáveis! Nem mesmo ante um senhor respeitável e sereno como o Marquês de Paranaguá, esses homens se curvam! Crescem ainda mais no ardor com que defendem as teorias sustentadas pela imbecilidade dos amigos e afrontam, ridículos e impiedosos, a erudição mais vasta e mais genial. Afrontam, opondo às verdades e à justiça, a mentira e o convencimento; afrontam, opondo à serenidade e ao saber, a legião tétrica das asneiras, o bando horrível da ignorância impostora.

Pobres homens! Pobres diabos!

³³ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* – A semana do Rio.

Encontre-os a cada instante, por toda esta semana. Uns, altos e magros, olhos fundos, modos burgueses; outros, menos altos e mais corpulentos, gestos afetados, olhares altivos, maneiras bruscas.

Como de costume, fazia-se a clássica rodada e a conversa tomava, pouco e pouco, maiores proporções. Discutia-se e falava-se de tudo, até que, insensivelmente, a palestra caía no assunto característico da semana: a morte de Machado de Assis.

Cada um dos palestrantes tinha a sua opinião sobre o grande romancista brasileiro. F., estudante de direito com pretensões literárias, julgava o Mestre um escritor vulgar: “fez alguma coisa, é verdade, mas à custa de muito estudo, outros tem feito muito mais, aos vinte e poucos anos de idade. Gonçalves Dias, por exemplo”.

É o cúmulo, para mim, haver quem pretenda estabelecer um termo de comparação entre um romancista e um poeta.

Encontrei esse alguém, esta semana – o estudante de direito F. À vista da sua convicção, em me atirando aos ouvidos um tal conceito, perguntei-lhe quantas obras conhecia de Machado de Assis.

F. corou, estremeceu ante a indiscrição de minha pergunta e gaguejou, entre dentes, à meia voz: - conheço o ... Memórias de Quincas Borba, o ... Memorial de Esaú e Jacó e a Vida de Aires que é (com licença dos leitores) uma grossa porcaria.

Depois de uma resposta tão absurda como essa, era-me lícito, apenas, a mudez completa e absoluta. Foi o que fiz, então; calei-me, ouvindo sem comentários, de minha parte, às opiniões dos outros palestrantes.

O positivista B. também não apreciava Machado de Assis: “dos nossos diretores de secretaria era o que escrevia mais regularmente. Como poeta, era, numa palavra, intolerável; com filósofo e romancista, pueril e trôpego ... Ontem como hoje, nunca valeu coisa alguma. Foi, nem mais nem menos, um burilador de literatices baratas e chocas.

Não parava ali, porém, a monumental ousadia do admirador entusiasta de Comte: “todas essas manifestações feitas no país inteiro, continuava ele, ao ex-presidente da Academia Brasileira, não tem valor moral ou intrínseco. São o produto inviolável da vontade despótica do Barão do

Rio Branco! São louros que lhe cabem, glórias que vão, ao fim, refletir na sua alta e distinta personalidade!”.

Quanta inocência e quanta asneira! Nem mesmo o Rubião de *Quincas Borba* era capaz de assimilar tão sublime filosofia! Em todo o caso, como produto de um cérebro positivo, é sinceramente perdoável ... Foi por isso que perdoei as arriscadas teorias do meu companheiro de roda e me recolhi, prazerosamente, ao reino amigo do silêncio, [sentando-me a cátedra [ilegível]] e justa da observação ...

Na realidade, esses entendidos em literatura não passam de simples discípulos do Conselheiro Acácio. São discípulos tolos, sem adiantamentos e sem ideias novas – uns pobres diabos que amam a falar de Deus e todo mundo, tal se fossem as palmatórias do mesmo.

Em suma, nunca leram a “Via Láctea”, desconhecem Taunay e José de Alencar, ignoram mesmo a existência de Bernardo Guimarães ou Álvares de Azevedo.

De Machado de Assis, então, nem se fala: a ignorância é completa! Nunca perderam tempo em ler uma só das múltiplas obras do incontestável mestre da nossa [vida] Literária.

E tanto é verdade o que digo à boca cheia, que, vós outros, meus leitores, se conheceis e analisastes os romances de Machado de Assis, haveis de pensar comigo. Machado de Assis foi, de fato, o nosso mestre, o grande romancista nacional, o filósofo observador e exato, o narrador fidalgo e desprezioso dos nossos hábitos, o crítico imparcial dos nossos modos!

Não temos quem o substitua, em igualdade de condições, na vaga que a sua morte abriu na Academia de Letras.

Nem o Barão de Paranapiacaba e nem Luiz Delfino, o igualam quanto ao seu valor real, sua habilidade e suas teorias.

Machado de Assis foi o nosso grande mestre, quer como representante de uma época remota, quer como um dos iniciadores primeiros do parnasianismo entre nós. Lê-o, leitor que não o conheceis e verificáveis, de certo, a grandeza desta verdade. Mesmo como poeta, Machado de Assis era dos melhores.

Tu nasceste de um beijo e de um olhar. O beijo
Numa hora de amor, de ternura e desejo,
Uniu a terra e o céu. O olhar foi do Senhor,
Olhar de vida, olhar de graça, olhar de amor;
Depois, depois vestindo a forma peregrina,

Aos meus olhos mortais, surgiste-me, Corina!

É assim toda a poesia do poeta das *Crisálidas*. Toda cheia de vida, toda rescendendo a rosas, toda feita de amor e inspiração, delicadeza e sutilidade.

Queira a leitora saborear mais estes versinhos de Machado de Assis:

Nem o arrulho enternecido
Das pombas nem do arvoredado
Esse amoroso arruído
Quando escuta algum segredo
Pela brisa repetido;
Nem esta saudade pura
Do canto do sabiá
Escondido na espessura,
Nada respira doçura
Como o teu nome, Sinhá!

Pena é que tão lindos versos fossem inspirados por uma Sinha!

O adeus da Academia

Rui Barbosa³⁴

Designou-me a Academia Brasileira de Letras para vir trazer ao amigo que de nós aqui se despede, para lhe vir trazer, nas suas próprias palavras, num gemido da sua lira, para lhe vir trazer o nosso “coração de companheiros”.

Eu quase não sei dizer mais, nem sei que mais se possa dizer, quando as mãos que se apertavam no derradeiro encontro, se separam desta para a outra parte da eternidade.

Nunca ergui a voz sobre um túmulo, parecendo-me sempre que o silêncio era a linguagem de nos entendermos com o mistério dos mortos. Só o irresistível de uma vocação como a dos que me chamaram para órgão desses adeuses me abriria a boca ao pé deste jazigo, em torno do qual, ao movimento das emoções reprimidas se sobrepõe o murmúrio do indizível, a sensação de uma existência cuja corrente se ouvisse cair de uma em outra bacia, no insondável do tempo, onde se formam do veio das águas sem manchas, as rochas de cristal exploradas pela posteridade.

Do que ela se reserva em surpresas, em maravilhas de transparências e sonoridade e beleza na obra de Machado de Assis, di-lo-ão outros, hão de dizer os seus confrades, já o está dizendo a imprensa, e de esperar é que o diga, dias sem conta, derredor do seu nome, da lápide que vai tombar sobre o seu corpo, mas abrir a porta ao ingresso da sua imagem na sagração dos incontestados, a admiração, a reminiscência, a mágoa sem cura dos que lhe sobrevivem. Eu, de mim, porém, não quisera falar senão do seu coração e de sua alma.

Daqui, deste abismar-se de ilusões e esperanças que soçobram ao cerrar de cada sepulcro, deixemos passar a glória na sua resplandescência, na sua fascinação, na impetuosidade de seu voo. Muito ressumbra sempre da nossa debilidade, na altivez do seu surto e na confiança das suas asas. As arrancadas mais altas do gênio mal se libram nos longes da nossa atmosfera, de todas as partes envolvida e distanciada pelo infinito. Para se não perder no incomensurável deste, para avizinhar a terra do firmamento, não há nada como a bondade. Quando ela, como aqui, se debruça, fora de uma campa ainda aberta, já se não cuida que lhe esteja à beira, de guarda, o mais malquisto dos

³⁴ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*. Aproveito a transcrição disponibilizada pelo site Machado de Assis: vida e obra. Disponível em <https://machado.mec.gov.br/autor-obra-lista/itemlist/category/34-machado-por-seus-contemporaneos>.

numes, no sentimento grego, e os braços de si mesmos se levantam, se estendem, se abrem para tomar entre si a visão querida que se aparta.

Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso, o exemplar sem rival entre os contemporâneos da elegância e da graça, do aticismo e da singeleza no conceber, e no dizer; é o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom. Nascido com uma dessas predestinações sem remédio ao sofrimento, a amargura do seu quinhão nas expiações da nossa herança o não mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltados. A dor lhe aflorava ligeiramente aos lábios, lhe roçava de leve a pena, lhe resumava sem azedume das obras, num ceticismo entremeio de timidez e desconfiança, de indulgência e receio, com os seus toques de malícia a sorrirem, de quando em quando, sem maldade, por entre as dúvidas e tristezas do artista. A ironia mesma se desponta, se embebe de suavidade no íntimo desse temperamento, cuja compleição, sem desigualdades, sem espinhos, sem asperezas, refratária aos antagonismos e aos conflitos, dir-se-ia emersa das mãos da própria Harmonia, tal qual essas criações da Hélade, que se lavraram para a imortalidade num mármore cujas linhas parecem relevos do ambiente e projeções do céu no meio do cenário que as circunda.

Deste lado moral de sua entidade, quem me dera saber exprimir, neste momento, o que eu desejaria. Das riquezas da sua inspiração na lírica, da sua mestria no estilo, da sua sagacidade na psicologia, do seu mimo na invenção, da sua bonomia no humorismo, do seu nacionalismo na originalidade, da sua lhaneza, tato e gosto literário, darão testemunho, perpetuamente, os seus escritos, galeria de obras-primas, que não atesta menos da nossa cultura, da independência, da vitalidade e das energias civilizadoras da nossa raça do que uma exposição inteira de tesouros do solo e produtos mecânicos do trabalho. Mas, nesta hora de entrada ao ignoto, a este contato quase direto, quase sensível com a incógnita do problema supremo, renovado com interrogações de nossa ansiedade cada vez que um de nós desaparece na torrente de gerações, não é a ocasião dos cânticos de entusiasmo, dos hinos de vitória nas porfias do talento. A este não faltarão comemorações, cujo círculo se alargará com os anos, à medida que o rastro de luz penetrar, pelo futuro além, cada vez mais longe ao seu foco.

O que se apagaria talvez se o não colhessemos logo na memória dos presentes, dos que lhe cultivaram o afeto, dos que lhe seguiram os dias, dos que lhe escutaram o peito, dos que lhe fecharam os olhos, é o sopro de sua vida moral. Quando ele se lhe exalou pela última vez, os amigos que lho receberam com o derradeiro anélito, contraíram a obrigação de o reter, como se reteria na máxima intensidade de aspirações dos nossos pulmões o aroma de uma flor cuja espécie se extinguisse, para o dar a sentir aos sobreviventes, e dele impregnar a tradição, que não perece.

Eu não fui dos que o respiraram de perto. Mas, homem do meu tempo, não sou estranho às influências do mal e do bem, que lhe perpassam no ar. Numa época de lassidão e violência, de hostilidade e fraqueza, de agressão e anarquia nas coisas e nas ideias, a sociedade necessita justamente, [para] se recobrar, de mansidão e energia, de resistência e conciliação. São as virtudes da vontade e as do coração as que salvam nesses transes. Ora, dessas tendências que atraem para a estabilidade, a pacificação e a disciplina, sobram exemplos no tipo desta vida, mal extinta e ainda quente.

Modelo foi de pureza e correção, temperança e doçura; na família, que a unidade e devoção do seu amor converteu em santuário; na carreira pública, onde se extremou pela fidelidade e pela honra; no sentimento da língua pátria, em que prosava como Luís de Sousa, e cantava como Luís de Camões; na convivência dos seus colegas, dos seus amigos, em que nunca deslisou da modéstia, do recato, da tolerância, da gentileza. Era sua alma um vaso de amenidade e melancolia. Mas a missão da sua existência, repartida entre o ideal e a rotina, não se lhe cumpriu sem rudeza e sem fel. Contudo, o mesmo cálice da morte, carregado de amargura, lhe não alterou a brandura da têmpera e a serenidade da atitude.

Poderíamos gravar-lhe aqui, na laje da sepultura, aquilo de um grande livro cristão: “Escreve, lê, canta, suspira, ora, sofre os contratemplos virilmente”, se eu não temesse claudicar, aventurando que as suas atribulações conheceram o lenitivo da prece. O instinto, não obstante, no-lo adivinha nas trevas do seu naufrágio, quando, na orfandade do lar despedaçado, cessou de encontrar providência das suas alegrias e das suas penas, entre as carícias da que tinha sido a meira da sua lida e do seu pensamento.

Mestre e companheiro, disse eu que nos íamos despedir. Mas disse mal. A morte não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima. Um dia supuseste “morta e

separada” a consorte de teus sonhos e de tuas agonias, que te soubera “pôr um mundo inteiro no recanto” do teu ninho; e, todavia, nunca ela te esteve mais presente, no íntimo de ti mesmo e na expressão do teu canto, no fundo do teu ser e na face de tuas ações. Esses quatorze versos inimitáveis, em que o enlevo dos teus discípulos resume o valor de toda uma literatura, eram a aliança de ouro do teu segundo noivado, um anel de outras núpcias, para a vida nova do teu renascimento e da tua glorificação, com a sócia sem nódoa dos teus anos de mocidade e madureza, da florescência e frutificação de tua alma. Para os eleitos do mundo das ideias a miséria está na decadência e não na morte. A nobreza de uma nos preserva das ruínas da outra. Quando eles atravessam essa passagem do invisível, então é que entramos a sentir o começo do seu reino, o reino dos mortos sobre os vivos.

Ainda quando a vida mais não fosse que a urna da saudade, sacrário da memória dos bons, isso bastava para a reputarmos um benefício celeste, e cobrirmos de reconhecimento a generosidade que no-la doou. Quando ela nos prodigaliza dádivas como a de teu espírito e a de tua poesia, não é que lhe deveremos duvidar da grandeza, a que te acercaste primeiro do que nós, mestre e companheiro. Ao chegar da nossa hora, em vindo a de te seguirmos um a um no caminho de todos, levando-te a segurança da justiça da posteridade, teremos o consolo de haver cultivado, nas verdadeiras belezas da tua obra, na obra dos teus livros e da tua vida, sua idealidade, sua sensibilidade, sua castidade, sua humanidade, um argumento mais da existência e da intimidade dessa origem de todas as graças à onipotência de quem devemos a criação do universo e a tua, companheiro e mestre, sobre cuja transfiguração na eternidade e na glória caíam as suas bênçãos, com as da Pátria, que te reclina ao seu seio.

[A vida de um justo]

Sousa Bandeira ³⁵

Diante do grande morto que será acompanhado hoje à sepultura pelos olhares piedosos de todos os que prezam a arte e o gosto, não cabem frases nem lugares comuns, de que ele era tão inimigo.

A sua vida foi simples e serena como a de um justo, circunscrita ao exercício escrupuloso das funções públicas, de onde tirava a subsistência, dedicada exclusivamente aos ideais superiores da arte, correndo durante tantos anos paralela à suave companheira dos seus dias, cujo desaparecimento prematuro o veio lançar no maior desânimo. Não há que respigar nela os lances dramáticos que avolumam as biografias, e os belos gestos que fixam a atitude dos homens notáveis perante o reconhecimento convencional da posteridade

Preso à cidade onde nasceu, onde viveu e de onde nunca saiu para longas excursões, pois ele próprio dizia ter sido Nova Friburgo a sua Última Thule, a sua vida, como a de Kant, será o tormento dos biógrafos futuros, principalmente depois que desaparecida a geração que com ele conviveu, [virão] os cientistas da arte a procurar nos traços da sua passagem pela vida terrestre os elementos para apreciação da sua obra.

E quanto ao exame da sua influência sobre o meio literário da época em que viveu, à análise dos elementos determinantes da sua função vital na vida artística do país, está ainda longe o momento em que, bem conhecidas as correntes intelectuais das três gerações que ele atravessou, se possa ter o receio necessário para deslindar a sua verdadeira influência no meio a que ele pertenceu.

O que, porém, está ao alcance de todos os que de perto com ele privaram, ou de longe admiraram e amaram a sua obra, é o encontro inolvidável da sua pessoa, o caráter indelevelmente individual da sua arte, o ativismo do seu temperamento, superior às paixões humanas e as efêmeras escolas literárias, em que se dividiu a atividade intelectual dos homens do seu tempo.

A sua linguagem da mais lídima vernaculidade, mas sem os artifícios de um purismo pedantesco, fazem dele o grande clássico da nossa época, que passará às gerações futuras como o

³⁵ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

escritor que aliou o espírito verdadeiro da língua às necessidades oriundas das transformações sociais, fugindo ao mesmo tempo dos dois extremos cujo exagero orça pelo ridículo: a vulgaridade nas expressões que nivela a linguagem literária às grosserias do plebeísmo, ou o túrgido gongorismo dos escritores que à cata de maior elevação no dizer, enchem os seus escritos de frases feitas, de vocábulos retirados aos dicionários, ou de redundância enfáticas, em que se diluem os pensamentos os mais elevados.

O estilo de Machado de Assis, clássico no mais exigente rigor da expressão, profundamente saturado do versar constante dos mestres da língua, que ele praticava com amor, nem de longe se ressentia de tais defeitos, e apesar do apuro geométrico de forma, era, entretanto, perfeitamente compreensível por qualquer pessoa cujo conhecimento não se elevasse da linguagem vulgar. Este apuro, só o podem conseguir os grandes escritores, e em todas as épocas de todas as nações cultas, não se contam por centenas os escritores neste caso. Sem dúvida alguma o nosso grande morto é um deles.

A sua arte elevada e espiritual refletia, na banalidade do nosso meio, a feitura superior de um espírito grego, traduzindo a perfeita eúritmia da sua produção. O gosto e a medida do seu espírito manifestavam-se em qualquer das suas escritas. É assim que ele pôde acompanhar de perto, e por mais de quarenta anos, a nossa vida espiritual, sem que se deixasse dominar pelo transbordamento ditirâmico que constitui a essência da nossa atividade literária.

Ele atravessou todas as fases da nossa vida intelectual, e quem lhe ler os versos, os contos ou os romances, comparando-os com os diversos momentos da nossa evolução literária, há de notar na sua vasta obra os traços da sua comunhão com as diferentes modalidades do pensamento nacional. Com efeito, encontram-se-lhe vestígios do indianismo, do [condoreirismo] medieval que perturbou a imaginação dos poetas que viveram de 1850 a 1860, da musa guerreira que inspirou os cantores da guerra do Paraguai, dos apuros do parnasianismo. Quem, porém, poderá dizer que Machado de Assis foi indianista, [condoreiro] ou parnasiano?

É que, atravessando todas as escolas, e sendo influenciado por todas as correntes literárias, ele nunca abdicou a bela liberdade do seu espírito, e por isso soube conservar-se sempre ele próprio, no meio da diversidade de influência literária que atravessou.

Não fez escola, nem exerceu proselitismo. Foi, porém, o resultado magnífico de uma afirmação do próprio esforço, para levantar a sua individualidade acima do seu meio, e mais ainda, de fazê-la erguer bem alto até a mais remota posteridade, enquanto entre a gente da língua portuguesa houver quem aprecia a manifestação artística do falar. Sem outra preocupação de ordem geral além da literatura, ele, por seu único esforço, elevou-se de um simples e obscuro tipógrafo até a maior culminância na literatura nacional.

A fina ironia do seu espírito, o doce ceticismo que se espargia por todos os seus escritos, verdadeiro prodígios de meia tinta, nunca atingidos por escritor algum de Portugal e do Brasil, faziam dele um tipo único na literatura da nossa língua, para o qual, se procurarmos termos de comparação, só poderemos achar em outras literaturas, na suave filosofia de Renan, no fino sorriso de Anatole France, na precisão psicológica de Stendhal, no pungente humor de Sterne, na lágrima que ri de João Paulo Richter, na irreverência calculada de Heine. O seu estilo, tantas vezes comparado ao sorriso sibilino da Gioconda, era cheio de subentendidos e reticências, que permitia ao leitor o esquisito prazer intelectual de colaborar com o autor nas conclusões por ele procuradas.

Nos seus romances, havia pouca preocupação do meio físico onde se agitavam as personagens. Raramente ele se permitia uma descrição. Nenhuma paisagem se destaca dos seus escritos como uma dessas páginas que levam um escritor à posteridade.

É que os seus estudos iam direito às almas e aos estados de espírito, mas sem a preocupação fútil do romance psicológico, banalizado pela última e lamentável fase de Paul Bourget. Reunir sobre a vida uns profundos conceitos, filhos de uma finíssima e penetrante observação, olhar a sociedade sob o prisma irizado de uma ironia a um tempo piedosa e acre, e traduzir tudo isso na linguagem a mais casta, a mais elegante, a mais sóbria, que jamais empregou um escritor da sua língua, na sua época, tal foi o papel do chefe incontestado da nossa literatura, cuja morte todos pranteamos.

Este contínuo sorrir, discreto e bondoso, sempre temperado pelo mais completo sentimento de medida, manifestou-se em todas as suas obras, desde os livros de mocidade, até a culminância dos seus grandes livros, como *Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Dom Casmurro* e *Esauí e Jacó*. Nesses romances imorredouros, como nos seus contos, gênero em que nenhum outro dos nossos se lhe pode comparar, ele deixou admiráveis estudos da vida nacional durante mais de

quarenta anos, através de todas as vicissitudes da nossa história. Debalde procurar-se-á nele o preconceito de um ponto de vista político e social, o prurido de fazer crítica, ou a preocupação de reformar costumes. A sua arte, porém, bela e superior, pairava acima destas precauções subalternas, e correspondia pura simplesmente a um alto ideal estético, podendo-se dizer dele, como disse Vasori de Miguel Ângelo, que escrevia “per mostrare maggiormente l'arte sua essere grandissima”.

Há três anos, porém, o sorriso foi-se-lhe abrindo num rictus melancólico. A desvelada companheira da sua vida, de uma família de poetas e artistas, que tanto lhe compreendia o sentir e o pensar, deixou deserto o ninho delicioso da mais perfeita felicidade conjugal. E o velho poeta, coração essencialmente afetivo, minado pela moléstia cruel que lhe corroía o organismo, pôde melancolicamente meditar, no seu poético retiro do Cosme Velho, na triste, mas consoladora verdade dos seus belos versos:

Amar e ser amado é neste mundo
A tarefa melhor da nossa espécie,
Tão cheia de outras que não valem nada

Tudo o que havia de afetuoso e bom nos arcanos secretos do seu coração, objetivou ele no seu último livro, *Memorial de Aires*, de feitio então diferente dos outros, talvez uma retração de tanta ironia espalhada nos anteriores, mas em todo o caso uma manifestação, ao grande público, do Machado de Assis que só era conhecido e amado por um número limitado de amigos íntimos e discípulos fies.

Chegou para ele a época de glorificação nacional. A Academia Brasileira, a quem ele dedicou as últimas energias da sua alma, na pessoa de Ruy Barbosa, um dos mais altos representantes da mentalidade brasileira, dir-lhe-á, à beira do túmulo, o doloroso adeus. O governo, pondo-se à frente do sentimento nacional, decretou-lhe homenagens extraordinárias. E a mocidade das escolas, cheia de ardente e piedoso entusiasmo, mostrará como sabe prezar a memória do grande brasileiro, que, caso único no nosso meio, somente pelo prestígio de sua arte, conseguiu um lugar saliente entre os grandes vultos da nossa pátria.

Porta de livraria

Thomaz Lopes ³⁶

Hoje é um dia de tristeza; olhando a salinha da livraria Bertani, lembro-me da vasta sala do Garnier, e vejo na sala um lugar deserto – o de Machado de Assis.

A primeira vez que vi Machado de Assis foi no ano já remoto de 1893, na velha livraria do Garnier, pequenina, modesta, misteriosa com a da Cosmópolis. E depois, em quase dois lustros de amizade com o Mestre, nunca o encontrei que não fosse entre os livros. As quatro da tarde ele chegava à livraria, e quase imutavelmente as suas primeiras perguntas eram estas: “O Veríssimo ainda não veio? Não viu o Mário?”

Nunca falava de si, nunca falava nos seus livros. O seu pudor literário era comparável ao pudor das mães que só se referem aos filhos depois que nascem. Ele, nem isso. Simples, amável, acolhedor, Machado de Assis senão prodigalizava elogios, tinha sempre uma frase de carinho que consolava, ou uma observação justa que atingia o alvo com a certeza das setas de Guilherme Tell. Machado de Assis era um cético, mas de um ceticismo sem desprezo, antes feito de tolerância, fruto da sua filosofia que tinha alguma coisa da fatalista. A ironia que há nos seus livros de prosa não fere nunca; assusta às vezes, tem o mistério diáfano das sombras. Como poeta ele é outro homem – apaixonado, vibrante, cálido –, a melhor maneira de ser poeta. É essa dualidade da sua alma que faz de Machado de Assis uma extraordinária personalidade artística. Se o estilo dos seus romances é, propositadamente, rebuscadamente monótono, a variedade dos caracteres empresta à obra do grande mestre uma aparência de movimento, que é a própria vida.

A melancolia dos seus livros é sem esperanças; ele diz no *Dom Casmurro*:

Captei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles.

- Meu senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada dos textos que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos, nós roemos”.

³⁶ Quinta-feira, 12 de novembro de 1908, *O Paiz*.

Não fiquem palavras tão cruéis como as últimas flores desta coroa de saudades. Creio possuir a única manifestação de orgulho desse grande homem modesto; é um postal com esta frase: “Valha o nome por um pensamento. Machado de Assis”.

Valha, Mestre, por muitos pensamentos; e surja agora um poeta para cantar a vida que abandonaste, mas onde deixaste o fulgor da tua passagem. *

Casos e cousas

Tic. Tac. (Anônima) ³⁷

São tão raros entre nós os movimentos intelectuais que, quando por acaso eles surgem, é difícil resistir ao desejo de os registrar para que fiquem assinalados.

Acabamos de assistir a um desses movimentos, provocados pela morte de Machado de Assis. Seria requintada hipocrisia afirmar que o povo se associou às manifestações de dor causada por esse desaparecimento. Não se associou e não tinha razão para se associar. Quando muito ele pôde haver tido a impressão geral de pesar que lhe causam todas as mortes.

Quando passava o préstimo, um popular perguntou a outro: quem é o defunto?

- Eu sei lá! Naturalmente algum mineiro graúdo.

Esta simples frase, proferida talvez com a maior sinceridade e com a máxima convicção, é de sobra e de sobejo para explicar a psicologia popular.

Enterro grande e solene, com estandartes, corporações, bandas de música e fardas, só de graúdo de Minas ou de qualquer outro Estado.

Pois desta vez falhou a psicologia popular. Sob o seu ponto de vista, o que ia ali adiante de nós todos, embalsamado à custa de ingredientes químicos e drogas que em vida o teriam feito morrer, não era um graúdo, era até um miúdo, e tão miúdo que o povo não o conhecia, apesar dele haver vivido do povo, do povo nunca se ter afastado e nunca querer ter sido outra coisa senão povo.

É que para ser popular não é preciso nem talento, nem gênio, nem estudo, nem trabalho, nem ilustração. Um general, que por um acaso da sorte e mesmo pela sua bravura pessoal, vence uma batalha, populariza-se desde logo e, se tem a fortuna de ser atravessado por uma bala disparada pelo princípio da autoridade, fica logo consagrado herói e ao seu enterro concorre em massa a multidão porque ele se sacrificou ou porque a bala o matou.

O destino, ou a sorte dos artistas, é diverso. O seu reino é mais limitado, como limitada é a influência do seu instrumento.

³⁷ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

O enterro de Bordallo Pinheiro abalou toda a população lisboense. O oficialismo fazia um papel insignificante ao lado da espontaneidade das manifestações e da concorrência populares. Mas Bordallo era um artista do lápis e Machado de Assis um artista da pena. Ambos cultores da Arte, mas separados um do outro.

Não é, pois, estranhável, é até justificável que na apoteose de Machado de Assis, a menor parte, a mínima parte, coubesse ao povo, que, entre nós, não passa de uma acumulação de anônimos.

A apoteose de Machado de Assis foi apenas – e é tudo – um movimento de intelectuais. As posições que ele exerceu e exercia não tinha dependência de interesses materiais. Não deixou nem parentes nem fortuna capazes de darem vulto a essas manifestações comuns do convencionalismo social. O mais poderoso ricoço, a transbordar vaidade e dinheiro por todos os poros de seu organismo bem refestelado, não conseguirá nunca manifestação a que teve o cadáver do pobre Machado, nem o hino à “Bondade” entoado em frase burilada pelo estro de Ruy Barbosa.

Este é o consolo, embora não seja a ambição dos trabalhadores da pena. Foram as letras oficiais e oficiosas que prestaram culto ao talento, ao caráter e ao trabalho.

Antes o culto das letras do que as homenagens das tretas.

Se o espírito sobreviver à matéria, o de Machado de Assis deve a esta hora [a] rir-se do seu materialismo humano.

